



caesb

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**

R\$120.000.000,00

INSTITUIÇÃO LÍDER



INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS



ADMINISTRADOR



GESTORA



CUSTODIANTE



AUDITORIA



ASSESSOR LEGAL

SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

AGÊNCIA DE RATING

Fitch Ratings Brasil Ltda.

A Instituição Líder desta emissão é o BB Banco de Investimento S.A.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

CNPJ/MF nº 11.225.344/0001-15

CEDENTE



caesb

*Companhia de Saneamento Ambiental do
Distrito Federal*

Distribuição Pública de 4.800 (quatro mil e oitocentas) Cotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, em série única, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) (a “Oferta”), totalizando:

R\$120.000.000,00

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores pela Fitch Ratings: AA-(bra)

Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2010/012 em 21 de maio de 2010

CÓDIGO ISIN: BRFCBCTF003

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a “Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral de suas cotas, sendo uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo Seis do Regulamento.

A distribuição pública das Cotas Seniores (a “Oferta”) foi deliberada pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Pr. XV de Novembro nº 20 Ed. Bolsa V - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.822.936/0001-69 (o “Administrador”). O Fundo e a distribuição pública de suas Cotas Seniores foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 21 de maio de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/012.

O BB - Banco de Investimento S.A. (a “Instituição Líder”), o Banco Votorantim S.A. e o Banco ABC Brasil S.A. (em conjunto com a Instituição Líder, as “Instituições Intermediárias”) foram as instituições contratadas pelo Administrador e pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB (a “Cedente”) para realizar a Oferta.

A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 935.477, no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 09 de outubro de 2009. A deliberação de primeira alteração do Regulamento foi averbada sob o nº 941.211 em 04 de dezembro de 2009, a deliberação de segunda alteração do Regulamento averbada, sob o nº 946.979 em 01 de fevereiro de 2010 e a deliberação de terceira alteração do Regulamento averbada, sob o nº 957.292 em 07 de maio de 2010.

Adicionalmente às Cotas Seniores, serão emitidas, pelo Fundo, 340 (Trezentas e quarenta) cotas subordinadas (as “Cotas Subordinadas”), que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente. As Cotas Subordinadas não serão objeto desta Oferta. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, Investidores Qualificados. As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, e (ii) negociação, no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos da CETIP.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 32 A 40.

“O Fundo visa atingir Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como demais autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas cotas do Fundo, bem como o prazo de maturação do investimento.”



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

INSTITUIÇÃO LÍDER

INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS



ADMINISTRADOR

GESTORA

CUSTODIANTE

AUDITORIA

ASSESSOR LEGAL

AGÊNCIA DE RATING



SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCHE
ADVOGADOS

Fitch Ratings Brasil Ltda.

A Instituição Líder desta emissão é o BB Banco de Investimento S.A.

A data deste Prospecto é 24 de maio de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS – ANBID

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DA GESTORA, DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, DE CONSULTORES E AUDITORES.....	14
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	15
<i>Características do Fundo</i>	15
<i>Distribuição e Negociação das Cotas</i>	17
<i>Empresa de Auditoria</i>	17
<i>Agência de Classificação de Risco</i>	17
<i>Outras Informações</i>	17
SUMÁRIO.....	19
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES.....	27
FATORES DE RISCO	32
RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO.....	32
RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS.....	34
RISCOS ASSOCIADOS À CEDENTE E AO SETOR EM QUE ATUA.....	38
OS DIREITOS CREDITÓRIOS	41
ESTRUTURA DA OPERAÇÃO	53
<i>Resumo da estrutura</i>	53
<i>Fluxo Inicial da Operação</i>	54
<i>Fluxo Contínuo da Operação</i>	55
<i>Fluxo de Entrega de Recebíveis e Informações</i>	56
<i>Da Cessão dos Direitos Creditórios</i>	57
<i>Da Quantidade Mínima Mensal</i>	57
<i>Dos Procedimentos de Arrecadação e Entrega dos Direitos Creditórios</i>	58
<i>Ordem de alocação de recursos</i>	60
<i>Encargos do Fundo</i>	61
<i>Custos referentes à cobrança dos ativos do Fundo</i>	62
<i>Eventos de Avaliação</i>	63
<i>Eventos de Liquidação</i>	65
<i>Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo</i>	65
<i>Dação em pagamento dos Direitos Creditórios</i>	66
<i>Assembleia Geral</i>	66
<i>Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo</i>	68
AS COTAS	70
<i>Características das Cotas Seniores</i>	70
<i>Características das Cotas Subordinadas</i>	70
<i>Emissão e integralização das Cotas</i>	71
<i>Negociação das Cotas</i>	73
<i>Tributação</i>	73
<i>Alienação de Cotas a terceiros</i>	75
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	76
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	77
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES.....	78

ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E GESTORA	79
<i>O Administrador</i>	79
<i>O Custodiante e Agente Escriurador</i>	79
<i>A Gestora</i>	79
VISÃO GERAL DO SETOR DE SANEAMENTO	80
<i>Panorama Geral do Saneamento Básico no Brasil</i>	80
<i>Regulamentação do Setor</i>	81
<i>Uso dos Recursos Hídricos</i>	81
<i>Tarifação Sobre os Serviços de Saneamento Básico</i>	83
<i>Qualidade da Água</i>	85
A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	86
<i>Visão Geral da Cedente</i>	86
<i>Histórico</i>	86
<i>Capital Social</i>	87
<i>Composição Acionária</i>	87
<i>Histórico do Capital Social</i>	87
<i>Objeto Social</i>	87
<i>Administração</i>	87
<i>Conselho de Administração</i>	87
<i>Diretoria</i>	88
<i>Conselho Fiscal</i>	88
<i>Descrição das Atividades da Cedente</i>	89
<i>Produção, Adução e Distribuição de Água</i>	89
<i>Estações de Tratamento de Água – ETA's</i>	90
<i>Processo de Tratamento de Água</i>	90
<i>Distribuição de Água</i>	91
<i>Coleta e Tratamento de Esgoto</i>	91
<i>Sistema de Esgotos</i>	92
<i>Tratamento de Esgoto e Lançamento de Efluentes</i>	92
<i>Disposição do Lodo</i>	93
<i>Clientes</i>	93
<i>Tarifas Anuais de Água e Esgotos</i>	93
<i>Faturamento</i>	96
<i>Procedimento de Faturamento</i>	96
<i>Procedimento de Cadastramento</i>	97
<i>Procedimento de Cobrança</i>	97
<i>Inadimplência</i>	97
<i>Consumo de Eletricidade</i>	97
<i>Investimentos</i>	98
<i>Principais Projetos</i>	98
<i>Questões Ambientais</i>	102
<i>Pendências Judiciais e Administrativas da Cedente</i>	104
<i>Recursos Humanos</i>	105
<i>Seguros</i>	107
<i>Capitalização</i>	107
<i>Informações Financeiras Seleccionadas da Cedente</i>	107
<i>Contratos Relevantes</i>	111

ANEXOS

ANEXO I	- INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	121
ANEXO II	- REGULAMENTO	125
ANEXO III	- SUPLEMENTO.....	205
ANEXO IV	- CONTRATO DE CESSÃO	209
ANEXO V	- DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER.....	273
ANEXO VI	- SÚMULA DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	277
ANEXO VII	- RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	295
ANEXO VIII	- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, 2007 E 2006, COM OS RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES...	431
ANEXO IX	- INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	495

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

<u>ADASA:</u>	é a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal;
<u>Administrador:</u>	é a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Fitch Ratings;
<u>Agentes Arrecadadores:</u>	são os agentes arrecadadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação, e outras instituições que vierem a ser incluídas como Agentes Arrecadadores nos termos do Contrato de Cessão, excetuados os Bancos Arrecadadores Master;
<u>ANA:</u>	é a Agência Nacional de Águas;
<u>ANBID:</u>	é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimento financeiros, distintos de Direitos Creditórios Cedidos, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos do Artigo 15º do Regulamento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Centralizador:</u>	é o BRB – Banco de Brasília S.A.;
<u>Bancos Arrecadadores Master:</u>	são o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agentes arrecadadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação;
<u>BNDES:</u>	é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
<u>CAIXA:</u>	é a Caixa Econômica Federal;
<u>Cedente ou CAESB:</u>	é a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, ou suas sucessoras, a qualquer título;
<u>Cessão Incondicionada:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1.1 do Contrato de Cessão;
<u>Cessão sob Condição Suspensiva:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1 do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>CNPJ/MF:</u>	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

<u>Código Civil:</u>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>Conta Centralizadora:</u>	é a conta corrente mantida pela Cedente no Banco de Brasília S.A. – BRB, de nº 070, na agência nº 163, sob nº 001.010-0, destinada a receber as transferências dos Agentes Arrecadadores e dos Bancos Arrecadadores Master;
<u>Contas Autorizadas da Cedente:</u>	são as contas correntes mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal para recebimento dos valores transferidos pelo Banco Centralizador, relativos ao saldo da Conta Centralizadora não transferido para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados;
<u>Contas Autorizadas do Fundo:</u>	são as contas correntes mantidas pelo Fundo no Banco do Brasil S.A. para recebimento dos valores transferidos da Conta Centralizadora pelo Banco Centralizador;
<u>Contas Arrecadadoras:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente nos Agentes Arrecadadores, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas Arrecadadoras Master:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas de Água e Esgoto:</u>	são as contas mensais de serviços de água e/ou esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III do Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente em virtude da prestação de Serviços de Saneamento Básico aos Usuários;
<u>Contas Reservas Caixa:</u>	são as contas de titularidade da CAESB, vinculadas aos diversos Contratos de Financiamento CAIXA, não movimentáveis pelo tomador, na qual devem ser depositados recursos suficientes para o pagamento de determinado número de encargos estabelecidos;
<u>Contas Arrecadadoras Caixa:</u>	são as contas de titularidade da CAESB, vinculadas aos diversos contratos de financiamento, abertas em agência da Caixa, exclusivamente destinada à arrecadação de tarifas;
<u>Contas Reservas Vinculadas aos Financiamentos:</u>	são as diversas contas de titularidade da Cedente vinculadas aos diversos financiamentos mantidos não movimentáveis pela Cedente e com movimentação exclusiva do credor ou mandatado por este para praticar atos que tornem a garantia vinculada eficaz;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Votorantim Asset Management DTVM Ltda., do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do BRB – Banco de Brasília S.A.;
<u>Contrato de Concessão:</u>	é o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, celebrado pela Cedente e pela ADASA em 23 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a exploração do Serviço de Saneamento Básico;

<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios a ser firmado entre o Custodiante, o Administrador, o Fundo e a Cedente;
<u>Contrato de Distribuição:</u>	é o "Contrato de Coordenação e Colocação de Cotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Cotas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB", celebrado entre o Fundo, a Cedente, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Votorantim S.A.;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas:</u>	é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB", celebrado entre o Fundo e a Cedente;
<u>Contratos de Arrecadação:</u>	são os contratos de prestação de serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto firmados pela Cedente com o Banco do Brasil S.A. em 30 de setembro de 2009 e com a Caixa Econômica Federal em 02 de maio de 2005, conforme posteriormente aditados, além de outros contratos de arrecadação listados no Anexo II do Contrato de Cessão;
<u>Contratos de Financiamento CAESB:</u>	são os contratos de financiamento celebrados pela CAESB e vigentes na data da celebração do Contrato de Cessão, listados no Anexo X do Contrato de Cessão;
<u>Cotas:</u>	são as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas;
<u>Cotas Seniores:</u>	são as cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em série única, observado o disposto no Regulamento;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	são as cotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo;
<u>Cotistas:</u>	são os titulares das Cotas;
<u>Cotistas Seniores:</u>	são os titulares das Cotas Seniores;
<u>Cotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Cotas Subordinadas;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	são os critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo Oito do Regulamento, que deverão ser atendidos pelos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
<u>CSLL:</u>	é o Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco do Brasil S.A., responsável pelos serviços de custódia, aplicação dos critérios de elegibilidade aos recebíveis e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>DAEE:</u>	é o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Distrito Federal;

<u>Datas de Amortizações Programadas:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas no Suplemento, constante do Anexo III do Regulamento;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 40 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral das Cotas Seniores, que deverá coincidir com a última Data de Amortização das Cotas Seniores;
<u>Decreto 26.590/06:</u>	é o Decreto Distrital nº 26.590, de 23 de fevereiro de 2006, com suas alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 442, de 10 de maio de 1993, que dispõe sobre a classificação de tarifas dos Serviços de Água e Esgoto do Distrito Federal e dá outras providências;
<u>Direitos Creditórios:</u>	são os direitos de crédito que a Cedente detém ou que virá a deter contra os Usuários em razão: (a) da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico; e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente por meio dos Bancos Arrecadadores Master e Agentes Arrecadadores;
<u>Direitos Creditórios Cedidos:</u>	são os direitos creditórios preferencialmente arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos demais Agentes Arrecadadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, sendo certo que os Direitos Creditório Onerados não fazem parte dos Direitos Creditórios Cedidos;
<u>Direitos Creditórios Onerados:</u>	são (i) os Direitos Creditórios que estão onerados por meio de vinculação; e/ou (ii) o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionados por Direitos Creditórios referentes à arrecadação tarifária da Cedente em montante suficiente para o atendimento das garantias estabelecidas para os diversos Contratos de Financiamento CAESB, listados no Anexo X do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Emergentes da Concessão:</u>	são os Direitos Creditórios, inclusive o direito de receber todas e quaisquer quantias devidas ou que venham a ser devidas pelo poder concedente ou outra autoridade a título de indenização pela extinção do Contrato de Concessão nos termos dos artigos 35 a 39 da Lei 8.987/95, a título de indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis da concessão contemplada no Contrato de Concessão, ainda não amortizados ou depreciados, assim como qualquer indenização que venha a ser recebida pela Cedente em virtude do término de referida concessão;

<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
<u>Disponibilidades:</u>	são os recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 15º do Regulamento;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	são as Contas de Água e Esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III do Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador;
<u>Encargos do Fundo:</u>	são os encargos estabelecidos no Artigo 33º do Regulamento;
<u>ETA:</u>	é a Estação de Tratamento de Água;
<u>ETE:</u>	é a Estação de Tratamento de Esgoto;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	são os eventos definidos no Artigo 53º do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os eventos definidos no Artigo 54º do Regulamento;
<u>FGC:</u>	é o Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos;
<u>Fundo:</u>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB;
<u>Gestora:</u>	é a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
<u>Governo Federal:</u>	é o Governo Federal da República Federativa do Brasil;
<u>IBGE:</u>	é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
<u>IGP-M:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Índice de Cobertura:</u>	representa 4,0 (quatro) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar pelas Contas Arrecadoras Master durante o Prazo de Duração do Fundo, conforme artigo 4º do Regulamento, apurado mensalmente pelo Custodiante por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal realizado pelo Administrador, observado o disposto no Contrato de Cessão;

<u>Intermediário:</u>	é a instituição financeira contratada como representante pelo Investidor Qualificado;
<u>Instituição Líder:</u>	BB - Banco de Investimento S.A.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) preferencialmente, Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB - Banco de Investimento S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Votorantim S.A., Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Banco ABC Brasil S.A.; e (ii) instituições financeiras, não incluídas suas respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco mínima “AA”, atribuída pela Agência de Classificação de Risco;
<u>Instituições Intermediárias:</u>	são as seguintes instituições financeiras: BB - Banco de Investimento S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 400:</u>	é a Instrução CVM nº 400, de 23 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>IOF/Títulos:</u>	é o Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários;
<u>IPCA:</u>	é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE;
<u>IR:</u>	é o Imposto de Renda;
<u>IRPJ:</u>	é o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;
<u>Lei de Concessões:</u>	é a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores;
<u>Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto:</u>	significa o montante total de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores oriundos do pagamento de Contas de Água e Esgoto pelos Usuários, e de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente;
<u>Notificação de Solicitação de Relatórios:</u>	tem o significado estabelecido na Cláusula 4.3.2 do Contrato de Cessão;
<u>Notificação de Solicitação de Transferência:</u>	tem o significado estabelecido na Cláusula 4.4.1 do Contrato de Cessão;
<u>Parâmetro de Rentabilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 14º do Regulamento;

<u>Partes Relacionadas:</u>	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um do Regulamento;
<u>Período de Capitalização:</u>	é o período compreendido entre a Data de Emissão de Cotas Seniores, inclusive, e o dia útil imediatamente anterior, inclusive, a cada data de pagamento da amortização das Cotas Seniores;
<u>Período de Carência:</u>	é o período de 12 meses contado da Data de Emissão;
<u>PIS:</u>	é a Contribuição ao Programa de Integração Social;
<u>PLANASA:</u>	Plano Nacional de Saneamento;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Prazo de Duração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor a ser pago pelo Fundo para a Cedente em contra partida da cessão de Direitos Creditórios;
<u>Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:</u>	é o Procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido pelos Coordenadores, sob liderança do BB – Banco de Investimento S.A., para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Cotas em diferentes níveis de taxa de juros, realizado em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400;
<u>Prospecto Definitivo:</u>	Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, datado de 24 de maio de 2010;
<u>Prospecto Preliminar:</u>	Prospecto Preliminar da Distribuição Pública de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB;
<u>Prospectos:</u>	Prospecto Preliminar em conjunto com o Prospecto Definitivo;

<u>Quantidade Mínima Mensal:</u>	é a quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios Cedidos objeto das Transferências Mensais, calculada de acordo com a fórmula indicada no item 3.1 do Contrato de Cessão;
<u>Quantidade Extraordinária:</u>	é a quantidade de Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Extraordinária;
<u>Receita Arrecadada:</u>	tem o mesmo significado atribuído ao Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto acima;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
<u>Relatório de Arrecadação:</u>	é o arquivo informativo das quantias oriundas das Contas de Água e Esgoto enviadas diariamente pelos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores à Cedente e ao Custodiante com os montantes de Contas de Água e Esgoto recebidas, na forma do Anexo V do Contrato de Cessão;
<u>Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos:</u>	é o relatório informando a transferência de Direitos Creditórios Cedidos encaminhado pelo Administrador à Cedente e aos Bancos Arrecadores Master e aos Agentes Arrecadores, se aplicável, e ao Banco Centralizador nos termos da Cláusula 4.4.1 e na forma do Anexo VI do Contrato de Cessão;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
<u>SFF:</u>	é o Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP;
<u>Serviços de Saneamento Básico:</u>	são os serviços de captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto, prestados ou a serem prestados pela Cedente aos Usuários;
<u>STN:</u>	é a Secretaria do Tesouro Nacional;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no artigo 36, parágrafo primeiro do Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	é a taxa devida pelo Fundo ao Administrador em decorrência dos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada e paga na forma do Artigo 32º do Regulamento, a qual inclui a Taxa de Custódia;
<u>Taxa de Custódia:</u>	é a taxa devida pelo Fundo ao Custodiante pelos serviços de custódia qualificada, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo;

<u>Taxa DI:</u>	é a taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP;
<u>Taxa Selic:</u>	é a taxa apurada no SELIC, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco:</u>	é o documento preparado sob a forma do Anexo II do Regulamento;
<u>Transferência Extraordinária:</u>	é a transferência de Direitos Creditórios a ser realizada nos termos do Contrato de Cessão, imediatamente após a ocorrência de um Evento de Avaliação salvo se de outro modo autorizado por titulares de Cotas Seniores representando 90% das Cotas Seniores em Circulação em Assembleia Geral realizada nos termos do Regulamento, em montante em Reais equivalente (i) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido aos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (ii) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional;
<u>Transferência Mensal:</u>	é a transferência mensal de Direitos Creditórios Cedidos a ser realizada pelo Banco Centralizador às Contas Autorizadas do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, correspondente aos primeiros direitos creditórios vincendos a partir da data da transferência em questão, em montante em Reais equivalente à Quantidade Mínima Mensal;
<u>União:</u>	é a pessoa jurídica de direito público representante do Governo Federal, conforme o caso, adquirente da Caixa Econômica Federal com fulcro na Medida Provisória 2196-3 de 21 de agosto de 2001 de créditos integrantes da Carteira de Saneamento e Desenvolvimento Urbano;
<u>Usuários:</u>	são os usuários dos Serviços de Saneamento Básico prestados pela Cedente no Distrito Federal, nas categorias Residencial, Comercial e/ou Industrial; e
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Cota Sênior ou Cota Subordinada na Data de Emissão de Cotas Seniores ou Subordinadas, conforme o caso, calculado na forma do Artigo 43º e do Artigo 45º, respectivamente do Regulamento.

**IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DA GESTORA, DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS, DE
CONSULTORES E AUDITORES**

Administrador	Gestora
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Praça XV de Novembro, nº 20, 2º e 3º andares– Centro - CEP: 20.010-010 - Rio de Janeiro - RJ Tel nº: 21 3808 - 7500 fax nº: 21 3808 - 7506 www.bb.com.br/ofertapublica	Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar CEP 04794-020 – São Paulo – SP Tel nº: 11 5171-5014 fax nº: 11 5171-5194 www.vam.com.br
Instituição Líder	Instituição Intermediária
BB Banco de Investimento S.A. Rua Senador Dantas, 105, 36º andar 20031-923 – Rio de Janeiro – RJ Tel nº: (21) 3808-3625 Fax nº: (21) 3808-3239 www.bb.com.br/ofertapublica	Banco ABC Brasil S.A Av Pres. Juscelino Kubitschek, 1400, 5º andar 04543-000- São Paulo (SP) Tel nº: 11 3170-2289 fax nº: 11 3170-2093 www.abcbrasil.com.br
Instituição Intermediária	Custodiante
Banco Votorantim S.A. Av. das Nações Unidas, 14.171, 18º andar- Torre A 04794-000 - São Paulo (SP) Tel nº: (11) 5171-2612 Fax nº: (11) 5171-2656 www.bancovotorantim.com.br	Banco do Brasil S.A. Rua Lélío Gama, 105, sala 3801, Centro 20031-080 - Rio de Janeiro – RJ Tel nº: (21) 3808-3568 / 3808-3506 Fax nº: (21) 3808-3239 www.bb.com.br
Agência de Rating	Auditores Independentes
Fitch Ratings Brasil Ltda Rua Bela Cintra, 904 - 4º andar, Cep: 01415-000 - São Paulo (SP) Telefone: (11) 4504-2602 Fac-símile: (11) 4504-2601 E-mail: jayme.bartling@fitchratings.com Internet: www.fitchratings.com	KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Paes de Barros,33 Cep: 04530-904 - São Paulo (SP) Telefone: (11) 2183-3000 Fac-símile: (11) 2183-3001 E-mail: Pzago@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br
Consultores Legais	
Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados At: Sr. Paulo Calil Franco Padis Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Características do Fundo

O Fundo

Forma

O Fundo foi constituído em 09 de outubro de 2009, sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando da amortização integral de suas Cotas, sendo uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo Seis do Regulamento.

Base Legal e Classificação ANBID

O Fundo tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM 356. Para fins da classificação da ANBID, o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios.

Direitos Creditórios Cedidos

Os Direitos Creditórios Cedidos são os direitos creditórios, preferencialmente, arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos demais Agentes Arrecadadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados estão excluídos dos Direitos Creditórios Cedidos, até o montante que não deverá ser superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo.

Direitos Creditórios Onerados

Os Direitos Creditórios Onerados são (i) os Direitos Creditórios que estão onerados por meio de vinculação; e/ou (ii) o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionados por Direitos Creditórios referentes à arrecadação tarifária da Cedente em montante suficiente para o atendimento das garantias estabelecidas para os diversos Contratos de Financiamento CAESB, listados no Anexo X do Contrato de Cessão.

Usuários

Os Usuários são os usuários dos Serviços de Saneamento Básico prestados pela Cedente no Distrito Federal, nas categorias Residencial, Comercial e/ou Industrial.

Prazo de Duração

O prazo de duração do Fundo inicia-se na Data de Emissão de Cotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) contados a partir da Data de Emissão destas, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último ("Prazo de Duração"), podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento ou por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 4º e do Artigo 60º do Regulamento.

Classes e Séries de Cotas

O Fundo emitirá Cotas Seniores em 1 (uma) única série e 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas.

Quantidade e Valor Unitário de Emissão de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas

O Fundo emitirá 4.800 (quatro mil e oitocentas) Cotas Seniores e 340 (trezentas e quarenta) Cotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, em moeda corrente nacional e não serão objeto da Oferta

Montante de emissão das Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas

O montante total de emissão das Cotas Seniores é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões reais).

O montante total de emissão de Cotas Subordinadas é de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais).

Data de Emissão

A Data de Emissão das Cotas será aquela em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 40 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.

Procedimento e Prazo de Colocação da Oferta

As Cotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição (“Prazo de Colocação”). Para mais informações, vide Seção “Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores” deste Prospecto.

Datas de Amortização

As Cotas Seniores terão seu principal amortizado mensalmente a partir do 13º mês inclusive contados da Data de Emissão, todo dia 20 ou no dia útil subsequente, caso aplicável. Os juros serão pagos semestralmente durante o Período de Carência.

Parâmetro de Rentabilidade

O Fundo buscará, mas não garante atingir, um parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores correspondente à taxa média diária do Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra grupo*” expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“Taxa DI” e “CETIP”, respectivamente), acrescida de um *spread* de 3,50% ao ano (três inteiros e cinco décimos por cento), conforme definido em coleta de intenções de investimento conduzida perante Investidores Qualificados (“Procedimento de *Bookbuilding*”), nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Parâmetro de Rentabilidade”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* constará do Suplemento ao Regulamento. O Parâmetro de Rentabilidade das Cotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Cotistas. Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Cotas Subordinadas.

Conforme correspondência protocolada na CVM em 04 de maio de 2010, após consulta prévia de alguns investidores e, em razão de novas condições mercadológicas, o Coordenador Líder alterou de comum acordo com a Cedente e as Instituições Intermediárias, a taxa alvo do Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que a taxa alvo que era correspondente à Taxa DI acrescida de um *spread* máximo de 2,50% ao ano, passou a ser correspondente à taxa alvo correspondente à Taxa DI acrescida de um *spread* máximo de 3,50% ao ano, nos termos do parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que permite a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

Classificação de Risco das Cotas

A classificação de risco das Cotas atribuída pela Fitch Ratings é “AA-(bra)”.

Público Alvo

Somente poderão adquirir as Cotas, Investidores Qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e suas alterações posteriores, bem como demais investidores autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de aplicação por investidor interessado em adquirir Cotas Seniores no âmbito da Oferta será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Divulgação de Informações

Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente. Os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração poderão ser consultados no endereço do Administrador, conforme Seção “*Identificação do Administrador, da Gestora, das Instituições Intermediárias, de Consultores e Auditores*” deste Prospecto.

Distribuição e Negociação das Cotas

As Cotas Seniores serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição primária e a custódia eletrônica das Cotas.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, através do SF - Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação financeira dos eventos e a custódia eletrônica das Cotas Seniores, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas Seniores do Fundo.

Empresa de Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Paes de Barros, n.º 33.

Agência de Classificação de Risco

A Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo é a Fitch Ratings.

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Oferta ou o Fundo bem como cópias do Regulamento e deste Prospecto poderão ser obtidos perante as Instituições Intermediárias, o Administrador e a CVM, nos endereços a seguir indicados:

BB - Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
20031-923 – Rio de Janeiro – RJ
Srta. Paula Fajardo Archanjo
Tel nº: (21) 3808 3625
Fax nº: (21) 3808 3239
e-mail: securitizacao@bb.com.br
www.bb.com.br/ofertapublica

Banco ABC Brasil S.A.

Av Pres. Juscelino Kubitschek, 1400 5º andar

04543-000- São Paulo (SP)

Sr. João Carlos Gonçalves da Silva

Tel nº: 11 3170 - 2289

fax nº: 11 3170 - 2093

www.abcbrasil.com.br

Banco Votorantim S.A.

Av. das Nações Unidas, 14.171, 18º andar- Torre A

04794-000 - São Paulo (SP)

Sr. Roberto Roma

Tel nº: (11) 5171 2612

Fax nº: (11) 5171 2656

www.bancovotorantim.com.br

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Administrador)

Praça XV de Novembro, nº 20, 2º e 3º andares - Centro - CEP: 20.010-010 - Rio de Janeiro - RJ

Sr. Carlos José da Costa André

Tel nº: 21 3808 - 7500

fax nº: 21 3808 - 7506

www.bb.com.br/ofertapublica

Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar - CEP 04794-000 – São Paulo – SP

Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho

Tel nº: 11 5171-5014

fax nº: 11 5171-5194

www.vam.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

www.cvm.gov.br

O Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, 230/11º andar

Rio de Janeiro, RJ

www.cetip.com.br

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar

São Paulo, SP

www.cetip.com.br

SUMÁRIO

O Fundo

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que se inicia na Data de Emissão de Cotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) meses ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento, o qual foi registrado no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 09 de outubro de 2009, sob o n.º 935.477. A deliberação de primeira alteração do Regulamento foi averbada sob o n.º 941.211 em 04 de dezembro de 2009, a deliberação de segunda alteração do Regulamento averbada sob o n.º 946.979 em 01 de fevereiro de 2010 e a deliberação de terceira alteração do Regulamento averbada sob o n.º 957.292 em 07 de maio de 2010. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento. O Fundo buscará, mas não garante atingir, um parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores correspondente à Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um *spread* de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* consta do Suplemento ao Regulamento.

Conforme correspondência protocolada na CVM em 04 de maio de 2010, após consulta prévia de alguns investidores e, em razão de novas condições mercadológicas, o Coordenador Líder alterou, de comum acordo com a Cedente e as Instituições Intermediárias, a taxa alvo do Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que a taxa alvo que era correspondente à Taxa DI acrescida de um *spread* máximo de 2,50% ao ano, passou a ser correspondente à taxa alvo correspondente à Taxa DI acrescida de um *spread* máximo de 3,50% ao ano, nos termos do parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que permite a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Para fins do disposto na Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a Política de Investimento e Composição da Carteira do Fundo, de forma a caracterizar o investimento das Cotas do Fundo como de longo prazo. No entanto, tal fato não deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação ou garantia do Administrador aos Cotistas.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da Data de Emissão de Cotas Seniores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios ("Disponibilidades"), em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (considerados em conjunto "Ativos Financeiros"):

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (c) operações compromissadas tendo como lastros os ativos indicados nos itens "a" e "b" acima.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

As aplicações realizadas no Fundo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, de suas respectivas Partes Relacionadas, do Custodiante, da Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

O Fundo não poderá realizar operações nas quais o Administrador atue na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados a variação cambial;
- (b) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- (c) operações com derivativos.

O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Usuários ou pela correta constituição, e, quando constituídos, existência, pela liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Cedidos.

Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e do Custodiante em colocar em prática a Política de Investimento e Composição da Carteira delineada no Regulamento, o Administrador e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento dos Direitos Creditórios, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Com relação aos Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, o Administrador deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão:

- (a) o total de Direitos Creditórios Cedidos relativos a um mesmo Usuário, pode representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Não se aplica ao Fundo a possibilidade de extrapolação de limite de concentração estabelecida no Parágrafo 1º do Artigo 40-A da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas, bem como de títulos de emissão do Tesouro Nacional, no Patrimônio Líquido do Fundo.
- (b) o total dos demais Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (c) Não há limite de concentração para investimento em títulos de emissão do Governo Federal.

Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas a prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Os percentuais de composição, limites e diversificação da carteira do Fundo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Os Direitos Creditórios Cedidos

Os Direitos Creditórios Cedidos são os direitos creditórios, preferencialmente, arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos demais Agentes Arrecadadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados estão excluídos dos Direitos Creditórios Cedidos, até o montante que não deverá ser superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo.

Direitos Creditórios Onerados

Os Direitos Creditórios Onerados são (i) os Direitos Creditórios que estão onerados por meio de vinculação; e/ou (ii) o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionados por Direitos Creditórios referentes à arrecadação tarifária da Cedente em montante suficiente para o atendimento das garantias estabelecidas para os diversos Contratos de Financiamento CAESB, listados no Anexo X do Contrato de Cessão.

As Cotas

O Fundo emitirá Cotas para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo esta dividida em 4.800 (quatro mil e oitocentas) Cotas Seniores e 340 (trezentas e quarenta) Cotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, em moeda corrente nacional, e não serão objeto da Oferta.

Para mais informações sobre as Cotas Subordinadas ver Seção “As Cotas – Características das Cotas Subordinadas” deste Prospecto.

Emissão e Integralização das Cotas Seniores

As Cotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Emissão na Data de Emissão, ou na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Cota de D + 0).

Amortização e resgate das Cotas Seniores

As Cotas Seniores terão seu principal amortizado mensalmente a partir do 13º mês, inclusive, contados da Data de Emissão, todo dia 20 ou no dia útil subsequente, caso aplicável.

Observada a ordem de alocação dos recursos, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, o Administrador deverá transferir as Disponibilidades depositadas na Conta Autorizada do Fundo aos titulares das Cotas, na conta corrente por estes indicadas no Boletim de Subscrição, em cada Data de Amortização ou na Data de Resgate, conforme o caso.

O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas Seniores, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador no dia útil anterior as respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 55º do Regulamento, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observados os termos do Contrato de Cessão.

Distribuição e Negociação das Cotas Seniores

As Cotas Seniores serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição primária e a custódia eletrônica das Cotas Seniores. As Cotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, através do SF - Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação financeira dos eventos e a custódia eletrônica das Cotas Seniores, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas Seniores do Fundo.

O Administrador

O Fundo é administrado pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção usualmente aplicadas pelo mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários de diligência, lealdade, informação e preservação dos direitos dos Cotistas. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento (ver Seção “Anexos – Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB”).

Remuneração do Administrador

Taxa de Administração: 0,04% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

Substituição do Administrador

O Administrador poderá, mediante aviso aos Cotistas na forma prevista no Regulamento, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis contados da referida convocação, para decidir entre: (i) a substituição do Administrador e definição de seu substituto (o “Administrador Substituto”), e/ou (ii) a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM 356, observado o quorum de deliberação estabelecido na alínea (b), do Parágrafo Primeiro, do Artigo 63 do Regulamento.

Na hipótese de a Assembleia de que trata o parágrafo acima (i) não nomear Administrador Substituto, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, em primeira e segunda convocação, para tanto, o Administrador deverá dar início ao processo de liquidação do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados, conforme o caso: (a) da data da realização da referida Assembleia Geral, ou (b) em a Assembleia Geral não sendo instalada, da data em que a mesma deveria ocorrer em segunda convocação, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove do Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador e de nomeação de Administrador Substituto em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que o Administrador Substituto venha a lhe substituir integralmente, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral mencionada acima.

O quorum para aprovação da substituição do Administrador em Assembleia Geral deverá ser representado por, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação.

Caso o Administrador Substituto (i) não aceite a designação para a função de administrador; ou (ii) não dê início às atividades de administração do Fundo, o Administrador deverá dar início ao processo de liquidação antecipada, respectivamente, no dia útil imediatamente subsequente: (a) àquele em que tome ciência da referida recusa pelo Administrador Substituto; ou (b) ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove do Regulamento.

Caso se determine em Assembleia Geral a substituição do Administrador, seja por renúncia deste ou não, o Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, em até 15 (quinze) dias úteis contados da data da aceitação da função pelo Administrador Substituto, colocar a disposição deste todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que o Administrador substituto possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e/ou de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das normas e dispositivos que regem a responsabilidade do próprio Administrador.

O Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco do Brasil S.A. Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Remuneração do Custodiante

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a uma remuneração equivalente a 0,13% ao ano calculados sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, deduzida mensalmente da Taxa de Administração devida ao Administrador, com pagamento mínimo mensal de R\$13.000,00 (treze mil reais).

Substituição do Custodiante

O Administrador poderá contratar outra prestadora de serviço de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado por 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação na Assembleia Geral.

A Gestora

A Gestora é responsável pelo desempenho das seguintes atividades, em conformidade com as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável da CVM:

- gestão dos Ativos do Fundo; e
- instrução ao Administrador da prática de quaisquer outros atos relativos à gestão do Fundo e permitidos pelas leis e regulamentações aplicáveis, em qualquer caso nos termos do Artigo 15º do Regulamento.

Remuneração da Gestora

A Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 0,08% ao ano sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

Substituição da Gestora

O Administrador poderá contratar outra instituição financeira credenciada pela CVM para gestão dos Ativos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembleia Geral.

Os Auditores Independentes

A empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Remuneração dos Auditores Independentes

A remuneração dos Auditores, pelos serviços elencados acima serão os praticados pelo mercado.

Substituição dos Auditores Independentes

O Administrador poderá contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

A Agência de Classificação de Risco

A Fitch Ratings Brasil Ltda. é a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo, tendo sido atribuído Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo “AA-(bra)”, com Perspectiva Estável, às Cotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo. Essa classificação de risco será revisada trimestralmente e divulgada aos Cotistas na forma prevista no Regulamento.

Remuneração da Agência de Classificação de Risco

O custo de monitoramento dessa operação é de R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais), reajustado, tendo como base a data de assinatura do acordo relativo ao "*Credit Assessment*", assinado em 11 de novembro de 2009, pelo IPC-Fipe (ou caso este seja extinto, pelo índice que vier substituí-lo) acrescido de ISS, vencendo o primeiro pagamento 12 (doze) meses após a data de assinatura do acordo, e as demais em datas anuais e sucessivas até o término da operação.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

O Administrador poderá contratar outras agências de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

Fonte de pagamento do Administrador, Gestor, Custodiante, Auditores Independentes e Agência de Classificação de Risco

A fonte de pagamento do Administrador, Gestor, Custodiante, Auditores Independentes e Agência de Classificação de Risco serão decorrentes dos recursos do Fundo.

Conflito de Interesses

A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., sediada à Praça XV de Novembro, nº 20, 2º e 3º andares, tem como objetivo precípuo a administração de recursos de terceiros na forma de fundos de investimento. No exercício de suas funções, compete à BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. gerir o ativo dos fundos que administra, bem como contratar prestadores de serviços para realização das atividades dos fundos. A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários S.A. possui diversos contratos firmados com o Banco do Brasil S.A. para realização da prestação de serviços de liquidação, custódia e controladoria dos fundos de investimentos por ela administrados.

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante pelo fato das respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. O Administrador declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pela Gestora.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo BB-BI na função de ser Instituição Líder, nem pelo Banco ABC Brasil S.A e nem pelo Banco Votorantim S.A., na qualidade de Instituições Intermediárias.

A Cedente deu em garantia, em contratos firmados com a União, um total de 24% (vinte e quatro por cento) do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto até o limite do saldo devedor total atualizado (R\$123.981.470,90 em 30 de setembro de 2009) dos referidos contratos, além de ter se obrigado a observar um fluxo mensal mínimo de 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às dívidas garantidas.

Nos Contratos firmados com a CAIXA, a Cedente vinculou parte da Receita Arrecadada (“Receita Vinculada Caixa”), correspondente as 3 parcelas seguintes destes Contratos, para garantir as obrigações decorrentes desses contratos. O saldo devedor total das operações contratadas junto à CAIXA em 30 de setembro de 2009 é de R\$145.830.202,50 (cento e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos com estes parâmetros de vinculação é de R\$1.575.584,33 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos).

A Cedente possui ainda um contrato de financiamento com a CAIXA no valor de R\$40.000.000,00, contratado em 06 de janeiro de 2009 e vencimento em 06 de julho de 2012, em fase de carência de amortização e obrigação de caução de 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal, cujo valor de parcela mensal estimada é de R\$1.371.803,60 (um milhão trezentos e setenta e um mil, oitocentos e três reais e sessenta centavos). Portanto, a estimativa de oneração da receita mensal para fazer frente à garantia ora concedida é de R\$1.783.345,00 (um milhão setecentos e oitenta e três e trezentos e quarenta e cinco reais).

Nos contratos firmados com o BNDES, a Cedente vinculou em garantia do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos um total de 15% (quinze por cento) da Receita Arrecadada, montante este que poderá ser retido na ocorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CAESB e se o saldo da Conta Reserva vinculada aos financiamentos tiverem saldo inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 5 (cinco) meses seguintes. O saldo devedor das operações contratadas com o BNDES é de R\$38.767.748,00 (trinta e oito milhões setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e quarenta e oito reais) em 30 de setembro de 2009 e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos é de R\$948.584,55 (novecentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Assim, como a CAIXA é um dos Bancos Arrecadadores Master e credora e o BRB Banco Centralizador e credor, ocorrência de conflito de interesses pode resultar em atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento. Para maiores informações, vide Fator de Risco – “A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente, bem como uma redução no faturamento da Cedente, pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” neste Prospecto.

Relacionamento entre o Administrador, o Custodiante, a Gestora e as Instituições Intermediárias.

As Instituições Intermediárias, o Administrador, a Gestora e o Custodiante podem assumir as mesmas funções, isolada ou conjuntamente, em outros fundos de investimento. Contudo, essa ligação comercial não deverá criar qualquer conflito de interesse com relação à atuação no Fundo. Atualmente, o Administrador, o Custodiante, a Gestora e a Instituição Líder e as Instituições Intermediárias não atuam, em conjunto, como prestadores de serviço em outros fundos.

A Gestora possui contrato de custódia vigente com o Custodiante para o serviço de custódia e controladoria de FIDC.

Além disso, a Gestora possui relacionamento com o Administrador através de contrato de gestão para um fundo de renda fixa e contrato de distribuição, que permite ao Administrador distribuir cotas alguns fundos abertos geridos pela Gestora.

Relacionamento do Administrador e do Custodiante com a Cedente.

O Administrador é a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e o Custodiante é o Banco do Brasil S.A, entidades pertencentes ao conglomerado Banco do Brasil, o qual mantém operações com a CAESB, tais como: Operações de Financiamento de Capital de Giro, Operações de Leasing Financeiro e Linha para Antecipação de Fornecimentos, cujo saldo devedor em 18 de novembro de 2009 era de aproximadamente R\$72,7 milhões. O conglomerado Banco do Brasil presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de arrecadação e cobrança, pagamentos diversos de fornecedores e cartões corporativos.

Relacionamento da Gestora com a Cedente.

A Votorantim Asset não possui relacionamento com a Cedente.

Relacionamento da Instituição Líder e das Instituições Intermediárias com a Cedente

BB Banco de Investimento S.A.

Além da participação do BB – Banco de Investimento S.A. na presente Oferta, o conglomerado Banco do Brasil mantém operações com a CAESB tais como: Operações de Financiamento de Capital de Giro, Operações de Leasing Financeiro e Linha para Antecipação de Fornecimentos, cujo saldo devedor em 18 de novembro de 2009 era de aproximadamente R\$72,7 milhões. O conglomerado Banco do Brasil presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de arrecadação e cobrança, pagamentos diversos de fornecedores e gestão de recursos.

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. possui relacionamento comercial com a Cedente e atualmente, além da decorrente Oferta, não possui nenhum contrato em vigência com a CAESB.

Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim S.A. possui relacionamento comercial com a Cedente e já concedeu financiamentos anteriormente. Atualmente, não possui nenhum contrato em vigência com a CAESB.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Intermediárias deverão realizar a distribuição pública das Cotas Seniores conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação

O montante total de emissão das Cotas Seniores é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). As Cotas Seniores serão distribuídas pelas Instituições Intermediárias, desde que atendidas todas as condições precedentes do Contrato de Distribuição, celebrado entre a Cedente, o Administrador e as Instituições Intermediárias.

As Cotas Seniores serão colocadas em regime de garantia firme de subscrição e colocação, nos termos dos itens I, II e III abaixo, ao preço unitário de integralização. Os Coordenadores não são solidariamente responsáveis pela subscrição das Cotas Seniores objeto da garantia firme por eles prestada, de forma que cada Coordenador será responsável, única e exclusivamente, pela subscrição das Cotas Seniores, na seguinte proporção:

- I. Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 3.200 (três mil e duzentas) Cotas Seniores, no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão ("Cotas Seniores Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder");
- II. Banco Votorantim S.A.: garantirá a subscrição e colocação pública de 800 (oitocentas) Cotas Seniores, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Data de Emissão ("Cotas Seniores Objeto da Garantia Firme do Votorantim"); e
- III. Banco ABC Brasil S.A.: garantirá a subscrição e colocação pública de 800 (oitocentas) Cotas Seniores, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Data de Emissão ("Cotas Seniores Objeto da Garantia Firme do Banco ABC" e, em conjunto com as Cotas Seniores Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder e com as Cotas Seniores Objeto da Garantia Firme do Votorantim e do Banco ABC "Cotas Seniores Objeto do Regime de Garantia Firme").

As Cotas Seniores serão colocadas pelos Coordenadores no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do anúncio de início de distribuição ("Prazo de Colocação"). O Administrador, de comum acordo com os Coordenadores, mediante pedido fundamentado apresentado à CVM, poderá solicitar a prorrogação do Prazo de Colocação.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, as Cotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, respeitado o Prazo de Colocação e as condições do Contrato de Distribuição, do Regulamento e do Contrato de Cessão.

As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas pela Cedente, de forma que o Fundo atenda as disposições contidas no Regulamento. As Cotas Seniores que não forem colocadas junto a Investidores Qualificados serão integralmente subscritas pelos Coordenadores de acordo com as proporções estabelecidas acima, desde que atendidas as condições precedentes do Contrato de Distribuição e as demais disposições contidas no Regulamento e nos demais documentos da Oferta.

Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Cotas Seniores a partir do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e o boletim individual de subscrição, que serão autenticados pelo respectivo Coordenador e/ou pelos Coordenadores Consorciados, conforme o caso; e (ii) indicará um representante responsável e seu

respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição de que trata esta Cláusula, o subscritor das referidas Cotas Seniores ainda entregará, se for o caso, declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, os Coordenadores deverão:

- I. entregar ao subscritor exemplar do Regulamento, do Suplemento e deste Prospecto; e
- II. obter a assinatura do subscritor no Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e no boletim individual de subscrição respectivo e na Declaração de Investidor Qualificado, utilizando os modelos fornecidos pelo Administrador.

Não há, nem será constituído, fundo de manutenção de liquidez ou de sustentação para as Cotas Seniores.

Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Intermediárias realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes das Instituições Intermediárias, e (iii) que os representantes de venda das Instituições Intermediárias recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelas Instituições Intermediárias. O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, poderão ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*), conforme determinado pelas Instituições Intermediárias de comum acordo com a Cedente, durante os quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Intermediárias e da Cedente, observado, entretanto, que as Instituições Intermediárias se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- o público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, as Instituições Intermediárias consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Cotas Seniores;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Cotas Seniores deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição;

- caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão às Instituições Intermediárias (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o Preço de Aquisição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação; e
- caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resiliado, todos os atos de aceitação serão cancelados e as Instituições Intermediárias, juntamente com a Cedente, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Revogação e Modificação da Oferta

É permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Cotistas. Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, o Fundo e a Instituição Líder poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo o valor dado em contrapartida às Cotas ser restituído integralmente aos aceitantes, na forma estabelecida abaixo.

A alteração será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de alteração, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados pelo Fundo a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Oferta, os valores serão restituídos da maneira prevista abaixo.

Restituição de Recursos

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos entregues pelos investidores com relação às Cotas Seniores deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio da CETIP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de juros ou correção.

Caso esse procedimento de restituição de valores seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação ao Administrador, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição, caso tenha havido a subscrição das Quotas Seniores.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Cotas será encerrada até o final do Prazo de Colocação, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Cotas

No ato de subscrição das Cotas, o investidor (i) assinará o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à Taxa de Administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a conta corrente indicada pelo Administrador ou via Sistema de Transferência de Recursos – STR, pela CETIP. Não estão previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Cotas Seniores.

Cronograma da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas Indicativas
Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	21/12/2009
Recebimento de exigências da CVM	20/01/2010
Protocolo do atendimento de exigências da CVM	03/02/2010
Publicação do Aviso ao Mercado	03/02/2010
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta nos sites	03/02/2010
Início das apresentações a potenciais investidores (<i>road show</i>)	03/02/2010
Coleta de intenções e fixação da remuneração (<i>bookbuilding</i>)	07/05/2010
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	14/05/2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	17/05/2010
Publicação do Anúncio de Início	19/05/2010
Liquidação da Oferta	25/05/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento	04/06/2010

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Cotas, referentes à comissão de estruturação, comissão de colocação, prêmio de garantia firme, prêmio de sucesso, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade da Cedente, e serão pagas à Instituição Líder, às Instituições Intermediárias e aos respectivos prestadores de serviço diretamente pela Cedente.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Cotas a serem suportados pela Cedente:

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos da Oferta Suportados Pela Cedente	Montante	(%) sobre o montante da oferta
Comissão de Estruturação ¹	R\$257.000,00	0,2142%
Comissão de Colocação ¹	R\$480.000,00	0,4000%
Prêmio de Garantia Firme ¹	R\$480.000,00	0,4000%
Prêmio de Sucesso	R\$0,00	0,0000%
Auditoria	R\$60.000,00	0,0500%
Classificação de Risco	R\$50.000,00	0,0417%
Assessores Legais	R\$180.000,00	0,1500%
Material Publicitário	R\$55.000,00	0,0458%
Despesas <i>out of pocket</i>	R\$60.000,00	0,0500%
Total dos Custos Suportados pela Cedente	R\$1.622.000,00	1,3517%

¹ Os valores apresentados já incluem o eventual pagamento de comissões a Coordenadores Consorciados. No caso de contratação de Coordenadores Consorciados, o pagamento de comissões deverá ser suportado pela Administradora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 56 da Instrução CVM 356.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES (EM R\$)	
Custo Total da Distribuição	R\$1.482.000,00
Número de Cotas Seniores	4.800
Custo de Distribuição por Cota	308,75
Custo Percentual Unitário	1,2350%

Ressalte-se que as Instituições Intermediárias foram contratadas para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio do Contrato de Colocação, cuja cópia encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Líder.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Cotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta Seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Cotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

Não existência de seguro da performance da Cedente

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social, ou seja, cuja existência depende do cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela Cedente perante o Devedor. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviços de saneamento básico aos Usuários, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios Cedidos. O Fundo somente procederá a amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam devidamente pagos, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão nas datas programadas, total ou parcialmente. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Modalidade de investimento sofisticada

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento complexa. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, eventos de amortização das Cotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer conseqüências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Limitação de ativos do Fundo

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Cotas é (i) o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) a liquidação dos demais Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas.

Amortização e resgate condicionado das Cotas

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios Cedidos, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Desta forma, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os Ativos Financeiros, incluindo os Direitos Creditórios Cedidos, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade.

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas

Conforme previsto no Capítulo Dezesesseis do Regulamento, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Cotas nas hipóteses previstas no Artigo 54 (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente, o Custodiante, a Gestora e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros com diferentes formas de valorização. Considerando-se que a valorização das Cotas Seniores será definida na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, a Gestora e as respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

Risco decorrente da precificação dos ativos

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Cotas. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Ausência de notificação aos Usuários

A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação (comunicação) prévia aos Usuários, não havendo estes sido instruídos para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Desta forma, existe a possibilidade dos devedores efetuarem pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos diretamente à Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Rebaixamento na Classificação de Risco das Cotas Seniores

A classificação de risco atribuída às Cotas Seniores baseou-se, entre outros fatores, na atual condição da Cedente, de sua carteira de recebíveis e nas informações presentes nos Documentos da Operação. A classificação de risco é revista trimestralmente e não existe garantia de que permanecerá inalterada durante o prazo de duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, os titulares de Cotas Seniores poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Cotas Seniores no mercado secundário.

RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Cedidos

Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, os Cotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito dos Usuários, em virtude da não existência de coobrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Usuários e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo

A Cedente somente terá responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, não assumindo a Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Usuários. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Usuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Usuários. O Administrador somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Usuários, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Considerando que os Direitos Creditórios são a exclusiva fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Usuários, dos Direitos Creditórios Cedidos poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes a suas Cotas.

Necessidade de aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia Geral. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, ele somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros, caso os Cotistas Seniores aportem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, na forma prevista no Capítulo Dezoito do Regulamento. Caso quaisquer dos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador e a Gestora não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Cotistas.

Regularidade dos Direitos Creditórios Cedidos

Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento. A guarda dessa documentação pelo Custodiante pode representar uma limitação ao Fundo, em termos de verificação da originação e formalização dos Direitos Creditórios. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência do Administrador, aceita a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios.

Nos termos do artigo 13, parágrafo 4º e 5º do Regulamento, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. Dessa forma, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cujos documentos apresentem irregularidade, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Riscos Operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente

O envio das Contas de Água e Esgoto pela Cedente, o recebimento, pelos Bancos Arrecadores Master, do pagamento das Contas de Água e Esgoto, a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Mensal para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo, a troca de informações entre os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador, o Administrador, a Gestora e o Custodiante, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão.

O Fundo pode ser obrigado a recorrer a outras instituições arrecadoras para que a Quantidade Mínima Mensal seja atingida

Os Direitos Creditórios Cedidos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master podem não ser suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal. Nesta hipótese, o Fundo deverá notificar outras instituições financeiras que prestam serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, para firmar o respectivo aditamento ao Contrato de Arrecadação e transferir os recursos equivalentes a Quantidade Extraordinária para a conta corrente de titularidade do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador. Nesta hipótese, os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento podem vir a sofrer atrasos, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente, bem como uma redução no faturamento da Cedente, pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo

A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A Cedente é parte em diversos contratos de empréstimo e de financiamento de obras de saneamento básico nos quais empenhou, e/ou vinculou parte da receita decorrente da exploração dos Serviços de Saneamento como forma de garantir os pagamentos devidos sob tais contratos, dentre tais, a CAESB possui Contratos de Financiamento: com a União (STN); com o BNDES e com a CAIXA.

Nos contratos firmados com a União, a Cedente deu em garantia, depositados em uma conta denominada “Conta Vinculada à União”, um total de 24% (vinte e quatro por cento) do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto até o limite do saldo devedor total atualizado (R\$123.981.470,90 em 30 de setembro de 2009) dos referidos contratos, além de ter se obrigado a observar um fluxo mensal mínimo de 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às dívidas garantidas. Em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado destes contratos, é assegurada à União Federal a preferência na execução da garantia constituída pelo fluxo de arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e a União Federal, diretamente ou por meio da CAIXA, na qualidade de agente financeiro da União Federal, está contratualmente autorizada, por meio de mandato outorgado pela Cedente, a efetuar a retenção do montante depositado na Conta Vinculada à União até o limite de 24% (vinte e quatro por cento) da Receita Arrecadada e transferi-lo à União.

Nos Contratos firmados com a CAIXA, a Cedente vinculou parte da Receita Arrecadada (“Receita Vinculada Caixa”), correspondente as 3 parcelas seguintes destes Contratos, para garantir as obrigações decorrentes desses contratos. Em caso de inadimplemento das obrigações desses contratos e/ou insuficiência nas Contas Reservas Caixa de recursos para suprir 3 (três) vezes o encargo mensal composto, na fase de carência, por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e na fase de amortização, pelo principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível de cada contrato, o saldo depositado nas Contas Arrecadoras Caixa serão bloqueados para atendimento das exigibilidades dos Contratos bem como a recomposição das Contas Reservas Caixa. O saldo devedor total das operações contratadas junto à CAIXA em 30 de setembro de 2009 é de R\$145.830.202,50 (cento e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos com estes parâmetros de vinculação é de R\$1.575.584,33 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos).

A Cedente possui ainda um contrato de financiamento com a CAIXA no valor de R\$40.000.000,00, contratado em 06 de janeiro de 2009 e vencimento em 06 de julho de 2012, em fase de carência de amortização e obrigação de caução de 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal, cujo valor de parcela mensal estimada é de R\$1.371.803,60 (um milhão trezentos e setenta e um mil, oitocentos e três reais e sessenta centavos). Portanto, a estimativa de oneração da receita mensal para fazer frente à garantia ora concedida é de R\$1.783.345,00 (um milhão setecentos e oitenta e três e trezentos e quarenta e cinco reais).

Nos contratos firmados com o BNDES, a Cedente vinculou em garantia do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos um total de 15% (quinze por cento) da Receita Arrecadada, montante este que poderá ser retido na ocorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CAESB e se o saldo da Conta Reserva vinculada aos financiamentos tiverem saldo inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 5 (cinco) meses seguintes. O saldo devedor das operações contratadas com o BNDES é de R\$38.767.748,00 (trinta e oito milhões setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e quarenta e oito reais) em 30 de setembro de 2009 e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos é de R\$948.584,55 (novecentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

No caso de liquidação antecipada do Fundo e de declaração, pela União Federal, por intermédio da CAIXA, do vencimento antecipado dos contratos, de inadimplemento nos Contratos com o BNDES e com a CAIXA, pode-se chegar a uma situação em que, tanto a União Federal, o BNDES e a CAIXA quanto o Fundo, demandem os recursos depositados na Conta Centralizadora mantida pela Cedente no BRB - Banco de Brasília S.A. Nessa hipótese, a CAIXA, na qualidade de Banco Arrecadador Master, Agente Financeiro da União Federal, e inclusive credora da Cedente, poderá estar diante de um potencial conflito de interesse, pois teria poderes para bloquear recursos para satisfazer créditos da titularidade da União Federal (em vista do mandato outorgado à CAIXA, que é anterior à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo), ao mesmo tempo em que, como Banco Arrecadador Master, deve realizar o repasse da arrecadação para a Conta Centralizadora e posterior transferência dos recursos arrecadados para as Contas Autorizadas do Fundo. O mesmo ocorre com o BRB - Banco de Brasília, na qualidade de Banco Centralizador e depositário das garantias vinculadas aos Contratos com o BNDES.

Além disso, uma eventual redução no faturamento da Cedente resultará na diminuição do fluxo de recursos disponíveis para a liquidação antecipada das obrigações da Cedente com relação ao Fundo. Assim, tanto a ocorrência de conflito de interesses entre credores da Cedente descrito neste Fator de Risco, como a redução do faturamento da Cedente podem resultar em atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos serão recebidos diretamente nas Contas Arrecadoras Master e, posteriormente, transferidos para (i) a Conta Centralizadora; e (ii) para as Contas Autorizadas do Fundo.

Os valores depositados nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, serão transferidos para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo pelos Bancos Arrecadores Master, pelos Agentes Arrecadores e pelo Banco Centralizador, respectivamente, em até 02 (dois) dias úteis do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Bancos Arrecadores Master, dos Agentes Arrecadores e do Banco Centralizador de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas Arrecadoras Master, Contas Arrecadoras e Conta Centralizadora, caso haja inadimplemento dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e/ou do Banco Centralizador no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta Centralizador e/ou para as Contas Autorizadas do Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e/ou do Banco Centralizador de suas obrigações acima descritas.

A conciliação dos valores depositados pelos Usuários nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta Centralizadora e para as Contas Autorizadas do Fundo, respectivamente, serão realizadas pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores. Caso os Usuários prestem informações incorretas ou imprecisas aos Bancos Arrecadores Master e/ou aos Agentes Arrecadores, poderá haver conciliação e transferência incorretas de valores à Conta Centralizadora e às Contas Autorizadas do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

Ademais, em caso de substituição dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores os novos arrecadores contratados serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos na Conta Centralizadora. Em caso de alteração do Custodiante, e/ou das Contas Autorizadas do Fundo, os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos na nova conta do Fundo. Não há garantia de que os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador e/ou os novos arrecadores contratados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente nas Contas Autorizadas do Fundo, ou, conforme o caso, na nova conta do

fundo, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Bancos Arrecadadores Master, Agentes Arrecadadores, Banco Centralizador ou o Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Adicionalmente, (i) os Bancos Arrecadadores Master, de acordo com os termos dos Contratos de Arrecadação, e (ii) os Agentes Arrecadadores, caso venham a ser notificados para tanto nos termos do Contrato de Cessão, devem observar os prazos estabelecidos nos respectivos documentos para efetuar a transferência dos valores devidos ao Fundo e à Cedente e depositá-los na Conta Centralizadora. Em caso de inobservância dos referidos prazos, o mecanismo de aplicação das penalidades contratuais ali estabelecido não é automático, o que pode causar dificuldades ao Fundo para aplicar as penalidades contratuais cabíveis.

Da competência de cobrança das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos

Nos termos do Contrato de Cessão, a cobrança extrajudicial e judicial das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos é de responsabilidade da Cedente. Assim, em caso de inadimplemento das referidas Contas de Água e Esgoto o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos a elas relativo dependerá da ação direta da Cedente. O Fundo não terá qualquer tipo de ingerência formal ou faculdade de exigir que a Cedente atue com celeridade na cobrança dos créditos ou dê prioridade na execução das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos, ou mesmo de interferir no grau de eficiência da atuação dessa.

Risco de Sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedente, Custodiante e Administrador do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

RISCOS ASSOCIADOS À CEDENTE E AO SETOR EM QUE ATUA

A ADASA poderá extinguir a concessão por motivo de interesse público ou caso a Cedente não cumpra quaisquer de suas obrigações contratuais

A prestação dos serviços públicos de saneamento básico depende de concessão específica do poder público. Em 23 de fevereiro de 2006, a Cedente celebrou com a ADASA o Contrato de Concessão que regula a exploração do serviço público de saneamento básico para toda a área do Distrito Federal. O referido contrato vigorará até 21 de maio de 2032. Nos termos do Contrato de Concessão, a ADASA poderá extinguir a concessão antes de seu termo final, em caso de relevante interesse público superveniente, mediante autorização legislativa (encampação), ou caducidade, no caso de descumprimento das obrigações previstas no Contrato de Concessão, devendo indenizar a concessionária, em razão da extinção antecipada da concessão, pelos investimentos feitos e ainda não amortizados. Não se pode assegurar que o Distrito Federal ou a ADASA não extinguirão a concessão da Cedente. O exercício dos direitos de extinção da concessão afetará adversa e substancialmente os negócios da Cedente, seu fluxo de caixa, seu resultado operacional e a sua capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.

A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo e de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.

O desempenho financeiro será adversamente afetado caso a Cedente não seja capaz de aumentar as tarifas cobradas dos clientes de acordo com as variações da inflação e das suas despesas operacionais, incluindo tributos

O resultado operacional e situação financeira da Cedente dependem essencialmente da capacidade de fixar e cobrar tarifas adequadas pelos serviços prestados. Em que pese a liberdade da Cedente para definir as tarifas dos seus serviços nos municípios que atende, a fixação dessas tarifas está sujeita a certas restrições legais e políticas. Nos termos dos contratos de concessão que a Cedente firmou com determinados municípios, as tarifas devem ser fixadas de acordo com estudo técnico de viabilidade econômico-financeira, podendo ser reajustadas, nos termos da regulamentação vigente, sempre que o equilíbrio econômico-financeira do contrato estiver prejudicado. Ademais, a Cedente submete ao Governador do Distrito Federal as novas tarifas que pretende praticar, embora não esteja obrigada por lei a proceder de tal forma. A Cedente continuará a depender das receitas provenientes da cobrança de tarifas, entre outras coisas, para custear seu programa de investimentos e atender suas necessidades de serviço da dívida. A Cedente está atualmente realizando estudos para modificar a sua política tarifária que deverá resultar em um plano com alternativas de transição da atual para uma nova estrutura tarifária. Entretanto, a Cedente não terá como assegurar quando e se uma nova política tarifária será implantada ou, ainda, se a implementação de uma nova política tarifária corresponderá às expectativas da Cedente. Qualquer restrição quanto à fixação ou manutenção de tarifas compatíveis com essas e outras necessidades da Cedente poderá afetar adversamente o resultado operacional e a situação financeira da Cedente

A energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Eventuais interrupções ou racionamento no fornecimento de eletricidade poderão causar efeito material adverso relevante sobre os negócios da Cedente e na originação de Direitos Creditórios Cedidos

O uso de energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Em decorrência disso, a Cedente é uma das maiores usuárias de eletricidade do Distrito Federal, cujo consumo representa, aproximadamente, 5,63% (cinco inteiros, seis décimos e três centésimos por cento) do consumo do Distrito Federal, equivalente a 256.358.458 KWh. Interrupção no fornecimento da eletricidade e flutuações na sua tensão fornecida à Cedente causaram no passado e poderão causar no futuro, danos à operação dos sistemas de água e esgoto, afetando adversamente os negócios da Cedente. A ocorrência de interrupções ou reduções significativas no fornecimento de eletricidade (incluindo em virtude da adoção de programas de racionamento no consumo de energia elétrica) poderá afetar negativamente as operações da Cedente e a originação e a entrega de Direitos Creditórios Cedidos.

Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal e estadual, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital

As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais e estaduais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despendar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, em decorrência da legislação

ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade operacional de a Cedente fornecer os serviços de saneamento básico em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a constituição dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Tendo em vista que a Cedente não possui seguros que cubram todos os seus negócios, inclusive no tocante a aspectos ambientais, a ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente seu desempenho financeiro futuro e a capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos

A Cedente não possui cobertura de seguro para interrupção da prestação de serviços ou para responsabilidades decorrentes de contaminação ou outros problemas envolvendo o fornecimento de água a seus consumidores. Ademais, a Cedente não possui seguro contra danos decorrentes do não cumprimento de leis e regulamentos de cunho ambiental relacionados com seus serviços e operações. Desse modo, qualquer interrupção contínua nos negócios ou danos decorrentes do não cumprimento das normas ambientais poderão causar um efeito material adverso no desempenho financeiro futuro da Cedente e na sua capacidade de constituição dos Direitos Creditórios Cedidos.

Caso haja qualquer inadimplemento da Cedente relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o repasse do montante a ser direcionado às Contas Autorizadas do Fundo poderá ser afetado

Na hipótese de ocorrer qualquer inadimplemento relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o fluxo financeiro observado na Conta Centralizadora poderá ser insuficiente para o atendimento das obrigações financeiras da Cedente nos referidos contratos e no atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária.

Risco de não originação dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão originados pela Cedente no futuro. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditórios pela Cedente contra os Usuários. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Cedente na prestação dos Serviços de Saneamento Básico, o que pode afetar negativamente ou impossibilitar a originação dos Direitos Creditórios pela Cedente, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas Sêniores está sujeita à liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou dos Ativos Financeiros.

Impenhorabilidade de certos ativos da Cedente utilizados na prestação do serviço

A legislação aplicável dispõe que os bens da Cedente, que sejam essenciais para a prestação dos serviços de Saneamento Básico, devem ser revertidos ao Poder Concedente ao fim da respectiva concessão, não sendo passíveis de penhora ou execução judicial. Assim, no caso de inadimplemento da Cedente de suas respectivas obrigações constantes do Contrato de Cessão ou de outros contratos e documentos relativos ao Fundo de que são partes, parte dos bens que compõe os ativos da Cedente não poderá ser utilizada para satisfazer os direitos do Fundo ou dos Cotistas à indenização.

OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito que a Cedente detém ou que virá a deter contra os Usuários em razão: (a) da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico; e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente por meio dos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores.

Os Direitos Creditórios Cedidos

Os Direitos Creditórios Cedidos são os arrecadados, preferencialmente, pelos Bancos Arrecadores Master e pelos demais Agentes Arrecadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados estão excluídos dos Direitos Creditórios Cedidos, acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo. Para mais informações sobre os Direitos Creditórios Cedidos vide seção “Estrutura da Operação – Da Cessão dos Direitos Creditórios”, na página 53 deste Prospecto.

Os Direitos Creditórios Onerados

A CAIXA por meio do Ofício nº 0068/2009/SUSAN/GESAN manifestou entendimento favorável a constituição deste Fundo desde que sejam atendidas algumas condições precedentes, das quais se destacam: (i) manutenção da Conta Centralizadora para arrecadação da receita; (ii) por força de cláusula nos contratos de financiamento junto à CAIXA, a manutenção na CAIXA de fluxo mensal de arrecadação tarifária de, no mínimo, 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às garantias das dívidas; (iii) preferência do crédito da União e da CAIXA sobre demais negociações existentes com as garantias objeto de penhor; e (iv) somente seja liberado o excedente de garantia após todos os compromissos assumidos com a União e com a CAIXA.

Em atendimento ao disposto no Ofício nº 0068/2009/SUSAN/GESAN, de 22 de maio de 2009, os Direitos Creditórios Onerados não são objeto da cessão dos Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cessão.

Breve descrição dos Contratos de Financiamento CAESB

A Cedente celebrou diversos contratos de financiamento e repasse destinado à execução de obras e serviços nas redes de abastecimento de Água e Esgotos do Distrito Federal.

Nestes Contratos de Financiamento CAESB existem cláusulas contratuais que vinculam a receita da CAESB proveniente da exploração dos seus sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários, conforme descrito abaixo.

Contratos de Financiamentos celebrados com a CAIXA

- Penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tributária obtida pela CAESB em virtude da exploração dos serviços públicos no Distrito Federal, com a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Devendo ser mantida na Conta Centralizadora, em garantia ao financiamento, o fluxo igual ou no mínimo 3 (três) vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível na data da celebração do contrato, permanecendo, a receita dada em garantia, vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamento CAESB.

Contratos de Financiamentos celebrados com o BNDES

- Nos contratos firmados com o BNDES, a Cedente vinculou em garantia do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos um total de 15% (quinze por cento) da Receita Arrecadada, montante este que poderá ser retido na ocorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CAESB e se o saldo da Conta Reserva vinculada aos financiamentos tiverem saldo inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 5 (cinco) meses seguintes.

Contratos de Financiamentos celebrados com o BRB

- Como garantia do principal, juros, correção monetária e todos os demais encargos legais e contratuais resultantes das obrigações assumidas nos contratos, a CAESB cede a receita proveniente de exploração dos seus sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários.

Contratos de Financiamentos celebrados com a UNIÃO

- Nos contratos firmados com a União, a Cedente deu em garantia, depositados em uma conta denominada “Conta Vinculada à União”, um total de 24% (vinte e quatro por cento) do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto até o limite do saldo devedor total atualizado (R\$123.981.470,90 em 30 de setembro de 2009) dos referidos contratos, além de ter se obrigado a observar um fluxo mensal mínimo de 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às dívidas garantidas.

A tabela a seguir apresenta a relação dos Contratos de Financiamento CAESB nos quais a Cedente figurava como parte em 30 de setembro de 2009:

BANCO	CONTRATO	VENCIMENTO	PARCELA EM 30.09.09	SALDO EM 30.09.09	PERCENTUAL DE RECEITA VINCULADA AO CONTRATO
BNDES	Contrato de Financiamento nº 04.2.276.2.1 (Registrado sob o nº 549742)	15.06.2014	R\$614.309,86	R\$24.989.368,50	8,50%
BNDES	Contrato de Financiamento nº 04.2.277.2.1 (Registrado sob o nº 549743)	15.06.2014	R\$334.274,69	R\$13.778.379,60	6,50%
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0156.021-32/03	15.01.2022	R\$69.458,24	R\$5.186.007,44	6,70%
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços de Ampliação das Redes Coletoras de Esgotos no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0156.124-79	15.09.2020	R\$56.607,46	R\$4.091.458,69	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação da Duplicação da Adutora M-Norte no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.002-6	15.09.2020	R\$43.769,01	R\$2.993.062,22	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 155.455-68	15.03.2023	R\$363.629,23	R\$26.289.118,14	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras	15.09.2020	R\$23.798,22	R\$1.627.396,51	

BANCO	CONTRATO	VENCIMENTO	PARCELA EM 30.09.09	SALDO EM 30.09.09	PERCENTUAL DE RECEITA VINCULADA AO CONTRATO
	e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.014-49				
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.023-51/03	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).	R\$19.156,99	R\$1.457.996,66	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.097-44/03	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).	R\$16.352,57	R\$1.244.559,26	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0150.173-49	180 meses (Carência: 13 meses, contado do 1º desembolso).	R\$48.392,32	R\$2.082.958,17	
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0138.867-84/02	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).	R\$98.580,25	R\$7.856.859,81	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água n.º 0150.174-54	106 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).	R\$85.304,41	R\$3.065.928,93	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Rede de Distribuição de Água n.º 0150.172-35	110 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).	R\$34.821,28	R\$1.482.667,30	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras / Serviços n.º 0155.454-53	120 meses (Carência: 26 meses, contado do 1º desembolso).	R\$82.451,00	R\$4.464.464,02	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.998-67/02	180 meses (Carência: 17 meses, contado do 1º desembolso).	R\$42.568,84	R\$3.119.569,82	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.991-98/02	Contrato está incompleto.	R\$33.466,12	R\$2.633.270,48	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 60.635-88	180 meses (Carência: 10 meses, contado do 1º desembolso).	R\$18.973,40	R\$921.387,31	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 60.634-51	180 meses (Carência: 11 meses, contado do 1º desembolso).	R\$32.461,90	R\$1.849.736,04	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 35.272-49	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).	R\$22.586,13	R\$786.049,06	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado ao	ago/12	R\$176.288,31	R\$5.009.370,66	

BANCO	CONTRATO	VENCIMENTO	PARCELA EM 30.09.09	SALDO EM 30.09.09	PERCENTUAL DE RECEITA VINCULADA AO CONTRATO
	Ressarcimento de Gastos Efetuados com Obras/Serviços no Distrito Federal n.º 75.372-57/02				
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0234.717-96/2008	29.04.2025	R\$25.953,42	R\$4.115.396,78	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.172-69/2007	01.10.2023	R\$48.254,75	R\$5.642.176,51	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.170-49/2007	02.10.2024	R\$229.054,64	R\$24.817.747,93	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.173-72/2007	01.08.2023	R\$0,00	R\$17.175,81	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190.027-01/2007	01.04.2024	R\$3,50	R\$335,31	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190.029-29/2007	01.08.2024	R\$149,86	R\$21.666,04	
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.169-11/2007	01.10.2025	R\$3.702,48	R\$609.398,21	
CAIXA	Contrato de Crédito n.º 04.1041.763.0000004-14	06.07.2012	R\$0,00	R\$34.444.444,50	Estimado em 2,53%
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0037/89 (20.295-69)	15.12.2022	R\$342.825,53	R\$27.165.567,04	24,0%
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0225/89 (20.679-12)	15.04.2021	R\$209.623,00	R\$15.652.362,96	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1104/87 (19.091-08)	18.06.2017	R\$265.655,40	R\$24.848.239,90	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação	15.07.2021	R\$322.143,22	R\$30.131.862,80	

BANCO	CONTRATO	VENCIMENTO	PARCELA EM 30.09.09	SALDO EM 30.09.09	PERCENTUAL DE RECEITA VINCULADA AO CONTRATO
	de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1105/87 (19.092-23)				
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1106/87 (19.093-48)	15.07.2019	R\$45.492,25	R\$4.159.468,66	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0146/88 (19.410-81)	15.05.2019	R\$50,71	R\$4.150,48	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.398-06	15.12.2028	R\$14.514,71	R\$694.318,76	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.400-63	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso)	R\$84.468,33	R\$3.853.557,18	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.394-14	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso)	R\$111.460,27	R\$4.836.551,40	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação do Sistema Coletor e Implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 42.386-53 e 1º Termo Aditivo	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1º desembolso)	R\$61.597,24	R\$2.719.099,37	
UNIÃO/STN	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução do Sistema Coletor de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 39.976-24	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1º desembolso)	R\$20.729,88	R\$883.878,65	
UNIÃO/STN	Rerratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema Rio Descoberto em Benefício das Populações do Recanto das Emas, Santa Maria e Gama, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade abastecimento de água n.º 35.270-09	180 meses (Carência: 14 meses, contados do 1º desembolso)	R\$45.625,88	R\$2.105.698,65	
UNIÃO/STN	Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na localidade de Santa Maria, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade saneamento integrado-PROSANEAR n.º 35.256-13	180 meses (Carência: 16 meses, contados do 1º desembolso)	R\$139.499,01	R\$6.140.665,98	
UNIÃO/STN	Re-ratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do	180 meses (Carência: 14 meses, contados	R\$22.586,13	R\$786.049,06	

BANCO	CONTRATO	VENCIMENTO	PARCELA EM 30.09.09	SALDO EM 30.09.09	PERCENTUAL DE RECEITA VINCULADA AO CONTRATO
	Sistema Rio Descoberto com a Execução do Centro de Reservação do Riacho Fundo, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade sistema de abastecimento de água n° 35.272-49	do 1º desembolso)			
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1611/82	18.11.2014	R\$874,54	R\$49.778,04	0,07%
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1420/82	18.01.2014	R\$11.678,45	R\$567.081,51	
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1081/81	18.02.2013	R\$8.037,97	R\$338.061,53	
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 949/81	18.11.2012	R\$4.204,34	R\$163.833,40	
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 903/81	18.12.2012	R\$21.853,39	R\$885.529,25	
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 295/83	18.11.2016	R\$3.347,06	R\$243.386,06	
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Elaboração de Estudos e Projetos para o Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Sobradinho, DF n° 0593/85	360 meses (Carência: término em 18.04.1987)	R\$314,87	R\$24.316,44	0
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Execução da Expansão da Rede nos Sistemas de Esgotos Sanitários de Brasília e Cidades Satélites, DF n° 0586/85	360 meses (Carência: término em 18.05.1987)	R\$7.019,70	R\$535.228,09	0
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Melhoria do Sistema de Esgotos Sanitários das Cidades de Brasília e Áreas Adjacentes (2º Financiamento), DF n° 1419/82	360 meses (Carência: término em 18.11.1983)	R\$7.178,12	R\$303.909,49	0
Banco do Brasil	Contrato de Abertura de Crédito Fixo n.º 330.700.168	20.03.2011	R\$3.070.807,73	R\$23.997.088,39	0
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n.º 330700376	25.06.2010	R\$1.416.666,67	R\$14.166.666,66	
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n.º 330700377	25.06.2012	R\$0,00	R\$34.000.000,00	
Distrito Federal	Contrato n. 001/2001-SO/SEFP/DF	A vigência deste contrato acompanha o período de vigência do contrato celebrado com o BID.	R\$0,00	R\$98.102.488,75	0

Considerando a Receita Operacional Bruta da Cedente para o exercício findo em 30 de setembro de 2009, cujo montante total foi da ordem de R\$635.179.367,68, a arrecadação média mensal da Cedente foi de R\$70.575.485,00.

Desta forma, somados, os contratos de financiamento que a Cedente celebrou com a CAIXA, os Direitos Creditórios onerados representaram 9,23% (nove inteiros e vinte e três centésimos por cento) da arrecadação média mensal da Cedente¹.

¹ Os Direitos Creditórios onerados representaram, com data base de 30/09/2009 em termos percentuais em relação à arrecadação média mensal da Cedente 2,23 % (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento), ou R\$1.575.784,33 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais). Para todos os contratos mantidos com a CAIXA, a Cedente vincula um total de 3 parcelas de amortização de encargos e juros, o que correspondeu à R\$4.727.352,99 (quatro milhões setecentos e vinte e sete mil trezentos e cinquenta

Para os contratos de financiamento que a Cedente celebrou com o BRB, os Direitos Creditórios onerados representaram 0,07% (sete centésimos por cento), ou R\$49.995,75 da arrecadação média mensal da Cedente.

Informações Estatísticas

Seguem abaixo informações estatísticas sobre a carteira de Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, extraídas do Relatório sobre Aplicação de Procedimento Pré-Acordados elaborado pela KMPG Auditores Independentes, cuja íntegra encontra-se anexo ao presente Prospecto.

As informações abaixo, contidas no relatório, são referentes às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, obtidas por meio da leitura e da compilação de dados fornecidas pela Cedente, para um período de 57 meses compreendido entre 1º de outubro de 2004 e 30 de junho de 2009.

No período analisado, o total de Direitos Creditórios originados foram de R\$3.427.902 mil, correspondendo a um valor médio mensal de originação de R\$60.139 mil, decorrentes de 25.241.908 faturas. O valor médio de cada fatura é de R\$136,00. Seguem abaixo os principais dados estatísticos sobre a amostra.

Distribuição Mensal do Volume Financeiro:

Origem	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% % Acum.	Quantidade de Faturas	% % Acum.	Origem	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% % Acum.	Quantidade de Faturas	% % Acum.
out/04	44.796	1,3%	392.891	1,6%	abr/07	66.778	1,9%	444.228	1,8%
nov/04	40.831	1,2%	392.866	1,6%	mai/07	64.318	1,9%	448.328	1,8%
dez/04	41.194	1,2%	394.363	1,6%	jun/07	64.884	1,9%	450.140	1,8%
jan/05	38.487	1,1%	394.923	1,6%	jul/07	64.775	1,9%	453.607	1,8%
fev/05	39.160	1,1%	395.667	1,6%	ago/07	66.932	2,0%	453.593	1,8%
mar/05	48.466	1,4%	395.167	1,6%	set/07	71.696	2,1%	453.427	1,8%
abr/05	52.998	1,5%	401.254	1,6%	out/07	70.171	2,0%	448.443	1,8%
mai/05	50.296	1,5%	400.085	1,6%	nov/07	67.656	2,0%	451.430	1,8%
jun/05	52.242	1,5%	402.401	1,6%	dez/07	62.677	1,8%	456.104	1,8%
jul/05	53.429	1,6%	403.777	1,6%	jan/08	58.298	1,7%	459.030	1,8%
ago/05	53.914	1,6%	410.966	1,6%	fev/08	58.049	1,7%	462.050	1,8%
set/05	61.275	1,8%	410.731	1,6%	mar/08	60.471	1,8%	467.300	1,9%
out/05	55.307	1,6%	410.679	1,6%	abr/08	65.632	1,9%	469.028	1,9%
nov/05	55.897	1,6%	410.915	1,6%	mai/08	66.574	1,9%	469.907	1,9%
dez/05	53.332	1,6%	414.043	1,6%	jun/08	71.378	2,1%	476.077	1,9%
jan/06	47.989	1,4%	411.534	1,6%	jul/08	70.142	2,0%	482.169	1,9%
fev/06	50.165	1,5%	412.352	1,6%	ago/08	71.226	2,1%	482.727	1,9%
mar/06	51.052	1,5%	417.575	1,7%	set/08	74.591	2,2%	494.324	1,9%
abr/06	58.967	1,7%	417.242	1,7%	out/08	74.539	2,2%	490.545	1,9%
mai/06	57.895	1,7%	419.756	1,7%	nov/08	74.610	2,2%	492.355	2,0%
jun/06	61.982	1,8%	420.187	1,7%	dez/08	67.368	2,0%	495.587	2,0%
jul/06	57.659	1,7%	423.401	1,7%	jan/09	62.134	1,8%	494.596	2,0%
ago/06	62.191	1,8%	425.319	1,7%	fev/09	63.767	1,9%	496.732	2,0%
set/06	66.148	1,9%	429.754	1,7%	mar/09	61.512	1,8%	500.629	2,0%
out/06	61.394	1,8%	430.825	1,7%	abr/09	74.261	2,2%	502.014	2,0%
nov/06	61.335	1,8%	433.121	1,7%	mai/09	71.328	2,1%	513.039	2,0%
dez/06	59.424	1,7%	439.001	1,7%	jun/09	74.812	2,2%	508.501	2,0%
jan/07	57.296	1,7%	441.305	1,7%					
fev/07	57.954	1,7%	441.600	1,7%					
mar/07	54.260	1,6%	442.108	1,8%					
					Total	3.427.902	100,0%	25.241.908	100,0%

e dois reais e noventa e nove centavos) ou em percentual da receita média mensal um total de 6,70% (seis inteiros e sete décimos por cento), exceção feita ao Contrato 04.1041.763.0000004-14, onde a Cedente vincula em receita o equivalente a 130% de uma parcela mensal, ou seja, R\$1.783.344,68 (um milhão setecentos e oitenta e três mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), o que representou 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) da arrecadação média mensal da Cedente em 30/09/2009.

Distribuição Mensal do Volume Financeiro por categoria:

Somatório do Valor das Faturas por Categoria - R\$ (mil)																			
origem	Residencial	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público	% - FLS	FLS - R\$ (mil)	Origem	Residencial	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público	% - FLS	FLS - R\$ (mil)
out/04	26.720	59,6%	8.532	19,0%	1.012	2,3%	8.532	19,0%	44.796	abr/07	39.438	59,1%	14.281	21,4%	1.360	2,0%	11.699	17,5%	66.778
nov/04	24.501	60,0%	7.767	19,0%	993	2,4%	7.570	18,5%	40.831	mai/07	36.972	57,5%	13.903	21,6%	1.287	2,0%	12.157	18,9%	64.318
dez/04	24.688	59,9%	8.019	19,5%	961	2,3%	7.527	18,3%	41.194	jun/07	38.233	58,9%	14.380	22,2%	1.255	1,9%	11.016	17,0%	64.884
jan/05	24.177	62,8%	7.888	20,5%	967	2,5%	5.456	14,2%	38.487	jul/07	37.651	58,1%	14.562	22,5%	1.304	2,0%	11.257	17,4%	64.775
fev/05	24.217	61,8%	7.994	20,4%	895	2,3%	6.053	15,5%	39.160	ago/07	39.417	58,9%	15.023	22,4%	1.540	2,3%	10.952	16,4%	66.932
mar/05	28.857	59,5%	10.370	21,4%	1.169	2,4%	8.071	16,7%	48.486	set/07	41.802	58,0%	16.004	22,3%	1.549	2,2%	12.540	17,5%	71.896
abr/05	31.811	60,0%	10.819	20,4%	1.242	2,3%	9.126	17,2%	52.988	out/07	40.273	57,4%	15.728	22,4%	1.797	2,6%	12.372	17,6%	70.171
mai/05	29.115	57,9%	10.607	21,1%	1.234	2,5%	9.340	16,6%	50.298	nov/07	39.636	58,6%	14.948	22,1%	1.556	2,3%	11.517	17,0%	67.656
jun/05	30.535	58,4%	11.275	21,6%	1.291	2,5%	9.141	17,5%	52.242	dez/07	36.243	57,8%	14.251	22,7%	1.401	2,2%	10.783	17,2%	62.677
jul/05	31.057	58,1%	11.231	21,0%	1.224	2,3%	9.917	18,6%	53.429	jan/08	35.673	61,2%	13.134	22,5%	1.453	2,5%	8.036	13,8%	58.296
ago/05	31.814	59,0%	11.261	20,9%	1.329	2,5%	9.509	17,6%	53.914	fev/08	35.192	60,6%	13.424	23,1%	1.234	2,1%	8.199	14,1%	58.049
set/05	36.852	60,1%	12.317	20,1%	1.328	2,2%	10.779	17,6%	61.275	mar/08	36.128	59,7%	13.834	22,9%	1.358	2,2%	9.151	15,1%	60.471
out/05	32.043	57,9%	11.213	20,3%	1.341	2,4%	10.710	19,4%	55.307	abr/08	39.377	60,0%	14.615	22,3%	1.219	1,9%	10.422	15,9%	65.632
nov/05	33.142	59,3%	11.616	20,8%	1.413	2,5%	9.726	17,4%	55.897	mai/08	39.555	59,4%	14.870	22,3%	962	1,4%	11.188	16,8%	66.574
dez/05	30.999	58,1%	11.252	21,1%	1.380	2,6%	9.702	18,2%	53.332	jun/08	42.353	59,3%	16.304	22,8%	1.172	1,6%	11.549	16,2%	71.378
jan/06	28.557	59,5%	10.210	21,3%	1.325	2,8%	7.897	16,5%	47.989	jul/08	40.968	58,4%	15.819	22,8%	1.609	2,3%	11.745	16,7%	70.142
fev/06	30.209	60,2%	10.966	21,8%	1.173	2,3%	7.827	15,6%	50.165	ago/08	43.357	60,9%	15.940	22,4%	1.193	1,7%	10.736	15,1%	71.226
mar/06	29.274	57,3%	11.185	21,9%	1.121	2,2%	9.472	16,6%	51.052	set/08	45.432	60,9%	16.534	22,2%	1.244	1,7%	11.381	15,3%	74.591
abr/06	34.139	57,9%	13.335	22,6%	1.315	2,2%	10.178	17,3%	58.967	out/08	44.456	58,6%	16.226	21,8%	1.287	1,7%	12.570	16,9%	74.539
mai/06	33.688	58,2%	12.482	21,6%	748	1,3%	10.997	19,0%	57.895	nov/08	46.104	61,8%	16.370	21,9%	1.344	1,8%	10.792	14,5%	74.610
jun/06	36.473	58,8%	13.646	22,0%	985	1,6%	10.868	17,5%	61.982	dez/08	40.972	60,8%	15.282	22,7%	1.200	1,8%	9.914	14,7%	67.368
jul/06	32.783	56,9%	12.412	21,5%	721	1,2%	11.744	20,4%	57.659	jan/09	38.032	61,2%	13.497	21,7%	1.358	2,2%	9.248	14,9%	62.134
ago/06	36.790	59,2%	13.597	21,9%	1.281	2,1%	10.523	16,9%	62.191	fev/09	40.331	63,2%	14.262	22,4%	1.024	1,6%	8.150	12,8%	63.787
set/06	38.339	58,0%	14.345	21,7%	1.190	1,8%	12.273	18,6%	66.148	mar/09	39.054	63,5%	13.891	22,6%	1.023	1,7%	7.543	12,3%	61.512
out/06	34.847	56,8%	13.405	21,8%	1.451	2,4%	11.681	19,0%	61.384	abr/09	45.952	61,9%	16.211	21,8%	1.159	1,6%	10.939	14,7%	74.261
nov/06	35.032	57,1%	14.016	22,9%	902	1,5%	11.384	18,6%	61.335	mai/09	45.503	63,8%	15.286	21,4%	1.474	2,1%	9.085	12,7%	71.328
dez/06	34.876	58,7%	13.442	22,6%	920	1,5%	10.185	17,1%	59.424	jun/09	46.394	62,0%	16.688	22,3%	1.700	2,3%	10.020	13,4%	74.812
jan/07	33.986	59,3%	12.372	21,6%	1.336	2,3%	9.602	16,8%	57.298	Total	2.039.722	59,5%	748.307	21,8%	70.701	2,1%	569.173	16,6%	3.427.902
fev/07	33.859	58,4%	13.233	22,8%	1.199	2,1%	9.664	16,7%	57.954										
mar/07	32.064	59,1%	12.234	22,5%	1.187	2,2%	8.776	16,2%	54.260										

Ticket Médio Mensal das Faturas Consolidado e por Categoria:

Ticket Médio das faturas - R\$												
Consolidado (a)	Consolidado (b)	Residencial	Comercial	Industrial	Público	Origem	Consolidado (a)	Consolidado (b)	Residencial	Comercial	Industrial	Público
114	93	76	241	609	4.358	abr/07	150	125	98	382	1.157	5.586
104	85	69	220	589	3.860	mai/07	143	117	91	369	1.072	5.797
104	86	70	226	568	3.842	jun/07	144	120	93	381	1.042	5.278
97	84	68	221	570	2.789	jul/07	143	119	91	384	1.085	5.386
99	84	68	224	523	3.095	ago/07	148	124	96	395	1.290	5.250
123	103	81	290	681	4.139	set/07	158	131	101	420	1.305	6.000
132	110	88	302	736	4.663	out/07	114	129	99	415	1.486	5.965
126	103	81	295	725	4.751	nov/07	104	125	97	393	1.332	5.572
130	108	84	311	761	4.640	dez/07	104	114	87	373	1.187	5.267
132	108	85	309	727	5.032	jan/08	97	110	85	343	1.234	3.966
131	109	86	307	794	4.820	fev/08	99	108	84	350	1.059	4.164
149	124	100	334	797	5.480	mar/08	123	110	85	360	1.157	4.451
135	109	87	304	815	5.414	abr/08	132	118	92	380	1.033	4.944
136	113	89	316	855	4.905	mai/08	126	118	92	386	821	5.280
129	106	83	305	861	4.878	jun/08	130	126	98	420	997	5.362
117	98	77	277	839	3.961	jul/08	132	122	93	404	1.347	5.486
122	103	81	297	755	3.920	ago/08	131	126	98	406	999	5.152
122	100	78	298	722	4.743	set/08	149	131	103	417	1.052	5.356
141	117	91	356	923	5.087	out/08	135	127	99	404	1.104	5.682
138	112	89	334	808	5.463	nov/08	136	130	103	408	1.139	4.844
148	122	96	366	807	5.388	dez/08	129	116	91	377	1.016	4.460
136	109	86	333	598	5.791	jan/09	117	107	84	332	1.155	4.143
146	122	96	365	1.056	5.171	fev/09	122	112	89	352	882	3.637
154	126	98	385	973	6.058	mar/09	122	108	86	339	889	3.651
142	116	89	361	1.191	5.565	abr/09	141	127	100	396	999	4.879
142	116	89	379	746	5.505	mai/09	138	122	97	389	1.210	3.999
135	113	88	360	758	4.937	jun/09	148	128	100	404	1.418	4.345
130	109	85	331	1.099	4.641							
131	110	84	355	1.004	4.622	Médias	136	114	89	347	923	4.838
123	103	80	328	998	4.193							

(a) Representa ticket médio consolidado geral.

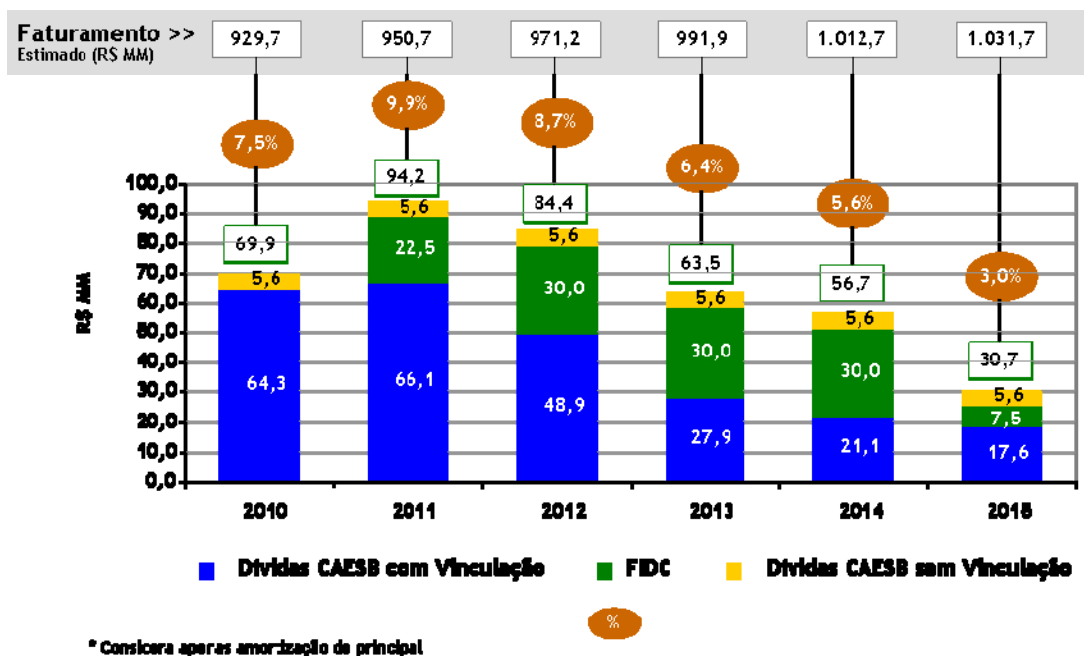
(b) Representa ticket médio consolidado das categorias: residencial, comercial e industrial.

Identificação dos Agentes Arrecadadores dos últimos 12 meses:

#	Código	Agente Arrecadador	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	%	% Acum.	Quantidade de Faturas	%	% Acum.
1	104	Caixa Econômica Federal	179.100	23,7%	23,7%	2.420.712	44,1%	44,1%
2	1	Banco do Brasil	177.058	23,5%	47,2%	723.815	13,2%	57,3%
3	70	BRB - Banco de Brasília	172.859	22,9%	70,1%	1.590.093	29,0%	86,3%
4	341	Itaú	51.507	6,8%	76,9%	182.137	3,3%	89,6%
5	995	SIAFEM (BRB) Sistema de Administração Financeiro dos Estado e Municípios*	46.082	6,1%	83,0%	12.035	0,2%	89,8%
6	237	Bradesco	41.899	5,6%	88,5%	261.199	4,8%	94,6%
7	996	SIAFI (BRB) - Sistema de Administração Financeiro Estadual *	32.543	4,3%	92,9%	5.974	0,1%	94,7%
8	353	Santander	26.213	3,5%	96,3%	97.141	1,8%	96,5%
9	399	HSBC Brasil	10.654	1,4%	97,7%	35.484	0,6%	97,1%
10	73	Banco Popular do Brasil (BPB)	4.080	0,5%	98,3%	28.630	0,5%	97,7%
11	756	Cooperativo do Brasil	2.125	0,3%	98,6%	19.121	0,3%	98,0%
12	745	Citibank	1.823	0,2%	98,8%	7.236	0,1%	98,1%
13	65	Lemon Bank	1.717	0,2%	99,0%	30.592	0,6%	98,7%
14	389	Mercantil do Brasil	447	0,1%	99,1%	1.920	0,0%	98,7%
15	990	SIAFI (BANCO DO BRASIL) - Sistema de Administração Financeira Federal *	346	0,0%	99,1%	87	0,0%	98,7%
16	422	Safra	336	0,0%	99,2%	804	0,0%	98,7%
17	999	CAESB -	16	0,0%	99,2%	55.159	1,0%	99,7%
18	992	Tesouraria CAESB	8	0,0%	99,2%	4	0,0%	99,7%
19	347	Sudameris	1	0,0%	99,2%	4	0,0%	99,7%
Total Agentes Arrecadores dos últimos doze meses (com situações de pagamento)			748.605	99,2%		5.472.147	99,7%	
Outros Agentes Arrecadores dos últimos doze meses (com situação de pagamento)			6.114	0,8%		13.784	0,3%	
Total			754.720	100,0%		5.485.931	100,0%	

* Agentes arrecadadores específicos dos imóveis ocupados por órgãos e entidades públicas da administração direta e indireta do Distrito Federal, da União, organizações internacional-estrangeiros e representações diplomáticas.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo do comprometimento da Receita Operacional Bruta (projetada) com a Quantidade Mínima Mensal estimada necessária à cobertura das necessidades do Fundo e com o Serviço da Dívida estimado dos diversos financiamentos mantidos pela Cedente com vinculação de receitas. Tanto a Receita Operacional Bruta projetada como a Quantidade Mínima Mensal e o Serviço da Dívida estão dispostos em base anual em 5 anos, correspondente ao prazo do fundo.



Documentos Comprobatórios

O Custodiante, com a anuência do Administrador, aceitou a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositária, a guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios. A Cedente obrigou-se, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, a manter os Documentos Comprobatórios sob a sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, responsabilizando-se por sua guarda em nome do Fundo, pelo prazo exigível pela legislação fiscal contado da data de emissão das Contas de Água e Esgoto, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, ou a quem este indicar no prazo de até 03 (três) dias úteis, da data de solicitação nesse sentido, sob pena de incorrer em multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais). A Cedente não fará jus a qualquer remuneração em virtude da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, nos termos acima descritos.

Nos termos do artigo 38, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 356, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios; (ii) a expressiva diversificação dos respectivos devedores; e (iii) o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios;

Cobrança dos Direitos Creditórios

O procedimento de cobrança e pagamento dos Serviços de Saneamento Básico prestados pela Cedente é, basicamente, o mesmo para todas as categorias de usuários dos referidos serviços. O faturamento dos Serviços de Saneamento Básico baseia-se no uso da água, determinado por leituras mensais de hidrômetros. Todas as contas de água e esgoto são entregues diretamente aos usuários, principalmente por intermédio de empresas contratadas autônomas que são também responsáveis pelas leituras dos hidrômetros. O pagamento das Contas de Água e Esgotos é, atualmente, efetuado por meio da arrecadação bancária e correspondentes bancários (tais como farmácias, lotéricas, correios e cooperativas credenciadas) e por meio de débito automático em conta corrente.

Inadimplimentos, Perdas e Concentração dos Direitos Creditórios

De acordo com análise feita pela KPMG, no intervalo entre outubro de 2004 e junho de 2009 (totalizando 57 meses) a carteira de recebíveis da Cedente originou um montante de R\$3.427.902.000,00 em recebíveis.

De acordo com a Cedente, no período analisado, a inadimplência média por faixa de atraso foi conforme a seguir:

Faturas vencidas e/ou liquidadas até 30 de junho de 2009

Faturas liquidadas no vencimento	894.883	27,3%	48,0%
Faturas liquidadas de 1 a 5 dias de atraso	652.806	19,9%	68,0%
Faturas liquidadas de 6 a 10 dias de atraso	158.090	4,8%	72,8%
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	142.268	4,3%	77,1%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	310.384	9,5%	86,6%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	235.255	7,2%	93,8%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	42.245	1,3%	95,1%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	18.971	0,6%	95,6%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	8.594	0,3%	95,9%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	10.321	0,3%	96,2%
Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso	35.256	1,1%	97,3%
Faturas vencidas de 1 a 5 dias	4.610	0,1%	97,4%
Faturas vencidas de 6 a 10 dias	4.282	0,1%	97,6%
Faturas vencidas de 11 a 15 dias	947	0,0%	97,6%
Faturas vencidas de 16 a 30 dias	5.930	0,2%	97,8%
Faturas vencidas de 31 a 60 dias	5.117	0,2%	97,9%
Faturas vencidas de 61 a 90 dias	2.064	0,1%	98,0%
Faturas vencidas de 91 a 120 dias	1.379	0,0%	98,0%
Faturas vencidas de 121 a 150 dias	1.066	0,0%	98,1%
Faturas vencidas de 151 a 180 dias	863	0,0%	98,1%
Faturas vencidas acima de 180 dias	62.203	1,9%	100,0%

A tabela abaixo destaca a concentração dos recebíveis por cliente da Cedente no intervalo entre outubro de 2004 e junho de 2009 (totalizando 57 meses):

Faixas	Residencial			Comercial			Industrial			Público		
	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.
Total sob análise	2.039.722			748.307			70.701			569.173		
(-) Cancelamentos	20.155			22.871			683			1.888		
(-) Parcelamentos	50.080			12.821			1.256			1.699		
(=) Sub-total	1.969.506			713.015			68.782			565.587		
(-) Faturas a vencer	30.290			8.719			438			326		
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 30 de junho de 2009	1.939.216			704.296			68.343			565.261		
Faturas antecipadas acima de 180 dias	2	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	3	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	1	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	2.529	0,1%	0,1%	479	0,1%	0,1%	3	0,0%	0,0%	197	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	35.983	1,9%	2,0%	3.448	0,5%	0,6%	86	0,1%	0,1%	2.813	0,5%	0,5%
Faturas antecipadas de 11 a 15 dias	88.984	3,6%	5,5%	7.993	1,1%	1,7%	304	0,4%	0,6%	6.361	1,1%	1,7%
Faturas antecipadas de 6 a 10 dias	106.957	5,5%	11,1%	16.184	2,3%	4,0%	1.584	2,3%	2,9%	24.513	4,3%	6,0%
Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	234.149	12,1%	23,1%	64.532	9,2%	13,2%	4.798	7,0%	9,9%	97.679	17,3%	23,3%
Faturas liquidadas no vencimento	499.633	25,8%	48,9%	274.497	39,0%	52,1%	28.213	41,3%	51,2%	92.540	16,4%	39,6%
Faturas liquidadas de 1 a 5 dias de atraso	367.125	18,9%	67,8%	148.032	21,0%	73,1%	16.243	23,8%	75,0%	121.405	21,5%	61,1%
Faturas liquidadas de 6 a 10 dias de atraso	95.274	4,9%	72,7%	19.978	2,8%	76,0%	1.443	2,1%	77,1%	41.396	7,3%	68,4%
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	94.943	4,9%	77,6%	20.913	3,0%	79,0%	1.106	1,6%	78,7%	25.305	4,5%	72,9%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	201.828	10,4%	88,0%	50.869	7,2%	86,2%	2.360	3,5%	82,1%	55.329	9,8%	82,7%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	140.271	7,2%	95,3%	52.116	7,4%	93,6%	2.542	3,7%	85,9%	40.326	7,1%	89,8%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	23.698	1,2%	96,5%	7.822	1,1%	94,7%	509	0,7%	86,6%	10.219	1,8%	91,7%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	8.887	0,5%	97,0%	3.128	0,4%	95,1%	189	0,3%	86,9%	6.766	1,2%	92,9%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	3.961	0,2%	97,2%	1.428	0,2%	95,3%	96	0,1%	87,0%	3.109	0,6%	93,4%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	5.422	0,3%	97,4%	2.839	0,4%	95,7%	174	0,3%	87,3%	1.886	0,3%	93,7%
Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso	7.234	0,4%	97,8%	6.396	0,9%	96,6%	3.464	5,1%	92,4%	18.161	3,2%	96,9%
Faturas vencidas de 1 a 5 dias	2.427	0,1%	97,9%	1.111	0,2%	96,8%	521	0,8%	93,1%	550	0,1%	97,0%
Faturas vencidas de 6 a 10 dias	2.858	0,1%	98,1%	845	0,1%	96,9%	33	0,0%	93,2%	547	0,1%	97,1%
Faturas vencidas de 11 a 15 dias	802	0,0%	98,1%	132	0,0%	96,9%	13	0,0%	93,2%	-	0,0%	97,1%
Faturas vencidas de 16 a 30 dias	4.688	0,2%	98,4%	1.108	0,2%	97,1%	34	0,0%	93,2%	119	0,0%	97,2%
Faturas vencidas de 31 a 60 dias	3.049	0,2%	98,5%	1.222	0,2%	97,3%	486	0,7%	93,9%	359	0,1%	97,2%
Faturas vencidas de 61 a 90 dias	1.142	0,1%	98,6%	480	0,1%	97,3%	22	0,0%	94,0%	440	0,1%	97,3%
Faturas vencidas de 91 a 120 dias	749	0,0%	98,6%	446	0,1%	97,4%	30	0,0%	94,0%	153	0,0%	97,3%
Faturas vencidas de 121 a 150 dias	573	0,0%	98,7%	216	0,0%	97,4%	14	0,0%	94,0%	263	0,0%	97,4%
Faturas vencidas de 151 a 180 dias	477	0,0%	98,7%	297	0,0%	97,5%	9	0,0%	94,1%	81	0,0%	97,4%
Faturas vencidas acima de 180 dias	25.594	1,3%	100,0%	17.802	2,5%	100,0%	4.066	5,9%	100,0%	14.742	2,6%	100,0%

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes", no Anexo VI deste Prospecto.

Pré-Pagamento de Faturas

Observado os termos do Contrato de Cessão, as faturas emitidas pela Cedente e oferecidas ao Fundo não prevêm nenhum tipo de desconto para os Usuários que as liquidem antecipadamente. Portanto, os pagamentos antecipados não geram impacto negativo ao Fundo e nem ao fluxo de amortização das Cotas, uma vez que estes pagamentos antecipados, nos termos do Contrato de Cessão, são realizados pelo valor de face dos Direitos Creditórios. Ademais, ainda que na hipótese do Fundo eventualmente receber um volume elevado de recursos pagos antecipadamente não haverá impacto na rentabilidade do Fundo haja vista que esses recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da realização de Amortização Extraordinária, nos termos do Regulamento. As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes", no Anexo VI deste Prospecto.

A tabela abaixo destaca a distribuição dos prazos de pagamento de faturas da Cedente, por categoria.

Faixas	Residencial			Comercial			Industrial			Público		
	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.	R\$(mil)	%	% acum.
Faturas antecipadas acima de 180 dias	2	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	3	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	1	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	2.529	0,1%	0,1%	479	0,1%	0,1%	3	0,0%	0,0%	197	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	35.993	1,9%	2,0%	3.448	0,5%	0,6%	86	0,1%	0,1%	2.813	0,5%	0,5%
Faturas antecipadas de 11 a 15 dias	66.984	3,6%	5,5%	7.993	1,1%	1,7%	304	0,4%	0,6%	6.361	1,1%	1,7%
Faturas antecipadas de 6 a 10 dias	106.957	5,5%	11,1%	16.184	2,3%	4,0%	1.584	2,3%	2,9%	24.513	4,3%	6,0%
Faturas antecipadas de 1 a 5 dias	234.149	12,1%	23,1%	64.532	9,2%	13,2%	4.798	7,0%	9,9%	97.679	17,3%	23,3%

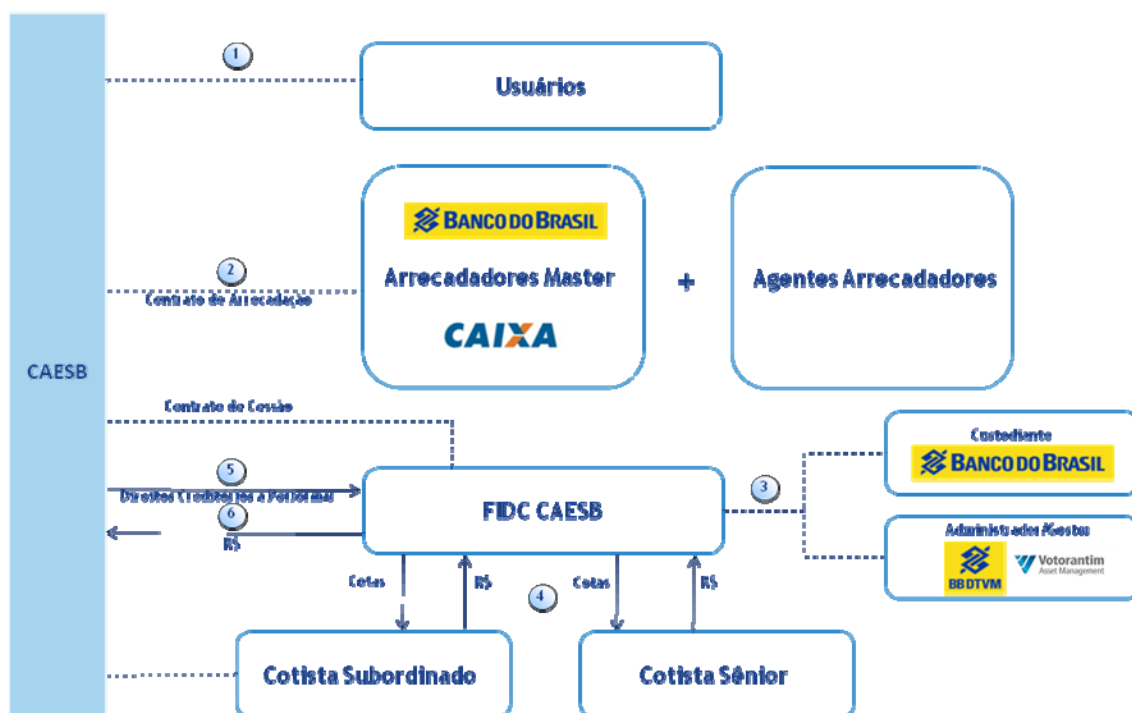
ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

Encontra-se nesta Seção descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por adquirir Cotas.

Resumo da estrutura

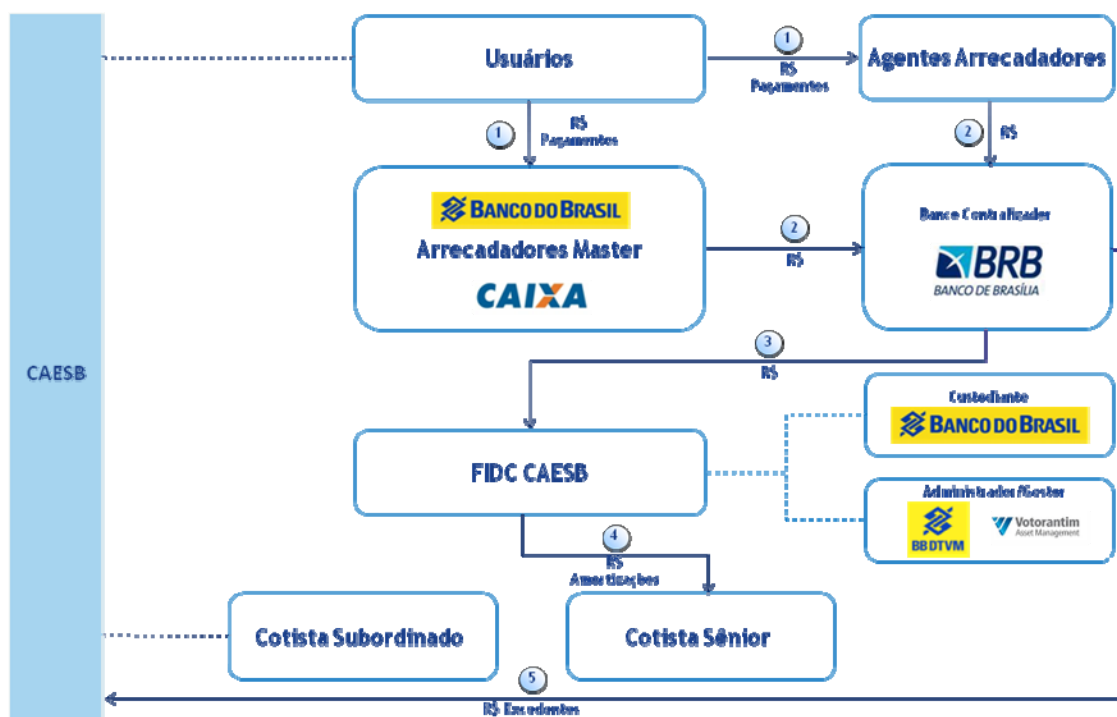
O Fundo foi constituído em 09 de outubro de 2009, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração que inicia-se na Data de Emissão de Cotas e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, observadas as disposições do Regulamento, o qual foi registrado no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 09 de outubro de 2009, sob o n.º 935.477. A deliberação da primeira alteração do Regulamento foi averbada sob o n.º 941.211, em 04 de dezembro de 2009, a deliberação da segunda alteração do Regulamento foi averbada sob o n.º 946.979, em 01 de fevereiro de 2010 e a deliberação da terceira alteração do Regulamento averbada, sob o n.º 957.292, em 07 de maio de 2010. Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios que atentam aos Critérios de Elegibilidade do segmento de prestação de serviços de saneamento básico pela Cedente, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titular de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. O Fundo emitirá Cotas para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, sendo dividida em 4.800 (quatro mil e oitocentas) Cotas Seniores e 340 (trezentos e quarenta) Cotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente, em moeda corrente nacional, e não serão objeto da Oferta.

Fluxo Inicial da Operação



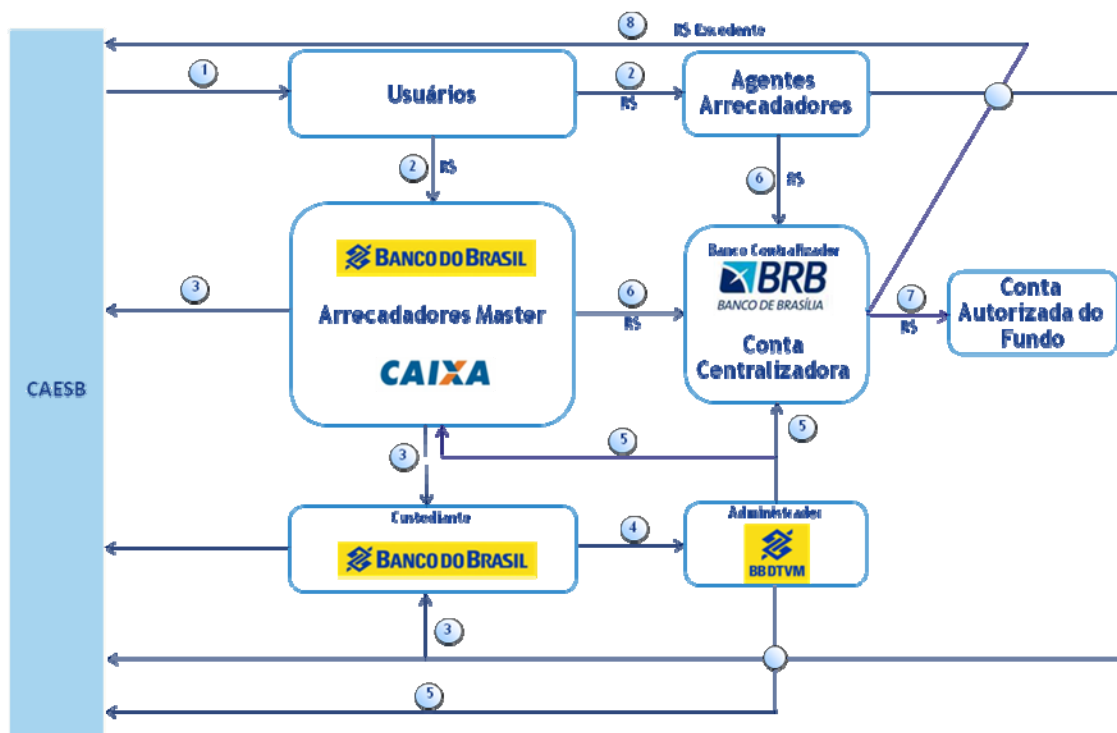
- (1) A CAESB realiza a prestação de Serviços de Saneamento Básico aos seus Usuários;
- (2) A CAESB contratou, além de Outras Instituições Financeiras (Agentes Arrecadores) o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal (Arrecadores Master) para prestar serviços de arrecadação de receita de contas-faturas referentes a serviços de Saneamento Básico emitidas pela Cedente;
- (3) O Fundo é administrado pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A., que por sua vez contratou o Banco do Brasil S.A. como Custodiante e a Votorantim Asset Management como Gestora;
- (4) O Fundo emite Cotas Seniores que são subscritas por Investidores Qualificados (Cotista Sênior) e Cotas Subordinadas que são subscritas pela Cedente (Cotista Subordinado);
- (5) Os Direitos Creditórios são cedidos pela CAESB ao Fundo de acordo com os parâmetros e condições definidos no Contrato de Cessão;
- (6) O Fundo realiza o pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios.

Fluxo Contínuo da Operação



- (1) Os Usuários realizam os pagamentos referentes aos Serviços de Saneamento Básico na rede disponibilizada pelos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores;
- (2) Os recursos oriundos dos pagamentos dos Serviços de Saneamento Básico são obrigatoriamente transferidos pelos Agentes Arrecadores e pelos Bancos Arrecadores Master ao Banco Centralizador;
- (3) O montante equivalente à Quantidade Mínima Mensal transferido pelo Banco Centralizador à Conta Autorizada do Fundo, mediante solicitação do Administrador;
- (4) O Fundo utiliza os recursos recebidos para o cumprimento de suas obrigações financeiras, observada a Ordem de Alocação dos Recursos;
- (5) O excedente, salvo por ordem contrária do Administrador, é transferido pelo Banco Centralizador à Conta Autorizada da Cedente.

Fluxo de Entrega de Recebíveis e Informações



- (1) A CAESB emite faturas referentes à prestação de Serviços de Saneamento Básico à seus Usuários;
- (2) Os Usuários realizam os pagamentos pelos Serviços de Saneamento Básico através dos Bancos Arrecadores Master e/ou Agentes Arrecadadores;
- (3) A partir do dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto, os Bancos Arrecadores Master e/ou os Agentes Arrecadadores, conforme o caso, enviarão ao Custodiante e à CAESB o Relatório de Arrecação;
- (4) O Custodiante verifica os Relatórios de Arrecação e seleciona os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade;
- (5) O Administrador, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante em relação aos Direitos Creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, encaminha à CAESB e aos Bancos Arrecadores Master o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos. Adicionalmente, o Administrador envia aos Bancos Arrecadores Master, aos Agentes Arrecadadores e ao Banco Centralizador a Notificação de Solicitação de Transferência, informando os valores a serem transferidos para a Conta Centralizadora.
- (6) Até que as transferências de recursos sejam suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou Quantidade Extraordinária, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadadores transferem os recursos oriundos dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos para a Conta Centralizadora;
- (7) O Banco Centralizador realiza a imediata transferência destes recursos para as Contas Autorizadas do Fundo;

- (8) Uma vez atendida a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, os recursos excedentes na Conta Centralizadora serão transferidos para as Contas Autorizadas da Cedente, salvo se de outro modo autorizado pelo Administrador.

Da Cessão dos Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente cede ao Fundo, que por sua vez adquire os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, oriundos da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico representados por Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente na Conta Centralizadora por meio dos Bancos Arrecadadores Master e/ou por meio dos Agentes Arrecadadores (os “Direitos Creditórios Cedidos”), sendo certo que estão excluídos dos Direitos Creditórios Cedidos os Direitos Creditórios Onerados. Os Direitos Creditórios Cedidos serão imediatamente repassados da Conta Centralizadora para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo.

Até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação, os Bancos Arrecadadores Master e os Agentes Arrecadadores, caso aplicável, deverão transferir ao Banco Centralizador, o qual transferirá às Contas Autorizadas do Fundo, os recursos oriundos das parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos correspondente aos primeiros direitos creditórios vincendos a partir da data da transferência em questão, em montante em Reais equivalente à Quantidade Mínima Mensal (“Transferência Mensal” ou “Cessão Incondicionada”). A Transferência Mensal será, prioritariamente, alocada para a Conta Centralizadora pelos Bancos Arrecadadores Master. Na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master para Transferência Mensal, serão utilizados os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadadores.

Uma vez ocorrido um Evento de Avaliação, que corresponderá ao advento da cessão sob condição suspensiva e até que de outro modo autorizado em Assembleia Geral realizada nos termos do Regulamento, (i) os Bancos Arrecadadores Master e os Agentes Arrecadadores deverão transferir imediatamente à Conta Centralizadora os Direitos Creditórios vincendos; e (ii) o Banco Centralizador deverá transferir às Contas Autorizadas do Fundo os respectivos Direitos Creditórios Cedidos, a partir da data do evento da transferência mencionado no subitem (i) acima, em montante em Reais equivalente (a) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (b) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional (a “Transferência Extraordinária”; “Quantidade Extraordinária” ou “Cessão sob Condição Suspensiva”). Os recursos ficarão depositados nas Contas Autorizadas do Fundo até que a Assembléia Geral decida se o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Liquidação.

Na hipótese de os Direitos Creditórios então existentes nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras serem insuficientes para atender a Transferência Extraordinária em uma única data, deverão ser realizadas sucessivas Transferências Extraordinárias nas datas imediatamente subsequentes, até que o montante relativo à Transferência Extraordinária seja cumprido, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados.

Da Quantidade Mínima Mensal

A quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios Cedidos objeto das Transferências Mensais, a ser calculada de acordo com a fórmula a seguir (a “Quantidade Mínima Mensal”), será, prioritariamente, alocada nos Bancos Arrecadadores Master e, na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados nos Bancos Arrecadadores Master em até 5 dias que antecedem o pagamento de amortização e juros para Transferência Mensal, serão utilizados os recursos arrecadados nos Agentes Arrecadadores para atender a Quantidade Mínima Mensal, que será segregada do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e entregue ao Banco Centralizador na Conta Centralizadora mantida pela Cedente para posterior transferências às Contas Autorizadas do Fundo, nos seguintes termos, a partir da Data de Emissão, e em cada mês subsequente até a Data de Resgate.

$$QMMi = Ai + Ci \text{ no mês } i$$

Onde:

QMMi = Quantidade Mínima Mensal no mês i;

Ai = Montante referente à parcela de Amortização i, calculada conforme disposto na alínea (i) do Anexo III do Regulamento;

Ci = Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo, referente ao mês de pagamento de Amortização i; e

i = 1, 2, 3, ... 60 (ou mês de resgate da totalidade das Cotas Seniores em circulação)

Durante o Período de Carência a Quantidade Mínima Mensal será calculada com base na estimativa de custos mensais e demais encargos do fundo, exceto para os meses que antecedem o pagamento de juros, quando será incluída a estimativa de principal e juros a serem pagos no mês subsequente.

O cálculo da Quantidade Mínima Mensal e, se for o caso, da Quantidade Extraordinária, será realizado pelo Administrador, a partir da Data de Emissão, conforme o disposto no Contrato de Cessão e no Regulamento, devendo o Administrador divulgar tais informações ao Custodiante, à Cedente, aos Bancos Arrecadores Master e aos Agentes Arrecadores, se aplicável, sempre que solicitado.

Dos Procedimentos de Arrecadação e Entrega dos Direitos Creditórios

A partir da Data de Emissão e até a integral transferência às Contas Autorizadas do Fundo dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como da totalidade dos montantes que venham a ser devidos pela Cedente ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, a parcela do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto relativa aos Direitos Creditórios Cedidos será transferida ao Fundo, nos termos indicados a seguir.

A Cedente e o Fundo constituem, durante toda a vigência do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores como agentes responsáveis pela arrecadação e repasse para a Conta Centralizadora da totalidade das Contas de Água e Esgoto devidas à Cedente por Usuários. Declaram, ainda, que o estabelecimento dos Bancos Arrecadores Master e dos Agentes Arrecadores como agentes responsáveis pela arrecadação da totalidade das Contas de Água e Esgoto devidas à Cedente por Usuários foi condição para a celebração do Contrato de Cessão e que a forma de arrecadação e/ou recebimento das Contas de Água e Esgoto não poderá ser alterada pela Cedente, exceto (i) se prévia e expressamente autorizado por escrito pelo Administrador, nos estritos termos constantes da referida autorização; e (ii) para incluir novos Agentes Arrecadores, observado o disposto a seguir.

A Cedente deverá no ato da assinatura do Contrato de Cessão: (A) notificar os Agentes Arrecadores relacionados no Anexo II do Contrato de Cessão, nos moldes da minuta de notificação que integra o Contrato de Cessão sob a forma de Anexo IV, informando-os (i) acerca da existência do Contrato de Cessão, e (ii) instruindo-os a, caso solicitado pelo Administrador, nos termos desta Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, a realizar as transferências que venham a ser solicitadas pelo Administrador, nos prazos e montantes por este estabelecidos; e (B) encaminhar ao Administrador, cópia de comprovação da referida notificação, atestando a ciência e concordância dos Agentes Arrecadores.

Na hipótese de Contratação de novos Agentes Arrecadores pela Cedente durante a vigência do presente Contrato, a Cedente estará obrigada a: (A) simultaneamente à referida contratação, notificar o novo Agente Arrecador, nos moldes da minuta de notificação que integra o Contrato de Cessão sob a forma do Anexo IV, (i) informando-o acerca da existência do Contrato de Cessão, e (ii) instruindo-o a, caso solicitado pelo Administrador, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, a realizar as transferências que venham a ser solicitadas pelo Administrador, nos prazos e montantes por este estabelecidos; (B) no dia útil imediatamente subsequente à celebração do contrato, convênio ou documento similar que venha a celebrar

com o novo Agente Arrecadador, informar ao Administrador, por escrito, e encaminhar a este cópia da notificação a que se refere o item “A” acima, atestando a ciência e concordância do novo Agente Arrecadador com os termos da notificação. A contratação de novos Agentes Arrecadadores estará condicionada à aceitação integral pelo novo Agente Arrecadador, dos termos estabelecidos no Contrato de Cessão.

Na hipótese de a Cedente não cumprir, total ou parcialmente, com o disposto acima nos prazos nelas estabelecidos, fica desde já o Administrador autorizado a notificar os Agentes Arrecadadores relacionados no Anexo II ao Contrato de Cessão, e/ou os novos Agentes Arrecadadores, se aplicável, em nome da Cedente. Para tanto, a Cedente outorga neste ato ao Administrador e ao Cessionário, procuração irrevogável nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, nos moldes da minuta que integra o presente Contrato sob a forma de Anexo VII ao Contrato de Cessão, com poderes bastantes para (i) proceder, em seu nome, a notificação da celebração do Contrato de Cessão; e (ii) para solicitar a realização de transferências de recursos oriundos do recebimento de Contas de Água e Esgoto, nos prazos e montantes que venham a ser estabelecidos pelo Administrador.

Os Direitos Creditórios serão arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos Agentes Arrecadadores para a prestação dos serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto. O Custodiante realizará a seleção dos Direitos Creditórios Cedidos dentro do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, os quais serão repassados (i) à Conta Centralizadora; e (ii) às Contas Autorizadas do Fundo, conforme estabelecido a seguir.

A Quantidade Mínima Mensal objeto da Transferência Mensal e a Quantidade Extraordinária, caso aplicável, serão, prioritariamente, alocadas pelos Bancos Arrecadadores Master e, na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master para Transferência Mensal e/ou Transferência Extraordinária, serão utilizados os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadadores para atender a Quantidade Mínima Mensal e/ou Quantidade Extraordinária, que serão selecionados do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e entregue ao Banco Centralizador na Conta Centralizadora, o qual repassará a Quantidade Mínima Mensal e a Quantidade Extraordinária, caso aplicável, às Contas Autorizadas do Fundo, nos prazos e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, e em cada mês subsequente até a Data de Resgate, durante o período que se inicia no primeiro dia útil, a partir da Data de Emissão.

Na hipótese de insuficiência do montante total da arrecadação das Contas de Água e Esgoto recebido pelos Bancos Arrecadadores Master para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o Administrador enviará aos Agentes Arrecadadores notificação de solicitação de Relatórios de Arrecadação (a “Notificação de Solicitação de Relatórios”), para que estes entreguem ao Banco Centralizador e ao Custodiante, até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento da referida notificação, seus respectivos Relatórios de Arrecadação, nas forma descrita no parágrafo a seguir.

A partir (i) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, os Bancos Arrecadadores Master, e (ii) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento da Notificação de Solicitação de Relatórios, os Agentes Arrecadadores, e até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, deverão enviar ao Custodiante e à Cedente o Relatório de Arrecadação. O Custodiante deverá verificar o Relatório de Arrecadação e selecionar os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

No dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, ou até que as transferências de recursos sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, o Administrador, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante em relação aos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, deverá encaminhar (i) o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos aos Bancos Arrecadadores Master, e à Cedente, e (ii) a Notificação de Solicitação de Transferência, elaborada nos termos do Anexo IX ao Contrato de Cessão, aos Bancos Arrecadadores Master, aos Agentes Arrecadadores e ao Banco Centralizador (a “Notificação de Solicitação de Transferência”), informando os valores a serem transferidos para a Conta Centralizadora e, posteriormente, às Contas Autorizadas do Fundo.

Até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores deverão nos dias úteis imediatamente subsequentes ao do recebimento dos Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos transferir os recursos de titularidade do Fundo indicados pelo Custodiante das respectivas Contas Arrecadoras para a Conta Centralizadora, o Banco Centralizador por sua vez realizará o imediato repasse de tais recursos para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo a data de cada transferência doravante denominada de "Data de Transferência".

Até o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o saldo total das Contas Arrecadoras Master deverá ser transferido para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo nas Datas de Transferência.

Uma vez que (i) seja atingida a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária através das transferências de recursos realizadas no mês em questão e/ou (ii) até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, o saldo da Conta Centralizadora será transferido em recursos imediatamente disponíveis, na mesma data prevista acima, para as Contas Autorizadas da Cedente, exceto se de outro modo determinado pelo Administrador.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação ou na ocorrência de um dos Eventos de Avaliação que seja considerado, por deliberação da Assembleia Geral, como um Evento de Liquidação, o Administrador, deverá determinar ao Banco Centralizador que transfira da Conta Centralizadora para as Contas Autorizadas do Fundo o produto total dos Direitos Creditórios Cedidos arrecadados até que se atinja a Quantidade Extraordinária. Este procedimento perdurará até que o Banco Centralizador receba contra-ordem do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos, observado o disposto nos Contratos de Arrecadação.

As transferências a serem realizadas para as Contas Autorizadas do Fundo nos termos do Contrato de Cessão, deverão ser realizadas em recursos imediatamente disponíveis, até o dia útil imediatamente posterior ao recebimento dos respectivos (i) Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos pelos Bancos Arrecadores Master, e (ii) Notificações de Solicitação de Transferência pelos Agentes Arrecadores.

Sem prejuízo do envio dos Relatórios de Arrecadação por parte dos Bancos Arrecadores Master, o Custodiante manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer tempo, dos Direitos Creditórios cujo produto tiver sido recebido pelos Bancos Arrecadores Master, creditado nas Contas Arrecadoras Master e transferidos para a Conta Centralizadora.

O Banco Centralizador enviará ao Administrador sempre que solicitado, o Relatório de Arrecadação nos termos do Anexo V do Contrato de Cessão.

O repasse ao Banco Centralizador pela CAIXA será feito pelos recursos que sobejam a conta de reserva de titularidade da CAESB no Banco Centralizador e a Conta Arrecadora, mantidas pela CAESB naquela instituição como garantia aos Contratos de Financiamento CAESB vigentes e relacionados no Anexo X do Contrato de Cessão.

Ordem de alocação de recursos

O Administrador, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- (c) devolução aos Cotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, por meio da amortização da série de Cotas Seniores específica;
- (d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Cotas Seniores; e
- (e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

Encargos do Fundo

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou a realização de Assembleia Geral;
- (h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (i) custos relativos à abertura e manutenção de contas em sistemas de liquidação e custódia autorizados pelo BACEN;
- (j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- (k) despesas com a atualização do Prospecto e do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

As comissões devidas às instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Distribuição.

A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

Custos referentes à cobrança dos ativos do Fundo

Nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigado pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos.

O Administrador não é responsável por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas, observado o disposto no Artigo 59º do Regulamento.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Cotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Cotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Cotistas Seniores dissidentes terão direito de recesso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Cotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

As despesas a que se refere o parágrafo acima são aquelas mencionadas na alínea (f) dos Encargos do Fundo.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo, após esgotado o Patrimônio Líquido, antes (i) do recebimento integral do adiantamento referido acima; e (ii) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador não será responsável por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma do Capítulo Dezoito do Regulamento.

Todos os valores aportados pelos Cotistas ao Fundo nos termos acima estabelecido deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão, que não seja caracterizada como Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Cotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação, salvo nos casos onde existir previsão para prazos específicos diferenciados;
- (b) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da Cedente, de tal forma que impeçam ou afetem negativamente a cessão de Direitos Creditórios;
- (c) alteração na atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (d) atraso no recebimento do Relatório de Arrecadação, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- (e) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou participante, ainda que na qualidade de garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M (ou, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo). Para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no BACEN; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do BACEN; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda a vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;
- (f) caso a classificação de risco das Cotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a AA-, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (g) caso o Índice de Cobertura não seja atingido, quando do seu cálculo pelo Custodiante;
- (h) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Contas de Água e Esgoto sem lastro e/ou em duplicidade;
- (i) rescisão ou rescisão de qualquer dos Contratos de Arrecadação, pela Cedente ou por qualquer Banco Arrecadador Master ou Agente Arrecadador, sem a prévia anuência do Fundo;
- (j) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Cedente, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não suspensa, cancelada ou garantida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir de sua intimação;

- (k) protesto de títulos contra a Cedente, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Cedente, ou se for suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada pelo Cartório de Protestos competente para regularização do protesto;
- (l) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra a Cedente que resulte(m), individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for suspensa, garantida ou paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) respectiva(s) decisão(ões) judicial(is);
- (m) verificação da inveracidade de qualquer declaração da Cedente nos termos do Contrato de Cessão, exceto se tal inveracidade for sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada da inveracidade;
- (n) ocorrência de fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Cedente;
- (o) não observância dos parâmetros estabelecidos no Artigo 44 do Regulamento; e
- (p) evidência de que tenha recaído sobre os Direitos Creditórios qualquer ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos na seção “Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo” a seguir, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Uma vez ocorrido um Evento de Avaliação, que corresponderá ao advento da cessão sob condição suspensiva e até que de outro modo autorizado em Assembleia Geral realizada nos termos do Regulamento, (i) os Bancos Arrecadadores Master e os Agentes Arrecadadores deverão transferir imediatamente à Conta Centralizadora os Direitos Creditórios vincendos; e (ii) o Banco Centralizador deverá transferir às Contas Autorizadas do Fundo os respectivos Direitos Creditórios Cedidos, a partir da data da transferência mencionada no subitem (i) acima, em montante em Reais equivalente (a) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (b) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional (“Transferência Extraordinária”; “Quantidade Extraordinária” ou “Cessão sob Condição Suspensiva”). Os recursos ficarão depositados nas Contas Autorizadas do Fundo até que a Assembleia Geral decida se o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Liquidação.

Na hipótese de os Direitos Creditórios então existentes nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras serem insuficientes para atender a Transferência Extraordinária em uma única data, deverão ser realizadas sucessivas Transferências Extraordinárias nas datas imediatamente subsequentes, até que o montante estabelecido na Cláusula 2.1.2 do Contrato de Cessão seja cumprido, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados.

Eventos de Liquidação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Liquidação, o Fundo será liquidado antecipadamente. Os Eventos de Liquidação previstos no Artigo 54 do Regulamento são os seguintes:

- (a) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei, em concessões de titularidade da Cedente que, individualmente ou não, representem mais de 30% (trinta) por cento da Receita Operacional Líquida da Cedente, verificado pelo Administrador, a cada 3 (três) meses, com base nas informações trimestrais da Cedente do mesmo período do exercício anterior;
- (b) adoção pela Cedente ou em face dela de qualquer procedimento análogo à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da legislação aplicável à Cedente, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (c) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- (d) alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Cedente que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios;
- (e) caso ocorra a resilição do Contrato de Cessão;
- (f) caso os Cotistas reunidos em Assembleia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (g) caso quaisquer dos titulares das Cotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (h) caso o titular das Cotas Subordinadas não aprovar o novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 43 do Regulamento;
- (i) caso os titulares das Cotas Seniores não aprovem a proposta dos titulares das Cotas Subordinadas quanto ao novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores, conforme o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 43 do Regulamento;
- (j) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Artigo 6º do Regulamento;
- (k) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; e
- (l) caso o Índice de Cobertura não seja atendido por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Cotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos a seguir.

Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Cotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Cotas Seniores, pelo valor das mesmas nos termos do artigo 43º do Regulamento, aos Cotistas dissidentes que o solicitarem.

Observada a deliberação dos Cotistas na Assembleia Geral referida no parágrafo anterior, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Cotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Cotas, e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação, observado o disposto no parágrafo a seguir.

Caso, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, os Direitos Creditórios arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master não sejam suficientes para atingir a Quantidade Extraordinária, o Administrador deverá proceder à notificação dos Agentes Arrecadores para que complementem a transferência de Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Capítulo Nove do Regulamento.

As verbas pagas aos titulares das Cotas, a título de resgate antecipado de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, ao pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, ao pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 52º do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas.

Dação em pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 90 (noventa) dias após a data da realização da Assembleia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 54º do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas, e desde que mediante aviso prévio aos Cotistas até 60 (sessenta) dias depois da data da realização da Assembleia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Cotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação.

Os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros dados em pagamento aos titulares das Cotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Cotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Cotas Seniores (i) para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas faz jus.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Cotas em circulação.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos no Regulamento:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- (b) alterar o Regulamento;
- (c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante, da Gestora e dos Bancos Arrecadores Master;
- (d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- (e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e

- (f) deliberar sobre (i) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Cotas Seniores, (ii) a conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iii) necessidade de aporte de recursos ao Fundo, e (iv) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Cotistas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou pela publicação de edital no periódico mencionado no Artigo 70 do Regulamento, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

A Assembleia Geral poderá ser convocada por iniciativa própria do Administrador ou por solicitação de Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

A presidência da Assembleia Geral caberá ao Administrador.

O Administrador e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

A cada Cota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto no parágrafo a seguir, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Cotas Seniores presentes Assembleia Geral.

As seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Cotistas Seniores que representem:

- (a) 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois, Seis, Oito, Nove, Onze, Doze e Dezesseis do Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo e dos itens “u” da Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão;
- (b) 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 53º do Regulamento;
 - (iii) alterações dos Capítulos Quinze e Dezoito do Regulamento; e
 - (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante.
- (c) 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação mais uma para decidir se um Evento de Avaliação se tornará um Evento de Liquidação.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Cotas Seniores de titularidade da Cedente ou de suas Partes Relacionadas.

As seguintes deliberações dependerão da aprovação dos titulares das Cotas Subordinadas reunidos em Assembleia específica, observado que, neste caso, não será observado o disposto no *caput* do Artigo 61 do Regulamento e a Assembleia dos titulares das Cotas Subordinadas será convocada pelo Administrador por meio de correspondência enviada diretamente aos titulares das Cotas Subordinadas:

- (a) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 43º do Regulamento;
- (b) aprovação de novos encargos do Fundo não previstos na legislação.

Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 53º do Regulamento, deverão ser definidos na respectiva Assembleia Geral, pelos titulares da maioria das Cotas Seniores presentes, os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Cotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembleia Geral.

Os referidos titulares de Cotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Cotas Seniores, sendo que os demais Cotistas somente terão suas Cotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

As deliberações tomadas pelos Cotistas Seniores, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido a Assembleia Geral ou do voto proferido.

Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotista na sede do Administrador ou do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, estes serão registrados pelo seu valor de aquisição e acrescidos da variação percentual acumulada de 100% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida do spread da cota sênior ao ano, base 252 dias úteis.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios Cedidos acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (a) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos da carteira do Fundo;
- (b) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios Cedidos na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (c) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- (d) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios Cedidos sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no Parágrafo Segundo do Artigo 49º do Regulamento.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios Cedidos ou com Ativos Financeiros serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100% (cem por cento).

As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme o Artigo 43º do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma estabelecida acima, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas.

O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório do valor dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões previstas no Regulamento.

AS COTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Cotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto Preliminar e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Cotas.

Características das Cotas Seniores

Dentre outras previstas no Capítulo Onze do Regulamento, as Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação as Cotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (c) seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43º do Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponde 1 (um) voto.

As Cotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Os valores de amortização e resgate das Cotas serão pagos aos Cotistas conforme os procedimentos previstos no Capítulo Treze do Regulamento, nos prazos estabelecidos no Suplemento.

Nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, os Cotistas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de série de Cotas Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Cotas em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Para fins do disposto no artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, não haverá relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, não havendo, portanto, qualquer procedimento específico para observância pelo Fundo dessa relação.

Características das Cotas Subordinadas

Dentre outras previstas no Capítulo Onze do Regulamento, as Cotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Cotas Subordinadas;
- (b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas e do Regulamento;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43º do Regulamento; e

- (e) observado o disposto no Capítulo Dezenove do Regulamento, direito de voto restrito nas Assembleias Gerais; e
- (f) a Cedente deverá subscrever novas Cotas Subordinadas, desde que solicitado pelo Administrador, para atender o disposto no Artigo 43º do Regulamento.

Ressalvado o disposto na alínea (b) do Artigo 37 do Regulamento, as Cotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Cotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 54º do Regulamento e observado o disposto na alínea (a) do Artigo 37º do Regulamento.

Emissão e integralização das Cotas

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma do Artigo 43 e Artigo 45 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Cota de D + 0), via Sistema de Transferência de Recursos - STR, pela CETIP, para a Conta Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista.

Quando da emissão das Cotas no mercado primário, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, indicar um representante responsável, informar seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos do Regulamento e, ainda, declarar sua condição de Investidor Qualificado.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pelo Administrador, tampouco taxa de performance.

A partir da Data de Emissão das Cotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil (a "Data de Cálculo"), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação, ou (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

VQS_t Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data "t", já deduzido dos valores pagos a título de amortização das respectivas Cotas Seniores, no dia útil imediatamente anterior à data "t".

VQS_{t-1} Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, VQS_{t-1} é igual a R\$25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Taxa DI_{t-1} Taxa DI referente ao dia útil anterior à data "t". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil

anterior for 16,5%, então Taxa $DI_{t-1} = 16,5$.

Spread *Spread*, na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, definido em Procedimento de *Bookbuilding*.

Para fins de estimativa dos valores futuros da Taxa DI serão utilizadas as taxas de fechamento dos Contratos Futuros de Taxa DI, negociados na BM&FBOVESPA, na respectiva data de Cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Cotas Seniores, será utilizada, em substituição, a ultima Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Cotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior a ultima data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, será utilizada (i) a taxa que vier a substituir a Taxa DI e, na inexistência desta, (ii) a Taxa Selic. No caso de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa Selic ou de sua substituta legal, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Cotas Seniores. Caso não haja acordo entre os titulares das Cotas Seniores, ou caso os titulares das Cotas Subordinadas não concordem com o parâmetro aprovado pelos titulares que representem 50% (cinquenta) por cento mais uma das Cotas Seniores em circulação, os titulares das Cotas Subordinadas poderão (i) vetar a adoção do referido parâmetro, o que fará com que o Administrador inicie os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) sugerir um novo parâmetro, bem como um novo cronograma de amortização das Cotas Seniores, por meio de envio de proposta para o Administrador no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da realização da Assembleia Geral, o qual deverá convocar nova Assembleia Geral para deliberação da proposta dos titulares das Cotas Subordinadas. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para Cálculo do valor das Cotas Seniores, a ultima taxa utilizada pelo Administrador, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da taxa aplicável.

Caso não haja acordo sobre a proposta dos titulares das Cotas Subordinadas entre os titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Cotas Seniores em circulação, o Administrador procederá ao resgate antecipado da totalidade das Cotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral, utilizando-se a última taxa conhecida.

Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Cotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

Caso os recursos existentes nas Contas Autorizadas do Fundo não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Cotas Seniores no dia útil imediatamente anterior ao pagamento em questão, serão utilizados os recursos provenientes da subscrição das Cotas Subordinadas observado o disposto no Artigo 45 do Regulamento.

Na Data de Emissão de Cotas Subordinadas, os recursos provenientes da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas deverão corresponder a no mínimo 7% (sete por cento) da totalidade das Cotas Seniores, observado que:

- (a) durante o Prazo de Duração, o montante de Cotas Subordinadas deverá corresponder, no mínimo, ao valor estimado para a amortização das Cotas Seniores do Período de Capitalização seguinte;
- (b) caso o Administrador utilize os recursos provenientes da subscrição das Cotas Subordinadas na hipótese prevista no Parágrafo Sexto do Artigo 43 do Regulamento, de modo que estes atinjam o montante mínimo estabelecido na alínea (a) acima, o Administrador deverá tomar as providências necessárias para que o montante das Cotas Subordinadas corresponda a, no mínimo, 110% (cento e dez por cento) do valor estimado para a amortização das Cotas Seniores subsequente.

A partir da Data de Emissão de Cotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate, sendo que este será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Seniores em circulação, e deduzido das eventuais provisões de custos, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva Data de Cálculo.

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição primária e a custódia eletrônica das Cotas.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, através do SF - Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação financeira dos eventos e a custódia eletrônica das Cotas Seniores, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas Seniores do Fundo.

Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

Na hipótese de negociação de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Cotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o Intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Cotista.

Tributação

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Preliminar e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

De acordo com razoável interpretação da legislação e regulamentação acerca da matéria em vigor nesta data, e a despeito de eventuais interpretações diversas das autoridades fiscais, a tributação aplicável aos Cotistas do Fundo e ao próprio Fundo, como regra geral, é a apresentada a seguir.

Tributação do Fundo e dos Cotistas

Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, esta seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo e aos Cotistas.

Tributação do Fundo

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral, retido na fonte) e o IOF.

Imposto de Renda

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o Imposto de Renda poderá incidir (i) quando da amortização das Cotas; (ii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de Cotas a terceiros.

Amortização e/ou resgate de Cotas

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de Cotas, incidirá Imposto de Renda, a ser retido pelo Fundo, sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das Cotas. As alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios Cedidos não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo Cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do Imposto de Renda obedecerá à seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do Imposto de Renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A carteira do Fundo poderá ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários, tendo em vista as características dos Ativos do Fundo.

Alienação de Cotas a terceiros

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Neste caso, o Imposto de Renda será apurado e pago pelo próprio Cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do Imposto de Renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de Imposto de Renda, o Imposto de Renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar Cotas em bolsa de valores, haverá a incidência de Imposto de Renda retido na fonte à alíquota de 0,005% (zero vírgula zero zero cinco por cento), calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do Imposto de Renda retido na fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00 (um real), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Cotista do Fundo.

O valor do Imposto de Renda retido na fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do Imposto de Renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o Imposto de Renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de Imposto de Renda retido na fonte; e (iv) compensado com o Imposto de Renda devido sobre o ganho de capital na alienação das Cotas.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das Cotas antes de 30 dias, a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas Cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do Poder Executivo, até a alíquota máxima de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja de 0.38%, o Poder Executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25% (vinte e cinco por cento). No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento. Vale notar que, atualmente, a alíquota do IOF é zero para operações de câmbio relativas a investimentos feitos no mercado financeiro e de capitais por meio da Resolução 2.689/00.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente promete, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo, que por sua vez adquire os Direitos Creditórios, selecionados pelo Custodiante, oriundo da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico representados por Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente na Conta Centralizadora por meio dos Bancos Arrecadores Master e/ou por meio dos Agente Arrecadores, sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados estão excluídos dos Direitos Creditórios Cedidos. Para tanto, a Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

No Contrato de Cessão está definida a Quantidade Mínima Mensal de Direitos Creditórios que a Cedente deve entregar ao Fundo, bem como os Eventos de Revisão, que correspondem aos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo.

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, o Administrador e a Cedente contrataram as Instituições Intermediárias para a prestação dos serviços de distribuição pública das Cotas Seniores. Para maiores informações ver Seção “Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores”.

Contrato de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas

Por meio do Contrato de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas, a Cedente se comprometeu a subscrever e a integralizar as Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional.

Aditamentos aos Contratos de Arrecadação com os Bancos Arrecadores Master

O Fundo e a Cedente firmaram os Aditamentos aos Contratos de Arrecadação com os Bancos Arrecadores Master, de modo que os procedimentos e prazos estabelecidos nos respectivos Aditamentos aos Contratos de Arrecadação visam à transferência para as Contas Autorizadas do Fundo o montante equivalente à Quantidade Mínima Mensal e Quantidade Extraordinária, se for o caso. A referida transferência dos montantes relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos às Contas Autorizadas do Fundo será realizada após a transferência para a Conta Centralizadora. O saldo arrecadado nas Contas Arrecadoras, transferidos para a Conta Centralizadora e que não é necessário para cobrir as Contas Autorizadas do Fundo será transferido para as Contas Autorizadas da Cedente.

Contrato de Custódia

O Administrador contratou o Custodiante, com a interveniência da Cedente, para a prestação pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. No Contrato de Custódia estão estabelecidos, dentre outros, as rotinas e procedimentos relativos à verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e a cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Adicionalmente, o Custodiante, por meios dos Convênios de Cobrança, contratou os demais Bancos Cobradores para a prestação dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Cotas serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Capítulo Seis do Regulamento e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Capítulo Dezessete do Regulamento.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES

A Cedente não tem qualquer tipo de relacionamento com empresas integrantes do seu grupo.

ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E GESTORA

O Administrador

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma Instituição financeira com sede à Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares - Centro, Rio de Janeiro, RJ - e filial em São Paulo - inscrita no CNPJ sob o nº 30.822.936/0001-69, devidamente credenciada pela CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras. Criada em 1986 como subsidiária integral do Banco do Brasil, a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. alia segurança, experiência e alta tecnologia aos mais modernos conceitos de ferramentas de administração de ativos do mercado.

O Custodiante e Agente Escriurador

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.000.000/0001-91. O Custodiante é responsável, também, pelo serviço de escrituração das Quotas.

A Gestora

A Gestora foi constituída em 21 de junho de 1999 como Votorantim Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes. Em 7 de julho de 2000, alterou sua denominação para a atual, tendo como principal atuação a administração dos recursos de seus clientes.

Sendo uma sociedade distribuidora, a Gestora também pode atuar na subscrição, isolada ou em consórcio, de emissões de títulos para revenda, na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto.

A Gestora possui uma política de investimento personalizado para grandes investidores, num processo de alocação e gestão de recursos que envolve (i) análise do objetivo específico de cada cliente, incluindo perfil de risco, horizonte de investimento e expectativa de retorno; (ii) análise fundamentalista; (iii) avaliação dos cenários econômico e político, nacional e internacional; e (iv) definição de alocação máxima (limites de aplicação) de cada ativo na composição dos fundos ou carteiras.

Como distribuidora de títulos e valores mobiliários com carteira de investimento em um contínuo processo de crescimento e investimentos na sua equipe de profissionais, a Gestora vem reafirmando seu compromisso com a gestão clara, transparente dos ativos sob a sua responsabilidade.

VISÃO GERAL DO SETOR DE SANEAMENTO

Panorama Geral do Saneamento Básico no Brasil

Em fevereiro de 2007 o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.445/2007 (“Lei do Saneamento”), que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e altera diplomas legais remanescentes. Nos termos da Lei do Saneamento, é considerado saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais.

Tradicionalmente, no entanto, o setor de saneamento básico no Brasil sempre foi entendido como aquele que desenvolve as atividades de produção e distribuição de água, coleta e tratamento do esgoto.

Nos termos da Lei do Saneamento, o abastecimento de água potável é constituído pelas atividades, infra-estrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

O esgotamento sanitário, por sua vez, é constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Brasil, apresentam diversos problemas de ordem estrutural. Um deles é a controvérsia acerca da interpretação dos dispositivos constitucionais que tratam dos serviços de saneamento. Atualmente, estados e municípios reivindicam a titularidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A questão aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, onde se encontram pendentes duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratam do tema.

Em decorrência dessa indefinição, existe hoje, no Brasil, uma grande variedade de arranjos institucionais para a prestação dos serviços de saneamento básico: 75% da população é atendida pelas companhias estaduais; 22% por serviços municipais e 3% por empresas privadas.

As Companhias Estaduais, em sua grande maioria estatais, são controladas pelos Estados ou contratadas por Municípios, mediante a concessão de serviço público. A esse respeito, vale notar que, com o intuito de viabilizar a modernização e expansão necessárias ao atendimento satisfatório da sociedade brasileira, as Prefeituras Municipais, os Estados, a União Federal e o Distrito Federal buscam realizar parcerias, entre o setor público e privado, como alternativa para a captação e aplicação dos investimentos necessários ao setor.

Apesar de se tratar de um setor em franca modernização, o saneamento básico no Brasil ainda se encontra em fase incipiente de exploração e desenvolvimento, apresentando diversos problemas de ordem estrutural, como:

- déficit no atendimento às faixas de renda mais baixas e às regiões menos desenvolvidas;
- perdas nos serviços de água em seu âmbito físico (vazamentos) e em seu aspecto comercial (ausência de medição em decorrência do número insuficiente de hidrômetros; furto de água); e
- baixo índice de esgotamento e tratamento sanitário.

Regulamentação do Setor

Aspectos Gerais

O índice de abastecimento da população com água potável constitui-se em um importante indicador para avaliar o nível de desenvolvimento de um país, na medida em que produz reflexos na qualidade de vida, na saúde pública e no meio ambiente.

O aumento da capacidade de fornecimento de água potável à população, bem como do volume de esgotos coletados e tratados influi em indicadores de saúde pública, como a mortalidade infantil e o controle de doenças infecto-contagiosas.

A manutenção dos níveis de produção de água potável, necessários ao atendimento da população, depende diretamente da utilização racional dos recursos hídricos. Já a coleta, tratamento e disposição final de esgotos têm o condão de reduzir ou eliminar a quantidade de poluentes e contaminantes do meio ambiente, conceito hoje consagrado pelo termo “saneamento ambiental”.

Com o advento da Lei do Saneamento as atividades de saneamento básico passaram a ter uma norma específica, que procura abranger todas as vertentes dos serviços a ele relacionados.

Além de ampliar o conceito de saneamento básico, a nova lei trouxe diversas novidades para o setor como a regulação, o Plano Nacional de Saneamento, o controle social, entre outras.

Ao contrário das demais áreas de infra-estrutura, que receberam a regulação por meio de agência federal, a Lei do Saneamento prevê a regulação das atividades por agência reguladora a ser criada pelo titular dos serviços. Nos termos da nova lei, as atividades de regulação poderão ser executadas diretamente pelo titular ou delegadas a qualquer agente regulador constituído dentro dos limites do respectivo Estado.

A Lei do Saneamento define regras jurídicas e a relação entre estados, municípios e a iniciativa privada. Além disso, assegura direitos do consumidor, prevê controle social sobre a prestação de serviços e da garantias aos investimentos feitos por concessionárias. Também possibilita o planejamento do setor e estabelece critérios para que estados e municípios possam acessar recursos do governo federal, incluindo a necessidade de constituir conselhos formados por representantes da sociedade civil para atuar em assuntos de seu interesse direto, como a fixação de tarifas públicas.

Vale ressaltar que, com a regulação dos serviços, os investimentos realizados pela concessionária prestadora de serviços, como é o caso da Cedente, são ressarcidos por meio da tarifa ou dedutíveis do pagamento de COFINS e PIS/PASEP.

Uso dos Recursos Hídricos

A ANA – Agência Nacional de Águas, criada por meio da Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000 e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo primordial a regulamentação do uso da água originada de rios e lagos de domínio da União Federal, além de ser responsável pela implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, visando, em última análise o planejamento racional do manejo de água, mediante ações conjuntas dos entes da Federação – União, Estados e Municípios.

Além das atribuições acima mencionadas, compete à ANA a responsabilidade pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, da qual fazem parte a outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água e a fiscalização destes usos.

De acordo com a legislação em vigor, as agências do Governo Federal e do Estado estão autorizadas a cobrar taxas de pessoas que utilizam água e que despejam esgoto nas fontes de recursos hídricos controladas por essas agências.

Legislação Distrital

A Lei nº 3.365/2004 criou a Agência Reguladora de Águas e Saneamento –ADASA que, em 2008, passou a ser denominada Agência Reguladora de Águas, Energia, e Saneamento Básico do Distrito Federal. A ADASA tem como missão institucional a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos do DF, com o intuito de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos e a qualidade dos serviços de energia e saneamento básico em benefício da sociedade.

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 4.285/2008, que trata da reestruturação da ADASA e dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal, são objetivos fundamentais da Agência:

- (i) preservar os objetivos da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que são:
 - a. assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;
 - b. promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vista ao desenvolvimento humano sustentável;
 - c. implementar a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;
 - d. buscar o aumento das disponibilidades líquidas de recursos hídricos;
- (ii) estimular a eficiência econômica dos serviços e assegurar a modicidade tarifária para os usuários ou consumidores, com equidade social;
- (iii) buscar a universalização, a sustentabilidade técnico-econômica dos serviços e sua continuidade;
- (iv) proteger a qualidade e controlar os padrões dos serviços;
- (v) estabelecer canais para atender eventuais queixas dos usuários, consumidores ou prestadores de serviços e dirimir conflitos entre esses e deles com a própria Agência;
- (vi) estimular a inovação, a padronização tecnológica e a compatibilização dos equipamentos;
- (vii) estimular a operação eficiente e a alocação eficaz de investimentos;
- (viii) minimizar os custos de intervenção regulatória com a máxima transparência das decisões tomadas;
- (ix) zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes prestadores dos serviços públicos; e
- (x) promover a participação do cidadão no processo decisório da Agência.

Regime Jurídico da Cedente

Na qualidade de sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, a criação da Cedente deu-se por meio do Decreto-Lei nº 524, de 08 de abril de 1969. Posteriormente, com as alterações trazidas pelas leis de nº 2.416, de 6 de julho de 1999 e 3.559, de 18 de janeiro de 2005, a Cedente passou a denominar-se Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

Por se tratar de sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade por ações, a Cedente está sujeita às disposições contidas na lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 10.303/2001. Nos termos da legislação em vigor, a Cedente está sujeita a falência, uma vez que foi revogada a

norma que atribuía ao Distrito Federal, na qualidade de acionista controlador, a responsabilidade subsidiária pelas dívidas da Companhia.

Nos termos do Decreto nº 27.591, de 1º/01/2007, a Cedente é vinculada à Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e tem prazo indeterminado de duração, podendo abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer das localidades inseridas no seu âmbito de atuação.

Na condição de sociedade de economia mista, a Cedente está sujeita à Lei de Licitações, que regula o processo de licitação pública, para a contratação de serviços e obras

A Lei de Concessões determina que a outorga de concessão para prestação de serviço público ou uso de bem público seja precedida de processo de licitação pública. Em geral, as concessões outorgadas após a promulgação da Constituição Federal que não foram precedidas de licitação pública foram extintas. O artigo 24 da Lei de Licitações estabelece, no entanto, que é dispensada a licitação pública no caso, entre outros, de serviços a serem prestados por órgão ou entidade que integre a administração pública e que tenha sido criado para este fim específico em data anterior à vigência da respectiva lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. Com base neste dispositivo, a Cedente não teve sua concessão cancelada ou revogada em razão da promulgação da Constituição Federal ou da Lei de Concessões.

A Cedente presta serviços de abastecimento e distribuição de água e coleta de esgotos no âmbito de todo o Distrito Federal. Além disso, firmou convênio com a Companhia de Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO, para o atendimento do município goiano de Águas Lindas.

Ao contrário do que ocorre com os estados e municípios, no Distrito Federal não existe risco para a concessão em decorrência da indefinição quanto à titularidade dos serviços. Como ente diferenciado, o DF exerce os papéis de competência dos estados e municípios, simultaneamente.

A Resolução do Banco Central nº 2.514, de 29 de junho de 1998, estabeleceu critérios com relação a operações de crédito externo de interesse de entidades e órgãos do setor público, inclusive a Cedente. De acordo com tal resolução, observadas certas exceções relacionadas à importação de bens e serviços, os recursos de captações externas devem ser direcionados para o refinanciamento de obrigações financeiras próprias já contratadas, com preferência para as de maior custo e de menor prazo. Além disso, o montante total das obrigações contraídas deve ser objeto de provisionamento, por meio de depósito mensal em conta vinculada, na forma a ser estabelecida pelo Banco Central, cujo valor deve corresponder ao total das obrigações, incluindo principal e juros, dividido pelo número de meses abrangido pelo prazo total de pagamento. As regras estabelecidas não se aplicam aos empréstimos e financiamentos concedidos por organismos multilaterais dos quais o Brasil seja participante ou por organismos oficiais, como o Banco Mundial, o BID ou o Japan Bank for International Cooperation -JBIC.

A Resolução do Banco Central nº 2.827, de 30 de março de 2001, por sua vez, define regras para o contingenciamento do crédito a órgãos e entidades do setor público, incluindo a Cedente. O montante das operações de crédito de cada instituição financeira com a Cedente fica limitado nos termos da referida resolução. Entretanto, as operações com títulos e valores mobiliários que observem as normas estabelecidas pela CVM, não estão incluídas na referida limitação.

Tarificação Sobre os Serviços de Saneamento Básico

A Lei Distrital nº 3365 de 16 de junho de 2004 estabelece as regras do contrato de concessão nº 001/2006 ADASA, que por sua vez estabelece a fixação dos preços e tarifas relativos aos serviços de abastecimento de água e de tratamento de esgotos.

O sistema e regime tarifário a ser aplicado, compreendendo estrutura e níveis iniciais de preços e tarifas, bem como a periodicidade, mecanismos de revisões e formas de reajustes, devem ser definidos nos contratos de concessão e estarão sujeitos à regulação e fiscalização por parte da ADASA.

A classificação por categorias de cliente e utilização de tabela de tarifas por faixas de consumo estabelecidas de forma progressiva e a aplicação de tarifas diferenciadas, tal qual por ela praticado atualmente, as quais deverão ter como referência a tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro do prestador. Atualmente a Cedente classifica seus clientes dentro das seguintes categorias e subdivisões:

- Residencial (rústica, popular, padrão e especial);
- Comercial;
- Comercial irrigação;
- Industrial; e
- Pública.

A legislação autoriza a instituição de conta mínima, baseada em quantidade mínima de consumo ou utilização do serviço, mediante critérios e requisitos fundamentados em razões de segurança sanitária das pessoas e dos ambientes em que residem ou trabalham, ou “tarifa básica” baseada em custo mínimo fixo necessário para amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado, cujas regras devem ser aprovadas pela entidade reguladora e fiscalizadora.

Quanto à tarifa, os clientes são classificados como Residencial Normal e Popular, Comercial Irrigação Industrial e Pública, sendo que os clientes da categoria Residencial rústica e popular são tarifados pela tarifa residencial popular e os residenciais padrão e especial pela tarifa residencial normal.

O quadro a seguir apresenta as tarifas praticadas pela Cedente por faixa de consumo:

Faixas de Consumo por Categoria de Cliente (m3/mês)	Tarifas em R\$/m³		
	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		Período de 09 Meses Encerrado em 30 de setembro de 2009
	2007	2008	2009
Residencial normal			
0-10 ⁽¹⁾	1,35	1,43	1,52
11-15	2,51	2,66	2,83
16-25	3,20	3,39	3,60
26-35	5,17	5,47	5,81
36-50	5,71	6,04	6,42
Acima de 50	6,25	6,61	7,03
Residencial popular			
0-10 ⁽¹⁾	1,01	1,07	1,14
11-15	1,89	2,00	2,13
16-25	2,48	2,62	2,78
26-35	4,73	5,00	5,31
36-50	5,71	6,04	6,42
Acima de 50	6,25	6,61	7,03
Comercial:			
0-10 ⁽¹⁾	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,66	5,99	6,37
Comercial Irrigação			
0-10 ⁽¹⁾	7,33	7,75	8,24
Acima de 10	11,47	12,13	12,89
Industrial			
0-10 ⁽¹⁾	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,16	5,46	5,80
Pública			
0-10 ⁽¹⁾	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,66	5,99	6,37

A adequação das tarifas de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão deve ser feita por meio de revisões tarifárias, realizadas de quatro em quatro anos, coincidentes com os anos de revisão do plano de gestão da Cedente e da elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Estado Distrito Federal por meio de reajustes tarifários anuais.

Os reajustes das tarifas tem como finalidade exclusiva preservar o valor monetário das tarifas e só podem ser aplicados nos períodos entre revisões tarifárias. O reajuste tarifário deve ser realizado em bases anuais, sendo válido durante um período de doze meses, devendo passar por análise e aprovação da ADASA, para que possam ser tomadas as providências necessárias à sua fixação.

Os percentuais de reajuste e de revisão devem obedecer a um índice de preços composto por uma combinação de índices oficiais de preços, que ponderem as variações efetivas de preços dos fatores e que representem mais de 80% (oitenta por cento) dos custos do serviço da Cedente (“Índice de Preços”), diminuído de um fator equivalente ao coeficiente de ganho de produtividade esperada até o próximo reajuste ou revisão tarifária (“Fator X”), calculados de acordo com as normas estabelecidas pela ADASA.

Qualidade da Água

A Portaria n.º 518, de 25 de março de 2004, editada pelo Ministério da Saúde do Governo Federal, estabelece padrões de potabilidade da água para consumo humano no Brasil, equivalentes aos padrões internacionais adotados em países desenvolvidos.

A CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Visão Geral da Cedente

A Cedente opera os sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal e encontra-se entre as sete maiores empresas de saneamento na América Latina (Fonte: Revista Saneamento Ambiental). Em 2008, a Cedente teve uma receita líquida de R\$737 milhões e um lucro líquido de R\$62 milhões, sendo seu ativo total e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2008, de R\$1,6 bilhões e R\$734 milhões, respectivamente, e R\$1,71 bilhões e R\$802,2 milhões em 30 de setembro de 2009.

Constituída em 1962, a Cedente atende consumidores das categorias residencial, comercial, industrial e pública e, em 2008, forneceu água tratada para cerca de 2,3 milhões de habitantes, o que corresponde a 99% da população do Distrito Federal, através de 530 mil ligações de água conectadas a mais de 7 mil quilômetros de redes de distribuição. Ainda no ano de 2008, a Cedente coletou esgotos de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes, através de 402 mil ligações de esgoto conectadas a cerca de 5 mil quilômetros de redes coletoras, atendendo a mais de 93% da população do Distrito Federal.

A totalidade das ações ordinárias da Cedente, todas com direito a voto, é detida, direta ou indiretamente, pelo Governo do Distrito Federal. Como uma sociedade controlada pelo poder público, a Cedente é, parte integrada à estrutura governamental do Distrito Federal, na medida em que seu acionista controlador mantém assegurado seu direito de nomear ou demitir os seus diretores sempre que julgar conveniente, no interesse da própria Cedente, além de poder estabelecer normas para o melhor desempenho de seu programa de ação. A estratégia e principais decisões políticas da Cedente são formuladas em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, como parte do planejamento estratégico do Distrito Federal.

Os membros do Conselho de Administração da Cedente são nomeados pela Assembleia Geral da Cedente, que, por sua vez, é controlada pelo Governo do Distrito Federal. A Diretoria da Cedente é eleita pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e Lei das S.A.. Adicionalmente, o orçamento de dispêndio de capital da Cedente está sujeito à aprovação pelo Poder Legislativo do Estado e é aprovado juntamente com o orçamento da Secretaria de Obras e do Distrito Federal, como um todo. As demonstrações financeiras e as contas da Cedente estão sujeitas a revisão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Histórico

Os serviços de saneamento básico no Distrito Federal começaram com o início da construção de Brasília, quando foi criada a Divisão de Água e Esgotos, da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, esta constituída em 19 de setembro de 1956, por meio da Lei nº 2.874, sancionada pelo então Excelentíssimo Senhor Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Logo foi implantado o primeiro sistema, o Catetinho, para abastecimento dos primeiros acampamentos e canteiros de obras da nova Capital.

Na medida em que prosseguiram as obras de implantação da cidade, foi sendo concebido e construído o sistema Torto, posteriormente ampliado para Santa Maria-Torto, projetado para abastecer todo o Plano Piloto e os órgãos da administração federal.

Em 1959, a Divisão transformou-se em Departamento de Água e Esgoto. Mas com o crescimento da cidade, os serviços públicos – como energia elétrica, saneamento e telefonia – foram constituídos como autarquias, ainda vinculadas à NOVACAP, mas com autonomia administrativa. Na área de saneamento foi criado, em 1964, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do DF. Sua duração, no entanto, foi curta, pois logo a NOVACAP decidiu transformá-lo novamente em Departamento de Água e Esgoto.

Em 8 de abril de 1969, o então Presidente da República, General Arthur da Costa e Silva, expediu o Decreto-Lei nº 524, por meio do qual autorizou o Prefeito do Distrito Federal a constituir a Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB. Mediante Escritura Pública, lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas e

publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 11.07.69, e Diário Oficial da União, de 14.07.69, o Prefeito Wadjô da Costa Gomide criou efetivamente a CAESB.

Capital Social

Em 30 de setembro de 2009, o capital social autorizado da Cedente totalizava R\$741.989.913,20 (setecentos e quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e treze reais e vinte centavos), totalmente subscritos, e integralizados. O capital está representado por 7.419.899.132 (sete bilhões, quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e nove mil e cento e trinta e duas) ações ordinárias.

Composição Acionária

A tabela a seguir apresenta a posição acionária, em 30 de setembro de 2009, dos principais acionistas da Cedente:

Acionista	Nº de Ações Ordinárias	Participação (%)
Governo do Distrito Federal – GDF	6.698.826.710	90,28
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	717.243.182	9,67
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	3.828.745	0,05
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	495	0,00
Total:	7.419.899.132	100,00

Histórico do Capital Social

No decorrer dos 3 últimos exercícios sociais, a Cedente sofreu as seguintes alterações em seu capital social demonstradas na tabela a seguir:

Data	Valor (R\$mil)	Alteração
30/04/2008	102.669.065,00	*AGO 45 e **AGE 91
30/04/2009	994.700,50	*AGO 46 e **AGE 93

*AGO – Assembleia Geral Ordinária

**AGE – Assembleia Geral Extraordinária

Objeto Social

O objeto social da Cedente, de acordo com o estabelecido no art. 2º do Estatuto Social, corresponde ao desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, planejamento, execução, operação, comercialização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Administração

A Cedente é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, possuindo ainda um Conselho Fiscal de caráter permanente.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Cedente é composto por 12 (doze) membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição em conjunto ou separadamente. Além disso, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente. As deliberações são tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente ou a seu substituto o voto de qualidade, no caso de empate.

De acordo com decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2007, atualmente, o Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo
1. Fernando Rodrigues Ferreira Leite	Presidente
2. Afrânio Rodrigues Júnior	Substituto do Presidente
3. Luciano Jaime Peixoto	Conselheiro
4. Virgílio do Rego Monteiro Neto	Conselheiro
5. Carlúcio Miguel Laquis	Conselheiro
6. Nobor Saito	Conselheiro
7. Carlos Murilo Felício dos Santos	Conselheiro
8. Antonio Carlos Vieira dos Santos	Conselheiro
9. José Osmar da Ponte	Conselheiro
10. Carlos Henrique Guimarães de Lima Rocha	Conselheiro
11. Durmar Ferreira Martins	Conselheiro (eleito em 30/04/08)
12. José Mendonça Bezerra Filho	Conselheiro (eleito em 17/12/08)

Diretoria

A Diretoria é um órgão executivo colegiado, de representação ativa e passiva da Cedente, sendo de responsabilidade da mesma todas as matérias referentes à administração cotidiana e operações da Cedente.

A Diretoria da Cedente é composta por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) Presidente e mais 03 (três) Diretores, residentes no país, acionistas ou não, preferencialmente portadores de títulos de nível superior, de reconhecida capacidade e idoneidade profissional, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de 03 (três) anos, coincidentes com os daquele órgão, admitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez ao mês, e, extraordinariamente mediante convocação pelo Presidente ou por solicitação de seus membros e as deliberações são tomadas pela maioria de votos dos presentes, desde que estejam presentes no mínimo 03 (três) Diretores, cabendo ao Presidente ou a seu substituto o voto de qualidade, no caso de empate.

Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2007, atualmente a Diretoria é composta pelos seguintes membros:

Nome	Cargo
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	Presidente
João Batista Padilha Fernandes	Diretor de Produção e Comercialização
Divino Alves dos Santos	Diretor de Gestão
Cristiano Magalhães de Pinho	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente (Eleito em 18/09/07)

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cedente funciona em caráter permanente, sendo composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 01 (um) ano.

O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente. Suas deliberações são tomadas por maioria de votos.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho Fiscal, quando instalado:

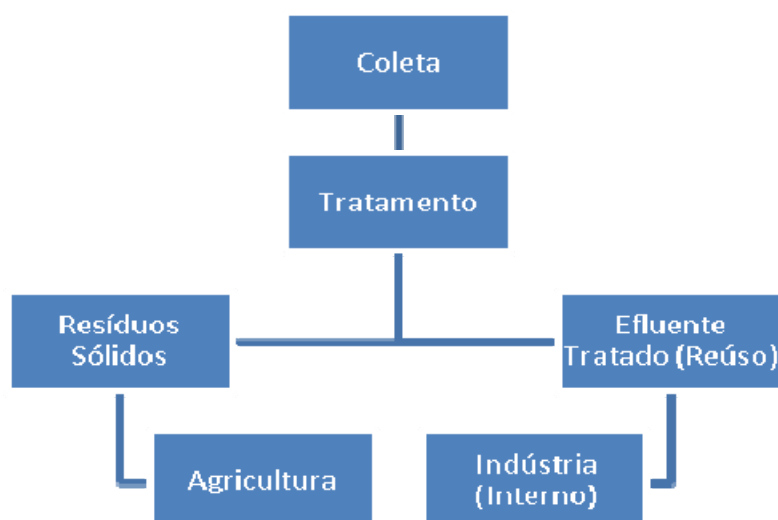
- opinar sobre os atos dos administradores da sociedade;
- opinar sobre o relatório anual e as propostas dos administradores da sociedade; e
- examinar as demonstrações financeiras da sociedade.

De acordo com a Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2009 (alterada em 22/10/09), o Conselho Fiscal é, atualmente, composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo
Raimundo da Silva de Aquino	Presidente
Antonio Francisco Gomes Barros	Conselheiro
Milton Salvador de Almeida Júnior	Conselheiro
Rita Teixeira dos Reis Noronha	Conselheira
Sonia Grossi	Conselheira (Eleita em 22/10/09)

Descrição das Atividades da Cedente

A Cedente presta serviços de saneamento básico, o que envolve, de forma geral, a captação, adução, tratamento e distribuição de água, coleta, tratamento e reuso de esgotos e reciclagem agrícola do lodo de esgotos, conforme organograma abaixo:



Produção, Adução e Distribuição de Água

O fornecimento de água pela Cedente aos seus consumidores envolve a captação, tratamento e distribuição de água de várias fontes para os estabelecimentos dos seus clientes. Em 2007 e 2008 a Cedente produziu, respectivamente, cerca de 221 milhões e 225 milhões de metros cúbicos de água.

A captação de água bruta somente pode ser realizada em conformidade com a Legislação ambiental e de recursos hídricos e com as outorgas de uso de recursos hídricos emitidos pela ADASA. Em algumas circunstâncias, dependendo da localização geográfica da bacia hidrográfica ou reservatório, a concessão ou outorga poderá ser emitida também pela ANA. Atualmente, todo o volume de água necessário ao abastecimento pela Cedente é captado de rios e reservatórios, sendo que uma pequena parcela é captada de águas subterrâneas.

A captação da água é feita em rios e córregos (mananciais de superfície) ou em poços (mananciais subterrâneos) seguida de um rigoroso tratamento da água captada, o qual é controlado por um rígido processo de controle de qualidade. O monitoramento do tratamento da água inclui análises físico-químicas e bacteriológicas durante todo o processo de captação, tratamento, armazenamento e distribuição em pontos estratégicos da cidade.

A distribuição é feita a partir dos reservatórios, por meio de adutoras e redes que levam a água potável para o consumo. O trajeto da água até as residências é realizado por um sistema de ligação domiciliar, que por fim leva ao armazenamento da água em caixas d'água. O consumo de água é medido por hidrômetros de pequena capacidade (domiciliares) e por hidrômetros de grande capacidade (consumidores de grande porte).

A diferença entre os volumes de água produzida e a água consumida (utilizada) representa a perda de água que pode ser perda real (água que não chega ao consumidor, como por exemplo, os vazamentos) e a perda aparente (água que chega ao consumidor, porém não é contabilizada pela cedente). O SNIS (Sistema Nacional de Informações do Saneamento) recomenda que alguns usos não devam ser considerados como perdas, tais como: água despejada em decorrência da manutenção periódica de reservatórios de água e de tanques de armazenamento de água; água fornecida para o uso de municípios, e para o combate a incêndios; água consumida nas instalações da Cedente; e perda estimada de água associada a fornecimento para favelas. Apesar disso, a Cedente, a favor do rigor técnico ainda considera tais usos como perdas, o que torna a apuração de suas perdas mais desfavoráveis se comparadas com outros sistemas. De qualquer forma, o índice de perdas de água da Cedente ainda é um dos menores do país, o que representa a dificuldade de se reduzir ainda mais as perdas, devido à necessidade de técnicas mais refinadas para tal atividade, demandando maiores investimentos por parte da Cedente.

Estações de Tratamento de Água – ETA's

No quarto bimestre de 2009, a Cedente dispunha de 9 estações de tratamento de água, 19 unidades de tratamento simplificado e 40 unidades de Simples Cloração as quais totalizam capacidade de tratamento de 9,1 m³/s. O quadro a seguir apresenta a distribuição de tais equipamentos e sua capacidade de produção.

Estações de Tratamento de Água	Capacidade (em m³/s)
02 Estações de Tratamento de Água Filtração Direta	5,3
01 Estação de Tratamento de Água Convencional / flotação	2,4
04 Estações de Tratamento de Água Convencional Compactas	0,3
01 Filtração Direta Ascendente	0,1
01 Estação de Tratamento de Água Dupla Filtração	0,6
50 Sistemas com Cloração Simples	0,4
Total	9,1

Processo de Tratamento de Água

O processo de tratamento pode variar de acordo com as condições em que se apresenta a água bruta, indo de estações de tratamento complexas a processos de tratamento com mecanismos mais simples, tais como os mencionados na seção acima. O processo mais complexo de tratamento em ETA's convencionais divide-se nas seguintes etapas:

- Aplicação de cal e coagulante e mistura rápida – realizada na chegada à estação de tratamento a água bruta recebe, quando necessário, a aplicação de cal para a correção do pH e de coagulante (sulfato de alumínio – também podem ser utilizados outros tipos de coagulantes), e faz-se a medição da água que está entrando na ETA (Estação de Tratamento de Água);
- Floculação - após a mistura rápida ou a coagulação a água segue para os floculadores, onde, sob efeito do coagulante, por agitação, as partículas de impurezas juntam-se, formando os flocos;
- Decantação - depois de passar pelos floculadores a água floculada entra nos decantadores através de cortinas de distribuição. Nos decantadores (tanques de decantação), os flocos, sendo mais pesados que a água, depositam-se no fundo formando uma camada de lodo, a qual é periodicamente removida (nessa etapa pode, de forma alternativa, ser utilizado o processo de flotação);
- Filtração - após a decantação a água passa pelos filtros onde as partículas e os microorganismos que não sedimentaram no decantador ficarão retidos no leito filtrante. A água passa por gravidade pelo leito filtrante e é recolhida em um canal de água filtrada. Periodicamente os filtros são lavados para remover as partículas retidas no leito filtrante, invertendo-se o fluxo da água;
- Cloração - uma vez filtrada a água, a desinfecção é realizada pela ação do cloro, o qual elimina os microorganismos remanescentes do tratamento, sendo mantido um teor residual de cloro de acordo com a legislação, suficiente para garantir a potabilidade da água em toda a extensão da rede de distribuição;

- Correção de ph (potencial hidrogeniônico) - o ph da água sofre alterações em consequência do tratamento executado. A correção do ph objetiva neutralizar a acidez da água e proteger as tubulações contra a corrosão (ou incrustação). Esta correção é realizada com adição de cal; e
- Fluoretação - consiste na aplicação de dosagens adequadas de um composto de flúor (ácido fluorsilícico com teor de flúor de 0,7 mg/l) nas águas a serem distribuídas. A fluoretação previne e reduz a incidência da cárie dentária, especialmente no período de formação dos dentes, que vai da gestação até a faixa dos 14 anos de idade.

Distribuição de Água

Em 30 de setembro de 2009, a rede de distribuição da Cedente contava com cerca de 7.694 km de tubulações, sendo 1.230 km de adutora, com diâmetros de 200 a 2.500 mm, e 6.467 km de rede de distribuição, com diâmetros variando de 60 a 200 mm, os quais encontram-se distribuídos conforme demonstrado no quadro a seguir:

Rede	30.09.2009 Km
Rede Adutora	1.230,00
Rede de Distribuição	6.467,00
Unidades de consumo (Economias)	871.279

Toda a rede está em condições operacionais satisfatórias, sendo que a ocorrência de rupturas e vazamentos é relativamente baixa. Essa boa situação é fruto dos cuidados e exigências dos setores de coordenação e fiscalização de obras da Cedente.

Cerca de 50% das tubulações da rede de distribuição de água são feitas de PVC - cloreto de polietileno, 25% de PEAD – polietileno de alta densidade e 25% de PVC Venil Fer. As tubulações de distribuição nas residências dos consumidores são tipicamente feitas de PEAD - tubo de polietileno de alta densidade. As adutoras são, em sua maioria, feitas de aço e ferro fundido.

A tabela a seguir contém a extensão de redes de distribuição de água dos Sistemas e número de ligações realizadas da Cedente nos períodos indicados.

Período	2004	2005	2006	2007	2008	30.09.2009
Extensão de redes - Km	5.860	6.180	6.470	7.000	7.520	7.690
Número de ligações	451.613	435.620	463.779	490.557	530.604	555.345

Coleta e Tratamento de Esgoto

O Decreto Distrital n.º 5631, de 27 de novembro de 1980, com alterações do Decreto n.º 18.328, de 18 de junho de 1997, regulamenta a prevenção e controle da poluição do meio ambiente, vedando, de modo geral, a emissão de poluentes na água, ar ou solo no Distrito Federal. Em áreas em que haja sistema público de esgotos, os efluentes de fonte poluidora deverão ser lançados nesse sistema, cabendo a tal fonte poluidora realizar a ligação ao sistema de esgotos. A legislação estabelece características mínimas que permitem que esses efluentes sejam tratados pelas estações de tratamento de esgotos da Cedente. Caso não atendam aos padrões estabelecidos, devem realizar um pré-tratamento dos esgotos, de modo que os parâmetros estabelecidos, tais como “ph”, temperatura, materiais sedimentáveis, metais, matéria orgânica e sólidos em suspensão sejam atendidos ou ser submetido a cobrança das cargas excedentes.

A legislação distrital delega à ADASA a competência para monitorar o lançamento de poluentes em águas públicas e para fazer cumprir os requisitos da legislação, tendo, inclusive, poderes para outorgar autorizações a empresas que, impossibilitadas de realizar a ligação ao sistema público de esgotos, possam lançar temporariamente seus poluentes em águas receptoras.

Em 30 de setembro de 2009, a Cedente atendia 93,68% da população do Distrito Federal com sistema de coleta, sendo que 100% desse volume coletado recebe tratamento em suas 17 ETE's - Estações de Tratamento de Esgotos.

Sistema de Esgotos

A função do sistema de esgoto da Cedente é coletar, transportar e tratar esgoto. Em 30 de setembro de 2009, a Cedente era responsável pela operação e manutenção de, aproximadamente, 4.969 km de extensão de redes de coleta de esgotos, coletores-tronco, interceptores e emissários.

A tabela a seguir contém a extensão total de redes de coleta de esgotos e o número de ligações dos Sistemas da Cedente nos períodos indicados.

Período	2004	2005	2006	2007	2008	30.09.2009
Extensão de redes - Km	4.549,6	4.680,5	4.735,6	4.870,5	4.934,9	4.969,0
Número de ligações	345.118	352.694	364.299	381.527	402.990	435.074

A rede de coleta de esgoto é composta por uma série de sistemas construídos em diferentes épocas, feita principalmente de tubos cerâmicos e, mais recentemente, tubulações de PVC. Tubulações de esgoto com mais de 0,5 metro de diâmetro são construídas, principalmente, de concreto. O sistema de esgoto é geralmente projetado para operar por fluxo gravitacional, embora sejam necessárias estações elevatórias em certas partes do sistema de coleta de esgoto para assegurar o fluxo contínuo do esgoto. Nos casos em que tais estações elevatórias são necessárias, utiliza-se o ferro fundido.

Tratamento de Esgoto e Lançamento de Efluentes

A Cedente utiliza vários sistemas de tratamentos de esgotos, desde processos biológicos tradicionais aos mais sofisticados com remoção de nutrientes. A seguir estão descritas as principais etapas de tratamento.

O tratamento de esgotos sanitários inicia-se com a preliminar remoção de sólidos grosseiros e de areia, sendo entendidos como grosseiros os resíduos de fácil retenção e remoção por meio de operações físicas tais como o gradeamento e o peneiramento. O material coletado nessa etapa preliminar origina-se do uso inadequado dos coletores públicos, onde são indevidamente lançados resíduos diversos, os quais deveriam ser destinados aos recipientes de lixo.

A etapa preliminar do tratamento de esgotos sanitários é de suma importância, porquanto se configura no mecanismo hábil a remover a areia encontrada nos esgotos, de modo a prevenir o processo de abrasão nos equipamentos e tubulações e a evitar possíveis obstruções nas canalizações, tanques, elevatórias, calhas, etc. O processo de desarenação dos esgotos ocorre basicamente com a utilização de dispositivos que induzem uma queda de velocidade dos efluentes, resultando na deposição das partículas pesadas.

O processo de tratamento primário é o principal processo de separação dos sólidos em suspensão presentes no esgoto não tratado. Em seguida, o esgoto é conduzido a tanques de sedimentação. O material sólido sedimentado no fundo dos tanques é removido como lodo e conduzido para o processo de tratamento de lodo.

Após o tratamento primário, os esgotos são separados em duas fases: sólida e líquida. A fase sólida é bombeada para os adensadores de lodo e desses para os digestores anaeróbios, onde bactérias específicas estabilizam a matéria orgânica, produzindo um material rico em nutrientes, que pode ser utilizado, em determinadas condições, como condicionador de solos, depois de desidratado.

A fase líquida, dependendo da estação e do nível de remoção desejado, é encaminhada para Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente – RAFAs, Lagoas e/ou Reatores Aerados.

O tratamento secundário contempla uma maior remoção de matéria orgânica em relação ao tratamento primário, porém não contempla a remoção de nutrientes (fósforo e nitrogênio).

No tratamento terciário, a matéria orgânica sofre a ação de microorganismos aeróbios, anaeróbios e facultativos, que assimilam a matéria orgânica e os nutrientes por meio dos processos de nitrificação e desnitrificação (remove o nitrogênio) e “luxury uptake” (remove o fósforo). Os microorganismos são separados do líquido já tratado nos decantadores secundários e retornam ao reator para continuação do processo. O excesso de lodo gerado é descartado, adensado, digerido aerobicamente e desidratado junto com o lodo anaeróbio.

A fase líquida, por sua vez, segue para o polimento final, onde os sólidos e fósforo residuais do tratamento biológico são retidos por meio da floculação com produtos químicos (coagulantes) e separação por flotação. Os sólidos separados e recolhidos por raspadores de superfície são bombeados para desidratação junto com os outros lodos produzidos no processo, sendo o efluente líquido final lançado no corpo receptor.

Disposição do Lodo

O lodo removido dos processos de tratamento primário e secundário tipicamente contém água e uma proporção muito pequena de sólidos. A Cedente utiliza filtros prensa, filtros de esteira e centrífugas para desidratação do lodo. Em 30 de setembro de 2009, a Cedente produziu, aproximadamente, 10.243 toneladas de lodo, em base seca, das quais cerca de 4.364 toneladas foram dispostas em projetos de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas. Atualmente a Cedente está buscando novas tecnologias para melhorar a qualidade sanitária e estrutural dos lodos e, com isso, favorecer seu uso como fertilizante em projetos agrícolas. A Cedente busca, ainda, novas alternativas de disposição dos lodos, tais como o desenvolvimento de combustível e o uso na linha de produção das indústrias de fabricação de cimento.

Clientes

A Cedente opera sistemas de água e esgotos no Distrito Federal, atendendo, em 30 de setembro de 2009, a 99,42% da população urbana com serviço de fornecimento de água e 93,68% com coleta e tratamento de esgotos.

A tabela abaixo fornece informações acerca dos volumes de água e esgoto faturados, por categoria de consumidor, nos períodos apresentados.

	Em 31 de dezembro de				Em 30 de setembro de			
	2006		2007		2008		2009	
	Volume (m ³)	Percentual	Volume (m ³)	Percentual	Volume (m ³)	Percentual	Volume (m ³)	Percentual
Água								
Residencial	123.702.709	80,26%	129.682.466	80,42%	134.816.724	81,27%	100.108.267	82,36%
Comercial	16.593.443	10,76%	17.227.525	10,68%	17.705.944	10,67%	13.099.987	10,46%
Industrial	1.630.988	1,06%	1.628.478	1,01%	1.659.784	1,00%	1.291.326	1,03%
Publica	12.204.579	7,92%	12.715.490	7,89%	11.718.810	7,06%	7.690.304	6,14%
Total	154.131.719	100,00%	161.253.959	100,00%	165.901.262	100,00%	125.189.884	100,00%
Esgoto								
Residencial	105.462.202	80,20%	107.772.544	80,13%	109.961.935	80,56%	84.344.768	81,55%
Comercial	14.149.888	10,76%	14.641.397	10,88%	15.151.161	11,10%	11.199.405	10,83%
Industrial	1.431.542	1,09%	1.263.211	0,94%	1.297.663	0,95%	1.019.702	0,99%
Publica	10.446.912	7,95%	10.825.101	8,05%	10.091.551	7,39%	6.867.754	6,64%
Total	131.490.544	100,00%	134.502.253	100,00%	136.502.310	100,00%	103.431.629	100,00%

Tarifas Anuais de Água e Esgotos

As tarifas aplicadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são definidas pela ADASA de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão nº 001/2006 estabelecidos em sua Cláusula Sétima

O quadro abaixo apresenta as tarifas aplicadas, por categoria, de acordo com as faixas de consumo:

Faixas de Consumo por Categoria de Cliente (m3/mês)	Em 31 de dezembro de		Em 30 de setembro de
	2007	2008	2009
Residencial normal			
0-10 ¹	1,35	1,43	1,52
11-15	2,51	2,66	2,83
16-25	3,20	3,39	3,60
26-35	5,17	5,47	5,81
36-50	5,71	6,04	6,42
Acima de 50	6,25	6,61	7,03
Residencial popular			
0-10 ¹	1,01	1,07	1,14
11-15	1,89	2,00	2,13
16-25	2,48	2,62	2,78
26-35	4,73	5,00	5,31
36-50	5,71	6,04	6,42
Acima de 50	6,25	6,61	7,03
Comercial:			
0-10 ¹	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,66	5,99	6,37
Comercial Irrigação			
0-10 ¹	7,33	7,75	8,24
Acima de 10	11,47	12,13	12,89
Industrial			
0-10 ¹	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,16	5,46	5,80
Pública			
0-10 ¹	3,43	3,63	3,86
Acima de 10	5,66	5,99	6,37

¹ O volume mínimo cobrado é de 10m³ (dez metros cúbicos) por mês.

O Decreto nº 26.590/06, que regulamenta a comercialização dos serviços prestados pela Cedente, em seu artigo 6º classifica os clientes, de acordo com o uso que é dado à água fornecida, entre: residencial, comercial, industrial e pública.

As ligações da categoria residencial subdividem-se em residencial normal, e residencial popular, enquanto que a categoria comercial possui ainda uma subcategoria: comercial irrigação.

A subdivisão residencial foi criada com o objetivo de beneficiar os consumidores de baixa renda, ao passo que a subdivisão da comercial foi criada com o intuito de coibir a utilização de água tratada para fins menos nobres que o consumo humano.

A tabela que se segue apresenta os valores faturados dos serviços de água cobrados durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009.

FATURAMENTO POR FAIXA DE CONSUMO - ÁGUA				
TOTAL DE 2008				
Categoria	Faixa	Ligações	Unidade Consumo	Volume Faturado (m³/ano)
Residencial Normal	0 - 10	72.672	131.571	14.215.276
	11 a 15	47.023	104.172	16.114.469
	16 a 25	48.619	110.209	26.564.183
	26 a 35	16.206	28.138	9.923.335
	36 a 50	8.232	9.398	5.379.532
	51 a 70	3.100	3.309	3.040.489
	71 a 100	1.162	1.206	1.754.969
	> 100	577	599	1.675.297
Sub-total		197.591	388.602	78.667.550
Residencial Popular	0 - 10	128.922	199.436	22.147.164
	11 a 15	68.761	93.706	14.929.555
	16 a 25	47.940	56.476	14.108.664
	26 a 35	6.981	7.492	3.160.080
	36 a 50	1.471	1.552	892.755
	51 a 70	370	410	298.457
	71 a 100	137	159	151.156
	> 100	162	176	383.332
Sub-total		254.744	359.407	56.071.163
Comercial	0 - 10	23.259	23.259	2.642.815
	Acima de 10	17.183	17.183	15.055.359
Sub-total		40.442	40.442	17.698.174
Industrial	0 - 10	402	402	47.300
	Acima de 10	782	782	1.614.442
Sub-total		1.184	1.184	1.661.742
Pública	0 - 10	340	340	39.910
	Acima de 10	1.921	1.921	11.668.185
Sub-total		2.261	2.261	11.708.095
Total Geral		496.222	791.896	165.806.724

Fonte: CAESB

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a totalidade do esgoto coletado é tratada e a tarifa aplicada é a mesma da água, em conformidade com o Decreto nº 26.590/06. A cobrança de esgoto toma por base o volume faturado de água, ao qual são aplicados diferentes percentuais, de acordo com o sistema existente no imóvel, conforme descrito a seguir.

Para sistemas de esgotos convencionais:

- imóveis em construção: 50% (cinquenta por cento) da cobrança de água, desde que não existam outras atividades no local;
- demais atividades: 100% (cem por cento) da cobrança de água.

Para sistemas de coleta condominial horizontal:

- ramal situado fora do lote: 100% (cem por cento) da cobrança de água;
- ramal situado dentro do lote: 60% (sessenta por cento) da cobrança de água.

FATURAMENTO POR FAIXA DE CONSUMO - ESGOTOS

TOTAL DE 2008

Categoria	Faixa	Ligações	Unidade Consumo	Volume Faturado (m³/ano)
Residencial Normal	0 - 10	58.411	114.797	11.438.321
	11 a 15	40.423	95.998	13.797.508
	16 a 25	38.542	99.014	22.279.856
	26 a 35	11.061	22.714	7.596.490
	36 a 50	4.264	5.317	2.886.791
	51 a 70	1.389	1.535	1.189.301
	71 a 100	503	539	605.242
	> 100	258	258	660.140
Sub-total		154.851	340.172	60.453.649
Residencial Popular	0 - 10	93.922	161.044	16.603.756
	11 a 15	52.676	76.417	11.293.475
	16 a 25	35.798	43.936	9.947.279
	26 a 35	4.871	5.332	2.008.743
	36 a 50	845	904	434.136
	51 a 70	180	211	112.467
	71 a 100	68	89	56.621
	> 100	79	92	146.360
Sub-total		188.439	288.025	40.602.837
Comercial	0 - 10	20.415	20.415	2.153.944
	≥ 11	15.067	15.067	11.837.326
Sub-total		35.482	35.482	13.991.270
Industrial	0 - 10	205	205	22.420
	≥ 11	465	465	1.141.886
Sub-total		670	670	1.164.306
Pública	0 - 10	236	236	24.570
	≥ 11	1.688	1.688	9.352.737
Sub-total		1.924	1.924	9.377.307
Total Geral		381.366	666.273	125.589.369

Fonte: CAESB

Faturamento

O faturamento dos serviços é realizado entre o primeiro e o vigésimo dia útil de cada mês. Para tanto, os clientes são divididos em 21 grupos com data de vencimento fixa.

Procedimento de Faturamento

O faturamento é realizado, mensalmente, mediante a leitura dos hidrômetros instalados em cada uma das ligações prediais. A leitura é feita com a utilização de um coletor eletrônico que permite o registro do volume consumido e a entrega das contas de água simultaneamente. Esse coletor está habilitado a realizar uma análise crítica da leitura e detectar anormalidades no consumo. Na ocorrência de qualquer anormalidade, a conta de água é retida pelo leiturista e entregue ao cliente um aviso de conta retida. Nesses casos, é enviada uma equipe ao imóvel para analisar as razões da anormalidade no consumo e auxiliar na definição da forma de faturamento, em conformidade com as normas da Companhia.

As contas de água são entregues aos clientes com uma antecedência de 20 dias em relação ao vencimento.

Procedimento de Cadastramento

No momento em que é atendido um pedido de ligação de água é realizado um cadastramento prévio da ligação que, posteriormente, será confirmado mediante a realização de vistoria no imóvel.

Além das vistorias de recadastramento, geralmente programadas pela unidade de comercialização, a Cedente realiza atualizações com base em vistorias feitas de forma incidental, seja para o atendimento de uma ordem de serviço ou averiguação de uma anormalidade no consumo.

O equipamento utilizado pelos leituristas está habilitado a receber informações por eles lançadas quando da realização da leitura. Esses dados são inseridos no Sistema Comercial e geram, automaticamente, ordens de serviço e atualização cadastral.

Procedimento de Cobrança

O prazo entre a emissão e o vencimento é, em média, de 20 dias. Se até a emissão do mês seguinte o cliente não tiver liquidado a conta vencida no mês anterior, é emitida uma notificação de débito vencido junto com a conta, informando sobre o débito e alertando para o fato de que o fornecimento poderá ser suspenso.

Se após 30 dias da notificação o débito continuar em aberto, é emitida a ordem de corte e executada a suspensão do fornecimento de água.

Decorridos 60 dias, se o débito continuar em aberto e o total de dívida do cliente ultrapassar R\$1.000,00 é iniciado o processo de cobrança judicial.

Inadimplência

Historicamente, 46% dos consumidores efetuam o pagamento das contas de água até a data de vencimento, enquanto que 42% o fazem após o vencimento mas antes da suspensão do fornecimento.

Por mês, cerca de 10% dos consumidores têm o fornecimento de água suspenso por falta de pagamento e apenas 1,61% dos consumidores permanecem inadimplentes após o corte de água, tendo seus débitos remetidos para cobrança judicial.

Consumo de Eletricidade

Para transportar e tratar a água que será distribuída, é fundamental o uso de energia elétrica. As principais unidades consumidoras de energia elétrica do sistema produtor de água são as Estações Elevatórias de Água Bruta, as Estações Elevatórias de Água Tratada e as Estações de Tratamento de Água.

Como forma de racionalizar o uso desse insumo, que é de grande impacto financeiro, a Cedente investe na aquisição de conjuntos moto-bombas de alta eficiência, na instalação e manutenção de Bancos de Capacitores, no estudo do gerenciamento de demanda, além de outras atividades.

Como resultado dessa preocupação, a Cedente apresenta indicadores de eficiência energética que são referência no país. Entre esses indicadores podemos citar o Indicador de Produtividade e Eficiência Energética - IPEN, que é padronizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS e é um dos melhores do Brasil.

As Unidades Operacionais de Esgotos, compostas pelas Estações de Tratamento de Esgotos e pelas Estações Elevatórias de Esgotos, consumiram, em 2007, 50.639.105 kWh e em 2008, 54.646.704 kWh.

Investimentos

Um dos principais compromissos da Cedente é a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos. Em setembro de 2009, o nível de atendimento com serviços de abastecimento de água era de 99,42% e o de serviços de esgotamento sanitário era de 93,68%.

No entanto, diante do crescimento populacional e da absorção, pela Cedente, dos sistemas de água e esgotos de diversos condomínios, serão necessários investimentos significativos em novos sistemas produtores, para manter os atuais níveis de atendimento.

Também será indispensável investir na renovação dos ativos e na manutenção dos sistemas existentes, o que permitirá, conseqüentemente, a redução do índice de perdas da Companhia.

Atualmente, o programa de investimentos da Cedente destina-se principalmente, à universalização dos serviços prestados, aumento da produção de água e redução de perdas de água.

A tabela a seguir apresenta o programa de investimentos em serviços de água e esgoto da Cedente nos anos indicados.

	TOTAL	2009 (*)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Expansão do Sistema de abastecimento de água	679.580.884,46	25.048.449,63	134.529.757,02	223.370.333,88	160.752.411,27	75.112.550,93	29.948.381,73	12.207.000,00	10.306.000,00	8.306.000,00
Expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário	627.824.804,50	33.688.674,47	87.615.339,69	110.728.499,32	106.824.916,50	89.412.093,21	57.703.784,91	68.085.929,17	49.379.567,24	24.386.000,00
Melhorias e recuperação do Sistema de abastecimento de água	257.142.927,58	4.474.576,88	10.471.372,98	27.215.318,50	46.511.448,00	73.444.898,00	52.309.273,61	34.440.689,61	5.783.350,00	2.492.000,00
Melhorias e recuperação do Sistema de Esgotamento Sanitário	161.013.575,80	18.919.604,85	27.879.201,32	31.196.169,63	14.519.100,00	9.353.500,00	18.146.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	7.000.000,00
Desenvolvimento institucional	144.815.306,11	47.831.718,41	50.466.663,50	26.283.389,63	10.506.966,48	6.667.713,57	764.713,57	764.713,57	764.713,57	764.713,83
TOTAL	1.870.377.498,45	129.963.024,24	310.962.334,52	418.793.710,96	339.114.842,25	253.990.755,71	158.872.153,81	132.498.332,34	83.233.630,80	42.948.713,83

(*) Orçamento de 2009.

Principais Projetos

O Programa de Investimentos da Cedente tem como estratégia assegurar que o alto nível de atendimento que dispõe hoje a população do Distrito Federal seja preservado para gerações futuras, e que a população do Entorno e de toda a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – possa ser paulatinamente inserida em um plano de crescimento de mercado, desejável para a preservação das marcantes características da Capital Federal.

O Programa consiste, fundamentalmente, de ações de saneamento básico, em especial as relacionadas ao abastecimento de água – sistema produtor e implantação de redes - esgotamento sanitário – coleta e transporte - desenvolvimento operacional – automação e controle operacional das unidades dos sistemas de água e esgotamento sanitário, controle de perdas e melhorias operacionais, ao sistema de gestão ambiental - sustentabilidade econômica da Cedente.

O grande desafio de um programa dessa envergadura é implantar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em regiões metropolitanas, onde o crescimento e a ocupação populacional desordenados, ocorridos nos últimos anos, levaram a um crescimento significativo do Distrito Federal e Entorno, resultando em uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes. Este aumento populacional encarece e dificulta sobremaneira a instalação de infra-estrutura. Pela própria complexidade da tarefa, percebe-se que a melhoria ambiental é uma solução de longo prazo, que requer altos investimentos e continuidade, sendo necessária, portanto, a estruturação em etapas.

O Desafio da Universalização do Abastecimento de Água

Para o suprimento de água à população do Distrito Federal, a Cedente conta, atualmente, com cinco sistemas produtores, representando uma disponibilidade hídrica mínima de 10.684 l/s e capacidade instalada de 9.870 l/s, tendo produzido uma vazão média de 7.108 l/s, em 2008.

Os sistemas produtores existentes são: São Sebastião, Brazilândia, Sobradinho/Planaltina, Descoberto e Santa Maria/Torto.

O Sistema Descoberto abastece cerca de 65% da população urbana do Distrito Federal em áreas regularizadas, é composto pela captação do rio Descoberto (maior manancial utilizado para o abastecimento do DF, correspondendo a 96% da produção do Sistema Descoberto) e por outros 7 mananciais - Catetinho, Crispim, Alagado, Olhos D'Água, Pedras e Ponte de Terra 2 e 3.

O sistema Santa Maria/Torto, segundo maior sistema produtor no Distrito Federal, é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 21% da população urbana do DF em áreas regularizadas. O ribeirão Santa Maria localiza-se na bacia hidrográfica do rio Paranoá e está nos limites do Parque Nacional de Brasília. Esse sistema possui outros 3 (três) pequenos mananciais, responsáveis por um reforço na vazão produzida, sendo eles o Taquari, o Cachoeirinha e o Cabeça do Veado.

Entretanto, o ritmo de crescimento da cidade surpreendeu aos próprios planejadores, com taxas de crescimento anuais elevadas, onde muitas projeções foram superadas e metas tiveram que ser reavaliadas. Esse crescimento acelerado provocou inevitável sobrecarga na demanda pelos serviços de infra-estrutura urbana.

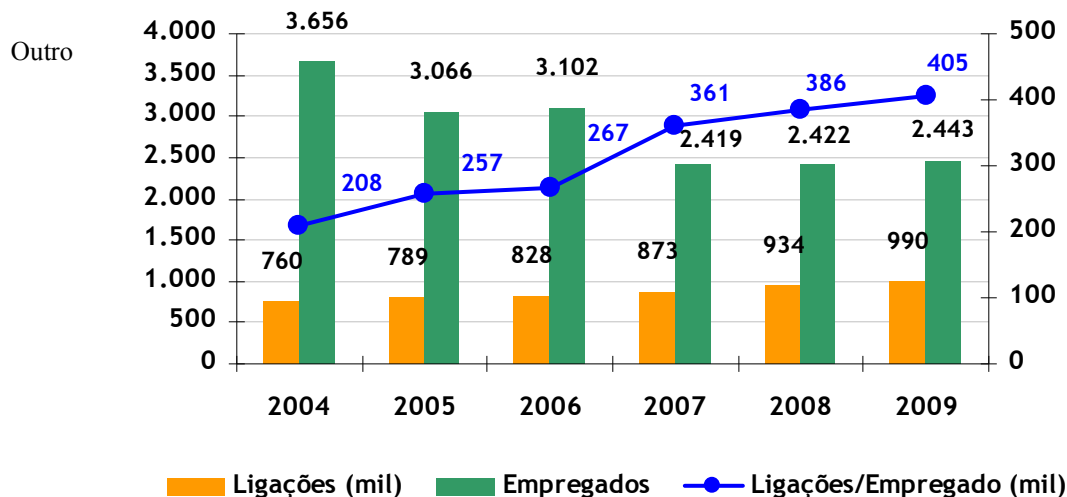
Esse cenário no Distrito Federal pode ser visualizado pela evolução do número de ligações de água. Assim sendo, o surgimento de novos núcleos urbanos, a consolidação de invasões e o adensamento populacional de áreas urbanas exigem a implantação de novos sistemas produtores para abastecimento de água.

Atualmente, a demanda do Entorno implica na necessidade imediata do aumento da produção de água em cerca de 1.000 l/s, já para o ano de 2010, mostrando a grande carência em que se encontra o abastecimento de água na região. A situação é tão grave que inúmeros empreendimentos imobiliários, a serem financiados pela CAIXA, não tem sido implementados por não existir disponibilidade de água para os mesmos, impedindo que seja concedida a carta de confirmação da disponibilidade de atendimento, necessária para a aprovação dos financiamentos.

Para atender a esta demanda, a Cedente e a Saneago planejaram em conjunto, a construção de um novo sistema de produção de água para a região, denominado Sistema Corumbá.

Para complementar o suprimento de água à população do Distrito Federal, está programada a construção de dois novos sistemas: Bananal e Paranoá.

Outro destaque é o investimento na especialização do quadro de funcionários da Emissora. O quadro a seguir demonstra a evolução no número de ligações por funcionário nas atividades da Emissora nos últimos anos, resultando na diminuição do custo com folha salarial e maior aproveitamento de seus empregados:



aspecto importante, merecedor de destaque na otimização do sistema de abastecimento de água da Cedente, é o conjunto de atividades a serem realizadas pela Companhia, relacionadas ao melhor controle operacional, à automação dos sistemas e à execução de programa de redução e controle de perdas de água.

Em 2008, o sistema operado pela Cedente apresentou um índice de perdas da ordem de 30% ou 365 l/lig.dia. As características do sistema de abastecimento de água, aliadas ao alto consumo de energia decorrente de um sistema que se baseia no bombeamento de água, levam a Companhia a buscar a eficiência operacional, tanto em termos de gerenciamento de perdas como de consumo de energia. Dessa maneira, a Cedente está concebendo um Programa de Eficiência Comercial e da Infraestrutura de Abastecimento de Água, com vistas a estruturar ações permanentes para o controle de perdas nos seus sistemas de água e aumento da eficiência energética.

O programa concebido pela Cedente deverá se desenvolver por um período de 5 anos, de forma a contemplar os estudos, detalhamentos e obras necessárias para a implantação de todas as ações necessárias para aumentar a eficiência do sistema de produção e distribuição de água no Distrito Federal.

Os principais projetos e objetivos específicos do Programa de Eficiência Comercial e da Infraestrutura de Abastecimento da Cedente são os seguintes:

- Projeto de Setorização do Sistema de Distribuição de Água - Avaliar a condição de funcionamento hidráulico dos sistemas de produção e distribuição de água, em face à grande expansão verificada nos últimos anos, com vistas à implantação da setorização da distribuição de água, com foco na otimização operacional, dividindo de forma mais adequada às áreas de abastecimento e medindo a entrada e saída de água nas mesmas, de modo a estabelecer os balanços hídricos de cada unidade de abastecimento;
- Projeto para Redução de Perdas Reais - Desenvolver e implantar o Programa de Redução dos Vazamentos na Infraestrutura de Distribuição de Água apoiado na implantação da setorização do sistema de abastecimento de água;
- Projeto de Automação do Sistema de Distribuição de Água - Implantar o projeto para automação operacional do sistema de distribuição de água com a definição da setorização do sistema de abastecimento de água;
- Projeto de Gestão Comercial do Sistema de Abastecimento de Água;
- Identificar ações na área de gestão comercial do sistema, que permitam aumentar a eficiência dos serviços de cobrança da água fornecida;

- Projeto de Melhoria da Eficiência Energética dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário - Estudar alternativas para melhoria da eficiência energética do sistema, inclusive com o aproveitamento das posições onde atualmente estão instaladas válvulas redutoras de pressão para geração de energia com microturbinas e estudo das condições da infra-estrutura implantada para proposição de melhorias, tais como o aumento da capacidade dos reservatórios de distribuição (reduzindo o bombeamento no horário de ponta) ou otimização das regras de operação do sistema (simulação de alternativas de operação do sistema produtor) e;
- Programa de Inovação Tecnológica - Implantar um programa sistemático de fomento à pesquisa e desenvolvimento corporativo na Cedente, aliando a experiência operacional com a capacitação e criatividade dos empregados da Companhia.

O Desafio da Universalização do Esgotamento Sanitário

Faz parte do planejamento da Cedente expandir o atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, universalizando, assim, a prestação dos seus serviços no âmbito do Distrito Federal.

Entre as principais ações previstas pela Cedente e pelo Governo do Distrito Federal, objetivando ampliar os índices de coleta e de depuração dos esgotos, destacam-se as seguintes:

- universalizar os serviços de coleta de esgotos;
- expandir o programa condominial de esgotamento sanitário;
- expandir e melhorar as estações de tratamento de esgotos;

O sistema de esgotamento sanitário necessita de melhorias operacionais, apesar de já terem sido implantadas importantes ações de expansão e algumas ações de modernização, por exemplo, o sistema de telemetria que foi projetado para monitorar as estações elevatórias de esgotos em funcionamento por meio de controladores lógicos programáveis, o qual vem contribuindo com agilidade e confiabilidade nas atividades de planejamento e operação.

Captação de Recursos Financeiros

Com relação à captação de recursos financeiros para novos investimentos, em 2008 a Cedente assegurou, com a CAIXA, recursos financeiros para importantes investimentos em saneamento básico no DF. Foram contratadas operações de crédito, com a citada instituição financeira, da ordem de R\$56 milhões, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, destinados aos seguintes empreendimentos:

- Implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água das localidades do Por do Sol e Sol Nascente;
- Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das localidades do Por do Sol e Sol Nascente; e
- Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário nas Colônias Agrícolas Vicente Pires e Samambaia.

Em 2009, a Cedente assegurou, ainda recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC / CAIXA, da ordem de R\$44 milhões, destinados aos seguintes empreendimentos:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul - 5ª etapa e do Condomínio Grande Colorado;
- Recuperação do Reservatório RAP SO Nº 5; e
- Recuperação dos Reservatórios RAP - CE 1 e REL CE 1.

Em 2009, o Governo do Distrito Federal assegurou, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC / CAIXA, da ordem de R\$91 milhões, destinados à Implantação do Sistema Produtor de Água Corumbá.

Ações que se encontram em negociação:

- Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: obtenção de recursos para o financiamento do Programa de Saneamento Ambiental, que consiste em obras de abastecimento de água (sistema produtor e implantação de redes); para o sistema de esgotamento sanitário (coleta e transporte); para ações de desenvolvimento operacional (automação e controle operacional das unidades dos sistemas de água e esgotamento sanitário), para controle de perdas e melhorias operacionais; para o sistema de gestão ambiental e para ações de sustentabilidade econômica da Cedente (atualização de ativos e revisão tarifária), cujo valor a ser financiado é da ordem de R\$335 milhões. A Carta Consulta enviada à Comissão de Financiamentos Externos/ Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, em out/2008, foi aprovada em out/2009 e a preparação junto ao BID foi iniciada em 2009;
- Com o Banco do Brasil – FCO: a obtenção de recursos para o Programa de Micromedição e para a implantação do Sistema Produtor Água Bananal, cujo valor a ser financiado é da ordem de R\$32,3 milhões; e
- Com a CAIXA – recursos do FGTS a serem viabilizados pelo setor Privado (locação de ativos) para a implantação do Sistema Produtor de Água do Paranoá, no valor de R\$350 milhões.

Questões Ambientais

Estão sujeitos ao licenciamento ambiental, tanto os empreendimentos e atividades “utilizadores de recursos naturais”, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, quanto aqueles que possam causar “danos ao meio ambiente”. Em função de suas características e diversidade, as ações desenvolvidas pela Cedente se enquadram em ambos os casos.

Cabe ressaltar que o descumprimento da legislação ambiental vigente pode levar à imposição de penalidades no âmbito criminal e administrativo, em acréscimo à responsabilidade civil que pode advir em decorrência de indenização por danos ao meio ambiente. Nos termos da Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, as pessoas físicas estão sujeitas a pena de restrição de liberdade ou outras restrições de seus direitos pessoais em função de violação da legislação ambiental, e as pessoas jurídicas poderão ser penalizadas com multas, restrições de direitos, como, por exemplo, direitos de firmar contratos com instituições públicas, e receber benefícios fiscais, bem como de prestação compulsória de serviços em benefício público. Na esfera administrativa, as penalidades variam de advertências e multas à suspensão parcial ou total das atividades sociais e poderão também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou interrupção do acesso a linhas de crédito concedidas por bancos oficiais, bem como a proibição de contratação com entidades do setor público.

Em geral, os processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos e unidades operacionais da Cedente são conduzidos junto aos órgãos competentes, ou seja, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, responsável local pelo licenciamento e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, responsável pelo licenciamento de empreendimentos/atividades cujos impactos ambientais interfiram em Unidades de Conservação Federal ou afetem dois ou mais Estados.

O licenciamento ambiental é dividido basicamente em três instâncias: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). A LP aprova a localização do empreendimento e sua viabilidade ambiental. A LI autoriza a implantação e estabelece as medidas de controle ambiental. A LO autoriza o início do funcionamento com as devidas condicionantes para a fase de operação.

Durante o processo de licenciamento, em função da atividade planejada, pode ser exigida da Cedente a elaboração de estudos ambientais, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Plano de Monitoramento.

Toda licença é concedida por prazo definido, necessitando, por força da legislação, de renovação periódica. A licença ambiental pode conter condições específicas a serem observadas, ficando o empreendimento ou atividades sujeitos à fiscalização dos órgãos ambientais já citados, órgãos do Poder Judiciário, entidades civis e, em última análise, pela própria comunidade.

Nos casos em que os impactos ambientais provocados por determinados empreendimentos forem considerados temporários ou de pequena magnitude, o texto legal permite a dispensa do empreendedor do licenciamento ambiental. Nesses casos, para as atividades sujeitas ao licenciamento nos termos da legislação federal e distrital é necessário obter a manifestação do órgão ambiental competente.

Atualmente, visando manter a legalidade de todas as ações desenvolvidas no âmbito da Cedente, a Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – EMR/DE/CEDENTE realiza o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais competentes e monitora o cumprimento das exigências legais e condicionantes estabelecidas nas licenças.

O complexo para abastecimento de água do DF constitui-se, atualmente, de 32 captações superficiais de água. Desse total, a Cedente possui Licença de Operação para 28, enquanto as restantes têm seus respectivos processos de licenciamento em tramitação junto aos órgãos ambientais IBRAM e IBAMA-DF. Em relação aos novos sistemas de produtores, o Sistema Corumbá Sul, que será executado em parceria com a SANEAGO, já possui Licença de Instalação. Os sistemas produtores com captação no Ribeirão Bananal e no Lago Paranoá encontram-se em fase de licenciamento ambiental.

O sistema de esgotamento sanitário do Distrito Federal possui 17 Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's, sendo que 4 delas estão em fase de ampliação/melhoria do processo de tratamento ou fase de pré-operação. A Cedente possui licenças ambientais (licenças de pré-operação e de operação) para 11 ETE's e 22 unidades operacionais do sistema de esgotos, sendo que, à exceção da ETE Torto, as demais unidades (vinte e sete) estão em processo de licenciamento. Além das ETE's localizadas no DF, a Cedente, por meio de um consórcio firmado com a SANEAGO, implantará uma nova ETE na cidade de Águas Lindas de Goiás, a qual já possui licença de instalação emitida pela Agência do Meio Ambiente de Goiás.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo como um de seus instrumentos a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Trata-se de um ato administrativo mediante o qual o Poder Público outorgante (União, Estados ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (usuário da água) o uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nas condições expressas no respectivo ato.

Segundo a referida Lei, esse instrumento tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso a este recurso, disciplinando a sua utilização e compatibilizando demanda e disponibilidade hídrica, contribuindo para o uso sustentável dos mananciais.

A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA, conferiu a esta Agência a competência para emitir outorgas de direito de uso dos recursos hídricos de domínio da União. No entanto, a maioria dos Estados e o Distrito Federal possuem órgãos próprios com competência legal para emitir as outorgas de direito de uso das águas de seus domínios.

Com a promulgação da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, a Lei das Águas do DF, seguida do Decreto nº 2.358 de 31/08/2001, bem como da Lei nº 3.365, de 16/06/2004, regulamentada pelo Decreto nº 25.509 de 19 de janeiro de 2005, fez-se obrigatório o requerimento da outorga de direito de uso de recursos hídricos à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, quando necessário fazer uso da água no âmbito do Distrito Federal.

Atualmente, a Cedente detém outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos de 162 poços tubulares profundos e possui processos de solicitação de outorga de mais 13 poços tramitando na ADASA, tendo em vista a obtenção de novas outorgas para os poços operados pela Cedente.

Em relação às outorgas de direito de uso de recursos hídricos das captações superficiais, atualmente, a Cedente possui outorgas de 30 captações e 2 processos de requerimento de outorga (captações de água nos Córregos Bora Manso e Cachoeirinha) que se encontram em tramitação na ADASA. A Cedente pretende implantar, nos próximos anos, três captações: no Ribeirão Bananal, no Lago Paranoá e na UHE Corumbá IV. As captações de água no Lago Paranoá e na UHE Corumbá IV já possuem outorga de direito de uso de recursos hídricos concedidas, respectivamente, pela ANA e Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás – SEMARH-GO. A captação de água no Ribeirão Bananal possui outorga prévia concedida pela ADASA.

Com relação às outorgas de direito de uso de recursos hídricos superficiais para diluição de efluentes, a Cedente possui solicitação junto à ADASA e à ANA para todas as ETE's com lançamentos no DF. Ressalta-se que as outorgas dos lançamentos de efluentes nos corpos d'água de domínio do Estado de Goiás não serão emitidas, devido a não regulamentação desse instrumento no estado.

Todas as licenças ambientais e as outorgas relativas aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Cedente estão sendo gerenciadas pela Gerência de Licenciamento Ambiental e Outorga de Recursos Hídricos – EMRL/EMRDE/CEDENTE, com apoio de um sistema informatizado de controle e monitoramento, o módulo ambiental do Sistema de Informações Gerenciais – SIG

Embora os custos de atendimento à legislação ambiental não tenham sido relevantes até o presente momento, a Cedente acredita que tais custos aumentarão devidos a alguns processos de mudança atualmente em curso, podendo-se referir: a estruturação dos órgãos ambientais e de fiscalização de recursos hídricos; as ações mais sistemáticas de fiscalização do Ministério Público; e a conscientização da sociedade com relação às questões ambientais. Assim, prevê-se que o valor dos investimentos futuros exigidos para o cumprimento da legislação ambiental aumente substancialmente em relação aos montantes atuais.

Pendências Judiciais e Administrativas da Cedente

Visão Geral

A Cedente é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, nas áreas cível, tributária e trabalhista. A Cedente não acredita que qualquer ação ou processo administrativo individualmente considerado, se decidido de maneira que seja desfavorável a ela, causará efeito adverso relevante sobre sua situação financeira ou resultados operacionais, bem como sobre suas atividades ou imagem corporativa.

A Cedente acredita que suas provisões para contingências judiciais e administrativas são suficientes para atender eventuais perdas. Tais provisões foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da Cedente, na natureza das demandas e na jurisprudência dos tribunais. Em 30 de setembro de 2009, as provisões para processos judiciais e administrativos da Cedente eram de R\$22,4 milhões.

Processos de natureza cível

Em 30 de setembro de 2009, a Cedente era parte em 2.750 ações de natureza cível, sendo que em 2.071 ações a Cedente é autora e em 679 ela figura como ré.

A Cedente estima em R\$288,9 milhões o valor das ações em que figura como ré, principalmente nas seguintes ações: questionamento sobre o valor cobrado pelo fornecimento de água; questionamento sobre corte no fornecimento de água; inexistência de débito; reparação de danos; reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos e outras. Com base na opinião dos assessores legais da Cedente, a probabilidade de perda nesses processos é remota, motivo pelo qual não foi constituída provisão.

A Cedente estima em R\$30,0 milhões o valor das ações em que figura como autora, principalmente nas seguintes ações: desapropriação; cobrança pelo fornecimento de água; multas por violação de corte de água; descumprimento de contratos administrativos e outras. Com base na opinião dos assessores legais da Cedente, a probabilidade de êxito nesses processos é alta.

Processo de natureza tributária

A Cedente figura no pólo passivo de 1 processo tributário instaurado pelo Distrito Federal para cobrança de imposto sobre serviços (ISS). O valor envolvido no referido processo era de, aproximadamente, R\$146,3 milhões. Entretanto, tal dívida fora negociada em janeiro de 2007 com isenção de multas, juros e correções, para pagamento mensal em 60 parcelas. A dívida tem sido atualizada monetariamente e para quitação plena do débito ainda restam 27 parcelas mensais e sucessivas, totalizando aproximadamente R\$28,3 milhões, em 30 de setembro de 2009.

Processos de natureza trabalhista

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia figurava como ré em 660 processos trabalhistas, cujo valor total foi estimado aproximadamente em R\$12,7 milhões e com relação aos quais foi constituída provisão integral para os processos que, com base na opinião dos assessores legais da Companhia, são considerados perdas prováveis. Dessas ações, a grande maioria, foi movida por empregados contratados ou por prestadores de serviços terceirizados. Os objetos das ações são em sua maioria por periculosidade elétrica, licença-prêmio, adicional noturno, programa de desligamento, periculosidade biogás, subsidiariedade, função gratificada, periculosidade inflamável, reintegração, desvio de função, acidente de trabalho, insalubridade, dano moral, abono, hora extra, equiparação salarial, multa FGTS, pensão vitalícia e outros. De acordo com a legislação trabalhista, a Cedente é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas contratadas pela Cedente para prestação de serviços nos quais a Cedente é responsável.

Recursos Humanos

O quadro de trabalhadores da Cedente, em 30 de setembro de 2009, apresentava 2.443 trabalhadores em regime de período integral, 205 estagiários e 86 aprendizes.

A Cedente, por ser uma sociedade de economia mista, está obrigada a realizar seleção pública para ingresso de seus empregados e reserva 5% das vagas oferecidas para pessoas portadoras de deficiência.

A média de permanência em serviço dos empregados da CAESB é de, aproximadamente, 20 anos.

Todos os funcionários estão cobertos por acordos sindicais, firmados com o SINDÁGUA (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e distribuição de água e em serviços de esgotos do Distrito Federal).

Os acordos coletivos são negociados entre a Cedente e o Sindicato anualmente e estabelecem a remuneração dos empregados e demais benefícios. O último acordo coletivo firmado com o SINDÁGUA tem prazo de vigência de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2010.

Nos termos da legislação brasileira, os funcionários operacionais e técnicos da Cedente são considerados “empregados essenciais” e, portanto, têm seu direito a greve limitado. Há inúmeras questões trabalhistas pendentes contra a Cedente, sendo que as mais relevantes encontram-se descritas na Seção “Pendências Judiciais e Administrativas da Cedente”, deste Prospecto.

A Cedente não estabeleceu Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos seus funcionários.

A tabela a seguir apresenta o número de empregados da Cedente e sua abertura por categoria principal de atividade, nos períodos indicados:

	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Número total de empregados	2.310	2.419	2.422	2.436	2.443
Número por categoria de atividade:					
Área técnica e operacional.....	1.408	1.475	1.438	1.454	1.403
Administrativo.....	555	582	578	576	647
Suporte financeiro.....	35	35	33	33	31
Área Comercial.....	312	327	373	373	362
Número de empregados por localização geográfica:					
Sede	525	562	578	575	640
Sistemas Regionais	1.785	1.857	1.844	1.861	1.803

Fonte: CAESB

Empregados terceirizados

A Cedente não firma contratos de fornecimento de mão-de-obra com terceiros. No entanto, conforme a necessidade contrata serviços terceirizados, como serviços de apuração de consumo, manutenção operacional e segurança patrimonial.

Sem prejuízo das garantias contratuais previstas nesses instrumentos, a Cedente poderá vir a responder por eventuais passivos decorrentes dessa forma de contratação perante a Justiça do Trabalho, inclusive de forma subsidiária em relação às obrigações das contratadas, nos termos da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

Política de Benefícios

A Cedente concede os seguintes benefícios aos seus funcionários:

- (i) Auxílio creche;
- (ii) Vale transporte;
- (iii) Auxílio alimentação;
- (iv) Previdência Privada;
- (v) Assistência Médica – Medial;
- (vi) Abono assiduidade; e
- (vii) Anuênio.

Previdência

O Fundo de Pensão dos empregados da CAESB, denominado Fundiágua – Fundação de Previdência dos Empregados da CAESB, foi criado em 1994 e destina-se a completar valores de aposentadoria pagos pelo Instituto de Previdência Social - INSS.

O Fundiágua é sinônimo de segurança e garantia de renda para aposentados e aposentáveis, além de atender também aos dependentes desses, com benefícios e assistência médica hospitalar.

O referido plano está mantido pela atual gestão da Cedente, ao custo atual de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) por mês, na modalidade de contribuição paritária (empregador x empregado) de R\$1,00 x R\$1,00.

O Fundiágua encerrou o ano de 2008 com 3.153 participantes, dos quais 788 já gozam de uma das modalidades de benefícios. Seus recursos já ultrapassam R\$200,0 milhões no mercado financeiro.

Seguros

A Cedente não contratou quaisquer apólices de seguro.

A Cedente não tem cobertura de seguro contra (i) risco de interrupção das atividades, (ii) riscos ambientais, de responsabilidade por contaminação ou outros relacionados; (iii) riscos relacionados a fornecimento de água, por não acreditar que os prêmios pagos para tais seguros sejam justificados em função do baixo risco de ocorrência de tais fatores.

Capitalização

A tabela a seguir descreve os montantes de caixa, disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital da CAESB, para o período encerrado em 30 de setembro de 2009. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras da Cedente, para o período encerrado em 30 de setembro de 2009, produzidas de acordo com o método da legislação societária. O investidor deve ler essa tabela em conjunto com a Seção “Informações Financeiras Seleccionadas” e com as informações financeiras da Cedente relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2009 disponíveis ao público.

	30 de setembro de 2009 (em milhões de R\$)
Disponibilidades e aplicações financeiras	31,00
Endividamento de curto prazo:	
Denominado em reais	239,00
Denominado em moeda estrangeira	3,0
Total do endividamento de curto prazo	242,1
Endividamento de longo prazo:	
Denominado em reais	663,00
Denominado em moeda estrangeira	95,00
Total do endividamento de longo prazo	663,0
Patrimônio líquido:	
Capital social	742,0
Reservas de capital	-
Ações em tesouraria	-
Reservas de lucros	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17,4
Lucros acumulados	42,8
Total do patrimônio líquido	802,2
Capitalização total (endividamento de longo prazo (incluindo a parcela com vencimento em curto prazo) e patrimônio líquido)	1.707,3

Informações Financeiras Seleccionadas da Cedente

Os quadros a seguir exibem informações financeiras da Cedente. Essas informações originaram-se das demonstrações financeiras da Cedente relacionadas aos respectivos períodos indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária. As informações ora apresentadas deverão ser analisadas no contexto das demonstrações financeiras da Cedente disponíveis ao público. Eventuais informações adicionais poderão ser obtidas no site da CAESB (www.caesb.df.gov.br).

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos Findos em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em milhões de reais)			(em milhões de reais)	
Demonstração do Resultado					
Receita Operacional Líquida	630,1	684,9	737,4	541,8	578
Custos do Produto e Serviços Prestados	291	321,4	361	263,1	292,6

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos Findos em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em milhões de reais)			(em milhões de reais)	
Lucro Bruto	339,1	363,5	376,4	278,7	285,4
Despesas com Vendas	65,4	81,3	66,4	44,2	47,3
Despesas Administrativas	116,4	113,8	129,5	87,6	111,2
Despesas/Receitas Financeiras Líquidas	65,9	66,2	75,3	54,6	45,5
Resultado Operacional	91,4	102,2	105,2	92,3	81,4
Resultado Não Operacional	16,7	18,3	3,9	1	-1
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	74,7	83,9	101,3	91,3	82,4
Imposto de Renda e Contribuição Social	25,9	28,7	38,5	33,1	26,9
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	48,8	55,2	62,8	58,2	55,5

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos findos em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(Porcentagem %)			(Porcentagem %)	
Receita Operacional Líquida	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Custos do Produto e Serviços Prestados	46,18	46,93	48,96	48,56	50,62
Lucro Bruto	53,82	53,07	51,04	51,44	49,38
Despesas com Vendas	10,38	11,87	9,00	8,16	8,18
Despesas Administrativas	18,47	16,62	17,56	16,17	19,24
Despesas/Receitas Financeiras Líquidas	10,46	9,67	10,21	10,08	7,87
Resultado Operacional	2,65	2,67	0,53	0,18	-0,17
Resultado Não Operacional	2,65	2,67	0,53	0,18	-0,17
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11,86	12,25	13,74	16,85	14,26
Imposto de Renda e Contribuição Social	4,11	4,19	5,22	6,11	4,65
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	7,74	8,06	8,52	10,74	9,60

As tabelas a seguir apresentam o balanço patrimonial da Cedente para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em Reais)			(em Reais)	

ATIVO

Circulante	167.675.572,80	184.083.923,37	179.723.744,12	191.937.208,60	212.397.749,29
Disponível	23.092.905,90	27.633.927,29	22.349.678,40	21.577.743,00	31.214.108,77
Caixa	2.297,67	969,84	833,26	4.610,12	1.715,38
Depósitos Bancários	17.562.760,82	21.857.880,99	18.954.905,18	14.185.656,75	22.196.221,43
Aplicação Financeira	5.527.847,41	5.775.076,96	3.393.939,96	7.387.476,13	9.016.171,96
Contas a Receber de Clientes	100.416.282,78	100.149.842,01	102.050,82	115.237.178,65	124.166.631,43
Contas a Receber de Clientes	147.007.114,55	150.254.509,43	154.749.155,30	160.368.343,43	165.421.529,79
(-) Perdas no Receb. Créditos	(46.590.831,77)	(51.420.685,17)	(60.529.063,31)	(54.315.934,06)	(52.390.793,84)
Contas a Receber Consórcio	-	1.438.330,55	12.247.535,63	10.658.181,28	16.936.191,08

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em Reais)			(em Reais)	
CAESB/SANEAGO					
(-) Arrec. a Discriminar Consórcio				(1.473.412,00)	(5.800.295,60)
CAESB/SANEAGO	-	(122.312,80)	(4.085.576,80)		
Estoque	24.567.909,58	29.766.346,08	30.622.052,75	28.648.800,11	30.575.179,62
Material de Operação e Manutenção	21.111.687,93	25.905.356,92	29.355.818,32	27.995.937,77	27.530.511,21
Material de Obra	3.456.221,65	3.860.989,16	1.263.165,39	649.793,30	3.041.599,37
Material de Operação – Consórcio	-	-	3.069,04	3.069,04	3.069,04
CAESB/SANEAGO					
Outros Créditos a Receber	16.901.992,81	13.817.075,77	16.853.928,51	21.524.566,42	23.687.588,73
Antecipações Tributárias	206.323,58	115.838,76	115.274,88	175.609,94	119.309,34
Depósitos em Garantia	10.570.283,01	6.868.605,97	8.496.538,09	7.875.916,22	9.976.780,81
Créditos por Convênio	1.038.402,77	910.844,21	721.554,67	733.099,59	695.680,69
Antecipações a Empregados	4.424.397,06	5.404.373,09	6.246.013,60	10.055.862,17	10.310.390,82
Créditos Diversos	662.586,39	517.413,74	1.274.547,27	2.684.078,50	2.585.427,07
Ativo Fiscal Diferido	-	-	7.432.599,61	-	2.309.800,62
IRPJ e CSLL	-	-	7.432.599,61	-	2.309.800,62
Despesas de Exercícios Seguintes	2.696.481,73	12.716.732,22	83.434,03	4.948.920,42	444.440,12
Despesas Antecipadas	107.937,68	59.736,08	83.434,03	403.033,12	412.639,33
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência da CAESB	2.588.544,05	2.534.496,24	-	3.078,30	31.800,79
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	10.122.499,90	-	4.542.809,00	-
Adiantamento para Despesas Diversas	-	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	114.280.215,86	132.338.896,49	49.031.493,19	141.823.495,09	48.801.579,41
Despesas Antecipadas	114.280.215,86	132.338.896,49	-	141.323.495,09	-
Fundiágua Contrato – 6937/06	114.280.215,86	111.943.229,51	-	111.943.229,51	-
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	20.395.666,98	-	29.380.265,58	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	600.000,00	500.000,00	500.000,00
CAESBPAR – CAESB Participações S.A.	-	-	600.000,00	500.000,00	500.000,00
Ativo Fiscal Diferido	-	-	48.431.493,19	-	48.301.579,41
Ativo Fiscal Diferido	-	-	48.431.493,19	-	48.301.579,41
PERMANENTE	1.186.496.585,55	1.285.957.726,23	1.414.701.054,26	1.344.157.809,85	1.446.091.279,35
Investimentos	30.085.747,13	30.395.747,13	30.395.747,13	30.395.747,13	30.995.747,13
Participações Societárias	30.015.747,13	30.015.747,13	30.015.747,13	30.015.747,13	30.995.747,13
Participações em Subsidiárias - CAESBPAR	-	310.000,00	310.000,00	310.000,00	910.000,00
Participações em Atividades Audiovisuais	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
Imobilizado Técnico	880.726.845,29	952.897.099,11	1.054.859.885,53	992.180.403,51	1.194.414.452,07
Sistema de Abastecimento de Água	591.207.220,82	664.627.627,83	755.085.128,01	700.811.631,15	875.953.842,00
Sistema de Esgotamento Sanitário	775.723.748,84	782.267.934,93	830.860.512,94	814.066.605,55	871.754.862,35
Bens de Uso Geral	102.713.236,44	109.608.706,75	112.464.976,91	110.552.606,16	118.695.502,18
Consórcio CAESB/SANEAGO	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(570.417.360,81)	(605.107.170,40)	(643.550.732,33)	(633.250.439,35)	(671.989.754,46)
Obras em Andamento	263.294.351,33	285.784.306,82	318.109.931,09	309.719.415,40	220.681.080,15
Sistema de Abastecimento de Água	188.829.269,85	193.724.380,97	206.105.005,84	205.416.778,90	109.918.551,87
Sistema de Esgotamento Sanitário	60.823.735,45	85.035.264,86	105.858.986,40	97.403.436,97	103.618.465,48
Bens de Uso Geral	6.944.153,28	315.713,07	833.804,88	148.460,70	1.846.975,62

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em Reais)			(em Reais)	
Outros Custos em andamento	6.695.192,75	6.708.947,92	5.312.133,97	6.750.738,83	5.297.087,18
Diferido	12.389.641,80	16.880.573,17	11.335.490,51	11.862.243,81	-
Despesas a Amortizar	12.389.641,80	20.131.904,77	16.670.083,33	16.399.684,64	-
(-) Amortização acumulada	-	(3.251.331,60)	(5.334.592,82)	(4.537.440,83)	-
TOTAL DO ATIVO	1.468.452.374,21	1.602.380.546,09	1.643.456.291,57	1.677.918.513,54	1.707.290.608,05

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em Reais)			(em Reais)	

PASSIVO

CIRCULANTE	212.999.811,03	306.834.714,80	291.853.959,05	254.397.488,75	242.088.906,75
Empreiteiros	19.545.626,35	26.682.020,03	34.237.796,40	16.985.340,57	26.678.707,47
Fornecedores	10.443.051,56	10.215.484,24	8.891.324,66	4.950.797,22	3.495.033,48
Cauções e Retenções Contratuais	1.496.532,24	1.595.963,26	1.418.366,10	1.236.997,32	1.641.005,19
Consórcio CAESB/SANEAGO	-	-	2.412.907,16	2.660.878,24	1.457.048,17
Imposto e Contribuições a Recolher	21.378.304,36	26.134.167,44	29.559.640,09	32.085.390,26	27.930.532,32
Consignações a Recolher	6.668.390,87	9.325.879,16	2.638.499,30	2.323.948,60	2.701.310,12
Credores por Serviços	56.389.411,36	53.395.811,96	60.758.542,97	51.380.172,55	57.478.081,04
Ordenados e Salários a Pagar	8.333.596,41	6.578.532,28	6.561.719,76	130.644,37	127.885,23
Provisões para Férias e Licença-Prêmio	34.074.023,55	36.766.742,96	40.864.689,56	59.580.632,39	60.227.076,19
Parcelas Vincendas de Amortizações de Financiamentos	40.480.075,51	110.447.168,58	76.877.240,22	66.951.427,25	41.047.507,26
Provisão para Imposto de Renda Diferido	-	-	-	-	-
Obrigações Diversas	-	34.020,26	2.771,87	154,04	19.698,60
Obrigações com Clientes	11.281.914,77	12.076.094,45	11.881.011,86	10.944.811,67	14.395.997,91
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência da CAESB	-	3.460.330,28	3.246.839,19	3.895.273,65	772.208,24
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	10.122.499,90	11.390.047,80	1.242.104,29	4.116.815,53
Recursos de Convênios	320.340,00	-	1.112.562,11	28.916,33	-
Contribuições Extraordinárias FUNDIÁGUA	2.588.544,05	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	562.430.172,19	545.013.045,73	617.547.373,71	607.643.862,42	663.001.607,12
Provisões para Contingências	36.187.014,19	38.339.517,42	53.826.587,21	43.971.251,95	59.895.944,09
Provisão para Contingências Judiciais	5.051.121,24	10.336.686,52	19.177.068,89	11.431.876,70	22.481.510,61
Provisão para Contingências Fiscais	31.135.892,95	28.002.830,90	34.649.518,32	32.539.375,25	37.414.433,48
Financiamentos Obtidos	402.309.138,07	359.866.242,86	414.074.456,90	400.002.527,28	449.341.003,50
CAIXA	214.769.756,65	206.796.527,64	201.215.204,12	214.027.067,18	267.192.944,92
BID	99.980.038,33	86.355.012,80	132.795.060,71	98.952.779,82	95.014.551,46
BNDES	21.837.204,06	28.512.908,22	32.332.930,41	37.643.997,88	37.007.323,07
Banco do Brasil S.A.	33.416.583,34	25.607.637,04	33.626.184,05	25.607.637,04	50.126.184,05
União de Bancos Brasileiros – UNIBANCO	6.666.666,67	1.666.666,63	-	1.666.666,63	-
Banco Votorantim S.A.	11.250.000,00	3871.934,91	11.000.000,00	14.871.934,91	-
Banco Industrial e Comercial – BIC	6.388.889,00	3.055.555,50	-	3.055.555,50	-
Banco Sofisa S.A.	8.000.000,02	4.000.000,06	-	4.000.000,06	-
BIRD/ADASA	-	-	3.105.077,61	176.888,26	-

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(em Reais)				
Contribuições Extraordinárias	123.934.019,93	146.807.285,45	149.646.329,60	163.670.083,19	153.764.659,53
FUNDIÁGUA	123.934.019,93	126.411.618,47	132.897.899,57	134.289.817,61	16.320.660,25
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	20.395.666,98	16.748.430,03	29.380.265,58	137.443.999,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	693.022.390,99	750.532.785,56	734.054.958,81	815.877.162,37	802.200.094,18
Capital Social	638.326.147,70	638.326.147,70	740.995.212,70	740.995.212,70	741.989.913,20
Capital Subscrito e Integralizado	638.326.147,70	638.326.147,70	740.995.212,70	740.995.212,70	741.989.913,20
Reservas de Capital	12.376.882,27	14.645.759,22	-	-	-
Subvenções para Obras	10.895.449,83	11.113.125,57	-	-	-
Doações para Investimentos	1.481.432,44	3.532.633,65	-	-	-
Reservas de Lucro	4.904.767,17	6.775.496,86	-	9.537.572,74	-
Reserva Legal	4.904.767,17	6.775.496,86	-	9.537.572,74	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	994.700,56	642.220,39	17.439.925,35
Governo do Distrito Federal – GDF	-	-	985.431,33	632.951,16	15.468.778,67
Cia. Imobiliária Terracap	-	-	9.269,23	9.269,23	1.971.146,68
Lucros ou Prejuízo Acumulado	37.414.593,85	90.785.381,78	(7.934.954,45)	64.702.156,54	42.770.255,63
Ajustes de Exercícios Anteriores	(11.422.233,08)	-	-	-	(7.934.954,45)
Resultado Acumulado	0,07	(35.543.864,16)	(7.934.954,45)	58.238.505,46	55.494.291,04
Resultado do Exercício	48.836.826,86	55.241.517,62	-	6.463.651,08	(4.789.080,96)
TOTAL DO PASSIVO	1.468.452.374,21	1.602.380.546,09	1.643.456.291,57	1.677.918.513,54	1.707.290.608,05

EBITDA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período findo em 30 de setembro de	
2006	2007	2008	2008	2009
(em Reais)				

EBITDA	182.199.189,86	199.818.060,58	222.975.165,09	178.888.992,44	167.487.500,37
---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Contratos Relevantes

Dentre os principais contratos celebrados pela Cedente destacam-se os abaixo relacionados:

Contratos Financeiros Relevantes

A tabela a seguir apresenta a relação dos contratos de financiamento mais relevantes dos quais a Cedente figurava como parte em 30 de setembro de 2009:

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
BNDES	Contrato de Financiamento n° 04.2.276.2.1 (Registrado sob o n° 549742)	R\$38.000.000,00	R\$35.392.030,00	R\$2.607.970,00	15.06.2014
BNDES	Contrato de Financiamento n° 04.2.277.2.1 (Registrado sob o n° 549743)	R\$29.427.592,11	R\$18.731.059,00	R\$10.696.533,11	15.06.2014
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0156.021-32/03	R\$6.398.923,00	R\$5.754.981,66	R\$643.941,16	15.01.2022
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços de Ampliação das Redes Coletoras de Esgotos no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0156.124-79	R\$5.047.219,00	R\$4.622.836,86	R\$0,00	15.09.2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação da Duplicação da Adutora M-Norte no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.002-6	R\$3.330.902,00	R\$3.298.004,24	R\$0,00	15.09.2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 155.455-68	R\$28.128.643,00	R\$28.035.446,99	R\$0,00	15.03.2023
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.014-49	R\$1.807.363,00	R\$1.803.352,28	R\$0,00	15.09.2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.023-51/03	R\$2.273.780,38	R\$1.580.518,17	R\$693.262,21	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 156.097-44/03	R\$1.343.124,05	R\$1.319.500,90	R\$0,00	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0150.173-49	R\$3.056.157,00	R\$2.997.845,67	R\$0,00	180 meses (Carência: 13 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 0138.867-84/02	R\$10.492.795,40	R\$8.721.292,09	R\$1.771.503,31	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água n.º 0150.174-54	R\$5.038.923,97	R\$4.925.293,61	R\$113.630,36	106 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Rede de Distribuição de Água n.º 0150.172-35	R\$2.261.619,00	R\$2.261.619,00	R\$0,00	110 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras / Serviços n.º 0155.454-53	R\$6.650.000,00	R\$5.089.245,55	R\$1.560.754,45	120 meses (Carência: 26 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.998-67/02	R\$3.692.757,74	R\$3.634.544,65	R\$0,00	180 meses (Carência: 17 meses, contado do 1º desembolso).

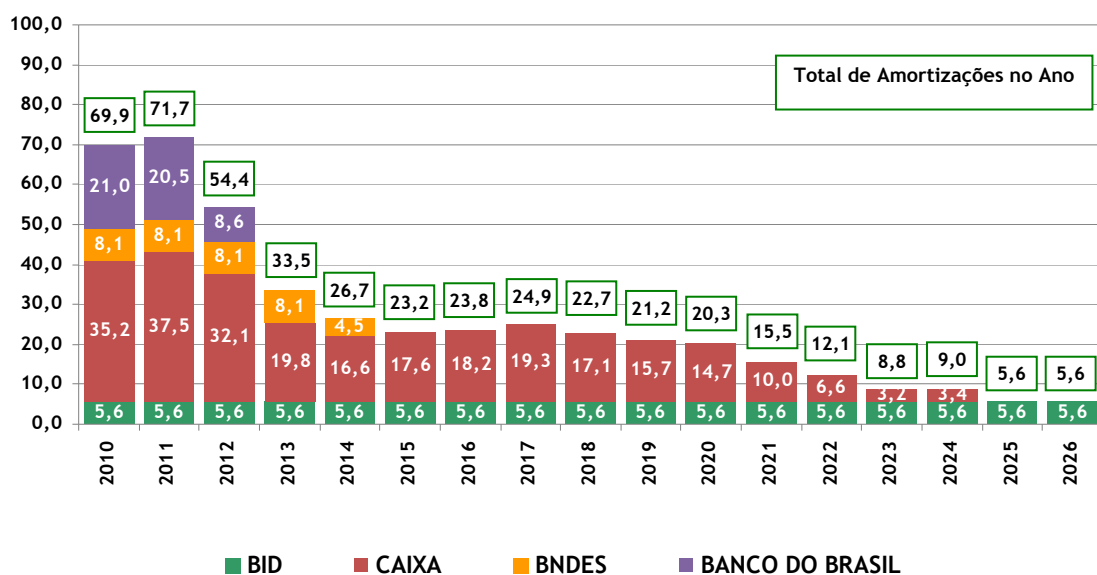
Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.991-98/02	R\$14.530.599,20	R\$3.044.631,26	R\$0,00	180 meses (Carência: 17 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 60.635-88	R\$1.713.190,00	R\$1.701.741,76	R\$0,00	180 meses (Carência: 10 meses, contado do 1º desembolso).
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1611/82	CR\$54.696.534,00		R\$0,00	18.11.2014
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1420/82	CR\$416.156.842,00		R\$0,00	18.01.2014
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 1081/81	CR\$227.145.656,00		R\$0,00	18.02.2013
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 949/81	CR\$202.939.314,00		R\$0,00	18.11.2012
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 903/81	CR\$433.780.474,00		R\$0,00	18.12.2012
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 295/83	CR\$330.153.960,00		R\$0,00	18.11.2016
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 60.634-51	R\$3.234.510,00	R\$2.849.139,47	R\$0,00	180 meses (Carência: 11 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 35.272-49	R\$1.363.000,00	R\$1.357.713,32	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
Banco do Brasil	Contrato de Abertura de Crédito Fixo n.º 330.700.168	R\$30.000.000,00	R\$30.000.000,00	R\$0,00	20.03.2011
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado ao Ressarcimento de Gastos Efetuados com Obras/Serviços no Distrito Federal n.º 75.372-57/02	R\$11.553.602,27	R\$11.553.602,27	R\$0,00	ago/12
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0037/89 (20.295-69)	NCz\$ 12.330.449,00		R\$0,00	15.12.2022
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0225/89 (20.679-12)	NCz\$ 55.917.846,00		R\$0,00	15.04.2021
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1104/87 (19.091-08)	Cz\$ 875.361.699,00		R\$0,00	18.06.2017
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1105/87 (19.092-23)	Cz\$ 1.110.121.734,00		R\$0,00	15.07.2021
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1106/87 (19.093-48)	Cz\$ 220.865.369,00		R\$0,00	15.07.2019
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0146/88 (19.410-81)	Cz\$ 2.401.561,00	-	R\$0,00	15.05.2019
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.398-06	R\$1.449.052,00	R\$1.295.319,63	R\$0,00	15.12.2028
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.400-63	R\$6.617.803,00	R\$6.600.393,31	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.394-14	R\$9.138.043,00	R\$9.123.734,13	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação do Sistema Coletor e Implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 42.386-53 e 1º Termo Aditivo	R\$5.736.900,00 + R\$83.146,76 (1º Termo Aditivo)	R\$5.080.063,24	R\$0,00	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução do Sistema Coletor de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento n.º 39.976-24	R\$1.730.863,00	R\$1.713.554,05	R\$0,00	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1º desembolso)
CAIXA	Rerratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema Rio Descoberto em Benefício das Populações do Recanto das Emas, Santa Maria e Gama, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade abastecimento de água n.º 35.270-09	R\$3.050.137,00	R\$3.047.825,59	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contados do 1º desembolso)
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Elaboração de Estudos e Projetos para o Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Sobradinho, DF n.º 0593/85	Cr\$335.226.150,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18.04.1987)
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Execução da Expansão da Rede nos Sistemas de Esgotos Sanitários de Brasília e Cidades Satélites, DF n.º 0586/85	Cr\$3.807.586.062,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18.05.1987)
BNH	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Melhoria do Sistema de Esgotos Sanitários das Cidades de Brasília e Áreas Adjacentes (2º Financiamento), DF n.º 1419/82	Cr\$119.434.456,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18.11.1983)
CAIXA	Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na localidade de Santa Maria, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade saneamento integrado-PROSANEAR n.º 35.256-13	R\$10.603.000,00 + R\$1.012.288,72 (2º aditamento)	R\$9.590.711,28	R\$0,00	180 meses (Carência: 16 meses, contados do 1º desembolso)
CAIXA	Rerratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema Rio Descoberto com a Execução do Centro de Reservação do Riacho Fundo, DF, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, na modalidade sistema de abastecimento de água n.º 35.272-49	R\$1.363.000,00	R\$1.357.713,28	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contados do 1º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0234.717-96/2008	R\$29.257.818,57	R\$4.109.675,68	R\$25.148.142,89	29.04.2025
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.172-69/2007	R\$9.577.509,26	R\$5.732.528,57	R\$3.844.980,69	01.10.2023
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.170-49/2007	R\$46.530.000,00	R\$24.814.485,26	R\$21.715.514,74	02.10.2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.173-72/2007	R\$11.582.610,75	R\$17.171,65	R\$11.565.439,10	01.08.2023
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190.027-01/2007	R\$8.960.800,79	R\$338,02	R\$8.960.462,77	01.04.2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190.029-29/2007	R\$28.016.728,00	R\$21.660,06	R\$27.995.067,94	01.08.2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180.169-11/2007	R\$38.311.477,97	R\$608.292,95	R\$37.703.185,02	01.10.2025

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n.º 330700376	R\$17.000.000,00	R\$17.000.000,00	R\$0,00	25.06.2010
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n.º 330700377	R\$34.000.000,00	R\$34.000.000,00	R\$0,00	25.06.2012
Distrito Federal	Contrato n. 001/2001-SO/SEFP/DF	R\$205.366.281,66	R\$280.800.000,00	R\$18.880.000,00	A vigência deste contrato acompanha o período de vigência do contrato celebrado com o BID.
CAIXA	Contrato de Crédito n.º 04.1041.763.0000004-14	R\$40.000.000,00	R\$40.000.000,00	R\$0,00	06.07.2012

Contratos de prestação de serviços diversos

O gráfico abaixo demonstra o fluxo de amortização da Cedente nos próximos anos (em milhões de reais):



Fonte: CAESB

A tabela a seguir apresenta a relação dos contratos de prestação de serviços mais relevantes dos quais a Cedente figurava como parte em 30 de setembro de 2009:

Contratada	Objeto	Valor (em milhões de R\$)
Construtora Incorporadora Santa Teresa Ltda.	Serviços de leitura de hidrômetros com emissão simultânea de contas de água no ato da leitura, suspensão e religamento do fornecimento de água, levantamentos de dados cadastrais, vistorias, identificação de ligações não cadastradas e colocação de lacres em hidrômetros.	37,78

Contratos de execução de obras

A tabela a seguir apresenta a relação dos contratos de execução de obras e serviços de engenharia mais relevantes dos quais a Cedente figurava como parte em 30 de setembro de 2009:

Contratada	Objeto	Valor (em milhões de R\$)
Manchester Serviços Ltda.	Conservação de áreas externas e manutenção e conservação das unidades operacionais.	7,22
Dan-Hebert S/A – Construtora e Incorporadora	Conservação de áreas externas e manutenção de instalações civis das unidades de esgotos no âmbito de atuação da Superintendência de Operação, Tratamento e Manutenção de Esgotos (POE).	23,85
Dan Hebert – Conservege	Execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva, emergencial e de adequação do sistema distribuidor de água potável, do sistema coletor de esgotos sanitários e os serviços de apoio à comercialização, do Distrito Federal e outras áreas legalmente abrangidas pela CAESB.	102,34
Conter Construção e Terraplenagem Ltda.	Serviços de inspeção com limpeza prévia de redes de esgotos sanitários mediante registro fotográfico/filmográfico através de câmeras e vídeos em equipamentos autopropeidos de controle remoto.	23,06
Fluxor Poços Artesianos Ltda.	Serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos poços tubulares profundos de abastecimento de água de responsabilidade da CAESB, com a prestação de serviços profissionais na área de saneamento, execução de veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, sistemas (hardware e software) específicos, em todas as áreas de abrangência da CAESB.	4,50
Radiotel Instalações e Comércio Ltda.	Serviços técnicos especializados em telecomunicações e eletrônica industrial, com fornecimento de materiais para suporte à manutenção preventiva e corretiva no sistema de rádio comunicação e em equipamentos eletrônicos de potência existentes nas unidades operacionais do sistema de água da CAESB.	1,38
Saint-Germain Consultores Associados Ltda.	Serviços de observação (leitura) e de manutenção da rede hidrometeorológica da CAESB no âmbito de sua área de atuação.	3,47
Colmar Engenharia e Empreendimentos Ltda.	Serviços de manutenção das instalações civis e conservação de áreas de abrangência, incluindo atividades de pintura, reformas, pequenas construções, ampliações, iluminação, instalações hidráulicas e elétricas prediais, recuperações em vias de acesso, cercas, roçagem, capina de área verde, além de serviços como solda, tornearia, serralharia, mecânica industrial e outros serviços no contexto do sistema produtor.	14,46
Eletrotécnica Ltda. – EPP	Serviços técnicos especializados de rebobinamento e manutenção de motores elétricos verticais e horizontais e de moto-bombas submersíveis de poços tubulares profundos de água e sistema de esgotamento sanitário da CAESB, incluindo fornecimento e aplicação de peças, bem como outros serviços no contexto da atividade, no âmbito de atuação da CAESB.	1,48

Contratada	Objeto	Valor (em milhões de R\$)
Evoluti Tecnologia e Serviços Ltda.	Serviços de transporte e manejo de resíduos gerados pelos processos de Tratamento de Esgotos Sanitários e Produção de Águas.	11,79
Consórcio Águas Claras	Prestação de serviços de engenharia para localização, caracterização e retirada de irregularidades em 60.000 ligações de água no Distrito Federal.	6,30
Construtora Artec Ltda.	Serviços de manutenção corretiva, preventiva, emergencial e de adequação do sistema distribuidor de água potável, do sistema coletor de esgotos sanitários e os serviços de apoio à comercialização do Distrito Federal e outras áreas legalmente abrangidas pela CAESB.	45,75
Consórcio EMSA – MC	Serviços de manutenção corretiva, preventiva, emergencial e de adequação do sistema distribuidor de água potável, do sistema coletor de esgotos sanitários e os serviços de apoio à comercialização, do Distrito Federal e outras áreas legalmente abrangidas pela CAESB.	75,84
Consórcio CAENGE – ENGEMASA	Serviços de manutenção corretiva, preventiva, emergencial e de adequação do sistema distribuidor de água potável, do sistema coletor de esgotos sanitários e os serviços de apoio à comercialização, do Distrito Federal e outras áreas legalmente abrangidas pela CAESB.	95,70

Contratos de Arrecadação

A tabela a seguir apresenta a relação dos Contratos de Arrecadação dos quais a Cedente figurava como parte em 30 de setembro de 2009:

Contratos de Arrecadação			
Nº do Contrato	Agentes Arrecadores	Vigência	Data da Assinatura do Contrato
6346	Banco HBSC Bank Brasil S.A.	5 anos	08/08/2008
6550	Banco do Brasil S.A.	5 anos	30/09/2009
6561	Banco BRB - Banco de Brasília S.A.	5 anos	19/08/2009
6631	Banco Bradesco S.A.	5 anos	01/10/2009
6779	Caixa Econômica Federal S.A.	5 anos	02/05/2005
7113	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	5 anos	23/08/2006
7148	BANCOOBB - Banco Cooperativo do Brasil S.A.	5 anos	09/11/2006
7149	Banco Santander Brasil S.A.	5 anos	09/11/2006
7485	Banco da Amazônia S.A.	5 anos	28/03/2008
7494	Banco Itaú S.A.	5 anos	05/05/2008
S/N	Banco Mercantil do Brasil S.A.	5 anos	24/09/2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - Instrumento de Constituição do Fundo
- ANEXO II** - Regulamento
- ANEXO III** - Suplemento
- ANEXO IV** - Contrato de Cessão
- ANEXO V** - Súmula da Agência de Classificação de Risco
- ANEXO VI** - Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes
- ANEXO VII** - Demonstrações Financeiras da Cedente relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, com os respectivos Pareceres dos Auditores Independentes
- ANEXO VIII** - Informações Trimestrais relativas ao Período de Nove Meses Encerrado em 30 de setembro de 2009, com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

- 4 DEZ 941211

ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM S.A., sediada no Rio de Janeiro - RJ, na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 333.0001980-4, em 04.06.86, Carta Patente nº 9910756/86, de 27.05.86, neste ato representada por seus Gerentes Sr. Alexandre Alves de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de NITERÓI - RJ, inscrito no CPF sob o nº 955.093.057-20, portador da carteira de identidade nº 07.729.379-3 IFP-RJ e Sra. Maristela Amorim dos Santos, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CPF sob o nº 833.332.587-49, portadora da carteira de identidade nº 04.837.348-4 - DETRAN/RJ, solicita a V.Sª. se digne providenciar a competente **averação do registro anterior**, processado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o nº 935477.

E através deste instrumento vem retificar, por decisão administrativa, o Instrumento Particular de Constituição (Regulamento) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.225.344/0001-15.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2009

3ºRTD-RJ-Reg. nº 941211
Emolumentos R\$ 231,89
Distribuidor R\$ 12,55
Módulo Acólito R\$ 8,72
Folha (Lindar/Funper) R\$ 71,84
Total R\$ 325,00



BB GESTÃO DE RECURSOS - DTVM S.A.

ALEXANDRE ALVES DE SOUZA
GERENTE EXECUTIVO

MARISTELA AMORIM DOS SANTOS
GERENTE DE DIVISÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que o presente documento acha-se
avariado a margem do Registro original feito neste Ofício, no
Livro... 52... sob o n.º de ordem... 93339
e Protocolado sob o n.º 935477
em 09.10.09 RJ 04.12.09
3º Ofício de Regt. de Tít. e Documentos

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 523.º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número
protocolo e data apostos imediatamente. O QUE CERTIFICA

☐ Bo. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
☐ Mªlem Sant Ana Castelpoggi - 1.º Oficial Substituto
☒ Ricardo V. Mikuzinho Antunes - 2.º Oficial Substituto



RON32884



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RECEBIMOS
32.000.000
- 7 MAI 2010
957292
CASA DE CREDITO
PO BOX 100000 - 01000-000

REGULAMENTO

DO

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB"**

Datado de

06 de maio de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

ARQUIVADO EM 20/05/2020 10:17:01

Capítulo Um - Do Fundo	2
Capítulo Dois - Do Prazo de Duração do Fundo	2
Capítulo Três - Do Administrador e da Gestora	3
Capítulo Quatro - Das Responsabilidades, Obrigações e Vedações do Administrador	5
Capítulo Cinco - Da Custódia, Controladoria dos Ativos do Fundo	10
e da Prestação de Serviços ao Fundo	10
Capítulo Seis - Do Objetivo do Fundo e da Política de Investimento,	11
de Composição e de Diversificação da Carteira	11
Capítulo Sete - Dos Fatores de Risco	14
Capítulo Oito - Dos Direitos Creditórios Cedidos e Critério de Elegibilidade	26
Capítulo Nove - Dos Procedimentos de Arrecadação	26
e Entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo	26
Capítulo Dez - Da Taxa de Administração e Encargos do Fundo	28
Capítulo Onze - Das Cotas e da Amortização e Resgate das Cotas	30
Capítulo Doze - Da Emissão, Integralização e do Valor das Cotas	32
Capítulo Treze - Do Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Cotistas	35
Capítulo Quatorze - Do Registro da Distribuição e Negociação das Cotas	35
Capítulo Quinze - Da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	35
Capítulo Dezesesseis - Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação	37
Capítulo Dezesete - Da Ordem de Alocação de Recursos	42
Capítulo Dezoito - Dos Procedimentos e dos Custos Referentes	43
à Cobrança dos Ativos do Fundo	43
Capítulo Dezenove - Da Assembleia Geral	44
Capítulo Vinte - Das Demonstrações Financeiras	47
Capítulo Vinte e Um - Do Patrimônio Líquido	47
Capítulo Vinte e Dois - Da Publicidade e da Remessa de Documentos	48
Capítulo Vinte e Três - Da Classificação de Risco	49
Capítulo Vinte e Quatro - Das Disposições Finais	50
ANEXO I - DEFINIÇÕES	51
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	62
ANEXO III - SUPLEMENTO DAS COTAS SENIORES	76

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-7 MAI 1957292

ARQUIVO GERAL DO MICROFILME
SIN 97 157292-0001-01

REGULAMENTO DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB"

CAPÍTULO UM - DO FUNDO

Artigo 1º O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB ("Fundo") é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões, iniciados em maiúsculas, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I - Definições deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, exceto se de outra forma definidos neste Regulamento.

Parágrafo Segundo Serão levados a registro em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, (i) o Regulamento, no prazo de até 10 (dez) dias contado de sua aprovação pelo Administrador, e (ii) as eventuais alterações ao Regulamento que venham a ser realizadas, no prazo de até 10 (dez) dias contado de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando da amortização integral de suas cotas, sendo, uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos Creditórios, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo Seis deste Regulamento.

Artigo 3º As Cotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação em vigor.

CAPÍTULO DOIS - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O prazo de duração do Fundo inicia-se na Data de Emissão das Cotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta meses) contados a partir da Data de Emissão destas, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último ("Prazo de Duração"), podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste regulamento ou por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo e no Artigo 60º.

Parágrafo Primeiro Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo O término do Prazo de Duração não afetará o cumprimento das obrigações do Fundo que tenham se tornado exigíveis até o último dia daquele, inclusive.



CAPÍTULO TRÊS - DO ADMINISTRADOR E DA GESTORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Pr. Quinze de Novembro, 20 Ed Bolsa V - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69 (o "Administrador").

Parágrafo Primeiro O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, em especial as da CVM; (ii) deste Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários de diligência, lealdade, informação e preservação dos direitos dos Cotistas.

Parágrafo Segundo O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos de titularidade do Fundo.

Parágrafo Terceiro Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, poderá:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos (i) Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) Ativos Financeiros, ou a execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado (i) aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas; e
- (c) constituir procuradores, inclusive para fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes

de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.



Artigo 6º O Administrador poderá, mediante aviso aos Cotistas na forma prevista neste Regulamento, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis contados da referida convocação, para decidir entre: (i) a substituição do Administrador e definição de seu substituto (o "Administrador Substituto"), e/ou (ii) a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM 356, observado o quorum de deliberação estabelecido na alínea (b), do Parágrafo Primeiro, do Artigo 63º deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro Na hipótese de a Assembleia de que trata o *caput* deste Artigo (i) não nomear Administrador Substituto, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, em primeira e segunda convocação, para tanto, o Administrador deverá dar início ao processo de liquidação do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados, conforme o caso: (a) da data da realização da referida Assembleia Geral, ou (b) em a Assembleia Geral não sendo instalada, da data em que a mesma deveria ocorrer em segunda convocação, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove deste Regulamento.

Parágrafo Segundo Na hipótese de renúncia do Administrador e de nomeação de Administrador Substituto em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que o Administrador Substituto venha a lhe substituir integralmente, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral mencionada no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Terceiro Caso o Administrador Substituto (i) não aceite a designação para a função de administrador; ou (ii) não dê início às atividades de administração do Fundo o Administrador deverá dar início ao processo de liquidação antecipada, respectivamente, no dia útil imediatamente subsequente: (a) àquele em que tome ciência da referida recusa pelo Administrador Substituto; ou (b) ao decurso do prazo estabelecido no Parágrafo Segundo deste Artigo, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezenove deste Regulamento.

Artigo 7º Caso se determine em Assembleia Geral a substituição do Administrador, seja por renúncia deste ou não, o Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, em até 15 (quinze) dias úteis contados da data da aceitação da função pelo Administrador Substituto, colocar a disposição deste todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que o Administrador substituto possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia.



Parágrafo Primeiro O Custodiante deverá diligenciar para que todas as informações e documentos que estejam sob sua responsabilidade sejam entregues ao Administrador, de forma que este possa atender o prazo estabelecido no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Segundo Nas hipóteses de substituição do Administrador e/ou de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das normas e dispositivos que regem a responsabilidade do próprio Administrador.

Artigo 8º Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme ato declaratório nº 5.805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, neste ato representada na forma de seu contrato social, contratada nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356 (a "Gestora").

Parágrafo Primeiro A Gestora deverá desempenhar as atividades a seguir em conformidade com as disposições do presente Regulamento e da regulamentação aplicável da CVM:

- (a) gestão dos Ativos do Fundo; e
- (b) instrução ao Administrador da prática de quaisquer outros atos relativos à gestão do Fundo e permitidos pelas leis e regulamentações aplicáveis, em qualquer caso nos termos do Artigo 15º abaixo.

Parágrafo Segundo Pela prestação dos seus serviços, a Gestora terá direito a uma parcela da Taxa de Administração, a título de remuneração, a ser deduzida da Taxa de Administração e paga diretamente pelo Administrador.

CAPÍTULO QUATRO - DAS RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Artigo 9º As atribuições do Administrador são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356, e toda e qualquer outra obrigação do Administrador prevista na Instrução CVM 356, incluindo, sem limitação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Cotistas;



- (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Cotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante, dos Bancos Arrecadores Master, dos Agente Arrecadores ou do Banco Centralizador, observado o disposto no Contrato de Custódia e nos Contratos de Arrecadação;
- (c) entregar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, anualmente, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada ano civil, no periódico no qual o Fundo publica suas informações, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Cotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- (e) colocar à disposição dos Cotistas em sua sede e dependências e nas instituições que distribuam Cotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no Capítulo Vinte deste Regulamento;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) garantir o perfeito cumprimento da Política de Investimentos do Fundo, conforme exposto no Capítulo Seis deste Regulamento;



- (j) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;
- (k) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas, dos Contratos de Arrecadação e do Contrato de Distribuição;
- (l) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluam, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Cotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Cotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas; e (iii) o fornecimento aos Cotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante após realizada a auditoria anual:
 - (i) extratos das Contas Autorizadas do Fundo;
 - (ii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
 - (iv) o Relatório de Emissão de Contas de Água e Esgoto e Constituição de Direitos Creditórios Cedidos e Relatório de Transferência de Direitos Creditórios; e
 - (v) informações preparadas pelos Bancos Arrecadores Master nos termos dos Contratos de Arrecadação.
- (o) informar imediatamente a Agência de Classificação de Risco acerca:
 - (i) da substituição do Administrador, do Custodiante ou da Empresa de Auditoria;



- (ii) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação;
- (iii) da celebração de alteração a este Regulamento, e aditamentos ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas e aos Contratos de Arrecadação;
- (p) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras do Fundo à Agência de Classificação de Risco;
- (q) providenciar o registro deste Regulamento e de suas eventuais alterações, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1º deste Regulamento;
- (r) notificar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas do Fundo, imediatamente da sua ciência de tal fato; e
- (s) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Bancos Arrecadores Master, Banco Centralizador, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos Creditórios que possam afetar o repasse da Quantidade Mínima Mensal e/ou Quantidade Extraordinária, se aplicável, requerer o imediato direcionamento dos recursos ou Direitos Creditórios para a Conta Centralizadora.
- (t) Cumprimento de todas as obrigações a ele referentes, assumidas no Contrato de Cessão;

Parágrafo Único Na hipótese prevista na alínea (r) do *caput* deste Artigo os Cotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 61º abaixo, para deliberar em Assembleia Geral sobre o tema previstos na referida alínea (r).

Artigo 10º É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.



Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) à (c) do *caput* abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas, exceção feita aos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 11º É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, inclusive quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Cotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se, com recursos do Fundo, de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e/ou neste Regulamento;
- (f) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) prometer rendimentos predeterminados aos Cotistas;
- (h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (j) locar, emprestar, empenhar ou caucionar, a qualquer título, os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros, no todo ou em parte, inclusive quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;
- (k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (l) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com este Regulamento.



Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por titulares de Cotas Seniores nos termos do Capítulo Dezenove, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo, celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, observado o aqui disposto.

Artigo 12º O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo previsto na alínea (j) do Artigo 9º, enviá-lo à CVM, mantê-lo à disposição dos Cotistas, bem como submetê-lo à auditoria independente anual.

CAPÍTULO CINCO - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO

Artigo 13º O BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira, com sede em Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, foi contratado pelo Administrador para realizar os serviços de custódia qualificada, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, observado o disposto nos Parágrafos abaixo e as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro O Fundo e a Cedente contrataram os Bancos Arrecadores Master para a prestação dos serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto e repasse ao Banco Centralizador do produto da arrecadação dos Direitos Creditórios, por meio dos Contratos de Arrecadação, nos quais os Bancos Arrecadores Master deverão: (i) receber o pagamento dos Direitos Creditórios efetuados pelos Usuários; e (ii) transferir para a Conta Centralizadora integralmente os valores recebidos pelos Bancos Arrecadores Master. O Banco Centralizador, após verificação: (i) do adimplemento de todas as obrigações financeiras mensais decorrentes dos Contratos de Financiamento CAESB, (ii) de que as contas reservas relacionadas aos respectivos Contrato de Financiamento CAESB possuem recursos suficientes para a cobertura do número de encargos mensais estabelecidos nos referidos contratos, deverá transferir para as Contas Autorizadas do Fundo os Direitos Creditórios Cedidos necessários para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou Quantidade Extraordinária, observadas as disposições do Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo Até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação, o montante dos Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Mensal serão transferidos pelos Bancos Arrecadores Master para a Conta Centralizadora e, em seguida, o montante dos Direitos Creditórios Cedidos deverá ser transferido pelo Banco Centralizador às Contas Autorizadas do Fundo, na medida em que se atenda à Quantidade Mínima Mensal e/ou à Quantidade Extraordinária.



Parágrafo Terceiro Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência do Administrador, aceita a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositária, a guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios. A Cedente obrigou-se, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretroatável, a manter os Documentos Comprobatórios sob a sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, responsabilizando-se por sua guarda em nome do Fundo, pelo prazo exigível pela legislação fiscal contado da data de emissão das Contas de Água e Esgoto, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, ou a quem este indicar no prazo de até 03 (três) Dias Úteis, da data de solicitação nesse sentido, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais). A Cedente não fará jus a qualquer remuneração em virtude da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, nos termos acima descritos.

Parágrafo Quarto Nos termos do artigo 38, parágrafo 3, da Instrução CVM nº 356, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios; (ii) a expressiva diversificação dos respectivos devedores; (iii) o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios;

CAPÍTULO SEIS - DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 14º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a "Política de Investimento e Composição da Carteira").

Parágrafo Primeiro O Fundo buscará, mas não garante atingir, um parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores a ser definido em coleta de intenções de investimento conduzida perante Investidores Qualificados ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo correspondente à taxa média diária do Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. -- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DP" e "CETIP", respectivamente), acrescida de um *spread* máximo de 3,50% (três inteiros e cinco décimos por cento) ("Parâmetro de Rentabilidade"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* constará do Suplemento a este Regulamento.



Parágrafo Segundo O Parâmetro de Rentabilidade das Cotas Seniores não poderá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Cotistas.

Parágrafo Terceiro Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Cotas Subordinadas.

Parágrafo Quarto Para fins do disposto na Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a Política de Investimento e Composição da Carteira do Fundo, descrita neste Capítulo, de forma a caracterizar o investimento das Cotas do Fundo como de longo prazo. No entanto, tal fato não deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação ou garantia do Administrador aos Cotistas.

Artigo 15º O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da Data de Emissão de Cotas Seniores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios ("Disponibilidades"), em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (considerados em conjunto "Ativos Financeiros"):

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (c) operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados nos itens a e b deste Artigo 15º.

Parágrafo Primeiro Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo Segundo As aplicações realizadas no Fundo de acordo com este Capítulo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, de suas respectivas Partes Relacionadas, do Custodiante, da Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Terceiro O Fundo não poderá realizar operações nas quais o Administrador atue na condição de contraparte do Fundo.

Artigo 16º O Fundo não poderá realizar:

- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados a variação cambial;



- (b) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- (c) operações com derivativos.

Artigo 17º O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Usuários ou pela correta constituição, e, quando constituídos, existência, pela liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Cedidos.

Parágrafo Único Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e do Custodiante em colocar em prática a Política de Investimento e Composição da Carteira delineada neste Regulamento, o Administrador e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento dos Direitos Creditórios, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Artigo 18º Com relação aos Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, o Administrador deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Regulamento e no Contrato de Cessão:

- (a) o total de Direitos Creditórios Cedidos relativos a um mesmo Usuário, pode representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Não se aplica ao Fundo a possibilidade de extrapolação de limite de concentração estabelecida no Parágrafo 1º do Artigo 40-A da Instrução CVM 356, no que se refere à concentração de títulos de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira e respectivas Partes Relacionadas, bem como de títulos de emissão do Tesouro Nacional, no Patrimônio Líquido do Fundo.
- (b) o total dos demais Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (c) Não há limite de concentração para investimento em títulos de emissão do Governo Federal.

Artigo 19º Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas a prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 20º Os percentuais de composição, limites e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.



CAPÍTULO SETE - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 21º Os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas. Antes de adquirir Cotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá ocasionar perdas ao Fundo e/ou aos Cotistas, hipóteses em que a Cedente, o Administrador, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 22º As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, de suas respectivas Partes Relacionadas, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 23º Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo destacam-se, de forma não exaustiva, os abaixo relacionados:

- (i) **Não existência de seguro da performance da Cedente.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social, ou seja, cuja existência depende do cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela Cedente perante o Devedor. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviços de saneamento básico aos Usuários, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios Cedidos. O Fundo somente procederá a amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam devidamente pagos, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão nas datas programadas, total ou parcialmente. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (ii) **Modalidade de investimento sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento complexa. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, eventos de



amortização das Cotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo e podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

- (iii) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Cotas é (i) o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) a liquidação dos demais Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas.
- (iv) **Amortização e resgate condicionado das Cotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios Cedidos, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Desta forma, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (v) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (vi) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os Ativos Financeiros, incluindo os Direitos Creditórios Cedidos, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior



à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado em relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado do próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade.

- (vii) **Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Cotas nas hipóteses previstas no Artigo 54º (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (viii) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente, o Custodiante, a Gestora e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.
- (ix) **Descasamento de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros com diferentes formas de valorização. Considerando-se que a valorização das Cotas Seniores será definida na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, a Gestora e as respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.



- (x) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e condições de mercado. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Cotas. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
- (xi) **Ausência de notificação aos Usuários.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação (comunicação) prévia aos Usuários, não havendo estes sido instruídos para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Desta forma, existe a possibilidade dos devedores efetuarem pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos diretamente à Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- (xii) **Rebaixamento na Classificação de Risco das Cotas Seniores.** A classificação de risco atribuída às Cotas Seniores baseou-se, entre outros fatores, na atual condição da Cedente, de sua carteira de recebíveis e nas informações presentes nos Documentos da Operação. A classificação de risco é revista trimestralmente e não existe garantia de que permanecerá inalterada durante o prazo de duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, os titulares de Cotas Seniores poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Cotas Seniores no mercado secundário.

Artigo 24º Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios Cedidos destacam-se, de forma não taxativa:

- (i) **Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Cedidos.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, os Cotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- (ii) **Risco de crédito dos Usuários, em virtude da não existência de cobrança ou garantia da Cedente pela solvência dos Usuários e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente terá responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, não assumindo a Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Usuários. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos depende exclusivamente do efetivo pagamento destes



pelos Usuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Usuários. O Administrador somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Usuários, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Considerando que os Direitos Creditórios são a exclusiva fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Usuários, dos Direitos Creditórios Cedidos poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes a suas Cotas.

- (iii) **Necessidade de aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia Geral. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, ele somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros, caso os Cotistas Seniores aportem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, na forma prevista no Capítulo Dezoito. Caso quaisquer dos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, o Administrador e a Gestora não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Cotistas.
- (iv) **Regularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.** Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. A guarda dessa documentação pelo Custodiante pode representar uma limitação ao Fundo, em termos de verificação da origem e formalização dos Direitos Creditórios. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência do Administrador, aceita a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. Nos termos do artigo 13, parágrafo 4º e 5º do Regulamento, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. Dessa forma, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cujos documentos apresentem irregularidade, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.



- (v) **Riscos Operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios para a Cedente.** O envio das Contas de Água e Esgoto pela Cedente, o recebimento, pelos Bancos Arrecadores Master, do pagamento das Contas de Água e Esgoto, a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Mensal para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo, a troca de informações entre os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador, o Administrador, a Gestora e o Custodiante, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão.
- (vi) **O Fundo pode ser obrigado a recorrer a outras instituições arrecadoras para que a Quantidade Mínima Mensal seja atingida.** Os Direitos Creditórios Cedidos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master podem não ser suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal. Nesta hipótese, o Fundo deverá notificar outras instituições financeiras que prestam serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, para firmar o respectivo aditamento ao Contrato de Arrecadação e transferir os recursos equivalentes a Quantidade Extraordinária para a conta corrente de titularidade do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador. Nesta hipótese, os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento podem vir a sofrer atrasos, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (vii) **A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente, bem como uma redução no faturamento da Cedente, pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.** A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A Cedente é parte em diversos contratos de empréstimo e de financiamento de obras de saneamento básico nos quais empenhou, e/ou vinculou parte da receita decorrente da exploração dos Serviços de Saneamento como forma de garantir os pagamentos devidos sob tais contratos, dentre tais, a CAESB possui Contratos de Financiamento: com a União (STN); com o BNDES e com a Caixa Econômica Federal.

Nos contratos firmados com a União, a Cedente deu em garantia, depositados em uma conta denominada "Conta Vinculada à União", um total de 24% (vinte e quatro por cento) do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto até o limite do saldo devedor total atualizado (R\$123.981.470,90 em 30 de setembro de 2009) dos referidos contratos, além de ter se obrigado a observar um fluxo mensal mínimo de 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às dívidas garantidas. Em caso de inadimplemento





ou vencimento antecipado destes contratos, é assegurada à União Federal a prioridade na execução da garantia constituída pelo fluxo de arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e a União Federal, diretamente ou por meio da CAIXA, na qualidade de agente financeiro da União Federal, está contratualmente autorizada, por meio de mandato outorgado pela Cedente, a efetuar a retenção do montante depositado na Conta Vinculada à União até o limite de 24% (vinte e quatro por cento) da Receita Arrecadada e transferi-lo à União.

Nos Contratos firmados com a CAIXA, a Cedente vinculou parte da Receita Arrecadada ("Receita Vinculada Caixa"), correspondente as 3 parcelas seguintes destes Contratos, para garantir as obrigações decorrentes desses contratos. Em caso de inadimplemento das obrigações desses contratos e/ou insuficiência nas Contas Reservas Caixa de recursos para suprir 3 (três) vezes o encargo mensal composto, na fase de carência, por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e na fase de amortização, pelo principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível de cada contrato, o saldo depositado nas Contas Arrecadoras Caixa serão bloqueados para atendimento das exigibilidades dos Contratos bem como a recomposição das Contas Reservas Caixa. O saldo devedor total das operações contratadas junto à Caixa em 30 de setembro de 2009 é de R\$ 145.830.202,50 (cento e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos com estes parâmetros de vinculação é de R\$ 1.575.584,33 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos).

A Cedente possui ainda um contrato de financiamento com a CAIXA no valor de R\$ 40.000.000,00, contratado em 06 de janeiro de 2009 e vencimento em 06 de julho de 2012, em fase de carência de amortização e obrigação de caução de 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal, cujo valor de parcela mensal estimada é de R\$ 1.371.803,60 (um milhão trezentos e setenta e um mil, oitocentos e três reais e sessenta centavos). Portanto, a estimativa de oneração da receita mensal para fazer frente à garantia ora concedida é de R\$ 1.783.345,00 (um milhão setecentos e oitenta e três e trezentos e quarenta e cinco reais).

Nos contratos firmados com o BNDES, a Cedente vinculou em garantia do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos um total de 15% (quinze por cento) da Receita Arrecadada, montante este que poderá ser retido na ocorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CAESB e se o saldo da Conta Reserva vinculada aos financiamentos tiverem saldo inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 5 (cinco) meses seguintes. O saldo devedor das operações contratadas com o BNDES é de R\$ 38.767.748,00 (trinta e oito milhões setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e quarenta e oito reais) em 30 de setembro de 2009 e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos é de R\$ 948.584,55 (novecentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).



No caso de liquidação antecipada do Fundo e de declaração, pela União Federal, por intermédio da CAIXA, do vencimento antecipado dos contratos, de inadimplemento nos Contratos com o BNDES e com a CAIXA, pode-se chegar a uma situação em que, tanto a União Federal, o BNDES e a CAIXA quanto o Fundo, demandem os recursos depositados na Conta Centralizadora mantida pela Cedente no BRB - Banco de Brasília S.A. Nessa hipótese, a CAIXA, na qualidade de Banco Arrecadador Master, Agente Financeiro da União Federal, e inclusive credora da Cedente, poderá estar diante de um potencial conflito de interesse, pois teria poderes para bloquear recursos para satisfazer créditos da titularidade da União Federal (em vista do mandato outorgado à CAIXA, que é anterior à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo), ao mesmo tempo em que, como Banco Arrecadador Master, deve realizar o repasse da arrecadação para a Conta Centralizadora e posterior transferência dos recursos arrecadados para as Contas Autorizadas do Fundo. O mesmo ocorre com o BRB - Banco de Brasília, na qualidade de Banco Centralizador e depositário das garantias vinculadas aos Contratos com o BNDES.

Além disso, uma eventual redução no faturamento da Cedente resultará na diminuição do fluxo de recursos disponíveis para a liquidação antecipada das obrigações da Cedente com relação ao Fundo. Assim, tanto a ocorrência de conflito de interesses entre credores da Cedente descrito neste Fator de Risco, como a redução do faturamento da Cedente podem resultar em atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

- (viii) **Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos de Titularidade do Fundo.** Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos serão recebidos diretamente nas Contas Arrecadoras Master e, posteriormente, transferidos para (i) a Conta Centralizadora; e (ii) para as Contas Autorizadas do Fundo.

Os valores depositados nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, serão transferidos para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo pelos Bancos Arrecadores Master, pelos Agentes Arrecadores e pelo Banco Centralizador, respectivamente, em até 02 (dois) dias úteis do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Bancos Arrecadores Master, dos Agentes Arrecadores e do Banco Centralizador de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas Arrecadoras Master, Contas Arrecadoras e Conta Centralizadora, caso haja inadimplemento dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e/ou do Banco Centralizador no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta Centralizador e/ou para as



Contas Autorizadas do Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e/ou do Banco Centralizador de suas obrigações acima descritas.

A conciliação dos valores depositados pelos Usuários nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta Centralizadora e para as Contas Autorizadas do Fundo, respectivamente, serão realizadas pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores. Caso os Usuários prestem informações incorretas ou imprecisas aos Bancos Arrecadores Master e/ou aos Agentes Arrecadores, poderá haver conciliação e transferência incorretas de valores à Conta Centralizadora e às Contas Autorizadas do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

Ademais, em caso de substituição dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores os novos arrecadores contratados serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos na Conta Centralizadora. Em caso de alteração do Custodiante, e/ou das Contas Autorizadas do Fundo, os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos na nova conta do Fundo. Não há garantia de que os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador e/ou os novos arrecadores contratados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente nas Contas Autorizadas do Fundo, ou, conforme o caso, na nova conta do fundo, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Bancos Arrecadores Master, Agentes Arrecadores, Banco Centralizador ou o Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Adicionalmente, (i) os Bancos Arrecadores Master, de acordo com os termos dos Contratos de Arrecadação, e (ii) os Agentes Arrecadores, caso venham a ser notificados para tanto nos termos do Contrato de Cessão, devem observar os prazos estabelecidos nos respectivos documentos para efetuar a transferência dos valores devidos ao Fundo e à Cedente e depositá-los na Conta Centralizadora. Em caso de inobservância dos referidos prazos, o mecanismo de aplicação das penalidades contratuais ali estabelecido não é automático, o que pode causar dificuldades ao Fundo para aplicar as penalidades contratuais cabíveis.

- (ix) **Da competência de cobrança das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos.** Nos termos do Contrato de Cessão, a cobrança extrajudicial e



judicial das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos de responsabilidade da Cedente. Assim, em caso de inadimplemento das referidas Contas de Água e Esgoto o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos a elas relativo dependerá da ação direta da Cedente. O Fundo não terá qualquer tipo de ingerência formal ou faculdade de exigir que a Cedente atue com celeridade na cobrança dos créditos ou dê prioridade na execução das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos, ou mesmo de interferir no grau de eficiência da atuação dessa.

- (x) **Risco de Sistemas.** Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedente, Custodiante e Administrador do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Artigo 25º Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- (i) **A ADASA poderá extinguir a concessão por motivo de interesse público ou caso a Cedente não cumpra quaisquer de suas obrigações contratuais.** A prestação dos serviços públicos de saneamento básico depende de concessão específica do poder público. Em 23 de fevereiro de 2006, a Cedente celebrou com a ADASA o Contrato de Concessão que regula a exploração do serviço público de saneamento básico para toda a área do Distrito Federal. O referido contrato vigorará até 21 de maio de 2032. Nos termos do Contrato de Concessão, a ADASA poderá extinguir a concessão antes de seu termo final, em caso de relevante interesse público superveniente, mediante autorização legislativa (encampação), ou caducidade, no caso de descumprimento das obrigações previstas no Contrato de Concessão, devendo indenizar a concessionária, em razão da extinção antecipada da concessão, pelos investimentos feitos e ainda não amortizados. Não se pode assegurar que o Distrito Federal ou a ADASA não extinguirão a concessão da Cedente. O exercício dos direitos de extinção da concessão afetará adversa e substancialmente os negócios da Cedente, seu fluxo de caixa, seu resultado operacional e a sua capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.
- (ii) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo e de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.



- (iii) **O desempenho financeiro será adversamente afetado caso a Cedente não seja capaz de aumentar as tarifas cobradas dos clientes de acordo com as variações da inflação e das suas despesas operacionais, incluindo tributos.** O resultado operacional e situação financeira da Cedente dependem essencialmente da capacidade de fixar e cobrar tarifas adequadas pelos serviços prestados. Em que pese a liberdade da Cedente para definir as tarifas dos seus serviços nos municípios que atende, a fixação dessas tarifas está sujeita a certas restrições legais e políticas. Nos termos dos contratos de concessão que a Cedente firmou com determinados municípios, as tarifas devem ser fixadas de acordo com estudo técnico de viabilidade econômico-financeira, podendo ser reajustadas, nos termos da regulamentação vigente, sempre que o equilíbrio econômico-financeira do contrato estiver prejudicado. Ademais, a Cedente submete ao Governador do Distrito Federal as novas tarifas que pretende praticar, embora não esteja obrigada por lei a proceder de tal forma. A Cedente continuará a depender das receitas provenientes da cobrança de tarifas, entre outras coisas, para custear seu programa de investimentos e atender suas necessidades de serviço da dívida. A Cedente está atualmente realizando estudos para modificar a sua política tarifária que deverá resultar em um plano com alternativas de transição da atual para uma nova estrutura tarifária. Entretanto, a Cedente não terá como assegurar quando e se uma nova política tarifária será implantada ou, ainda, se a implementação de uma nova política tarifária corresponderá às expectativas da Cedente. Qualquer restrição quanto à fixação ou manutenção de tarifas compatíveis com essas e outras necessidades da Cedente poderá afetar adversamente o resultado operacional e a situação financeira da Cedente.
- (iv) **A energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Eventuais interrupções ou racionamento no fornecimento de eletricidade poderão causar efeito material adverso relevante sobre os negócios da Cedente e na originação de Direitos Creditórios Cedidos.** O uso de energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Em decorrência disso, a Cedente é uma das maiores usuárias de eletricidade do Distrito Federal, cujo consumo representa, aproximadamente, 5,63% (cinco inteiros, seis décimos e três centésimos por cento) do consumo do Distrito Federal, equivalente à 256.358.458 KWh. Interrupção no fornecimento da eletricidade e flutuações na sua tensão fornecida à Cedente causaram no passado e poderão causar no futuro, danos à operação dos sistemas de água e esgoto, afetando adversamente os negócios da Cedente. A ocorrência de interrupções ou reduções significativas no fornecimento de eletricidade (incluindo em virtude da adoção de programas de racionamento no consumo de energia elétrica) poderá afetar negativamente as operações da Cedente e a originação e a entrega de Direitos Creditórios Cedidos.
- (v) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal e estadual, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais e estaduais, bem como a diversas exigências de funcionamento



relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despende recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, em decorrência da legislação ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de atuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade operacional de a Cedente fornecer os serviços de saneamento básico em virtude de atuações ambientais poderá comprometer a constituição dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

- (vi) **Tendo em vista que a Cedente não possui seguros que cubram todos os seus negócios, inclusive no tocante a aspectos ambientais, a ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente seu desempenho financeiro futuro e a capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos.** A Cedente não possui cobertura de seguro para interrupção da prestação de serviços ou para responsabilidades decorrentes de contaminação ou outros problemas envolvendo o fornecimento de água a seus consumidores. Ademais, a Cedente não possui seguro contra danos decorrentes do não cumprimento de leis e regulamentos de cunho ambiental relacionados com seus serviços e operações. Desse modo, qualquer interrupção contínua nos negócios ou danos decorrentes do não cumprimento das normas ambientais poderão causar um efeito material adverso no desempenho financeiro futuro da Cedente e na sua capacidade de constituição dos Direitos Creditórios Cedidos.
- (vii) **Caso haja qualquer inadimplemento da Cedente relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o repasse do montante a ser direcionado às Contas Autorizadas do Fundo poderá ser afetado.** Na hipótese de ocorrer qualquer inadimplemento relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o fluxo financeiro observado na Conta Centralizadora poderá ser insuficiente para o atendimento das obrigações financeiras da Cedente nos referidos contratos e no atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária.
- (viii) **Risco de não originação dos Direitos Creditórios.** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão originados pela Cedente no futuro. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditórios pela Cedente contra os Usuários. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Cedente na prestação dos Serviços de Saneamento Básico, o que pode afetar negativamente ou impossibilitar a originação dos Direitos Creditórios pela Cedente, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas Sêniores está sujeita à liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou dos Ativos Financeiros.



- (ix) **Impenhorabilidade de certos ativos da Cedente utilizados na prestação do serviço.** A legislação aplicável dispõe que os bens da Cedente, que sejam essenciais para a prestação dos serviços de Saneamento Básico, devem ser revertidos ao Poder Concedente ao fim da respectiva concessão, não sendo passíveis de penhora ou execução judicial. Assim, no caso de inadimplemento da Cedente de suas respectivas obrigações constantes do Contrato de Cessão ou de outros contratos e documentos relativos ao Fundo de que são partes, parte dos bens que compõe os ativos da Cedente não poderá ser utilizada para satisfazer os direitos do Fundo ou dos Cotistas à indenização.

CAPÍTULO OITO - DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

Artigo 26º São considerados direitos creditórios elegíveis para aquisição pelo Fundo a totalidade dos Direitos Creditórios excetuando-se os Direitos Creditórios Onerados.

Parágrafo Primeiro O procedimento de cobrança e pagamento dos serviços de saneamento básico prestados pela Cedente será, basicamente, o mesmo para todas as categorias de Usuários dos referidos serviços. O faturamento de água e esgoto baseia-se no uso da água, determinado por leituras mensais de hidrômetros. O faturamento de esgoto é incluído nas Contas de Água e Esgoto e toma por base a leitura dos hidrômetros. Todas as Contas de Água e Esgoto são entregues em bases mensais diretamente aos Usuários, principalmente por intermédio de contratadas autônomas que são também responsáveis pelas leituras dos hidrômetros. O pagamento das Contas de Água e Esgoto é efetuado, atualmente, por meio dos Bancos Arrecadores Master e por Agentes Arrecadores e por meio de débito automático em conta corrente. Os Usuários devem pagar suas Contas de Água e Esgoto até a data de vencimento. O inadimplemento do pagamento das Contas de Água e Esgoto implica na incidência de multa e juros com relação aos pagamentos de contas em atraso.

Parágrafo Segundo A Cedente é responsável pela originação, existência e correta formalização, pela liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Artigo 27º Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios descritos no Artigo 26º acima, que, para os fins deste Regulamento, são considerados como tendo atendido aos Critérios de Elegibilidade.

CAPÍTULO NOVE - DOS PROCEDIMENTOS DE ARRECADAÇÃO E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS AO FUNDO

Artigo 28º Os direitos creditórios oriundos das Contas de Água e Esgoto serão arrecadados de acordo com os Contratos de Arrecadação, nos termos dos quais a Cedente e o Fundo contrataram os Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores para a prestação dos serviços de arrecadação das Contas



de Água e Esgoto em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários, e integralização dos pagamentos para a Conta Centralizadora. O Custodiante identificará nas contas mantidas nos Bancos Arrecadores Master e/ou Agentes Arrecadores quais direitos creditórios serão cedidos ao Fundo e, em seguida, comunicará ao Banco Centralizador que deverá realizar o repasse dos Direitos Creditórios Cedidos para as Contas Autorizadas do Fundo, de modo a atender a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, se for o caso, observadas as disposições do Contrato de Cessão.

Parágrafo Primeiro Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a Quantidade Mínima Mensal objeto da Transferência Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, caso aplicável, serão (i) selecionadas do montante total da arrecadação das Contas de Água e Esgoto recebido pelos Bancos Arrecadores Master; (ii) depositadas na Conta Centralizadora; e (iii) repassada(s) pelo Banco Centralizador às Contas Autorizadas do Fundo, nos prazos estabelecidos na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, contados da Data de Emissão, e em cada mês subsequente até a Data de Resgate, durante o período que se inicia no primeiro dia útil.

Parágrafo Segundo Na hipótese de insuficiência do montante total da arrecadação das Contas de Água e Esgoto recebido pelos Bancos Arrecadores Master para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o Administrador, nos termos do Contrato de Cessão, enviará aos Agentes Arrecadores, notificação de solicitação de Relatórios de Arrecadação, elaborada nos moldes do Anexo VIII do Contrato de Cessão (a "Notificação de Solicitação de Relatórios"), para que estes entreguem ao Custodiante, até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento da referida notificação, seus respectivos Relatórios de Arrecadação, nos termos do Artigo 29º a seguir.

Artigo 29º A partir (i) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, os Bancos Arrecadores Master, e (ii) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento da Notificação de Solicitação de Relatórios, os Agentes Arrecadores, e até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, deverão enviar ao Custodiante e à Cedente o Relatório de Arrecadação. O Custodiante deverá verificar o Relatório de Arrecadação e selecionar os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo Primeiro No dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, ou até que as transferências de recursos sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, o Administrador, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante em relação aos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, deverá encaminhar (i) o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos aos Bancos Arrecadores Master, e à Cedente, e (ii) a Notificação de Solicitação de Transferência, elaborada nos termos do Anexo XI, aos Bancos Arrecadores Master, aos Agentes Arrecadores e ao Banco Centralizador (a "Notificação de Solicitação de Transferência"), informando os valores a serem transferidos para a Conta Centralizadora e, posteriormente, às Contas Autorizadas do



Fundo. Até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores deverão nos dias úteis imediatamente subsequentes ao do recebimento dos Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos transferir os recursos de titularidade do Fundo indicados pelo Custodiante das respectivas Contas Arrecadoras para a Conta Centralizadora, o Banco Centralizador por sua vez realizará o imediato repasse de tais recursos para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo a data de cada transferência doravante denominada de "Data de Transferência".

Parágrafo Segundo Até o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o saldo total das Contas Arrecadoras Master deverá ser transferido para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo, nas Datas de Transferência.

Parágrafo Terceiro Uma vez que (i) seja atingida a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária através das transferências de recursos realizadas no mês em questão; e/ou (ii) até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, o saldo da Conta Centralizadora será transferido em recursos imediatamente disponíveis, na mesma data prevista no Parágrafo Primeiro acima, para as Contas Autorizadas da Cedente, exceto se de outro modo determinado pelo Administrador.

Artigo 30º Na ocorrência de um Evento de Liquidação ou de um dos Eventos de Avaliação que seja considerado, por deliberação da Assembleia Geral, como um Evento de Liquidação, o Administrador deverá determinar ao Banco Centralizador que transfira da Conta Centralizadora para as Contas Autorizadas do Fundo o produto total dos Direitos Creditórios Cedidos arrecadados até que se atinja a Quantidade Extraordinária. Este procedimento perdurará até que o Banco Centralizador receba contra-ordem do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos, observado o disposto nos Contratos de Arrecadação.

Artigo 31º Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial e, conforme o caso, judicial, das Contas de Água e Esgoto inadimplentes.

CAPÍTULO DEZ - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32º O Administrador cobrará a Taxa de Administração correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido, a qual inclui a Taxa de Custódia e a remuneração da Gestora, sendo o valor mínimo da Taxa de Administração mensal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Emissão de Cotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data

1
4



de Emissão de Cotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Parágrafo Único A Taxa de Custódia, incidente sobre o Patrimônio Líquido será deduzida, mensalmente, da Taxa de Administração devida ao Administrador e corresponderá a 0,13% ao ano, tendo como piso mínimo mensal o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). A gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 0,08% ao ano sobre o Patrimônio Líquido, a ser calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês calendário.

Artigo 33º Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou a realização de Assembleia Geral;
- (h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (i) custos relativos à abertura e manutenção de contas em sistemas de liquidação e custódia autorizados pelo BACEN;
- (j) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco; e
- (k) despesas com a atualização do Prospecto e do presente Regulamento.



Parágrafo Primeiro Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, observado o disposto no Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Segundo As comissões devidas às instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Distribuição. A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

Artigo 34º Os valores correspondentes aos Encargos do Fundo devidos após a Data de Resgate das Cotas Seniores serão transferidos ao Administrador quando da liquidação do Fundo, cabendo a este a responsabilidade pelo seu pagamento nas datas devidas.

Artigo 35º O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada no Artigo 32º.

CAPÍTULO ONZE - DAS COTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

Artigo 36º As Cotas Seniores serão emitidas em uma única série.

Parágrafo Primeiro O Suplemento deverá conter as seguintes informações: (i) quantidade de Cotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária das Cotas Seniores (o "Suplemento").

Parágrafo Segundo O Parâmetro de Rentabilidade das Cotas Seniores será estabelecido no Suplemento de emissão, e as Cotas terão seu valor calculado com base no Artigo 43º a seguir.

Parágrafo Terceiro As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (c) seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43º; e



- (d) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponde a 1 (um) voto.

Parágrafo Quarto As Cotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Parágrafo Quinto Os valores de amortização e resgate das Cotas serão pagos aos Cotistas conforme os procedimentos previstos no Capítulo Treze, nos prazos estabelecidos no Suplemento.

Parágrafo Sexto Nos termos do Capítulo Dezoito, os Cotistas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de série de Cotas Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Cotas em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo Sétimo Para fins do disposto no artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, não haverá relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, não havendo, portanto, qualquer procedimento específico para observância pelo Fundo dessa relação.

Artigo 37º O Fundo emitirá 340 (trezentas e quarenta) Cotas Subordinadas, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Cotas Subordinadas;
- (b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas e deste Regulamento;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43º;
- (e) observado o disposto no Capítulo Dezenove, direito de voto restrito nas Assembleias Gerais;
- (f) a Cedente deverá subscrever novas Cotas Subordinadas, desde que solicitado pelo Administrador, para atender o disposto no Artigo 43º abaixo.

Artigo 38º Ressalvado o disposto na alínea (b) do Artigo 37º, as Cotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.



Artigo 39º As Cotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 54º e observado o disposto na alínea (a) do Artigo 37º.

CAPÍTULO DOZE - DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS COTAS

Artigo 40º As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma do Artigo 43º e Artigo 45º, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Cota de D + 0), via Sistema de Transferência de Recursos - STR, pela CETIP, para a Conta Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 41º A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista.

Parágrafo Primeiro Quando da emissão das Cotas no mercado primário, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, indicar um representante responsável, informar seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos deste Regulamento e, ainda, declarar sua condição de Investidor Qualificado.

Parágrafo Segundo O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Artigo 42º Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pelo Administrador, tampouco taxa de performance.

Artigo 43º A partir da Data de Emissão das Cotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil (a "Data de Cálculo"), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação, ou (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

VQS_t Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "t", já deduzido dos valores pagos a título de amortização das respectivas Cotas Seniores, no dia útil imediatamente anterior à data "t".



VQS_{t-1} Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, VQS_{t-1} é igual a R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Taxa DI_{t-1} Taxa DI referente ao dia útil anterior à data "t". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,5%, então Taxa DI_{t-1} = 16,5.

Spread Spread, na forma percentual, base 252 dias úteis, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding.

Parágrafo Primeiro Para fins de estimativa dos valores futuros da Taxa DI serão utilizadas as taxas de fechamento dos Contratos Futuros de Taxa DI, negociados na BM&FBOVESPA, na respectiva data de Cálculo.

Parágrafo Segundo No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Cotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo Terceiro Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Cotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior a última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, será utilizada (i) a taxa que vier a substituir a Taxa DI e, na inexistência desta, (ii) a Taxa Selic. No caso de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa Selic ou de sua substituta legal, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Cotas Seniores. Caso não haja acordo entre os titulares das Cotas Seniores, ou caso os titulares das Cotas Subordinadas não concordem com o parâmetro aprovado pelos titulares que representem 50% (cinquenta) por cento mais uma das Cotas Seniores em circulação, os titulares das Cotas Subordinadas poderão (i) vetar a adoção do referido parâmetro, o que fará com que o Administrador inicie os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) sugerir um novo parâmetro, bem como um novo cronograma de amortização das Cotas Seniores, por meio de envio de proposta para o Administrador no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da realização da Assembleia Geral, o qual deverá convocar nova Assembleia Geral para deliberação da proposta dos titulares das Cotas Subordinadas. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para Cálculo do valor das Cotas Seniores, a última taxa utilizada pelo Administrador, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da taxa aplicável.



Parágrafo Quarto Caso não haja acordo sobre a proposta dos titulares Subordinadas entre os titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Cotas Seniores em circulação, o Administrador procederá ao resgate antecipado da totalidade das Cotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral, utilizando-se a última taxa conhecida.

Parágrafo Quinto Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Cotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

Parágrafo Sexto Caso os recursos existentes nas Contas Autorizadas do Fundo não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Cotas Seniores no dia útil imediatamente anterior ao pagamento em questão, serão utilizados os recursos provenientes da subscrição das Cotas Subordinadas observado o disposto no Artigo 45º abaixo.

Artigo 44º Na Data de Emissão de Cotas Subordinadas, os recursos provenientes da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas deverão corresponder a no mínimo 7% (sete por cento) da totalidade das Cotas Seniores, observado que:

- (a) durante o Prazo de Duração, o montante de Cotas Subordinadas deverá corresponder, no mínimo, ao valor estimado para a amortização das Cotas Seniores do Período de Capitalização seguinte;
- (b) caso o Administrador utilize os recursos provenientes da subscrição das Cotas Subordinadas na hipótese prevista no Parágrafo Sexto do Artigo 43º acima, de modo que estes atinjam o montante mínimo estabelecido na alínea (a) deste Artigo, o Administrador deverá tomar as providências necessárias para que o montante das Cotas Subordinadas corresponda a, no mínimo, 110% (cento e dez por cento) do valor estimado para a amortização das Cotas Seniores subsequente.

Artigo 45º A partir da Data de Emissão de Cotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate, sendo que este será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Seniores em circulação, e deduzido das eventuais provisões de custos, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva Data de Cálculo.



CAPÍTULO TREZE - DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS COTISTAS

Artigo 46º Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Dezessete, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, na forma do Anexo III (Suplemento das Cotas Seniores), o Administrador deverá transferir as Disponibilidades depositadas na Conta Autorizada do Fundo aos titulares das Cotas, na conta corrente por estes indicadas no Boletim de Subscrição, em cada Data de Amortização ou na Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo Segundo Os recursos depositados na Conta Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador no dia útil anterior às respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 56º, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, observados os termos do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO QUATORZE - DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 47º As Cotas Seniores serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição primária e a custódia eletrônica das Cotas.

Artigo 48º As Cotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, através do SF - Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação financeira dos eventos e a custódia eletrônica das Cotas Seniores, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas Seniores do Fundo.

CAPÍTULO QUINZE - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 49º Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Parágrafo Primeiro Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apuração de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotista na sede da Instituição Administradora ou do Custodiante.



Parágrafo Segundo O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, cobrança e prazo.

Parágrafo Terceiro Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, estes serão registrados pelo seu valor de aquisição e acrescidos da variação percentual acumulada de 100% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, acrescida do spread da cota sênior ao ano, base 252 dias úteis.

Artigo 50º A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios Cedidos acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos da carteira do Fundo;
- (ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios Cedidos na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- (iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios Cedidos sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Parágrafo único Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no Parágrafo Segundo do Artigo 49º.

Artigo 51º As provisões e as perdas com Direitos Creditórios Cedidos ou com Ativos Financeiros serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100% (cem por cento).

Parágrafo Primeiro As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

Parágrafo Segundo O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou



- (ii) o valor apurado conforme o Artigo 43º acima.

Artigo 52º O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do Parágrafo Segundo do artigo anterior, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas.

Parágrafo Único O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório do valor dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO DEZESSEIS - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53º São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação"), qualquer das seguintes ocorrências:

- (a) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão, que não seja caracterizada como Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Cotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação, salvo nos casos onde existir previsão para prazos específicos diferenciados;
- (b) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da Cedente, de tal forma que impeçam ou afetem negativamente a cessão de Direitos Creditórios;
- (c) alteração na atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (d) atraso no recebimento do Relatório de Arrecadação, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- (e) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou participante, ainda que na qualidade de garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M (ou, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo). Para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em



moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no BACEN; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do BACEN; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda a vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

(f) caso a classificação de risco das Cotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a AA-, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;

(g) caso o Índice de Cobertura não seja atingido, quando do seu cálculo pelo Custodiante;

(h) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Contas de Água e Esgoto sem lastro e/ou em duplicidade;

(i) rescisão ou resilição de qualquer dos Contratos de Arrecadação, pela Cedente ou por qualquer Banco Arrecadador Master ou Agente Arrecadador, sem a prévia anuência do Fundo;

(j) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Cedente, em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não suspensa, cancelada ou garantida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir de sua intimação;

(k) protesto de títulos contra a Cedente, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Cedente, ou se for suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada pelo Cartório de Protestos competente para regularização do protesto;

(l) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra a Cedente que resulte(m), individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a



R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for suspensa, garantida ou paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) respectiva(s) decisão(ões) judicial(is);

- (m) verificação da inveracidade de qualquer declaração da Cedente descritos nos termos do Contrato de Cessão, exceto se tal inveracidade for sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada da inveracidade;
- (n) ocorrência de fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Cedente;
- (o) não observância dos parâmetros estabelecidos no Artigo 44 deste Regulamento; e
- (p) evidência de que tenha recaído sobre os Direitos Creditórios qualquer ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza.

Parágrafo Primeiro Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove deste Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Parágrafo Segundo Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos Parágrafos do Artigo 54º a seguir, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Parágrafo Terceiro Uma vez ocorrido um Evento de Avaliação, que corresponderá ao advento da cessão sob condição suspensiva e até que de outro modo autorizado em Assembleia Geral realizada nos termos deste Regulamento, (i) os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores deverão transferir imediatamente à Conta Centralizadora os Direitos Creditórios vincendos; e (ii) o Banco Centralizador deverá transferir às Contas Autorizadas do Fundo os respectivos Direitos Creditórios Cedidos, a partir da data da transferência mencionada no subitem (i) acima, em montante em Reais equivalente (a) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (b) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional ("Transferência Extraordinária"; "Quantidade Extraordinária" ou "Cessão sob Condição Suspensiva"). Os recursos ficarão depositados nas Contas Autorizadas do Fundo até que a Assembleia Geral decida se o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Liquidação.

Parágrafo Quarto Na hipótese de os Direitos Creditórios então existentes nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras serem insuficientes para atender a



Transferência Extraordinária em uma única data, deverão ser realizadas sucessivas Transferências Extraordinárias nas datas imediatamente subsequentes, até que o montante estabelecido na Cláusula 2.1.2 do Contrato de Cessão seja cumprido, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados.

Artigo 54º São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei, em concessões de titularidade da Cedente que, individualmente ou não, representem mais de 30% (trinta) por cento da Receita Operacional Líquida da Cedente, verificado pelo Administrador, a cada 3 (três) meses, com base nas informações trimestrais da Cedente do mesmo período do exercício anterior;
- (b) adoção pela Cedente ou em face dela de qualquer procedimento análogo à falência, recuperação judicial ou extrajudicial nos termos da legislação aplicável à Cedente, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (c) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- (d) alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Cedente que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios;
- (e) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- (f) caso os Cotistas reunidos em Assembleia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (g) caso quaisquer dos titulares das Cotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito deste Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (h) caso o titular das Cotas Subordinadas não aprovar o novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 43º deste Regulamento;
- (i) caso os titulares das Cotas Seniores não aprovem a proposta dos titulares das Cotas Subordinadas quanto ao novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores, conforme o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 43º deste Regulamento;
- (j) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Artigo 6º;



- (k) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; e
- (l) caso o Índice de Cobertura não seja atendido por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Cotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

Parágrafo Segundo Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Cotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Cotas Seniores, pelo valor das mesmas, aos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Parágrafo Terceiro Observada a deliberação dos Cotistas na Assembleia Geral referida no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Cotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Cotas, e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto Caso, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, os Direitos Creditórios arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master não sejam suficientes para atingir a Quantidade Extraordinária, o Administrador deverá proceder à notificação dos Agentes Arrecadores para que complementem a transferência de Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Capítulo Nove deste Regulamento.

Artigo 55º As verbas pagas aos titulares das Cotas, a título de resgate antecipado de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, ao pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, ao pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 52º somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas.

Artigo 56º Caso, 90 (noventa) dias após a data da realização da Assembleia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 54º, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas, e desde que mediante aviso prévio aos Cotistas até 60 (sessenta) dias depois da data da realização da Assembleia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Cotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da



carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação.

Parágrafo Primeiro Para fins do disposto no *caput* deste Artigo, os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros dados em pagamento aos titulares das Cotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Cotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Cotas Seniores devida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Cotas Seniores (i) para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas faz jus.

Parágrafo Segundo Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Cotas em circulação.

CAPÍTULO DEZESSETE - DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 57º Diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender as exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente aquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos Cotistas dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Capítulo Dezoito, por meio da amortização da série de Cotas Seniores específica;
- (d) pagamentos dos valores referentes a amortização e resgate das Cotas Seniores; e
- (e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas a liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.



CAPÍTULO DEZOITO - DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 58º Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, observado o disposto no Artigo 59º, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigado pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. O Administrador não é responsável por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas, observado o disposto no Artigo 59º.

Artigo 59º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Cotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Cotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Cotistas Seniores dissidentes terão direito de recesso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Cotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo, após esgotado o Patrimônio Líquido, antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador não será responsável por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo Segundo As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 33º.

Parágrafo Terceiro Todos os valores aportados pelos Cotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais



valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO DEZENOVE - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 60º Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos neste Regulamento.

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- (b) alterar o Regulamento;
- (c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante, da Gestora e dos Bancos Arrecadores Master;
- (d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- (e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- (f) deliberar sobre (i) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Cotas Seniores, (ii) a conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iii) necessidade de aporte de recursos ao Fundo, e (iv) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo Único O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no Cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, improrrogavelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Cotistas.

Artigo 61º A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e



far-se-á por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou pela publicação de edital no periódico mencionado no Artigo 70º, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro Para efeito do disposto no *caput*, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

Parágrafo Segundo A Assembleia Geral poderá ser convocada por iniciativa própria do Administrador ou por solicitação de Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

Parágrafo Terceiro A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Quarto A presidência da Assembleia Geral caberá ao Administrador.

Parágrafo Quinto Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo, o Administrador e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Sexto Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Sétimo Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

Artigo 62º A cada Cota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.



Artigo 63º Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Cotas Seniores presentes Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro Independentemente do disposto no *caput* deste Artigo, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Cotistas Seniores que representem:

- (a) 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois, Seis, Oito, Nove, Onze, Doze e Dezesesseis deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo e dos itens "u" da Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão;
- (b) 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 53º;
 - (iii) alterações dos Capítulos Quinze e Dezoito; e
 - (iv) aprovação da substituição do Administrador ou Custodiante.
- (c) 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação mais uma para decidir se um Evento de Avaliação se tornará um Evento de Liquidação.

Parágrafo Segundo Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Cotas Seniores de titularidade da Cedente ou de suas Partes Relacionadas.

Parágrafo Terceiro As seguintes deliberações dependerão da aprovação dos titulares das Cotas Subordinadas reunidos em Assembleia específica, observado que, neste caso, não será observado o disposto no *caput* do Artigo 61º acima e a Assembleia dos titulares das Cotas Subordinadas será convocada pelo Administrador por meio de correspondência enviada diretamente aos titulares das Cotas Subordinadas:

- (a) deliberação a que se refere o Parágrafo Terceiro do Artigo 43º;
- (b) aprovação de novos encargos do Fundo não previstos na legislação.

Parágrafo Quarto Caso o Patrimônio Líquido do Fundo não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 53º, deverão ser definidos na respectiva Assembleia



Geral, pelos titulares da maioria das Cotas Seniores presentes, os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Cotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto Os referidos titulares de Cotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Cotas Seniores, sendo que os demais Cotistas somente terão suas Cotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir.

Artigo 64º As deliberações tomadas pelos Cotistas Seniores, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido a Assembleia Geral ou do voto proferido.

Artigo 65º Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

CAPÍTULO VINTE - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 66º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Artigo 67º As demonstrações financeiras anuais do Fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Único Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 68º O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

CAPÍTULO VINTE E UM - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 69º O Patrimônio Líquido corresponde ao somatório dos valores investidos em Direitos Creditórios Cedidos e das Disponibilidades do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Artigo 33º e Artigo 51º.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.



CAPÍTULO VINTE E DOIS - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 70º Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Cotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Cotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Parágrafo Primeiro As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Cotas.

Parágrafo Segundo Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o respectivo quorum.

Artigo 71º No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Cotistas, na sede e dependências do Administrador, informações sobre:

- (a) o número e valor das Cotas de titularidade de cada Cotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 72º O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Cotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 73º O Administrador deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (a) saldo das aplicações;
- (b) valor do patrimônio líquido;
- (c) rentabilidade apurada no período;



- (d) valor das cotas e quantidades em circulação;
- (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (f) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- (g) número de Cotistas.

Artigo 74º No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pelo Administrador, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (a) alteração de regulamento;
- (b) substituição da instituição administradora;
- (c) incorporação;
- (d) fusão;
- (e) cisão; e
- (f) liquidação.

Artigo 75º As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

Artigo 76º Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter informações adicionais sobre a avaliação efetuada.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS - DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 77º A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Cotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas.



CAPÍTULO VINTE E QUATRO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 78º Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

Artigo 79º Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Artigo 80º Para fins do disposto neste Regulamento considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Cotistas.

Artigo 81º Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro (RJ), para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2010

Carlos José da Costa
Diretor Executivo

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITORIOS DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**

BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
Administrador

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: _____
C.P.F./MF: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____
C.P.F./MF: _____

RECEBUE - 09/05/2010 - 15:09:10
- 7 MAI 2010 - 957292
ARQUIVO MICROFILME DO RIO DE JANEIRO
3º RTD

-7 MAI 957292

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>ADASA:</u>	é a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal;
<u>Administrador:</u>	é a BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Fitch Ratings;
<u>Agentes Arrecadadores:</u>	são os agentes arrecadadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação, e outras instituições que vierem a ser incluídas como Agentes Arrecadadores nos termos do Contrato de Cessão, excetuados os Bancos Arrecadadores Master;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária, realizadas nos termos do Capítulo Dezenove;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimento financeiros, distintos de Direitos Creditórios Cedidos, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos do Artigo 15º deste Regulamento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Centralizador</u>	é o BRB - Banco de Brasília S.A.;
<u>Bancos Arrecadadores Master:</u>	são o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agentes arrecadadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação;
<u>BNDDES:</u>	é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
<u>Cedente:</u>	é a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>CAIXA:</u>	é a Caixa Econômica Federal;



<u>Cessão Incondicionada:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1.1 do Contrato de Cessão;
<u>Cessão sob Condição Suspensiva:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1 do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>CNPJ/MF:</u>	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
<u>Código Civil:</u>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>Conta Centralizadora:</u>	é a conta corrente mantida pela Cedente no Banco de Brasília S.A. - BRB, de nº 070, na agência nº 163, sob nº 001.010-0, destinada a receber as transferências dos Agentes Arrecadores e dos Bancos Arrecadores Master;
<u>Contas Autorizadas da Cedente:</u>	são as contas correntes mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal para recebimento dos valores transferidos pelo Banco Centralizador, relativos ao saldo da Conta Centralizadora não transferido para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados;
<u>Contas Autorizadas do Fundo:</u>	são as contas correntes mantidas pelo Fundo no Banco do Brasil S.A. para recebimento dos valores transferidos da Conta Centralizadora pelo Banco Centralizador;
<u>Contas Arrecadoras:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente nos Agentes Arrecadores, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas Arrecadoras Master:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas de Água e Esgoto:</u>	são as contas mensais de serviços de água e/ou esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III do Contrato de Cessão,



	emitidas pela Cedente em virtude da prestação de Serviços de Saneamento Básico aos Usuários;
<u>Contas Reservas Caixa:</u>	são as contas de titularidade da CAESB, vinculadas aos diversos Contratos de Financiamento CAIXA, não movimentáveis pelo tomador, na qual devem ser depositados recursos suficientes para o pagamento de determinado número de encargos estabelecidos;
<u>Contas Arrecadoras Caixa:</u>	são as contas de titularidade da CAESB, vinculadas aos diversos Contratos de Financiamento, abertas em agência da Caixa, exclusivamente destinada à arrecadação de tarifas;
<u>Contas Reservas Vinculadas aos Financiamentos:</u>	são as diversas contas de titularidade da Cedente vinculadas aos diversos financiamentos mantidos não movimentáveis pela Cedente e com movimentação exclusiva do Credor ou mandatado por este para praticar atos que tornem a garantia vinculada eficaz;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Votorantim Asset Management DTVM Ltda., do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do BRB - Banco de Brasília S.A.;
<u>Contrato de Concessão:</u>	é o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, celebrado pela Cedente e pela ADASA em 23 de fevereiro de 2006;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios a ser firmado entre o Custodiante, o Administrador, o Fundo e a Cedente;
<u>Contrato de Distribuição:</u>	é o "Contrato de Coordenação e Colocação de Cotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Cotas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB", celebrado entre o Fundo, a Cedente, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco Votorantim S.A.;



<u>Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas:</u>	é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB", celebrado entre o Fundo e a Cedente;
<u>Contratos de Arrecadação:</u>	são os contratos de prestação de serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto firmados pela Cedente com o Banco do Brasil S.A. em 30 de setembro de 2009 e com a Caixa Econômica Federal em 02 de maio de 2005, conforme posteriormente aditados, além de outros contratos de arrecadação listados no Anexo II do Contrato de Cessão;
<u>Contratos de Financiamento CAESB:</u>	são os contratos de financiamento celebrados pela CAESB e vigentes na data da celebração do Contrato de Cessão, listados no Anexo X do Contrato de Cessão;
<u>Cotas:</u>	são as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas;
<u>Cotas Seniores:</u>	são as Cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em série única, observado o disposto neste Regulamento;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	são as Cotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo;
<u>Cotistas:</u>	são os titulares das Cotas;
<u>Cotistas Seniores:</u>	são os titulares das Cotas Seniores;
<u>Cotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Cotas Subordinadas;
<u>Crêditos de Elegibilidade:</u>	são os critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo Oito deste Regulamento, que deverão ser atendidos pelos Direitos Creditórios para que possam ser cedidos ao Fundo;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco do Brasil S.A., responsável pelos serviços de custódia, aplicação dos critérios de elegibilidade aos recebíveis e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortizações Programadas:</u>	são as datas indicadas no Parágrafo Primeiro do Artigo 36°;



Data de Emissão:

é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 40º e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

Data de Resgate:

é a data em que se dará o resgate integral das Cotas Seniores, que deverá coincidir com a última Data de Amortização das Cotas Seniores;

Direitos Creditórios:

são os direitos de crédito que a Cedente detém ou que virá a deter contra os Usuários em razão: (a) da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico; e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente por meio dos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores.

Direitos Creditórios Cedidos:

são os direitos creditórios preferencialmente arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master e pelos demais Agentes Arrecadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados não fazem parte dos Direitos Creditórios Cedidos;

Direitos Creditórios Onerados:

são (i) os Direitos Creditórios que estão onerados por meio de vinculação; e/ou (ii) o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionados por Direitos Creditórios referente à arrecadação tarifária da Cedente em montante suficiente para o atendimento das garantias estabelecidas para os diversos



Contratos de Financiamento CAESB, listados no Anexo X do Contrato de Cessão;

Direitos Emergentes da Concessão: são os Direitos Creditórios, inclusive o direito de receber todas e quaisquer quantias devidas ou que venham a ser devidas pelo poder concedente ou outra autoridade a título de indenização pela extinção do Contrato de Concessão nos termos dos artigos 35 a 39 da Lei 8.987/95, a título de indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis da concessão contemplada no Contrato de Concessão, ainda não amortizados ou depreciados, assim como qualquer indenização que venha a ser recebida pela Cedente em virtude do término de referida concessão.

Diretor Designado: é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;

Disponibilidades: são os recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 15º deste Regulamento;

Documentos Comprobatórios: são as Contas de Água e Esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III do Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente;

Empresa de Auditoria: é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador;

Encargos do Fundo: são os encargos estabelecidos no Artigo 33º deste Regulamento;

Eventos de Avaliação: são os eventos definidos no Artigo 53º deste Regulamento;

Eventos de Liquidação: são os eventos definidos no Artigo 54º deste Regulamento;

Fundo: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;

FGC: é o Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins



	lucrativos, que administra um mecanismo de proteção para correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos;
<u>Gestora:</u>	é a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
<u>Governo Federal:</u>	é o Governo Federal da República Federativa do Brasil;
<u>IGP-M:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Índice de Cobertura:</u>	representa 4,0 (quatro) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar pelas Contas Arrecadoras Master durante o Prazo de Duração do Fundo, conforme artigo 4º do Regulamento, apurado mensalmente pelo Custodiante por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal verificado pelo Administrador, observado o disposto no Contrato de Cessão;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas: (i) preferencialmente, Banco do Brasil S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Votorantim S.A., Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Banco ABC Brasil S.A.; e (ii) instituições financeiras, não incluídas suas respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco mínima "AA", atribuída pela Agência de Classificação de Risco;
<u>Instituições Intermediárias:</u>	são as seguintes instituições financeiras: BB-Banco de Investimento S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;



<u>Instrução CVM 400</u>	é a Instrução CVM nº 400, de 23 de dezembro conforme alterada;
<u>Intermediário:</u>	corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto:</u>	significa o montante total de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores oriundos do pagamento de Contas de Água e Esgoto, e de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente;
<u>Notificação de Solicitação de Relatórios:</u>	detem o significado estabelecido na Cláusula 4.3.2 do Contrato de Cessão;
<u>Notificação de Solicitação de Transferência:</u>	detem o significado estabelecido na Cláusula 4.4.1 do Contrato de Cessão;
<u>Parâmetro de Rentabilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 14º deste Regulamento;
<u>Partes Relacionadas:</u>	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um;
<u>Período de Capitalização:</u>	é o período compreendido entre a Data de Emissão de Cotas Seniores, inclusive, e o dia útil imediatamente anterior, inclusive, a cada data de pagamento da amortização das Cotas Seniores;
<u>Período de Carência:</u>	é o período de 12 meses contado da Data de Emissão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro



	Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Prazo de Duração</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor a ser pago pelo Fundo para a Cedente em contrapartida da cessão de Direitos Creditórios;
<u>Procedimento de Bookbuilding:</u>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido pelos Coordenadores, sob liderança do BB Banco de Investimento S.A., para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Cotas em diferentes níveis de taxa de juros, realizado em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400.
<u>Prospecto:</u>	é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações;
<u>Quantidade Mínima Mensal:</u>	é a quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios Cedidos objeto das Transferências Mensais, calculada de acordo com a fórmula indicada no item 3.1 do Contrato de Cessão;
<u>Quantidade Extraordinária</u>	é a quantidade de Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Extraordinária;
<u>Receita Arrecadada:</u>	tem o mesmo significado atribuído ao Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto acima;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
<u>Relatório de Arrecadação:</u>	é o arquivo informativo das quantias oriundas das Contas de Água e Esgoto enviadas diariamente pelos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores à Cedente e ao Custodiante com os montantes de Contas de Água e Esgotos recebidas, na forma do Anexo V do Contrato de Cessão;
<u>Relatório de Transferência</u>	deé o relatório informando a transferência de Direitos





Direitos Creditórios Cedidos:

Creditórios Cedidos encaminhado pelo Administrador ao Cedente e aos Bancos Arrecadadores Master e aos Agentes Arrecadadores, se aplicável, e ao Banco Centralizador nos termos da Cláusula IV e na forma do Anexo VI do Contrato de Cessão;

SELIC:

é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;

SFF:

é o Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP;

Serviços de Saneamento Básico:

são os serviços de captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto, prestados ou a serem prestados pela Cedente aos Usuários;

Taxa de Administração:

é a taxa devida pelo Fundo ao Administrador em decorrência dos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada e paga na forma do Artigo 32º, a qual inclui a Taxa de Custódia;

Taxa de Custódia:

é a taxa devida pelo Fundo ao Custodiante pelos serviços de custódia qualificada, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo;

Taxa de Gestão:

é a parcela da Taxa de Administração devida à Gestora em troca da prestação de serviços de gestão dos ativos do Fundo;

Taxa DI:

é a taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Taxa Selic:

é a taxa apurada no SELIC, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas;

Termo de Adesão ao Regulamento é o documento preparado sob a forma do Anexo II do Regulamento;

Transferência Extraordinária:

É a transferência de Direitos Creditórios a ser realizada nos



termos do Contrato de Cessão, imediatamente após a ocorrência de um Evento de Avaliação salvo se de outro modo autorizado por titulares de Cotas Seniores representando 90% das Cotas Seniores em Circulação em Assembleia Geral realizada nos termos deste Regulamento, em montante em Reais equivalente (i) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido aos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (ii) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional;

Transferência Mensal:

É a transferência mensal de Direitos Creditórios a ser realizada pela Companhia ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, correspondente aos primeiros direitos creditórios vencidos a partir da data da transferência em questão, em montante em Reais equivalente à Quantidade Mínima Mensal;

Usuários:

são os usuários dos Serviços de Saneamento Básico prestados pela Cedente no Distrito Federal, nas categorias Residencial, Comercial e/ou Industrial;

União

é a pessoa jurídica de direito público representante do Governo Federal, conforme o caso, adquirente da Caixa Econômica Federal com fulcro na Medida Provisória 2196-3 de 21 de agosto de 2001 de créditos integrantes da Carteira de Saneamento e Desenvolvimento Urbano;

Valor Unitário de Emissão:

é o valor unitário de cada Cota Sênior ou Cota Subordinada na Data de Emissão de Cotas Seniores ou Subordinadas, conforme o caso, calculado na forma do Artigo 43º e do Artigo 45º, respectivamente.

REGISTRO
- 7 MAI 2002
957292
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

-7 MAI 957292

ARQUIVADO EM 12/05/2011

ANEXO II - TERMO DE ADESAO AO REGULAMENTO E CIENCIA DE RISCO

1 - Nome do Cotista		2 - CNPJ/CPF
3 - Banco	4 - Ag. nº 5 - Conta nº	6 - Data
7 - E-mail		8 - Valor

9. Estou(amos) ciente(s) de que:

9.1. O objetivo do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB ("Fundo"), administrado pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Pr. Quinze de Novembro, 20 Ed Bolsa V - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar (o "Administrador"), e proporcionar rendimento aos Cotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito de titularidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB (os "Direitos Creditórios Cedidos" e a "Cedente").

9.2. Os principais riscos associados ao investimento no Fundo, dentre outros, em decorrência das características dos mercados que investe, são:

- (i) **Não existência de seguro da performance da Cedente.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social, ou seja, cuja existência depende do cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela Cedente perante o Devedor. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviços de saneamento básico aos Usuários, e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios Cedidos. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam devidamente pagos, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão nas datas programadas, total ou parcialmente. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



- (ii) **Modalidade de investimento sofisticada.** O Fundo se enquadra em modalidade de investimento complexa. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, eventos de amortização das Cotas e de liquidação do Fundo, dentre outros. Estas peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (iii) **Limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Cotas é (i) o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) a liquidação dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas.
- (iv) **Amortização e resgate condicionado das Cotas.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, aos Ativos Financeiros que compõem o seu Patrimônio Líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios Cedidos, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Desta forma, tanto o Administrador, como o Custodiante, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas ou mesmo antecipadamente na hipótese de um Evento de Liquidação, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou por quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (v) **Risco de mercado e fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.





- (vi) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os Ativos Financeiros, incluindo os Direitos Creditórios Codidos, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade.
- (vii) **Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas.** Conforme previsto no Capítulo Dezesseis, o Fundo poderá resgatar antecipadamente as Cotas nas hipóteses previstas no Artigo 54º (Eventos de Liquidação) do Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (viii) **Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.** O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Cotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, a Cedente, o Custodiante, a Gestora e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas dos Cotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.
- (ix) **Descasamento de Taxas.** O Fundo aplicará suas Disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros com diferentes formas de valorização. Considerando-se que a valorização das Cotas Seniores será definida na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, a Gestora e as respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em





conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descalamento acima identificado.

- (x) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Cotas. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
- (xi) **Ausência de notificação aos Usuários.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação (comunicação) prévia aos Usuários, não havendo estes sido instruídos para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Desta forma, existe a possibilidade dos devedores efetuarem pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos diretamente à Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- (xii) **Rebaixamento na Classificação de Risco das Cotas Seniores.** A classificação de risco atribuída às Cotas Seniores baseou-se, entre outros fatores, na atual condição da Cedente, de sua carteira de recebíveis e nas informações presentes nos Documentos da Operação. A classificação de risco é revista trimestralmente e não existe garantia de que permanecerá inalterada durante o prazo de duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, os titulares de Cotas Seniores poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Cotas Seniores no mercado secundário.

9.3. Os principais riscos associados aos Direitos Creditórios Cedidos, dentre outros, são:

- (i) **Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Cedidos.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, os Cotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- (ii) **Risco de crédito dos Usuários, em virtude da não existência de coobrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Usuários e/ou insuficiência dos mecanismos de garantia do Fundo.** A Cedente somente terá responsabilidade pela originação e formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, não assumindo a Cedente, o



Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Usuários. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Usuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Desta forma, o Fundo poderá sofrer o impacto do inadimplemento dos Usuários. O Administrador somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Cedidos sejam entregues pela Cedente e devidamente pagos pelos Usuários, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Considerando que os Direitos Creditórios são a exclusiva fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Usuários, dos Direitos Creditórios Cedidos poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes a suas Cotas.

- (iii) **Necessidade de aporte de recursos para proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia Geral. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, ele somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros, caso os Cotistas Seniores aporem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, na forma prevista no Capítulo Dezoito. Caso quaisquer dos Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto, o Administrador e a Gestora não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Cotistas.
- (iv) **Regularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.** Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência do Administrador, aceita a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. Conforme estabelecido no Artigo 13º, Parágrafo 4º e 5º deste Regulamento, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos.





- (v) **Riscos Operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.** O envio das Contas de Água e Esgoto pela Cedente, o recebimento, pelos Bancos Arrecadores Master, do pagamento das Contas de Água e Esgoto, a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Mensal para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo, a troca de informações entre os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador, o Administrador, a Gestora e o Custodiante, dentre outras rotinas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, estão sujeitos a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Arrecadores Master, o Banco Centralizador e o Administrador. Além disso, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão.
- (vi) **O Fundo pode ser obrigado a recorrer a outras instituições arrecadoras para que a Quantidade Mínima Mensal seja atingida.** Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, os Direitos Creditórios Cedidos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master podem não ser suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal. Nesta hipótese, o Fundo deverá notificar outras instituições financeiras que prestam serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, para firmar o respectivo aditamento ao Contrato de Arrecadação e transferir os recursos equivalentes a Quantidade Extraordinária para a conta corrente de titularidade do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador. Nesta hipótese, os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento podem vir a sofrer atrasos, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- (vii) **A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente, bem como uma redução no faturamento da Cedente, pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.** A ocorrência de eventual conflito de interesses com credores da Cedente pode provocar atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A Cedente é parte em diversos contratos de empréstimo e de financiamento de obras de saneamento básico nos quais empenhou, e/ou vinculou parte da receita decorrente da exploração dos Serviços de Saneamento como forma de garantir os pagamentos devidos sob tais contratos, dentre tais, a CAESB possui Contratos de Financiamento: com a União (STN); com o BNDES e com a Caixa Econômica Federal.

Nos contratos firmados com a União, a Cedente deu em garantia, depositados em uma conta denominada "Conta Vinculada à União", um total de 24% (vinte e quatro por cento) do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto até o limite do saldo devedor total atualizado (R\$123.981.470,90 em 30 de setembro de 2009) dos referidos contratos, além de ter se obrigado a observar um fluxo mensal mínimo de 3 (três) vezes o valor dos encargos mensais relativos às dívidas garantidas. Em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado destes contratos, é assegurada à União Federal a preferência na



execução da garantia constituída pelo fluxo de arrecadação das Contas de Água e Esgoto e a União Federal, diretamente ou por meio da CAIXA, na qualidade de agente financeiro da União Federal, está contratualmente autorizada, por meio de mandato outorgado pela Cedente, a efetuar a retenção do montante depositado na Conta Vinculada à União até o limite de 24% (vinte e quatro por cento) da Receita Arrecadada e transferi-lo à União.

Nos Contratos firmados com a CAIXA, a Cedente vinculou parte da Receita Arrecadada ("Receita Vinculada Caixa"), correspondente as 3 parcelas seguintes destes Contratos, para garantir as obrigações decorrentes desses contratos. Em caso de inadimplemento das obrigações desses contratos e/ou insuficiência nas Contas Reservas Caixa de recursos para suprir 3 (três) vezes o encargo mensal composto, na fase de carência, por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e na fase de amortização, pelo principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível de cada contrato, o saldo depositado nas Contas Arrecadoras Caixa serão bloqueados para atendimento das exigibilidades dos Contratos bem como a recomposição das Contas Reservas Caixa. O saldo devedor total das operações contratadas junto à Caixa em 30 de setembro de 2009 é de R\$ 145.830.202,50 (cento e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos com estes parâmetros de vinculação é de R\$ 1.575.584,33 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos).

A Cedente possui ainda um contrato de financiamento no valor de R\$ 40.000.000,00, contratado em 06 de janeiro de 2009 e vencimento em 06 de julho de 2012, em fase de carência de amortização e obrigação de caução de 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal, cujo valor de parcela mensal estimada é de R\$ 1.371.803,60 (Um milhão trezentos e setenta e um mil, oitocentos e três reais e sessenta centavos). Portanto, a estimativa de oneração da receita mensal para fazer frente à garantia ora concedida é de R\$ 1.783.345,00 (um milhão setecentos e oitenta e três e trezentos e quarenta e cinco reais).

Nos contratos firmados com o BNDES, a Cedente vinculou em garantia do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos um total de 15% (quinze por cento) da Receita Arrecadada, montante este que poderá ser retido na ocorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CAESB e se o saldo da Conta Reserva vinculada aos financiamentos tiverem saldo inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 5 (cinco) meses seguintes. O saldo devedor das operações contratadas com o BNDES é de R\$ 38.767.748,00 (trinta e oito milhões setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e quarenta e oito reais) em 30 de setembro de 2009 e o valor atual das parcelas vincendas vinculadas aos contratos é de R\$ 948.584,55 (novecentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).



No caso de liquidação antecipada do Fundo e de declaração, pela União Intermediária da CAIXA, do vencimento antecipado dos contratos, de inadimplemento nos Contratos com o BNDES e com a CAIXA, pode-se chegar a uma situação em que, tanto a União Federal, o BNDES e a CAIXA quanto o Fundo, demandem os recursos depositados na Conta Centralizadora mantida pela Cedente no BRB - Banco de Brasília S.A. Nessa hipótese, a CAIXA, na qualidade de Banco Arrecadador Master, Agente Financeiro da União Federal, e inclusive credora da Cedente, poderá estar diante de um potencial conflito de interesse, pois teria poderes para bloquear recursos para satisfazer créditos da titularidade da União Federal (em vista do mandato outorgado à CAIXA, que é anterior à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo), ao mesmo tempo em que, como Banco Arrecadador Master, deve realizar o repasse da arrecadação para a Conta Centralizadora e posterior transferência dos recursos arrecadados para as Contas Autorizadas do Fundo. O mesmo ocorre com o BRB - Banco de Brasília, na qualidade de Banco Centralizador e depositário das garantias vinculadas aos Contratos com o BNDES.

Além disso, uma eventual redução no faturamento da Cedente resultará na diminuição do fluxo de recursos disponíveis para a liquidação antecipada das obrigações da Cedente com relação ao Fundo. Assim, tanto a ocorrência de conflito de interesses entre credores da Cedente descrito neste Fator de Risco, como a redução do faturamento da Cedente podem resultar em atrasos nos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento, sendo que não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, pela Gestora ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

- (viii) **Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos de Titularidade do Fundo.** Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios serão recebidos diretamente nas Contas Arrecadoras Master e, posteriormente, transferidos para (i) a Conta Centralizadora; e (ii) para as Contas Autorizadas do Fundo.

Os valores depositados nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, serão transferidos para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo pelos Bancos Arrecadores Master, pelos Agentes Arrecadores e pelo Banco Centralizador, respectivamente, em até 02 (dois) dias úteis do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Bancos Arrecadores Master, dos Agentes Arrecadores e do Banco Centralizador de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas Arrecadoras Master, Contas Arrecadoras e Conta Centralizadora, caso haja inadimplemento dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e/ou do Banco Centralizador no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta Centralizador e/ou para as Contas Autorizadas do Fundo, a rentabilidade das Contas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento



pelos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores e pelo Banco Centralizador de suas obrigações acima descritas.

A conciliação dos valores depositados pelos Usuários nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras, caso aplicável, e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta Centralizadora e para as Contas Autorizadas do Fundo, respectivamente, serão realizadas pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores. Caso os Usuários prestem informações incorretas ou imprecisas aos Bancos Arrecadores Master e/ou aos Agentes Arrecadores, poderá haver conciliação e transferência incorretas de valores à Conta Centralizadora e às Contas Autorizadas do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

Ademais, em caso de substituição dos Bancos Arrecadores Master e/ou dos Agentes Arrecadores os novos arrecadores contratados serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito Cedidos na Conta Centralizadora. Em caso de alteração do Custodiante, e/ou das Contas Autorizadas do Fundo, os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos na nova conta do Fundo. Não há garantia de que os Bancos Arrecadores Master, os Agentes Arrecadores e o Banco Centralizador e/ou os novos arrecadores contratados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente nas Contas Autorizadas do Fundo, ou, conforme o caso, na nova conta do fundo, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Bancos Arrecadores Master, Agentes Arrecadores, Banco Centralizador ou o Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Adicionalmente, (i) os Bancos Arrecadores Master, de acordo com os termos dos Contratos de Arrecadação, e (ii) os Agentes Arrecadores, caso venham a ser notificados para tanto nos termos do Contrato de Cessão, devem observar os prazos estabelecidos nos respectivos documentos para efetuar a transferência dos valores devidos ao Fundo e à Cedente e depositá-los na Conta Centralizadora. Em caso de inobservância dos referidos prazos, o mecanismo de aplicação das penalidades contratuais ali estabelecido não é automático, o que pode causar dificuldades ao Fundo para aplicar as penalidades contratuais cabíveis.

- (ix) **Da competência de cobrança das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos.** Nos termos do Contrato de Cessão, a cobrança extrajudicial e judicial das Contas de Água e Esgoto que originarão os Direitos Creditórios Cedidos é de responsabilidade da Cedente. Assim, em caso de inadimplemento das referidas Contas de Água e Esgoto o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos a elas relativo dependerá da ação direta da Cedente. O Fundo não terá qualquer tipo de ingerência formal



ou faculdade de exigir que a Cedente atue com celeridade na cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, ou mesmo de interferir no grau de eficiência da atuação dessa.

- (x) **Risco de Sistemas.** Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedente, Custodiante e Administrador do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

9.4. Os principais riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, dentre outros, são:

- (i) **A ADASA poderá extinguir a concessão por motivo de interesse público ou caso a Cedente não cumpra quaisquer de suas obrigações contratuais.** A prestação dos serviços públicos de saneamento básico depende de concessão específica do poder público. Em 23 de fevereiro de 2006, a Cedente celebrou com a ADASA o Contrato de Concessão que regula a exploração do serviço público de saneamento básico para toda a área do Distrito Federal. O referido contrato vigorará até 21 de maio de 2032. Nos termos do Contrato de Concessão, a ADASA poderá extinguir a concessão antes de seu termo final, em caso de relevante interesse público superveniente, mediante autorização legislativa (encampação), ou caducidade, no caso de descumprimento das obrigações previstas no Contrato de Concessão, devendo indenizar a concessionária, em razão da extinção antecipada da concessão, pelo investimentos feitos e ainda não amortizados. Não se pode assegurar que o Distrito Federal ou a ADASA não extinguirão a concessão da Cedente. O exercício dos direitos de extinção da concessão afetará adversa e substancialmente os negócios da Cedente, seu fluxo de caixa, seu resultado operacional e a sua capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.
- (ii) **A Cedente atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles no consumo e de eletricidade, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da Cedente, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.
- (iii) **O desempenho financeiro será adversamente afetado caso a Cedente não seja capaz de aumentar as tarifas cobradas dos clientes de acordo com as variações da inflação**





e das suas despesas operacionais, incluindo tributos. O resultado operacional e a situação financeira da Cedente dependem essencialmente da capacidade de fixar e cobrar tarifas adequadas pelos serviços prestados. Em que pese a liberdade da Cedente para definir as tarifas dos seus serviços nos municípios que atende, a fixação dessas tarifas está sujeita a certas restrições legais e políticas. Nos termos dos contratos de concessão que a Cedente firmou com determinados municípios, as tarifas devem ser fixadas de acordo com estudo técnico de viabilidade econômico-financeira, podendo ser reajustadas, nos termos da regulamentação vigente, sempre que o equilíbrio econômico-financeira do contrato estiver prejudicado. Ademais, a Cedente submete ao Governador do Distrito Federal as novas tarifas que pretende praticar, embora não esteja obrigada por lei a proceder de tal forma. A Cedente continuará a depender das receitas provenientes da cobrança de tarifas, entre outras coisas, para custear seu programa de investimentos e atender suas necessidades de serviço da dívida. A Cedente está atualmente realizando estudos para modificar a sua política tarifária que deverá resultar em um plano com alternativas de transição da atual para uma nova estrutura tarifária. Entretanto, a Cedente não terá como assegurar quando e se uma nova política tarifária será implantada ou, ainda, se a implementação de uma nova política tarifária corresponderá às expectativas da Cedente. Qualquer restrição quanto à fixação ou manutenção de tarifas compatíveis com essas e outras necessidades da Cedente poderá afetar adversamente o resultado operacional e a situação financeira da Cedente.

- (iv) **A energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Eventuais interrupções ou racionamento no fornecimento de eletricidade poderão causar efeito material adverso relevante sobre os negócios da Cedente e na originação de Direitos Creditórios Cedidos.** O uso de energia elétrica é essencial para as operações da Cedente. Em decorrência disso, a Cedente é uma das maiores usuárias de eletricidade do Distrito Federal, cujo consumo representa, aproximadamente, 5,63% (cinco inteiros, seis décimos e três centésimos por cento) do consumo do Distrito Federal, equivalente a 256.358.458 KWh. Interrupção no fornecimento da eletricidade e flutuações na sua tensão fornecida à Cedente causaram no passado e poderão causar no futuro, danos à operação dos sistemas de água e esgoto, afetando adversamente os negócios da Cedente. A ocorrência de interrupções ou reduções significativas no fornecimento de eletricidade (incluindo em virtude da adoção de programas de racionamento no consumo de energia elétrica) poderá afetar negativamente as operações da Cedente e a originação e a entrega de Direitos Creditórios Cedidos.
- (v) **Os equipamentos, instalações e operações da Cedente estão sujeitos à regulamentação ambiental, no âmbito federal e estadual, que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumento de responsabilidade e aumento de despesa de capital.** As atividades e instalações da Cedente estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais e estaduais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Leis ou regulamentos adicionais mais rigorosos poderão ser aprovados e a aplicação, assim como a interpretação da legislação vigente, poderá tornar-se mais severa. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer



exigências adicionais com relação às operações da Cedente, obrigando-a a despesar recursos em investimentos relacionados a questões ambientais, aumentando, assim, as despesas e, conseqüentemente, reduzindo o resultado da Cedente. As penalidades que poderiam ser impostas à Cedente, em decorrência da legislação ambiental, podem ser tanto de cunho reparatório quanto indenizatório, não sendo possível mensurar qual seria o exato custo, para a Cedente, no caso de autuação de caráter ambiental. Adicionalmente, eventual impossibilidade operacional de a Cedente fornecer os serviços de saneamento básico em virtude de autuações ambientais poderá comprometer a constituição dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

- (vi) **Tendo em vista que a Cedente não possui seguros que cubram todos os seus negócios, inclusive no tocante a aspectos ambientais, a ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente seu desempenho financeiro futuro e a capacidade de originação e entrega de Direitos Creditórios Cedidos.** A Cedente não possui cobertura de seguro para interrupção da prestação de serviços ou para responsabilidades decorrentes de contaminação ou outros problemas envolvendo o fornecimento de água a seus consumidores. Ademais, a Cedente não possui seguro contra danos decorrentes do não cumprimento de leis e regulamentos de cunho ambiental relacionados com seus serviços e operações. Desse modo, qualquer interrupção contínua nos negócios ou danos decorrentes do não cumprimento das normas ambientais poderão causar um efeito material adverso no desempenho financeiro futuro da Cedente e na sua capacidade de constituição dos Direitos Creditórios Cedidos.
- (vii) **Caso haja qualquer inadimplemento da Cedente relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o repasse do montante a ser direcionado às Contas Autorizadas do Fundo poderá ser afetado.** Na hipótese de ocorrer qualquer inadimplemento relativo aos contratos listados no Anexo X do Contrato de Cessão, o fluxo financeiro observado na Conta Centralizadora poderá ser insuficiente para o atendimento das obrigações financeiras da Cedente nos referidos contratos e no atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária.
- (viii) **Risco de não originação dos Direitos Creditórios.** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão originados pela Cedente no futuro. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditórios pela Cedente contra os Usuários. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Cedente na prestação dos Serviços de Saneamento Básico, o que pode afetar negativamente ou impossibilitar a originação dos Direitos Creditórios pela Cedente, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas Sêniores está sujeita à liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou dos Ativos Financeiros.
- (ix) **Impenhorabilidade de certos ativos da Cedente utilizados na prestação do serviço.** A legislação aplicável dispõe que os bens da Cedente, que sejam essenciais para a prestação



dos serviços de Saneamento Básico, devem ser revertidos ao Poder Concedente ao fundo da respectiva concessão, não sendo passíveis de penhora ou execução judicial. Assim, no caso de inadimplemento da Cedente de suas respectivas obrigações constantes do Contrato de Cessão ou de outros contratos e documentos relativos ao Fundo de que são partes, parte dos bens que compõe os ativos da Cedente não poderá ser utilizada para satisfazer os direitos do Fundo ou dos Cotistas à indenização.

9.5. Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração mensal equivalente ao percentual anual sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado a taxa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), a qual inclui a Taxa de Custódia.

9.6. O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Valor Econômico.

9.7. Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos terá o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e no Contrato de Cessão.

9.8. Declaro(mos) ter recebido, lido e entendido o Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB e o Prospecto do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo. Declaro(amos), ademais, ter aderido ao inteiro teor do Regulamento acima referido, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a Taxa de Administração devida ao Administrador, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

9.9. Ao assinar este Termo de Adesão e Ciência de Risco estou(amos) afirmando minha(nossa) condição de Investidor Qualificado e declarando possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me(nos) sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados. Tenho(emos) ciência de que o Administrador do Fundo poderá, nos termos da legislação em vigor, entre outras coisas: (i) admitir a utilização de títulos e valores mobiliários na integralização e resgate das Cotas; e (ii) estabelecer prazos para conversão (apuração do valor da Cota) e para pagamento de resgate diferentes daqueles previstos na regulamentação em vigor. Como Investidor Qualificado atesto(amos) ser capaz(es) de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados a aplicação de meus(nossos) recursos em um fundo de investimento destinado a Investidores Qualificados.

9.10. As Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

9.11. Por fim, informamos que comunicações a [minha/nos] enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

Assinatura do(s) Cotista(s)

A instituição responsável pela distribuição das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cedidos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB declara que verificou a condição de Investidor Qualificado e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo do investidor.

Assinatura da Instituição

REGISTRO DE
COTAS SENIORES
- 7 MAI 2014
967292
CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CNPJ nº 07.093.888/0001-91

ANEXO III

Suplemento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-7 MAI 1995 957292

ANEXO III - SUPLEMENTO DAS COTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

CNPJ/MF nº 11.225.344/0001-15

Suplemento ao regulamento para emissão de Cotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Cotas Seniores, em série única do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- (a) Quantidade de Cotas Seniores: 4.800 (quatro mil e oitocentas).
- (b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- (c) Data de Emissão: é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas Seniores são colocados pelos Investidores Qualificados.
- (d) Data de Resgate: dia [20] do 60º mês a contar da Data de Emissão de Cotas da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um dia útil, a Data de Resgate será definida como o dia útil imediatamente subsequente, não cabendo aos Cotistas qualquer acréscimo.
- (e) Parâmetro Rentabilidade: correspondente à taxa média diária do Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI" e "CETIP", respectivamente), acrescida de um *spread* de 3,50% (três inteiros e cinco décimos por cento) a.a".
- (f) Amortizações Programadas: A presente série de Cotas Seniores terá seu principal amortizado mensalmente a partir do 13º mês inclusive contados da Data de Emissão, todo dia 20 ou no dia útil subsequente, caso aplicável..
- (g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.
- (h) Pagamento dos Juros: O pagamento dos juros será feito semestralmente durante o período de carência.
- (i) As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão conforme a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{60 - (M - 1)} \right) * VCS_n \text{ onde:}$$

PMT é o valor da amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês;

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 13 (primeira amortização) e 60 (última amortização); e

VCS_n é o valor unitário da Cota Sênior na data "n" de amortização de Cotas Seniores.

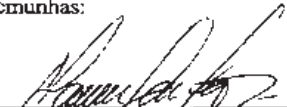
Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.


Rio de Janeiro, 7 de maio de 2010

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDENCIADOS DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB**

BB Gestão de Recursos DTVM S.A.
Administrador

Testemunhas:

1. 
Nome: MARIIVALDO NUNES DOS SANTOS
RG: 06128014-5
C.P.F./ME: 734.062.957-20

2. 
Nome: RODRIGO TAVARES DOS SANTOS
RG: 19.19534-7
C.P.F./ME: 090.501.667-61

REGISTRO EM CARTÃO
- 7 MAI 2010
957292
ASSINADO POR: [Assinatura]
RUBRICADO POR: [Assinatura]

ANEXO IV

- Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS**

entre

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
como Cedente.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO
AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**
como Cessionário.

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Administrador.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.
como Gestora.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
como Banco Arrecadador Master.

BANCO DO BRASIL S.A.
como Custodiante e Banco Arrecadador Master e

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.
como Banco Centralizador e Interveniente Anuente.

Data

[•] de maio de 2010

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Sibipiruna, lotes 13/15, Ed. Araguaia - 1º andar - Águas Claras - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.082.024/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CAESB" ou "Cedente"); e

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.225.344/0001-15, constituído sob a forma de condomínio fechado (o "Cessionário" ou o "Fundo"), neste ato representado na forma do seu Regulamento, pelo seu administrador, a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (o "Administrador"), sendo a Cedente e o Fundo, em conjunto, referidos como "Partes" ou, individualmente, "Parte";

e como intervenientes (os "Intervenientes");

(c) **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS Quadra 1, Bloco G, Ed. Sede III inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (o "Banco do Brasil", "Custodiante" ou "Banco Arrecadador Master", conforme o caso);

(d) **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública regendo-se atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.132/2007, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCS, Quadra 4, Bloco A, Lj.240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04 (a "CAIXA" ou "Banco Arrecadador Master");

(e) **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.**, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCS, Quadra 5, Bloco A, Loja 3, 10, 20 – Brasília, DF, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.208/0001-00 (o "Banco Centralizador" ou "Interveniente Anuente"); e

(f) **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 7º andar inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma de seu contrato social (o "Votorantim DTVM" ou "Gestora", conforme o caso).

CONSIDERANDO QUE:

(i) A Cedente é uma sociedade de economia mista cujo objeto social é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar, operar e manter os sistemas de abastecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de captação de águas pluviais;

- (ii) em decorrência da prestação dos serviços elencados no item anterior, a Cedente é titular de direitos creditórios em face dos usuários de tais serviços, cujo sistema tarifário é regulado pelo Contrato de Concessão nº 001/2006 - ADASA e posteriores alterações;
- (iii) a Cedente deseja ceder ao Fundo, e este deseja adquirir, nos termos deste Contrato de Cessão, certos direitos creditórios que detém ou que virá a deter contra os usuários dos serviços de saneamento básico das categorias residencial, comercial e industrial, conforme classificação do Decreto 26.590/06 e posteriores alterações, decorrente (a) da prestação futura dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto nos termos adiante estabelecidos e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente por meio dos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores, excluídos os Direitos Creditórios Onerados;
- (iv) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356");
- (v) o Cessionário emitirá, para distribuição pública, 4.800 (quatro mil e oitocentas) Cotas seniores ("Cotas Seniores") e, para subscrição pela Cedente, 340 (trezentas e quarenta) Cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas") e, em conjunto com as Cotas Seniores, as "Cotas";
- (vi) os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Cotas Seniores serão utilizados pelo Cessionário para aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente, originados da prestação futura de serviços de fornecimento de água e esgoto aos seus Usuários;
- (vii) o BRB – Banco de Brasília S.A. atua como instituição financeira centralizadora do pagamento das Contas de Água e Esgoto arrecadadas pelos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores, nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação; e;
- (viii) o Banco do Brasil S.A. foi contratado para a prestação dos serviços de custódia qualificada, contabilidade, controladoria de ativos e passivos, inclusive dos serviços tratados no artigo 38 da Instrução CVM 356;

resolvem as Partes e os Intervinentes celebrar o presente Contrato de Cessão, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I

DEFINIÇÕES

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato de Cessão (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos neste Contrato de Cessão, terão os seguintes significados:

<u>ADASA:</u>	é a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal;
<u>Administrador:</u>	é a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Fitch Ratings;
<u>Agentes Arrecadores:</u>	são os agentes arrecadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação, e outras instituições que vierem a ser incluídas como Agentes Arrecadores nos termos deste Contrato de Cessão, excetuados os Bancos Arrecadores Master;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimento financeiros, distintos de Direitos Creditórios Cedidos, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos do Artigo 15 do Regulamento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Centralizador:</u>	é o BRB - Banco de Brasília S.A.;
<u>Bancos Arrecadores Master:</u>	são o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agentes arrecadores das Contas de Água e Esgoto da Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Arrecadação;
<u>BNDES:</u>	é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
<u>Cedente:</u>	é a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, ou suas sucessoras, a qualquer título;

<u>CAIXA:</u>	é a Caixa Econômica Federal;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>CNPJ/MF:</u>	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
<u>Código Civil:</u>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>Conta Centralizadora:</u>	é a conta corrente mantida pela Cedente no Banco de Brasília S.A. – BRB, de nº 070, na agência nº 163, sob nº 001.010-0, destinada a receber as transferências dos Agentes Arrecadadores e dos Bancos Arrecadadores Master;
<u>Contas Autorizadas da Cedente:</u>	são as contas correntes mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal para recebimento dos valores transferidos pelo Banco Centralizador, relativos ao saldo da Conta Centralizadora não transferido para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados;
<u>Contas Autorizadas do Fundo:</u>	são as contas correntes mantidas pelo Fundo no Banco do Brasil S.A. para recebimento dos valores transferidos da Conta Centralizadora pelo Banco Centralizador;
<u>Contas Arrecadoras:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente nos Agentes Arrecadadores, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas Arrecadoras Master:</u>	são as contas de arrecadação das Contas de Água e Esgoto mantidas pela Cedente no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, conforme as disposições do plano contábil;
<u>Contas de Água e Esgoto:</u>	são as contas mensais de serviços de água e/ou esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III deste Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente em virtude da prestação de Serviços de Saneamento Básico aos Usuários;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o presente “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Votorantim Asset Management DTVM Ltda., do

	Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do BRB - Banco de Brasília S.A.;
<u>Contrato de Concessão:</u>	é o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, celebrado pela Cedente e pela ADASA em 23 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a exploração do Serviço de Saneamento Básico;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas:</u>	é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB", celebrado entre o Fundo e a Cedente;
<u>Contratos de Arrecadação:</u>	são os contratos de prestação de serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto firmados pela Cedente com o Banco do Brasil S.A. em 30 de setembro de 2009 e com a Caixa Econômica Federal em 02 de maio de 2005, conforme posteriormente aditados, além de outros contratos de arrecadação listados no Anexo II deste Contrato de Cessão;
<u>Contratos de Financiamento CAESB:</u>	são os contratos de financiamento celebrados pela CAESB e vigentes na data da celebração deste Contrato de Cessão, listados no Anexo X deste Contrato de Cessão;
<u>Cotas:</u>	são as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas;
<u>Cotas Seniores:</u>	são as Cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em série única, observado o disposto no Regulamento;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	são as Cotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo;
<u>Cotistas:</u>	são os titulares das Cotas;
<u>Cotistas Seniores:</u>	são os titulares das Cotas Seniores;
<u>Cotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Cotas Subordinadas;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	são os critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo Oito do Regulamento, a serem atendidos pelos Direitos Creditórios para que possam ser cedidos ao Fundo;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco do Brasil S.A., responsável pelos serviços de custódia, aplicação dos critérios de elegibilidade aos recebíveis e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356;

<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, conforme o caso, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo nos termos do Artigo 40º do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral das Cotas Seniores, que deverá coincidir com a última Data de Amortização das Cotas Seniores;
<u>Decreto 26.590/06:</u>	é o Decreto Distrital nº 26.590, de 23 de fevereiro de 2006, com suas alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 442, de 10 de maio de 1993, que dispõe sobre a classificação de tarifas dos Serviços de Água e Esgoto do Distrito Federal e dá outras providências;
<u>Direitos Creditórios:</u>	são os direitos de crédito que a Cedente detém ou que virá a deter contra os Usuários em razão: (a) da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico; e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente por meio dos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores;
<u>Direitos Creditórios Cedidos:</u>	são os direitos creditórios preferencialmente arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master e pelos demais Agentes Arrecadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, excetuando os Direitos Creditórios Onerados que não são passíveis de cessão, para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo;

<u>Direitos Creditórios Onerados:</u>	são (i) os Direitos Creditórios que estão onerados por meio de vinculação; e/ou (ii) o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionados por Direitos Creditórios referentes à arrecadação tarifária da Cedente em montante suficiente para o atendimento das garantias estabelecidas para os diversos Contratos de Financiamento CAESB, listados no Anexo X deste Contrato de Cessão;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	são as Contas de Água e Esgoto, cujo modelo se encontra no Anexo III deste Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador;
<u>Encargos do Fundo:</u>	são os encargos estabelecidos no Artigo 33º do Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	são os eventos definidos no Artigo 53º do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os eventos definidos no Artigo 54º do Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
<u>IGP-M:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Índice de Cobertura:</u>	representa 4,0 (quatro) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar pelas Contas Arrecadoras Master durante o Prazo de Duração do Fundo, conforme artigo 4º do Regulamento, apurado mensalmente pelo Custodiante, por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal verificado pelo Administrador, observado o disposto neste Contrato de Cessão;
<u>Instituições Intermediárias:</u>	são as seguintes instituições financeiras: BB - Banco de Investimento S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.;

<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são aquelas pessoas definidas como tal pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, e as pessoas autorizadas, pela legislação aplicável, a aplicar recursos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto:</u>	significa o montante total de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos Agentes Arrecadadores oriundos do pagamento de Contas de Água e Esgoto pelos Usuários, e de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente;
<u>Notificação de Solicitação de Relatórios:</u>	tem o significado estabelecido na Cláusula 4.3.2 deste Contrato de Cessão;
<u>Notificação de Solicitação de Transferência:</u>	tem o significado estabelecido na Cláusula 4.4.1 deste Contrato de Cessão;
<u>Parâmetro de Rentabilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 14 do Regulamento;
<u>Partes Relacionadas:</u>	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um do Regulamento;
<u>Prazo de Duração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor a ser pago pelo Fundo para a Cedente em contra partida da cessão de Direitos Creditórios;
<u>Quantidade Mínima Mensal:</u>	é a quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios Cedidos objeto das Transferências Mensais, calculada de acordo com a fórmula indicada no item 3.1 deste Contrato de Cessão;
<u>Quantidade Extraordinária:</u>	é a quantidade de Direitos Creditórios Cedidos objeto da Transferência Extraordinária;

<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
<u>Relatório de Arrecadação:</u>	é o arquivo informativo das quantias oriundas das Contas de Água e Esgoto enviadas diariamente pelos Bancos Arrecadores Master e Agentes Arrecadores à Cedente e ao Custodiante com os montantes de Contas de Água e Esgoto recebidas, na forma do Anexo V deste Contrato de Cessão;
<u>Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos:</u>	é o relatório informando a transferência de Direitos Creditórios Cedidos encaminhado pelo Administrador à Cedente, aos Bancos Arrecadores Master e aos Agentes Arrecadores, se aplicável, e ao Banco Centralizador nos termos da Cláusula 4.4.1 e na forma do Anexo VI deste Contrato de Cessão;
<u>Serviços de Saneamento Básico:</u>	são os serviços de captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto, prestados ou a serem prestados pela Cedente aos Usuários;
<u>Taxa DI:</u>	é a taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP;
<u>Taxa Selic:</u>	é a taxa apurada no SELIC, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas;
<u>Transferência Extraordinária:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1.2 da Cláusula Segunda deste Contrato de Cessão;
<u>Transferência Mensal:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1.1 da Cláusula Segunda deste Contrato de Cessão; e
<u>Usuários:</u>	são os usuários dos Serviços de Saneamento Básico prestados pela Cedente no Distrito Federal, nas categorias Residencial, Comercial e/ou Industrial.

1.2 Os demais termos iniciados com letras maiúsculas e utilizados neste Contrato de Cessão, no singular ou plural, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA II

DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1 A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, cede ao Fundo, que por sua vez adquire os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, oriundos da prestação futura de Serviços de Saneamento Básico representados por Contas de Água e Esgoto emitidas pela Cedente, além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Cedente, que venham a ser recebidos pela Cedente na Conta Centralizadora por meio dos Bancos Arrecadores Master e/ou por meio dos Agentes Arrecadores (os “Direitos Creditórios Cedidos”), sendo certo que os Direitos Creditórios Onerados estão excluídos dos Direitos Creditório Cedidos. Os Direitos Creditórios Cedidos serão imediatamente repassados da Conta Centralizadora para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo.

2.1.1 Até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação, nos termos da Cláusula 10.1, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores, caso aplicável, deverão transferir ao Banco Centralizador, o qual transferirá às Contas Autorizadas do Fundo, os recursos oriundos das parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos correspondente aos primeiros direitos creditórios vincendos a partir da data da transferência em questão, em montante em Reais equivalente à Quantidade Mínima Mensal, nos termos da Cláusula 3.1 a seguir (a “Transferência Mensal” ou a “Cessão Incondicionada”). A Transferência Mensal será, prioritariamente, alocada para a Conta Centralizadora pelos Bancos Arrecadores Master. Na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master para Transferência Mensal, serão utilizados os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadores.

2.1.2 Uma vez ocorrido um Evento de Avaliação, nos termos da cláusula 10.1 deste Contrato de Cessão, que corresponderá ao advento da cessão sob condição suspensiva e até que de outro modo autorizado em Assembleia Geral realizada nos termos do Regulamento, (i) os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores deverão transferir imediatamente à Conta Centralizadora os Direitos Creditórios vincendos; e (ii) o Banco Centralizador deverá transferir às Contas Autorizadas do Fundo os respectivos Direitos Creditórios Cedidos, a partir da data do evento da transferência mencionado no subitem (i) acima, em montante em Reais equivalente (a) ao valor total das Cotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais encargos decorrentes da liquidação do Fundo, deduzido (b) das disponibilidades do Fundo em moeda corrente nacional (a “Transferência Extraordinária”; “Quantidade Extraordinária” ou “Cessão sob Condição Suspensiva”). Os recursos ficarão depositados nas Contas Autorizadas do Fundo até que a Assembleia Geral decida se o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Liquidação, nos termos da Cláusula 4.5 deste Contrato de Cessão.

2.1.2.1 Na hipótese de os Direitos Creditórios então existentes nas Contas Arrecadoras Master e nas Contas Arrecadoras serem insuficientes para atender a Transferência Extraordinária em uma única data, deverão ser realizadas sucessivas Transferências Extraordinárias nas datas imediatamente subsequentes, até que o montante estabelecido na Cláusula 2.1.2 acima seja cumprido, sendo certo que não são passíveis de cessão os Direitos Creditórios Onerados.

2.1.3 Fica estabelecido que são considerados elegíveis para aquisição pelo Fundo os Direitos Creditórios nas categorias Residencial, Comercial e/ou Industrial.

2.1.4 As Contas de Água e Esgoto nas quais encontram-se lastreados os Direitos Creditórios Cedidos, cujo modelo se verifica no Anexo III deste Contrato de Cessão, emitidas pela Cedente, constituem os documentos comprobatórios da correta constituição do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos (os "Documentos Comprobatórios").

2.2 Por meio da presente Cessão Incondicionada, a partir da data de pagamento de seu respectivo preço, o Cessionário adquire a titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos e condições estabelecidos a seguir.

2.3 Pela cessão dos Direitos Creditórios Cedidos objeto deste Contrato de Cessão, o Cessionário pagará à Cedente, à vista, em moeda corrente nacional, na data em que as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas forem integralmente subscritas e integralizadas (a "Data de Pagamento do Preço de Aquisição"), o preço certo e ajustado de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) (o "Preço de Aquisição").

2.4 Na Data de Pagamento do Preço de Aquisição, o valor correspondente ao Preço de Aquisição será depositado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, via Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou por outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil, na conta corrente nº 5.338-4, agência 3307-3, mantida pela Cedente no Banco do Brasil S.A.

2.5 A cessão objeto do presente Contrato de Cessão transfere ao Cessionário, nos termos do artigo 286 e seguintes do Código Civil, a plena titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados.

2.5.1 A Cedente não se responsabiliza pela solvência dos Usuários, mas somente pela origem e existência dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como origem, existência e correta formalização dos Documentos Comprobatórios e pela liquidez e certeza dos valores neles indicados.

CLÁUSULA III

DAS TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

3.1 A quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios Cedidos objeto das Transferências Mensais, a ser calculada de acordo com a fórmula a seguir (a "Quantidade Mínima Mensal"), será, prioritariamente, alocada nos Bancos Arrecadores Master e, na hipótese de

insuficiência de recursos arrecadados nos Bancos Arrecadores Master em até 5 dias que antecedem o pagamento de amortização e juros para Transferência Mensal, serão utilizados os recursos arrecadados nos Agentes Arrecadores para atender a Quantidade Mínima Mensal, que será segregada do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e entregue ao Banco Centralizador na Conta Centralizadora mantida pela Cedente para posterior transferências às Contas Autorizadas do Fundo, nos termos da Cláusula Quarta a seguir, a partir da Data de Emissão, e em cada mês subsequente até a Data de Resgate.

$$QMMi = Ai + Ci \text{ no mês } i$$

Onde:

QMMi – Quantidade Mínima Mensal no mês i;

Ai – Montante referente à parcela de Amortização i, calculada conforme disposto na alínea (i) do Anexo III do Regulamento;

Ci – Custos mensais estimados dos Encargos do Fundo, referente ao mês de pagamento de Amortização i; e

i – 1, 2, 3, ..., 60 (ou mês de resgate da totalidade das Cotas Seniores em circulação)

3.1.1 Durante o período de carência, a Quantidade Mínima Mensal será calculada com base na estimativa de custos mensais e demais encargos do fundo, exceto para os meses que antecedem o pagamento de juros, quando será incluída a estimativa de juros a serem pagos no mês subsequente.

3.2 O cálculo da Quantidade Mínima Mensal e, se for o caso, da Quantidade Extraordinária, será realizado pelo Administrador, a partir da Data de Emissão, conforme o disposto neste Contrato de Cessão e no Regulamento, devendo o Administrador divulgar tais informações ao Custodiante, à Cedente, aos Bancos Arrecadores Master e aos Agentes Arrecadores, se aplicável, sempre que solicitado.

CLÁUSULA IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA ARRECADAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO E ENTREGA DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

4.1 A partir da Data de Emissão e até a integral transferência às Contas Autorizadas do Fundo dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como da totalidade dos montantes que venham a ser devidos pela Cedente ao Fundo sob o presente Contrato de Cessão, a parcela do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto relativa aos Direitos Creditórios Cedidos será transferida ao Fundo, nos termos estabelecidos a seguir.

4.2 A Cedente e o Cessionário constituem, durante toda a vigência deste Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretroatável, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores como agentes responsáveis pela arrecadação e repasse para a Conta Centralizadora

da totalidade das Contas de Água e Esgoto devidas à Cedente por Usuários. As Partes declaram que o estabelecimento dos Bancos Arrecadores Master e dos Agentes Arrecadores como agentes responsáveis pela arrecadação da totalidade das Contas de Água e Esgoto devidas à Cedente por Usuários foi condição para a celebração do presente Contrato de Cessão e que a forma de arrecadação e/ou recebimento das Contas de Água e Esgoto não poderá ser alterada pela Cedente, exceto (i) se prévia e expressamente autorizado por escrito pelo Administrador, nos estritos termos constantes da referida autorização; e (ii) para incluir novos Agentes Arrecadores, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.1 a seguir.

4.2.1 Sem prejuízo da imediata validade da cessão de Direitos Creditórios objeto do presente Contrato de Cessão, a Cedente deverá no ato da assinatura do presente Contrato de Cessão: (A) notificar os Agentes Arrecadores relacionados no Anexo II ao presente Contrato de Cessão, nos moldes da minuta de notificação que integra este Contrato de Cessão sob a forma de Anexo IV ao presente Contrato de Cessão, informando-os (i) acerca da existência do presente Contrato de Cessão, e (ii) instruindo-os a, caso solicitado pelo Administrador, nos termos desta Cláusula Quarta, a realizar as transferências que venham a ser solicitadas pelo Administrador, nos prazos e montantes por este estabelecidos; e (B) encaminhar ao Administrador, cópia de comprovação da referida notificação, atestando a ciência e concordância dos Agentes Arrecadores.

4.2.1.1. Na hipótese de Contratação de novos Agentes Arrecadores pela Cedente durante a vigência do presente Contrato de Cessão, a Cedente estará obrigada a: (A) simultaneamente à referida contratação, notificar o novo Agente Arrecador, nos moldes da minuta de notificação que integra este Contrato de Cessão sob a forma do Anexo IV deste Contrato de Cessão, (i) informando-o acerca da existência do presente Contrato de Cessão, e (ii) instruindo-o a, caso solicitado pelo Administrador, nos termos desta Cláusula Quarta, a realizar as transferências que venham a ser solicitadas pelo Administrador, nos prazos e montantes por este estabelecidos; (B) no dia útil imediatamente subsequente à celebração do contrato, convênio ou documento similar que venha a celebrar com o novo Agente Arrecador, informar ao Administrador, por escrito, e encaminhar a este cópia da notificação a que se refere o item "A" acima, atestando a ciência e concordância do novo Agente Arrecador com os termos da notificação. A contratação de novos Agentes Arrecadores estará condicionada à aceitação integral pelo novo Agente Arrecador, dos termos estabelecidos no presente Contrato de Cessão.

4.2.1.2. Na hipótese de a Cedente não cumprir, total ou parcialmente, o disposto nas Cláusulas 4.2.1 e 4.2.1.1 acima nos prazos nelas estabelecidos, fica desde já o Administrador autorizado a notificar os Agentes Arrecadores relacionados no Anexo II ao presente Contrato de Cessão e/ou os novos Agentes Arrecadores, se aplicável, em nome da Cedente. Para tanto, a Cedente outorga neste ato ao Administrador e ao Cessionário, procuração irrevogável nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, nos moldes da minuta que integra o presente Contrato de Cessão sob a forma de Anexo VII ao presente Contrato de Cessão, com poderes bastantes para (i) proceder, em seu nome, a notificação da celebração do presente Contrato de Cessão; e (ii) para solicitar a realização de transferências de recursos oriundos do recebimento de Contas de Água e Esgoto, nos prazos e montantes que venham a ser estabelecidos pelo Administrador.

4.3 Os Direitos Creditórios serão arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master e pelos Agentes Arrecadores para a prestação dos serviços de arrecadação das Contas de Água e Esgoto. O Custodiante realizará a seleção dos Direitos Creditórios Cedidos dentro do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, os quais serão repassados (i) à Conta Centralizadora; e (ii) às Contas Autorizadas do Fundo, conforme estabelecido a seguir.

4.3.1 A Quantidade Mínima Mensal objeto da Transferência Mensal e a Quantidade Extraordinária, caso aplicável, serão, prioritariamente, alocadas pelos Bancos Arrecadores Master e, na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master para Transferência Mensal e/ou Transferência Extraordinária, serão utilizados os recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadores para atender a Quantidade Mínima Mensal e/ou Quantidade Extraordinária, que serão selecionados do Montante Total da Arrecadação das Contas de Água e Esgoto, e entregue ao Banco Centralizador na Conta Centralizadora, o qual repassará a Quantidade Mínima Mensal e a Quantidade Extraordinária, caso aplicável, às Contas Autorizadas do Fundo, nos prazos e procedimentos estabelecidos nesta Cláusula Quarta e em cada mês subsequente até a Data de Resgate, durante o período que se inicia no primeiro dia útil, a partir da Data de Emissão.

4.3.2 Na hipótese de insuficiência do montante total da arrecadação das Contas de Água e Esgoto recebido pelos Bancos Arrecadores Master para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o Administrador enviará aos Agentes Arrecadores notificação de solicitação de Relatórios de Arrecadação, elaborada nos moldes do Anexo VIII ao presente Contrato de Cessão (a “Notificação de Solicitação de Relatórios”), para que estes entreguem ao Banco Centralizador e ao Custodiante, até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento da referida notificação, seus respectivos Relatórios de Arrecadação, nos termos da Cláusula 4.4 a seguir.

4.4 A partir (i) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, os Bancos Arrecadores Master, e (ii) do dia útil imediatamente posterior ao recebimento da Notificação de Solicitação de Relatórios, os Agentes Arrecadores, e até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, deverão enviar ao Custodiante e à Cedente o Relatório de Arrecadação. O Custodiante deverá verificar o Relatório de Arrecadação, selecionar os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

4.4.1 No dia útil imediatamente posterior ao recebimento do pagamento das Contas de Água e Esgoto nas Contas Arrecadoras Master, ou até que as transferências de recursos sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, o Administrador, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante em relação aos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, deverá encaminhar (i) o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos aos Bancos Arrecadores Master, e à Cedente, e (ii) a Notificação de Solicitação de Transferência, elaborada nos termos do Anexo IX ao presente Contrato de Cessão, aos Bancos Arrecadores Master, aos Agentes Arrecadores e ao Banco Centralizador (a “Notificação de Solicitação de Transferência”), informando os valores a serem transferidos para a Conta Centralizadora e, posteriormente, às Contas Autorizadas do

Fundo. Até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável, os Bancos Arrecadores Master e os Agentes Arrecadores deverão nos dias úteis imediatamente subsequentes ao do recebimento dos Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos transferir os recursos de titularidade do Fundo indicados pelo Custodiante das respectivas Contas Arrecadoras para a Conta Centralizadora. o Banco Centralizador por sua vez realizará o imediato repasse de tais recursos para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo a data de cada transferência doravante denominada de "Data de Transferência".

4.4.2 Até o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, o saldo total das Contas Arrecadoras Master deverá ser transferido para a Conta Centralizadora e, em seguida, para as Contas Autorizadas do Fundo nas Datas de Transferência.

4.4.3 Uma vez que (i) seja atingida a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária através das transferências de recursos realizadas no mês em questão e/ou (ii) até que se verifique a ocorrência de um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, o saldo da Conta Centralizadora será transferido em recursos imediatamente disponíveis, na mesma data prevista na Cláusula 4.4 acima, para as Contas Autorizadas da Cedente, exceto se de outro modo determinado pelo Administrador.

4.5 Na ocorrência de um Evento de Liquidação ou na ocorrência de um Evento de Avaliação que seja considerado, por deliberação da Assembleia Geral, como um Evento de Liquidação, o Administrador deverá determinar ao Banco Centralizador que transfira da Conta Centralizadora para as Contas Autorizadas do Fundo o produto total dos Direitos Creditórios arrecadados até que se atinja a Quantidade Extraordinária. Este procedimento perdurará até que o Banco Centralizador receba contra-ordem do Administrador com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos, observado o disposto nos Contratos de Arrecadação.

4.6 As transferências a serem realizadas para as Contas Autorizadas do Fundo nos termos do presente Contrato de Cessão, deverão ser realizadas em recursos imediatamente disponíveis até o dia útil imediatamente posterior ao recebimento dos respectivos (i) Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos pelos Bancos Arrecadores Master, e (ii) Notificações de Solicitação de Transferência pelos Agentes Arrecadores.

4.7 Sem prejuízo do envio dos Relatórios de Arrecadação por parte dos Bancos Arrecadores Master, o Custodiante manterá sistema de controle que permita a identificação, a qualquer tempo, dos Direitos Creditórios cujo produto tiver sido recebido pelos Bancos Arrecadores Master, creditado nas Contas Arrecadoras Master e transferidos para a Conta Centralizadora.

4.7.1. O Banco Centralizador enviará ao Administrador sempre que solicitado, o Relatório de Arrecadação nos termos do Anexo V a este Contrato de Cessão.

4.7.2. O repasse ao Banco Centralizador pela CAIXA será feito pelos recursos que sobejam a conta de reserva de titularidade da CAESB no Banco Centralizador e a Conta

Arrecadadora, mantidas pela CAESB naquela instituição como garantia aos Contratos de Financiamento CAESB vigentes e relacionados no Anexo X deste Contrato de Cessão.

CLÁUSULA V

DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 O Custodiante, com a anuência do Administrador, aceita a indicação da Cedente para exercer, na condição de fiel depositária, a guarda física dos originais dos Documentos Comprobatórios. A Cedente obriga-se a manter sob sua custódia, em meio eletrônico, ao menos uma via original dos Documentos Comprobatórios e dos arquivos recebidos dos Bancos Arrecadores Master e dos Agentes Arrecadores com a respectiva quitação das Contas de Água e Esgoto, aceitando sua nomeação como depositária, nos termos e para os efeitos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se, na condição de fiel depositária, pela guarda de tais Documentos Comprobatórios em nome do Custodiante e do Fundo até o pagamento integral das obrigações do Fundo.

5.5.1 A guarda e a manutenção da integridade dos arquivos eletrônicos originadores dos Documentos Comprobatórios será feita pela Cedente a título gratuito, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil.

5.2 Nos termos do artigo 38, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356, o Custodiante está dispensado de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios; (ii) a expressiva diversificação dos respectivos devedores; e (iii) o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios.

5.3 A Cedente, neste ato, expressamente autoriza o acesso irrestrito do Cessionário e do Custodiante, ou de qualquer pessoa que esses indicarem formalmente, aos Documentos Comprobatórios, nos endereços indicados no preâmbulo deste Contrato de Cessão, com o fim exclusivo de atendimento ao disposto neste Contrato de Cessão, ficando quaisquer terceiros indicados pelo Cessionário e/ou pelo Custodiante obrigados pela confidencialidade prevista na Cláusula XIV a seguir.

CLÁUSULA VI

DECLARAÇÕES DA CEDENTE

6.1 A Cedente declara e garante, neste ato, ao Cessionário, ao Custodiante e aos Bancos Arrecadores Master que:

- (a) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, devidamente autorizada a prestar o serviço de saneamento básico e para a celebração deste Contrato de Cessão e dos demais Documentos da Operação;
- (b) possui todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

- (c) foram obtidas todas as autorizações necessárias perante os órgãos competentes, em especial da ADASA, as quais foram outorgadas através do Despacho nº 91 de 06 de novembro de 2009, republicado em razão de incorreções/omissões no original publicado no DODF nº 215, de 09 de novembro de 2009, página 03, para a celebração deste Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação, e para a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial às relativas à cessão e transferência dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos;
- (d) os representantes legais que assinam este Contrato de Cessão e os demais documentos da operação têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Cedente, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos ali definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) o presente Contrato de Cessão e os demais documentos da operação constituem obrigações lícitas, válidas e exequíveis em conformidade com seus termos e condições contra a Cedente;
- (f) sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM, conforme aplicável, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento de suas obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão;
- (g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra a Cedente que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), excetuados aqueles que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto, com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- (h) todos os Direitos Creditórios Cedidos terão origem na legítima prestação de Serviços de Saneamento Básico aos Usuários, são de sua legítima e exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (i) não existe qualquer impedimento, em qualquer contrato, instrumento ou documento de que seja parte, que vede a cessão dos Direitos Creditórios nos termos do presente Contrato de Cessão;
- (j) seus sistemas eletrônicos dispõem de controles que não permitem a emissão de Contas de Água e Esgoto sem lastro e/ou em duplicidade;
- (k) a celebração do presente Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação, e a assunção, bem como a formalização e o cumprimento das obrigações

deles decorrentes não acarretam ou acarretarão, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza dos quais seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens de sua propriedade; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que esteja sujeita ou a que qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade esteja sujeito; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial, administrativa ou arbitral que lhe afete ou que afete qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade;

- (l) a cessão de Direitos Creditórios nos termos do presente Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre a Cedente e o Cessionário e entre a Cedente e o Banco do Brasil, seja na qualidade de Custodiante ou Banco Arrecadador Master, assim como entre o Cessionário e os Usuários;
- (m) a cessão dos Direitos Creditórios, na forma prevista neste Contrato de Cessão, não compromete a operacionalização e a continuidade da prestação de seus Serviços de Saneamento Básico;
- (n) não há qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação com relação à Cedente em curso;
- (o) todos os Contratos de Financiamento CAESB estão listados no Anexo X deste Contrato de Cessão; não havendo nenhum outro contrato de financiamento em vigor do qual a CAESB seja parte;
- (p) não descumpriu com as suas obrigações e a presente operação não infringe qualquer disposição decorrente dos Contratos de Financiamento CAESB;
- (q) não cederá ao Fundo nenhum dos Direitos Creditórios Onerados em virtude dos Contratos de Financiamento CAESB; e
- (r) não firmará, após a assinatura deste Contrato de Cessão, nenhum outro contrato que tenha como garantia direitos creditórios da Cedente pela prestação de Serviços de Saneamento Básico, ou qualquer contrato que altere o fluxo dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.

6.2 As declarações aqui prestadas pela Cedente subsistirão até a integral liquidação de suas obrigações perante o Fundo.

6.3 A Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Fundo decorrentes da inveracidade, omissão, incorreção ou inexatidão das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR

7.1 O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e garante, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, neste ato, que:

- (a) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
- (b) a celebração deste Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações destes decorrentes, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
- (c) os representantes legais que assinam o presente Contrato de Cessão e os demais Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu próprio nome ou por conta e ordem do Cessionário, conforme o caso, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos do presente Contrato; e
- (d) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, e estará validamente em funcionamento mediante o seu registro na CVM de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

7.2 O Administrador se obriga a obter e manter atualizadas, durante o prazo deste Contrato, todas as autorizações ou aprovações necessárias, nos termos da regulamentação aplicável, à constituição e ao funcionamento do Cessionário como um fundo de investimento em direitos creditórios.

7.3 As declarações aqui prestadas pelo Administrador, em nome próprio e em nome do Fundo, subsistirão até a integral liquidação de suas obrigações.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DO CUSTODIANTE

8.1 O Custodiante, devidamente autorizado na forma dos seus atos constitutivos, declara que:

- (a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a prestar o serviço de custódia qualificada, contabilidade e controladoria de ativos e passivos para o Fundo;

- (b) a celebração deste Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações destes decorrentes, estão devidamente autorizados pelos atos constitutivos;
- (c) os representantes legais que assinam o presente Contrato de Cessão e os demais documentos da operação têm poderes estatutários para assumir, em nome do Custodiante, as obrigações neles estabelecidas; e
- (d) encontra-se técnico e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar serviços de custódia e controladoria para o Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos deste Contrato de Cessão.

8.2 As declarações aqui prestadas pelo Custodiante subsistirão até a integral liquidação de suas obrigações.

CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER DA CEDENTE

9.1 A partir da assinatura deste Contrato de Cessão até que as obrigações do Fundo tenham sido integralmente liquidadas, a Cedente se compromete a:

- (a) preservar Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza, exceto se tais ônus ou gravames sejam constituídos em benefício do Fundo;
- (b) comunicar imediatamente ao Administrador a ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação; ou de quaisquer outros eventos que, após o decurso de tempo poderiam se tornar Eventos de Avaliação de que venha a tomar conhecimento, no prazo máximo de 48 horas da ciência do fato;
- (c) permitir ao Cessionário e ao Custodiante, ou a quem for por esses indicados, por escrito, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido (prazo este que poderá ser estendido por mais 5 (cinco) dias úteis mediante apresentação de justificativa razoável pela Cedente), acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os documentos a estes relacionados, inclusive os Documentos Comprobatórios;
- (d) praticar todos os atos que estiverem ao seu alcance para que os Usuários honrem as obrigações relacionadas aos Direitos Creditórios Cedidos para que os recursos oriundos da liquidação das Contas de Água e Esgoto sejam depositados nas Contas Arrecadoras Master e/ou nas Contas Arrecadoras, nos termos deste Contrato de Cessão e do Contrato de Arrecadação;

- (e) emitir, ou fazer com que sejam emitidas, as Contas de Água e Esgoto conforme os prazos e os termos estabelecidos pela Cedente pelo Decreto nº 26.590, de 23 de fevereiro de 2006, do Distrito Federal;
- (f) informar, imediatamente e por escrito, ao Custodiante e ao Administrador, qualquer alteração ocorrida em seu padrão de originação ou pagamento de direitos creditórios oriundos da prestação de serviço de saneamento básico aos seus Usuários, que possa afetar o cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato de Cessão;
- (g) incluir em suas demonstrações financeiras, sob a forma de nota explicativa, informação detalhada sobre a operação de cessão de Direitos Creditórios realizada por meio do presente Contrato de Cessão;
- (h) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Administrador (ou de auditor independente por esta contratado às suas expensas) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Cedente;
- (i) notificar imediatamente o Administrador sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Cedente que: (i) possa impossibilitar ou dificultar ou ter impacto negativo no cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações decorrentes dos documentos da operação ou do seu Contrato de Concessão; ou (ii) faça com que suas demonstrações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- (j) fornecer, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todas as informações necessárias para que o Administrador possa verificar se a Cedente está cumprindo com suas obrigações previstas no presente Contrato de Cessão;
- (k) informar imediatamente ao Administrador acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento com relação aos documentos da operação;
- (l) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no presente Contrato de Cessão, mantendo o Administrador informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- (m) transferir ao Cessionário e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que venha a receber com relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Cessionário, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência;

- (n) entregar ao Administrador, na data de assinatura do presente Contrato de Cessão, cópias: (i) do seu Estatuto Social; (ii) de todas as autorizações e aprovações necessárias, incluindo, mas não se limitando, às aprovações societárias e da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, à celebração e cumprimento do presente Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação dos quais a Cedente é parte; e (iii) dos eventuais mandatos outorgados a seus representantes para a assinatura do presente Contrato de Cessão e dos demais documentos da operação dos quais a Cedente é parte;
- (o) encaminhar ao Administrador, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato de Cessão;
- (p) encaminhar ao Administrador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra a Cedente apresentado por terceiros;
- (q) restituir aos Usuários valores cobrados a maior ou em desacordo com o Decreto nº 26.590/06, ainda que relativos a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- (r) realizar todos os atos necessários para a celebração e formalização dos Contratos de Arrecadação, bem como de seus aditamentos até as respectivas datas de vencimento, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação nesse sentido, conforme o modelo constante do Anexo I deste Contrato de Cessão;
- (s) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão dos Direitos Creditórios, em até 30 (trinta) dias das datas de cada uma das cessões realizadas nos termos deste Contrato de Cessão;
- (t) não onerar os direitos creditórios oriundos das suas atividades de saneamento básico, exceto se aprovado nos termos do Artigo 63 do Regulamento (parágrafo primeiro, alínea "a"); e
- (u) manutenção dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Cedente dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Cedente:
 - (i) relação entre Dívida Líquida da Cedente e EBITDA da Cedente menor ou igual a 3,5 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Cedente. Considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Cedente, o lucro da Cedente antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

- (ii) relação entre EBITDA da Cedente e Resultado Financeiro da Cedente maior ou igual a 3,5 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como “Resultado Financeiro” da Cedente, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo.

CLÁUSULA X

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

10.1 Serão considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes deste Contrato de Cessão, que não seja caracterizada como Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Cotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação, salvo nos casos onde existir previsão para prazos específicos diferenciados;
- (b) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da Cedente, de tal forma que impeçam ou afetem negativamente a cessão de Direitos Creditórios;
- (c) alteração na atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- (d) atraso no recebimento do Relatório de Arrecadação, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da notificação que lhe tenha sido encaminhada pelo Custodiante;
- (e) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou participante, ainda que na qualidade de garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M (ou, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo). Para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira: (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no BACEN; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do BACEN; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer

natureza, em especial as de natureza financeira: (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda a vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- (f) caso a classificação de risco das Cotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a AA-, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- (g) caso o Índice de Cobertura não seja atingido, quando do seu cálculo pelo Custodiante;
- (h) existência de evidências de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Contas de Água e Esgoto sem lastro e/ou em duplicidade;
- (i) rescisão ou resilição de qualquer dos Contratos de Arrecadação, pela Cedente ou por qualquer Banco Arrecadador Master ou Agente Arrecadador, sem a prévia anuência do Fundo;
- (j) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Cedente, em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não suspensa, cancelada ou garantida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir de sua intimação;
- (k) protesto de títulos contra a Cedente, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Cedente, ou se for suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada pelo Cartório de Protestos competente para regularização do protesto;
- (l) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra a Cedente que resulte(m), individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for suspensa, garantida ou paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) respectiva(s) decisão(ões) judicial(is);
- (m) verificação da inveracidade de qualquer declaração da Cedente nos termos do Contrato de Cessão, exceto se tal inveracidade for sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada da inveracidade;

- (n) ocorrência de fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Cedente;
- (o) Não observância dos parâmetros estabelecidos no Artigo 44 do Regulamento; e
- (p) evidência de que tenha recaído sobre os Direitos Creditórios qualquer ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza.

10.2 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

10.3 Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos parágrafos do Artigo 54 do Regulamento, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

10.4 São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei, em concessões de titularidade da Cedente que, individualmente ou não, representem mais de 30% (trinta) por cento da Receita Operacional Líquida da Cedente, verificado pelo Administrador, a cada 3 (três) meses, com base nas informações trimestrais da Cedente do mesmo período do exercício anterior;
- (b) adoção pela Cedente ou em face dela de qualquer procedimento análogo à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da legislação aplicável à Cedente, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- (c) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão;
- (d) alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Cedente que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios;
- (e) caso ocorra a rescisão deste Contrato de Cessão;
- (f) caso os Cotistas reunidos em Assembleia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (g) caso quaisquer dos titulares das Cotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito do Regulamento, na forma ali estabelecida;

- (h) caso o titular das Cotas Subordinadas não aprovar o novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores, conforme o disposto no parágrafo terceiro do Artigo 43 do Regulamento;
- (i) caso os titulares das Cotas Seniores não aprovem a proposta dos titulares das Cotas Subordinadas quanto ao novo parâmetro de remuneração das Cotas Seniores, conforme o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 43 do Regulamento;
- (j) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do Artigo 6º do Regulamento;
- (k) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; e
- (l) caso o Índice de Cobertura não seja atendido por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses.

10.4.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) notificar os Cotistas; e (ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos itens 10.4.2 e 10.4.3 seguintes.

10.4.2 Na ocorrência da hipótese prevista no item 10.4.1, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Cotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Cotas Seniores, pelo valor das mesmas nos termos do artigo 43 do Regulamento, aos cotistas dissidentes que o solicitarem.

10.4.3 Observada a deliberação dos Cotistas na Assembleia Geral referida no item 10.4.2, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Cotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe de Cotas, e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação, observado o disposto no item 10.4.4 a seguir.

10.4.4 Caso, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, os Direitos Creditórios arrecadados pelos Bancos Arrecadores Master não sejam suficientes para atingir a Quantidade Extraordinária, o Administrador deverá proceder à notificação dos Agentes Arrecadores para que complementem a transferência de Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Capítulo Nove do Regulamento.

10.5 As verbas pagas aos titulares das Cotas, a título de resgate antecipado de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, ao pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, ao pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no item 10.4.1 somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas.

10.6 Caso, 90 (noventa) dias após a data da realização da Assembleia Geral a que se refere o item 10.4.2, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas, e desde que mediante aviso prévio aos Cotistas até 60 (sessenta) dias depois da data da realização da Assembleia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Cotas mediante dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação.

10.7 Para fins do disposto no item 10.6 acima, os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros dados em pagamento aos titulares das Cotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Cotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Cotas Seniores (i) para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas faz jus.

10.8 Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Cotas em circulação.

10.9 Os Direitos Creditórios Onerados não são objetos da cessão dos Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão, não afetando, portanto, a preferência dos créditos da União e da CAIXA, nos termos do item 6 do Ofício nº 0068/2009/SUSAN/GESAN, de 22 de maio de 2009.

CLÁUSULA XI

RESILIÇÃO PELA CEDENTE

11.1 Este Contrato de Cessão poderá ser resilido pela Cedente, mediante comunicação enviada ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data da resilição, nas hipóteses de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação nas alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas, contribuições, presentes ou futuras, que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente, ou (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares de Cotas Seniores reunidos em Assembleia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato de Cessão.

11.2 O exercício do direito previsto na Cláusula 11.1 não exime a Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações avençadas neste Contrato de Cessão, inclusive o disposto na Cláusula 11.3 a seguir, e do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização das Cotas Subordinas e que já estejam exigíveis, ou que se tornem exigíveis em razão da resilição deste Contrato, na data do recebimento da comunicação referida na Cláusula 11.1, assim como não prejudicará o direito de o Fundo exigir, por todos os meios admitidos por lei, o cumprimento da obrigação.

11.3 O exercício do direito de rescisão deste Contrato de Cessão previsto na Cláusula 11.1 é condicionado à restituição, pela Cedente ao Fundo, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação da rescisão ao Administrador, da Quantidade Extraordinária, sendo que apenas após, o Administrador adotará as providências para a liquidação do Fundo.

CLÁUSULA XII PENALIDADES E MULTAS

12.1 O inadimplemento pela Cedente, de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos do presente Contrato de Cessão, desde que, após devidamente notificado e, após 5 (cinco) dias úteis não tenha sido sanado, sujeitará a Cedente inadimplente ao pagamento de uma multa, de caráter não compensatório, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

12.2 Na hipótese da Cedente ter prestado qualquer declaração falsa que recaia sobre a existência, validade e/ou eficácia de qualquer tipo de ônus sobre os Direitos Creditórios Cedidos, nos termos da Cláusula VI acima, a Cedente estará sujeita ao pagamento de multa, de caráter não compensatório, até o montante dos Direitos Creditórios Cedidos que foram cedidos indevidamente ao Fundo, sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

12.3 O inadimplemento de qualquer uma das Partes, de qualquer uma das obrigações assumidas neste Contrato de Cessão, independente de aviso prévio ou notificação, acarretará à Parte inadimplente os seguintes encargos: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* da ocorrência do inadimplemento até que este seja sanado, e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o respectivo valor devido.

12.4 O valor da multa estabelecida na Cláusula 12.1 acima será corrigido anualmente pela variação positiva do IGP-M, ou em menor periodicidade se admitido por lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, sendo a multa aplicada pelo seu valor vigente na data do inadimplemento.

CLÁUSULA XIII PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 O presente Contrato de Cessão começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral das obrigações do Fundo.

CLÁUSULA XIV CONFIDENCIALIDADE

14.1 Cada uma das Partes e os Intervenientes (em conjunto, as "Partes Obrigadas" e, individualmente, a "Parte Obrigada") obrigam-se a manter confidenciais todos os dados e informações, verbais ou escritas a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude do presente

Contrato de Cessão (as “Informações Confidenciais”), ficando desde já estabelecido que: (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão (os “Representantes”); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

14.2 As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar quaisquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula XIV por parte de quaisquer dos seus respectivos Representantes.

14.3 Caso quaisquer das Partes Obrigadas ou quaisquer de seus Representantes sejam obrigados, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

14.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento, obtido de forma lícita, de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato de Cessão; e (iii) cuja divulgação seja exigida nos termos da regulamentação aplicável ao Cedente e/ou ao Cessionário.

14.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula XIV não se aplicará à utilização, pelo Cessionário, de Informações Confidenciais para: (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Cotas; e (ii) a execução de qualquer documento da operação e de quaisquer obrigações dali decorrentes.

14.6 O dever de confidencialidade ora referido sobreviverá ao término deste Contrato de Cessão pelo prazo de 3 (três) anos, estando seu descumprimento, a qualquer tempo durante a vigência do dever ora referido, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato de Cessão, sujeito às penalidades estabelecidas na Cláusula XII acima.

CLÁUSULA XV COMUNICAÇÕES

15.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e pelos Intervenientes nos termos deste Contrato de Cessão deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(a) se para a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, na qualidade de Cedente:

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Avenida Sibipiruna, lotes 13 a 21, Ed. Araguaia - 1º andar – Águas Claras
CEP: 71.928-720, Brasília - DF
Telefones: (61) 3213-7128/ 3213 7292
Correio eletrônico: geraldofaria@caesb.df.gov.br

b) se para o BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Administrador:

BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Praça Quinze de Novembro
20 Ed. Bolsa V, Bairro: Centro
CEP: 20.010-010, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3808 - 7500
Fax: (21) 3808 - 7506
Correio eletrônico: bbdvnm@bb.com.br

c) se para a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., na qualidade de Gestora:

Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A – 7º Andar
CEP 04794-000, São Paulo – SP
At.: Reinaldo Lacerda ou Mariana F. Camargo
Telefone: (11) 5171 - 5038
Fax: (11) 5171 - 5194
Correio eletrônico: reinaldo.lacerda@vam.com.br / mariana.camargo@vam.com.br / leonardo.bieberbach@vam.com.br

d) se para o Banco do Brasil S.A., na qualidade de Custodiante:

Banco do Brasil S.A.
Rua Lúlio Gama, 105, 38º andar
CEP 20031-080, Rio de Janeiro
At.: Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos
Telefone: (21) 3808-3625
Fax: (21) 3808-3239
Correio eletrônico: cqualificada@bb.com.br

e) se para a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Banco Arrecadador Master:

Caixa Econômica Federal

SCS - Quadra 04 - Bloco A - Lj 240 - Brasília (DF)
Telefone: (61) 2196-0108
Fax: (61) 2196-0151
Correio Eletrônico: vaniaamaral@caixa.gov.br

f) se para o Banco do Brasil S.A., na qualidade de Banco Arrecadador Master:
Banco do Brasil S.A.
Sen Quadra 2 Bloco A Nº190 Sala 501
Edifício Corporate Financial Center - Asa Norte - Brasília (DF) Cep: 70712-900
Telefone: (61) 3104-5777
Fax: (61) 3104-5805
Correio eletrônico: age3307@bb.com.br

g) se para o BRB - Banco de Brasília S.A., na qualidade de Banco Centralizador:
BRB - Banco de Brasília S.A.
SCS - Quadra 05 - Bloco A - Lj 3, 10, 20 - Brasília (DF)
Telefone: (61) 3412 - 8200
Fax: (61) 3411 - 8201
Correio Eletrônico: josemaria@brb.com.br

15.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão, deverão ser emitidas com cópia para o Custodiante e para o Administrador com aviso de recebimento, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

15.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

15.3.1 Para os fins da Cláusula 15.3 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XVI

EXECUÇÃO ESPECÍFICA

16.1 As Partes reconhecem, desde já, que suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão estão sujeitas à execução específica, nos termos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

16.1.1 Salvo se a obrigação estiver sujeita a prazo específico nos termos deste Contrato de Cessão, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Cessão serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela respectiva Parte, da notificação que constitui-la em mora, ficando facultada à Parte credora, a adoção das medidas judiciais

necessárias (i) à tutela específica, ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461 do Código de Processo Civil Brasileiro.

16.1.2 As Partes desde já, expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada na Cláusula XV acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

16.1.3 Todas as disposições contidas neste Contrato de Cessão, que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Cessionário, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

CLÁUSULA XVII DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes e pelos Intervenientes.

17.2 As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

17.3 Os Anexos a este Contrato de Cessão constituem parte integrante e inseparável do presente Contrato de Cessão. Em caso de divergência entre o previsto neste Contrato de Cessão e em seus Anexos, prevalecerão as disposições deste Contrato de Cessão. Não obstante, reconhecem as Partes a unidade e incidibilidade das disposições deste Contrato de Cessão e de seus Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

17.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão.

17.5 O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes, com relação ao objeto deste Contrato de Cessão, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

17.6 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

17.7 O presente Contrato de Cessão, seus aditamentos, caso haja, celebrados nos termos deste Contrato de Cessão, serão registrados pelo Administrador nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que foram

firmados, e a firma dos representantes da Cedente que assinam este Contrato de Cessão deverão ser devidamente reconhecidas, ficando a Cedente exclusivamente responsável pelo pagamento de todos os custos e despesas com tais registros.

17.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato de Cessão poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

17.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato de Cessão, entende-se por “dia útil” segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

17.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecurável, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

17.11 O presente Contrato de Cessão não constitui um contrato aleatório para os fins dos Artigos 458 a 461 do Código Civil.

17.12 As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato de Cessão é celebrado respeitando-se os princípios de probidade e boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA XVIII FORO

18.1 Fica eleito o foro do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato de Cessão, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas a seguir assinadas.

Rio de Janeiro, [●] de maio de 2010

**COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB (na
qualidade de Cedente)**

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

**BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A. (na qualidade de Administrador do Fundo)**

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT LTDA. (na qualidade de Gestora do Fundo)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BANCO DO BRASIL S.A. (na qualidade de Custodiante e Banco Arrecadador Master)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (na qualidade de Banco Arrecadador Master)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. (na qualidade de Banco Centralizador)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

ANEXO I AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MODELO DE CONTRATO DE ARRECADAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITA DE CONTAS/FATURAS DE ÁGUA E ESGOTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB E O BANCO [●], COM AS INTERVENIÊNCIAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, DO BANCO DO BRASIL S.A. E DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., NA FORMA ABAIXO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, sociedade de economia mista do Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.082.024/0001-37 e na CF-DF sob o nº 07324667/001-67, com sede na Avenida Sibipiruna, lotes 13/15, Ed. Araguaia -1º andar –Águas Claras -DF, doravante denominada CAESB, neste ato representada por seu Presidente **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 1142293 SSP-MG e CPF nº 131.653.806-00 e pelo Diretor de Gestão **MÁRCIO CAMPOS LUTTEMBARCK**, brasileiro, casado, portador do RG nº 399.443 SSP-DF e CPF nº 169.609.396-15, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, e, do outro lado, o/a **BANCO [●]**, [qualificação], [qualificação do representante], e como intervenientes anuentes o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB**, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.225.344/0001-15, constituído sob a forma de condomínio fechado, doravante denominado Fundo, neste ato representado, na forma de seu Regulamento, pelo seu administrador, a **BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Pr. Quinze de Novembro, 20, Ed. Bolsa V – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69, doravante denominado Administrador, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social; o **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra I, Bloco G, Ed. Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social e na qualidade de agente arrecadador e Prestador de Serviços de Custódia para o Fundo, doravante denominado Custodiante; e o **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.**, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCS, Quadra 5, Bloco A, Loja 3, 10, 20 - Brasília, DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.208/0001-00, doravante denominado Banco Centralizador. Tendo em vista a autorização do Diretor de Gestão da CAESB por **inexigibilidade de licitação**, e ratificada pelo Sr Presidente da CAESB, à fls do processo tem entre si justa e avençada a celebração do presente contrato, vinculando-se as partes ao disposto no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, republicada no DOU em 06 de julho de 1994, correspondente ao art. 24 *caput* do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB, e à Lei nº 8.883/94, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Resolvem as Partes firmar o Contrato de Arrecadação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

O BANCO [•] assume a responsabilidade pela arrecadação de receita de contas-faturas de água e coleta de esgotos emitidas pela CAESB, através de sua rede de agências e em todos os canais de atendimento, no Distrito Federal, inclusive mediante débito automático em conta-corrente de clientes e através do intercâmbio de informações por meio magnético.

CLÁUSULA SEGUNDA DO RECEBIMENTO

O BANCO [•] obriga-se, por meio de suas agências e todos os seus canais de atendimento, a receber e quitar contas-faturas de água e coleta de esgotos, indiscriminadamente, sejam ou não clientes do BANCO [•], sem restrições de horário, obedecendo aos dispositivos constantes das normas do Banco Central e da rede bancária local.

CLÁUSULA TERCEIRA DO DÉBITO EM CONTA

Para contas-faturas de água e coleta de esgotos debitadas em conta corrente a CAESB efetuará a transmissão e recepção dos arquivos, relativo ao sistema de débito automático, em conta-corrente - DCO, por meio de transmissão eletrônica. O BANCO [•] terá até o 1º (primeiro) dia útil após o processamento do débito para disponibilizar o retorno das informações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O BANCO [•] providenciará junto a CAESB o cadastramento e o descadastramento dos seus clientes, nos termos da resolução CMN nº 3.694 de 26 de abril de 2009.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CAESB poderá efetuar o descadastramento de clientes no seu sistema quando julgar necessário, informando o BANCO [•] através de arquivo eletrônico, para efetuar o respectivo descadastramento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O BANCO [•] ao cadastrar os clientes deverá prestar todas as informações sobre o funcionamento deste sistema além de informar a época para início dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - O BANCO [•] processará o arquivo eletrônico recebido da CAESB, efetuando os lançamentos nas contas correntes dos clientes, nas datas de vencimentos identificadas no mesmo, mediante consulta de saldo, obedecendo às especificações técnicas descritas no manual de procedimentos (padrão FEBRABAN), que passa a fazer parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A CAESB indicará, nos avisos a serem enviados aos clientes, mensagem relativa ao "débito automático em conta-corrente". A ausência da mensagem indicará que o débito em conta-corrente não será feito naquele mês, e que a conta-fatura de água e coleta de esgotos deverá ser paga através de uma das alternativas de pagamento oferecidas pela CAESB.

PARÁGRAFO SEXTO - Os contratantes se comprometem a comunicar de forma expressa e antecipada, quaisquer alterações que queiram introduzir na sistemática de

débito automático em conta-corrente, de modo a evitar prejuízos da imagem do produto junto à clientela.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso a data prevista para o débito não seja dia útil, os débitos serão postergados para o 1º (primeiro) dia útil subsequente.

PARÁGRAFO OITAVO - As faturas de água e coleta de esgotos, com pagamento comprovado pelo cliente, cujo o valor não tiver sido creditado à CAESB, deverão ser regularizadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de a CAESB debitar tais valores da fatura mensal de serviços.

PARÁGRAFO NONO - A CAESB autoriza o BANCO [•] a debitar em sua conta de livre movimentação, ou a deduzir do total apurado para repasse, valores referentes a débitos de terceiros quitados de forma fraudulenta em conta de clientes o BANCO [•], desde que a operação fraudulenta esteja devidamente comprovada por dossiê contendo a documentação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA DA ENTREGA DA ARRECADAÇÃO

O BANCO [•] deverá disponibilizar um serviço de comunicação eletrônica pactuado previamente com a CAESB e o Custodiante, podendo ser próprio ou de terceiros, para que a CAESB possa, diariamente, transmitir os arquivos contendo os dados correspondentes aos valores a serem debitados e receber os dados relativos à arrecadação do BANCO [•]. Na impossibilidade de execução da transmissão eletrônica prevista na Cláusula Terceira, do BANCO [•] entregará à CAESB e ao Custodiante, no 1º dia útil posterior ao da arrecadação, no horário de 08:00 às 11:00, arquivo eletrônico contendo a arrecadação não transmitida, obedecendo ao padrão FEBRABAN.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comprovação da arrecadação será mantida pelo BANCO [•] por 60 (sessenta) dias, ficando à disposição da CAESB, do Custodiante e do Fundo, para eventuais consultas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido que a arrecadação proveniente de transmissão eletrônica bem como as regularizações a crédito ou a débito, também implicarão em lançamentos contábeis e serão obrigatoriamente informados à CAESB e ao Custodiante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo divergência entre o valor Aviso de Crédito e os arquivos de arrecadação, a CAESB comunicará o BANCO [•], por escrito, a diferença constatada e esta terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da comunicação, para enviar à CAESB o Aviso de Lançamento regularizando a diferença apurada. Caso haja necessidade de ampliação deste prazo, o BANCO [•] comunicará por escrito este fato à CAESB e ao Custodiante.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o BANCO [•] cadastre clientes para débito em conta indevidamente ou efetue arrecadação de qualquer Conta/Fatura de Água e Esgotos sem o respectivo envio à CAESB dos arquivos, dentro dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, ficará sujeita às seguintes penalidades, a critério da CAESB, que serão aplicadas cumulativamente, quando for o caso:

a) por dia de atraso, o BANCO [•] pagará à CAESB a importância correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor do importe da conta acrescido da variação pro-rata da Taxa Referencial – TR ou qualquer outro índice que venha a substituí-la;

b) se houver prejuízo ao usuário, por cobrança de reaviso, de multa, desligamento indevido e outros, a CAESB cobrará do BANCO [•] o valor do reaviso, da taxa de

religação, da multa e outros que forem devidos, bem como o valor total da indenização que tiver que ressarcir ao usuário.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando houver motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado, não se aplicará o disposto no Parágrafo Quarto desta Cláusula, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEXTO - Decorridos 60 (sessenta) dias da remessa dos arquivos eletrônicos, prevista nesta cláusula e desde que não haja contestação por parte da CAESB e do Administrador, relativamente às pendências porventura existentes, é facultada ao BANCO [•] a eliminação dessa documentação, não lhe cabendo qualquer responsabilidade na prestação das informações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA DA TRANSFERÊNCIA

O produto da arrecadação será transferido para a conta corrente mantida pela CAESB no Banco de Brasília – BRB, na agência nº 163, sob nº001.010-0 – Conta Centralizadora ou outra conta a ser indicada a critério da CAESB, na praça de Brasília/DF, via DOC's ou TEDs, cujo procedimento será definido por troca de correspondência entre as partes. Após esta transferência, para a Conta Centralizadora, o produto da arrecadação pertencente ao Fundo, referente aos direitos creditórios cedidos segregados pelo Custodiante para atendimento da Quantidade Mínima Mensal (conforme definido no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"))e, se for o caso, a Quantidade Extraordinária (conforme definido no Contrato de Cessão), a qual faz jus o Fundo, deverá ser transferido para uma Conta Autorizada do Fundo (conforme definido no Contrato de Cessão), mediante comunicação prévia do Administrador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica estabelecido que a transferência de que trata esta cláusula será efetivada no 2º (segundo) dia útil seguinte ao da arrecadação.

CLÁUSULA SEXTA DOS CHEQUES COMPENSÁVEIS

A CAESB e o Fundo autorizam o BANCO [•] a acolher cheques compensáveis – à sua ordem, e, desde já outorgam poderes especiais para endosso. Autorizam, também, o estorno em sua Conta Centralizadora dos cheques emitidos pelos usuários que forem devolvidos pelos Bancos sacados, desde que reapresentados, os quais serão encaminhados à CAESB e ao Fundo com os respectivos avisos de estorno, exceto aqueles cuja devolução seja de responsabilidade do BANCO [•].

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São devoluções de responsabilidade do BANCO [•]:

- Falta de assinatura;
- Rasura ou irregularidade no preenchimento;
- Compensação indevida; e
- Valor divergente da Contas/Faturas de Água e Esgotos ou parcelas de financiamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O BANCO [•] obriga-se a anotar, no verso do cheque, o número de identificação do cliente, impresso na Contas/Faturas de Água e Esgotos que estiver sendo quitada, com vista à perfeita localização do usuário em caso de devolução do respectivo cheque.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o BANCO [•] venha a estornar da Conta da CAESB cheque cuja devolução seja de responsabilidade do BANCO [•], a operação deverá ser revertida em até 5 (cinco) dias, após comunicado pela CAESB e/ou pelo Fundo.

PARÁGRAFO QUARTO - A CAESB e o Fundo não arcarão com quaisquer ônus dos cheques emitidos pelos usuários que forem devolvidos pelos Bancos sacados.

CLÁUSULA SÉTIMA DA CONFIRMAÇÃO DE SALDOS

O BANCO [•] obriga-se a entregar à CAESB e ao Administrador, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o extrato da conta de arrecadação, relativa ao mês anterior, acompanhado de carta com a confirmação do saldo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O descumprimento do disposto nesta Cláusula facultará à CAESB a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA DA OBRIGAÇÃO

O BANCO [•] não poderá conceder nenhum desconto ao usuário, bem como receber parte de uma conta-fatura de água e coleta de esgotos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O BANCO [•] se obriga a comunicar à CAESB e ao Administrador qualquer alteração que faça na numeração da conta de arrecadação, em sua razão social, bem como a mudança de endereço de qualquer ponto de arrecadação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica vedado o recebimento de qualquer importância a favor da CAESB e do Fundo que não corresponda ao pagamento de Contas/Faturas de Água e Esgotos.

CLÁUSULA NONA DA TARIFA

Nenhuma tarifa será devida ao BANCO [•] pelos usuários dos serviços de água e esgotos em decorrência da prestação de serviços de arrecadação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A remuneração do BANCO [•] pelos serviços prestados será de R\$ 0,62 (sessenta e dois centavos) por documento recebido na modalidade de débito em conta corrente; R\$ 1,09 (um real e nove centavos) por documento recebido via guichê do BANCO [•] e transações efetuadas pelo atendimento virtual, via auto atendimento – Home-Office e Internet Banking e R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) por documento recebido, via guichê das agências, com valor superior a R\$ 1.000,01 (um mil reais e um centavo).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CAESB paga ao BANCO [•] mensalmente o valor correspondente à tarifa contratada, até 10 dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao mês de apuração.

CLÁUSULA DÉCIMA FONTE DE RECURSOS/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros são próprios do BANCO [•].

As despesas correrão à conta da rubrica 33.90.39. Código 12.903.906.300-0.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DO PRAZO

O presente contrato terá prazo de vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser alterado, por mútuo acordo, sendo facultado às partes denunciá-lo, em qualquer tempo, sem que o uso dessa prerrogativa dê direito a qualquer indenização. A denúncia far-se-á por escrito e produzirá efeito 30 (trinta) dias após a sua comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DO REAJUSTE

Os preços propostos serão reajustados anualmente de acordo com a Lei 8.880/94 e Diretrizes para Reajustamento da CAESB, obedecendo a seguinte fórmula:

$$Pr = Po \times (IGPM_t / IGPM_o)$$

onde:

Pr = Preço Reajustado

Po = Preço Básico

IGPM = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

"o" = mês anterior a assinatura do contrato

"t" = mês anterior ao reajuste

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA RESCISÃO

A iniciativa de rescisão imediata por parte da CAESB, independentemente de interpelação judicial e providências quaisquer de ordem administrativa, dar-se-á quando o BANCO [*]:

- a) não cumprir qualquer das obrigações estipuladas;
- b) transferir o convênio a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia anuência da CAESB;
- c) a rescisão do deste Contrato de Arrecadação ocorrerá imediatamente caso a CER entre em regime de insolvência ou falência.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

A demora no exercício ou mesmo na utilização, por parte da CAESB e/ou do Fundo, de qualquer faculdade sua decorrente deste Contrato de Arrecadação, não será considerada como renúncia, novação, ou omissão do aqui disposto, podendo a faculdade a qualquer tempo ser exercida.

PARÁGRAFO ÚNICO - O BANCO [*], neste ato, declara conhecer e concordar integralmente com todos os termos e condições do Contrato de Cessão, cuja cópia lhe foi entregue, obrigando-se a cumpri-los, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA DA REVOGAÇÃO

Este Contrato revoga todos os convênios que versem sobre este assunto, anteriormente firmados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA DO FORO

Fica eleito, de comum acordo, o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, como competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem em absoluta e total concordância, firmam as partes o presente instrumento, em 06 (seis) vias, na presença das testemunhas abaixo indicadas, que declaram conhecer o inteiro teor deste Contrato, o qual entrará em vigor na data de sua assinatura, que dão por abonadas em juízo ou fora dele, obrigando por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipuladas.

Brasília, de de 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

1. _____ 2. _____

Por: _____ Por: _____

Cargo: _____ Cargo: _____

BANCO [•]

1. _____ 2. _____

Por: _____ Por: _____

Cargo: _____ Cargo: _____

Interveniente anuente:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

1. _____ 2. _____

Por: _____ Por: _____

Cargo: _____ Cargo: _____

Interveniente anuente:

BANCO DO BRASIL S.A.

I. _____	2. _____
Por: _____	Por: _____
Cargo: _____	Cargo: _____

Interveniente anuente:

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.

I. _____	2. _____
Por: _____	Por: _____
Cargo: _____	Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

ANEXO II AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [*] DE MAIO DE 2010

LISTA DE AGENTES ARRECADADORES E CONTRATOS DE ARRECADAÇÃO EXISTENTES E DISPONIBILIZADOS PELA CEDENTE NA DATA DE CELEBRAÇÃO DESTE CONTRATO DE CESSÃO

CONTRATOS DE ARRECADAÇÃO

Nº do Contrato	Agentes Arrecadadores	Vigência	Data da Assinatura do Contrato
6346	Banco HBSC Bank Brasil S.A.	5 anos	08/08/2008
6550	Banco do Brasil S.A.	5 anos	30/09/2009
6561	Banco BRB - Banco de Brasília S.A.	5 anos	19/08/2009
6631	Banco Bradesco S.A.	5 anos	01/10/2009
6779	Caixa Econômica Federal S.A.	5 anos	02/05/2005
7113	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	5 anos	23/08/2006
7148	BANCOOOB - Banco Cooperativo do Brasil S.A.	5 anos	09/11/2006
7149	Banco Santander Brasil S.A.	5 anos	09/11/2006
7485	Banco da Amazônia S.A.	5 anos	28/03/2008
7494	Banco Itaú S.A.	5 anos	05/05/2008
S/N	Banco Mercantil do Brasil S.A.	5 anos	24/09/2009

ANEXO III AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MODELO DE CONTA DE ÁGUA E ESGOTO



COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
Av. Scliphrusa - Lta. 1321 - Águas Claras-DF - CEP 71923-720
INSCRIÇÃO NO CF/DF: 07.324.667/001-67
CNPJ: 00.982.024/0001-37

MÊS/ANO:
VENCIMENTO:
INSCRIÇÃO:

CONSUMO	PREÇO	VALOR	CONSUMO	PREÇO	VALOR	CONSUMO	PREÇO	VALOR	CONSUMO	PREÇO	VALOR
ÁGUA	1,00	1,00	ÁGUA	1,00	1,00	ÁGUA	1,00	1,00	ÁGUA	1,00	1,00
ESGOTO	1,00	1,00	ESGOTO	1,00	1,00	ESGOTO	1,00	1,00	ESGOTO	1,00	1,00
TOTAL			TOTAL			TOTAL			TOTAL		

INFORMAÇÕES SOBRE QUALIDADE DA ÁGUA - ENDEREÇOS DOS ESCRITÓRIOS - CONTAS E OUTROS SERVIÇOS
INTERNET: www.caesb.df.gov.br
TELEFONE 24 HORAS: **115**
ATENÇÃO PESSOAL: Escritório: dias úteis das 11h às 17h

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA
A CAESB, atendendo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 5413, de 04 de maio de 2009, tem os seguintes dados no controle de qualidade da água:
- São 30 pontos de amostragem, distribuídos em 2305 bairros, para monitoramento do abastecimento público, sendo que a CAESB realiza o monitoramento de parâmetros de acordo com as determinações da Resolução CONAMA 357/B, visando a qualidade das águas destinadas aos seres humanos para consumo humano.
- A CAESB possui um laboratório próprio, localizado em São Paulo, DF, para análise de qualidade de água, atendendo às necessidades de monitoramento e controle da qualidade da água.
- A qualidade da água fornecida é controlada durante todo o processo de distribuição, desde a entrada na rede de distribuição até a chegada ao consumidor final.
- No caso de reclamações, a CAESB possui um canal de atendimento ao consumidor, pelo telefone 115, para receber e resolver as reclamações dos consumidores.
- Para monitorar a qualidade da água, a CAESB realiza análises de rotina, em pontos estratégicos, para garantir a qualidade da água fornecida aos consumidores.

QUALIDADE DA ÁGUA - PARÂMETROS ANALISADOS
Tabela 1: Tabela com os dados de qualidade da água, analisados em 2009.
Com base nos dados da Tabela 1, a CAESB possui um sistema de monitoramento da qualidade da água, visando a qualidade das águas destinadas aos seres humanos para consumo humano.
- A CAESB possui um laboratório próprio, localizado em São Paulo, DF, para análise de qualidade de água, atendendo às necessidades de monitoramento e controle da qualidade da água.
- A qualidade da água fornecida é controlada durante todo o processo de distribuição, desde a entrada na rede de distribuição até a chegada ao consumidor final.
- No caso de reclamações, a CAESB possui um canal de atendimento ao consumidor, pelo telefone 115, para receber e resolver as reclamações dos consumidores.

RESOLUÇÃO Nº 44/2009/ADASA (www.adasa.df.gov.br - Ouvidoria - Tel: 3961.4970)
ÁGUA/ESGOTO - custos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
TFU - Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos, criada pela Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2009.
TFS - Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, criada pela Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2009.
DEMAIS TRIBUTOS - IPTU, ITR, IPI, IRPJ, IRPF, CSLL, CPMF, etc., incidentes na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Seja um doador voluntário de sangue do Hemocentro - 3327-4471
CRIANÇAS DESAPARECIDAS, LIGUE PARA: 0800 647 1407
SOS Crianças e Adolescentes Desaparecidos - desaparecidos@soscriancas.df.gov.br

Paulo Henrique Pereira da Oliveira - Desaparecido aos 11 anos, Planaltina - DF, idade atual: 21 anos.
Michelle de Jesus da Conceição - 13 anos, Celândia - DF.
Evandro Eduardo Silva da Paula - 21 anos, Taguatinga - DF.
Wellington Charles Pedro dos Santos - 19 anos, Santa Maria - DF.



O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.
Autenticação Mecânica

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

O pagamento em cheque será considerado válido após a compensação.

ICMS=	ISS 2%=	ISS 5%=	TOTAL A PAGAR
CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
PLANS	ÁGUA/ESGOTO	TFU	TFS
RS			DEMAIS TRIBUTOS
CS			
QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUIDA	PARÂMETROS ANALISADOS	RESULTADO	CONCLUSÃO
	ANÁLISE DE QUALIDADE		
	CONCLUSÃO		



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

AUTORIZAÇÃO DO DÉBITO DE SUA CONTA DE ÁGUA EM CONTA CORRENTE

O débito em conta corrente continua sendo a melhor alternativa para pagamento da sua conta de água. Para maior conforto e segurança, procure o seu Banco e autorize o débito em conta corrente. Você só tem a ganhar.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ANEXO IV AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MINUTA DE NOTIFICAÇÃO AOS AGENTES ARRECADADORES

São Paulo, [●] de [●] de 2010.

Ao
[Agente Arrecadador]
[Endereço]

A/C: [●]

Ref.: **Notificação de Cessão de Direitos Creditórios - Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Receita de Contas Futuras de Água e Esgotos, firmado entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e [Agente Arrecadador].**

Prezados Senhores,

Serve a presente para informar-lhes que em [●] de maio de 2010, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“CAESB”), celebrou com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“Fundo”), fundo de investimento inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.225.344/0001-15, e intervenientes, o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), por meio do qual a CAESB cedeu ao Fundo os Direitos Creditórios preferencialmente arrecadados pelos Bancos Arrecadadores Master e pelos demais Agentes Arrecadadores, quando aplicável, em virtude dos pagamentos realizados pelos Usuários (ou por conta e ordem desses) nos termos das Contas de Água e Esgoto, que atendam a Quantidade Mínima Mensal e/ou a Quantidade Extraordinária, depositados na Conta Centralizadora e repassados para as Contas Autorizadas do Fundo pelo Banco Centralizador. Serão transferidos os Direitos Creditórios selecionados pelo Custodiante, excetuando os Direitos Creditórios Onerados que não são passíveis de cessão, para as Contas Autorizadas do Fundo, até o montante que não deverá ser superior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) acrescido do Parâmetro de Rentabilidade e dos demais Encargos do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Cessão, a CAESB vem por meio desta (i) informá-lo acerca da existência do referido Contrato de Cessão, (ii) instruí-lo, caso solicitado pelo administrador do fundo, BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administrador”), nos termos da Cláusula Quarta do

Contrato de Cessão, a realizar as transferências que venham a ser solicitadas pelo Administrador, nos prazos e montantes por este estabelecidos; e (iii) encaminhar ao Administrador, cópia de comprovação desta notificação, atestando a ciência e concordância deste Agente Arrecadador.

Assim, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, instruímos aos Srs. a acatarem as ordens a serem solicitadas pelo Administrador do Fundo, atendendo aos prazos e valores por ele estabelecidos, depositando o montante solicitado na conta corrente mantida pela CAESB no Banco de Brasília S.A. – BRB, de nº 070, na agência nº 163, sob nº 001.010-0 (“Conta Centralizadora”), o qual, por sua vez, deverá transferir o referido montante às Contas Autorizadas do Fundo e/ou de livre movimentação da CAESB, conforme aplicável.

Atenciosamente,

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

Ciente em / / ;

[Agente Arrecadador]

1.
Nome:
Cargo:

2.
Nome:
Cargo:

ANEXO V AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MODELO DE RELATÓRIO DE ARRECADAÇÃO

LIQUIDACAO CONVÊNIOS - RCBK001 (BB)	FDC001
-------------------------------------	--------

HEADER DO ARQUIVO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PC	CONTEUDO
Código de Registro	Identificação do Registro de Cessão	1	1	X(031)
Código de Referência	Código de Referência do Contrato	2	2	0(004)
Código de Contraparte	Código de Referência do Contrato de Referência	3	22	X(020)
Nome da Empresa	Nome da Empresa	33	42	X(020)
Código de Grupo	Código de Referência do Grupo de Contrapartes	43	45	0(003)
Nome do Banco	Nome do Banco	46	55	X(020)
Código de Garantia de Pagamento	Código de Garantia	56	75	0(008)
Zeros	Zeros	74	81	0(009)
Nome do Fundo de Investimento	Nome do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	82	98	X(017)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	99	150	X(052)

DETALHE	FDC001
---------	--------

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PC	CONTEUDO
Código de Registro	Identificação do Registro de Cessão	1	1	X(031)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	2	21	X(020)
Código de Garantia	Código de Referência do Contrato	22	22	0(008)
Código de Garantia	Código de Referência do Contrato	30	37	0(008)
Código de Referência	Código de Referência	38	61	X(044)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	38	38	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	38	39	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	40	40	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	41	41	X(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	42	52	0(000V39)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	52	56	0(004)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	57	57	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	58	60	0(003)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	61	61	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	62	69	0(008)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	70	70	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	71	71	X(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	72	72	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	73	73	X(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	74	74	0(001)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	75	75	X(002)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	77	80	0(004)
Identificação da Empresa	Identificação da Empresa	81	81	0(001)
Código de Referência	Código de Referência	82	93	0(000V39)
Zeros	Zeros	94	100	0(001)
Nome do Fundo de Investimento	Nome do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	101	106	0(008)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	109	150	X(042)

TRAILER DO ARQUIVO				FDC001
--------------------	--	--	--	--------

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEÚDO
Código do Registro	Identificação do Registro (Folha)	1	1	X(001)
Código do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo	2	1	0(000)
Código do Registro	Código do Registro de Arquivo de Arquivo	8	24	0(120)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	25	150	X(126)

LIQUIDACAO DÉBITO EM CONTA - DBTK927 (BB)				FDC002
---	--	--	--	--------

HEADER DO ARQUIVO			
-------------------	--	--	--

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEÚDO
Código do Registro	Identificação do Registro (Folha)	1	1	X(001)
Código do Registro	Identificação do Registro de Arquivo	2	2	0(000)
Código do Registro	Código do Registro de Arquivo de Arquivo	3	22	X(020)
Número do Registro	Identificação do Registro	23	42	X(020)
Código do Registro	Código do Registro de Arquivo de Arquivo de Arquivo	43	45	0(000)
Nome do Registro	Identificação do Registro	46	60	X(020)
Código do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo	66	73	0(000)
Arquivo	Arquivo	74	81	0(000)
Nome do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo de Arquivo de Arquivo	82	93	X(017)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	99	150	X(052)

DETALHE				FDC002
---------	--	--	--	--------

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEÚDO
Código do Registro	Identificação do Registro (Folha)	1	1	X(001)
Identificação do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo	2	26	X(020)
Arquivo de Arquivo	Arquivo de Arquivo	27	30	X(004)
Identificação do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo de Arquivo	31	44	X(014)
Código do Registro	Código do Registro	45	52	0(000)
Código do Registro	Código do Registro	53	67	0(012/000)
Código do Registro	Código do Registro	68	69	0(000)
Código do Registro	Código do Registro de Arquivo	70	120	X(060)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	130	149	X(020)
Código do Registro de Arquivo	Código do Registro de Arquivo	150	151	0(000)

TRAILER DO ARQUIVO				FDC002
--------------------	--	--	--	--------

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEÚDO
Código do Registro	Identificação do Registro (Folha)	1	1	X(001)
Código do Registro de Arquivo	Identificação do Registro de Arquivo	2	1	0(000)
Código do Registro de Arquivo	Código do Registro de Arquivo de Arquivo	8	24	0(012)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	25	150	X(126)

ARQUIVO ARRECADAÇÕES CEF	FDC103/104
--------------------------	------------

HEADER DO ARQUIVO

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEUDO
Cód. grupo da pasta	Identificação do registro (arquivo)	1	1	X(001)
Cód. grupo Autarquia	Identificação da Autarquia	2	2	9(001)
Cód. grupo subgrupo	Identificação do subgrupo da pasta	3	32	X(020)
Nome da empresa	Nome da Empresa	23	42	X(020)
Cód. grupo filial	Identificação da filial da empresa	43	45	9(003)
Nome da filial	Nome da filial	46	65	X(020)
Atividade da empresa	Identificação da atividade	66	73	9(008)
Zona	Zona	74	81	9(008)
Matrícula de identificação	Identificação do registro no arquivo	82	98	X(011)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	99	150	X(052)

DETALHE FDC103/104

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEUDO
Cód. grupo da pasta	Identificação do registro (arquivo)	1	1	X(001)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	2	21	X(020)
Atividade da empresa	Identificação da atividade	22	29	9(008)
Atividade filial	Identificação da atividade	30	37	9(008)
Cód. grupo subgrupo	Atividade Filial	38	39	X(044)
	Identificação da filial	38	38	9(001)
	Identificação da subgrupo	39	39	9(001)
	Identificação da filial da empresa	40	40	9(001)
	Identificação da filial	41	41	X(001)
	Filial	42	52	9(009/99)
	Identificação da filial	53	56	9(004)
	Identificação da filial	57	57	9(001)
	Mês de referência (filial da empresa)	58	60	9(005)
	Identificação da filial	61	61	9(001)
	Atividade	62	69	9(008)
	Identificação da filial da filial	70	70	9(001)
	Identificação da filial	71	71	X(001)
	Identificação da filial	72	72	9(001)
	Identificação da filial	73	73	X(001)
	Identificação da filial da filial	74	74	9(001)
	Identificação da filial	75	76	X(002)
	Identificação da filial da filial	77	80	9(004)
	Identificação da filial da filial	81	81	9(001)
Atividade da filial	Identificação da filial	82	93	9(010/99)
Zona	Zona	94	101	9(001)
Matrícula de identificação	Identificação do registro no arquivo	102	108	9(008)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	109	150	X(042)

TRAILER DO ARQUIVO FDC103/104

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO	PIC	CONTEUDO
Cód. grupo da pasta	Identificação do registro (arquivo)	1	1	X(001)
Cód. grupo da pasta	Identificação do registro (arquivo)	2	2	9(001)
Cód. grupo da pasta	Identificação do registro (arquivo)	3	24	9(011)
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	25	150	X(126)

ANEXO VI AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MODELO DE RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

ARQUIVO PARA ORIGINADOR AQUISIÇÕES FUNDO - LIQ. RCB (BB)				FDC410			
HEADER DO ARQUIVO							
NOME DO CAMPO		SIGNIFICADO		POSICAO		PIC	CONTEUDO
Código de origem		Identificação do documento		1	1	X(001)	A
Código de Remessa		Classificação da Remessa (definida no arquivo)		2	2	9(001)	5
Código de origem		Código de origem do Fidejussor (BB)		3	33	X(001)	
Nome da empresa		Nome da empresa		35	40	X(001)	
Código de série		Código de série da unidade de fidejussão		45	45	9(001)	001
Nome do Banco		Nome do Banco		46	55	X(001)	BANCO DO BRASIL
Transferência de propriedade		Característica de C		56	73	9(008)	AAAAMMDD
Zero		Zero		74	81	9(008)	0
Nome do Cliente de Serviço		Nome do Cliente de Serviço (Código de Banco)		82	88	X(011)	CODIGO DE BARRAS
BRANCOS		ESPAÇOS DISPONÍVEIS		99	150	X(052)	SPACES
DETALHE				FDC410			
NOME DO CAMPO		SIGNIFICADO		POSICAO		PIC	CONTEUDO
Código de origem		Identificação do documento		1	1	X(001)	G
BRANCOS		ESPAÇOS DISPONÍVEIS		2	21	X(020)	SPACES
Transferência de propriedade		Característica de C		22	29	9(008)	AAAAMMDD
BRANCOS		ESPAÇOS DISPONÍVEIS		30	37	9(008)	SPACES
Código de Remessa		Código de Remessa		38	61	X(041)	Eteqvel somente 1, 2, 3 e 4
Identificação do Fidejussor		Identificação do Fidejussor		36	36	9(001)	
		Identificação do Segurador		38	38	9(001)	
		Identificação do Vendedor (se houver)		40	40	9(001)	
		Código de Cédula		41	41	X(001)	
		Zero		42	52	9(009)VB9	
Segmento de Negócio		Identificação da empresa		55	55	9(004)	
Código de empresa		Código de empresa		57	57	9(001)	
		Mês de emissão do Fidejussor (se houver)		58	60	9(005)	
		Código de Cédula		61	61	9(001)	
		Zero		62	66	9(008)	
		Nome da empresa do Fidejussor		70	70	9(001)	
		Código de Fidejussor		71	71	X(001)	
		Código de Empresa		72	72	9(001)	
		Código de R		73	73	X(001)	
		Identificação do BB (se houver)		74	74	9(001)	
		Código de R		75	75	X(001)	
		Nome do Vendedor (se houver)		77	80	9(004)	
		Nome do Vendedor (se houver)		81	81	9(001)	
Zero		Zero		82	83	9(009)VB9	

BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	94	150	X(057)	SPACES
---------	---------------------	----	-----	--------	--------

TRAILER DO ARQUIVO	FDC410
--------------------	--------

NOME DO CAMPO	SIGNIFICADO	POSICAO		PIC	CONTEUDO
Relatório de Registro	Relatório de Registro de Dados	1	1	X(001)	/
Tela de Registro de Arquivos	Tela de Registro de Arquivos	2	2	00000	
Tela de Registro de Arquivos	Tela de Registro de Arquivos	8	24	00000	
BRANCOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS	25	150	X(126)	SPACES

ANEXO VII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

MINUTA DE PROCURAÇÃO

P R O C U R A Ç Ã O

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, sociedade de economia mista com sede na Avenida Sibiapiruna, lotes 13/15, Ed. Araguaia - 1º andar – Águas Claras - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.082.024/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Outorgante” ou “CAESB”) nomeia e constitui seus bastantes procuradores a BB GESTÃO DE RECURSOS – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Pr. XV de Novembro, nº 20, Ed. Bolsa V – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69, na qualidade de Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB (“Administradora” e “Fundo”, respectivamente), à qual confere poderes para proceder, em seu nome, a notificação da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”) aos Agentes Arrecadadores, solicitar a realização de transferências de recursos oriundos do recebimento de Contas de Água e Esgoto, nos prazos e montantes que venham a ser estabelecidos pela Administradora, conforme disposto na Cláusula 4.2 do Contrato de Cessão, devendo, para tanto, observar estritamente os termos e condições do Contrato de Cessão a que se refere e do Regulamento do Fundo, se responsabilizando desde já perante a Outorgante por quaisquer prejuízos que venha a causar em razão da assinatura da documentação em nome da Outorgante em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão e/ou no Regulamento do Fundo, podendo praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento deste mandato, exceto substabelece-lo. A presente procuração é outorgada em causa própria, sendo dispensada a prestação de contas, e em caráter irrevogável, irretroatável, tudo de acordo com os artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil Brasileiro.

Distrito Federal, [●] de maio de 2010

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

ANEXO VIII AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

NOTIFICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIOS

São Paulo, [●] de [●] de [●].

Ao
[Agente Arrecadador]
[Endereço]

A/C: [●]

Ref.: Notificação de Solicitação de Relatórios (“Notificação”)

Prezados Senhores,

De acordo com o disposto na Cláusula 4.3 e 4.4 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”) celebrado em [●] de maio de 2010 entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“CAESB”), o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“Fundo”), e intervenientes, vem a BB GESTÃO DE RECURSOS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Pr. XV de Novembro, nº 20, Ed. Bolsa V – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.822.936/0001-69 (“Administradora”), solicitar ao [AGENTE ARRECADADOR] o envio dos Relatórios de Arrecadação, (i) ao BRB – Banco de Brasília S.A., no SCS, Quadra 5, Bloco A, Loja 3, 10, 20 – Brasília – DF (“Banco Centralizador”); (ii) ao Banco do Brasil S.A., na Rua Lúlio Gama, 105, Sala 3801, Centro, CEP: 20031-080, Rio de Janeiro, RJ (“Custodiante”); e (iii) à CAESB com sede na Avenida Sibiapiruna, lotes 13/15, Ed. Araguaia – 1º andar – Águas Claras – DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.082.024/0001-37, a partir do dia útil imediatamente posterior ao recebimento desta Notificação e até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável.

Solicita, ainda, o envio da cópia de comprovação desta notificação à Administradora, atestando a ciência e concordância deste Agente Arrecadador.

Atenciosamente,

**BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

1.
Nome:
Cargo:

2.
Nome:
Cargo:

Ciente em ____/____/____ :

[Agente Arrecadador]

1.
Nome:
Cargo:

2.
Nome:
Cargo:

ANEXO IX AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010

NOTIFICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

São Paulo, [●] de [●] de 20[●].

Ao
[Agente Arrecadador/Banco Arrecadador Master]
[Endereço]

A/C: [●]

C/c
BRB - Banco de Brasília S.A.
SCS - Quadra 05 - Bloco A - Lj 3, 10, 20 - Brasília (DF)
Telefone: (61) 3412 - 8200
Fax: (61) 3411 - 8201
Correio Eletrônico: josemaria@brb.com.br

A/C: Sr. José Maria

Ref.: Notificação de Solicitação de Transferência

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Cláusula 4.4 e seguintes do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”) celebrado em [●] de maio de 2010 entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“CAESB”), o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (“Fundo”), e intervenientes, vem a BB GESTÃO DE RECURSOS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Pr. XV de Novembro, nº 20, Ed. Bolsa V Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.822.936/0001-69, solicitar a transferência para a conta corrente mantida pela CAESB no Banco de Brasília S.A. – BRB, de nº 070, na agência nº 163, sob nº 001.010-0 (“Conta Centralizadora”), do montante de R\$ [●] [reais], conforme Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos anexo a presente notificação, até que as transferências de recursos realizadas no mês em questão sejam suficientes para o atendimento da Quantidade Mínima Mensal e/ou da Quantidade Extraordinária, conforme aplicável.

Nos dias úteis imediatamente subsequentes ao do recebimento da notificação do Relatório de Transferência de Direitos Creditórios Cedidos, o [Agente Arrecadador ou Bancos Arrecadadores Master] deverão transferir os recursos de titularidade do Fundo indicados pelo Custodiante das respectivas Contas Arrecadoras para a Conta Centralizadora. O Banco Centralizador, por sua

56

vez, realizará o imediato repasse de tais recursos para as Contas Autorizadas do Fundo, sendo a data de cada transferência doravante denominada de "Data de Transferência".

Atenciosamente,

**BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

1.
Nome:
Cargo:

2.
Nome:
Cargo:

Ciente em / / ;

[Agente Arrecadador]

1.
Nome:
Cargo:

2.
Nome:
Cargo:

(Banco Centralizador)

2. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

ANEXO X AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S.A. E BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., EM [●] DE MAIO DE 2010.

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO CAESB, EXISTENTES NA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO.

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
BNDDES	Contrato de Financiamento nº 04.2.276.2.1 (Registrado sob o nº 549742)	R\$38.000.000,00	R\$35.392.030,00	R\$2.607.970,00	15/06/2014
BNDDES	Contrato de Financiamento nº 04.2.277.2.1 (Registrado sob o nº 549743)	R\$29.427.592,11	R\$18.731.059,00	R\$10.696.533,11	15/06/2014
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 0156.021-32903	R\$6.398.923,00	R\$5.754.981,66	R\$643.941,36	15/01/2022
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços de Ampliação das Redes Coletoras de Esgotos no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 0156.124-79	R\$5.017.219,00	R\$1.622.836,86	R\$0,00	15/09/2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação da Duplicação do Adutoro M-Norte no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 156.002-6	R\$3.330.902,00	R\$3.298.004,24	R\$0,00	15/09/2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 155.455-68	R\$28.128.643,00	R\$28.035.446,99	R\$0,00	15/03/2023
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 156.014-19	R\$1.807.563,00	R\$1.803.352,28	R\$0,00	15/09/2020
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 156.023-5103	R\$2.273.780,38	R\$1.580.518,17	R\$693.262,21	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 156.097-4403	R\$1.343.124,05	R\$1.319.500,90	R\$0,00	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 0150.173-49	R\$3.056.157,00	R\$2.997.845,67	R\$0,00	180 meses (Carência: 13 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal no âmbito do Programa Pró-Saneamento nº 0158.867-8402	R\$10.192.795,00	R\$8.721.292,09	R\$1.771.503,31	180 meses (Carência: 20 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água nº 0150.174-54	R\$5.038.923,97	R\$4.925.293,61	R\$113.630,36	106 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Rede de Distribuição de Água nº 0150.172-35	R\$2.261.619,00	R\$2.261.619,00	R\$0,00	110 meses (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso).
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras / Serviços nº 0155.454-53	R\$6.650.000,00	R\$5.089.245,55	R\$1.560.754,45	120 meses (Carência: 26 meses).

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.998-6732	R\$3.692.757,74	R\$3.634.544,65	R\$0,00	contado do 1º desembolso, 180 meses, (Carência: 17 meses, contado do 1º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 0138.991-9832	R\$14.530.599,20	R\$3.044.631,26	R\$0,00	Contrato está incompleto
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Implantação de Obras e Serviços de Esgotamento n.º 60.635-88	R\$1.713.190,00	R\$1.701.741,76	R\$0,00	180 meses, (Carência: 10 meses, contado do 1º desembolso)
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 161182	CR\$3.696.534,00		R\$0,00	18,11/2014
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 142082	CR\$16.156.842,00		R\$0,00	18,01/2014
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 108181	CR\$27.145.656,00		R\$0,00	18,02/2013
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 94981	CR\$202.939.314,00		R\$0,00	18,11/2012
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 90381	CR\$33.780.474,00		R\$0,00	18,12/2012
BRB	Contrato de Empréstimo n.º 29583	CR\$30.153.960,00		R\$0,00	18,11/2016
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 60.634-51	R\$3.234.510,00	R\$2.849.139,17	R\$0,00	180 meses, (Carência: 11 meses, contado do 1º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação das Redes de Abastecimento de Água n.º 35.272-49	R\$1.363.000,00	R\$1.357.713,32	R\$0,00	180 meses, (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso)
Banco do Brasil	Contrato de Abertura de Crédito Fixo n.º 330.700.168	R\$30.000.000,00	R\$30.000.000,00	R\$0,00	29,03/2011
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado ao Ressarcimento de Custos Efetuados com Obras/Serviços no Distrito Federal n.º 75.372-5732	R\$11.553.602,27	R\$11.553.602,27	R\$0,00	ago/12
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0037389 (20.295-69)	NCZ\$ 12.330.449,00		R\$0,00	15/12/2022
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0225389 (20.679-121)	NCZ\$ 55.917.846,00		R\$0,00	15,04/2021
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1104387 (19.091-08)	CZ\$ 875.361.699,00		R\$0,00	18,06/2017
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1105387 (19.092-23)	CZ\$ 1.110.121.734,00		R\$0,00	15/07/2021
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 1106387 (19.093-48)	CZ\$ 220.865.369,00		R\$0,00	15,07/2019
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 0146388 (19.410-81)	CZ\$ 2.401.561,00		R\$0,00	15,05/2019
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.398-06	R\$1.449.052,00	R\$1.295.319,63	R\$0,00	15/12/2028
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.400-63	R\$6.617.803,00	R\$6.600.393,31	R\$0,00	180 meses, (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento Destinado à Complementação de obras para ampliação dos sistemas de esgotos sanitários n.º 42.394-14	R\$9.138.043,00	R\$9.123.734,13	R\$0,00	180 meses, (Carência: 14 meses, contado do 1º desembolso)

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Complementação do Sistema Coletor e Implantação do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pro-Saneamento n.º 42-386-53 e 1.º Termo Aditivo	R\$5.736.900,00 + R\$83.146,76 (1.º Termo Aditivo)	R\$5.080.063,24	R\$0,00	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1.º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução do Sistema Coletor de Esgotos Sanitários na localidade de São Sebastião, DF, no âmbito do Programa Pro-Saneamento n.º 39.976-24	R\$1.730.863,00	R\$1.713.554,05	R\$0,00	180 meses (Carência: 10 meses, contados do 1.º desembolso)
CAIXA	Ratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema Rio Descoberto em Benefício das Populações do Recanto das Lmas, Santa Maria e Gama, DF, no âmbito do Programa Pro-Saneamento, na modalidade abastecimento de água n.º 35-270-09	R\$3.050.137,00	R\$3.047.825,59	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contados do 1.º desembolso)
BNB	Contrato de Financiamento Destinado à Elaboração de Estudos e Projetos para o Sistema de Esgotos Sanitários da Cidade de Sobradinho, DF n.º 0593-85	Cr\$335.226.150,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18/04/1987)
BNB	Contrato de Financiamento Destinado à Execução da Expansão da Rede nos Sistemas de Esgotos Sanitários de Brasília e Cidades Satélites, DF n.º 0586-85	Cr\$3.807.586.092,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18/05/1987)
BNB	Contrato de Financiamento Destinado à Execução de Melhorias do Sistema de Esgotos Sanitários das Cidades de Brasília e Áreas Adjacentes (2.º Financiamento), DF n.º 1419-82	Cr\$119.434.456,00		R\$0,00	360 meses (Carência: término em 18/11/1983)
CAIXA	Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na localidade de Santa Maria, DF, no âmbito do Programa Pro-Saneamento, na modalidade saneamento integrado-PROSANEAR n.º 35-256-13	R\$10.603.000,00 + R\$1.012.288,72 (2.º aditamento)	R\$9.590.711,28	R\$0,00	180 meses (Carência: 16 meses, contados do 1.º desembolso)
CAIXA	Ratificação do Contrato de Empréstimo e Repasse Destinado à Ampliação do Sistema Rio Descoberto com a Execução do Centro de Reservação do Riacho Fundo, DF, no âmbito do Programa Pro-Saneamento, na modalidade sistema de abastecimento de água n.º 35-272-49	R\$1.363.000,00	R\$1.357.713,28	R\$0,00	180 meses (Carência: 14 meses, contados do 1.º desembolso)
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0234-717-96/2008	R\$29.257.818,57	R\$4.109.675,68	R\$25.148.142,89	29/04/2023
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180-172-69/2007	R\$9.577.509,26	R\$5.732.528,57	R\$3.844.980,69	01/10/2023
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180-170-49/2007	R\$46.530.000,00	R\$24.814.485,26	R\$21.715.514,74	02/10/2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180-173-72/2007	R\$11.582.610,75	R\$17.171,65	R\$11.565.439,10	01/08/2023
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190-027-01/2007	R\$8.960.800,79	R\$338,02	R\$8.960.462,77	01/04/2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0190-029-29/2007	R\$28.016.728,00	R\$21.660,06	R\$27.995.067,94	01/08/2024
CAIXA	Contrato de Financiamento e Repasse Destinado à Execução de Obras e Serviços no Distrito Federal no âmbito do Programa de Saneamento para Todos n.º 0180-169-11/2007	R\$38.311.477,97	R\$608.292,95	R\$37.703.185,02	01/10/2025

Banco	Contrato	Principal	Total Desembolsado	A desembolsar	Data de Vencimento
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n° 330700376	R\$17.000.000,00	R\$17.000.000,00	R\$0,00	25/06/2010
Banco do Brasil	Cédula de Crédito Comercial n° 330700377	R\$34.000.000,00	R\$34.000.000,00	R\$0,00	25/06/2012
Distrito Federal	Contrato n. 001/2001-SO/SLEP/DF	R\$205.366.281,66	R\$280.800.000,00	R\$18.880.000,00	A vigência deste contrato acompanha o período de vigência do contrato celebrado com o FMD
CAIXA	Contrato de Crédito n. 04.1041.763.0000004-14	R\$40.000.000,00	R\$40.000.000,00	R\$0,00	06/07/2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Declaração da Instituição Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

O **BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de Coordenador Líder da Distribuição Pública de Cotas Seniores ("Oferta" e "Cotas", respectivamente) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB** ("Fundo"), por meio dos seus diretores estatutários, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2008, conforme alterada, declarar: (a) que o Prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (c) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 21 de dezembro de 2009.



BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

José Maurício Pereira Coelho
Diretor Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Súmula da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Fluxo Futuro/Relatório
de Rating Preliminar**

FIDC CAESB
Cotas Seniores

Analistas

Finanças Estruturadas

Jayne Bartling
+55 11 4504-2602
jayne.bartling@fitchratings.com

Raquel Olivetti
+55 11 4504-2612
raquel.olivetti@fitchratings.com

Corporates

Mauro Storina
+55 21 4503-2625
mauro.storina@fitchratings.com

Pesquisa Relacionada

Critério de Avaliação
"Future Flow Securitization Rating
Criteria". 03 de março de 2010;

Outros Relatórios
"Global Structured Finance Rating
Criteria". 30 de setembro de 2009.

Conteúdo

Resumo da Transação	1
Transação e Estrutura Legal	3
Procedimentos de Originação	3
Arrecadação e Cobrança	5
Eventos de Vencimento Antecipado	6
Risco de Continuidade	7
Dívida Relativa	8
Comprometimento de Receita	9
Análise do Colateral	9
Modelagem do Fluxo de Caixa	10
Riscos de Contrapartes	11
Monitoramento	11
Apêndice A: Resumo do Originador	12
Apêndice B: Contrato de Concessão	14

Este relatório, publicado originalmente em 21 de dezembro de 2009, está sendo republicado para refletir a alteração na taxa máxima de juros, nas páginas 1 e 11, bem como o vencimento final das cotas seniores e subordinadas, na página 1.

Ratings Preliminares

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final	Rating	Reforço de Crédito*	Perspectiva
Cotas Seniores	BRL120,0	Abr/2015	AA-(bra)	6,61%	Estável
Cotas Subordinadas	BRL8,5	Abr/2015	NA	-	-
Total Emissão	BRL128,5				

O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pela emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 5 de maio de 2010. O Rating Preliminar fica condicionado à correção dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Qualquer alteração das informações poderá resultar em alteração de rating final, diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados nesta oferta deverão ser lidos atentamente à sua aquisição.

NA - Não Avaliada

* Reforço de crédito na forma de subordinação

Fonte: Fitch Ratings

Resumo da Transação

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'AA-(bra)' (AA menos (bra)), com Perspectiva Estável, às cotas seniores a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (FIDC CAESB). Esta operação consiste na securitização de fluxo futuro de recebíveis, a serem originados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), através da prestação futura de serviços de saneamento básico para clientes residenciais, comerciais e industriais do Distrito Federal. As cotas seniores serão objeto de oferta pública, enquanto as cotas subordinadas serão integralizadas pela CAESB.

O rating atribuído reflete a esperada capacidade de pagamento pontual e integral do principal investido, acrescido da taxa *benchmark* de rendimento pretendido de CDI, com *spread* máximo de 3,5% ao ano. O *spread* efetivo deverá ser definido em processo de *bookbuilding*.

Pontos Fortes

- **Risco de Continuidade da CAESB** - A Fitch entende que o risco de continuidade da CAESB para a prestação de serviços está melhor posicionado do que o risco de crédito de sua dívida sênior sem garantias, uma vez que ela se enquadra no perfil de concessionária para o fornecimento de serviços de utilidade pública, além de ser uma companhia de sociedade mista, controlada em sua maioria pelo Governo do Distrito Federal (GDF);
- **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida** - Historicamente, o volume de direitos creditórios a transitar pelas contas da CAESB nos bancos arrecadadores do fundo é elevado, e substancialmente superior ao montante estimado para as amortizações mensais. A estimativa da Fitch é de que o índice de cobertura médio será de 9,0 vezes;
- **Reserva de Amortização** - A subscrição de cotas subordinadas pela própria CAESB em moeda corrente nacional, em montante equivalente a 6,61% do PL do fundo, fornece liquidez adicional à operação, tendo em vista que busca cobrir sempre pelo menos uma amortização de cotas seniores;

- **Integridade da Estrutura Jurídica** - A estrutura jurídica desta operação tem dois pontos de destaque: a existência de eventos de avaliação e eventos de liquidação, que possibilitam a aceleração dos mecanismos de retenção de fluxos, permitindo, desta forma, a quitação do saldo remanescente das cotas seniores em curto período; e o fato de os direitos creditórios onerados às demais dívidas atuais da companhia não serem passíveis de cessão. Apesar de os recebíveis onerados às demais dívidas da companhia também representarem um ponto negativo, por potencialmente posicionarem o FIDC CAESB em posição subordinada, a estrutura evita questionamentos de cessão ao considerar a cessão para o fundo somente após esta distinção ser realizada.

Pontos Fracos

- **Receita Vinculada** - A CAESB possui cerca de 59% de sua receita vinculados à garantia de financiamentos contratados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES); a Caixa Econômica Federal (Caixa); e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Apesar da vinculação de receita como garantia a essas dívidas, a efetiva retenção dos recebíveis ocorre somente no caso de não-pagamento pela CAESB dos seus compromissos. A Fitch simula a retenção dos 59% para os demais credores, e somente a sobra como elegível para cessão ao fundo;
- **Dívida Relativa** - O montante de cotas seniores a ser emitido representará 16% da dívida total da CAESB. No entanto, 57,6% de sua dívida total possuem garantias reais, o que pode implicar a maior dificuldade da companhia na necessidade de renegociar suas demais dívidas num eventual período de crise, antes que se enfrentem problemas com o fundo. Apesar do percentual elevado da dívida com garantia, considerando que a companhia não poderá levantar novas dívidas com garantias por recebíveis e em comparação com as demais operações de fluxo futuro de recebíveis, a Fitch entende que ainda é possível distanciar a nota atribuída às cotas seniores em relação à dívida sênior sem garantias da CAESB.

Sensibilidade do Rating

Apesar de o Rating Preliminar atribuído às cotas seniores do FIDC CAESB ser superior ao risco de crédito da cedente e originadora dos direitos creditórios, ele está diretamente vinculado ao seu risco de crédito. Consequentemente, o Rating Preliminar atribuído às cotas seniores poderá ser alterado de acordo com as mudanças no rating da CAESB. Apesar disso, o rating também poderá ser influenciado caso a Fitch observe níveis de cobertura do serviço da dívida significativamente inferiores aos esperados.

Modelagem, Aplicação de Critério e Adequação de Dados

Análise de Dados

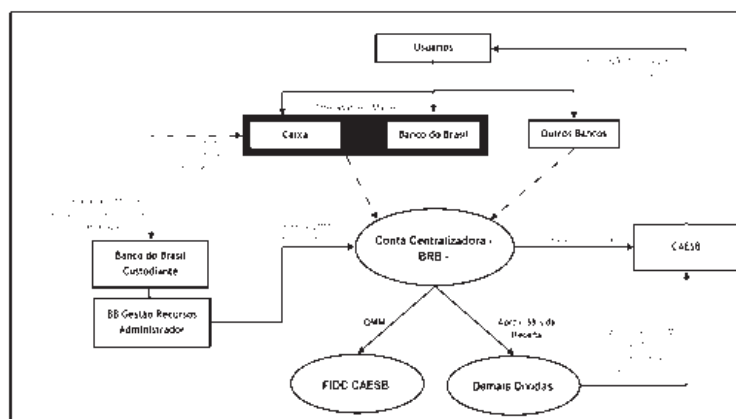
A Fitch recebeu os dados históricos de arrecadação da CAESB através de um relatório preparado pela KPMG Risk Advisory Services Ltda. (KPMG). A série histórica contempla as informações da carteira de recebíveis da CAESB para o período compreendido entre 1º de outubro de 2004 e 30 de junho de 2009.

Modelagem

A Fitch utiliza seus próprios modelos para a modelagem do fluxo de caixa da operação, como parte integrante de seu processo analítico. Esta modelagem tem como objetivo simular diversos cenários de estresse sobre a operação para avaliar sua capacidade de pagamento. A Fitch customiza seu modelo para replicar a estrutura apresentada pela operação, além das características da carteira que lastreia os créditos.

Aplicação de Critério

Para a análise desta operação, a Fitch utilizou como base o critério de avaliação para operações de fluxo futuro de recebíveis publicado pela Fitch e disponível em seu website.



Transação e Estrutura Legal

Esta operação consiste na securitização de fluxo futuro de recebíveis a serem originados pela CAESB, através da prestação futura de serviços de saneamento básico para clientes residenciais, comerciais e industriais do Distrito Federal. O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído segundo as leis brasileiras e deverá ser devidamente autorizado a operar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O FIDC é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de sessenta meses a partir da data de emissão das cotas. O fundo é administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM, enquanto o Banco do Brasil S.A. (BB) foi contratado para exercer as funções de custódia.

O FIDC CAESB emitirá cotas seniores em montante nominal de BRL120 milhões. Em conjunto, serão subscritas e integralizadas, pela CAESB, cotas subordinadas, não avaliadas pela Fitch, em moeda corrente nacional, em montante nominal de BRL8,5 milhões, equivalente a 6,61% do patrimônio líquido (PL) inicial do fundo. As cotas seniores serão amortizadas em base mensal, após 12 meses de carência sobre o principal e os juros acumulados. As cotas subordinadas serão amortizadas em regime sequencial, ou seja, serão resgatadas somente após o resgate integral das cotas seniores em circulação.

Reserva de Amortização

As cotas subordinadas têm por finalidade prover liquidez mínima ao fundo, já que

estes recursos estarão sempre investidos em ativos financeiros de liquidez apropriada. Caso o fundo não tenha recursos suficientes disponíveis nas contas autorizadas até o dia útil anterior à data de amortização, serão utilizados os recursos provenientes da subscrição de cotas subordinadas.

Durante o decorrer da transação, as cotas subordinadas deverão sempre corresponder, no mínimo, ao montante estimado da próxima amortização das cotas seniores. No entanto, caso o administrador tenha utilizado os recursos provenientes da subscrição de cotas subordinadas para efetuar uma amortização das cotas seniores, este deverá tomar as devidas providências, a fim de que estas passem a representar, no mínimo, 110% do valor estimado da próxima amortização de cotas seniores.

Estrutura Legal

A Fitch recebeu Parecer Legal, preparado pela assessoria jurídica da operação. O parecer atesta a perfeita constituição da documentação e das garantias relacionadas a esta operação, além da capacidade dos participantes da estrutura de realizar as funções pelas quais são responsáveis. O parecer atesta também que as cessões dos direitos creditórios são válidas, vinculantes e, após a execução dos respectivos serviços pela Cedente, exequíveis de acordo com seus termos e condições. Além disso, as cessões serão consideradas eficazes perante terceiros após o registro do referido documento ou de seus aditivos, conforme o caso.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. Como sempre foi frisado, a Fitch não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

Critério de Elegibilidade

São considerados elegíveis para aquisição pelo fundo os direitos creditórios oriundos da futura prestação de serviços de saneamento básico a clientes residenciais, comerciais e industriais da CAESB, que foram arrecadados preferencialmente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal (bancos arrecadadores master). No entanto, uma vez que a companhia possui outras dívidas garantidas por recebíveis, o fundo poderá adquirir somente os direitos creditórios não onerados às demais dívidas já contraídas pela CAESB.

Os recebíveis arrecadados junto aos demais agentes arrecadadores da companhia também são elegíveis ao fundo, porém somente serão acessados na hipótese de insuficiência de recursos arrecadados junto aos bancos arrecadadores master. Neste caso, seria necessário ainda o aditamento dos convênios de arrecadação junto a esses bancos, o que poderia demandar algum tempo.

Ordem de Alocação de Recursos

Diariamente, a partir da data de emissão e até a liquidação do fundo, o administrador se obriga a utilizar as disponibilidades na seguinte ordem de preferência:

- Pagamentos dos encargos do fundo;
- Provisão dos encargos do fundo a incorrer no mês calendário subsequente;
- Devolução aos cotistas de quaisquer valores aportados extraordinariamente devido a custos e despesas de cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios;
- Pagamento programado de amortizações das cotas seniores;
- Provisão para despesas do fundo a incorrer na data de sua efetiva liquidação.

Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FIDC CAESB	NA	NA
Cedente/ Originador	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)	NA	NA
Administrador	BB Gestão de Recursos - DTVM	NA	NA
Custodiante	Banco do Brasil	F1+(bra)/ AA+(bra)	Estável
Banco Arrecadador Master	Banco do Brasil	F1+(bra)/ AA+(bra)	Estável
Banco Arrecadador Master	Caixa Econômica Federal	F1+(bra)/ AA+(bra)	Estável
Banco Centralizador	BRB - Banco de Brasília	NA	NA
Gestor	Votorantim Asset Management DTVM	NA	NA

NA – Não Avaliado

Fonte: Fitch Ratings

Procedimentos de Originação, Arrecadação e Cobrança

Originação e Cobrança - CAESB

O procedimento de originação e cobrança dos serviços de saneamento básico prestados pela CAESB é praticamente idêntico para todos os usuários. O faturamento se baseia no uso da água e do esgoto tratado determinado por leituras mensais de hidrômetros. Todas as contas de água e esgoto são entregues em bases mensais diretamente aos usuários, principalmente por intermédio de empresas autônomas terceirizadas, que são também responsáveis pelas leituras dos hidrômetros.

A CAESB divide o Distrito Federal em vinte regiões diferentes. Cada dia do mês, a empresa contratada faz a leitura de uma região específica, sendo que, após a leitura e identificação do consumo mensal, a fatura é emitida no mesmo momento e já entregue ao usuário. Somente em casos de anormalidades de consumo as faturas não são emitidas imediatamente, e sim encaminhadas ao administrativo da CAESB. Em média, as anormalidades de consumo não passam de 1,5% do total de usuários. O inadimplimento do pagamento implica a incidência de multa e juros, e após quarenta dias da data de vencimento os serviços de água e esgoto são cortados.

Arrecadação - Bancos Arrecadadores

A CAESB possui convênios com 16 bancos arrecadadores, que recebem diariamente os pagamentos referentes às contas de água e esgoto de todos os usuários. Diariamente, a partir da data de emissão das cotas, os bancos arrecadadores master e os demais agentes arrecadadores da companhia deverão enviar o relatório de arrecadação informando ao custodiante e à cedente os montantes recebidos. O custodiante então verificará tais arquivos e selecionará os direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade.

No entanto, é importante ressaltar que antes da transferência ao fundo todos os recebimentos, sem exceção, serão depositados diariamente pelos bancos arrecadadores master e agentes arrecadadores numa conta centralizadora mantida pela cedente no BRB - Banco de Brasília S.A. (BRB). A figura da conta

centralizadora é essencial para essa operação, tendo em vista que as demais dívidas com garantias possuem vinculação de receita calculada pelo montante total arrecadado, independente do banco arrecadador.

Desta forma, no dia útil imediatamente posterior ao recebimento das contas nos bancos arrecadadores master, após o recebimento do relatório elaborado pelo custodiante e após a verificação dos percentuais de receita vinculados às demais dívidas da CAESB, o administrador deverá encaminhar aos bancos arrecadadores master, agentes arrecadadores, banco centralizador e à cedente notificação de solicitação de transferência de recursos para a conta autorizada do fundo, até o montante suficiente para atender à Quantidade Mínima Mensal (QMM), para que o BRB realize a transferência. A QMM é equivalente à amortização mensal das cotas seniores acrescidas das despesas do fundo. De acordo com o contrato de cessão, o índice de cobertura mínimo a transitar nas contas dos bancos arrecadadores master deverá ser equivalente a, no mínimo, 4,0 vezes a QMM de direitos creditórios.

Caso o montante total de arrecadação dos bancos arrecadadores master não seja suficiente para cobrir a QMM, o administrador do fundo está previamente autorizado a notificar outras instituições financeiras que prestem serviços de arrecadação das contas de água e esgoto cobradas pela CAESB para aditar seus contratos de arrecadação, de forma que estes efetuem a transferência dos recursos necessários para cobrir a QMM junto à conta indicada pelo administrador. A Fitch entende que este procedimento poderá levar tempo, uma vez que implica negociação com cada um dos novos agentes arrecadadores. Desta forma, apesar de considerar positivo o fato de os documentos contemplarem esta possibilidade, a agência não levou isto em conta, já que suas simulações contemplam somente os fluxos provenientes do BB e da Caixa.

Eventos de Vencimento Antecipado

Na ocorrência dos seguintes eventos, entre outros, o administrador convocará uma assembleia de cotistas para deliberar se eles constituem evento de liquidação antecipada:

- Descumprimento, pela cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do contrato de cessão, entre as quais se destaca a cláusula que afirma que nenhum outro contrato que tenha como garantia direitos creditórios da cedente pela prestação de serviços de saneamento básico poderá ser firmado pela CAESB após esta emissão;
- Modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da CAESB;
- Alteração na atual situação de controle acionário da CAESB;
- Vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira da CAESB, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a BRL5 milhões;
- Rebaixamento, em um grau, do rating inicialmente atribuído;
- Índice de cobertura não atingido;
- Alteração nos mecanismos de arrecadação de tarifas, que comprovadamente comprometa a arrecadação dos direitos creditórios;
- Evidência de que tenham recaído sobre os direitos creditórios quaisquer ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza.

Além dos eventos de avaliação, o fundo prevê eventos de liquidação antecipada. Dentre estes eventos, destacam-se:

- Deliberação, pelos cotistas reunidos em assembleia, de que um evento de avaliação constitui evento de liquidação antecipada;
- Ocorrência de qualquer das hipóteses de término de concessão, em concessões de titularidade da cedente que representem mais de 30% da receita operacional líquida da cedente;
- Resilição do contrato de cessão;
- Índice de cobertura não atendido por dois meses consecutivos ou três meses alternados, no período de 12 meses.

Na ocorrência de um evento de liquidação ou de um evento de avaliação ser considerado, por deliberação de assembleia, um evento de liquidação, o administrador deverá solicitar ao BRB que realize a transferência do produto total dos direitos creditórios até a amortização integral das cotas seniores em circulação.

Risco de Continuidade

O risco de continuidade da CAESB representa a capacidade da companhia de continuar operando e gerando o fluxo de caixa cedido à operação, de forma a atender os pagamentos do serviço da dívida. No entender da Fitch, o risco da contínua geração de recebíveis no caso da atividade da CAESB é melhor que o risco de crédito da sua dívida sênior sem garantia.

O risco de continuidade da CAESB é influenciado positivamente por duas características específicas, inerentes à companhia: a CAESB opera uma concessão de serviço público; e é uma empresa de sociedade de economia mista. Conforme explicado nos subtópicos seguintes, ambas as características permitem a atribuição de risco de continuidade mais elevado para a CAESB, em comparação com uma empresa privada não operante de uma concessão. No entanto, vale ressaltar que o risco de não continuidade da cedente também existe, e, portanto, o rating atribuído às cotas seniores estará sempre vinculado ao risco de crédito da cedente.

Concessionária de Serviço Público

As particularidades apresentadas pelas concessionárias de serviços públicos permitem que o risco de continuidade seja mais facilmente diferenciado do risco de crédito da cedente do que em outras companhias. A contínua geração de recebíveis estaria comprometida caso a CAESB fosse removida da função de concessionária da operação da concessão do serviço de saneamento básico do Distrito Federal (DF), que poderia ocorrer devido aos seguintes eventos:

- Término da Concessão;
- Cancelamento da Concessão;
- Caducidade;
- Encampação; e
- Falência ou extinção da concessionária.

De acordo com a Lei 8.987/95, modificada pela Lei 9.648/98, em qualquer destas situações o ente municipal, estadual ou federal que forneceu a concessão deverá reembolsar a concessionária por todo e qualquer investimento não depreciado na concessão em parcela única, à vista. Esta obrigação dificulta substancialmente qualquer tentativa de remoção da concessionária. Além disso, o serviço não pode deixar de ser prestado.

Caso a concessionária apresente má gestão da concessão ou, por alguma razão, se mostre incapacitada para prestar os serviços adequadamente, o cenário mais provável é a transferência do controle da concessionária, em vez da retirada da

concessão. O mercado apresenta casos específicos que apoiam esta opinião. Alguns elementos econômicos que reforçam este ponto são: o fato de não ser necessário reembolsar a concessionária por investimentos não-depreciados; meio menos burocrático e trabalhoso de contínua prestação do serviço público; valor de mercado da concessionária provavelmente depreciado em comparação com o investimento feito, provendo maior incentivo para a aquisição por parte de novos investidores/acionistas.

De acordo com os estudos elaborados, a Fitch entende que a perda da concessão por parte da CAESB é um cenário legalmente possível, apesar de difícil de se concretizar. Além disso, a opinião da agência, que pode ser confirmada em pareceres legais preparados por renomados escritórios de advocacia e, no caso desta operação, confirmada no parecer preparado pela assessoria jurídica, é de que, em caso de perda da concessão, o fundo terá direitos de ação contra a concessionária, a CAESB, não havendo regresso contra o poder concedente, o GDF, ou eventual nova concessionária. Desta forma, fica claro para Fitch que o rating das cotas seniores do FIDC CAESB deve estar vinculado ao risco de crédito da CAESB, e não vinculado ao risco de crédito do poder concedente da concessão na qual ela opera.

Controle Acionário

A CAESB é uma sociedade de companhia mista e seu estatuto estabelece que pelo menos 51% de suas ações deverão pertencer ao GDF. Atualmente, a companhia é 100% controlada pelo GDF ou por empresas por ele controladas. A exposição da companhia ao risco de influência política pelo fato de seu controle acionário ser público já se reflete na avaliação creditícia da CAESB. Em contrapartida, a Lei 11.101, de 2005 - Nova Lei de Falências - não se aplica a empresas públicas e entidades de economia mista. Em situação de estresse financeiro, a companhia entraria em processo administrativo, quando uma transferência de controle seria realizada e os serviços continuariam sendo prestados.

Dívida Relativa

A Fitch pondera o tamanho relativo da operação de fluxo futuro em relação ao perfil global da dívida da cedente. Quanto maior a representatividade dos compromissos perante o FIDC CAESB em relação à dívida total da empresa, maior poderá ser o vínculo entre a categoria de rating da emissão de cotas seniores do fundo e a categoria de rating atribuída à dívida sênior sem garantia da cedente.

Além disso, a Fitch identificará o tipo de dívida contraída pela companhia. Quanto maior a representatividade da dívida com garantia do total da dívida, maior a probabilidade de que a cedente, em momento de dificuldade financeira, busque reestruturar dívidas sem garantia e de maior representatividade, visando a retornar à estabilidade financeira.

Com base em 30 de setembro de 2009, a dívida total da CAESB era de BRL628,6 milhões. Ao adicionar os BRL120 milhões da emissão de cotas seniores, a dívida da empresa chegaria ao patamar de BRL748,6 milhões, ou seja, o FIDC CAESB representaria 16% da dívida total da companhia. É importante ressaltar que 57.67% da dívida da CAESB, incluindo o fundo, estão garantidos por recebíveis. Este percentual é considerado parcialmente elevado para níveis de distanciamento maiores entre o rating das cotas seniores e o risco de crédito da cedente. No entanto, em comparação com as demais operações desta classe de ativos, em

conjunto com a impossibilidade da companhia de adquirir novas dívidas lastreadas por recebíveis, a Fitch considerou possível o distanciamento do rating das cotas seniores do rating corporativo da CAESB.

Comprometimento de Receita

Outro fator importante para a análise de operações de fluxo futuro de recebíveis é compreender o nível de comprometimento de receita da cedente, não somente com a operação de securitização mas também com as demais dívidas. A CAESB apresenta aproximadamente 59% de sua receita vinculados às demais dívidas, conforme o quadro abaixo:

Demais Dívidas	BNDÉS I	BNDÉS II	STN	Caixa
Saldo Devedor	24.989.368	13.778.379	125.437.629	147.542.973
Última Parcela Paga	614.309	334.274	1.686.271	1.575.784
% de Recebíveis Vinculados	8,5%	6,5%	24%	0%
Conta Reserva n° de PMTs	5	5	3	3

Fonte: Fitch Ratings

É importante ressaltar que essas dívidas não são pagas pelos próprios recebíveis, através do mesmo mecanismo utilizado no FIDC CAESB. Todas as dívidas são pagas mensalmente pela própria CAESB, sendo o percentual dos recebíveis vinculados observado todo mês, e esses recebíveis, liberados após a amortização mensal da dívida. O funcionamento da conta reserva segue o mesmo raciocínio: uma vez observado o valor mínimo estipulado para esta conta, e após a amortização mensal da dívida, o montante é liberado para a companhia e novamente reposto no mês seguinte.

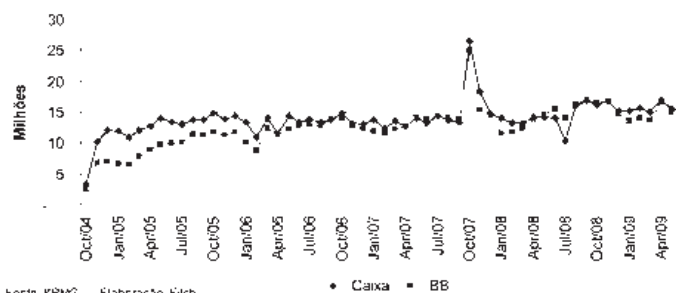
Apesar do elevado percentual de comprometimento da receita com outras dívidas, ele está em linha com outras operações de fluxo futuro de recebíveis, especialmente as de concessionárias de distribuição de energia, em que é comum a vinculação de receita aos contratos de energia. Além da alta previsibilidade dos fluxos de caixa da companhia, ainda que os demais credores retenham o percentual máximo permitido nos seus contratos de financiamento, os índices de cobertura para o serviço da dívida do fundo são confortavelmente elevados.

Análise do Colateral

A Fitch recebeu informações sobre o fluxo mensal das faturas de água e esgoto da CAESB, referente ao período entre outubro de 2004 e junho de 2009, realizado pela KPMG. O período analisado contempla um faturamento total de BRL3,4 bilhões, referentes a 25,2 milhões de faturas encaminhadas. A média mensal de originação é de BRL60,1 milhões, com um ticket médio das faturas de BRL136,00 e prazo médio de 21 dias.

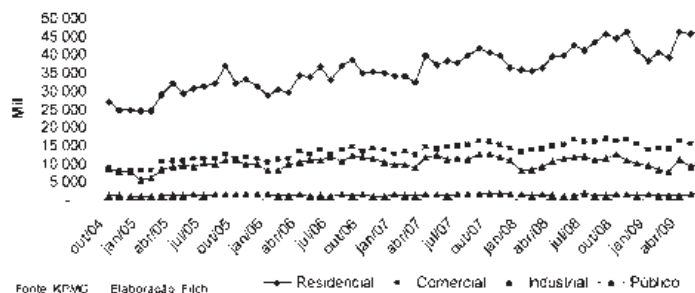
A CAESB possui quatro tipos de usuários: residenciais, comerciais, industriais e públicos. Os entes públicos não são elegíveis para a aquisição do fundo. O gráfico abaixo mostra a evolução do faturamento da companhia, por categoria de usuário. É possível observar o crescimento dos usuários da categoria residencial nos últimos cinco anos e a alta previsibilidade dos demais tipos de usuários.

Distribuição Mensal - Bancos Arrecadores Master



Para compreender a posição dos bancos arrecadores master, BB e Caixa, a Fitch analisou também a evolução do faturamento arrecadado nesses bancos, conforme o gráfico abaixo. Nota-se que, em média, ambos representam aproximadamente 50% do faturamento total da companhia. Seguindo esses bancos, o BRB também tem grande representatividade no faturamento da companhia, com uma média de 23% do total durante o prazo analisado. Vale ressaltar que os entes públicos não realizam seus pagamentos via BB e Caixa, e sim através de sistemas específicos: Sistema de Administração Financeiro dos Estados e Municípios (SIAFEM - BRB) e Sistema de Administração Financeiro Estadual (SIAFI - BRB).

Distribuição Mensal do Faturamento por Categoria



Modelagem do Fluxo de Caixa

A Fitch simulou um modelo de fluxo de caixa para verificar a adequação dos recursos a transitar nas contas do FIDC CAESB para fazer frente aos pagamentos de principal e juros das cotas seniores emitidas. O modelo de fluxo de caixa é uma ferramenta importante para simular diferentes cenários de estresse, especialmente relacionados ao não pagamento e à retenção de caixa referentes às demais dívidas da companhia.

Em sua simulação, a agência considerou as demais dívidas com garantia de recebíveis como seniores ao FIDC CAESB, de modo que o fluxo de caixa livre disponível para o fundo vem somente após a vinculação da receita e da composição da reserva de caixa para cada uma dessas dívidas. Além disso, uma vez que as cotas seniores do FIDC CAESB serão valorizadas pelo CDI mais um *spread* máximo de 3,5% ao ano, a Fitch aplicou estresses de CDI condizentes com o rating 'AA-(bra)' (AA menos (bra)).

Para a projeção do faturamento da CAESB, a Fitch se baseou no último dado histórico de junho de 2009, apresentado pela KPMG, e aplicou mensalmente um fator de sazonalidade observado nos últimos cinco anos. A agência adotou uma postura conservadora, e não considerou nenhum tipo de crescimento para o faturamento. Assim, levando em conta essas ponderações, a Fitch calculou um índice médio de cobertura do serviço da dívida de 9,0 vezes, e o mínimo de 6,0 vezes. A Fitch também estressou o volume de vendas em até 50%, e o índice de cobertura médio observado foi de 2,0 vezes, com um mínimo de 1,5 vez. Isto mostra que a cobertura do serviço da dívida é confortavelmente elevada e permitiu a atribuição do rating 'AA-(bra)' (AA menos (bra)), algumas notas acima do risco de crédito corporativo da CAESB.

Riscos de Contrapartes

Banco Centralizador

O Banco de Brasília (BRB) é responsável pela conta centralizadora na qual todas as arrecadações efetuadas pelos agentes arrecadadores da CAESB são depositadas. A constituição do BRB como agente centralizador da operação é necessária por dois motivos: contratualmente, a CAESB é obrigada a centralizar todos os seus recebimentos no BRB; e sua figura permite segregar mais facilmente os recebíveis vinculados às demais dívidas da companhia. A Fitch não faz a avaliação do rating de crédito do BRB, porém está confortável com o seu risco para esta operação.

Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação, de forma contínua, até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas seniores emitidas.

A Fitch receberá diversos relatórios em base mensal sobre o desempenho da carteira de créditos que latreia o fundo e a estrutura de capital deste. As informações fornecidas pelas partes da transação serão coletadas e analisadas mensalmente pelos analistas.

No decorrer do processo de monitoramento, se for identificado que a transação está com performance fora das expectativas iniciais no momento da atribuição do rating, uma revisão completa será conduzida, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas da Fitch, em www.fitchratings.com.br.

Apêndice A: Resumo do Originador

Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB

A CAESB é uma concessionária de serviços de saneamento básico do Distrito Federal. A companhia foi criada em abril de 1969, porém recebeu sua atual denominação de Companhia de Saneamento Ambiental do DF em 2001. A CAESB é uma sociedade de companhia mista, e seu estatuto social estabelece que pelo menos 51% de suas ações deverão pertencer ao Governo do Distrito Federal. A atual posição acionária da companhia é a seguinte:

Acionista	Número de Ações	Participação
Governo do Distrito Federal	5.762.455.938	90,27%
Cia. Imobiliária de Brasília - Terracap	617.456.638	9,67%
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	3.348.469	0,05%
Sociedade de Abastecimento de Brasília - Sab	432	0,00%
Total	6.383.261.477	100,00%

Fonte: Fitch Ratings

A companhia fornece os serviços de tratamento de água e esgoto para 29 regiões administrativas do DF, opera cinco sistemas de água com capacidade de produção de 9.148 l/s e 17 sistemas de esgoto, com capacidade de coleta de 3,3 m³/s de esgoto. A vazão média efetiva é de 7.110 l/s, o que gera uma capacidade ociosa de 22%, em comparação com sua capacidade total.

Ano	População Servida	
	Água	Esgoto
2004	98,59%	91,53%
2005	98,87%	92,69%
2006	99,21%	92,80%
2007	99,40%	93,52%
2008	99,45%	93,71%
Jul/09	99,42%	93,71%

Fonte: Fitch Ratings

Ano	Conexões de Água	Variação	Conexões de Esgoto	Variação
2004	415.613	-	345.118	-
2005	435.620	4,8%	352.694	2,2%
2006	463.779	6,5%	364.299	3,3%
2007	490.557	5,8%	381.527	4,7%
2008	530.604	8,2%	402.990	5,6%
Jul/09	548.563	3,4%	427.180	6,0%

Fonte: Fitch Ratings

As tabelas acima mostram que, apesar dos percentuais muito elevados referentes à população servida, pode-se observar um crescimento relevante nas conexões tanto de água quanto de esgoto. Este crescimento se deve a dois fatores principais:

criação de novos bairros dentro da área de concessão da CAESB; e requerimento, vigente desde 2005, da individualização de contas em condomínios residenciais.

Destaques Financeiros

Ao final do segundo semestre de 2009, a CAESB apresentava sólido perfil financeiro, com moderada alavancagem e níveis de dívida administráveis. A receita líquida e o EBITDA crescem à taxa média de 25% a 30%, percentuais compatíveis com as demais companhias do setor.

A receita líquida da companhia se beneficia da expansão dos serviços de água e esgoto e também dos reajustes tarifários, listados no Apêndice B. A receita líquida apresentada em julho de 2009, com base no período de 12 meses, foi de BRL764 milhões. O EBITDA na mesma data foi de BRL201 milhões, e a margem de EBITDA, de 26%, números um pouco menores do que os apresentados em 2008, de BRL211 milhões e 29%, respectivamente.

Em 2008, o fluxo de caixa livre da companhia foi de BRL23 milhões, o que reverteu o número negativo apresentado em 2007 de BRL33 milhões. Maiores investimentos são esperados para 2010 e 2013 e poderão pressionar o fluxo de caixa livre da empresa.

A Fitch realizou a análise do risco de crédito corporativo da companhia e o utilizou como subsídio interno para o rating das cotas seniores do FIDC CAESB. Apesar de a companhia apresentar sólido perfil financeiro, alguns aspectos qualitativos foram determinantes para seu risco de crédito. Os fatores limitantes para um melhor risco corporativo foram a falta de uma estratégia financeira mais bem definida, com projeções financeiras de longo prazo e também o risco político inerente ao controle acionário da companhia. No entanto, a Fitch entende que esta operação de securitização está muito bem estruturada, ao contemplar também a presença de *covenants* financeiros que serão verificados todo mês, o que poderá eventualmente fortalecer esta deficiência da companhia.

Apêndice B: Contrato de Concessão

O contrato de concessão para a exploração dos serviços de tratamento de água e esgoto do Distrito Federal foi assinado entre a CAESB, na papel de concessionária, e o Governo do Distrito Federal, como poder concedente, com a intermediação da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (ADASA). A assinatura do contrato aconteceu em 1º de março de 2006, e este permanecerá em vigor até 21 de maio de 2032. O contrato contempla a possibilidade de extensão do período por mais trinta anos, através do requerimento pela CAESB. Eventual extensão contratual estará sujeita ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato inicial.

Com base no contrato de concessão, a CAESB deve preparar e apresentar à ADASA os planos para a exploração dos serviços de água e esgoto; bem como a definição das estratégias operacionais, a expansão dos projetos e os recursos a serem utilizados para tanto. A companhia também precisa informar ao regulador e esperar sua autorização para a vinculação da garantia de recebíveis a quaisquer contratos de financiamentos. Esta operação de securitização já foi aprovada pela ADASA, através do despacho nº 91, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 6 de novembro de 2009.

O contrato de concessão estabelece duas formas para alteração tarifária: reajuste anual tarifário e revisão tarifária a cada três anos. Para o reajuste anual tarifário, o contrato prevê uma fórmula paramétrica, que vem sendo aplicada desde 2007, todo mês de março. Já a revisão tarifária a cada três anos é sugerida principalmente para manter os interesses econômicos da concessionária alinhados. A primeira revisão estava prevista para 2008, mas não foi aprovada pela ADASA. O reajuste anual de 2009 foi mais elevado, de forma a compensar a não aprovação da revisão em 2008. Abaixo está a tabela com os reajuste tarifários aplicados desde 2004.

Ano	Mês do Reajuste	Reajuste
2004	Janeyro	20,00%
2005	Fevereiro	27,54%
2006	Março	14,87%
2007	Março	2,97%
2008	Março	5,97%
2009	Março	6,29%

Fonte: Fitch Ratings

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/creditingresponsibilities](http://fitchratings.com/creditingresponsibilities). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com), ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PUBLICOS, CRITÉRIOS E MÉTODOS, DIÁRIAS, O CÓDIGO DE CONJUNTA DA FITCH, A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE, A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E PRIVACY, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONJUNTA".

Copyright © 2010 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias, One State Street Plaza, 54, 54 10004

Telefone: 1-800-753-4824, (212) 938-0500, Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros colaboradores, intermediários e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não reflete o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito. A menos que tal risco esteja especificamente mencionado, a Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título, na relação que contém um rating atribuído pela Fitch, na criação ou prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de renúncia de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuadas com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários do emissor, seguradores, garantidores, outros colaboradores e intermediários para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável, por emissão). Em certos casos, a Fitch analisa todos ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de risco ou submissão submetida mediante a legislação referente a títulos de qualquer país ou jurisdição, em particular. Devido a relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes das impressas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BB Banco de Investimento

Relatório relativo à aplicação de

Data-base 30 de dezembro

ADVISORY

AUDIT • TAX • ADVISORY

- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Caesb - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplimento, portabilidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas no Prospecto.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services, Lda, uma sociedade brasileira e o membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 74651
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma cooperativa suíça.



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Pires de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01080-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet
55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

Ao

BB Banco de Investimento S.A.

10 de dezembro de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 8 de agosto de 2009, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis Caesb - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal ("Caesb" ou "Originadora"). Tais recebíveis são representados por duplicatas comerciais decorrentes de serviços de abastecimento de água e esgoto da população regularmente instalada no Distrito Federal.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre a performance dos pagamentos dos clientes ("Sacados"), bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados a faturamento e cobrança dos recebíveis.

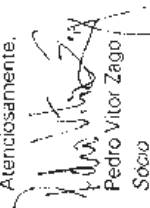
As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Originadora, para o período compreendido entre 1º de outubro de 2007 e 30 de junho de 2009, sendo que o período compreendido entre 1º de outubro de 2004 e 30 de setembro de 2009 foi transportado do relatório anterior emitido em 2008. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

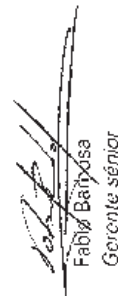
Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 5 de agosto a 9 de novembro de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da Caesb e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência da Caesb e BB Banco de Investimento S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Sócio


Fabíola Barbosa
Gerente sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda. é uma empresa limitada de responsabilidade de direito brasileiro, inscrita no CNPJ nº 06.908.248/0001-00, com sede no Brasil, sob o regime tributário de pessoa jurídica.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. é uma empresa limitada de responsabilidade de direito brasileiro, inscrita no CNPJ nº 06.908.248/0001-00, com sede no Brasil, sob o regime tributário de pessoa jurídica.

Conteúdo

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	4
Descrição dos procedimentos realizados	5
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)	6
Conciliação da base de dados e descrição dos procedimentos de crédito e cobrança	39



Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes da Caesb e seus parceiros estratégicos (Grupo Estruturador), a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, a distribuição e a *performance* de pagamentos dos recebíveis, por parte dos sacados.
- Levantar os fluxos de originção e cobrança da Originadora e identificar seus respectivos controles e aderência às políticas estabelecidas internamente, por meio de testes por amostragem.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da Caesb, compreendendo recebíveis gerados pelas faturas emitidas pela empresa Originadora, para um período de 57 meses, compreendido entre 1º de outubro de 2004 e 30 de junho de 2009.
- Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes do Grupo Estruturador, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte dos consumidores eleitos, foram definidos, em comum acordo com representantes do Grupo Estruturador, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das faturas de venda a prazo, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da fatura e a data de pagamento pelo consumidor.
 - Matriz Triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
- Foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de emissão de contas relativas ao período de competência, distribuição do volume financeiro de emissão por prazo médio, distribuição do volume financeiro por faixas de valor para fins de apuração de concentração de sacados, no período sob análise.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originção e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de investigação aos responsáveis pelas áreas de Faturamento e Cobrança, bem como de observação dos fluxos de originção executados com base em testes por amostragem.



© 2009 KPMG PwC Auditores Sócios Ltda., uma sociedade brasileira e filial não membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede mundial de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, integrada sob o nome "KPMG". KPMG é o logotipo da KPMG, uma marca registrada da KPMG Network, uma rede mundial de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network.

Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.):

- Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)
- Características Gerais da Carteira de Recebíveis
- Distribuição Mensal do Volume Financeiro
- Distribuição Mensal por Categoria
- Ticket Médio Mensal das Faturas
- Identificação dos Agentes Arrecadadores
- Distribuição Mensal por Agente Arrecadador
- Identificação dos Agentes Arrecadadores dos últimos doze meses
- Distribuição por Dia de Emissão das Faturas
- Distribuição por Dia de Vencimento das Faturas
- Distribuição por Dia de Pagamento das Faturas
- Distribuição do Volume Financeiro por Prazo Médio
- Distribuição do Volume Financeiro por Faixas de Valor
- Distribuição Mensal das Faturas Parceladas
- Distribuição Mensal das Faturas Canceladas
- Distribuição Mensal por Forma de Pagamento
- Aging - Distribuição dos Prazos de Pagamento das Faturas sob Análise
- Aging - Distribuição dos Prazos de Pagamento das Faturas sob Análise por Categoria
- Matriz Triangular e Desvio-padrão
- Representação Gráfica da Matriz Triangular

- Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis
- Verificação do Faturas
- Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis

Ânexas



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial de membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG Network, uma corporação suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil - KPMG 24891.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma corporação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	%
Total Base de Dados	3.688.282	100%
Eliminações:		
Faturas estornadas e refaturadas	260.380	7,1%
Total FLS	3.427.902	92,9%



© 2000 KPMG Risk Advisory Services Ltd., uma sociedade brasileira e é uma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Inscrito no Brasil - KPMG 14691. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma organização suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis

Período Sob Análise - outubro de 2004 a Junho de 2009 (57 meses)

Somatório do Valor das Faturas (R\$mil) -	3.427.902
Média Mensal de Originação (R\$mil) -	60.139
Quantidade de Faturas -	25.241.908
Média de Faturas Originadas (mês) -	442.840
Ticket Médio das Faturas (R\$) -	136
Prazo Médio das Faturas (em dias) -	21



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International ("uma cooperativa suíça"). Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 74691.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International ("uma cooperativa suíça").

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição mensal do volume financeiro

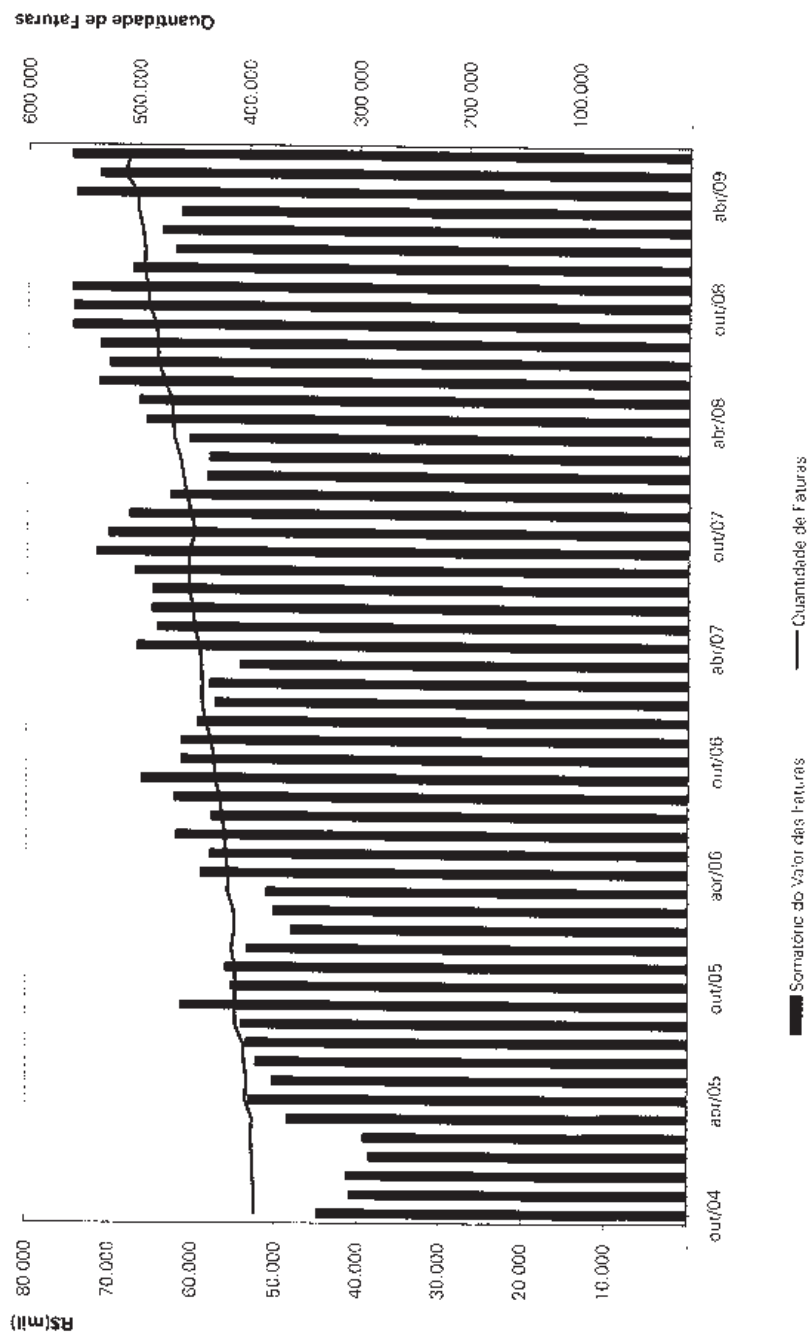
Origem	Somatório do			Quantidade de Faturas	Somatório do			Quantidade de Faturas	Somatório do		
	Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	% Acum.		Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	% Acum.		Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	% Acum.
out/04	44.796	1,3%	1,3%	392.891	1,6%	1,6%	1,6%	444.228	1,8%	1,8%	51,0%
nov/04	40.831	1,2%	2,5%	392.866	1,6%	3,1%	3,1%	448.378	1,8%	3,8%	52,8%
dez/04	41.194	1,2%	3,7%	394.363	1,6%	4,7%	4,7%	450.140	1,8%	5,6%	54,6%
jan/05	38.487	1,1%	4,8%	394.923	1,6%	6,2%	6,2%	453.607	1,8%	7,4%	56,4%
fev/05	39.180	1,1%	6,0%	395.867	1,6%	7,8%	7,8%	453.593	1,8%	9,2%	58,2%
mar/05	48.466	1,4%	7,4%	395.167	1,6%	9,4%	9,4%	453.427	1,8%	11,0%	60,0%
abr/05	52.998	1,5%	8,9%	401.254	1,6%	11,0%	11,0%	448.443	1,8%	12,8%	61,8%
mai/05	50.296	1,5%	10,4%	400.085	1,6%	12,5%	12,5%	451.430	1,8%	14,6%	63,5%
jun/05	52.242	1,5%	11,9%	402.401	1,6%	14,1%	14,1%	456.104	1,8%	16,4%	65,3%
jul/05	53.429	1,6%	13,5%	403.777	1,6%	15,7%	15,7%	459.030	1,8%	18,2%	67,2%
ago/05	53.914	1,6%	15,0%	410.966	1,6%	17,4%	17,4%	462.050	1,8%	19,9%	69,0%
set/05	61.275	1,8%	16,8%	410.731	1,6%	19,0%	19,0%	467.300	1,9%	21,8%	70,8%
out/05	55.307	1,6%	18,4%	410.679	1,6%	20,6%	20,6%	469.028	1,9%	23,7%	72,7%
nov/05	55.897	1,6%	20,1%	410.915	1,6%	22,3%	22,3%	469.907	1,9%	25,6%	74,6%
dez/05	53.332	1,6%	21,6%	414.043	1,6%	23,9%	23,9%	476.077	1,9%	27,5%	76,5%
jan/06	47.989	1,4%	23,0%	411.534	1,6%	25,5%	25,5%	482.159	1,9%	29,4%	78,4%
fev/06	50.165	1,5%	24,5%	412.352	1,6%	27,2%	27,2%	482.727	1,9%	31,3%	80,3%
mar/06	51.052	1,5%	26,0%	417.579	1,7%	28,8%	28,8%	490.545	1,9%	33,2%	82,2%
abr/06	58.967	1,7%	27,7%	417.242	1,7%	30,5%	30,5%	492.355	2,0%	35,2%	84,1%
mai/06	57.895	1,7%	29,4%	419.756	1,7%	32,1%	32,1%	495.587	2,0%	37,2%	86,1%
jun/06	61.982	1,8%	31,2%	420.187	1,7%	33,8%	33,8%	494.596	2,0%	39,2%	88,1%
jul/06	57.659	1,7%	32,9%	423.401	1,7%	35,5%	35,5%	496.732	2,0%	41,2%	90,0%
ago/06	62.191	1,8%	34,7%	425.319	1,7%	37,2%	37,2%	500.629	2,0%	43,2%	92,0%
set/06	66.148	1,9%	36,6%	429.754	1,7%	38,9%	38,9%	502.014	2,0%	45,2%	94,0%
out/06	61.384	1,8%	38,4%	430.825	1,7%	40,6%	40,6%	513.039	2,0%	47,2%	96,0%
nov/06	61.335	1,8%	40,2%	433.121	1,7%	42,3%	42,3%	508.501	2,0%	49,2%	98,0%
dez/06	59.424	1,7%	41,9%	439.001	1,7%	44,0%	44,0%				
jan/07	57.296	1,7%	43,6%	441.305	1,7%	45,8%	45,8%				
fev/07	57.954	1,7%	45,3%	441.600	1,7%	47,5%	47,5%				
mar/07	54.260	1,6%	46,9%	442.108	1,8%	49,3%	49,3%				
Total	3.427.902	100,0%			3.427.902	100,0%		25.241.908	100,0%		



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda. Uma sociedade brasileira e uma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas à KPMG network mundial, uma corporação suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NOME 74691
KPMG é o logotipo da KPMG rede mundial regida pela KPMG network. Uma rede global de firmas.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição mensal do volume financeiro



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Distribuição mensal do volume financeiro por categoria

Somatório do Valor das Faturas por Categoria - R\$ (mil)													
Origem	Residencial	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público
Origem	Residencial	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público	% - FLS	Comercial	% - FLS	Industrial	% - FLS	Público
out/04	76.720	59,6%	8.532	9,0%	1.012	2,4%	8.332	19,0%	54.196	59,1%	14.281	21,4%	11.699
nov/04	24.507	60,0%	7.767	9,0%	953	2,4%	7.510	18,5%	38.912	57,5%	1.287	2,0%	2.517
dez/04	24.688	59,9%	8.079	19,5%	967	2,3%	7.577	18,3%	38.733	58,9%	1.380	2,2%	1.016
jan/05	24.777	62,8%	7.888	20,5%	967	2,5%	5.536	14,2%	38.437	58,1%	1.354	2,1%	1.253
fev/05	24.277	61,8%	7.994	20,4%	895	2,3%	6.053	15,9%	39.417	58,9%	1.304	2,1%	1.257
mar/05	28.857	59,5%	10.370	21,4%	1.169	2,4%	3.077	16,1%	49.486	58,0%	1.500	2,3%	1.052
abr/05	31.871	60,0%	10.879	20,4%	1.242	2,3%	9.226	17,7%	47.601	57,4%	1.519	2,2%	1.250
mai/05	29.115	57,9%	10.607	21,1%	1.234	2,5%	9.340	18,6%	47.998	56,0%	1.519	2,2%	1.250
jun/05	33.525	58,4%	11.275	21,6%	1.291	2,5%	9.241	17,5%	49.768	57,7%	1.556	2,3%	1.517
jul/05	31.357	58,1%	11.231	21,3%	1.224	2,3%	9.977	18,6%	49.459	57,8%	1.401	2,2%	1.083
ago/05	31.814	59,0%	11.251	20,9%	1.329	2,6%	9.500	17,8%	49.974	57,7%	1.324	2,2%	8.036
set/05	36.882	60,1%	12.317	20,7%	1.328	2,2%	10.770	17,6%	51.276	58,4%	1.384	2,2%	8.190
out/05	32.043	57,9%	11.273	20,3%	1.341	2,4%	10.770	17,6%	51.276	58,4%	1.384	2,2%	8.190
nov/05	33.142	59,3%	11.074	20,8%	1.412	2,5%	10.770	17,6%	51.276	58,4%	1.384	2,2%	8.190
dez/05	30.989	58,7%	11.257	21,1%	1.380	2,6%	9.725	17,4%	50.957	57,4%	1.437	2,3%	8.190
jan/06	28.557	58,5%	10.210	21,3%	1.326	2,6%	7.847	16,5%	47.989	58,4%	1.172	2,0%	11.509
fev/06	30.209	60,2%	10.905	21,8%	1.173	2,3%	1.827	5,6%	50.651	60,9%	1.172	2,3%	11.509
mar/06	34.140	57,3%	13.336	22,6%	1.315	2,7%	9.477	18,5%	51.302	60,9%	1.193	2,3%	10.736
abr/06	33.608	58,7%	12.482	21,6%	1.481	2,2%	9.477	18,5%	51.302	60,9%	1.193	2,3%	10.736
mai/06	38.473	58,8%	13.646	22,0%	985	1,6%	10.668	17,9%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
jun/06	32.783	56,9%	12.612	21,5%	771	1,2%	11.744	20,4%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
jul/06	35.690	59,2%	13.587	21,9%	1.231	2,1%	10.623	16,9%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
ago/06	38.339	59,0%	14.345	21,7%	1.190	1,8%	12.273	18,6%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
set/06	34.867	56,8%	13.405	21,8%	1.451	2,4%	11.681	19,0%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
out/06	35.032	57,7%	14.076	22,9%	902	1,5%	10.185	14,1%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
nov/06	34.876	58,7%	13.442	22,6%	920	1,5%	10.185	14,1%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
dez/06	33.686	58,3%	12.922	21,6%	1.335	2,3%	9.692	16,8%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
jan/07	33.859	58,4%	13.223	21,8%	1.189	2,1%	9.692	16,8%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
fev/07	37.864	59,1%	12.234	22,5%	1.187	2,2%	8.776	16,2%	51.692	60,9%	1.344	1,8%	10.736
mar/07													
Total	2.039.722	59,6%	748.307	21,8%	70.701	2,1%	565.173	16,6%	3.427.502				



© 2009 KPMG RPA, Muzany Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma corporação suíça. Todos os direitos reservados. Impressão no Brasil KPMG 74891.
KPMG é a denominação KPMG 880 na base registral da KPMG International, uma corporação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Ticket médio mensal das faturas consolidado e por categoria

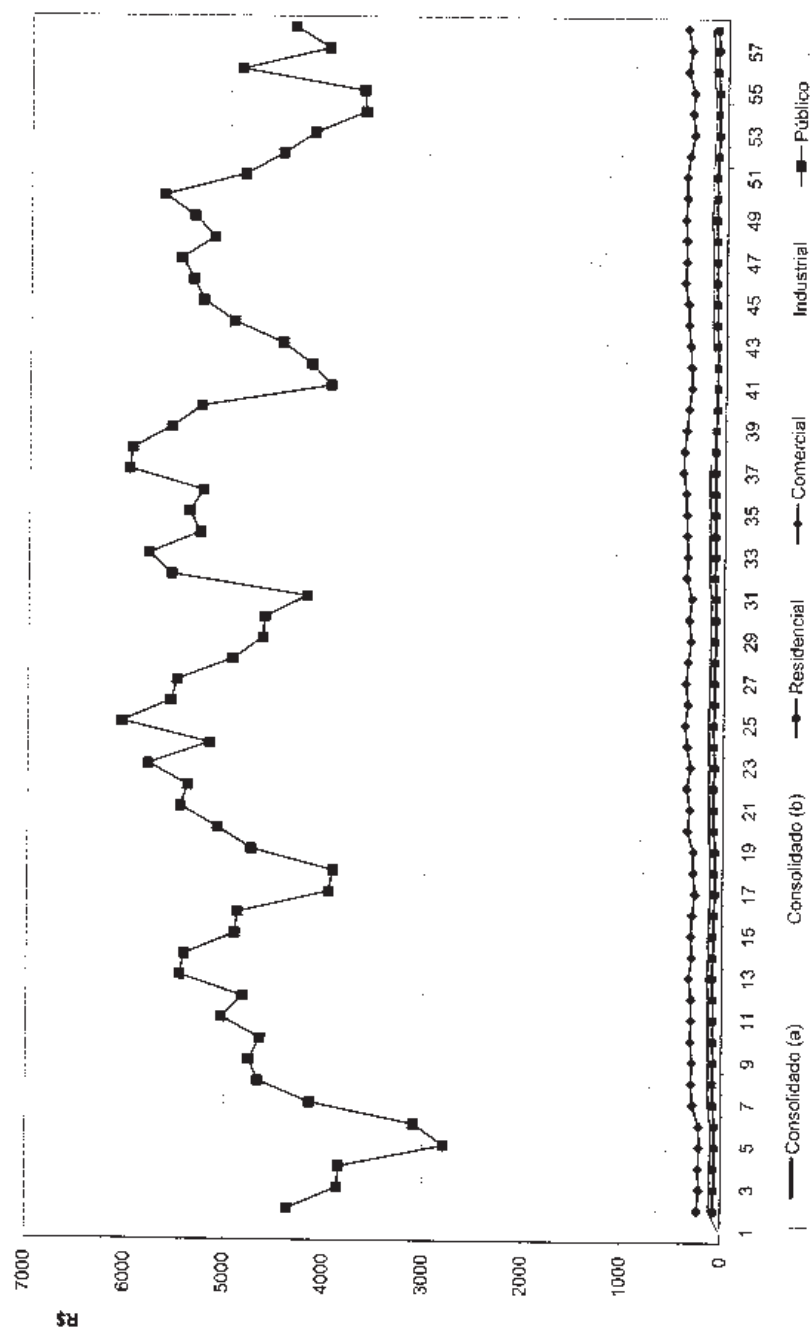
Ticket Médio das faturas - R\$													
Consolidado (a)		Residencial		Comercial	Industrial	Público	Origem	Consolidado (a)	Consolidado (b)	Residencial	Comercial	Industrial	Público
114	93	76	24	809	4.358	abr/07		150	125	98	392	1.157	5.585
104	85	69	220	589	3.860	mai/07		143	117	91	369	1.072	5.797
104	86	70	226	568	3.842	jun/07		144	120	93	381	1.042	5.278
97	84	68	221	570	2.789	jul/07		143	119	91	384	1.085	5.386
99	84	68	224	523	3.035	ago/07		148	124	96	395	1.290	5.250
123	103	81	290	681	4.139	set/07		158	131	101	420	1.305	6.000
132	110	88	302	736	4.863	out/07		*14	*29	99	415	1.486	5.965
126	103	81	295	725	4.751	nov/07		104	125	97	393	1.332	5.572
130	108	84	311	761	4.640	dez/07		104	114	87	373	1.187	5.267
132	108	85	309	727	5.032	jan/08		97	110	85	343	1.234	3.966
131	109	86	307	794	4.820	fev/08		99	108	84	350	1.059	4.164
149	*24	100	334	797	5.460	mar/08		123	110	85	360	1.157	4.451
135	109	97	304	815	5.414	abr/08		132	118	92	380	1.033	4.944
136	113	89	316	865	4.905	mai/08		126	118	92	386	821	5.260
*29	106	83	305	861	4.878	jun/08		130	126	98	420	997	5.362
117	98	77	277	839	3.961	jul/08		132	122	93	404	1.347	5.486
122	103	81	297	755	3.920	ago/08		131	126	98	406	999	5.152
122	100	78	298	722	4.743	set/08		*49	*31	103	417	1.052	5.355
14*	117	91	356	923	5.087	out/08		135	127	99	404	1.104	5.662
*38	117	89	334	608	5.463	nov/08		136	130	*03	*08	1.139	4.844
146	122	96	365	607	5.388	dez/08		129	116	91	377	1.016	4.480
146	122	96	363	695	5.791	jan/09		117	107	84	332	1.155	4.143
154	126	98	365	1.056	5.171	fev/09		122	112	89	352	882	3.637
142	116	89	385	973	6.058	mar/09		*22	*08	86	339	863	3.651
142	116	89	361	*.19*	5.565	abr/09		141	127	100	396	969	4.879
142	116	89	379	746	5.505	mai/09		138	122	97	389	1.210	3.999
135	113	88	360	768	4.937	jun/09		148	128	100	404	1.418	4.345
131	109	85	331	1.099	4.641								
131	109	84	355	1.004	4.622								
123	103	80	328	998	4.193								

(a) Representa ticket médio consolidado geral.

(b) Representa ticket médio consolidado das categorias: residencial, comercial e industrial.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Ticket médio mensal das faturas consolidado e por categoria



© 2008 KPMG N. K. Advisory Services (Ita) - a sociedade brasileira é uma empresa de redes KPMG de âmbito mundial independente e afiliada a KPMG International, uma corporação suíça. Todas as demais marcas registradas, incluindo as marcas KPMG, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas e/ou símbolos da KPMG Network ou de uma das empresas da rede.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Identificação dos agentes arrecadores

#	Código	Agente Arrecador	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
1	104	Caixa Econômica Federal	1.119.457	35,5%	12.552.313	50,4%
2	70	BRB - Banco de Brasília	693.762	20,9%	6.777.368	27,2%
3	1	Banco do Brasil	303.570	9,1%	1.216.251	4,9%
4	995	SIACEM (BHB) Sistema de Administração Financeiro dos Estados e Municípios	280.164	7,8%	77.278	0,3%
5	341	Itaú	181.866	5,5%	661.986	2,7%
6	996	SIACF (BRB) - Sistema de Administração Financeiro Estadual *	170.035	5,1%	28.040	0,1%
7	737	Bradesco	166.910	5,0%	947.965	3,8%
8	353	Santander	94.451	2,8%	320.248	1,3%
9	399	HSBC Brasil	38.743	1,2%	125.077	0,5%
10	73	Banco Popular do Brasil (BPP)	7.779	0,2%	49.315	0,2%
11	756	Cooperativo do Brasil	7.627	0,2%	73.911	0,3%
12	745	Citibank	7.331	0,2%	27.146	0,1%
13	389	Mercantil do Brasil	5.191	0,2%	22.507	0,1%
14	65	Lemon Bank	5.151	0,2%	98.175	0,4%
15	990	SIACF (BANCO DO BRASIL) - Sistema de Administração Financeira Federal *	4.507	0,1%	1.137	0,0%
16	347	Sudamcons	2.177	0,1%	5.981	0,0%
17	422	Safra	2.167	0,1%	4.493	0,0%
18	500	Rede Pague Fácil	1.206	0,0%	28.109	0,1%
19	999	CAESB -	31	0,0%	261.465	1,0%
20	453	Rural SA	49	0,0%	90	0,0%
21	992	Tesouraria CAESB	36	0,0%	13	0,0%
Total Agentes Arrecadores (com situações de pagamento)			3.132.310	94,4%	23.272.888	93,4%
Outros Agentes Arrecadores (com situação de pagamento)			58.035	1,7%	650.163	2,6%
Faturas em aberto			128.233	3,9%	1.000.235	4,0%
Total			3.318.578	100,0%	24.923.288	100,0%

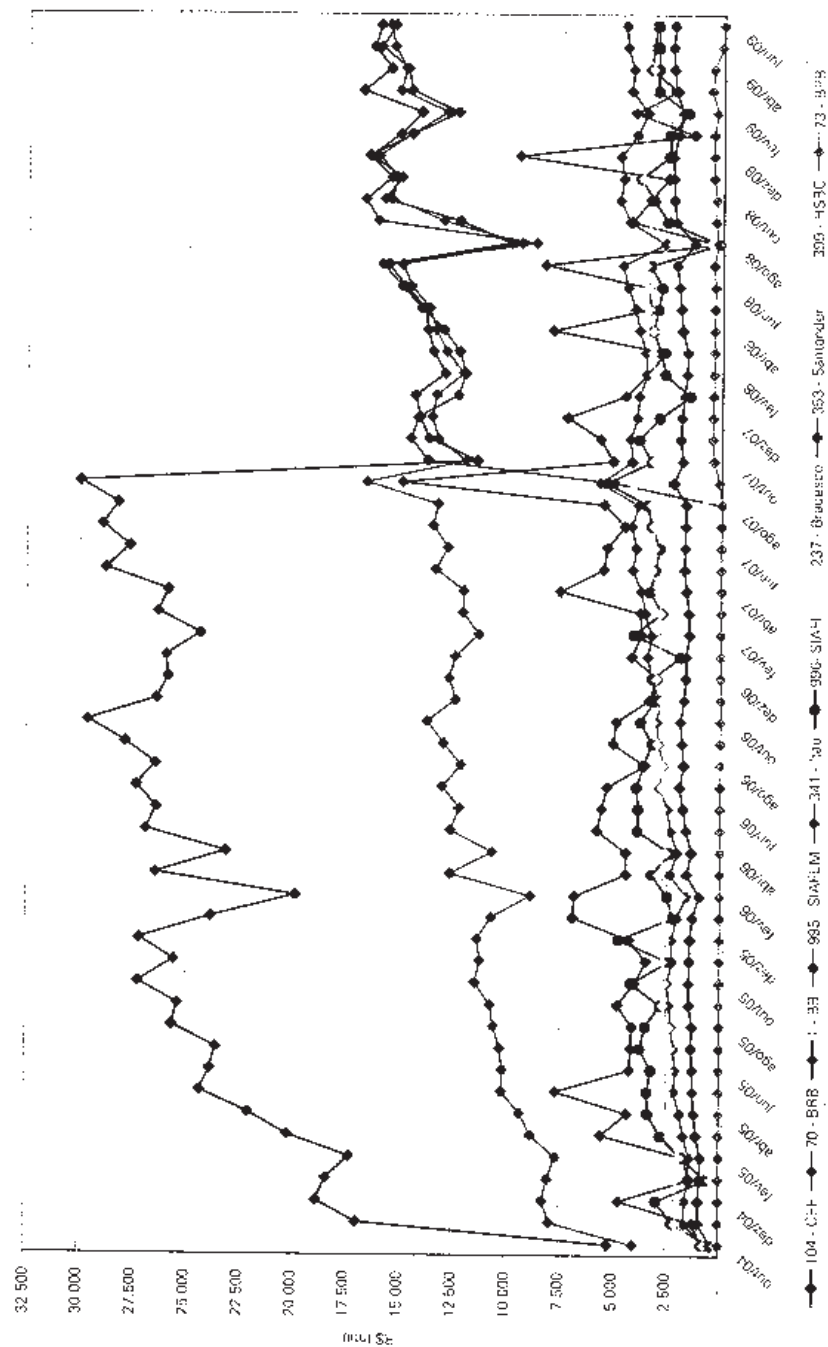
* Agentes arrecadores, específicos dos imóveis ocupados por órgãos e entidades públicas da administração direta e indireta do Distrito Federal, da União, organizações internacionais, estrangeiros e representações diplomáticas.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. Uma sociedade por ações e firma com o nome KPMG de 4 membros independentes e afiliadas à KPMG International, uma rede mundial de firmas de contabilidade e auditoria. Todas as firmas são membros da KPMG Network e o grupo da KPMG são as firmas registradas da KPMG International, uma rede global de firmas.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição mensal por agente arrecadador (10 maiores)



No anexo I, apresentamos a distribuição mensal em volume financeiro por agente arrecadador (10 maiores).



© 2004 KPMG LLP, uma sociedade limitada, uma sociedade independente e afiliada a KPMG International, uma corporação suíça. Todos os direitos reservados. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma entidade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Identificação dos agentes arrecadores dos últimos doze meses

#	Código	Agente Arrecador	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
1	104	Caixa Econômica Federal	173.100	23,7%	2.420.712	44,1%
2	1	Banco do Brasil	177.058	23,5%	723.815	57,3%
3	70	BRB - Banco de Brasília	172.659	22,9%	1.590.033	86,3%
4	341	Itaú	51.507	6,8%	182.137	89,6%
5	995	SAFEM (BRB) Sistema de Administração Financeiro dos Estado e Municípios *	46.082	6,1%	12.035	89,8%
6	237	Bradesco	41.889	5,6%	261.199	94,6%
7	996	SAFI (BRB) - Sistema de Administração Financeiro Estadual *	32.543	4,3%	5.974	94,7%
8	353	Santander	26.213	3,5%	97.141	96,5%
9	399	F-SBC Brasil	10.654	1,4%	35.484	97,1%
10	73	Banco Popular do Brasil (BPB)	4.060	0,5%	28.630	97,7%
11	756	Cooperativo do Brasil	2.125	0,3%	19.121	98,0%
12	745	Citibank	1.823	0,2%	7.236	98,1%
13	65	Lemon Bank	1.117	0,2%	30.592	98,7%
14	389	Mercantil do Brasil	447	0,1%	1.920	98,7%
15	990	SAFI (BANCO DO BRASIL) - Sistema de Administração Financeira Federal *	346	0,0%	87	98,7%
16	422	Safra	336	0,0%	804	98,7%
17	998	CAESB	16	0,0%	55.169	99,7%
18	982	Tesouraria CAESB	8	0,0%	4	99,7%
19	347	Sudameris	1	0,0%	4	99,7%
Total Agentes Arrecadores dos últimos doze meses (com situações de pagamento)			748.605	99,2%	5.472.147	99,7%
Outros Agentes Arrecadores dos últimos doze meses (sem situação de pagamento)			6.114	0,8%	13.784	0,3%
Total			754.720	100,0%	5.485.931	100,0%

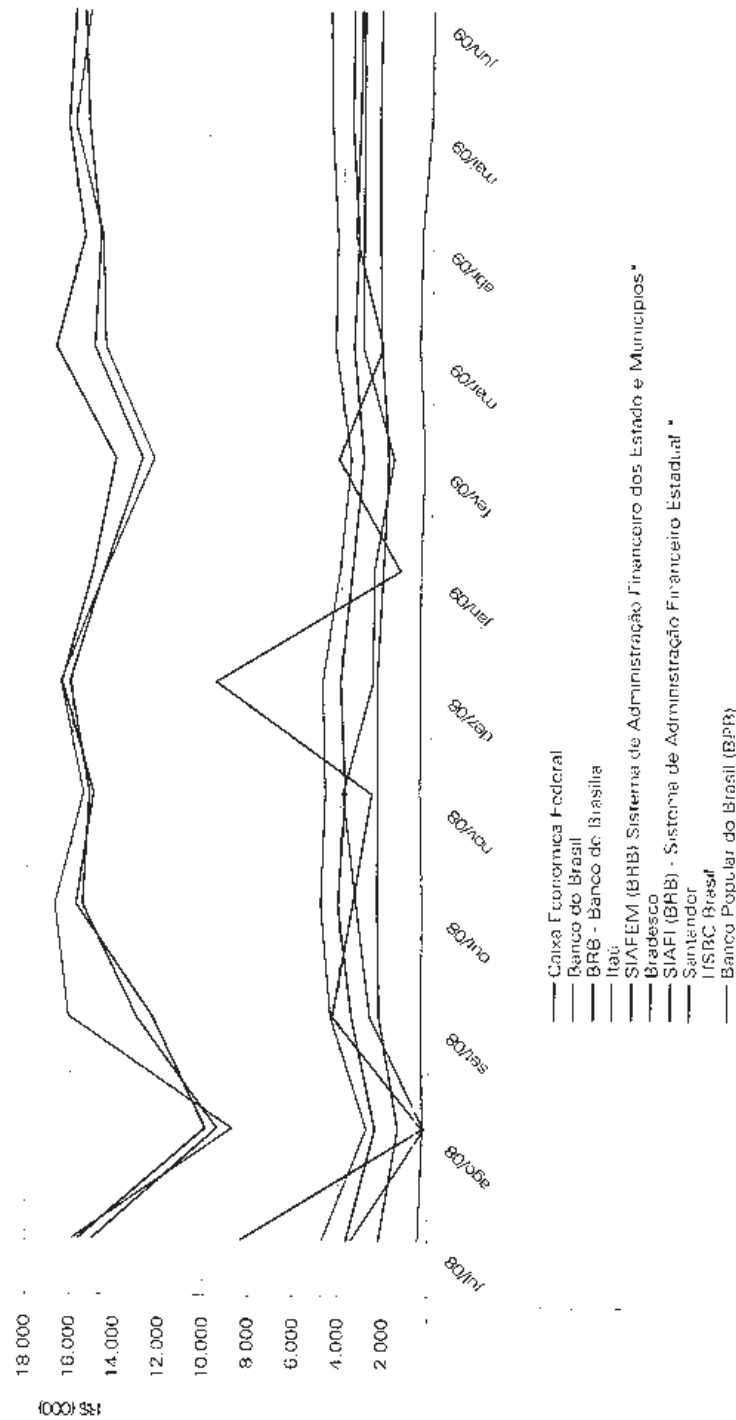
* Agentes arrecadores específicos dos imóveis ocupados por órgãos e entidades públicas da administração direta e indireta do Distrito Federal, da União, organizações internacionais-estrangeiros e representações diplomáticas.



7/2019 KPMG Risk Advisory Services Ltda. - uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de 174 membros independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Informações no Brasil: KPMG 14631. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International - uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4a - Distribuição dos agentes arrecadadores nos últimos doze meses



No anexo Ia, apresentamos a distribuição mensal em volume financeiro por agente arrecadador (10 maiores) nos últimos 12 meses.



© 2009 KPMG R & A Advisory Services Ltd., a sociedade brasileira o firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma organização de membros associados. Impressão no Brasil - KPMG 2009.

KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma organização de membros associados.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição por dia de emissão das faturas

Dia de Emissão	Somatório do		% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
	Valor das Faturas	R\$(mil)			
2	632.912	18,5%	18,5%	146.724	0,6%
3	94.878	2,8%	21,2%	937.481	3,7%
4	119.700	3,5%	24,7%	1.273.049	5,0%
5	144.208	4,2%	28,9%	1.439.900	5,7%
6	243.060	7,1%	36,0%	1.386.616	5,5%
9	195.031	5,7%	41,7%	1.376.963	5,5%
10	128.970	3,8%	45,5%	1.233.578	4,9%
11	196.722	5,7%	51,2%	1.308.503	5,2%
12	211.527	6,2%	57,4%	1.190.739	4,7%
13	131.874	3,8%	61,2%	1.366.704	5,4%
16	154.997	4,5%	65,8%	1.558.033	6,2%
17	238.804	7,0%	72,7%	1.310.255	5,2%
18	166.057	4,8%	77,6%	1.271.223	5,0%
19	103.956	3,0%	80,6%	1.250.186	5,0%
20	96.644	2,8%	83,4%	1.129.776	4,5%
22	89.276	2,6%	86,0%	1.257.040	5,0%
23	93.063	2,7%	88,7%	1.202.491	4,8%
24	92.176	2,7%	91,4%	1.189.995	4,7%
25	87.359	2,5%	94,0%	1.076.926	4,3%
26	103.356	3,0%	97,0%	1.140.574	4,5%
27	103.332	3,0%	100,0%	1.195.152	4,7%
Total	3.427.902	100,0%		25.241.908	100,0%



© 2004 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todas as firmas possuem o logotipo no Brasil KPMG 14591. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Gráfico 2.5 - Distribuição por dia de emissão das faturas



19

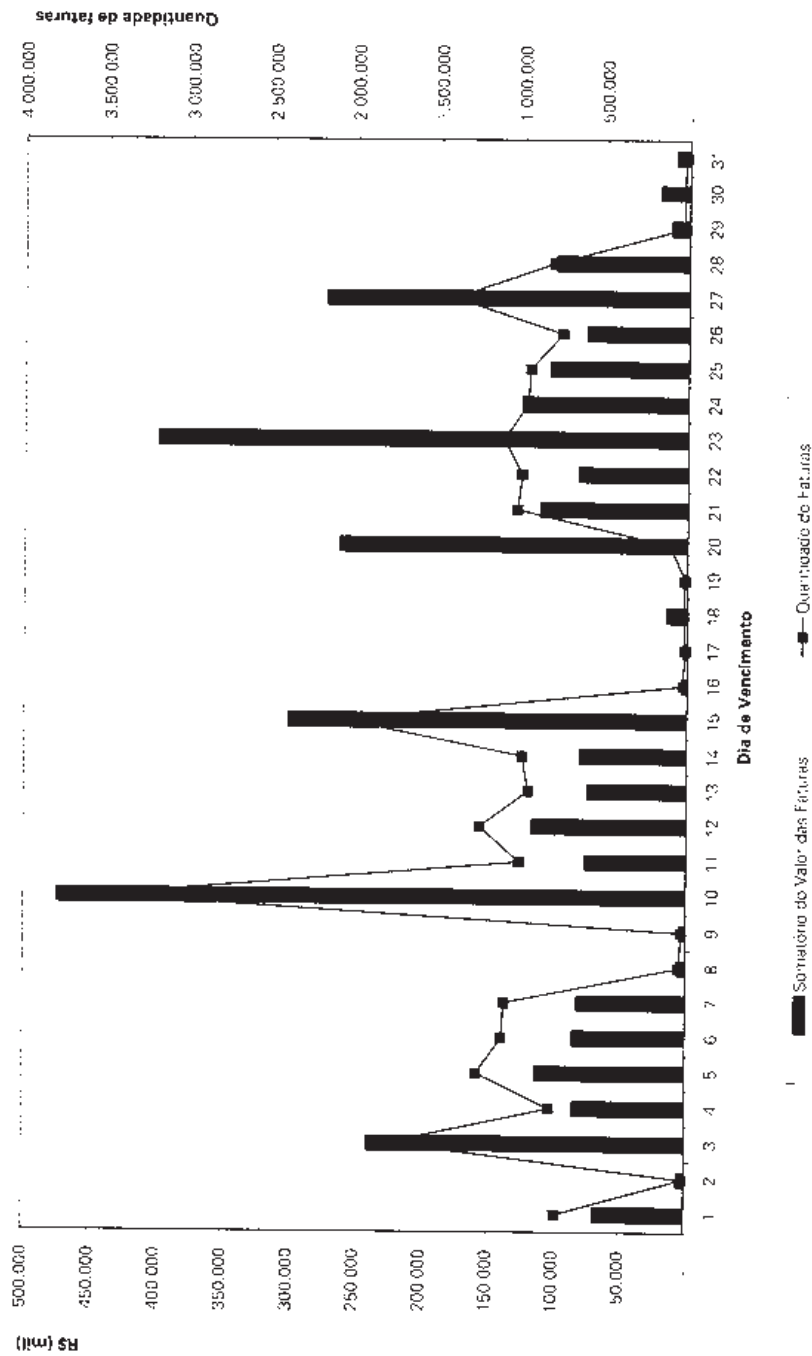
Tabela 2.9 - Distribuição por dia de vencimento das faturas



20

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Distribuição por dia de vencimento das faturas



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa sem fins lucrativos. O KPMG é uma rede global de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa sem fins lucrativos. O KPMG é o logotipo da KPMG, uma marca registrada da KPMG, uma rede global de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa sem fins lucrativos.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 - Distribuição por dia de pagamento das faturas

Dia da Pagamento	Somatório do		% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
	Valor das Faturas R\$(mil)	%			
1	57.818	1,8%	1,8%	549.936	2,3%
2	66.090	2,1%	3,9%	703.143	2,9%
3	162.952	5,1%	9,0%	1.152.975	4,8%
4	102.478	3,2%	12,2%	896.780	3,7%
5	111.311	3,5%	15,7%	1.070.327	4,5%
6	106.620	3,3%	19,0%	1.193.115	5,0%
7	84.697	2,7%	21,7%	1.148.291	4,8%
8	88.381	2,8%	24,5%	1.191.389	5,0%
9	98.327	3,1%	27,5%	1.156.893	4,8%
10	263.626	8,3%	35,8%	1.576.273	6,6%
11	121.863	3,8%	39,6%	1.059.291	4,4%
12	175.601	5,5%	45,1%	953.383	4,0%
13	77.896	2,4%	47,5%	778.856	3,3%
14	81.670	2,6%	49,1%	696.576	2,9%
15	156.569	4,9%	54,0%	983.123	4,1%
16	93.503	2,9%	56,9%	753.704	3,2%
17	88.416	2,8%	59,7%	628.865	2,6%
18	65.655	2,1%	61,8%	504.763	2,1%
19	75.837	2,4%	64,2%	473.543	2,0%
20	107.529	3,4%	67,6%	535.147	2,2%
21	90.386	2,8%	70,4%	516.933	2,2%
22	94.854	3,0%	73,4%	578.460	2,4%
23	134.118	4,2%	77,6%	572.019	2,4%
24	109.040	3,4%	81,0%	556.614	2,3%
25	93.896	2,9%	83,9%	506.371	2,1%
26	94.353	3,0%	86,9%	542.441	2,3%
27	191.041	6,0%	92,9%	884.682	3,7%
28	97.150	3,0%	95,9%	590.854	2,5%
29	76.229	2,4%	98,3%	503.066	2,1%
30	47.948	1,5%	99,8%	398.223	1,7%
31	24.729	0,8%	100,0%	267.017	1,1%
Total	3.190.345	100,0%		23.923.053	100,0%



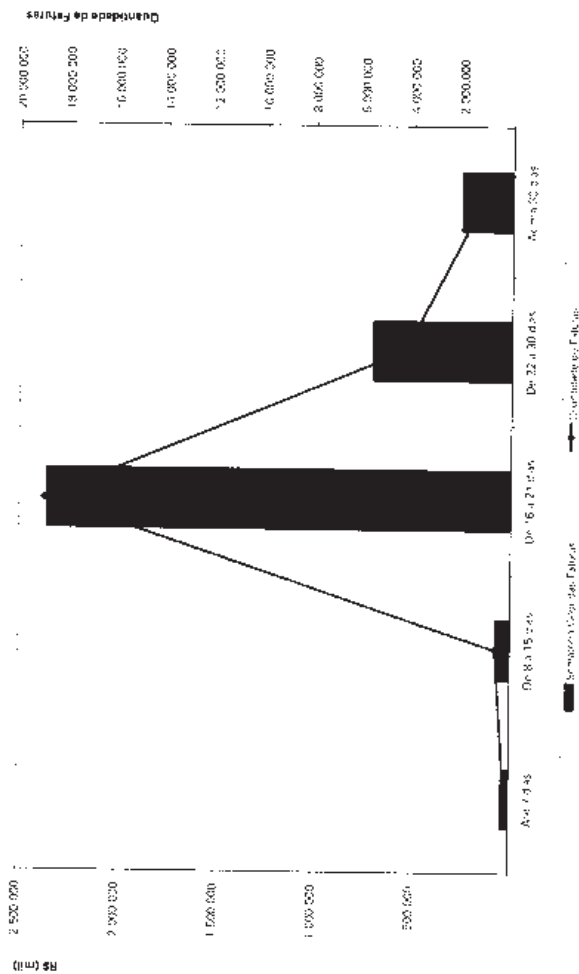
SJ 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sucursal brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil KPMG 14/09
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma organização suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 e Gráfico 2.8 - Distribuição do volume financeiro por prazo médio

Prazo Médio (em dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
Até 7 dias	36.542	1,1%	153.985	0,6%
De 8 a 15 dias	73.546	2,1%	593.423	2,4%
De 16 a 21 dias	2.358.492	68,8%	18.900.261	75,1%
De 22 a 30 dias	703.811	20,5%	4.370.577	17,1%
Acima 30 dias	255.511	7,5%	1.203.662	4,8%
Total	3.427.902	100,0%	25.241.908	100,0%

Prazo médio ponderado (em dias) **21**



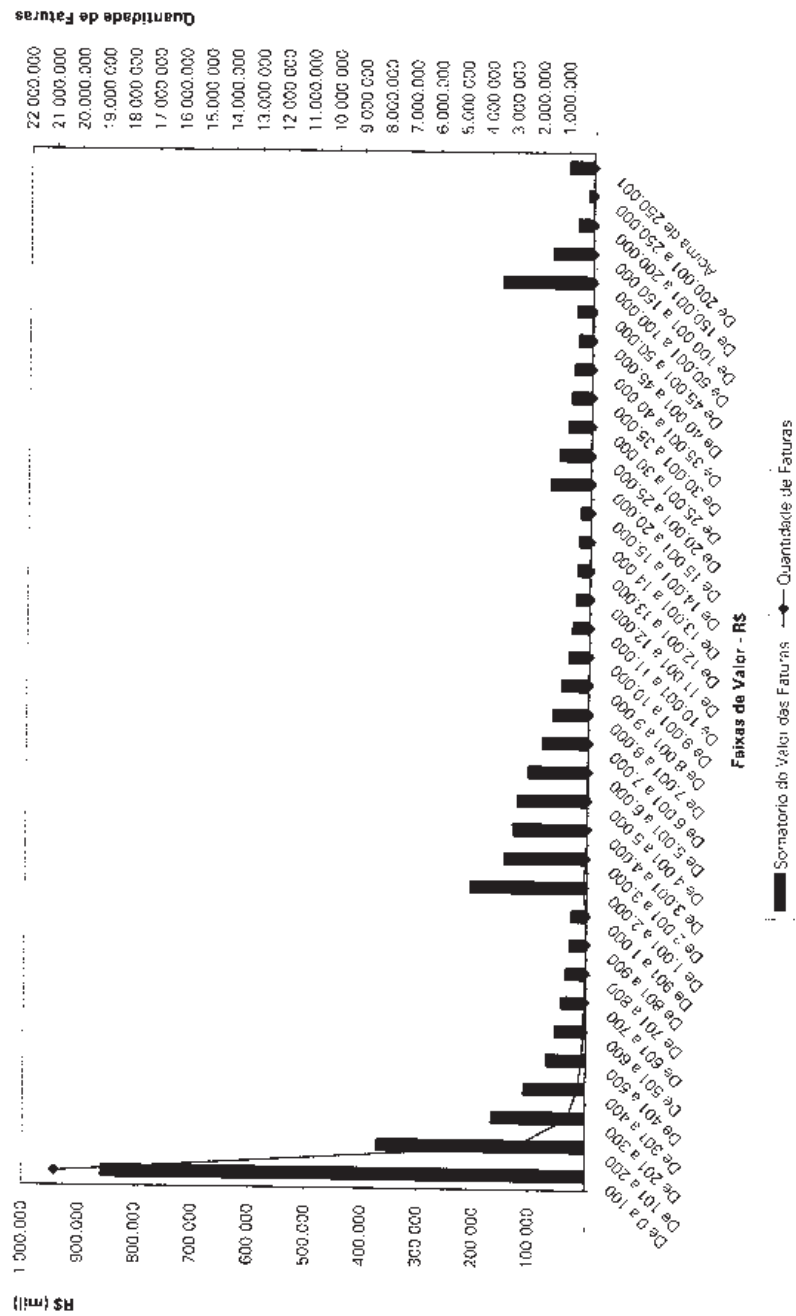
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma subsidiária brasileira e uma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 74691
KPMG é o logotipo da KPMG, uma marca registrada da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Tabela 2.12 - Distribuição do volume financeiro por faixas de valor

© 2009 KPMG LLP, a KPMG Advisory Services Ltd., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça, todos os direitos reservados. Impressão no Brasil. KPMG 745591
KPMG é o logotipo da KPMG, uma marca registrada da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.9 - Distribuição do volume financeiro por faixas de valor



© 2008 KPMG R & Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas. A KPMG é uma rede mundial de firmas de contabilidade e auditoria. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil - KPMG 7/031.

Tabela 2.13- Distribuição mensal das faturas parceladas



27

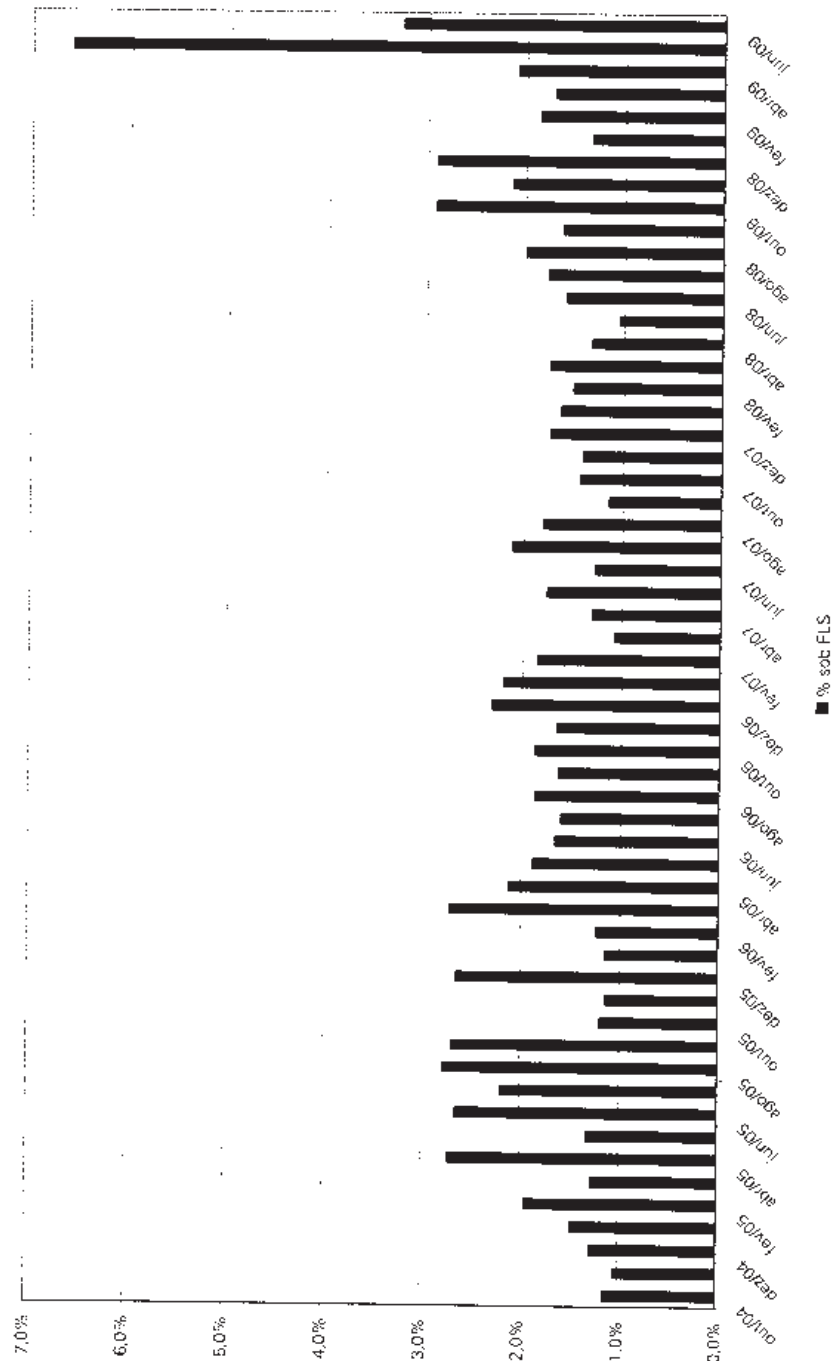
Gráfico 2.10 - Distribuição mensal das faturas parceladas



28

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 - Distribuição mensal das faturas parceladas (% sob FLS)



© 2009 KPMG Tax Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma associação de firmas de contabilidade independente e afiliadas à KPMG Network, uma rede global de firmas de contabilidade. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma sociedade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.14 - Distribuição mensal das faturas canceladas

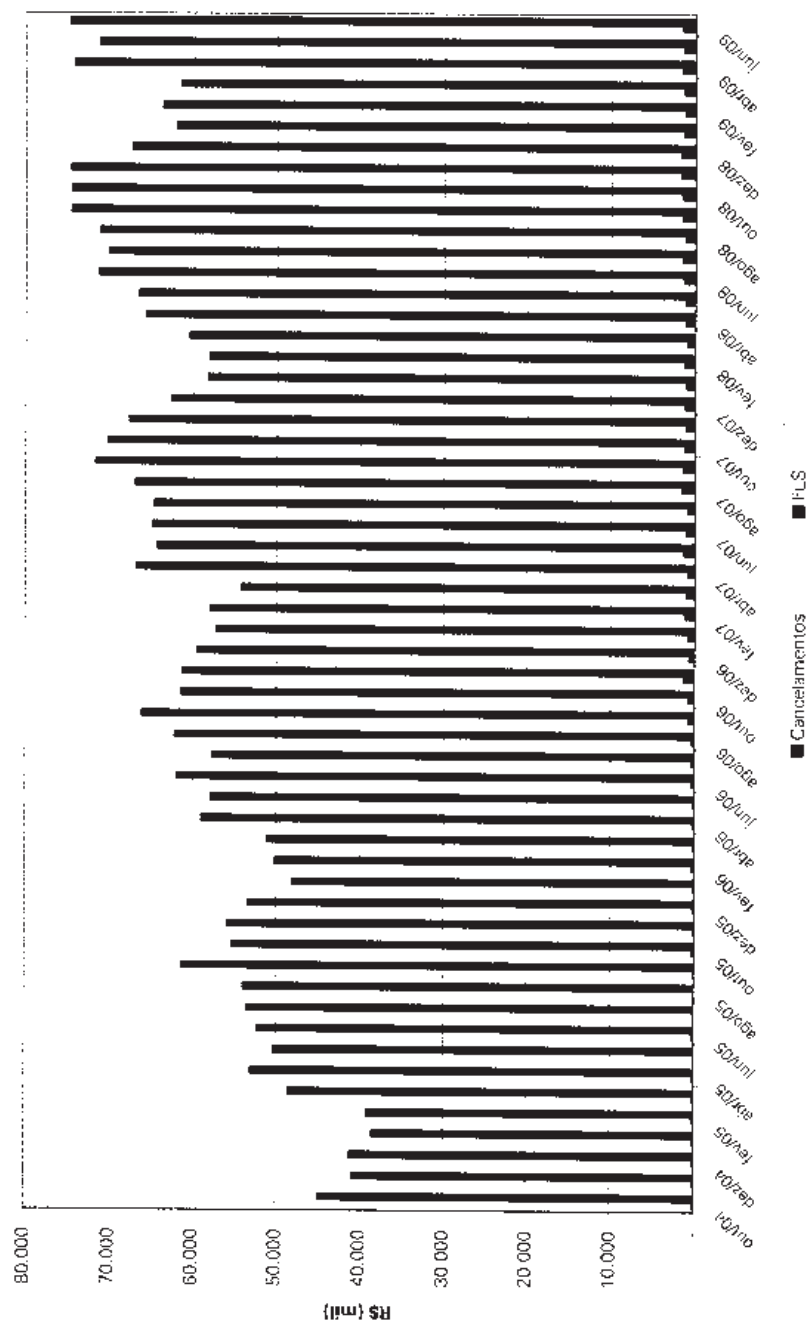
Origem	Cancelamentos				FLS			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% - Sob FLS	Quantidade de Faturas	% - Sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	Quantidade de Faturas
out/04	127	0,2%	793	0,2%	44.750	332.891	abr/07	59.778
nov/04	128	0,3%	714	0,7%	40.831	332.666	mai/07	54.318
dez/04	93	0,2%	859	0,2%	41.124	304.363	jun/07	54.864
jan/05	273	0,6%	1.037	0,3%	38.457	394.823	jul/07	54.775
fev/05	114	0,3%	837	0,7%	39.160	395.867	ago/07	66.937
mar/05	175	0,4%	946	0,2%	48.466	395.167	set/07	71.896
abr/05	154	0,3%	778	0,2%	52.398	401.264	out/07	70.171
mai/05	88	0,2%	1.957	0,4%	50.246	400.086	nov/07	67.656
jun/05	233	0,4%	1.066	0,3%	62.242	427.401	dez/07	67.677
jul/05	100	0,2%	958	0,7%	53.428	403.777	jan/08	58.296
ago/05	106	0,2%	1.007	0,2%	53.814	410.966	fev/08	58.049
set/05	98	0,7%	944	0,2%	61.275	410.731	mar/08	60.471
out/05	207	0,5%	1.335	0,3%	55.307	410.679	abr/08	65.637
nov/05	161	0,3%	852	0,2%	55.867	413.915	mai/08	66.544
dez/05	167	0,3%	941	0,2%	53.320	414.043	jun/08	71.378
jan/06	106	0,2%	863	0,7%	47.989	411.534	jul/08	70.142
fev/06	329	0,7%	984	0,2%	53.165	412.352	ago/08	71.276
mar/06	70	0,3%	935	0,7%	51.062	417.575	set/08	74.591
abr/06	207	0,4%	968	0,2%	58.967	417.742	out/08	74.539
mai/06	199	0,3%	1.110	0,3%	57.835	419.766	nov/08	74.610
jun/06	376	0,6%	1.138	0,3%	61.882	420.187	dez/08	67.368
jul/06	318	0,6%	1.823	0,4%	57.659	423.401	jan/09	62.134
ago/06	283	0,5%	1.143	0,3%	67.191	426.319	fev/09	63.737
set/06	615	1,0%	1.261	0,3%	66.116	429.754	mar/09	61.572
out/06	702	1,1%	1.474	0,4%	61.362	430.825	abr/09	74.761
nov/06	1.303	2,1%	1.596	0,4%	61.336	433.121	mai/09	71.328
dez/06	668	1,1%	1.492	0,3%	59.424	439.601	jun/09	74.812
jan/07	757	1,3%	1.528	0,3%	57.286	441.305	Total	3.427.902
fev/07	1.162	2,0%	1.127	0,3%	57.954	441.600		59.814
mar/07	973	1,7%	1.168	0,3%	54.260	442.708		0,2%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas à KPMG International, uma coope-alva s. ca. Todas as demais "marcas", impressos, o Brasil, KPMG 14891 KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

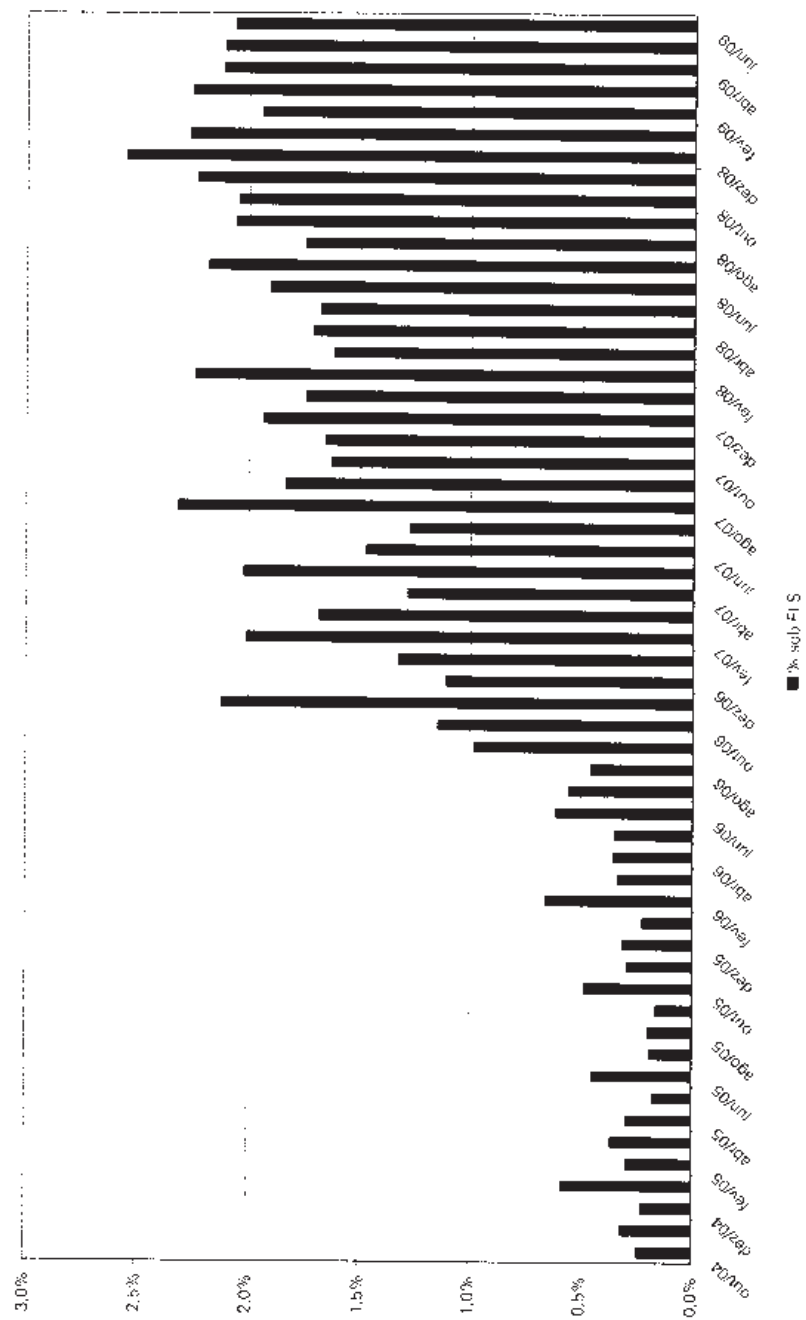
Gráfico 2.12 - Distribuição mensal das faturas canceladas



© 2009 KPMG Ray Advogados, S. 1.ª e 2.ª.ª, uma sociedade brasileira e integrante da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas à KPMG International ("KPMG Network"), uma rede global de membros independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede global de membros independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede global de membros independentes e afiliadas à KPMG Network.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.13 - Distribuição mensal das faturas canceladas (% sob FLS)



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 - Distribuição mensal das formas de pagamento

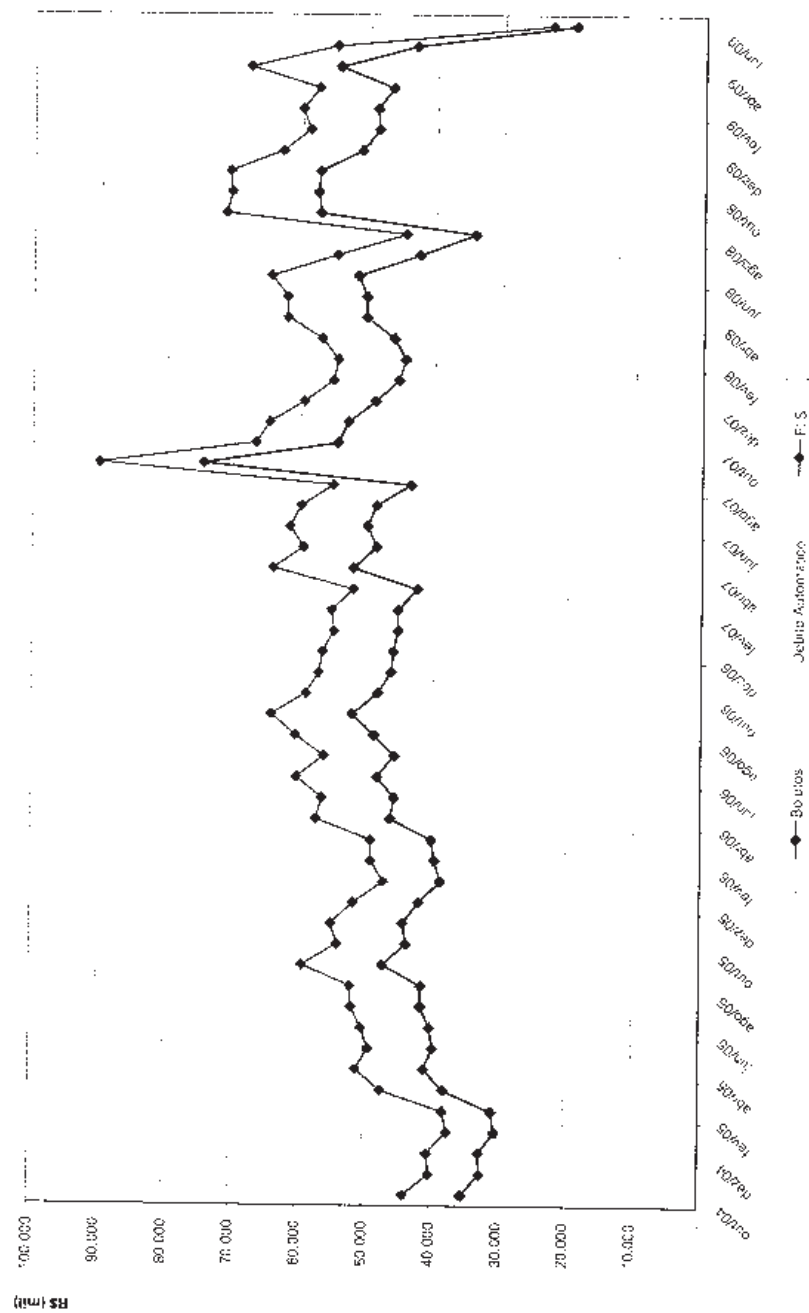
Período	Boletos		Débito Automático		Total	Período	Boletos		Débito Automático		Total
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% - Sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% - Sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)		Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% - Sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)	% - Sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)
out/04	35.356	80,3%	8.652	19,7%	44.021	abr/07	52.035	61,3%	11.985	18,7%	63.940
nov/04	32.854	81,0%	7.617	19,0%	40.171	mai/07	48.554	81,6%	10.893	18,4%	59.487
dez/04	32.743	85,8%	7.774	19,2%	40.517	jun/07	48.921	81,2%	11.570	18,8%	61.490
jan/05	30.425	81,0%	7.153	19,0%	37.578	jul/07	48.625	81,3%	11.173	18,7%	59.796
fev/05	30.943	81,1%	7.210	18,9%	38.153	ago/07	43.518	79,4%	11.623	20,6%	55.041
mar/05	38.150	80,4%	9.310	19,6%	47.460	set/07	44.522	89,8%	15.000	17,2%	90.022
abr/05	41.066	80,3%	10.391	19,7%	51.157	out/07	54.419	81,6%	12.294	18,4%	66.713
mai/05	39.702	80,4%	9.649	19,6%	49.351	nov/07	52.927	81,9%	11.690	18,1%	64.617
jun/05	40.207	79,8%	10.335	20,2%	50.399	dez/07	48.907	82,2%	10.556	17,8%	59.462
jul/05	41.579	80,1%	10.335	19,9%	51.914	jan/08	45.490	82,6%	9.672	17,5%	55.162
ago/05	41.598	79,9%	10.487	20,1%	52.085	fev/08	44.496	81,7%	9.982	18,3%	54.479
set/05	47.276	79,7%	*2.052	23,3%	59.278	mar/08	44.150	81,1%	9.758	18,9%	53.908
out/05	43.635	81,0%	10.774	19,0%	54.109	abr/08	50.327	81,1%	11.708	18,9%	62.010
nov/05	44.793	85,6%	10.681	19,6%	54.974	mai/08	50.313	81,0%	11.789	19,0%	62.102
dez/05	41.945	81,7%	8.729	18,3%	51.674	jun/08	51.591	80,0%	12.932	20,0%	64.523
jan/06	38.798	82,1%	8.467	17,9%	47.265	jul/08	42.476	77,7%	17.189	27,3%	59.665
fev/06	39.679	80,9%	9.426	19,1%	49.114	ago/08	34.214	76,8%	10.367	23,2%	44.571
mar/06	40.196	81,7%	8.990	19,3%	49.186	set/08	57.251	80,3%	14.037	19,7%	71.288
abr/06	46.279	82,6%	11.108	19,4%	57.386	out/08	57.615	81,7%	*2.941	18,3%	70.556
mai/06	45.741	81,0%	10.735	19,0%	56.476	nov/08	57.435	81,1%	*3.380	18,9%	70.855
jun/06	48.276	80,0%	17.041	20,0%	65.317	dez/08	51.170	81,2%	11.805	18,8%	62.915
jul/06	45.753	81,4%	13.479	18,6%	59.239	jan/09	48.612	82,6%	10.279	17,4%	58.885
ago/06	48.785	80,0%	11.730	19,4%	60.515	fev/09	48.347	81,4%	11.188	18,6%	60.035
set/06	52.056	81,2%	12.028	18,8%	64.084	mar/09	46.883	80,9%	10.960	19,1%	57.811
out/06	48.754	81,9%	*0.683	19,1%	58.847	abr/09	54.403	80,2%	13.416	19,8%	67.819
nov/06	46.277	81,1%	10.790	18,9%	57.066	mai/09	43.147	76,6%	11.778	21,4%	54.925
dez/06	45.995	81,4%	10.518	18,5%	56.517	jun/09	19.294	84,9%	3.410	15,1%	22.734
jan/07	45.311	82,6%	9.540	17,4%	54.851	Total	2.583.509	81,0%	506.536	19,0%	3.190.345
fev/07	45.341	82,2%	9.817	17,8%	55.159						
mar/07	42.472	81,7%	9.516	18,3%	51.988						



* 2009 KPMG Brasil Advogados Srv. de Lda, uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma associação sem fins lucrativos e sem personalidade jurídica, com sede no Brasil, KPMG (Brasil) Advogados e KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.14- Distribuição mensal das formas de pagamento



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.16 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise

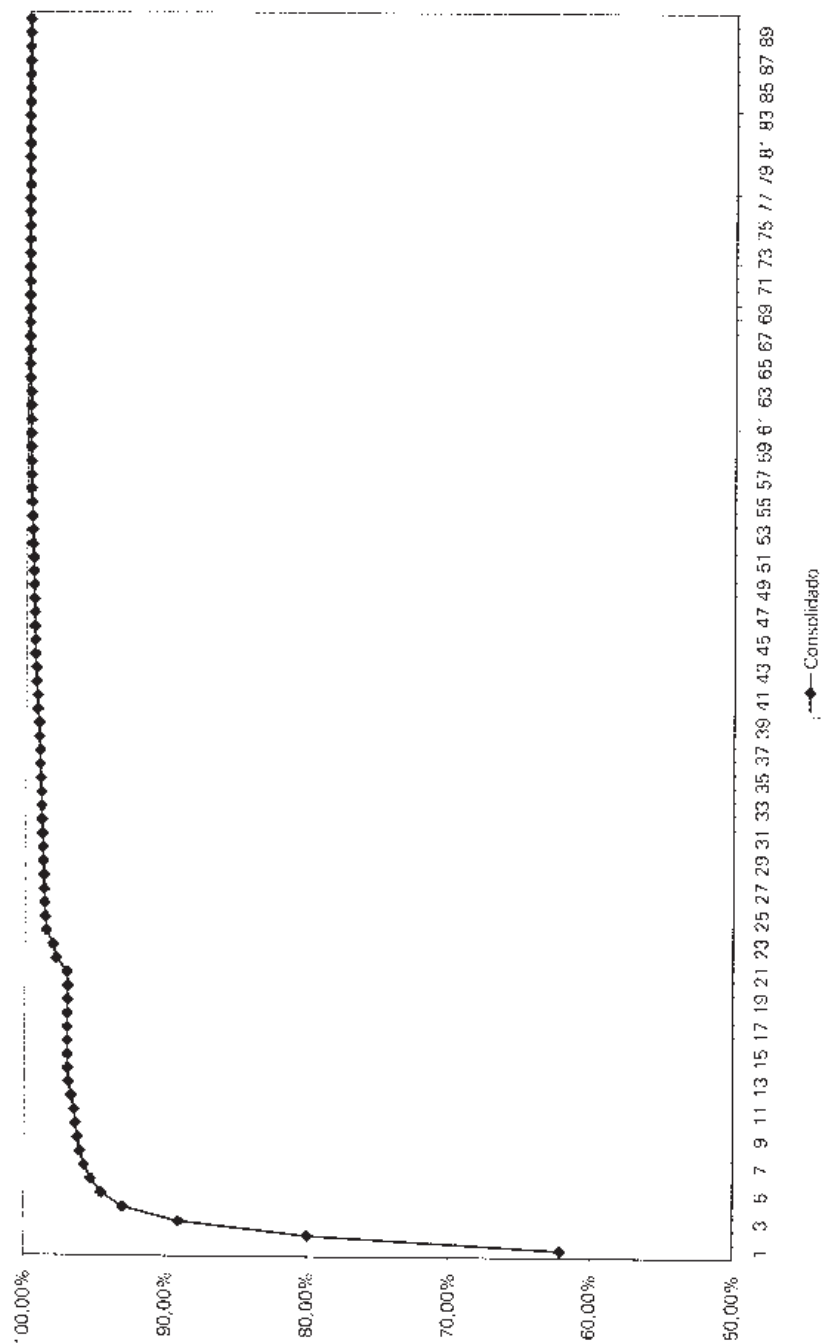
Folhos		Consolidado	
Total sob análise	RS (mil)	%	% acum.
1) Cancelamentos	45.317		
2) Paralisações	65.036		
(=) Sub-total	3.316.889		
3) Faltas a vencer	59.773		
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 30 de junho de 2005	3.277.115		
Faturas antecipadas de 1 a 180 dias	2	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 61 a 150 dias	0	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	0	0,0%	0,0%
Faturas a vencer de 1 a 30 dias	3	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	1	0,0%	0,0%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	3.759	0,1%	0,1%
Faturas a vencer de 10 a 30 dias	47.331	1,5%	1,5%
Faturas a vencer de 61 a 90 dias	82.642	2,6%	3,3%
Faturas a vencer de 91 a 120 dias	149.239	4,6%	8,0%
Faturas a vencer de 121 a 150 dias	401.151	12,2%	20,1%
Faturas a vencer	894.191	27,3%	48,0%
Faturas liquidadas de 1 a 30 dias de atraso	402.806	12,3%	60,3%
Faturas liquidadas de 6 a 10 dias de atraso	15.090	0,5%	12,8%
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	112.763	3,4%	17,1%
Faturas a vencer de 1 a 30 dias de atraso	310.384	9,5%	56,6%
Faturas a vencer de 31 a 60 dias de atraso	235.265	7,2%	63,8%
Faturas a vencer de 61 a 90 dias de atraso	47.245	1,5%	65,3%
Faturas a vencer de 91 a 120 dias de atraso	18.971	0,6%	65,9%
Faturas a vencer de 121 a 150 dias de atraso	18.942	0,6%	66,5%
Faturas a vencer de 151 a 180 dias de atraso	10.331	0,3%	66,7%
Faturas a vencer de 181 a 360 dias de atraso	35.256	1,1%	67,9%
Faturas vencidas de 1 a 30 dias	4.110	0,1%	91,4%
Faturas vencidas de 6 a 10 dias	2.712	0,1%	91,6%
Faturas vencidas de 11 a 15 dias	947	0,0%	91,6%
Faturas a vencer de 1 a 30 dias	5.930	0,2%	91,8%
Faturas a vencer de 31 a 60 dias	5.117	0,2%	92,0%
Faturas a vencer de 61 a 90 dias	2.061	0,1%	92,0%
Faturas a vencer de 91 a 120 dias	1.379	0,0%	92,0%
Faturas a vencer de 121 a 150 dias	1.060	0,0%	92,0%
Faturas a vencer de 151 a 180 dias	863	0,0%	92,0%
Faturas a vencer de 181 a 360 dias	57.703	1,8%	93,8%

KPMG

© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro integrante e afiliada à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil KDNIS 74691
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

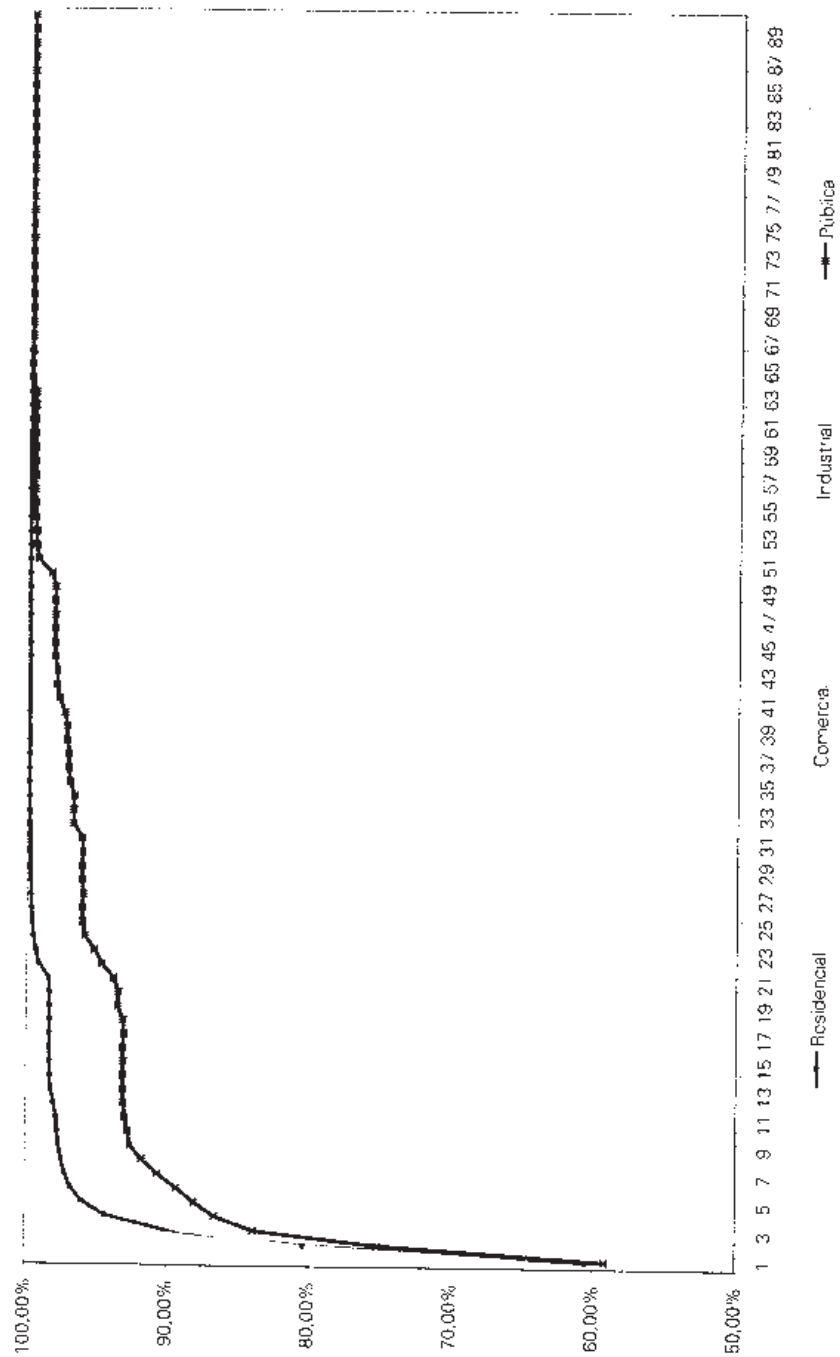
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.15 - Representação gráfica da matriz triangular - Consolidado



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.16 - Representação gráfica da matriz triangular



Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

Base de dados sob análise

As bases de dados sujeita às análises nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Originadora, contemplando todo o faturamento correspondente ao período de 1º de outubro de 2004 a 30 de junho de 2009.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar as bases de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Caesb com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos para teste o período entre outubro de 2004 e setembro de 2007 e obedecemos as seguintes premissas:

- Para efeito dessa amostragem, não foi considerada a receita bruta de vendas do período entre 1º de outubro de 2007 e 30 de junho de 2009;
- Do total sob análise foi desconsiderado os estornos de refaturamento no período entre 1º de outubro de 2004 e 30 de setembro de 2007.

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(mil)
Base de dados completa	3.570.704
(-) Faturamento do período entre 01/10/2007 e 30/06/2009	1.421.194
(-) Estornos de refaturamento no período entre 01/10/2004 e 30/09/2007	139.255
(=) Total da amostra para fins de conciliação	2.010.255
Saldo contábil no período entre 01/10/2004 e 30/09/2007	1.978.936
Divergências	30.319
% Divergências	1,5%



Seção 3.1 - Conciliação da base de dados (cont.)

O resultado da comparação dos saldos referentes aos meses selecionados para teste está apresentado a seguir:

Mês	Total da amostra para fins de conciliação - (R\$ mil)	Saldo contábil no período entre 01/10/2004 e 30/09/2007 - (R\$ mil)	Divergências - (R\$ mil)	% - Divergências
out/04	46.786	44.375	(1.411)	3%
nov/04	40.755	40.328	(426)	-1%
dez/04	41.403	40.975	(428)	-1%
jan/05	38.654	38.772	118	0%
fev/05	39.477	39.070	(407)	-1%
mar/05	48.838	48.276	(562)	-1%
abr/05	53.200	52.654	(546)	-1%
mai/05	50.220	50.015	(205)	0%
jun/05	51.355	51.164	(191)	0%
jul/05	53.782	52.885	(897)	-2%
ago/05	53.788	53.382	(406)	-1%
set/05	62.106	61.112	(994)	-2%
out/05	56.278	54.707	(1.571)	-3%
nov/05	56.954	56.230	(724)	-1%
dez/05	53.685	53.051	(634)	-1%
jan/06	47.724	47.136	(588)	-1%
fev/06	51.700	50.130	(1.570)	-3%
mar/06	50.722	49.922	(800)	-2%
abr/06	64.650	63.655	(995)	-2%
mai/06	53.893	53.149	(744)	-1%
jun/06	63.777	62.974	(803)	-1%
jul/06	57.015	56.079	(936)	-2%
ago/06	61.103	60.276	(827)	-1%
set/06	66.009	65.040	(969)	-1%
out/06	61.633	60.334	(1.299)	-2%
nov/06	66.088	63.033	(3.055)	-5%
dez/06	63.061	61.374	(1.687)	-3%
jan/07	57.390	51.298	(6.092)	-11%
fev/07	56.530	55.351	(1.179)	-2%
mar/07	53.637	52.564	(1.073)	-2%
abr/07	66.827	65.563	(1.264)	-2%
mai/07	62.401	62.368	33	0%
jun/07	64.407	64.566	159	0%
jul/07	64.313	62.948	(1.365)	-2%
ago/07	66.311	64.207	(2.104)	-3%
set/07	72.063	69.933	(2.130)	-3%
Total	2.010.255	1.979.936	(30.319)	-1,53%

Comentário sobre o procedimento de conciliação:

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



© 2008 KPMG, Inc., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede mundial de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network. KPMG, Inc. e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG, Inc. e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG, Inc. e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG, Inc.

Seção 3.2 - Verificação de faturas

Com o objetivo de se estabelecer um apropriado nível de confiança nos dados disponibilizados pelas empresas integrantes da Caesb, foi acordado com representantes do Grupo Estruturador o confronto da documentação física representativa das duplicatas comerciais emitidas aos sacados, com os respectivos registros eletrônicos constantes das bases de dados disponibilizadas. Para fins de seleção de uma amostragem, foi aplicada a seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad n_0 = \frac{1}{E^2}$$

n = tamanho da amostra; N = tamanho da população; Eo = erro amostral tolerável

Dessa forma, foram selecionadas aleatoriamente cem faturas para confronto com os respectivos "espelhos" das faturas extraídas do sistema de faturamento. Apresentamos a seguir o resultado da aplicação desse procedimento:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado	Comentários
Verificação "Número da Inscrição"	100	-	-	-
Verificação "Data de referência da Inscrição"	100	-	-	-
Verificação "Data de vencimento"	100	-	-	-
Verificação "Valor da fatura"	100	-	-	-
Verificação "Categoria"	100	-	-	-
Verificação "Origem"	100	-	-	-
Verificação "Data de pagamento"	100	-	-	-



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma instituição brasileira e uma membro da rede KPMG de firmas membro independentes e afins a KPMG International, uma corporação suíça. Todas as 3 redes relatadas, incluindo Brasil KPMG (499), KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG network, uma corporativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis

Em relação ao levantamento dos controles que envolvem a estrutura de origemação e cobrança dos recebíveis da Caesb, obtivemos informações por indagação aos analistas e gerentes da Caesb e em conformidade com as informações contidas nas normas de faturamento e cobrança da Originadora, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulações e revisão com base em amostragem.

Fluxo de origemação

O cliente da Caesb é uma pessoa física ou jurídica, que solicita o fornecimento de serviços de água e esgoto, assumindo as responsabilidades pelo pagamento das contas e demais obrigações fixadas em normas e regulamentos, vinculando-se, assim, aos contratos de fornecimento.

A Caesb não possui Contratos de Adesão. As condições de prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos estão definidas no Decreto nº 26.590/2006, que regulamenta a Lei nº 442 de 10 de maio de 1993, que dispõe sobre a classificação de Tarifas dos Serviços de Água e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências, assim como em outras leis distritais e federais e nas normas internas aprovadas pela Diretoria Colegiada da Caesb.

Para solicitar ligação de água ou de esgoto, os clientes podem utilizar os seguintes meios:

- Por telefone (115)
- Escritórios de Atendimento Caesb

Feita a solicitação para uma nova ligação, é aberto um novo processo para esse imóvel, sendo realizada vistoria e verificados o tipo e as condições deste e da rede de água e esgoto da qual esse imóvel fará parte.

Após a vistoria e a aprovação do imóvel para fazer parte da rede, o proprietário comparece a um dos Escritórios de Atendimento da Caesb para se cadastrar, quando são solicitados documentos que comprovem a posse do imóvel, sendo estes:

Titular do imóvel:

- Escritura do imóvel registrada em cartório
- Contrato de compra e venda
- Contrato de aluguel
- Contrato de cessão de direitos



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis

O contrato de fornecimento será classificado conforme descrição das categorias a seguir:

- Residencial (popular ou normal)
- Comercial
- Industrial
- Pública

Categoria residencial

Imóvel que utiliza água para fins domésticos em unidades de consumo de uso exclusivamente residencial. São também incluídos nesta categoria os templos religiosos e as entradas declaradas de utilidade pública pelo Governo do Distrito Federal.

a) Residencial Popular

Residências que têm área construída menor ou igual a 30m² e apresentam simultaneamente quatro das seguintes características:

- Construção em taipa ou alvenaria de adobe
- Piso de cimento liso ou inferior
- Instalação sanitária única
- Ponto único de utilização de água para fins diversos
- Ponto único para utilização de energia elétrica
- Localização em rua popular

b) Residencial Normal

Residências que não se enquadram na categoria popular.



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis

Categoria comercial

Imóvel destinado a fins comerciais ou que se utiliza de água para irrigação.

Categoria industrial

Imóvel utilizado para a produção de bens.

Categoria pública

Imóveis ocupados por órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, da União, organizações internacionais estrangeiras e representações diplomáticas.

Ciclo de faturamento

O processo de faturamento da CAESB é dividido em grupos de faturamento e o processamento é distribuído em, no máximo, 20 dias.

O ciclo de faturamento dos consumidores pode ser resumido da seguinte forma:

- Apuração do consumo por meio da leitura do medidor
- Emissão da fatura de serviços de água e esgoto
- Apresentação da fatura ao consumidor
- Vencimento da fatura



© 2008 KPMG R & A Advisory Services Ltda. Uma das indústrias brasileiras do IIRCA, membro da rede KPMG, afiliação ao grupo KPMG, afiliada à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Inscrita no BRS 1. KPMG / 0011. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

As leituras são efetuadas em todas as ligações de imóveis com economias ocupadas para fins comerciais, industriais, públicos e residenciais. A tarifa mínima de água para as ligações providas de hidrômetro corresponde ao volume de 10m³ por economia, independentemente do volume consumido. As tarifas de água serão cobradas por meio da nota fiscal/fatura emitida, com vencimento após o ciclo de venda, e entregues aos clientes até dez dias antes da data do vencimento.

Na impossibilidade de leitura durante um ciclo de venda, é faturado o consumo estimado de acordo com o consumo médio da ligação até o restabelecimento da apuração de consumo.

O "Sistema Comercial de Caesb" (SICOC) é responsável pelo roteiro de leitura das ligações e preestabelece o roteiro que contemplará todas as ligações aptas a serem lidas. A leitura das ligações do mês começa a ser efetuada sempre no final do mês anterior e termina próximo do final do mês vigente.

Teste de aderência - KPMG I:

Verificamos o diretório onde são salvos os arquivos contendo o roteiro de leitura, a partir do momento da importação desse arquivo pelo leiturista e a posterior digitação da quantidade consumida no mês, o sistema automaticamente calcula o valor a ser faturado.

Avaliação de leituras e consumos

A avaliação do consumo é pela empresa terceirizada Santa Tereza, sendo as medições realizadas através de coletores. O sistema SICOC disponibiliza para a empresa Santa Tereza todos os dados do cliente, como leitura anterior, consumo médio etc. Depois de finalizada a leitura do mês atual, o leiturista digita os dados da leitura no coletor que calcula automaticamente o consumo do mês e imprime a fatura de consumo do mês atual que tem prazo de pagamento de dez dias.

Quando houver elevação de consumo superior aos limites previstos na tabela de limites que ultrapassa duas vezes o consumo médio, sem motivos justificáveis, a Caesb retém a conta e entrega um aviso ao cliente explicando que a sua conta está sendo analisada, pois uma anomalia foi constatada.

Período de consumo

O ciclo de consumo será de, no máximo, 32 dias e, no mínimo, 28 dias, podendo haver ajuste para 30 dias, caso haja reclamação do cliente.

Faturamento da tarifa da coleta de esgoto

Os imóveis interligados à rede coletora de esgoto e que estejam com a ligação de água inativa, suprimida, factível ou potencial, têm o faturamento e a cobrança da tarifa da coleta de esgoto, com base no consumo médio ou estimado, independentemente da forma de abastecimento.

Para os imóveis com abastecimento alternativo e que estejam interligados à rede coletora de esgoto, para efeito de faturamento, será utilizado o consumo estimado, calculado conforme critérios estabelecidos pela Caesb para estimativa de consumo ou o consumo médio do imóvel antes da instalação do abastecimento alternativo.



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Para os imóveis com ligações não medidas e localizadas em logradouros que possuam rede coletora de esgoto, o faturamento e a cobrança da coleta de esgoto são estimados com base na finalidade do abastecimento.

Para edificações construídas em logradouros que disponham de rede coletora de esgoto (Sistema Condominial ou Convencional) e que estejam ou não ligados à rede, a Caesb efetuará a cobrança da tarifa correspondente.

Ações de cobrança

A cobrança é realizada pela mesma empresa terceirizada que efetua a leitura do consumo e segue a seguinte régua de cobrança:

- Reaviso –Aproximadamente 30 dias: o reaviso é enviado com a fatura do mês subsequente, através do qual o consumidor é comunicado do inadimplimento.
- Suspensão do fornecimento –Aproximadamente 40 dias após o vencimento: após 10 dias do envio do reaviso, é cortado o fornecimento de água.

A legislação determina que a Companhia de Saneamento somente possa suspender o fornecimento de água e esgoto a um consumidor inadimplente após dez dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. Conforme verificado, o reaviso pode ser feito de duas formas:

- Através de notificação
- Através das faturas de água e esgoto

O sistema computacional da Caesb disponibiliza, automaticamente, os consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação.

Suspensão de fornecimento de água

A Caesb suspenderá o fornecimento de água pelos seguintes motivos:

- Débito vencido há mais de 30 dias
- Negociações ou acordos não cumpridos
- Abastecimento irregular (reabertura indevida, ligação clandestina fora dos padrões)
- Fechamento administrativo por reincidência de infrações
- Por solicitação do cliente, desde que não possua débito ou parcelamento de débito com a Caesb



© 2009 KPMG LLP, a Swiss entity, a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with the KPMG network, a Swiss entity. All rights reserved. KPMG LLP is a Swiss entity. KPMG LLP is a Swiss entity. KPMG LLP is a Swiss entity.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

O aviso da execução de suspensão de fornecimento é antecedido da notificação da suspensão de fornecimento em, no mínimo, dez dias. Os clientes notificados sobre a suspensão de fornecimento ou supressão de ramal e os que não regularizarem a situação no prazo de dez dias têm o abastecimento suspenso ou o ramal suprimido. Em toda notificação de suspensão de fornecimento consta o débito total, exceto no caso de suspensão de fornecimento por razões administrativas. No ato da execução do serviço é entregue ao cliente o aviso da execução da suspensão do fornecimento.

Após a execução da suspensão de fornecimento, não havendo pronunciamento do cliente no prazo de dez dias, a ligação deverá ser suprimida. O cliente será notificado sobre a supressão e assinará comprovante de entrega do aviso. Toda execução da suspensão de fornecimento será informada no SICOC imediatamente após a efetivação do corte.

O SICOC emite, no final de cada ciclo, relatório contendo os dados da execução das suspensões de fornecimento.

Teste de aderência - KPMG II:

Verificamos o modelo de carta de aviso entregue aos clientes inadimplentes no qual é informado que se não houver o pagamento em dez dias a Caesb suspenderá o fornecimento de água.

Reativação do fornecimento de água

O fornecimento de água só será restabelecido mediante o pagamento ou parcelamento do débito. As ligações com situação de "cortada" serão modificadas para "ligada" toda vez que for informada a reabertura. O valor dos serviços de reativação do fornecimento e multas existentes pode ser incluído no próximo faturamento.

O restabelecimento do fornecimento ocorre no prazo máximo de 48 horas úteis, exceto os casos de solicitação de reativação de urgência e fechamento indevido. O restabelecimento do fornecimento nas solicitações de urgência ocorre no prazo máximo de 12 horas. O restabelecimento do fornecimento por suspensão indevida deverá ocorrer imediatamente após a identificação do fato.

Parcelamento dos débitos

O parcelamento do débito tem seu início no momento em que o cliente procura o Escritório de Atendimento da Caesb, pessoalmente, solicitando o parcelamento do débito.

São aptos a serem parcelados débitos de clientes, a multas e a serviços prestados pela Caesb. Os parcelamentos do débito são efetuados nos Escritórios de Atendimento e para serem aprovados têm de estar enquadrados nos seguintes requisitos estabelecidos pela Caesb:

- a) O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao equivalente a duas tarifas mínimas de água residencial normal
- b) O número de parcelas não poderá ser superior a 24



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade brasileira e uma membro da rede KPMG em firmas membros independentes e afiliadas à KPMG International, uma corporação suíça. Tarifas e os 4 pontos representados, incluindo Brasil KPMG 14591. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG, uma corporação suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

- c) Somente será concedido parcelamento de débitos ao proprietário do imóvel ou ao seu representante legal
- d) Nos casos de parcelamento de débitos para condomínios, o representante legal deverá apresentar Ata da Assembleia com a devida anuência dos condôminos
- e) Será exigido o pagamento de uma entrada mínima correspondente a 10% do valor a ser parcelado

Os parcelamentos são efetuados por meio de senhas específicas da Gerência do Escritório de Atendimento, sendo a alçada máxima para aprovação de até oito parcelas; parcelamentos superiores são de competência do Diretor-financeiro e Comercial.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services, Ltd., uma sociedade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG International, uma coope-alva su sa. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG (ABR)
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Distribuição mensal por agente arrecadador (10 maiores)

050



Anexo Ia

Distribuição mensal por agente arrecador (10 maiores)

Últimos 12 meses

Arrecador	Somatório do Valor das Faturas - 10 maiores Agentes Arrecadores - R\$ (mil)												
	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	Total
104 CUF	15.623	9.924	12.324	15.794	15.030	16.485	15.099	14.118	16.824	15.550	16.316	16.013	179.100
1 BB	15.895	8.737	16.109	16.721	15.482	16.527	14.523	12.397	14.595	14.743	15.992	15.338	177.058
70 BRB	14.976	9.409	13.058	15.495	15.217	16.115	14.577	12.919	15.096	14.838	15.381	15.576	172.659
341 Itaú	4.702	2.750	4.379	4.841	4.668	4.818	4.073	3.591	4.319	4.253	4.513	4.599	51.507
995 SIAFEM	8.313	277	4.289	3.426	2.598	9.553	1.370	4.144	2.197	3.439	3.270	3.207	46.082
237 Bradesco	3.634	2.367	3.447	4.089	3.781	4.016	3.523	3.030	3.513	3.306	3.618	3.565	41.889
996 SIAFI (BRB)	3.405	185	2.624	3.276	3.887	2.575	2.546	1.678	3.098	3.096	3.074	3.099	32.543
353 Santander	2.180	1.348	2.225	2.331	2.347	2.387	2.133	1.920	2.273	2.351	2.391	2.328	26.213
399 HSBC	956	554	913	1.104	1.026	1.001	849	708	818	862	866	996	10.654
73 BPIB	420	247	346	324	448	457	448	299	547	462	81	-	4.080

Anexo II

Resumo matriz e desvio padrão

[illegible]

Better fit
Much more popular

Quotas were met:	
Total	

[illegible]

355

[illegible]

[illegible]

ABCD

Anexo B
Custo Padrão

Pagamento														
Vencimento	Sol04-2ºQ	Out04-1ºQ	Out04-2ºQ	Nov04-1ºQ	Nov04-2ºQ	Dez04-1ºQ	Dez04-2ºQ	Jan05-1ºQ	Jan05-2ºQ	Fev05-1ºQ	Fev05-2ºQ	Mar05-1ºQ	Mar05-2ºQ	Abr05-1ºQ
Sol04-2ºQ	105,33	104,03	104,33	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06	103,06
Out04-1ºQ	63,37	74,77	62,99	95,89	55,37	66,77	99,62	99,27	99,45	99,02	99,52	99,02	99,79	99,79
Out04-2ºQ	54,19	71,31	76,05	55,75	77,48	99,52	99,39	99,45	99,48	99,29	99,29	99,29	99,15	99,15
Nov04-1ºQ	69,33	53,55	64,51	63,37	70,48	63,37	63,37	63,37	63,37	63,37	63,37	63,37	63,37	63,37
Nov04-2ºQ	53,13	77,69	87,27	66,33	87,27	97,04	97,04	97,04	97,04	97,04	97,04	97,04	97,04	97,04
Dez04-1ºQ	73,41	54,49	58,29	64,15	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79	67,79
Dez04-2ºQ	66,54	77,69	87,27	66,76	76,54	87,27	87,27	87,27	87,27	87,27	87,27	87,27	87,27	87,27
Jan05-1ºQ	63,99	84,99	94,15	96,73	97,98	98,43	98,74	98,88	99,03	99,15	99,29	99,55	99,59	99,59
Jan05-2ºQ	57,44	75,79	85,05	94,47	97,98	98,43	98,74	98,88	99,03	99,15	99,29	99,55	99,59	99,59
Fev05-1ºQ	72,34	82,87	94,38	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06	96,06
Fev05-2ºQ	60,17	65,85	81,96	92,63	93,94	94,41	94,64	94,77	94,87	94,96	95,04	95,12	95,20	95,28
Mar05-1ºQ	62,71	64,31	58,59	64,72	67,07	66,19	65,05	63,66	62,03	60,14	58,00	55,59	52,93	50,15
Mar05-2ºQ	69,96	77,38	86,38	94,68	95,99	95,78	95,88	96,08	96,28	96,48	96,68	96,88	97,08	97,28
Abr05-1ºQ	73,99	83,55	93,68	96,67	97,88	98,43	98,74	98,88	99,03	99,15	99,29	99,55	99,59	99,59
Abr05-2ºQ	57,72	75,79	85,05	94,47	97,98	98,43	98,74	98,88	99,03	99,15	99,29	99,55	99,59	99,59
Maio05-1ºQ	67,15	74,47	84,54	94,48	97,75	98,43	98,74	98,88	99,03	99,15	99,29	99,55	99,59	99,59
Maio05-2ºQ	67,45	84,99	97,99	93,79	94,47	94,55	94,72	94,84	94,97	95,09	95,21	95,33	95,45	95,57
Jun05-1ºQ	75,36	85,72	95,31	96,77	97,77	98,39	98,97	99,34	99,67	99,79	99,79	99,79	99,79	99,79
Jun05-2ºQ	62,73	77,61	82,18	85,73	86,36	87,7	88,4	89,04	89,64	90,24	90,84	91,44	92,04	92,64
Jul05-1ºQ	70,79	84,73	94,64	96,94	97,87	98,29	98,88	99,29	99,64	99,96	100,27	100,58	100,89	101,20
Jul05-2ºQ	60,79	75,46	82,37	90,48	95,45	97,79	98,79	99,48	99,84	100,16	100,47	100,78	101,09	101,40
Ago05-1ºQ	74,63	74,43	84,63	95,77	97,48	98,79	99,77	100,77	101,77	102,77	103,77	104,77	105,77	106,77
Ago05-2ºQ	66,96	77,34	87,33	93,38	95,05	97,06	97,65	97,78	97,88	97,98	98,08	98,18	98,28	98,38
Set05-1ºQ	78,71	85,29	97,99	99,74	97,07	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Set05-2ºQ	68,83	76,11	87,38	92,95	94,95	96,79	97,26	97,67	98,03	98,34	98,74	99,09	99,49	99,89
Out05-1ºQ	67,39	84,66	93,96	97,95	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06	98,06
Out05-2ºQ	71,25	85,69	97,30	104,92	99,07	99,48	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77
Nov05-1ºQ	11,66	23,11	34,15	45,7	56,34	67,07	77,79	88,4	99,03	109,64	120,24	130,84	141,44	152,04
Nov05-2ºQ	54,58	75,79	85,35	92,97	94,85	96,47	97,73	98,74	99,65	100,56	101,46	102,36	103,26	104,16
Dez05-1ºQ	73,69	84,28	97,92	99,77	97,97	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Dez05-2ºQ	69,11	85,64	97,36	104,92	99,07	99,48	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77	99,77
Jan06-1ºQ	67,65	84,28	94,55	95,63	97,29	98,53	99,73	100,93	102,13	103,33	104,53	105,73	106,93	108,13
Jan06-2ºQ	55,92	72,79	87,35	93,77	94,75	97,14	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77
Fev06-1ºQ	72,73	85,33	94,85	97,7	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75	97,75
Fev06-2ºQ	42,34	76,39	96,41	93,37	94,56	97,72	97,46	97,74	97,83	97,84	97,84	97,84	97,84	97,84
Mar06-1ºQ	73,79	87,39	97,99	99,74	97,07	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Mar06-2ºQ	62,75	74,33	88,39	94,77	94,63	96,79	97,26	97,67	98,03	98,34	98,74	99,09	99,49	99,89
Abr06-1ºQ	69,29	87,39	96,96	95,45	96,72	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79
Abr06-2ºQ	67,39	78,79	90,96	95,45	96,72	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79
Maio06-1ºQ	71,42	84,45	92,95	95,63	97,79	98,79	99,79	100,79	101,79	102,79	103,79	104,79	105,79	106,79
Maio06-2ºQ	72,95	87,39	97,99	99,74	97,07	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Jun06-1ºQ	62,75	82,79	92,92	95,63	97,29	98,53	99,73	100,93	102,13	103,33	104,53	105,73	106,93	108,13
Jun06-2ºQ	14,56	26,73	32,13	44,9	56,34	67,07	77,79	88,4	99,03	109,64	120,24	130,84	141,44	152,04
Jul06-1ºQ	62,69	83,66	93,82	96,46	97,48	98,79	99,77	100,77	101,77	102,77	103,77	104,77	105,77	106,77
Jul06-2ºQ	55,35	74,04	97,11	95,48	96,36	96,67	96,97	97,26	97,55	97,84	98,13	98,42	98,71	99,00
Ago06-1ºQ	74,63	74,43	84,63	95,77	97,48	98,79	99,77	100,77	101,77	102,77	103,77	104,77	105,77	106,77
Ago06-2ºQ	60,81	74,43	82,31	93,46	97,29	98,53	99,73	100,93	102,13	103,33	104,53	105,73	106,93	108,13
Set06-1ºQ	73,49	82,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92	97,92
Set06-2ºQ	15,92	77,94	84,84	99,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77
Out06-1ºQ	58,89	83,62	92,37	95,28	96,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77	97,77
Out06-2ºQ	67,25	86,27	97,39	99,74	97,07	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Nov06-1ºQ	11,26	21,22	31,22	41,22	51,22	61,22	71,22	81,22	91,22	101,22	111,22	121,22	131,22	141,22
Nov06-2ºQ	62,88	76,67	87,31	94,56	95,29	96,47	97,67	98,73	99,83	100,93	102,03	103,13	104,23	105,33
Dez06-1ºQ	72,77	82,89	92,79	95,28	96,87	97,24	97,66	97,97	98,28	98,59	98,90	99,21	99,52	99,83
Dez06-2ºQ	17,75	87,13	96,62	97,77	98,79	99,79	100,79	101,79	102,79	103,79	104,79	105,79	106,79	107,79
Jan07-1ºQ	72,95	87,39	97,99	99,74	97,07	96,79	96,74	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79	96,79
Jan07-2ºQ	69,92	83,77	98,51	92,55	94,67	94,64	94,64	94,64	94,64	94,64	94,64	94,64	94,64	94,64
Fev07-1ºQ	71,24	86,04	97,15	94,92	96,47	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79
Fev07-2ºQ	66,27	83,72	88,36	97,79	98,79	99,79	100,79	101,79	102,79	103,79	104,79	105,79	106,79	107,79
Mar07-1ºQ	73,19	83,13	97,29	94,46	95,08	96,81	97,24	97,54	97,79	97,98	98,08	98,18	98,28	98,38
Mar07-2ºQ	15,96	89,19	97,92	94,46	95,08	96,81	97,24	97,54	97,79	97,98	98,08	98,18	98,28	98,38
Abr07-1ºQ	60,54	83,68	92,67	95,66	97,33	98,06	98,66	99,64	100,62	101,60	102,58	103,56	104,54	105,52
Abr07-2ºQ	73,21	85,44	97,38	95,76	95,88	96,42	96,79	97,06	97,34	97,61	97,88	98,15	98,42	98,69
Maio07-1ºQ	74,44	87,39	93,96	94,06	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76	94,76
Maio07-2ºQ	71,63	83,74	87,87	91,47	92,43	93,06	93,26	93,46	93,66	93,86	94,06	94,26	94,46	94,66
Jun07-1ºQ	74,19	87,31	92,54	96,26	97,79	98,79	99,79	100,79	101,79	102,79	103,79	104,79	105,79	106,79
Jun07-2ºQ	74,83	87,77	94,85	97,48	98,79	99,77	100,77	101,77	102,77	103,77	104,77	105,77	106,77	107,77
Jul07-1ºQ	67,54	84,77	93,36	95,43	97,79	98,42	98,42	98,42	98,42	98,42	98,42	98,42	98,42	98,42
Jul07-2ºQ	69,75	82,22	92,26	95,46	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47	96,47
Ago07-1ºQ	76,37	87,39	95,29	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77
Ago07-2ºQ	76,37	87,39	95,29	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77	96,77
Set07-1ºQ	74,56	87,77	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79	97,79
Set07-2ºQ	86,54	95,01	96,21	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96	94,96
Out07-1ºQ	46,07	83,68	86,21	95,76	95,85	97,41	97,67	97,67	97,67	97,67	97,67	97,67	97,67	97,67
Out07-2ºQ	60,53	77,35	88,23	91,76	93,79	94,01	94,75	94,99	95,16	95,32	95,49	95,65	95,81	95,98
Nov07-1ºQ	67,29	82,13	85,25											

Aug-05-20	May-05-20	Mar-05-20	Jan-05-20	Nov-04-19	Aug-04-19	Jun-04-19	Apr-04-19	Feb-04-19	Dec-03-19	Oct-03-19	Aug-03-19	Jun-03-19	Apr-03-19	Feb-03-19	Dec-02-19	Oct-02-19	Aug-02-19	Jun-02-19	Apr-02-19	Feb-02-19	Dec-01-19	Oct-01-19	Aug-01-19	Jun-01-19	Apr-01-19	Feb-01-19	Dec-00-19	Oct-00-19	Aug-00-19	Jun-00-19	Apr-00-19	Feb-00-19	Dec-99-19	Oct-99-19	Aug-99-19	Jun-99-19	Apr-99-19	Feb-99-19	Dec-98-19	Oct-98-19	Aug-98-19	Jun-98-19	Apr-98-19	Feb-98-19	Dec-97-19	Oct-97-19	Aug-97-19	Jun-97-19	Apr-97-19	Feb-97-19	Dec-96-19	Oct-96-19	Aug-96-19	Jun-96-19	Apr-96-19	Feb-96-19	Dec-95-19	Oct-95-19	Aug-95-19	Jun-95-19	Apr-95-19	Feb-95-19	Dec-94-19	Oct-94-19	Aug-94-19	Jun-94-19	Apr-94-19	Feb-94-19	Dec-93-19	Oct-93-19	Aug-93-19	Jun-93-19	Apr-93-19	Feb-93-19	Dec-92-19	Oct-92-19	Aug-92-19	Jun-92-19	Apr-92-19	Feb-92-19	Dec-91-19	Oct-91-19	Aug-91-19	Jun-91-19	Apr-91-19	Feb-91-19	Dec-90-19	Oct-90-19	Aug-90-19	Jun-90-19	Apr-90-19	Feb-90-19	Dec-89-19	Oct-89-19	Aug-89-19	Jun-89-19	Apr-89-19	Feb-89-19	Dec-88-19	Oct-88-19	Aug-88-19	Jun-88-19	Apr-88-19	Feb-88-19	Dec-87-19	Oct-87-19	Aug-87-19	Jun-87-19	Apr-87-19	Feb-87-19	Dec-86-19	Oct-86-19	Aug-86-19	Jun-86-19	Apr-86-19	Feb-86-19	Dec-85-19	Oct-85-19	Aug-85-19	Jun-85-19	Apr-85-19	Feb-85-19	Dec-84-19	Oct-84-19	Aug-84-19	Jun-84-19	Apr-84-19	Feb-84-19	Dec-83-19	Oct-83-19	Aug-83-19	Jun-83-19	Apr-83-19	Feb-83-19	Dec-82-19	Oct-82-19	Aug-82-19	Jun-82-19	Apr-82-19	Feb-82-19	Dec-81-19	Oct-81-19	Aug-81-19	Jun-81-19	Apr-81-19	Feb-81-19	Dec-80-19	Oct-80-19	Aug-80-19	Jun-80-19	Apr-80-19	Feb-80-19	Dec-79-19	Oct-79-19	Aug-79-19	Jun-79-19	Apr-79-19	Feb-79-19	Dec-78-19	Oct-78-19	Aug-78-19	Jun-78-19	Apr-78-19	Feb-78-19	Dec-77-19	Oct-77-19	Aug-77-19	Jun-77-19	Apr-77-19	Feb-77-19	Dec-76-19	Oct-76-19	Aug-76-19	Jun-76-19	Apr-76-19	Feb-76-19	Dec-75-19	Oct-75-19	Aug-75-19	Jun-75-19	Apr-75-19	Feb-75-19	Dec-74-19	Oct-74-19	Aug-74-19	Jun-74-19	Apr-74-19	Feb-74-19	Dec-73-19	Oct-73-19	Aug-73-19	Jun-73-19	Apr-73-19	Feb-73-19	Dec-72-19	Oct-72-19	Aug-72-19	Jun-72-19	Apr-72-19	Feb-72-19	Dec-71-19	Oct-71-19	Aug-71-19	Jun-71-19	Apr-71-19	Feb-71-19	Dec-70-19	Oct-70-19	Aug-70-19	Jun-70-19	Apr-70-19	Feb-70-19	Dec-69-19	Oct-69-19	Aug-69-19	Jun-69-19	Apr-69-19	Feb-69-19	Dec-68-19	Oct-68-19	Aug-68-19	Jun-68-19	Apr-68-19	Feb-68-19	Dec-67-19	Oct-67-19	Aug-67-19	Jun-67-19	Apr-67-19	Feb-67-19	Dec-66-19	Oct-66-19	Aug-66-19	Jun-66-19	Apr-66-19	Feb-66-19	Dec-65-19	Oct-65-19	Aug-65-19	Jun-65-19	Apr-65-19	Feb-65-19	Dec-64-19	Oct-64-19	Aug-64-19	Jun-64-19	Apr-64-19	Feb-64-19	Dec-63-19	Oct-63-19	Aug-63-19	Jun-63-19	Apr-63-19	Feb-63-19	Dec-62-19	Oct-62-19	Aug-62-19	Jun-62-19	Apr-62-19	Feb-62-19	Dec-61-19	Oct-61-19	Aug-61-19	Jun-61-19	Apr-61-19	Feb-61-19	Dec-60-19	Oct-60-19	Aug-60-19	Jun-60-19	Apr-60-19	Feb-60-19	Dec-59-19	Oct-59-19	Aug-59-19	Jun-59-19	Apr-59-19	Feb-59-19	Dec-58-19	Oct-58-19	Aug-58-19	Jun-58-19	Apr-58-19	Feb-58-19	Dec-57-19	Oct-57-19	Aug-57-19	Jun-57-19	Apr-57-19	Feb-57-19	Dec-56-19	Oct-56-19	Aug-56-19	Jun-56-19	Apr-56-19	Feb-56-19	Dec-55-19	Oct-55-19	Aug-55-19	Jun-55-19	Apr-55-19	Feb-55-19	Dec-54-19	Oct-54-19	Aug-54-19	Jun-54-19	Apr-54-19	Feb-54-19	Dec-53-19	Oct-53-19	Aug-53-19	Jun-53-19	Apr-53-19	Feb-53-19	Dec-52-19	Oct-52-19	Aug-52-19	Jun-52-19	Apr-52-19	Feb-52-19	Dec-51-19	Oct-51-19	Aug-51-19	Jun-51-19	Apr-51-19	Feb-51-19	Dec-50-19	Oct-50-19	Aug-50-19	Jun-50-19	Apr-50-19	Feb-50-19	Dec-49-19	Oct-49-19	Aug-49-19	Jun-49-19	Apr-49-19	Feb-49-19	Dec-48-19	Oct-
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------

30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44
58.75	58.60	58.54	58.47	58.40	58.33	58.26	58.19	58.12	58.05	57.98	57.91	57.84	57.77	57.70
1.20	1.19	1.19	1.19	1.19	1.19	1.18	1.18	1.18	1.17	1.16	1.16	1.15	1.15	1.14

45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59
5/38.2	6/42	6/43	6/47	6/48.2	6/51	6/53.2	6/56	6/56.2	9/165	9/166	9/176	9/176.2	6/26	6/26.2
1.14	1.2	1.2	1.2	1.15	1.0	1.04	0.84	0.85	0.79	0.79	0.73	0.74	0.69	0.65

[illegible]

[illegible]

Δημόσιον
Ματρίτ Τεαγυλάρ - Καλοπούλα Αρσενίου

366

[illegible]

372

Appendix 2

Делово Радно - Сатисфакција: Нормализација

[illegible]

[illegible]

[illegible]

45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59
64.05%	66.36%	69.87%	69.58%	68.38%	66.89%	64.99%	64.90%	64.80%	64.80%	64.80%	57.90%	69.30%	64.90%	100.00%
0.12%	0.10%	0.35%	0.01%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.32%	0.01%	0.01%

[illegible]

[illegible][illegible]

[illegible]

Анатолий
Матвей Иванович - Служба системы

382

[illegible]

[illegible]

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Media	64,72%	81,35%	87,06%	92,84%	94,27%	94,94%	95,27%	95,52%	95,66%	95,76%	95,82%	96,13%	96,35%	96,46%
Desvio padrão	15,89%	8,56%	7,66%	7,72%	7,42%	7,50%	7,12%	7,58%	7,58%	7,62%	7,65%	7,59%	7,56%	7,53%

[illegible]

391

30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44
08:44	08:51	08:58	09:05	09:14	09:25	09:31	09:41	09:51	09:58	10:05	10:15	10:25	10:37	10:47
1:19	1:19	1:20	1:21	1:21	1:26	1:30	1:36	1:40	1:47	1:58	2:05	2:15	2:28	2:40

45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59
68.05	69.35	69.34	69.06	68.15	68.15	66.215	66.215	66.215	66.275	66.275	66.325	66.375	66.385	66.385
1.25	1.24	1.25	1.16	1.15	1.12	1.15	1.38	1.39	1.32	1.05	0.98	0.98	0.97	0.98

75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
94.49	94.615	96.40	94.62	96.40	94.63	96.04	96.0	96.66	96.58	96.57	96.55	96.53	96.57	96.66
C 95	C 95	C 97	C 98	C 99	C 96	C 97	C 97	C 97	C 98	C 98	C 99	C 99	C 99	C 99

[illegible]

90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104
80.58	76.67	70.6	76.34	68.63	76.6	70.66	76.64	68.70	69.68	74.72	74.73	70.74	70.72	69.73
0.58	0.59	0.57	0.58	0.57	0.57	0.55	0.56	0.52	0.53	0.51	0.52	0.52	0.54	0.54

105	106	107	108	109	110	111	112	113	114
(4.75)	(4.72)	(4.69)	(4.64)	(4.58)	(4.48)	(4.37)	(4.48)	(4.37)	(4.06)
0.59	0.59	0.63	0.65	0.70	0.74	0.76	0.55	1.17	0.00

ABCD

Anexo 19
Matriz Telaguár - Calogona, Industria

	Pagamento												
Vencimento	Set04 2ºQ	Out04 1ºQ	Out04 2ºQ	Nov04 1ºQ	Nov04 2ºQ	Dez04 1ºQ	Dez04 2ºQ	Jan05 1ºQ	Jan05 2ºQ	Feb05 1ºQ	Feb05 2ºQ	Mar05 1ºQ	Mar05 2ºQ
Sub04 2ºQ	100.00												
Out04 1ºQ		55.15	100.00	00.30	00.00	00.30	00.00	00.30	00.00	00.30	00.00	00.30	00.00
Out04 2ºQ			94.49	97.19	98.75	99.85	99.15	97.94	95.05	92.04	88.05	82.05	74.81
Nov04 1ºQ				50.00									
Nov04 2ºQ					99.53	95.24	90.81	86.59	80.59	69.59	55.15	39.74	22.74
Dez04 1ºQ						78.14	65.06	52.74	39.52	26.19	12.62	0.22	90.04
Dez04 2ºQ							89.43	93.51	91.41	88.26	83.87	79.48	74.81
Jan05 1ºQ								62.13	80.35	64.42	46.52	27.11	05.74
Jan05 2ºQ									93.41	93.24	94.79	90.35	86.77
Feb05 1ºQ										81.11	87.90	84.31	79.71
Feb05 2ºQ											86.52	81.52	76.06
Mar05 1ºQ												76.15	68.77
Mar05 2ºQ													64.67
Abr05 1ºQ													
Abr05 2ºQ													
May05 1ºQ													
May05 2ºQ													
Jun05 1ºQ													
Jun05 2ºQ													
Jul05 1ºQ													
Jul05 2ºQ													
Ago05 1ºQ													
Ago05 2ºQ													
Set05 1ºQ													
Set05 2ºQ													
Out05 1ºQ													
Out05 2ºQ													
Nov05 1ºQ													
Nov05 2ºQ													
Dez05 1ºQ													
Dez05 2ºQ													
Jan06 1ºQ													
Jan06 2ºQ													
Feb06 1ºQ													
Feb06 2ºQ													
Mar06 1ºQ													
Mar06 2ºQ													
Abr06 1ºQ													
Abr06 2ºQ													
May06 1ºQ													
May06 2ºQ													
Jun06 1ºQ													
Jun06 2ºQ													
Jul06 1ºQ													
Jul06 2ºQ													
Ago06 1ºQ													
Ago06 2ºQ													
Set06 1ºQ													
Set06 2ºQ													
Out06 1ºQ													
Out06 2ºQ													
Nov06 1ºQ													
Nov06 2ºQ													
Dez06 1ºQ													
Dez06 2ºQ													
Jan07 1ºQ													
Jan07 2ºQ													
Feb07 1ºQ													
Feb07 2ºQ													
Mar07 1ºQ													
Mar07 2ºQ													
Abr07 1ºQ													
Abr07 2ºQ													
May07 1ºQ													
May07 2ºQ													
Jun07 1ºQ													
Jun07 2ºQ													
Jul07 1ºQ													
Jul07 2ºQ													
Ago07 1ºQ													
Ago07 2ºQ													
Set07 1ºQ													
Set07 2ºQ													
Out07 1ºQ													
Out07 2ºQ													
Nov07 1ºQ													
Nov07 2ºQ													
Dez07 1ºQ													
Dez07 2ºQ													
Jan08 1ºQ													
Jan08 2ºQ													
Feb08 1ºQ													
Feb08 2ºQ													
Mar08 1ºQ													
Mar08 2ºQ													
Abr08 1ºQ													
Abr08 2ºQ													
May08 1ºQ													
May08 2ºQ													
Jun08 1ºQ													
Jun08 2ºQ													
Jul08 1ºQ													
Jul08 2ºQ													
Ago08 1ºQ													
Ago08 2ºQ													
Set08 1ºQ													
Set08 2ºQ													
Out08 1ºQ													
Out08 2ºQ													
Nov08 1ºQ													
Nov08 2ºQ													
Dez08 1ºQ													
Dez08 2ºQ													
Jan09 1ºQ													
Jan09 2ºQ													
Feb09 1ºQ													
Feb09 2ºQ													
Mar09 1ºQ													
Mar09 2ºQ													
Abr09 1ºQ													
Abr09 2ºQ													
May09 1ºQ													
May09 2ºQ													
Jun09 1ºQ													
Jun09 2ºQ													
Quiltes vencimentos													
Total													

Table ID	June 27 ZC	June 28 ZC	June 29 ZC	June 30 ZC	July 1 ZC	July 2 ZC	July 3 ZC	July 4 ZC	July 5 ZC	July 6 ZC	July 7 ZC	July 8 ZC	July 9 ZC	July 10 ZC	July 11 ZC	July 12 ZC	July 13 ZC	July 14 ZC	July 15 ZC	July 16 ZC	July 17 ZC	July 18 ZC	July 19 ZC	July 20 ZC	July 21 ZC	July 22 ZC	July 23 ZC	July 24 ZC	July 25 ZC	July 26 ZC	July 27 ZC	July 28 ZC	July 29 ZC	July 30 ZC	July 31 ZC	Aug 1 ZC	Aug 2 ZC	Aug 3 ZC	Aug 4 ZC	Aug 5 ZC	Aug 6 ZC	Aug 7 ZC	Aug 8 ZC	Aug 9 ZC	Aug 10 ZC	Aug 11 ZC	Aug 12 ZC	Aug 13 ZC	Aug 14 ZC	Aug 15 ZC	Aug 16 ZC	Aug 17 ZC	Aug 18 ZC	Aug 19 ZC	Aug 20 ZC	Aug 21 ZC	Aug 22 ZC	Aug 23 ZC	Aug 24 ZC	Aug 25 ZC	Aug 26 ZC	Aug 27 ZC	Aug 28 ZC	Aug 29 ZC	Aug 30 ZC	Aug 31 ZC	Sept 1 ZC	Sept 2 ZC	Sept 3 ZC	Sept 4 ZC	Sept 5 ZC	Sept 6 ZC	Sept 7 ZC	Sept 8 ZC	Sept 9 ZC	Sept 10 ZC	Sept 11 ZC	Sept 12 ZC	Sept 13 ZC	Sept 14 ZC	Sept 15 ZC	Sept 16 ZC	Sept 17 ZC	Sept 18 ZC	Sept 19 ZC	Sept 20 ZC	Sept 21 ZC	Sept 22 ZC	Sept 23 ZC	Sept 24 ZC	Sept 25 ZC	Sept 26 ZC	Sept 27 ZC	Sept 28 ZC	Sept 29 ZC	Sept 30 ZC	Oct 1 ZC	Oct 2 ZC	Oct 3 ZC	Oct 4 ZC	Oct 5 ZC	Oct 6 ZC	Oct 7 ZC	Oct 8 ZC	Oct 9 ZC	Oct 10 ZC	Oct 11 ZC	Oct 12 ZC	Oct 13 ZC	Oct 14 ZC	Oct 15 ZC	Oct 16 ZC	Oct 17 ZC	Oct 18 ZC	Oct 19 ZC	Oct 20 ZC	Oct 21 ZC	Oct 22 ZC	Oct 23 ZC	Oct 24 ZC	Oct 25 ZC	Oct 26 ZC	Oct 27 ZC	Oct 28 ZC	Oct 29 ZC	Oct 30 ZC	Oct 31 ZC	Nov 1 ZC	Nov 2 ZC	Nov 3 ZC	Nov 4 ZC	Nov 5 ZC	Nov 6 ZC	Nov 7 ZC	Nov 8 ZC	Nov 9 ZC	Nov 10 ZC	Nov 11 ZC	Nov 12 ZC	Nov 13 ZC	Nov 14 ZC	Nov 15 ZC	Nov 16 ZC	Nov 17 ZC	Nov 18 ZC	Nov 19 ZC	Nov 20 ZC	Nov 21 ZC	Nov 22 ZC	Nov 23 ZC	Nov 24 ZC	Nov 25 ZC	Nov 26 ZC	Nov 27 ZC	Nov 28 ZC	Nov 29 ZC	Nov 30 ZC	Dec 1 ZC	Dec 2 ZC	Dec 3 ZC	Dec 4 ZC	Dec 5 ZC	Dec 6 ZC	Dec 7 ZC	Dec 8 ZC	Dec 9 ZC	Dec 10 ZC	Dec 11 ZC	Dec 12 ZC	Dec 13 ZC	Dec 14 ZC	Dec 15 ZC	Dec 16 ZC	Dec 17 ZC	Dec 18 ZC	Dec 19 ZC	Dec 20 ZC	Dec 21 ZC	Dec 22 ZC	Dec 23 ZC	Dec 24 ZC	Dec 25 ZC	Dec 26 ZC	Dec 27 ZC	Dec 28 ZC	Dec 29 ZC	Dec 30 ZC	Dec 31 ZC	Jan 1 ZC	Jan 2 ZC	Jan 3 ZC	Jan 4 ZC	Jan 5 ZC	Jan 6 ZC	Jan 7 ZC	Jan 8 ZC	Jan 9 ZC	Jan 10 ZC	Jan 11 ZC	Jan 12 ZC	Jan 13 ZC	Jan 14 ZC	Jan 15 ZC	Jan 16 ZC	Jan 17 ZC	Jan 18 ZC	Jan 19 ZC	Jan 20 ZC	Jan 21 ZC	Jan 22 ZC	Jan 23 ZC	Jan 24 ZC	Jan 25 ZC	Jan 26 ZC	Jan 27 ZC	Jan 28 ZC	Jan 29 ZC	Jan 30 ZC	Jan 31 ZC	Feb 1 ZC	Feb 2 ZC	Feb 3 ZC	Feb 4 ZC	Feb 5 ZC	Feb 6 ZC	Feb 7 ZC	Feb 8 ZC	Feb 9 ZC	Feb 10 ZC	Feb 11 ZC	Feb 12 ZC	Feb 13 ZC	Feb 14 ZC	Feb 15 ZC	Feb 16 ZC	Feb 17 ZC	Feb 18 ZC	Feb 19 ZC	Feb 20 ZC	Feb 21 ZC	Feb 22 ZC	Feb 23 ZC	Feb 24 ZC	Feb 25 ZC	Feb 26 ZC	Feb 27 ZC	Feb 28 ZC	Feb 29 ZC	Feb 30 ZC	Mar 1 ZC	Mar 2 ZC	Mar 3 ZC	Mar 4 ZC	Mar 5 ZC	Mar 6 ZC	Mar 7 ZC	Mar 8 ZC	Mar 9 ZC	Mar 10 ZC	Mar 11 ZC	Mar 12 ZC	Mar 13 ZC	Mar 14 ZC	Mar 15 ZC	Mar 16 ZC	Mar 17 ZC	Mar 18 ZC	Mar 19 ZC	Mar 20 ZC	Mar 21 ZC	Mar 22 ZC	Mar 23 ZC	Mar 24 ZC	Mar 25 ZC	Mar 26 ZC	Mar 27 ZC	Mar 28 ZC	Mar 29 ZC	Mar 30 ZC	Mar 31 ZC	Apr 1 ZC	Apr 2 ZC	Apr 3 ZC	Apr 4 ZC	Apr 5 ZC	Apr 6 ZC	Apr 7 ZC	Apr 8 ZC	Apr 9 ZC	Apr 10 ZC	Apr 11 ZC	Apr 12 ZC	Apr 13 ZC	Apr 14 ZC	Apr 15 ZC	Apr 16 ZC	Apr 17 ZC	Apr 18 ZC	Apr 19 ZC	Apr 20 ZC	Apr 21 ZC	Apr 22 ZC	Apr 23 ZC	Apr 24 ZC	Apr 25 ZC	Apr 26 ZC	Apr 27 ZC	Apr 28 ZC	Apr 29 ZC	Apr 30 ZC	May 1 ZC	May 2 ZC	May 3 ZC	May 4 ZC	May 5 ZC	May 6 ZC	May 7 ZC	May 8 ZC	May 9 ZC	May 10 ZC	May 11 ZC	May 12 ZC	May 13 ZC	May 14 ZC	May 15 ZC	May 16 ZC	May 17 ZC	May 18 ZC	May 19 ZC	May 20 ZC	May 21 ZC	May 22 ZC	May 23 ZC	May 24 ZC	May 25 ZC	May 26 ZC	May 27 ZC	May 28 ZC	May 29 ZC	May 30 ZC	May 31 ZC	Jun 1 ZC	Jun 2 ZC	Jun 3 ZC	Jun 4 ZC	Jun 5 ZC	Jun 6 ZC	Jun 7 ZC	Jun 8 ZC	Jun 9 ZC	Jun 10 ZC	Jun 11 ZC	Jun 12 ZC	Jun 13 ZC	Jun 14 ZC	Jun 15 ZC	Jun 16 ZC	Jun 17 ZC	Jun 18 ZC	Jun 19 ZC	Jun 20 ZC	Jun 21 ZC	Jun 22 ZC	Jun 23 ZC	Jun 24 ZC	Jun 25 ZC	Jun 26 ZC	Jun 27 ZC	Jun 28 ZC	Jun 29 ZC	Jun 30 ZC	Jul 1 ZC	Jul 2 ZC	Jul 3 ZC	Jul 4 ZC	Jul 5 ZC	Jul 6 ZC	Jul 7 ZC	Jul 8 ZC	Jul 9 ZC	Jul 10 ZC	Jul 11 ZC	Jul 12 ZC	Jul 13 ZC	Jul 14 ZC	Jul 15 ZC	Jul 16 ZC	Jul 17 ZC	Jul 18 ZC	Jul 19 ZC	Jul 20 ZC	Jul 21 ZC	Jul 22 ZC	Jul 23 ZC	Jul 24 ZC	Jul 25 ZC	Jul 26 ZC	Jul 27 ZC	Jul 28 ZC	Jul 29 ZC	Jul 30 ZC	Jul 31 ZC	Aug 1 ZC	Aug 2 ZC	Aug 3 ZC	Aug 4 ZC	Aug 5 ZC	Aug 6 ZC	Aug 7 ZC	Aug 8 ZC	Aug 9 ZC	Aug 10 ZC	Aug 11 ZC	Aug 12 ZC	Aug 13 ZC	Aug 14 ZC	Aug 15 ZC	Aug 16 ZC	Aug 17 ZC	Aug 18 ZC	Aug 19 ZC	Aug 20 ZC	Aug 21 ZC	Aug 22 ZC	Aug 23 ZC	Aug 24 ZC	Aug 25 ZC	Aug 26 ZC	Aug 27 ZC	Aug 28 ZC	Aug 29 ZC	Aug 30 ZC	Aug 31 ZC	Sept 1 ZC	Sept 2 ZC	Sept 3 ZC	Sept 4 ZC	Sept 5 ZC	Sept 6 ZC	Sept 7 ZC	Sept 8 ZC	Sept 9 ZC	Sept 10 ZC	Sept 11 ZC	Sept 12 ZC	Sept 13 ZC	Sept 14 ZC	Sept 15 ZC	Sept 16 ZC	Sept 17 ZC	Sept 18 ZC	Sept 19 ZC	Sept 20 ZC	Sept 21 ZC	Sept 22 ZC	Sept 23 ZC	Sept 24 ZC	Sept 25 ZC	Sept 26 ZC	Sept 27 ZC	Sept 28 ZC	Sept 29 ZC	Sept 30 ZC	Oct 1 ZC	Oct 2 ZC	Oct 3 ZC	Oct 4 ZC	Oct 5 ZC	Oct 6 ZC	Oct 7 ZC	Oct 8 ZC	Oct 9 ZC	Oct 10 ZC	Oct 11 ZC	Oct 12 ZC	Oct 13 ZC	Oct 14 ZC	Oct 15 ZC	Oct 16 ZC	Oct 17 ZC	Oct 18 ZC	Oct 19 ZC	Oct 20 ZC	Oct 21 ZC	Oct 22 ZC	Oct 23 ZC	Oct 24 ZC	Oct 25 ZC	Oct 26 ZC	Oct 27 ZC	Oct 28 ZC	Oct 29 ZC	Oct 30 ZC	Oct 31 ZC	Nov 1 ZC	Nov 2 ZC	Nov 3 ZC	Nov 4 ZC	Nov 5 ZC	Nov 6 ZC	Nov 7 ZC	Nov 8 ZC	Nov 9 ZC	Nov 10 ZC	Nov 11 ZC	Nov 12 ZC	Nov 13 ZC	Nov 14 ZC	Nov 15 ZC	Nov 16 ZC	Nov 17 ZC	Nov 18 ZC	Nov 19 ZC	Nov 20 ZC	Nov 21 ZC	Nov 22 ZC	Nov 23 ZC	Nov 24 ZC	Nov 25 ZC	Nov 26 ZC	Nov 27 ZC	Nov 28 ZC	Nov 29 ZC	Nov 30 ZC	Dec 1 ZC	Dec 2 ZC	Dec 3 ZC	Dec 4 ZC	Dec 5 ZC	Dec 6 ZC	Dec 7 ZC	Dec 8 ZC	Dec 9 ZC	Dec 10 ZC	Dec 11 ZC	Dec 12 ZC	Dec 13 ZC	Dec 14 ZC	Dec 15 ZC	Dec 16 ZC	Dec 17 ZC	Dec 18 ZC	Dec 19 ZC	Dec 20 ZC	Dec 21 ZC	Dec 22 ZC	Dec 23 ZC	Dec 24 ZC	Dec 25 ZC	Dec 26 ZC	Dec 27 ZC	Dec 28 ZC	Dec 29 ZC	Dec 30 ZC	Dec 31 ZC	Jan 1 ZC	Jan 2 ZC	Jan 3 ZC	Jan 4 ZC	Jan 5 ZC	Jan 6 ZC	Jan 7 ZC	Jan 8 ZC	Jan 9 ZC	Jan 10 ZC	Jan 11 ZC	Jan 12 ZC	Jan 13 ZC	Jan 14 ZC	Jan 15 ZC	Jan 16 ZC	Jan 17 ZC	Jan 18 ZC	Jan 19 ZC	Jan 20 ZC	Jan 21 ZC	Jan 22 ZC	Jan 23 ZC	Jan 24 ZC	Jan 25 ZC	Jan 26 ZC	Jan 27 ZC	Jan 28 ZC	Jan 29 ZC	Jan 30 ZC	Jan 31 ZC	Feb 1 ZC	Feb 2 ZC	Feb 3 ZC	Feb 4 ZC	Feb 5 ZC	Feb 6 ZC	Feb 7 ZC	Feb 8 ZC	Feb 9 ZC	Feb 10 ZC	Feb 11 ZC	Feb 12 ZC	Feb 13 ZC	Feb 14 ZC	Feb 15 ZC	Feb 16 ZC	Feb 17 ZC	Feb 18 ZC	Feb 19 ZC	Feb 20 ZC	Feb 21 ZC	Feb 22 ZC	Feb 23 ZC	Feb 24 ZC	Feb 25 ZC	Feb 26 ZC	Feb 27 ZC	Feb 28 ZC	Feb 29 ZC	Feb 30 ZC	Mar 1 ZC	Mar 2 ZC	Mar 3 ZC	Mar 4 ZC	Mar 5 ZC	Mar 6 ZC	Mar 7 ZC	Mar 8 ZC	Mar 9 ZC	Mar 10 ZC	Mar 11 ZC	Mar 12 ZC	Mar 13 ZC	Mar 14 ZC	Mar 15 ZC	Mar 16 ZC	Mar 17 ZC	Mar 18 ZC	Mar 19 ZC	Mar 20 ZC	Mar 21 ZC	Mar 22 ZC	Mar 23 ZC	Mar 24 ZC	Mar 25 ZC	Mar 26 ZC	Mar 27 ZC	Mar 28 ZC	Mar 29 ZC	Mar 30 ZC	Mar 31 ZC	Apr 1 ZC	Apr 2 ZC	Apr 3 ZC	Apr 4 ZC	Apr 5 ZC	Apr 6 ZC	Apr 7 ZC	Apr 8 ZC	Apr 9 ZC	Apr 10 ZC	Apr 11 ZC	Apr 12 ZC	Apr 13 ZC	Apr 14 ZC	Apr 15 ZC	Apr 16 ZC	Apr 17 ZC	Apr 18 ZC	Apr 19 ZC	Apr 20 ZC	Apr 21 ZC	Apr 22 ZC	Apr 23 ZC	Apr 24 ZC	Apr 25 ZC	Apr 26 ZC	Apr 27 ZC	Apr 28 ZC	Apr 29 ZC	Apr 30 ZC	May 1 ZC	May 2 ZC	May 3 ZC	May 4 ZC	May 5 ZC	May 6 ZC	May 7 ZC	May 8 ZC	May 9 ZC	May 10 ZC	May 11 ZC	May 12 ZC	May 13 ZC	May 14 ZC	May 15 ZC	May 16 ZC	May 17 ZC	May 18 ZC	May 19 ZC	May 20 ZC	May 21 ZC	May 22 ZC	May 23 ZC	May 24 ZC	May 25 ZC	May 26 ZC	May 27 ZC	May 28 ZC	May 29 ZC	May 30 ZC	May 31 ZC	Jun 1 ZC	Jun 2 ZC	Jun 3 ZC	Jun 4 ZC	Jun 5 ZC	Jun 6 ZC	Jun 7 ZC	Jun 8 ZC	Jun 9 ZC	Jun 10 ZC	Jun 11 ZC	Jun 12 ZC	Jun 13 ZC	Jun 14 ZC	Jun 15 ZC	Jun 16 ZC	Jun 17 ZC	Jun 18 ZC	Jun 19 ZC	Jun 20 ZC	Jun 21 ZC	Jun 22 ZC	Jun 23 ZC	Jun 24 ZC	Jun 25 ZC	Jun 26 ZC	Jun 27 ZC	Jun 28 ZC	Jun 29 ZC	Jun 30 ZC	Jul 1 ZC	Jul 2 ZC	Jul 3 ZC	Jul 4 ZC	Jul 5 ZC	Jul 6 ZC	Jul 7 ZC	Jul 8 ZC	Jul 9 ZC	Jul 10 ZC	Jul 11 ZC	Jul 12 ZC	Jul 13 ZC	Jul 14 ZC	Jul 15 ZC	Jul 16 ZC	Jul 17 ZC	Jul 18 ZC	Jul 19 ZC	Jul 20 ZC	Jul 21 ZC	Jul 22 ZC	Jul 23 ZC	Jul 24 ZC	Jul 25 ZC	Jul 26 ZC	Jul 27 ZC	Jul 28 ZC	Jul 29 ZC	Jul 30 ZC	Jul 31 ZC	Aug 1 ZC	Aug 2 ZC	Aug 3 ZC	Aug 4 ZC	Aug 5 ZC	Aug 6 ZC	Aug 7 ZC	Aug 8 ZC	Aug 9 ZC	Aug 10 ZC	Aug 11 ZC	Aug 12 ZC	Aug 13 ZC	Aug 14 ZC	Aug 15 ZC	Aug 16 ZC	Aug 17 ZC	Aug 18 ZC	Aug 19 ZC	Aug 20 ZC	Aug 21 ZC	Aug 22 ZC	Aug 23 ZC	Aug 24 ZC	Aug 25 ZC	Aug 26 ZC	Aug 27 ZC	Aug 28 ZC	Aug 29 ZC	Aug 30 ZC	Aug 31 ZC	Sept 1 ZC	Sept 2 ZC	Sept 3 ZC	Sept 4 ZC	Sept 5 ZC	Sept 6 ZC	Sept 7 ZC	Sept 8 ZC	Sept 9 ZC	Sept 10 ZC	Sept 11 ZC	Sept 12 ZC	Sept 13 ZC	Sept 14 ZC	Sept 15 ZC	Sept 16 ZC	Sept 17 ZC	Sept 18 ZC	Sept 19 ZC	Sept 20 ZC	Sept 21 ZC	Sept 22 ZC	Sept 23 ZC	Sept 24 ZC	Sept 25 ZC	Sept 26 ZC	Sept 27 ZC	Sept 28 ZC	Sept 29 ZC	Sept 30 ZC	Oct 1 ZC	Oct 2 ZC	Oct 3 ZC	Oct 4 ZC	Oct 5 ZC	Oct 6 ZC	Oct 7 ZC	Oct 8 ZC	Oct 9 ZC	Oct 10 ZC	Oct 11 ZC	Oct 12 ZC	Oct 13 ZC	Oct 14 ZC	Oct 15 ZC	Oct 16 ZC	Oct 17 ZC	Oct 18 ZC	Oct 19 ZC	Oct 20 ZC	Oct 21 ZC	Oct 22 ZC	Oct 23 ZC	Oct 24 ZC	Oct 25 ZC	Oct 26 ZC	Oct 27 ZC	Oct 28 ZC	Oct 29 ZC	Oct 30 ZC	Oct 31 ZC	Nov 1 ZC	Nov 2 ZC	Nov 3 ZC	Nov 4 ZC	Nov 5 ZC	Nov 6 ZC	Nov 7 ZC	Nov 8 ZC	Nov 9 ZC	Nov 10 ZC	Nov 11 ZC	Nov 12 ZC	Nov 13 ZC	Nov 14 ZC	Nov 15 ZC	Nov 16 ZC	Nov 17 ZC	Nov 18 ZC	Nov 19 ZC	Nov 20 ZC	Nov 21 ZC	Nov 22 ZC	Nov 23 ZC	Nov 24 ZC	Nov 25 ZC	Nov 26 ZC	Nov 27 ZC	Nov 28 ZC	Nov 29 ZC	Nov 30 ZC	Dec 1 ZC	Dec 2 ZC	Dec 3 ZC	Dec 4 ZC	Dec 5 ZC	Dec 6 ZC	Dec 7 ZC	Dec 8 ZC	Dec 9 ZC	Dec 10 ZC	Dec 11 ZC	Dec 12 ZC	Dec 13 ZC	Dec 14 ZC	Dec 15 ZC	Dec 16 ZC	Dec 17 ZC	Dec 18 ZC	Dec 19 ZC	Dec 20 ZC	Dec 21 ZC	Dec 22 ZC	Dec 23 ZC	Dec 24 ZC	Dec 25 ZC	Dec 26 ZC	Dec 27 ZC	Dec 28 ZC	Dec 29 ZC	Dec 30 ZC	Dec 31 ZC	Jan 1 ZC	Jan 2 ZC	Jan 3 ZC	Jan 4 ZC	Jan 5 ZC	Jan 6 ZC	Jan 7 ZC	Jan 8 ZC	Jan 9 ZC	Jan 10 ZC	Jan 11 ZC	Jan 12 ZC	Jan 13 ZC	Jan 14 ZC	Jan 15 ZC	Jan 16 ZC	Jan 17 ZC	Jan 18 ZC	Jan 19 ZC	Jan 20 ZC	Jan 21 ZC	Jan 22 ZC	Jan 23 ZC	Jan 24 ZC	Jan 25 ZC	Jan 26 ZC	Jan 27 ZC	Jan 28 ZC	Jan 29 ZC	Jan 30 ZC	Jan 31 ZC	Feb 1 ZC	Feb 2 ZC	Feb 3 ZC	Feb 4 ZC	Feb 5 ZC	Feb 6 ZC	Feb 7 ZC	Feb 8 ZC	Feb 9 ZC	Feb 10 ZC	Feb 11 ZC	Feb 12 ZC	Feb 13 ZC	Feb 14 ZC	Feb 15 ZC	Feb 16 ZC	Feb 17 ZC	Feb 18 ZC	Feb 19 ZC	Feb 20 ZC	Feb 21 ZC	Feb 22 ZC	Feb 23 ZC	Feb 24 ZC	Feb 25 ZC	Feb 26 ZC	Feb 27 ZC	Feb 28 ZC	Feb 29 ZC	Feb 30 ZC	Mar 1 ZC	Mar 2 ZC	Mar 3 ZC	Mar 4 ZC	Mar 5 ZC	Mar 6 ZC	Mar 7 ZC	Mar 8 ZC	Mar 9 ZC	Mar 10 ZC	Mar 11 ZC	Mar 12 ZC	Mar 13 ZC	Mar 14 ZC	Mar 15 ZC	Mar 16 ZC	Mar 17 ZC	Mar 18 ZC	Mar 19 ZC	Mar 20 ZC	Mar 21 ZC	Mar 22 ZC	Mar 23 ZC	Mar 24 ZC	Mar 25 ZC	Mar 26 ZC	Mar 27 ZC	Mar 28 ZC	Mar 29 ZC	Mar 30 ZC	Mar 31 ZC	Apr 1 ZC	Apr 2 ZC	Apr 3 ZC	Apr 4 ZC	Apr 5 ZC	Apr 6 ZC	Apr 7 ZC	Apr 8 ZC	Apr 9 ZC	Apr 10 ZC	Apr 11 ZC	Apr 12 ZC	Apr 13 ZC	Apr 14 ZC	Apr 15 ZC	Apr 16 ZC	Apr 17 ZC	Apr 18 ZC	Apr 19 ZC	Apr 20 ZC	Apr 21 ZC	Apr 22 ZC	Apr 23 ZC	Apr 24 ZC	Apr 25 ZC	Apr 26 ZC	Apr 27 ZC	Apr 28 ZC	Apr 29 ZC	Apr 30 ZC	May 1 ZC	May 2 ZC	May 3 ZC	May 4 ZC	May 5 ZC	May 6 ZC	May 7 ZC	May 8 ZC	May 9 ZC	May 10 ZC	May 11 ZC	May 12 ZC	May 13 ZC	May 14 ZC	May 15 ZC	May 16 ZC	May 17 ZC	May 18 ZC	May 19 ZC	May 20 ZC	May 21 ZC	May 22 ZC	May 23 ZC	May 24 ZC	May 25 ZC	May 26 ZC	May 27 ZC	May 28 ZC	May 29 ZC	May 30 ZC	May 31 ZC	Jun 1 ZC	Jun 2 ZC	Jun 3 ZC	Jun 4 ZC	Jun 5 ZC	Jun 6 ZC	Jun 7 ZC	Jun 8 ZC	Jun 9 ZC	Jun 10 ZC	Jun 11 ZC	Jun 12 ZC	Jun 13 ZC	Jun 14 ZC	Jun 15 ZC	Jun 16 ZC	Jun 17 ZC	Jun 18 ZC	Jun 19 ZC	Jun 20 ZC	Jun 21 ZC	Jun 22 ZC	Jun 23 ZC	Jun 24 ZC	Jun 25 ZC	Jun 26 ZC	Jun 27 ZC	Jun 28 ZC	Jun 29 ZC	Jun 30 ZC	Jul 1 ZC	Jul 2 ZC	Jul 3 ZC	Jul 4 ZC	Jul 5 ZC	Jul 6 ZC	Jul 7 ZC	Jul 8 ZC	Jul 9 ZC	Jul 10 ZC	Jul 11 ZC	Jul 12 ZC	Jul 13 ZC	Jul 14 ZC	Jul 15 ZC	Jul 16 ZC	Jul 17 ZC	Jul 18 ZC	Jul 19 ZC	Jul 20 ZC	Jul 21 ZC	Jul 22 ZC	Jul 23 ZC	Jul 24 ZC	Jul 25 ZC	Jul 26 ZC	Jul 27 ZC	Jul 28 ZC	Jul 29 ZC	Jul 30 ZC	Jul 31 ZC	Aug 1 ZC	Aug 2 ZC	Aug 3 ZC	Aug 4 ZC	Aug 5 ZC	Aug 6 ZC	Aug 7 ZC	Aug 8 ZC	Aug 9 ZC	Aug 10 ZC	Aug 11 ZC	Aug 12 ZC	Aug 13 ZC	Aug 14 ZC	Aug 15 ZC	Aug 16 ZC	Aug 17 ZC	Aug 18 ZC	Aug 19 ZC	Aug 20 ZC
----------	------------	------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

ABCD

Anexo 3

Desaio Padrão - Categoria Indústria

Vencimento	Pagamento													
	Set04-2Q	Out04-1Q	Out04-2Q	Nov04-1Q	Nov04-2Q	Dez04-1Q	Dez04-2Q	Jan05-1Q	Jan05-2Q	Fev05-1Q	Fev05-2Q	Mar05-1Q	Mar05-2Q	Abr05-1Q
Set04-2Q	130.00	100.00	130.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Out04-1Q	95.15	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Out04-2Q	91.15	94.49	97.70	93.70	98.26	97.15	97.84	99.34	99.70	99.84	99.70	99.70	99.70	99.70
Nov04-1Q	55.05	87.75	83.77	65.32	65.94	66.52	66.55	66.68	66.82	67.07	67.09	66.27	67.66	67.66
Nov04-2Q	80.53	85.24	86.81	68.80	68.39	69.65	66.73	69.74	66.75	69.84	69.85	69.41	69.50	69.53
Dez04-1Q	74.74	85.59	82.74	65.52	66.15	66.62	67.27	67.84	67.94	68.38	68.39	68.09	68.48	68.47
Dez04-2Q	81.15	82.69	87.41	68.25	69.47	69.48	69.61	69.73	69.75	69.79	69.79	69.49	69.63	69.64
Jan05-1Q	52.13	89.35	84.42	64.52	67.11	67.16	68.55	68.82	68.88	69.22	69.22	69.25	69.78	69.78
Jan05-2Q	59.44	77.24	84.77	59.55	59.73	59.52	59.55	59.53	59.79	59.73	59.73	59.83	59.83	59.84
Fev05-1Q	81.13	81.76	84.07	68.15	67.35	68.35	68.44	68.63	68.63	68.63	68.63	68.63	68.63	68.63
Fev05-2Q	86.52	81.52	85.86	68.80	68.21	69.44	66.61	69.71	66.73	69.75	69.75	69.85	69.86	69.86
Mar05-1Q	75.10	89.43	84.57	67.49	68.25	68.47	68.55	68.55	68.55	68.55	68.55	68.55	68.55	68.55
Mar05-2Q	81.06	84.22	86.74	67.84	67.12	67.82	67.53	67.53	67.53	67.53	67.53	67.53	67.53	67.53
Abr05-1Q	82.15	87.20	83.21	62.68	65.55	67.23	68.41	68.63	68.79	68.89	68.89	68.68	68.52	68.52
Abr05-2Q	92.59	91.79	97.32	69.20	69.41	69.54	69.52	69.59	69.74	69.74	69.74	69.81	69.81	69.82
Maio05-1Q	54.05	88.30	84.44	67.84	67.83	68.62	68.72	68.73	68.73	68.73	68.73	68.73	68.73	68.73
Maio05-2Q	82.93	80.52	86.40	68.13	68.30	69.12	66.25	69.24	66.28	69.28	69.28	69.28	69.28	69.28
Jun05-1Q	54.30	89.13	85.65	67.84	68.15	68.53	68.75	68.75	68.75	68.75	68.75	68.75	68.75	68.75
Jun05-2Q	81.27	84.16	86.04	67.93	68.55	69.58	69.14	69.22	69.14	69.14	69.14	69.14	69.14	69.14
Jul05-1Q	79.19	88.53	84.71	67.48	68.34	68.65	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82
Jul05-2Q	14.42	92.22	85.05	59.91	59.24	59.49	59.49	59.52	59.52	59.52	59.52	59.52	59.52	59.52
Agos05-1Q	74.44	87.76	84.71	66.82	66.82	67.42	67.42	67.42	67.42	67.42	67.42	67.42	67.42	67.42
Agos05-2Q	81.82	84.55	86.85	68.85	68.85	69.65	66.65	69.65	66.65	69.65	69.65	69.65	69.65	69.65
Set05-1Q	77.20	89.91	84.52	67.52	68.29	69.35	68.52	69.32	69.32	69.32	69.32	69.32	69.32	69.32
Set05-2Q	83.74	81.06	86.70	68.56	68.56	69.41	66.41	69.41	66.41	69.41	69.41	69.41	69.41	69.41
Out05-1Q	56.54	85.53	83.82	66.29	66.29	67.64	68.35	68.36	68.52	68.55	68.57	68.71	68.72	68.72
Out05-2Q	14.30	92.14	86.30	59.22	59.22	59.59	59.54	59.55	59.55	59.55	59.55	59.55	59.55	59.55
Nov05-1Q	84.41	85.24	86.92	67.42	68.45	68.64	68.64	68.64	68.64	68.64	68.64	68.64	68.64	68.64
Nov05-2Q	80.17	81.35	84.83	68.30	68.75	68.75	68.81	68.86	68.71	68.75	68.76	68.62	68.62	68.62
Dez05-1Q	79.80	89.52	82.14	66.37	66.55	66.93	67.49	67.95	68.00	68.10	68.21	68.42	68.42	68.42
Dez05-2Q	72.27	84.10	81.52	68.45	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82	68.82
Jan06-1Q	82.93	81.24	81.68	65.24	67.15	67.79	67.76	68.33	68.33	68.33	68.33	68.33	68.33	68.33
Jan06-2Q	82.42	84.33	86.25	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23	68.23
Fev06-1Q	82.46	85.86	82.45	65.52	66.23	66.49	67.43	67.43	67.43	67.43	67.43	67.43	67.43	67.43
Fev06-2Q	78.77	83.85	86.51	68.78	68.35	69.61	66.65	69.65	66.73	69.73	69.73	69.82	69.82	69.82
Mar06-1Q	52.02	91.74	86.05	67.53	68.19	69.63	68.55	69.52	69.42	69.45	69.46	69.47	69.48	69.47
Mar06-2Q	80.25	85.30	86.72	67.52	68.14	69.44	68.25	69.23	69.23	69.23	69.23	69.23	69.23	69.23
Abr06-1Q	82.57	82.30	83.09	62.55	63.65	64.65	65.65	66.65	67.65	68.65	69.65	70.65	71.65	72.65
Abr06-2Q	82.15	89.51	88.50	67.25	68.55	69.71	67.75	69.79	69.80	69.84	69.84	69.84	69.84	69.84
Maio06-1Q	51.52	81.06	85.74	61.85	61.85	62.65	62.65	63.45	63.45	63.45	63.45	63.45	63.45	63.45
Maio06-2Q	85.16	83.55	83.06	66.34	66.43	66.45	68.35	68.39	68.46	68.51	68.51	68.51	68.51	68.51
Jun06-1Q	52.35	89.55	82.54	66.51	67.55	68.57	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72
Jun06-2Q	84.41	88.46	86.46	67.93	68.55	69.58	69.14	69.22	69.14	69.14	69.14	69.14	69.14	69.14
Jul06-1Q	59.71	88.52	84.57	67.36	68.43	68.63	68.87	68.83	68.85	68.85	68.85	68.85	68.85	68.85
Jul06-2Q	81.84	89.35	86.16	68.50	68.71	69.50	67.14	69.61	69.52	69.55	69.69	69.89	69.90	69.91
Agos06-1Q	51.94	83.90	87.19	66.83	67.24	67.51	68.13	68.05	68.23	68.14	68.42	68.08	68.46	68.46
Agos06-2Q	83.73	83.30	84.55	67.13	67.88	68.88	68.81	69.35	69.43	69.45	69.56	69.70	69.70	69.70
Set06-1Q	50.37	84.34	86.34	67.15	67.90	67.90	68.76	68.76	68.76	68.76	68.76	68.76	68.76	68.76
Set06-2Q	47.29	81.00	84.71	63.75	64.71	64.71	65.54	65.54	65.55	65.56	65.56	65.56	65.56	65.56
Out06-1Q	73.50	84.00	86.17	67.24	67.80	68.11	68.27	68.27	68.27	68.27	68.27	68.27	68.27	68.27
Out06-2Q	57.30	92.45	85.94	66.75	68.36	69.52	68.68	69.61	69.52	69.55	69.57	69.57	69.57	69.57
Nov06-1Q	51.70	86.10	86.44	67.54	68.54	69.54	68.74	69.63	69.54	69.54	69.54	69.54	69.54	69.54
Nov06-2Q	83.76	81.35	87.28	68.82	68.82	69.65	66.65	69.65	66.65	69.65	69.65	69.65	69.65	69.65
Dez06-1Q	79.30	88.14	82.04	65.92	66.41	66.55	66.62	66.75	66.80	66.82	66.84	66.87	66.88	66.88
Dez06-2Q	65.44	79.27	84.73	60.73	60.73	60.73	61.15	61.15	61.15	61.15	61.15	61.15	61.15	61.15
Jan07-1Q	75.30	86.29	84.29	66.34	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30	67.30
Jan07-2Q	41.55	87.04	84.43	66.25	66.51	66.55	66.55	66.56	66.58	66.58	66.58	66.58	66.58	66.58
Fev07-1Q	85.44	85.44	85.44	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41	64.41
Fev07-2Q	41.73	83.16	84.44	64.57	65.14	65.61	66.05	66.62	66.63	66.73	66.73	66.73	66.73	66.73
Mar07-1Q	87.90	81.31	85.51	65.66	66.75	67.12	67.23	67.51	67.57	67.59	67.69	67.69	67.69	67.69
Mar07-2Q	52.77	87.57	84.46	66.15	67.21	67.26	67.64	67.68	67.68	67.68	67.68	67.68	67.68	67.68
Abr07-1Q	57.44	81.33	85.59	64.53	65.68	66.29	66.53	66.57	66.77	66.84	66.84	66.84	66.84	66.84
Abr07-2Q	57.44	81.33	85.59	64.53	65.68	66.29	66.53	66.57	66.77	66.84	66.84	66.84	66.84	66.84
Maio07-1Q	50.34	84.95	85.52	67.11	68.55	69.73	69.42	69.62	69.74	69.80	69.80	69.80	69.80	69.80
Maio07-2Q	64.41	80.39	86.12	63.61	64.84	65.34	65.34	65.34	65.34	65.34	65.34	65.34	65.34	65.34
Jun07-1Q	51.26	89.34	84.29	67.31	68.14	69.59	69.59	69.60	69.60	69.60	69.60	69.60	69.60	69.60
Jun07-2Q	52.35	89.55	82.54	66.51	67.55	68.57	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72	69.72
Jul07-1Q	52.13	89.35	84.42	64.52	67.11	67.16	68.55	68.82	68.88	69.22	69.22	69.25	69.78	69.78
Jul07-2Q	59.44	77.24	84.77	59.55	59.73	59.52	59.55	59.53	59.79	59.73	59.73	59.83	59.83	59.84
Agos07-1Q	67.20	92.59	97.32	69.20	69.41	69.54	69.52	69.59	69.74	69.74	69.74	69.81	69.81	69.82
Agos07-2Q	34.58	45.01	45.16	46.48	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95	46.95
Set07-1Q	87.06	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94	89.94
Set07-2Q	91.40	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30	92.30
Out07-1Q	51.36	87.10	88.76	65.63	66.63	67.65	68.94	67.44	69.14	69.39	69.39	69.43	69.44	69.44
Out07-2Q	57.80	88.50	87.02	62.45	64.41	64.53	64.67	64.88	64.88	64.88	64.88	64.88	64.88	64.88
Nov07-1Q	27.44	84.75	89.70	64.39	64.13	64.63	65.75	65.29	65.29	65.29	65.29	65.29	65.29	65.29
Nov07-2Q	51.15	83.48</												

[illegible]

45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59
54.65'	56.15'	54.53'	54.43'	54.43'	54.30'	54.05'	53.78'	53.22'	52.78'	52.42'	51.94'	51.45'	50.96'	50.46'
12.40°	12.02°	12.02°	11.57°	11.55°	10.99°	11.07°	12.51°	10.58°	9.25°	9.63°	8.35°	8.42°	5.72°	5.27°

[illegible]

75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
1'33"	1'06.33"	1'00.39"	1'46.33"	1'00.39"	1'46.00"	1'06.33"	1'46.00"	1'46.00"	1'46.00"	1'06.33"	1'46.00"	1'00.39"	1'33.00"	1'06.00"
0.00"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.30"	0.00"	0.00"	0.30"	0.30"	0.30"

[illegible]

ABC3

Anexo X
Matriz Traspasar - Categoría: Público

Vencimiento	Pagamento												
	Out04-2Q	Nov04-1Q	Nov04-2Q	Dic04-1Q	Dic04-2Q	Jan05-1Q	Jan05-2Q	Feb05-1Q	Feb05-2Q	Mar05-1Q	Mar05-2Q	Abr05-1Q	Abr05-2Q
Out04-2Q	35.52	44.97	54.25	64.25	74.15	83.23	91.65	99.67	107.67	115.67	124.47	132.47	140.47
Nov04-1Q		27.87	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15	43.15
Nov04-2Q			17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67	17.67
Dic04-1Q				4.25	5.45	5.45	5.45	5.45	5.45	5.45	5.45	5.45	5.45
Dic04-2Q					13.11	13.11	13.11	13.11	13.11	13.11	13.11	13.11	13.11
Jan05-1Q						14.17	14.17	14.17	14.17	14.17	14.17	14.17	14.17
Jan05-2Q							4.85	4.85	4.85	4.85	4.85	4.85	4.85
Feb05-1Q								15.32	15.32	15.32	15.32	15.32	15.32
Feb05-2Q									10.79	10.79	10.79	10.79	10.79
Mar05-1Q										29.87	29.87	29.87	29.87
Mar05-2Q											45.54	45.54	45.54
Abr05-1Q												1.114.67	1.114.67
Abr05-2Q													45.22
May05-1Q													
May05-2Q													
Jun05-1Q													
Jun05-2Q													
Jul05-1Q													
Jul05-2Q													
Ago05-1Q													
Ago05-2Q													
Sep05-1Q													
Sep05-2Q													
Oct05-1Q													
Oct05-2Q													
Nov05-1Q													
Nov05-2Q													
Dic05-1Q													
Dic05-2Q													
Jan06-1Q													
Jan06-2Q													
Feb06-1Q													
Feb06-2Q													
Mar06-1Q													
Mar06-2Q													
Abr06-1Q													
Abr06-2Q													
May06-1Q													
May06-2Q													
Jun06-1Q													
Jun06-2Q													
Jul06-1Q													
Jul06-2Q													
Ago06-1Q													
Ago06-2Q													
Sep06-1Q													
Sep06-2Q													
Oct06-1Q													
Oct06-2Q													
Nov06-1Q													
Nov06-2Q													
Dic06-1Q													
Dic06-2Q													
Jan07-1Q													
Jan07-2Q													
Feb07-1Q													
Feb07-2Q													
Mar07-1Q													
Mar07-2Q													
Abr07-1Q													
Abr07-2Q													
May07-1Q													
May07-2Q													
Jun07-1Q													
Jun07-2Q													
Jul07-1Q													
Jul07-2Q													
Ago07-1Q													
Ago07-2Q													
Sep07-1Q													
Sep07-2Q													
Oct07-1Q													
Oct07-2Q													
Nov07-1Q													
Nov07-2Q													
Dic07-1Q													
Dic07-2Q													
Jan08-1Q													
Jan08-2Q													
Feb08-1Q													
Feb08-2Q													
Mar08-1Q													
Mar08-2Q													
Abr08-1Q													
Abr08-2Q													
May08-1Q													
May08-2Q													
Jun08-1Q													
Jun08-2Q													
Jul08-1Q													
Jul08-2Q													
Ago08-1Q													
Ago08-2Q													
Sep08-1Q													
Sep08-2Q													
Oct08-1Q													
Oct08-2Q													
Nov08-1Q													
Nov08-2Q													
Dic08-1Q													
Dic08-2Q													
Jan09-1Q													
Jan09-2Q													
Feb09-1Q													
Feb09-2Q													
Mar09-1Q													
Mar09-2Q													
Abr09-1Q													
Abr09-2Q													
May09-1Q													
May09-2Q													
Jun09-1Q													
Jun09-2Q													
Otros vencimientos													
Total													

420

ABCD

Anexo XI

Cesvivo Padrão Categoria: Público

Vencimento	Pagamento											
	Dez04-1ºQ	Nov04-1ºQ	Nov04-2ºQ	Dez04-1ºQ	Dez04-2ºQ	Jan05-1ºQ	Jan05-2ºQ	Fev05-1ºQ	Fev05-2ºQ	Mar05-1ºQ	Mar05-2ºQ	Abr05-1ºQ
Nov04-1ºQ	36 32	44 61	54 20	55 26	71 15	71 12	75 66	79 61	79 61	79 61	84 41	84 41
Nov04-2ºQ	37 50	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10	47 10
Dez04-1ºQ	33 43	44 67	48 04	50 26	70 66	71 68	71 66	71 66	73 33	73 33	73 33	87 36
Dez04-2ºQ	4 35	5 46	59 48	59 52	59 42	59 53	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Jan05-1ºQ	1 711	6 297	12 373	29 417	70 477	70 567	71 547	71 547	72 547	72 547	87 177	87 177
Jan05-2ºQ	98 177	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75	16 75
Jan05-3ºQ	14 85	20 11	21 70	20 11	24 50	50 17	51 75	51 75	52 75	54 40	54 40	54 40
Fev05-1ºQ	71 50	79 75	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00	99 00
Fev05-2ºQ	9 17	42 00	71 70	45 67	47 67	47 67	47 67	47 67	47 67	47 67	47 67	47 67
Mar05-1ºQ	60 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81	59 81
Mar05-2ºQ	45 54	74 17	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05	51 05
Abr05-1ºQ	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51	102 51
Abr05-2ºQ	47 22	52 65	57 69	58 52	59 42	59 30	59 34	59 34	59 34	59 34	59 34	59 34
May05-1ºQ	67 51	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
May05-2ºQ	56 40	54 74	57 17	59 44	56 25	56 50	56 25	56 25	56 25	56 25	56 25	56 25
Jun05-1ºQ	94 17	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Jun05-2ºQ	12 27	51 52	51 51	51 25	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17
Jul05-1ºQ	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50	52 50
Jul05-2ºQ	51 59	52 50	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48	54 48
Agos05-1ºQ	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11	20 11
Agos05-2ºQ	47 50	55 68	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67
Sep05-1ºQ	102 50	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Sep05-2ºQ	44 10	50 00	51 97	51 44	51 36	51 47	51 47	51 47	51 47	51 47	51 47	51 47
Out05-1ºQ	48 10	52 51	54 51	54 42	54 42	54 42	54 42	54 42	54 42	54 42	54 42	54 42
Out05-2ºQ	49 56	51 36	53 19	55 46	51 07	51 02	50 31	50 31	50 31	50 31	50 31	50 31
Nov05-1ºQ	67 50	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90	55 90
Nov05-2ºQ	50 11	51 50	53 50	55 44	51 07	51 02	50 31	50 31	50 31	50 31	50 31	50 31
Dez05-1ºQ	51 48	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74	55 74
Dez05-2ºQ	48 11	52 67	51 22	51 20	50 47	50 47	50 47	50 47	50 47	50 47	50 47	50 47
Jan06-1ºQ	1 711	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41	5 41
Jan06-2ºQ	34 35	50 21	52 73	50 75	52 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75
Fev06-1ºQ	41 20	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80	51 80
Fev06-2ºQ	41 50	44 41	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17	47 17
Mar06-1ºQ	60 10	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65	59 65
Mar06-2ºQ	50 50	54 17	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67	57 67
Abr06-1ºQ	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40	51 40
Abr06-2ºQ	49 75	51 27	51 68	50 46	50 67	50 66	50 77	50 67	50 67	50 67	50 67	50 67
May06-1ºQ	58 85	51 21	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76	54 76
May06-2ºQ	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65	57 65
Jun06-1ºQ	67 50	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79
Jun06-2ºQ	65 50	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79	71 79
Jul06-1ºQ	67 25	55 80	57 61	55 48	56 30	56 30	56 40	56 40	56 40	56 40	56 40	56 40
Jul06-2ºQ	59 50	59 50	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Agos06-1ºQ	48 85	50 51	52 13	52 40	52 40	52 40	52 40	52 40	52 40	52 40	52 40	52 40
Agos06-2ºQ	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51	47 51
Sep06-1ºQ	60 10	51 10	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67	51 67
Sep06-2ºQ	41 50	45 57	47 24	47 54	47 53	47 53	47 53	47 53	47 53	47 53	47 53	47 53
Out06-1ºQ	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30	71 30
Out06-2ºQ	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42
Nov06-1ºQ	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42
Nov06-2ºQ	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42	74 42
Dez06-1ºQ	60 50	74 84	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54	71 54
Dez06-2ºQ	45 10	47 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10
Jan07-1ºQ	74 80	58 43	50 77	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78
Jan07-2ºQ	44 55	50 21	54 81	55 17	55 16	55 16	55 16	55 16	55 16	55 16	55 16	55 16
Fev07-1ºQ	74 80	51 14	50 77	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78
Mar07-1ºQ	71 30	74 80	71 88	71 66	71 85	71 85	71 85	71 85	71 85	71 85	71 85	71 85
Mar07-2ºQ	60 34	50 49	50 77	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78
Abr07-1ºQ	20 50	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10	52 10
Abr07-2ºQ	84 36	51 62	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42	51 42
May07-1ºQ	60 10	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77	50 77
May07-2ºQ	79 51	51 42	51 16	51 03	50 27	50 42	50 42	50 42	50 42	50 42	50 42	50 42
Jun07-1ºQ	27 84	50 68	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44	57 44
Jun07-2ºQ	88 15	50 63	50 22	50 06	50 05	50 05	50 05	50 05	50 05	50 05	50 05	50 05
Jul07-1ºQ	1 711	50 25	50 25	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Jul07-2ºQ	51 50	51 40	50 77	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78
Agos07-1ºQ	51 51	51 27	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Agos07-2ºQ	71 30	51 27	52 34	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17	51 17
Sep07-1ºQ	91 21	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Sep07-2ºQ	64 60	50 75	50 60	50 56	50 52	50 52	50 54	50 54	50 54	50 54	50 54	50 54
Out07-1ºQ	70 47	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75
Out07-2ºQ	70 37	55 68	54 67	54 30	54 30	54 30	54 30	54 30	54 30	54 30	54 30	54 30
Nov07-1ºQ	72 12	50 82	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45	50 45
Nov07-2ºQ	75 71	51 17	51 63	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10
Dez07-1ºQ	81 85	51 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44
Dez07-2ºQ	61 38	50 75	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60	50 60
Jan08-1ºQ	2 29	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75
Jan08-2ºQ	85 74	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75	50 75
Fev08-1ºQ	84 47	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86	50 86
Fev08-2ºQ	92 21	51 17	50 49	50 57	50 57	50 57	50 57	50 57	50 57	50 57	50 57	50 57
Mar08-1ºQ	12 10	51 16	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44	50 44
Mar08-2ºQ	61 38	50 82	50 23	50 31	50 27	50 27	50 27	50 27	50 27	50 27	50 27	50 27
Abr08-1ºQ	71 50	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20	50 20
Abr08-2ºQ	94 81	50 80	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10	50 10
May08-1ºQ	74 42	50 25	50 25	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
May08-2ºQ	74 80	51 16	50 77	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78	50 78
Jun08-1ºQ	41 11	51 06	50 06	50 06	50 06							

30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44
90 51	99 11	95 70	95 80	95 70	97 06	97 24	97 16	97 35	97 47	97 46	10 01	94 07	10 21	9 58
11 35	11 42	10 44	10 43	11 56	10 22	11 47	10 42	11 08	11 31	9 59	9 43	9 43	9 44	9 44

60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74
59.72	59.71	59.71	59.72	59.94	59.95	59.95	59.91	59.95	59.95	59.96	59.97	59.95	59.91	59.96
1.55	1.56	1.58	1.59	1.61	1.64	1.64	1.65	1.67	1.68	1.69	1.70	1.70	1.69	1.67

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

Demonstrações Financeiras da Cedente Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008,
2007 e 2006, com os Respectivos Pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

MATRIZ
RIO DE JANEIRO – RJ – AVENIDA
RIO BRANCO, 147
8º ANDAR – CEP 20040-006
TELEFONES: (21) 2509-8658
FAX: (21) 2242.7212
secretaria@loudon.com.br

FILIAL
SÃO PAULO – SP – RUA SENADOR PAULO
EGÍDIO, 72
CONJUNTO 1311 – CEP 01006-000
TELEFONE: (11) 3104-8303
FAX: (11) 3104-3420
loudonsp@loudon.com.br

ESCRITÓRIOS
BRASÍLIA – DF – EDIFÍCIO CARIOCA
SCS – QUADRA 6 – BLOCO A –
SALA 402 – CEP 70718-900
TELEFONE: (61) 3963.0705
projetos@loudon.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB**
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB** levantados em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. A Companhia constituiu consórcio com a Saneamento de Goiás S. A – SANEAGO para o fornecimento de água e tratamento de esgoto no Município de Águas Lindas - GO, no entorno do Distrito Federal. Durante o decorrer deste ano o Consórcio apresentou balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o balancete para o semestre findo em 30 de junho de 2008, cujos efeitos foram proporcionalmente incorporados pela CAESB. Entretanto, esses demonstrativos financeiros ainda não foram submetidos ao exame por auditores independentes.

4. A **CAESB**, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 18, figura ré em diversas ações judiciais, cujo montante demandado ainda não foi totalmente mensurado pela Procuradoria Jurídica. A provisão constituída para fazer face aos processos trabalhistas foi constituída com base nos valores e riscos informados pela Procuradoria, e para as demais ações, apenas com base nos depósitos judiciais efetuados.
5. Em nossa opinião, sujeita aos efeitos que os comentários contidos nos itens 3 e 4 acima, possam ter sobre as demonstrações contábeis referidas no item 1, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – **CAESB**, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
7. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

8. A administração está analisando o Termo de Referência elaborado pela Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, para abertura de processo de licitação e contratação de empresa especializada em avaliações de ativos. Essa avaliação visa subsidiar o processo de primeira revisão tarifária da CAESB e poderá ser usado como parâmetro de avaliação do ativo e constatação da necessidade de constituição de provisão para perdas de valor de capital e dessa forma atender às exigências da Lei nº 11.638. A administração acredita que não serão constatados valores significativos para o registro de perdas de valor do capital aplicado e, que tampouco, haja a necessidade de ajustes nos critérios utilizados para a determinação da vida útil e econômica estimada e para cálculo da depreciação.

Loudon Blomquist
Audidores Independentes
CRC-RJ-0064

Edio Paulo Brevillieri
Contador
CRC-DF-17619-T-RJ



Brasília (DF),

11 de fevereiro de 2009.

3º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA S.C.S. DO B - BL 860 - LJ 140 D BRASÍLIA-DF - FONE: 3321-2212
RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) Assinatura(s) de: IAA70Pst21-EDIO PAULO BREVILLIERI.....
Em Testemunho da verdade. Brasília, 04 de Junho de 2009
002 - CARLOS MARINO DE ALVARENGA ESCREVENTE AUTORIZADO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL			
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS			
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 e 2007			
(EM REAIS)			
CNPJ - 00.082.024/0001-37			
	31.12.2008	31.12.2007	
ATIVO			
CIRCULANTE	179.723.744,12	184.083.923,37	
DISPONIVEL	22.349.678,40	27.833.927,29	
Caixa	833,26	969,34	
Depósitos Bancários	18.954.905,18	21.857.880,99	
Aplicação Financeira	3.393.909,96	5.775.076,96	
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	102.382.060,82	100.149.842,01	
Contas a Receber de Clientes	154.749.155,30	150.254.508,43	
(-) Perdas no Recob. Créditos	(80.529.063,31)	(51.420.685,17)	
Contas a Receber Consórcio CAESB/SANEAGO	12.247.535,63	1.438.330,55	
(-) Atrec. a Discriminar Consórcio CAESB/SANEAGO	(4.085.576,80)	(122.312,80)	
ESTOQUE	30.622.052,75	29.766.346,08	
Material de Operação e Manutenção	29.358.818,32	25.905.356,92	
Material de Obra	1.263.185,39	3.880.989,16	
Material de Operação - Consórcio CAESB/SANEAGO	3.008,04	-	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	16.853.928,51	13.817.075,77	
Antecipações Tributárias	115.274,88	116.838,76	
Depósitos em Garantia	8.466.538,09	6.868.005,97	
Créditos por Convênio	721.554,67	910.844,21	
Antecipações a Empregados	6.246.013,60	5.404.373,09	
Créditos Diversos	1.274.547,27	517.413,74	
ATIVO FISCAL DIFERIDO	7.432.599,61	-	
IRPJ e CSLL	7.432.599,61	-	

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEQUENTES		83.434,03	12.716.732,22
Despesas Antecipadas			59.736,08
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB		83.434,03	2.534.496,24
Programa de Demissão Voluntária - PDV		-	10.122.499,90
NÃO CIRCULANTE		1.463.732.547,45	1.418.296.622,72
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		49.031.493,19	132.338.896,49
DESPESAS ANTECIPADAS		-	132.338.896,49
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB		-	111.943.229,51
Programa de Demissão Voluntária - PDV		-	20.395.666,98
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		600.000,00	-
CAESBPAR - CAESB Participações S/A		600.000,00	-
ATIVO FISCAL DIFERIDO		48.431.493,19	-
Ativo Fiscal Diferido		48.431.493,19	-
INVESTIMENTOS		30.395.747,13	30.395.747,13
Participações Societárias		30.015.747,13	30.015.747,13
Participações em Subsidiárias - CAESBPAR		310.000,00	310.000,00
Participações em Atividades Auditoriais		70.000,00	70.000,00
IMOBILIZADO		1.372.969.816,62	1.338.681.405,93
IMOBILIZADO TÉCNICO		1.054.859.885,53	952.897.099,11
Sistema de Abastecimento de Água		755.085.128,01	864.627.627,83
Sistema de Esgotamento Sanitário		830.860.512,94	782.267.934,93
Bens de Uso Geral		112.464.976,91	109.608.706,75
Consórcio CAESB/SANEAGO		-	1.500.000,00
(-) Depreciação Acumulada		(643.550.732,32)	(605.107.170,40)
OBRAS EM ANDAMENTO		318.109.931,09	285.784.306,82
Sistema de Abastecimento de Água		206.105.005,84	193.724.380,97
Sistema de Esgotamento Sanitário		105.858.986,40	85.035.264,95
Bens de Uso Geral		833.804,88	315.713,07
Outros Custos em andamento		5.312.133,97	6.708.947,92
DIFERIDO		11.335.490,51	16.880.573,17
Despesas a Amortizar		16.670.083,33	20.131.904,77
(-) Amortização Acumulada		(5.334.592,82)	(3.251.331,60)
TOTAL DO ATIVO		1.843.456.291,57	1.602.380.546,09

PASSIVO		
CIRCULANTE		
	31.12.2008	31.12.2007
Empreiteiros	291.853.959,05	308.834.714,90
Fornecedores	34.237.796,40	26.882.920,03
Cauções e Retenções Contratuais	8.861.324,66	10.215.484,24
Consórcio CAESB/SANEAGO	1.418.396,10	1.595.963,26
Impostos e Contribuições a Recolher	2.412.907,16	26.134.167,44
Consignações a Recolher	29.659.640,09	9.325.879,18
Credores por Serviços	2.638.499,30	53.395.811,98
Ordenados e Salários a Pagar	60.758.542,97	6.578.532,28
Provisões para Férias e Licença-Prêmio	6.561.719,76	36.766.742,96
Parcelas Vincendas de Amortizações de Financiamentos	40.864.689,66	110.447.168,58
Obrigações Diversas	76.877.240,22	34.020,26
Obrigações com Clientes	2.771,87	12.076.094,45
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB	11.861.011,86	3.480.330,28
Programa de Demissão Voluntária - PDV	3.246.839,19	10.122.489,90
Recursos de Convênio	11.350.047,80	
	1.112.562,11	
NÃO CIRCULANTE	617.547.373,71	545.013.046,73
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	53.826.587,21	38.339.517,42
- Provisão Para Contingências Judiciais	19.177.068,89	10.336.686,52
Provisão Para Contingências Fiscais	34.649.518,32	28.002.830,90
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	414.074.456,90	359.866.242,86
Caixa Econômica Federal - CEF	201.215.204,12	206.798.527,64
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	132.795.080,71	86.355.012,80
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	32.332.930,41	28.512.908,28
Banco do Brasil S/A	33.626.184,05	25.607.637,04
União de Bancos Brasileiros - Unibanco		1.666.666,63
Banco Yotorantim S/A	11.000.000,00	3.871.934,91
Banco Industrial e Comercial - BIC	-	3.055.555,50
Banco Safisa SA	-	4.000.000,06
BIRD/ADASA	3.105.077,61	
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	149.646.329,60	146.807.285,45
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB	132.897.868,57	126.411.618,47
Programa de Demissão Voluntária - PDV	16.748.460,03	20.395.666,98

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 e 2007
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37

	31.12.2008	31.12.2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	810.635.891,28	752.333.482,02
Do Abastecimento de Água	453.451.479,65	420.250.387,14
Do Esgotamento Sanitário	343.519.139,58	321.618.244,70
Recuperação de Receitas de Dificil Recebimento	7.627.993,73	9.016.519,03
Do Consórcio CAESB/SANEAGO	6.037.276,32	1.438.330,55
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(73.229.457,80)	(67.468.942,01)
COFINS	(59.325.618,26)	(55.195.792,09)
PASEP	(12.988.456,80)	(11.983.511,89)
ISS - Imposto Sobre Serviços	(415.382,94)	(288.648,03)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	737.406.433,48	684.864.540,01
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(360.973.271,64)	(321.380.967,96)
Custos Técnicos	(22.622.687,20)	(11.730.071,76)
Custos de Produção	(317.862.566,19)	(291.472.351,86)
Custos com Concessões	(20.488.015,45)	(18.176.544,32)
LUCRO BRUTO	376.433.161,84	363.483.572,05
DESPESAS OPERACIONAIS	(259.775.102,78)	(250.271.351,57)
Despesas Comerciais	(49.151.362,80)	(67.079.621,08)
Despesas Administrativas	(117.964.636,95)	(102.763.404,09)
Perdas no Recobrimento de Créditos	(17.257.829,74)	(14.232.920,15)
Despesas Fiscais e Tributárias	(4.590.971,81)	(8.768.507,79)
Despesas Financeiras	(51.164.023,80)	(43.778.197,48)
Outras Despesas Operacionais	(19.656.577,68)	(13.648.700,97)
LUCRO OPERACIONAL	116.658.059,06	113.212.220,48
Outras Receitas	15.262.391,95	1.842.463,66
Outras Despesas	(19.183.113,78)	(20.166.026,90)

Handwritten signatures and initials:

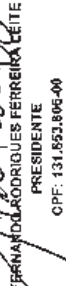
Alh B (large signature)

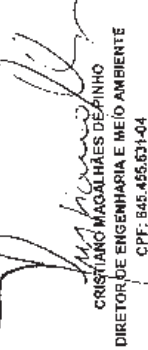
2 (handwritten number)

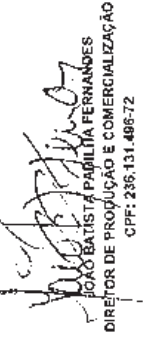
Handwritten initials/signature (top right)

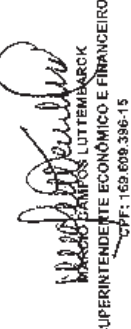
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS		
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 e 2007		
(EM REAIS)		
	31.12.2008	31.12.2007
LUCRO DO EXERC. ANTES DOS TRIB. FEDERAIS E PARTICIPAÇÕES	112.737.337,03	94.888.657,28
Participações de Empregados nos Resultados	(11.452.547,57)	(11.001.646,06)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	101.284.789,46	83.887.011,20
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(10.452.451,79)	(7.856.137,41)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	90.832.337,67	76.030.873,79
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(28.029.125,92)	(20.789.356,17)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.803.211,85	55.241.517,62



 DIVINO ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 609.773.571-04


 FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.896-00


 CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
 CPF: 845.455.631-04


 JOÃO BATISTA PADUA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 235.131.496-72


 MARCELO CAMPOS LUTTENBERG
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 159.609.396-15


 JOSÉ LE MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRCIDF12.568 CPF: 866.705.206-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 e 2007
{ EM REAIS }
CNPJ - 00.082.024/0001-37

	31.12.2008	31.12.2007
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações	111.090.666,40	96.379.425,30
Lucro Líquido do Exercício	62.803.211,85	55.241.517,82
Depreciação e Amortização do Exercício	46.949.052,32	40.180.587,71
Receitas do Ativo Não Circulante	745.926,69	558.568,23
Variação Monetária da Provisão para Contingência Judicial	592.495,64	398.753,74
Das Ações	994.700,56	217.875,74
Subvenções para Investimentos	-	217.875,74
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	994.700,56	-
De Terceiros	89.302.352,55	91.856.838,57
Liberações de Financiamentos Internos Obtidos	59.265.898,61	57.343.366,77
Provisão para Contingências Judiciais	9.447.490,26	9.589.005,05
Doadores para Investimentos	-	2.051.201,21
Provisão Contingências Fiscais	17.750.219,53	-
FUNDAÇÃO - Fundação de Previdência da CAESB	6.486.281,10	2.477.598,56
Programa de Demissão Voluntária - PDV	(3.647.236,95)	20.395.666,98
TOTAL DAS ORIGENS	201.387.739,51	188.453.939,61

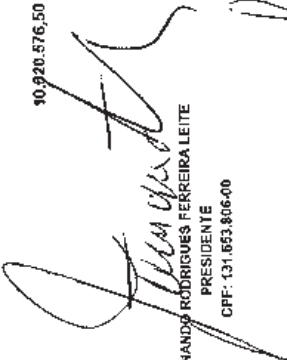
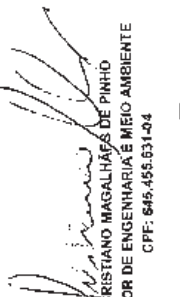
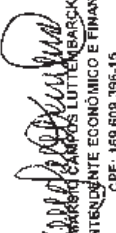

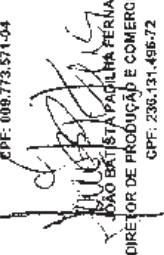

[Handwritten signatures and initials]

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(EM REAIS)

	31.12.2008	31.12.2007
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições no Ativo Não Circulante	126.613.160,85	155.720.574,32
Sistema de Abastecimento de Água	104.506.130,36	78.234.867,74
Sistema de Esgotamento Sanitário	68.256.557,17	51.833.534,34
Bens de Uso Geral	2.543.322,07	3.177.422,61
Consórcio CAESB/SANEAGO	(1.500.000,00)	310.000,00
Investimento - CAESBPAR	1.832.297,34	6.644.469,93
Ativo Diferido	(48.825.126,09)	15.520.279,70
Variação Monetária de Financiamentos Longo Prazo	(83.307.403,30)	18.058.680,63
Variações do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo		
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB	(111.943.229,51)	(2.336.986,35)
Programa de Demissão Voluntária - PDV	(20.395.666,98)	20.395.666,98
CAESBPAR - CAESB Participações S/A	600.000,00	-
Ativo Fiscal Diferido	48.431.493,19	-
Variações do Passivo Não Circulante	67.185.646,30	92.101.237,86
Transf. de Amortiz. Vincendas de Financ. de Longo para o Curto Prazo	54.882.510,66	72.705.126,56
Amortizações Financeiras BID e BNDES	-	11.580.855,74
Baixa da Provisão para Contingências Judiciais	1.199.603,63	4.702.193,51
Baixa de Contingências Fiscais	11.103.532,11	3.133.062,05
Ajuste de Exercícios Anteriores	80.275.739,16	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	190.767.163,01	286.880.492,81
Aumento no Capital Circulante Líquido	10.820.576,50	(77.426.553,20)




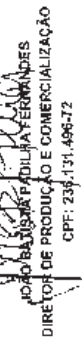




DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		31.12.2008	31.12.2007
ATIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício			16.408.350,57
No Final do Exercício	(4.360.179,25)	184.083.923,37	187.675.572,80
		179.723.744,12	184.083.923,37
PASSIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício	14.980.755,75		(93.834.903,77)
No Final do Exercício	308.834.714,80		212.999.811,03
	291.853.959,05		308.834.714,80
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		10.920.576,50	(77.426.553,20)
<div> <div>  FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE PRESIDENTE CPF: 131.853.806-00 </div> <div>  CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE CPF: 945.455.531-04 </div> <div>  MARCOS CAMPOS LÜTKENBARCK SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO CPF: 169.608.396-15 </div> <div>  DIVINO ALVES DOS SANTOS DIRETOR DE GESTÃO CPF: 009.773.571-04 </div> <div>  JOÃO BATISTA PAQUETA FERNANDES DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CPF: 236.131.498-72 </div> <div>  OSVALLE MENDES FERREIRA GERENTE DA CONTABILIDADE CONTADOR CRC/DF12.568 CPF: 868.709.205-72 </div> </div>			


COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007		
	31.12.2008	31.12.2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	62.803.211,85	55.241.517,62
Ajuste de Exercícios Anteriores	(30.275.739,16)	-
Depreciações e Amortizações	46.949.052,32	40.180.587,71
Custo das Baixas do Ativo Não Circulante	745.926,58	558.566,23
Variações Monetárias e Cambiais sobre Financiamentos	49.839.623,24	(15.507.640,62)
Variações nas contas do Ativo	82.383.333,66	(29.926.009,81)
Contas a Receber de Clientes	(2.232.208,81)	268.440,77
Impostos e Contribuições a Recuperar	583,88	90.484,82
Depósitos Judiciais	(1.627.932,12)	3.701.677,04
Estoques	(855.706,67)	(5.198.436,50)
Despesas de Exercícios Seguintes	144.972.194,68	(28.078.931,12)
Ativo Fiscal Diferido	(85.884.092,80)	-
CAESBPAR - CAESB Participações S/A	(600.000,00)	-
Outros Créditos	(1.409.484,90)	(707.244,82)
Variações nas contas do Passivo	36.815.286,51	48.893.579,45
Fornecedores	13.594.347,80	3.915.228,96
Impostos e Contribuições a Recolher	(3.281.907,21)	7.413.351,37
Salários e Encargos a Pagar	(16.812,52)	(1.755.064,13)
Contingências Judiciais e Fiscais	15.487.069,79	2.182.603,23
Outras Contas a Pagar	3.316.623,68	(194.669,06)
Obrigações com Clientes	(195.082,59)	801.850,01
Provisões de Férias, Licença-Prêmio e 13º Salário	4.067.946,60	2.692.719,41
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB	6.272.790,01	3.349.384,77
Programa de Demissão Voluntária - PDV	(2.379.699,05)	30.518.166,88
Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades Operacionais	199.360.701,01	99.440.600,58

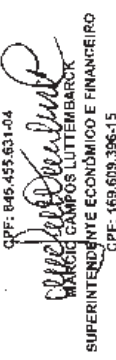
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação no Ativo Não Circulante	(176.438.306,94)	(140.200.294,62)
Investimento - CAESBPAR		(310.000,00)
Sistema de Abastecimento de Água	(104.506.130,36)	(78.234.867,74)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(59.256.557,17)	(51.833.534,34)
Bens de Uso Geral	(2.543.322,07)	(3.177.422,61)
Consórcio CAESBISANEAGO	1.500.000,00	-
Ativo Diferido	(1.632.297,34)	(6.644.409,93)
Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades de Investimento	(176.438.306,94)	(140.200.294,62)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos	(28.206.642,96)	45.300.715,43
Liberações de Recursos	77.269.098,61	99.985.343,49
Amortizações	(108.470.442,13)	(56.963.505,01)
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	994.700,56	2.268.876,95
Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades de Financiamentos	(28.206.642,96)	45.300.715,43
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	27.633.937,29	23.092.906,90
No Final do Exercício	22.466.678,40	27.633.927,29

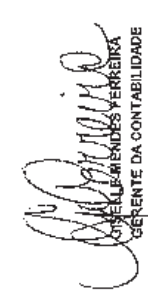

DIVINO ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 609.773.571/04


JOÃO BATISTA P. DILLIA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.496-72






FERNANDO RODRIGUES FERREIRALEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.806-00


CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
 CPF: 846.455.631-04


MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 169.609.396-15

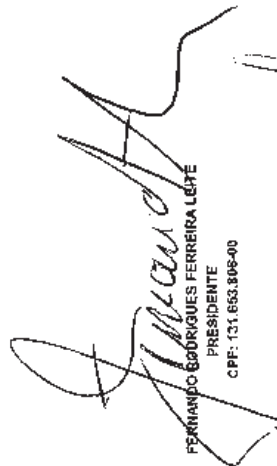

OSVALDO MENDES VERREISA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF 12.568 CPF: 968.709.206-72

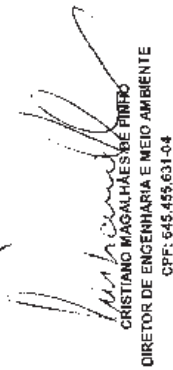
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007		
(EM REAIS)		
DESCRIÇÃO	31.12.2008	31.12.2007
1 - RECEITAS	784.992.337,37	718.640.265,79
1.1 - Receitas Operacionais	806.170.888,94	751.196.749,16
1.2 - Perda no Recebimento de Créditos - Constituição/Reversão	(17.257.829,74)	(14.232.920,15)
1.3 - Resultado não operacional	(3.920.721,83)	(18.323.563,22)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	216.474.617,90	222.144.733,75
2.1 - Produtos Químicos Consumidos	17.277.678,03	16.072.027,36
2.2 - Materiais	12.619.331,41	14.478.691,81
2.3 - Energia Elétrica	45.034.554,99	43.369.618,59
2.4 - Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	140.543.053,47	148.226.395,99
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	568.517.719,47	496.495.532,04
4 - RETENÇÕES	46.849.052,32	40.180.587,71
4.1 - Depreciação e Amortização	46.849.052,32	40.180.587,71
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	522.598.667,15	456.314.944,33
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.465.002,34	1.136.732,86
6.1 - Receitas Financeiras	4.465.002,34	1.136.732,86
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	527.063.669,49	457.451.677,19

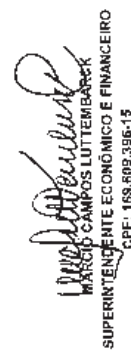





8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

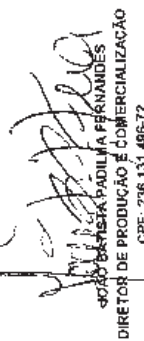
8.1 - Pessoal	527.033.669,49	457.451.677,19
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	263.134.945,59	225.225.808,73
8.3 - Aluguéis	116.291.707,22	104.882.943,32
8.4 - Juros e Variações Monetárias	13.983.203,35	14.674.509,01
8.5 - Lucros Retidos	70.820.601,48	57.426.898,45
	62.803.211,85	55.241.517,62

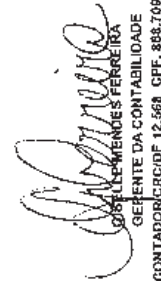

 FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.805-00


 CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
 CPF: 645.455.631-04


 MARCO CAMPOS LÜTTEMBACH
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 169.869.396-15


 DUNGA ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 009.773.571-04


 JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.486-72


 OSVALDO MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CERC/DF 12.568 CPF: 383.709.205-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007							
(EM REAIS)							
CNPJ - 00.082.024/0001-37							
	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVA DE LUCROS	ADIAN. PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA OBRAS	LEGAL				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	638.326.147,70	12.376.882,27	4.904.767,17	-	-	37.414.593,85	693.022.390,99
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Realização de Reserva Legal		217.675,74	1.870.729,69			(1.870.729,69)	217.675,74
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		2.051.201,21					2.051.201,21
Doações para Investimentos						55.241.517,62	55.241.517,62
Lucro Líquido do Exercício							
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	638.326.147,70	14.645.759,22	6.775.496,86	-	-	90.785.381,78	750.532.765,56
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Ajuste de Exercícios Anteriores							
Aumento de Capital ACO. de 24/04/2008	88.023.305,90					(80.275.739,04)	(80.275.739,04)
Reversão de Reserva Legal						(98.023.305,90)	
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		(14.645.759,22)	(6.775.496,86)			6.775.496,86	
Adiantamento p/ Futuro Aum. Capital					994.700,56		(14.645.759,22)
Doações para Investimentos	14.645.759,10						994.700,56
Lucro Líquido do Exercício						62.803.211,85	14.645.759,10
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	740.995.212,70	-	-	-	994.700,56	62.803.211,85	82.803.211,85
						(7.934.954,45)	734.054.958,81

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.800-00

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 845.455.831-04

MARCO CAMPOS LUTTENBERCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 168.608.398-15

JOÃO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 003.799.571-04

JOÃO BATISTA PADILHA FERRANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.406-72

LUIS ELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE

CONTADOR CRC/DF 12.968 CPF: 868.709.206-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, criada pelo Decreto-lei nº 524, de 08/04/1969, com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESP, teve sua denominação social alterada pela Lei nº 2.415 de 06.07.1993, para Companhia de Saneamento do Distrito Federal e sua denominação social atual instituída pela Lei nº 3.559, de 19.01.2005, e uma empresa pública de direito privado, organizada sob a forma de Sociedade por Ações.

A CAESB tem por objetivo desenvolver atividades nos diferentes campos do saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, em todo Território Nacional, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, operando, administrando e mantendo os sistemas de captação e abastecimento de água, e a coleta, tratamento, industrialização, comercialização e disposição final dos esgotos sanitários.

A Companhia compete zelar pela conservação, proteção e preservação das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de uso público.

Cumprir à CAESB controlar a poluição das águas utilizadas ou reservadas para fins de uso público, inclusive, além dos seus limites de concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal.

A CAESB está autorizada a participar do empreendimento de múltiplas finalidades, visando ao progresso socio-econômico das áreas de sua atuação, podendo constituir e/ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da lei e de seu estatuto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2007, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até 31/12/2007 e, conforme permitido pelo pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.639/2007 e da MP 449/2008 não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre exercícios. As Demonstrações Contábeis para o exercício de 2008, estão sendo apresentadas pela primeira vez, em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, modificada pela Lei 11.638/2007 e MP 449/2008.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RECEITAS E DESPESAS

Estão contabilizadas pelo regime de competência dos exercícios.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Mantidas em garantia dos contratos de financiamento, são demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pro-rata-die e apropriadas mensalmente.

c) DEPOSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são atualizados trimestralmente pelo índice de caderneta de poupança.

d) ESTOQUE

Os estoques de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas são avaliados pelo custo médio de aquisição.

e) INVESTIMENTOS

a.1 - CORUMBÁ CONCESSÕES S/A - A Companhia, conforme legislação específica (Lei 3.588 de 22 de abril de 2005), foi autorizada a participar do capital social da Corumbá Concessões S/A, no montante de R\$ 30.000.000, sendo detentora de 7,99% de seu capital social.

a.2 - CAESB PARTICIPAÇÕES S/A - A CAESBPAR é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei Distrital 3.780, em 02 de fevereiro de 2006, a subsidiária integral da CAESB, cujo capital social é de R\$ 310.000. A CAESBPAR, por estar em fase pré-operacional, recebeu no exercício de 2008 o montante de R\$ 600.000, para manutenção de suas atividades.

Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição.

- g) IMOBILIZADO**
Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e computada no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas em nota 7.
- g) ATIVO DIFERIDO**
As despesas da organização e reorganização, de desenvolvimento operacional e de proteção de mananciais e bacias hidrográficas estão classificadas no ativo diferido, deduzidos das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear, à taxa de 20% a.a. e reconhecidas no resultado do exercício. Em estirão observância ao artigo 206 da MP 449/2008, o saldo remanescente deste grupo será mantido até a sua completa amortização.
- h) CAUÇÕES E RETENÇÕES CONTRATUAIS**
As cauções e retenções destinadas à garantia de contratos de obras, serviços, fornecimentos de materiais e equipamentos são atualizadas trimestralmente através da média da variação do INPC /ISP-DI.
- i) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS**
Foram atualizados até 31.12.2008, com base nos encargos estabelecidos em cláusulas contratuais.
- j) PROVISÃO PARA LICENÇA-PRÊMIO E FERIAS**
A provisão para férias é constituída para os períodos aquisitivos completos e proporcionais, acrescida dos encargos sociais, até a data do balanço. A partir do exercício de 2011, com base no Acordo Coletivo vigente de 01.05.2006 a 30.04.2008, está mantida a extinção do direito a licença-prêmio. O saldo dos dias de licença-prêmio em decorrência de acordos anteriores será usufruído até 30.04.2010.
- k) ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL**
Os adiantamentos recebidos dos acionistas são registrados diretamente em Adiantamento para futuro aumento de capital - Patrimônio líquido.

4 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
As Administração da Companhia, considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras estejam em consonância com as práticas internacionais determinou a realização dos ajustes abaixo mencionados em atendimento à Lei 11.638/2007.

a) FUNDIÁGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CAESB

A Dívida reconhecida com a Fundiágua, referente ao custo com o serviço passado dos participantes fundadores do plano 1, estava sendo apropriada ao resultado pelo prazo da dívida.

b) PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV

As despesas correspondentes ao Programa de Demissão Voluntária, estavam sendo apropriadas no resultado proporcionalmente aos pagamentos realizados.

c) ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Efeito Fiscal sobre a Dívida do ISS - imposto sobre Serviços, junto à Secretaria de Fazenda, apurada para o período de julho/1999 a dezembro/2002, tratada como Ajuste de Exercícios Anteriores em 2003.

d) CONSORCIO CAESB/SANEAGO

Apropriação do resultado do Consórcio Águas Unidas, referente ao encontro de contas com base nos balanços apresentados até junho/2008.

O montante registrado como Despesas Antecipadas, referente ao PDV, foi integralmente movido à conta de Resultado, líquido dos efeitos fiscais.

SALDO FINAL

DESPESAS ANTECIPADAS	ATIVO FISCAL DIFERIDO	AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES
112.375.967	38.045.170	74.330.797
30.681.177	9.557.082	21.114.095
	8.251.841	8.251.841
		5.917.313
-143.057.144		
0	55.884.093	80.275.738

[Handwritten signatures and initials]

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CREDITOS A RECEBER

	Em Real			
	2008		2007	
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
a - Vendas de 01 a 40 dias	13.314.544	4.579.594	1.095.270	473.523
b - Vendas de 41 a 60 dias	1.393.931	581.434	92.571	3.036
c - Vendas de 61 a 90 dias	1.032.878	629.476	393.778	30.584
d - Vendas de 91 a 120 dias	1.009.984	444.495	604.374	30.894
e - Vendas com mais de 120 dias	1.599.185	5.764.372	3.313.170	12.075.829
Soma	19.552.322	11.998.371	5.489.289	13.214.466
f - A Vencer	28.242.029	7.968.759	368.320	410.840
g - Parcelamento	5.943.284	868.551	122.048	3.248
CAESB	53.737.615	20.883.681	5.990.244	13.828.552
Consórcio ÁGUAS LINDAS	8.181.959	-	-	-
TOTAL	61.898.574	20.883.691	5.990.244	13.828.552
				8.181.956
				102.382.061
				100.149.842

h - A Companhia reconheceu como despesas neste exercício o montante de R\$ 17.257.830 a título de perdas no recebimento de créditos, em decorrência, principalmente, de valores acima de R\$ 30.000, os quais estão em cobrança judicial. E recuperou o montante de R\$ 7.627.994, conforme artigos nºs 340 e 341 do Decreto 3000/99.

i - Do montante de R\$ 19,2 milhões, referentes a dívida de órgãos públicos, R\$ 12,7 milhões a prazo histórico, e de responsabilidade do Governo do Distrito Federal através de seus órgãos.

j - A CAESB arrecadou no exercício de 2008 o montante de R\$ 799.694.749, deste valor R\$ 586.706 refere-se a faturamentos de exercícios anteriores.

6 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, faz-se necessário que despesas anteriormente contabilizadas no ativo curto e longo prazo, como "Despesas Antecipadas" fossem baixadas contra o Resultado Acumulado - Ajustes de Exercícios Anteriores, líquidas dos efeitos fiscais futuros. Dessa forma, estas despesas passaram a ser controladas, única e exclusivamente, na parte B do LALUR, para a sua recuperação fiscal na apuração do Lucro real em exercícios futuros. Do mesmo modo, tratamento igual foi dado ao Prejuízo Fiscal (Dívida do IFS) existente e em controle no Livro Fiscal.

O Ativo Fiscal Diferido foi apurado no pressuposto de existência de lucro tributável suficiente para a sua compensação futura, uma vez que a Companhia vem apresentando situação de lucro consecutivo, nos últimos 10 anos. A base de cálculo desse Ativo Fiscal Diferido, são passivos, cuja liquidação de seus valores produzirão alterações nas futuras apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, através de sua dedutibilidade.

O Ativo Fiscal Diferido apresenta a seguinte composição:

	ATIVO FISCAL DIFERIDO		
	FUNDIÁQUA	PON	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.070.780	2.532.403	2.184.311
IMPOSTO DE RENDA	27.974.589	1.034.820	6.087.529
	38.045.369	3.567.223	2.261.840
			55.354.092

A apuração do Ativo Fiscal diferido foi em estrita observância à Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998.

[Handwritten signatures and initials]

7 IMOBILIZADO TECNICO						
	Em Reais					
	Custo	2008 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	2007 Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Operação						
- Sistema de Abastecimento de Água	755.085.128	218.305.600	536.779.488	684.627.628	201.164.105	483.463.523
- Sistema de Esgotos	830.860.513	378.876.802	451.983.711	782.267.935	363.307.584	418.560.371
- Bens de Uso Geral	112.464.977	46.368.240	66.096.737	109.608.707	40.835.501	68.973.206
- Consórcio CAESB/SANFAGO	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
SUBTOTAL	1.698.410.618	643.550.732	1.054.859.886	1.553.004.270	605.107.170	952.897.089
Obras em Andamento						
- Sistema de Abastecimento de Água	206.105.098	-	206.105.098	193.724.381	-	193.724.381
- Sistema de Esgotos	195.856.988	-	195.856.988	85.035.285	-	85.035.285
- Bens de Uso Geral	833.806	-	833.806	315.713	-	315.713
- Outros Custos em Andamento	5.312.134	-	5.312.134	6.708.948	-	6.708.948
SUBTOTAL	318.109.931	-	318.109.931	285.764.307	-	285.764.307
TOTAL	2.016.520.549	643.550.732	1.372.969.817	1.843.788.576	605.107.170	1.238.681.405
7.a) DEPRECIACÕES						
A depreciação é calculada pelas seguintes taxas anuais, aplicadas de forma consistente em exercícios anteriores:						
Tubulações e Construção civil		2%				Equipamentos e Aparelhos Diversos, Hidrômetros; Mobiliário de Instalações
Barraqueis		3%				Equipamentos de Transporte, Computadores e Periféricos e Instalações Elétricas
Estação, Redes, Edificações e Postos Pivométrico		4%				
Ligação Prediais e Tomada de Água		5%				Máquinas Tratores, Equipamento e Implementos Agrícolas
7.b) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA VIDA ÚTIL E ECONÔMICA DOS ITENS DO IMOBILIZADO						
A análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil e econômica estimada, e para cálculo da depreciação, será efetuada a partir de 2009.						





8 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

8.1) Caixa Econômica Federal - CEF - Formado por 40 contratos com a Caixa Econômica Federal, utilizados para alimentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário, de diversas cidades do Distrito Federal. Esses empréstimos têm a intervenção do Governo do Distrito Federal - GDF e Banco do Brasil S/A - BRB, e são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros varia entre 5,0% e 12% ao ano, acrescida da taxa de administração de 2,00% ao ano.

8.2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Este empréstimo objetiva a modernização e ampliação dos sistemas de água e esgoto do Distrito Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas arrecadadas da Companhia. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TLP.

8.3) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - Este empréstimo objetiva a implementação de ações previstas no Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Programa Brasília Sustentável. Este empréstimo é garantido pelo Governo do Distrito Federal - GDF e tem a intervenção da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ARASA.

8.4) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Este empréstimo objetiva o aumento, a cobertura e a melhoria da administração dos serviços de água e esgoto do Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal. Este empréstimo tem a intervenção do Governo do Distrito Federal - GDF. Os juros são pagos, semestralmente, à taxa estipulada periodicamente de acordo com política do banco, conforme previsto no Acordo de Empréstimo.

8.5) Banco do Brasil S/A - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento do Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 11,2% da taxa média dos CDI.

8.6) Banco Industrial e Comercial S/A - BIC - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 20,94% ao ano.

8.7) UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 18,1559% ao ano.

8.8) Banco Votorantim S/A - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 18,1559% ao ano.

8.9) Banco Sofisa S/A - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 20,983% ao ano, 1,60% a.m.

8.10) Fundo de Água e Esgoto - FAE/GDF - Este empréstimo teve como objetivo a ampliação e melhoria do sistema de água de Brasília, sofrendo nos últimos anos apenas atualização monetária pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência.

8.11) Consórcio BBNOTORANTIM/CE/ABC - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 11,2% da taxa média dos CDI.

	2008			2007		
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO		CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	VENCIMENTO FINAL
CEF	16.023.332	201.215.204		15.345.457	206.856.528	30 novembro, 2022
BNDES	7.560.890	32.332.030		5.400.000	28.512.508	28 julho, 2014
BID/BIRD	8.765.513	135.900.430		7.500.000	88.355.013	11 junho, 2026
BIC	23.085.354	33.626.184		19.868.354	25.607.637	1 dezembro, 2010
UNIBANCO	3.333.333	0		3.811.111	3.055.556	2 dezembro, 2009
VOTORANTIM	1.666.807	0		9.000.000	1.660.867	9 janeiro, 2009
SOFISA	3.871.935	11.000.000		8.242.834	3.871.935	9 maio, 2010
FAE/GDF	4.000.000	0		4.000.000	4.000.000	21 dezembro, 2005
BBCE/NOT/BBBC	1.677.416	0		1.692.913	0	VENCIDO
TOTAL	76.877.240	414.074.457		39.593.500	359.920.243	7 janeiro, 2009

9 - PROVISÕES PARA FÉRIAS E LICENÇA-PREMIO		Em Reais	
		2008	2007
	Férias	15.028.845	12.876.541
	Encargos Sociais Sobre Férias	5.560.673	4.828.703
	Licença-Premio	14.799.395	13.862.908
	Encargos Sociais Sobre Licença-Premio	5.475.776	5.138.591
	Total	40.864.689	36.706.743
10 CONTINGÊNCIAS			
10.a) - JUDICIAIS			
a.1) TRABALHISTAS - Representam as reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia e estão integralmente provisionadas, com base nos riscos e valores apontados no relatório oferecido pela Procuradoria Jurídica da CAESB.			
a.2) CÍVEIS - Representam as reclamações cíveis movidas contra a Companhia, e estão provisionadas somente com base nos depósitos judiciais efetuados. O relatório da Área Cível está em fase de correções pela Procuradoria Jurídica, em parceria com a área de Tecnologia, para eventual ajuste que se fizerem necessários subsequentemente.			
10.b) - FISCAIS			
b.1) - ISS - Dívida referente ao imposto sobre Serviços, levantada para o período compreendido entre Julho/99 e Dezembro/2002, atualizada monetariamente, para quitação em parcelas mensais e sucessivas nos próximos 36 meses. Parcelas a vencer em 2009 no montante de R\$ 10.878.816. Parcelas a vencer após 2009 no montante de R\$ 22.855.546, totalizando R\$ 33.294.382.			
b.2) - AUTUAÇÃO INSS - Provisão constituída no montante de R\$ 12.033.972 para fazer face ao débito levantado pela Receita Federal do Brasil, pelo não recolhimento do INSS sobre os valores pagos em espécie, aos empregados, a título de auxílio-alimentação, no período compreendido entre Janeiro/2000 e Outubro/2005.			
11 CONTRIBUIÇÃO A FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL			
A Fundiagua é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência privada, constituída com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários dos empregados da CAESB, que na condição de patrocinadora, contribuiu no exercício de 2008, a título de patrocínio, com o montante de R\$ 10.772.588, e a título de contribuições extraordinárias, relativas aos Planos I e II de Benefícios amortizur, o montante de R\$ 2.955.587. A Administração, assinou com a Fundação, o contrato 6937/06, referente a consolidação e parcelamento do pagamento das contribuições extraordinárias para amortização do passivo de sua responsabilidade, correspondente a diferença entre o total das reservas matemáticas de benefícios concedidos e os benefícios a conceder e o valor do ativo líquido existente, relativos aos Planos I e II de Benefícios, conforme avaliação atuarial de 31/12/2004, cujo saldo em 31/12/2008 está atualizado para R\$ 136.144.739. Sendo R\$ 3.246.839 registrado no circulante e R\$ 132.897.900 no Exigível a Longo Prazo. Esta dívida será amortizada nos próximos 264 meses.			
12 PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV			
É o Programa que compreende um conjunto de incentivos com a finalidade de propiciar o desligamento de empregados impossibilitados de se aposentarem, junto ao INSS, até 31/12/2012, resguardando-lhes o direito ao recebimento de indenização Financeira Parcelada - IFP, durante o período que falta para que os aderentes obtenham as condições de aposentadoria junto à Previdência Social e/ou Fundiagua. O Acordo Rescisório leva em conta as verbas que compõem a remuneração do empregado, tais como: salário, auxílio, gratificação e vantagens pessoais por acordo coletivo de trabalho, e garante ao aderente o direito de recebimento de indenização financeira em parcelas mensais, durante o período compreendido entre a data do desligamento e a data em que obtinha as condições necessárias para a aposentadoria, limitada a 31/12/2012.			
13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
O Imposto de Renda Pessoa e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.			

14 O CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social autorizado e realizado é de R\$ 740.995.213 e está representado por 7.409.952.127 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Composição		
Acionistas		
Governo do Distrito Federal	Valor Reais	Nº de Ações
Cia Imobiliária do Brasília - Teriactop	668.897.239,70	9.689.972.397
Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	71.715.049,00	717.150.490
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	392.874,50	3.828.745
	49,50	495
Total	740.995.212,70	7.409.952.127

15 DESAPROPRIAÇÕES

Nas execuções de obras há necessidades de desapropriações em propriedades de terceiros, cujas indenizações são efetuadas por acordo ou via judicial, sendo que parte dos processos encontram-se em andamento. O saldo remanescente no montante de R\$ 5.312.134 refere-se a Terrênos ainda em processo de legalização pela Procuradoria Jurídica.

16 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado de 2008, a título da participação dos empregados nos resultados o valor de R\$ 11.452.548, em conformidade ao Programa de Participação nos Resultados, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 29/12/98, o ratificado pelo novo ACT de 01/05/2008, tendo como embasamento legal as disposições contidas no Art. 7, inciso XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, regulamentada pela Lei 10.101 de 13/12/2000.

17 CONSORCIO CAESB/SANEAGO

Atavés da Resolução de Diretoria nº 77/03, de 13/2003, em conformidade com a Lei 2416 de 06/07/99, em seu artigo 2º, a CAESB em conjunto com a Companhia de Saneamento de Goiás - SANEAGO constituíram um consórcio, cujo tem por objeto e finalidade específica fazer as diretrizes principais, para a elevação dos estudos, análise e providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo-se implementação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Goiás - GO. O consórcio não tem personalidade jurídica própria, e as consorciadas obrigam-se somente as condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações. Os ativos adquiridos foram registrados no Imobiliário da Companhia, as despesas de responsabilidade da CAESB em suas contas de despesas operacionais, e neste exercício a CAESB apropriou as receitas correspondentes à Companhia, relativas ao exercício de 2008 no montante de R\$ 6.037.278.

18 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Companhia está sendo aconchada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios em Ação Civil Pública proposta para o ressarcimento aos consumidores, de valores cobrados a título de manutenção do hidrômetros. A Administração, respondida em Parecer emitido por sua Procuradoria Jurídica, decidiu por não constituir Provisão para contingências sobre esta causa. A Procuradoria Jurídica entende que a multa encontra-se sob júdice, em razão de mesma ainda não ter transitado em julgado, e por outro lado, não existe sequer sentença de 1º grau.

19 PERÍODO DE GESTÃO DOS DIRIGENTES

a) Nomes, cargos e períodos de gestão dos dirigentes:

NOME	CPF	CARGO	GESTÃO
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	131.853.806-00	Presidente	01/01/2008 a 31/12/2008
Divino Alves dos Santos	000.773.571-04	Diretor de Gestão	01/01/2008 a 31/12/2008
Cristiano Medeiros do Pinho	645.455.631-04	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente	01/01/2008 a 31/12/2008
João Batista Pazinha Ferrantes	236.131.456-72	Diretor de Produção e Comercialização	01/01/2008 a 31/12/2008

LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

MATRIZ	FILIAL	ESCRITÓRIOS
RIO DE JANEIRO - RJ - AVENIDA RIO BRANCO, 147 8º ANDAR - CEP 20040-006 TELEFONES: (21) 2509-8658 FAX: (21) 2242.7312 secretaria@loudon.com.br	SÃO PAULO - SP - RUA SENADOR PAULO EGÍDIO, 72 CONJUNTO 1311 - CEP 01006-000 TELEFONE: (11) 3104-8363 FAX: (11) 3104-3420 loudonsp@loudon.com.br	BRASÍLIA - DF - EDIFÍCIO CARIOCA SCS - QUADRA 6 - BLOCO A - SALA 402 - CEP 70718-900 TELEFONE: (61) 3963.0705 projetos@loudon.com.br

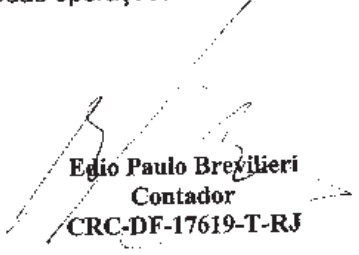
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB**
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB**, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais sugerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no item 1 acima, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB** em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, a mutação do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

4. A Companhia possui créditos vencidos, oriundos da operação, a receber, de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, no montante de R\$ 22,4 milhões e da União de cerca de R\$ 33,6 milhões, totalizando cerca de R\$ 56 milhões, acumulados desde o exercício de 1998, tendo sido provisão para perdas sobre os créditos a receber da União.
5. De conformidade com a Nota Explicativa nº8(b) a **CAESB** está sendo acionada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Ação Civil Pública proposta para ressarcimento aos consumidores de valores cobrados a título de manutenção de hidrômetros. A Administração respaldada por sua Procuradoria Jurídica não constituiu provisão.
6. Conforme descrito na nota explicativa N. 15, a Companhia constituiu consórcio com a Saneamento de Goiás S. A – SANEAGO para o fornecimento de água e tratamento de esgoto no Município de Águas Lindas – GO, no entorno do Distrito Federal. A administração confirmou em sua carta de responsabilidade, que não há intenção de abandonar o Consórcio devido a sua importância estratégica para o abastecimento de água para o Distrito Federal, e como forma de solucionar os problemas operacionais e financeiros gerados desde o início do Consórcio, foi contratado empresa de contabilidade para o levantamento de todo o faturamento, arrecadação, instalações, bem como de todos os custos e despesas, para que no exercício de 2008 haja um encontro de contas entre as Consorciadas e regularizações de todas operações.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064







Edio Paulo Breziliari
Contador
CRC-DF-17619-T-RJ

Brasília (DF),

11 de fevereiro de 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37


	31.12.2007	31.12.2006
ATIVO		
CIRCULANTE	184.083.923,37	167.675.572,80
DISPONÍVEL	27.633.927,29	23.092.805,90
Caixa	989,34	2.297,67
Depósitos Bancários	21.857.880,99	17.562.760,82
Aplicação Financeira	5.775.076,96	5.527.847,41
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	100.148.842,01	100.416.282,78
Contas a Receber de Clientes	150.254.509,43	147.007.114,55
(-) Perdas no Receb. Créditos	(51.420.685,17)	(46.590.831,77)
Contas a Receber Consórcio CAESB/SANEAGO	1.498.330,55	
(-) Perdas no Receb. Créditos	(122.312,80)	
ESTOQUE	29.766.346,08	24.567.909,58
Material de Operação e Manutenção	25.905.356,92	21.111.687,93
Material de Obra	3.860.989,16	3.456.221,65
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	13.817.075,77	16.901.992,81
Antecipações Tributárias	115.838,76	206.323,58
Depósitos em Garantia	6.868.605,97	10.570.283,01
Créditos por Convênio	910.844,21	1.038.402,77
Antecipações a Empregados	5.404.373,08	4.424.397,06
Créditos Diversos	517.413,74	862.586,39

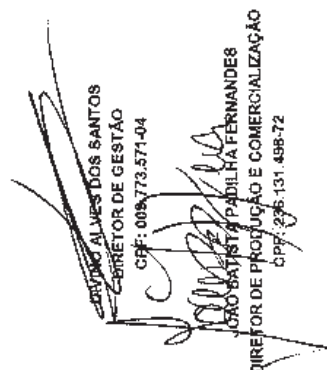






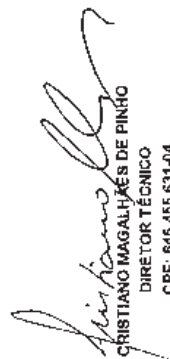
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEQUENTES	12.716.732,22	2.696.481,73
Despesas Antecipadas	59.736,08	107.937,68
Contribuição Extraordinária Fundiária	2.534.406,24	2.588.544,05
Programa de Demissão Voluntária - PDV	10.122.499,90	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	132.338.896,49	114.280.215,86
DESPESAS ANTECIPADAS	132.338.896,49	114.280.215,86
Fundiária Contrato - 6937/06	111.943.229,51	114.280.215,86
Programa de Demissão Voluntária - PDV	20.395.666,98	-
PERMANENTE	1.285.957.726,23	1.186.486.585,55
INVESTIMENTOS	30.395.747,13	30.085.747,13
Participações Societárias	30.015.747,13	30.015.747,13
Participações em Subsidiárias - CAESBPAR	310.000,00	-
Participações em Atividades Audiovisuais	70.000,00	70.000,00
IMOBILIZADO TÉCNICO	952.897.099,11	880.726.845,29
Sistema de Abastecimento de Água	664.627.627,83	591.207.220,82
Sistema de Esgotamento Sanitário	782.267.934,93	755.723.748,84
Bens de Uso Geral	109.608.706,75	102.713.236,44
Consórcio CAESB/SANEAGO	1.500.000,00	1.500.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(605.107.170,40)	(570.417.360,81)
OBRAS EM ANDAMENTO	285.784.306,82	263.294.351,33
Sistema de Abastecimento de Água	193.724.380,97	188.829.269,85
Sistema de Esgotamento Sanitário	86.035.264,86	60.823.735,45
Bens de Uso Geral	315.713,07	6.944.153,28
Outros Custos em andamento	6.708.947,92	6.697.192,75
DIFERIDO	16.880.573,17	12.389.641,80
Despesas a Amortizar	20.131.904,77	12.389.641,80
(-) Amortização Acumulada	(3.251.331,60)	-
TOTAL DO ATIVO	1.802.380.546,09	1.468.452.374,21

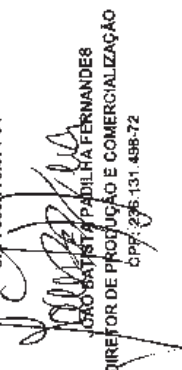
PASSIVO		
CIRCULANTE		
	31.12.2007	31.12.2006
Empreiteiros	306.834.714,80	212.989.811,03
Fornecedores	26.682.020,03	19.545.626,35
Cauções e Retenções Contratuais	10.215.484,24	10.443.051,56
Impostos e Contribuições a Recolher	1.595.963,26	1.495.532,24
Consignações a Recolher	26.134.167,44	21.378.304,36
Credores por Serviços	9.325.879,16	6.668.300,87
Ordenados e Salários a Pagar	53.395.811,96	56.386.411,36
Provisões para Férias e Licença Prêmio	6.578.532,28	8.333.596,41
Parcelas Vincendas de Amortizações de Financiamentos	36.766.742,96	34.074.023,55
Obrigações Diversas	110.447.168,58	40.480.075,51
Obrigações com Clientes	34.020,26	328.110,33
Contrib. Extraordinárias Fundiária	12.076.094,45	11.274.144,44
Programa de Demissão Voluntária - PDV	3.460.330,28	2.588.544,05
	10.122.499,90	
	545.013.045,73	562.430.172,19
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
	38.339.517,42	36.187.014,19
Provisão Para Contingências Judiciais	10.336.686,52	5.051.121,24
Provisão Para Contingências Fiscais	28.002.830,90	31.135.892,95
	359.866.242,86	402.309.138,07
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
Caixa Econômica Federal - CEF	206.796.527,64	214.789.756,65
GDF - Banco Interamericano de Desenvolvimento	86.355.012,80	99.980.038,33
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	28.512.908,28	21.837.204,06
Banco do Brasil S/A	25.607.637,04	33.416.583,34
União de Bancos Brasileiros - Unibanco	1.666.666,63	6.666.666,67
Banco Votorantim S/A	3.671.934,91	11.250.000,00
Banco Industrial e Comercial - BIC	3.055.555,50	6.388.889,00
Banco Safra S/A	4.000.000,06	8.000.000,02
	146.807.285,45	123.934.019,93
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS		
Fundação de Previdência da CAESB	126.411.818,47	123.934.019,93
Programa de Demissão Voluntária - PDV	20.395.666,98	

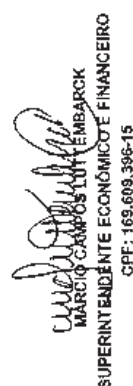
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	750.532.785,56	603.022.380,98
CAPITAL SOCIAL	638.326.147,70	638.326.147,70
Capital Subscrito e Integralizado	638.326.147,70	638.326.147,70
RESERVAS DE CAPITAL	14.645.759,22	12.376.882,27
Subvenções para Obras	11.113.125,57	10.885.449,83
Doações para Investimentos	3.532.633,65	1.481.432,44
RESERVAS DE LUCRO	8.775.496,86	4.004.767,17
Reserva Legal	6.775.496,86	4.904.767,17
LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	90.785.381,78	37.414.593,85
Ajuste de Exercícios Anteriores		(11.422.233,08)
Resultado Acumulado	35.543.884,16	0,07
Resultado do Exercício	55.241.517,62	48.838.826,86
TOTAL DO PASSIVO	1.602.380.546,09	1.468.452.374,21

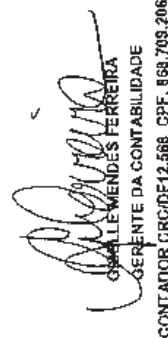

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.806-00


BRUNO ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 008.773.571-04


CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 845.455.631-04


JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.498-72


MARCIO CAMPOS LUTTSEMBARK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 169.609.396-15


OSVALDO MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF12.588 CPF: 558.703.206-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

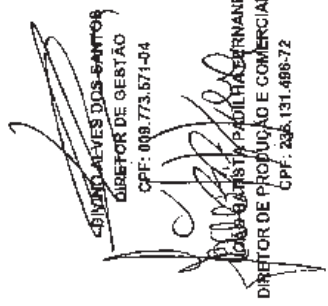
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006

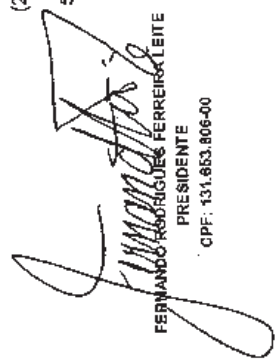
(EM REAIS)

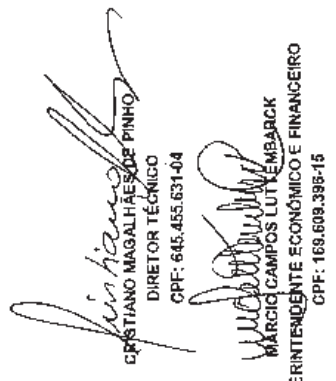
CNPJ - 00.082.024/0001-37

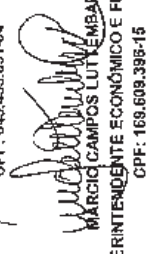
	31.12.2007	31.12.2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	752.333.482,02	694.011.649,75
Do Abastecimento de Água	420.260.367,14	390.546.131,39
Do Esgotamento Sanitário	321.618.244,70	300.441.117,97
Recuperação de Receitas de Dificil Reccebimento	9.016.519,83	3.024.400,39
Do Consórcio CAESB/SANEAGO	1.438.330,55	
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(67.468.842,01)	(63.505.403,58)
COFINS	(55.196.762,06)	(51.857.610,34)
PASEP	(11.983.511,89)	(11.258.560,14)
ISS - Imposto Sobre Serviços	(288.648,03)	(386.233,11)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	684.864.540,01	630.506.246,16
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(321.380.967,96)	(291.068.073,63)
Custos Técnicos	(11.730.071,76)	(4.772.119,15)
Custos de Produção	(291.472.351,88)	(274.579.059,74)
Custos com Concessões	(18.178.544,32)	(11.718.894,74)
LUCRO BRUTO	363.483.572,05	339.438.172,53
DESPESAS OPERACIONAIS	(236.622.850,60)	(222.202.482,93)
Despesas Comerciais	(67.079.621,06)	(47.574.665,50)
Despesas Administrativas	(102.763.404,09)	(106.395.737,77)
Perdas no Reccebimento de Créditos	(14.232.920,15)	(17.773.561,65)
Despesas Fiscais e Tributárias	(8.768.507,79)	(7.789.156,19)
Despesas Financeiras Líquidas	(43.778.197,48)	(42.669.391,82)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS	126.860.921,45	117.235.689,60
DESPESAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	(13.648.700,97)	(15.615.950,69)
Variação Monetária de Financiamentos	(3.235.877,28)	(5.309.093,81)
Variação Monetária sobre Outras Obrigações	(10.412.823,69)	(10.306.856,88)
LUCRO OPERACIONAL	113.212.220,48	101.619.738,91

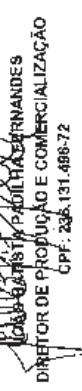
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS		
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006		
(EM REAIS)		
	31.12.2007	31.12.2006
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(18.323.563,22)	(16.735.216,30)
Receitas não Operacionais	1.842.463,88	3.116.595,85
Despesas não Operacionais	(20.166.028,90)	(19.851.812,15)
LUCRO DO EXERC. ANTES DOS TRIBUTOS FEDERAIS E PARTICIPAÇÕES	94.888.657,28	84.884.522,61
Participações de Empregados nos Resultados	(11.001.846,06)	(10.111.944,81)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	83.887.011,20	74.772.578,00
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(7.856.137,41)	(6.310.889,28)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	76.030.873,79	68.461.688,72
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(20.786.356,17)	(19.624.881,86)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55.244.517,62	48.836.806,86

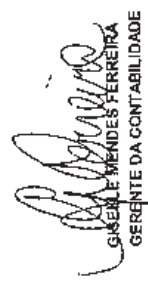

CLÁUDIO ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 009.773.571-04


FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.853.806-00


CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 645.455.631-04


MARCIO CAMPOS LUTEMBERCK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 168.608.395-15



JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 235.131.486-72


GENES MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF-12.558 CPF: 868.708.205-72



COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37

	31.12.2007	31.12.2006
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações	96.379.425,30	82.178.573,23
Lucro Líquido do Exercício	55.241.517,62	48.836.826,86
Depreciação e Amortização do Exercício	40.180.587,71	32.406.083,05
Baixas do Ativo Permanente	598.566,23	865.452,44
Variação Monetária da Provisão para Contingência Judicial	398.753,74	70.210,88
Dos Acionistas	217.675,74	10.895.449,67
Subvenções para Investimentos	217.675,74	10.895.449,67
De Terceiros	91.856.838,57	286.840.836,78
Liberações de Financiamentos Internos Obtidos	57.343.366,77	131.953.224,28
Provisão para Contingências Judiciais	9.589.005,05	2.912.041,65
Doações para Investimentos	2.051.201,21	1.481.432,44
Provisão Contingências Fiscais	-	6.660.120,48
Contribuição Extraordinária Fundiária - CT - 6937/06	2.477.598,56	123.934.019,93
Programa de Demissão Voluntária - PDV	20.395.866,98	
TOTAL DAS ORIGENS.....	188.453.939,61	360.014.861,68

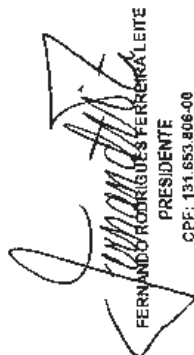



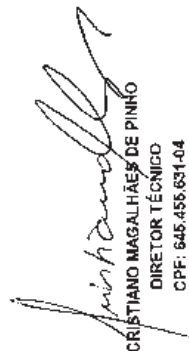


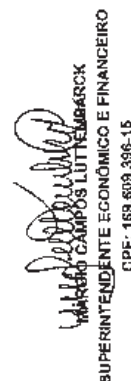
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(EM REAIS)

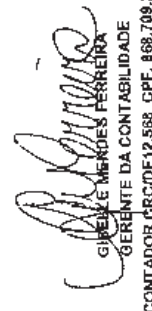
	31.12.2007	31.12.2006
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições no Ativo Permanente	155.720.574,32	216.030.445,86
Investimento Atividades Audiovisuais	-	20.000,00
Sistema de Abastecimento de Água	78.234.967,74	131.706.594,07
Sistema de Esgotamento Sanitário	51.833.534,34	53.490.487,62
Bens de Uso Geral	3.177.422,61	18.894.911,83
Investimento - CAESBPAR	310.000,00	-
Ativo Diferido	6.644.469,93	9.584.528,12
Variação Monetária de Financiamentos Longo Prazo	15.520.279,70	2.333.924,02
Aumento do Realizável a Longo Prazo	18.058.880,63	114.280.215,86
Fundação - Contrato 6937/06	(2.396.986,35)	114.280.215,86
Programa de Demissão Voluntária - PDV	20.395.666,98	-
Redução do Exigível a Longo Prazo	92.101.237,86	16.508.463,25
Transf. de Amortiz. Vincendas de Financ. do Longo para o Curto Prazo	72.705.126,56	13.398.406,67
Amortizações Financiamentos BID e BNDES	11.580.855,74	-
Baixa da Provisão para Contingências Judiciais	4.702.193,51	3.110.056,58
Baixa de Contingências Fiscais	3.133.082,05	-
Redução do Resultado da Exercícios Futuros	33.862,38	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	11.422.233,08	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	266.880.492,81	358.275.310,23
Aumento no Capital Circulante Líquido	(77.426.553,20)	1.739.551,45

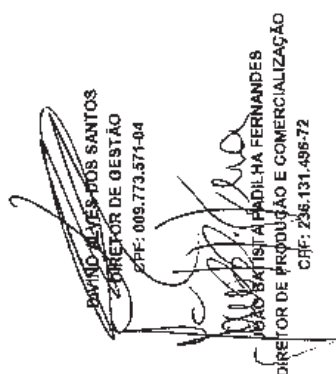
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		31.12.2007	31.12.2006
ATIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício		16.408.350,57	24.234.519,49
No Final do Exercício		187.675.572,80	143.441.053,31
		184.083.923,37	167.675.572,80
PASSIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício		(93.834.903,77)	(22.494.988,04)
No Final do Exercício		212.999.811,03	190.504.842,99
		308.834.714,80	212.999.811,03
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
		(77.426.553,20)	1.739.551,45

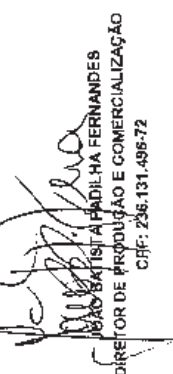

FERNANDO RODRIGUES FERRERA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.806-00


CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 645.455.631-04


WÁLTER CAMPOS LUTTEMEIG ARK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 189.609.398-15

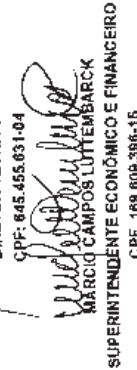

GILSON MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF 12.588 CPF: 868.709.205-72


DAVINO ALVES DOS SANTOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 009.773.571-04

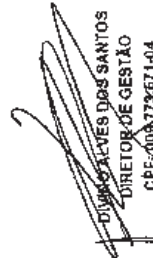

JOÃO BATISTA AZEITEIRO
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.496-72

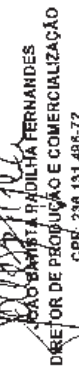
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006						
(EM REAIS)						
CNPJ - 00.082.024/0001-37						
	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES PARA OBRAS	RESERVA DE LUCROS RESERVA LEGAL	SALDO CORR. MONETÁRIA DIF. IPC/IBTNF	RESULTADO ACUMULADO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	544.182.765,30	21.984.648,58	4.904.787,17	-	72.188.734,07	949.230.915,12
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO						
Ajuste de Exercícios Anteriores						
Aumento de Capital AGO. de 27/04/2006	84.183.382,40	(21.984.648,40)			(11.422.233,08)	(11.422.233,08)
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		10.895.449,65			72.188.734,00	10.895.449,65
Doações para Investimentos		1.481.432,44				1.481.432,44
Lucro Líquido do Exercício					48.836.826,86	48.836.826,86
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	638.326.147,70	12.376.882,27	4.904.787,17	-	37.414.593,95	893.022.390,88
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO						
Realização de Reserva Legal						
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		217.875,74			(1.870.729,69)	217.875,74
Doações para Investimentos		2.051.201,21				2.051.201,21
Lucro Líquido do Exercício					55.241.517,62	55.241.517,62
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	638.326.147,70	14.945.759,22	6.775.496,85	-	90.765.381,78	760.532.785,55

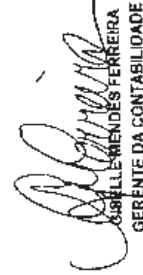

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 645.455.631-04


MÁRCIO CAMPOS LÜTTEMBACH
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.608.396-15


FERNANDO RODRIGUES FERRERA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.805-00


DIRCEU ALVES DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 008.773.671-04


JOÃO BATISTA FADIHA FERNANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.488-72


SUSILENE MENDES FERRERA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CPF: 685.700.208-72

CONTADOR CRC/DF 12.568 CPF: 685.700.208-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(VALORES EXPRESSOS EM R\$ 1,00)

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, criada pelo Decreto-lei nº 524, de 08/04/1969, com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, teve sua denominação social alterada pela Lei nº 2.416 de 06.07.1999, para Companhia de Saneamento do Distrito Federal e sua denominação social atual instituída pela Lei nº 3.569, de 18.01.2006, é uma empresa pública de direito privado, organizada sob a forma de Sociedade por Ações.

A CAESB tem por objetivo desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, em todo Território Nacional, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, operando, administrando e mantendo os sistemas de captação e abastecimento d'água, e a coleta, tratamento, industrialização, comercialização e disposição final dos esgotos sanitários.

A Companhia compete zelar pela conservação, proteção e preservação das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de uso público.

Cumpra a CAESB controlar a poluição das águas utilizadas ou reservadas para fins de uso público, inclusive, além dos seus limites de concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal.

A CAESB está autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, visando ao progresso sócio-econômico das áreas de sua atuação, podendo constituir e/ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da lei e de seu estatuto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e apresentadas, em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consoante com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e Tributária, descritas em nota 3.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RECEITAS E DESPESAS

Estão contabilizadas pelo regime de competência dos exercícios.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Manidas em garantia dos contratos de financiamento, são demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pro-rata-dia e apropriadas mensalmente.

c) DEPÓSITOS JUDICIAIS

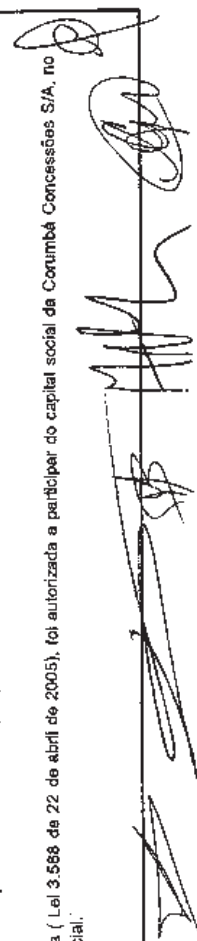
Os depósitos judiciais são atualizados trimestralmente pelo Índice da caderneta de poupança.

d) ESTOQUE

Os estoques de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas são avaliados pelo custo médio de aquisição.

e) INVESTIMENTOS

1 - CORUMBÁ CONCESSÕES S/A - A Companhia, conforme legislação específica (Lei 3.568 de 22 de abril de 2005), foi autorizada a participar do capital social da Corumbá Concessões S/A, no montante de R\$30.000.000,00, sendo detentora de cerca de 7,99% de seu capital social.



2 - CAESB PARTICIPAÇÕES S/A - A CAESBPAR é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei Distrital 3.789, em 02 de fevereiro de 2006, é uma subsidiária integral da CAESB, cujo capital social é de R\$10.000.000. A CAESBPAR por estar em fase pré-operacional recebeu no exercício de 2007, o montante de R\$ 300.000,00 para a inicialização e manutenção de suas atividades. Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição.

h) IMOBILIZADO

Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e computada no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas em nota 5.

g) ATIVO DIFERIDO

As despesas de organização e reorganização, de desenvolvimento operacional e de proteção de mananciais e bacias hidrográficas estão classificadas no ativo diferido, deduzidas das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear, à taxa de 20% a.a. e reconhecidas no resultado do exercício.

h) CAUÇÕES E RETENÇÕES CONTRATUAIS

As cauções e retenções destinadas a garantia de contratos de obras, serviços, fornecimentos de materiais e equipamentos são atualizadas trimestralmente através da média da variação do INPC /IGP-DI.

i) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Foram atualizados até 31.12.2007, com base nos encargos estabelecidos em cláusulas contratuais.

j) PROVISÃO PARA LICENÇA PRÊMIO E FERIAS

A provisão para férias é constituída para os períodos aquisitivos completos e proporcionais, acrescida dos encargos sociais, até a data do balanço. A partir do exercício de 2001, com base no Acordo Coletivo vigente de 01.05.2006 a 30.04.2008, está mantida a extinção do direito a licença prêmio. O saldo dos dias desse benefício existente em decorrência do direito adquirido de acordos anteriores será usufruído até 30.04.2010.

k) SUBVENÇÃO PARA OBRAS

As subvenções recebidas são registradas diretamente em reserva de capital.

4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES e OUTROS CREDITOS A RECEBER

	Em Reais				
	2007			2006	
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
a - Vencidas de 01 a 30 dias	10.597.558	3.544.727	563.209	857.982	15.563.466
b - Vencidas de 31 a 60 dias	3.652.262	1.884.049	451.618	464.206	6.492.135
c - Vencidas de 61 a 90 dias	1.464.424	1.173.642	527.295	178.045	3.373.406
d - Vencidas de 91 a 120 dias	940.566	793.300	492.488	170.449	2.396.803
e - Vencidas com mais de 120 dias	1.548.692	6.202.975	3.444.225	22.405.244	33.601.135
Soma	18.233.512	13.598.693	5.478.835	24.075.905	81.386.945
f - A Vencer	24.409.412	7.503.598	295.945	90.699	32.399.744
g - Parcelamento	4.090.332	831.512	123.088	2.194	5.047.136
CAESB	46.733.256	22.033.803	5.897.878	24.188.788	98.833.825
Consórcio ÁGUAS LINDAS	1.316.018	-	-	-	1.316.018
TOTAL	48.049.274	22.033.803	6.897.878	24.188.788	100.149.842
					100.416.282

h. A Companhia reconheceu como despesas neste exercício o montante de R\$ 14.232.920 a título de perdas no recebimento de créditos, em decorrência principalmente de valores acima de R\$30.000,00, os quais estão em cobrança judicial, da Vazão do Novo Gama e recuperou o montante de R\$ 9.016.520.

i. Do montante de R\$ 24,2 milhões, referentes à dívida de órgãos públicos, R\$ 22,4 milhões a preço histórico, é da responsabilidade do Governo do Distrito Federal através de seus órgãos.

j. A CAESB arrecadou no exercício de 2007 o montante de R\$ 737.944.036, deste valor R\$ 52.655.150 refere-se a faluramentos de exercícios anteriores.

5 - IMOBILIZADO TECNICO

	Em Reais			
	Custo	2007 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo
Em Operação				
-Sistema de Abastecimento de Água	664.627.628	201.164.105	463.463.523	591.207.221
-Sistema de Esgotos	782.267.095	363.307.584	418.959.511	755.723.749
-Bens de Uso Geral	109.608.707	40.635.501	68.973.206	102.713.235
-Consórcio CAESB/SANEAGO	1.500.000	-	1.500.000	1.500.000
SUBTOTAL	1.556.404.279	605.107.170	952.897.099	1.451.144.206
Obras em Andamento				
-Sistema de Abastecimento de Água	193.724.381	-	193.724.381	188.829.270
-Sistema de Esgotos	85.035.265	-	85.035.265	80.823.735
-Bens de Uso Geral	315.713	-	315.713	6.944.153
-Outros Custos em Andamento	6.708.948	-	6.708.948	6.697.193
SUBTOTAL	285.784.307	-	285.784.307	283.284.351
TOTAL	1.843.788.579	605.107.170	1.238.881.408	1.714.435.557
TOTAL				1.144.021.195

DEPRECIACÕES

A depreciação é calculada pelas seguintes taxas anuais, aplicadas de forma consistente em exercícios anteriores:

Tubulações e Construção civil	2%	Equipamentos e Aparelhos Diversos, Hidrômetros, Mobiliário de Instalações	10%
Barragens	3%	Equipamentos de Transporte, Computadores e Periféricos e Instalações Elétricas	20%
Estação, Redes, Edificações e Postos Pivométrico	4%		
Ligações Prediais e Tomada de Água	5%	Máquinas, Tratores, Equipamento e Implementos Agrícolas	25%

6 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Em Reais		VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS
		2007	2008	30.11.2022	2 a 12%
CEF - Caixa Econômica Federal		222.141.985	228.608.037		
Saldo Anterior		228.608.037	210.296.843		
Recursos Recebidos		4.533.825	29.553.413		
Variação Monetária		3.161.061	4.423.226		
Amortização		(14.160.938)	(12.665.445)		
BID - Banco I. de Desenvolvimento		93.856.013	98.980.039	11.06.2026	DOLAR
Saldo Anterior		99.980.039	87.896.720		
Recursos Recebidos		20.572.457	19.712.673		
Variação Cambial		(18.743.518)	(7.628.354)		
Amortização		(7.953.965)	-	31.12.2008	112% s/ CDI
CONSORCIO		39.906.500	-		
Saldo Anterior		-	-		
Recursos Recebidos		39.996.500	-		
Amortização		-	-		
BNDES		33.912.908	21.837.204	28.07.2014	TJLP
Saldo Anterior		21.837.204	1.000.000		
Recursos Recebidos		15.620.418	19.965.000		
Variação Monetária		62.178	872.204		
Amortização		(3.606.891)	-		
BB - Banco do Brasil		45.285.891	45.713.661	20.03.2011	112% s/ CDI
Saldo Anterior		45.713.661	7.000.000		
Recursos Recebidos		19.272.143	93.007.379		
Amortização		(19.689.813)	(54.293.718)		
UNIBANCO		6.668.667	10.000.000	23.06.2009	20,06% a.a
Saldo Anterior		10.000.000	10.000.000		
Recursos Recebidos		-	15.666.667		
Amortização		(3.333.333)	(16.668.667)		
BIC - Banco Industrial e Comercial		6.668.667	10.000.000	16.06.2009	20,84% a.a
Saldo Anterior		10.000.000	2.892.047		
Recursos Recebidos		-	10.000.000		
Amortização		(3.333.333)	(2.892.047)		
GDF - Governo do Distrito Federal		1.662.013	1.650.274		
Saldo Anterior		1.650.274	1.650.274		
Variação Monetária		12.639	13.654		
Banco Votorantim		12.114.769	15.000.000	14.05.2009	18,1559 % a.a
Saldo Anterior		15.000.000	-		
Recursos Recebidos		-	15.000.000		
Amortização		(2.885.231)	-		
Banco SIFISA		8.000.000	10.000.000	21.12.2009	20,983 % a.a
Saldo Anterior		10.000.000	-		
Recursos Recebidos		-	10.000.000		
Amortização		(2.000.000)	-		
TOTAL		470.313.412	442.789.215		
Parcela de Longo Prazo		359.886.244	402.306.137		
Parcela de Curto Prazo		110.447.169	40.489.076		
Os Empréstimos/Financiamentos têm a intervenção do Governo do Distrito Federal e/ou Banco da Brasília S/A					

7 - PROVISÕES PARA FERIAS E LICENÇA PRÊMIO

	Em Reais	
	2007	2008
Férias	12.876.541	11.121.380
Encargos Sociais Sobre Férias	4.828.703	4.170.521
Licença Prêmio	13.862.908	13.659.718
Encargos Sociais Sobre Licença Prêmio	5.198.591	5.122.394
Total	36.766.743	34.074.024

8 CONTINGENCIAS

a) - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A Companhia reconheceu em 2003, como ajuste de exercícios anteriores, o montante de R\$ 24.475.772,47 referente à dívida do imposto sobre Serviços - ISS, levantada para o período de julho de 1999 a dezembro de 2002, e em janeiro de 2007 a Companhia optou pelo pagamento desta dívida, atualizada monetariamente, em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.

b) - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Companhia está sendo acionada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios em Ação Civil Pública proposta para o ressarcimento aos consumidores, de valores cobrados a título de manutenção da hidrômetros. A Administração, respaldada em Parecer emitido por sua Procuradoria Jurídica, decidiu por não constituir Provisão para Contingências sobre esta causa. A Procuradoria Jurídica entende que a matéria encontra-se sob juízo, em razão da mesma ainda não ter transitado em julgado, e por outro lado, não exista sequer sentença de 1º grau.

9 - CONTRIBUIÇÃO A FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

A Fundiagua é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência privada, constituída com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários dos empregados da CAESB.

A CAESB, na condição de patrocinadora, contribuiu no exercício de 2007 a título de patrocínio com o montante de R\$ 10.267.491,58, e a título de contribuições extraordinárias, relativas aos Planos I e II da Benefícios com o montante de R\$ 10.182.361,96.

A Administração, assinou com a Fundação, o contrato 6937/06, referente a consolidação e parcelamento de contribuições extraordinárias para amortização do passivo da sua responsabilidade correspondente a diferença entre o total das reservas matemáticas de benefícios concedidos e de benefícios a conceder e o valor do ativo líquido existente, relativos aos Planos I e II de Benefícios, conforme avaliação atuarial de 31/12/2004, cujo saldo em 31/12/2007 está atualizado para R\$ 129.871.948. Sendo R\$ 3.480.330 registrado no circulante e R\$ 126.411.618 no Exigível a Longo Prazo. Esta dívida será amortizada em 270 parcelas mensais e sucessivas.

10 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV

É o Programa que compreende um conjunto de incentivos com a finalidade de propiciar o desligamento do empregado impossibilitado de se aposentar junto ao INSS e/ou FUNDIAGUA até 31/12/2012, resguardando-lhe o direito ao recebimento de indenização Financeira Parcelada - IFP, durante o período que falta para que o aderente obtenha as condições de aposentadoria junto à Previdência Social e/ou Fundiagua.

Somente aderiram ao Programa os empregados em condições de aposentadoria junto ao INSS e/ou Fundiagua até a data limite de 31/12/2012.

O Acordo Rescisório leva em conta as verbas que compõem a remuneração do empregado, tais como: salário, anuênio, adicional, gratificação e vantagem pessoal por acordo coletivo de trabalho, e garante ao aderente o direito de recebimento de indenização financeira em parcelas mensais, durante o período compreendido entre a data do desligamento e a data em que obtenha as condições necessárias para a aposentadoria, limitada à 31/12/2012.

11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.

12 - O CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social autorizado e realizado é R\$ 638.326.147, está representado por 6.383.261.477 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Composição

	Valor Reais	Nº de Ações
Acionistas		
Governo do Distrito Federal	576.245.593,80	5.762.455.938
Cia Imobiliária de Brasília - Terracap	61.745.663,80	617.456.638
Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	334.846,90	3.348.469
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	43,20	432
Total	638.328.147,70	6.383.261.477

Conforme Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 15 de agosto de 2007, o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB transferiu, mediante doação, a totalidade de suas ações para o Acionista Governo do Distrito Federal.

13 - DESAPROPRIAÇÕES

Nas execuções de obras há necessidades de desapropriações em propriedades de terceiros, cujas indenizações são efetuadas por acordo ou via judicial, sendo que parte dos processos encontram-se em andamento. Durante o exercício de 2008 o desembolso foi de R\$ 11.755, totalizando em 31/12/2007 um montante de R\$ 6.708.948.

14 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado de 2007, a ilusão de participação dos empregados nos resultados o valor de R\$ 11.001.646,08, em conformidade ao Programa de Participação nos Resultados nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 29/12/98, e ratificado pelo novo ACT de 01/05/2006, tendo como embasamento legal as disposições contidas no Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, regulamentada pela Lei 10.101 de 19/12/2000.

15 - CONSORCIO CAESPISANEAGO

O Município de Águas Lindas situado no Estado de Goiás em região limítrofe ao Distrito Federal, apresenta uma das taxas mais elevadas de crescimento da América Latina, o que significa uma ocupação acelerada dos solos, e em virtude da inexistência de sistemas adequados de esgotamento e tratamento de efluentes variadas na região configuram-se possibilidades concretas de danos significativos aos ecossistemas e mananciais das bacias hidrográficas da área. O Sistema Rio Descoberto, responsável pelo abastecimento de 65% do Distrito Federal tem por objeto através da CAESB o monitoramento no tocante à verificação da qualidade da água do manancial Rio Descoberto, o qual é integrante da bacia hidrográfica de Águas Lindas de Goiás, a Companhia com o apoio dos órgãos competentes da área ambiental do Governo do Distrito Federal visa garantir a preservação deste reservatório em condições compatíveis com a importância que o mesmo detém para o suprimento de água potável à população do Distrito Federal.

Através da Resolução de Diretoria nº 77/03, de 1329ª Reunião Extraordinária, de 06/11/03, em conformidade com a Lei 2410 de 06/07/99, em seu artigo 2º, a CAESB em conjunto com a Companhia de Saneamento de Goiás - SANEAGO constituíram um consórcio, que tem por objeto e finalidade específica traçar as diretrizes principais, para a efetivação dos estudos, análise e providências para a exploração econômica, mediante implementação de infra-estrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo-se implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Claras de Goiás - GO.

O Consórcio não tem personalidade jurídica própria, e as consorciadas obrigam-se somente às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações. Os ativos adquiridos foram registrados no imobilizado da Companhia, as despesas de responsabilidade da CAESB em suas contas de despesas operacionais, e neste exercício a CAESB apropriou as receitas correspondentes à Companhia, relativas ao 4º trimestre.

A Administração não tem a intenção de abandonar o Consórcio, devido à sua importância estratégica para o abastecimento de água do Distrito Federal, e como forma de solucionar os problemas operacionais e financeiros gerados desde o início do Consórcio, foi contratada empresa da Contabilidade para o levantamento de todo o faturamento, arrecadação, instalações, bem como de todos os custos e despesas, para que no exercício de 2008 haja um encontro de contas entre as Companhias e a regularização de todas as operações.

16 - DESPESAS ANTECIPADAS

a) - FUNDIAGUA

A dívida reconhecida com a Fundação de Previdência Privada da CAESB, referente ao contrato nº 5.937/06, assinado em 2 de janeiro de 2006, de consolidação e parcelamento de contribuições extraordinárias, referente ao custo do serviço passado dos participantes fundadores do Plano I, foi reconhecida como Despesas Antecipadas para apropriação no resultado dos exercícios subsequentes, uma vez que será amortizada nos próximos 276 meses.

b) - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV

As despesas correspondentes ao PDV estão sendo apropriadas ao resultado do exercício, proporcionalmente aos pagamentos realizados, tratadas como despesas não operacionais, na rubrica Despesas com Inativos, as quais se encerram em 31/12/2012.

17 - PERÍODO DE GESTÃO DOS DIRIGENTES

a) Nomes, cargos e períodos da gestão dos dirigentes:

NOME	CPF	CARGO	GESTÃO
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	131.653.806-00	Presidente	01/01/2007 a 31/12/2007
Sérgio Neves Campos	378.005.811-20	Diretor de Gestão	01/01/2007 a 04/01/2007
Divino Alves dos Santos	009.773.571-04	Diretor de Gestão	05/01/2007 a 31/12/2007
José Antônio da Silveira	210.959.736-49	Diretor Técnico	01/01/2007 a 04/01/2007
José Luis Abonham Gonçalves	656.354.428-20	Diretor Técnico	05/01/2007 a 12/07/2007
Jairme Divino Alarcão	182.165.361-00	Diretor Técnico	13/07/2007 a 17/09/2007
Cristiano Magalhães de Pinho	645.455.631-04	Diretor Técnico	18/09/2007 a 31/12/2007
João Batista Padilha Fernandes	236.131.496-72	Diretor de Produção e Comercialização	01/01/2007 a 31/12/2007

LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

MATRIZ
RIO DE JANEIRO – RJ – RUA DA
ASSEMBLEIA, 98
16º ANDAR – CEP 20011-000
TELEFONES: (21) 2509-8858
FAX: (21) 2242.7212
secretaria@loudon.com.br

FILIAL
SÃO PAULO – SP – RUA SENADOR PAULO
EGÍDIO, 72
CONJUNTO 1311 – CEP 01006-000
TELEFONE: (11) 3104-8303
FAX: (11) 3104-3420
loudonsp@webrazil.com.br

ESCRITÓRIOS
BRASÍLIA – DF – EDIFÍCIO CARIOCA
SCS – QUADRA 6 – BLOCO A –
SALA 402 – CEP 70718-900
TELEFONE: (61) 3963.07.05
prejetos@loudon.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais sugerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no item 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, a mutação do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

- 4 A Companhia possui créditos oriundos da operação a receber, de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, no montante de R\$ 20,7 milhões e da União de cerca de R\$ 33,3 milhões, totalizando cerca de R\$ 54 milhões, acumulados desde o exercício de 1998, tendo sido constituído provisão para perdas sobre os créditos a receber da União.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

Édio Paulo Brevillieri
Contador
CRC-DF-17619-T-RJ

Brasília (DF),
15 de fevereiro de 2007.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO-AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 e 2005
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37

	31.12.2006	31.12.2005
ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
Caixa	2.297,67	2.802,80
Depósitos Bancários	17.562.760,82	15.254.740,06
Aplicação Financeira	5.527.847,41	1.830.694,05
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	100.416.282,78	88.775.351,87
Contas a Receber de Clientes	147.007.114,55	114.176.568,68
(-) Perdas no Receb. Créditos	(46.590.831,77)	(25.401.216,81)
ESTOQUE	24.567.909,58	20.201.438,79
Material de Operação e Manutenção	21.111.687,93	18.014.551,78
Material de Obra	3.456.221,65	2.186.887,01
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	17.009.930,49	17.375.935,74
Antecipações Tributárias	206.323,58	296.789,00
Depósitos em Garantia	10.570.283,01	9.663.066,95
Créditos por Convênio	1.038.402,77	1.331.022,27
Antecipações a Empregados	4.424.397,06	4.723.724,26
Créditos Diversos	662.586,39	1.226.063,95
Despesas do Exercício Seguinte	107.937,68	91.286,64
Alienação prédio SCS Ed. Sede		43.982,67

4467 \$ - H. E. 

DESPESAS ANTECIPADAS		
Contribuição Extraordinária Fundiária	2.588.544,05	
	2.588.544,05	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	114.280.215,86	-
DESPESAS ANTECIPADAS	114.280.215,86	-
Fundiária Contrato - 6937/06	114.280.215,86	-
PERMANENTE	1.186.496.585,55	1.006.071.599,40
INVESTIMENTOS	30.085.747,13	30.085.747,13
Participações Societárias	30.015.747,13	30.015.747,13
Participações em Atividades Audiovisuais	70.000,00	50.000,00
IMOBILIZADO TÉCNICO	880.726.845,29	725.905.240,02
Sistema de Abastecimento de Água	591.207.220,92	548.688.141,99
Sistema de Esgotamento Sanitário	755.723.748,84	657.850.751,17
Bens de Uso Geral	102.713.236,44	58.029.331,06
Consórcio CAESB/SANEAGO	1.500.000,00	1.500.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(570.417.360,81)	(540.142.984,20)
OBRAS EM ANDAMENTO	263.284.351,33	245.314.613,39
Sistema de Abastecimento de Água	188.829.269,85	100.545.044,35
Sistema de Esgotamento Sanitário	60.823.735,45	106.216.466,17
Bens de Uso Geral	6.944.153,28	32.104.902,41
Outros Custos em andamento	6.697.192,75	6.448.200,46
DIFERIDO	12.389.641,80	4.785.988,86
Despesas a Amortizar	12.389.641,80	13.735.673,57
(-) Amortização Acumulada		(8.949.674,71)
TOTAL DO ATIVO	1.468.452.374,21	1.149.512.852,71






PASSIVO		
CIRCULANTE		
	31.12.2006	31.12.2005
	212.999.811,03	190.504.842,99
Empreiteiros	19.545.626,35	31.896.069,54
Fornecedores	10.443.051,56	7.082.163,43
Cauções e Retenções Contratuais	1.496.532,24	1.520.039,89
Impostos e Contribuições a Recolher	21.378.304,36	14.868.373,77
Consignações a Recolher	6.668.390,87	7.042.131,43
Credores por Serviços	56.389.411,36	43.433.898,72
Ordenados e Salários a Pagar	8.333.598,41	4.714.095,88
Provisões para Férias e Licença Prêmio	34.074.023,55	35.788.079,73
Parcelas Vincendas de Amortizações de Financiamentos	40.480.075,51	34.633.875,70
Provisão para Imposto de Renda Diferido	-	-
Obrigações com Clientes	11.281.914,77	9.424.774,90
Recursos de Convênios	320.340,00	320.340,00
Contrib. Extraordinárias Fundiária	2.588.544,05	-
	562.430.172,19	315.742.942,22
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	36.187.014,19	29.854.697,76
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
Provisão Para Contingências Judiciais	5.051.121,24	5.178.925,29
Provisão Para Contingências Fiscais	31.135.892,95	24.475.772,47
	402.309.138,07	286.088.244,46
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
Caixa Econômica Federal - CEF	214.769.756,65	197.191.524,61
GDF - Banco Interamericano de Desenvolvimento	99.980.038,33	87.896.719,85
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	21.837.204,06	1.000.000,00
Banco do Brasil S/A	33.416.583,34	-
União de Bancos Brasileiros - Unibanco	6.666.666,67	-
Banco Votorantim S/A	11.250.000,00	-
Banco Industrial e Comercial - BIC	6.388.889,00	-
Banco Safra S/A	8.000.000,02	-
	123.934.019,93	-
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS		
Fundação de Previdência da CAESB	123.934.019,93	-

Ata de 11.09.05

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	33.952,38
CRÉDITOS CONTRATUAIS	-	33.952,38
Prédio SCS - Ed Sede	-	643.230.915,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	693.022.390,99	544.162.765,30
CAPITAL SOCIAL	638.326.147,70	544.162.765,30
Capital Subscrito e Integralizado	638.326.147,70	21.964.648,58
RESERVAS DE CAPITAL	12.376.882,27	21.964.648,58
Subvenções para Obras	10.895.449,83	4.904.767,17
Doações para Investimentos	1.481.432,44	4.904.767,17
RESERVAS DE LUCRO	4.904.767,17	72.198.734,07
Reserva Legal	4.904.767,17	72.198.734,07
LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	37.414.593,85	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(11.422.233,08)	72.198.734,07
Resultado Acumulado	0,07	-
Resultado do Exercício	48.836.826,96	-
TOTAL DO PASSIVO.....	1.149.512.652,71	1.149.512.652,71

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

JOSE ANTONIO DA SILVEIRA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 210.959.736-49

MARCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.609.396-15

RISHELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE

CONTADOR GRC/DF 12.568 CPF: 868.709.206-72

SÉRGIO NEVES CAMPOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 376.005.811-20

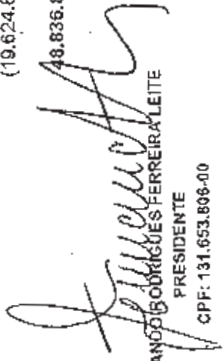
JOAO BATISTA PADILHA FERNANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.431.498-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 e 2005
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37

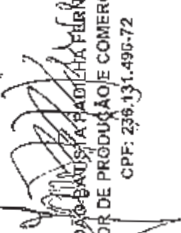
	31.12.2006	31.12.2005
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	694.011.849,75	608.519.377,20
Do Abastecimento de Água	390.548.131,39	344.694.242,20
Do Esgotamento Sanitário	300.441.117,97	262.613.110,21
Recuperação de Receitas de Dificil Recebimento	3.024.400,39	2.212.024,79
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	63.505.403,59	56.627.783,86
COFINS	51.857.610,34	45.923.251,67
PASEP	11.258.560,14	9.971.411,98
ISS - Imposto Sobre Serviços	369.233,11	733.120,21
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	630.506.246,16	552.891.593,34
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	291.068.073,63	244.252.153,87
Custos Técnicos	4.772.119,15	3.304.851,10
Custos de Produção	274.579.059,74	240.947.302,77
Custos com Concessões	11.716.894,74	
LUCRO BRUTO	339.438.172,53	308.639.439,47
DESPESAS OPERACIONAIS	(222.202.482,93)	(197.300.068,67)
Despesas Comerciais	(47.574.685,50)	(41.843.421,31)
Despesas Administrativas	(106.395.737,77)	(95.916.655,96)
Perdas no Recebimento de Créditos	(17.773.561,65)	(27.156.421,21)
Despesas Fiscais e Tributárias	(7.789.156,19)	(6.462.424,75)
Despesas Financeiras Líquidas	(42.669.361,82)	(25.921.146,44)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS	117.235.689,60	111.339.369,80
DESPESAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	(15.615.950,69)	(5.620.063,68)
Variação Monetária de Financiamentos	(5.309.093,81)	(5.566.008,55)
Variação Monetária sobre Outras Obrigações	(10.306.856,88)	(54.055,13)
LUCRO OPERACIONAL	101.619.738,91	105.719.306,12


COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 e 2005
(EM REAIS)

	31.12.2006	31.12.2005
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Receitas não Operacionais	16.735.216,30	(8.525.250,46)
Despesas não Operacionais	3.116.595,85 (19.851.812,15)	3.055.563,60 (12.190.814,06)
LUCRO DO EXERC. ANTES DOS TRIBUTOS FEDERAIS E PARTICIPAÇÕES	34.884.522,61	97.194.055,66
Participações de Empregados nos Resultados	(10.111.944,61)	(8.581.216,86)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	74.772.578,00	88.612.839,00
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(8.310.889,28)	(5.892.335,09)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	68.461.688,72	82.720.503,91
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(19.624.861,86)	(14.468.933,97)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.836.826,86	68.251.569,94


FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.806-00


SÉRGIO NEVES CAMPOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 376.005.941-20


JOÃO BATISTA FADIÇÃO FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.496-72


JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 210.989.736-49


MÁRCIO CAMPOS LUTERBARCK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 169.609.396-16


GISELE MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF 12.568 CPF: 868.709.206-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 e 2005
(EM REAIS)
CNPJ - 00.082.024/0001-37

	31.12.2006	31.12.2005
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações	82.178.573,23	96.970.959,36
Lucro Líquido do Exercício		68.251.569,94
Depreciação e Amortização do Exercício	48.836.826,86	28.485.621,52
Baixas do Ativo Permanente	32.406.083,05	181.711,76
Variação Monetária da Provisão para Contingência Judicial	865.452,44	52.056,14
	70.210,88	
Dos Acionistas	10.895.449,67	21.964.648,38
Subvenções para Investimentos	10.896.449,67	21.964.648,38
De Terceiros	266.940.838,78	33.177.208,28
Liberações de Financiamentos Internos Obidos	131.953.224,28	32.132.182,68
Provisão para Contingências Judiciais	2.912.041,65	1.045.023,62
Doações para Investimentos	1.481.432,44	
Provisão para Contingências Fiscais	6.660.120,48	
Contribuição Extraordinária Fundiária - CT - 6937/06	123.934.019,93	
TOTAL DAS ORIGENS.....	360.014.861,68	152.112.814,02

[Assinatura] *[Assinatura]* *[Assinatura]*

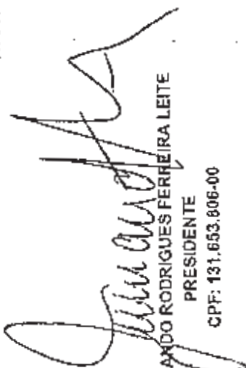
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(EM REAIS)

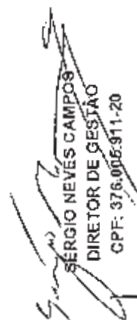
	31.12.2006	31.12.2005
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições no Ativo Permanente	216.030.445,66	196.353.528,54
Investimento Atividades Audiovisuais	20.000,00	92.806.837,08
Sistema de Abastecimento de Água	131.706.594,07	43.587.597,62
Sistema de Esgotamento Sanitário	53.490.487,52	22.097.458,43
Bens de Uso Geral	18.894.911,83	1.500.000,00
Consórcio CAESB/SANEAGO	-	30.000.000,00
Investimento - Corumbá IV	9.584.528,12	1.032.213,95
Ativo Diferido	2.333.924,02	5.329.421,46
Variação Monetária de Financiamentos Longo Prazo	-	-
Aumento do Realizável a Longo Prazo	114.280.215,86	-
Fundação - Contrato 6937/06	114.280.215,86	-
Redução do Exigível a Longo Prazo	16.508.463,25	13.454.017,08
Provisão para Imposto de Renda Diferido	-	815.819,75
Transf. de Amortiz. Vincendas de Financ. do Longo para o Curto Prazo	13.398.406,67	11.859.148,62
Baixa da Provisão para Contingências Judiciais	3.110.056,58	779.048,71
Redução do Resultado de Exercícios Futuros	33.952,38	1.358.709,62
Ajuste de Exercícios Anteriores	11.422.233,08	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	358.275.310,23	211.166.255,24
Aumento no Capital Circulante Líquido	1.739.551,45	(59.053.441,22)

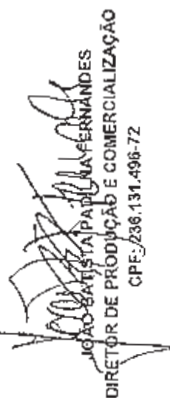
[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	31.12.2006	31.12.2005
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	24.234.519,49	(3.865.022,25)
No Final do Exercício	143.441.053,31	147.306.075,56
	167.675.572,80	143.441.053,31
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	(22.494.968,04)	(55.188.418,97)
No Final do Exercício	190.504.842,99	135.316.424,02
	212.999.811,03	190.504.842,99
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.739.551,45	(59.053.441,22)

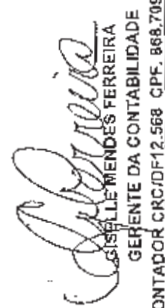

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
 PRESIDENTE
 CPF: 131.653.806-00


SERGIO NEVES CAMPOS
 DIRETOR DE GESTÃO
 CPF: 376.005.911-20


JOÃO BATISTA PADUA FERNANDES
 DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
 CPF: 236.131.496-72


JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF: 219.959.736-49


MARCIO CAMPOS LUTENBARCK
 SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
 CPF: 169.609.396-15


GISELLE MENDES FERREIRA
 GERENTE DA CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF 12.568 CPF: 868.709.206-72

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(EM REAIS)

CNPJ - 00.082.024/0001-37

	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	RESERVA DE LUCROS LEGAL	SALDO CORR. MONETÁRIA DIF. IPC/ITNF	RESULTADO ACUMULADO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	517.631.937,30	5.538.986,40	-	-	7.747.097,50	22.096.675,00	553.014.696,30
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Realização de Reserva Legal				4.904.767,17		(4.904.767,17)	-
Aumento de Capital AGO. de 29/03/2005	5.538.986,20	(5.538.986,20)				(20.991.841,20)	-
Aumento de Capital AGO. de 11/05/2005	20.991.841,20					68.251.569,94	21.964.648,38
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		21.964.648,38				7.747.097,50	68.251.569,94
Lucro Líquido do Exercício					(7.747.097,50)		-
Realização de Reservas Dif. IPC/ITNF						72.198.734,07	943.230.915,12
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	544.602.765,30	21.964.648,58		4.904.767,17	-	(11.422.233,08)	(11.422.233,08)
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Ajuste de Exercícios Anteriores						(72.198.734,00)	10.895.449,65
Aumento de Capital AGO. de 27/04/2006	94.163.382,40	(21.964.648,40)				1.481.432,44	1.481.432,44
Subv. Receb. Exerc. p/ Imobilizações		10.895.449,65				48.836.826,86	48.836.826,86
Doações para Investimentos		1.481.432,44					
Lucro Líquido do Exercício						37.414.593,85	693.022.390,99
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	638.326.147,70	12.376.832,27		4.904.767,17	-		

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

PRESIDENTE

CPF: 131.653.806-00

SÉRGIO NEVES CAMPOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 376.700.11-20

JOÃO BATISTA PAULIÃO SANTANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.151.496-72

JOSE ANTONIO DA SILVEIRA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 210.959.738-49

MARCIO CAMPOS LUTEMBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.608.396-15

GISELE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CPF: 688.709.208-72

CONTADOR CRC/DF 12.593 CPF: 688.709.208-72

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

SÉRGIO NEVES CAMPOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 379.105.111-20

JOÃO BATISTA APARECIDO DE MENDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.496-72

JOSE ANTÔNIO DA SILVA
DIRETOR TÉCNICO
CPF: 219.660.736-49

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.609.396-15

GISELE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRCDF 12.568 CPF: 888.709.206-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ 1,00)

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, criada pelo Decreto-lei nº 524, de 08/04/1969, com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, teve sua denominação social alterada pela Lei 2.416 de 06.07.1999, para Companhia de Saneamento do Distrito Federal e sua denominação social atual instituída pela Lei n. 3.559, de 18.01.2005, é uma empresa pública de direito privado, organizada sob a forma de Sociedade por Ações.

A CAESB tem por objetivo desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, operando, administrando e mantendo os sistemas de captação e abastecimento de água, coleta, tratamento, industrialização, comercialização e disposição final dos efluentes sanitários. Podendo desenvolvê-las em todo o território nacional.

À Companhia compete zelar pela conservação, proteção e preservação das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de uso público.

Cumprir à CAESB controlar a poluição das águas utilizadas ou reservadas para fins de uso público, inclusive, além dos seus limites de concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal.

A CAESB está autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, visando ao progresso sócio-econômico das áreas de sua atuação, podendo constituir e/ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da lei e de seu estatuto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e apresentadas, em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consoante com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e Tributária, descritas em nota 3.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RECEITAS E DESPESAS

Estão contabilizadas pelo regime de competência dos exercícios.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Marítimas em garantia dos contratos de financiamento, são demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pro-rata-die e apropriadas mensalmente.

c) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são atualizados trimestralmente pelo índice da caderneta de poupança.

d) ESTOQUE

Os estoques de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas são avaliados pelo custo médio de aquisição.



e) INVESTIMENTOS

Conforme dispõe legislação específica, a CAESB está autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, e por estar vinculada ao complexo administrativo do Distrito Federal a Companhia foi autorizada a participar com o montante de R\$ 30.000.000,00, através da Lei 3.588 de 22 de abril de 2005, no capital social da Corumbá Concessões S/A. Este empreendimento guarda oportunidade especialmente sob dois aspectos: geração de energia e aproveitamento dos recursos hídricos destinados ao consumo humano. Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição.

f) IMOBILIZADO

Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e computada no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas em nota 5.

g) ATIVO DIFERIDO

As despesas de organização e reorganização, de desenvolvimento operacional e de proteção de mananciais e bacias hidrográficas estão classificadas no ativo diferido, deduzidas das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear, à taxa de 20% a.a. e reconhecidas no resultado do exercício.

h) CAUÇÕES E RETENÇÕES CONTRATUAIS

As cauções e retenções destinadas a garantia de contratos de obras, serviços, fornecimentos de materiais e equipamentos, totalizam em 31.12.2006 a importância de R\$ 1.496.532. As cauções foram atualizadas trimestralmente através da média da variação do INPC /IGP-DI.

i) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Foram atualizados até 31.12.2006, com base nos encargos estabelecidos em cláusulas contratuais.

j) PROVISÃO PARA LICENÇA PRÊMIO E FÉRIAS

A provisão para férias é constituída para os períodos aquisitivos completos e proporcionais, acrescida dos encargos sociais, até a data do balanço. A partir do exercício de 2001, com base no Acordo Coletivo vigente de 01.05.2006 a 30.04.2008, está mantida a extinção do direito a licença prêmio. O saldo dos dias desse benefício existente em decorrência do direito adquirido de acordos anteriores será usufruído até 30.04.2010.

k) SUBVENÇÃO PARA OBRAS

As subvenções recebidas são registradas diretamente em reserva de capital.

4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES e OUTROS CREDITOS A RECEBER

	Em Reais			
	2006			2005
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
a - Vencidas de 01 a 30 dias	11.577.143	3.346.260	636.551	3.505.163
b - Vencidas de 31 a 60 dias	2.678.896	1.671.205	581.072	4.321.854
c - Vencidas de 61 a 90 dias	1.234.565	933.208	116.511	2.525.153
d - Vencidas de 91 a 120 dias	836.063	783.766	437.854	2.022.148
e - Vencidas com mais de 120 dias	1.104.148	7.213.245	30.526	13.805.591
Soma	17.432.807	13.947.682	1.802.314	26.179.909
f - A Vencer	27.450.430	7.346.515	262.341	748.486
g - Parcelamento	3.985.143	883.034	297.127	514
Total:	48.848.379	22.277.231	2.361.783	26.928.889
				100.416.282
				88.775.352

[Handwritten signatures and initials]

h- A Companhia reconheceu como despesas neste exercício o montante de R\$ 17.773.562 a título de perdas no recebimento de créditos, em decorrência principalmente de valores acima de R\$ 30.000,00, os quais estão em cobrança judicial, da Universidade de Brasília, da Associação das Pioneiras Sociais, e do Hospital Universitário. E recuperou o somatório de R\$ 3.024.400.

i- Do montante de R\$ 26,9 milhões, referentes à dívida de órgãos públicos, R\$ 20,7 milhões a preço histórico, é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal através de seus órgãos.

j- A CAESB arrecadou no exercício de 2006 o montante de R\$ 681.789.450, deste valor R\$ 55.448.280 refere-se a faturamentos de exercícios anteriores.

5 - IMOBILIZADO TÉCNICO

Em Realis	Em Reais				Valor Líquido	Depreciação Acumulada	Custo	2005 Depreciação Acumulada	Valor Líquido
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo					
Em Operação									
-Sistema de Abastecimento de Água	591.207.221	185.696.719	405.520.502	549.668.142	172.077.040				376.591.102
-Sistema de Esgotos	755.723.749	348.560.693	407.163.056	657.850.751	336.508.261				321.342.490
-Bens de Uso Geral	102.713.236	36.169.949	66.543.288	58.029.331	31.557.683				28.471.648
-Consórcio CAESB/SANEAGO	1.500.000	-	1.500.000	1.500.000					1.500.000
SUBTOTAL	1.451.144.205	570.417.361	880.726.845	1.266.048.224	540.142.984				725.905.240
Obras em Andamento									
-Sistema de Abastecimento de Água	198.829.270	-	198.829.270	100.545.044	-				100.545.044
-Sistema de Esgotos	60.823.735	-	60.823.735	106.216.466	-				106.216.466
-Bens de Uso Geral	6.944.153	-	6.944.153	32.104.902	-				32.104.902
-Outros Custos em Andamento	6.697.193	-	6.697.193	6.448.200	-				6.448.200
SUBTOTAL	263.294.351	-	263.294.351	245.314.613	-				245.314.613
TOTAL	1.714.438.557	570.417.361	1.144.021.197	1.511.362.838	540.142.984				971.219.853

DEPRECIACÕES

A depreciação é calculada pelas seguintes taxas anuais, aplicadas de forma consistente em exercícios anteriores:

Tubulações e Construção civil	2%	Equipamentos e Aparelhos Diversos, Hidrômetros, Mobiliário de Instalações	10%
Barragens	3%	Equipamentos de Transporte, Computadores e Periféricos e Instalações Elétricas	20%
Estração, Redes, Edificações e Postos Pivométrico	4%		
Ligações Prediais e Tomada de Água	5%	Máquinas Tratores, Equipamento e Implementos Agrícolas	25%

[Handwritten signatures and initials]

6 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Em Reais		VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS
	2005	2005		
CEF - Caixa Econômica Federal				
Saldo Anterior	228.808.036	210.296.843	30.11.2022	2 a 12%
Recursos Recebidos	210.205.843	192.354.449		
Variação Monetária	26.553.413	22.754.459		
Amortização	4.423.226	5.534.360		
BID - Banco I. de Desenvolvimento	(12.665.445)	(10.346.426)	11.06.2026	
Saldo Anterior	99.980.038	87.896.720		
Recursos Recebidos	87.896.720	90.382.778		
Variação Cambial	19.712.673	8.377.723		
FUNDIAGUA	(7.629.354)	(10.863.782)		
Saldo Anterior	-	3.221.977		
Recursos Recebidos	-	(3.221.977)	28.07.2014	
Amortização	-	1.000.000		
BNDES	21.837.204	1.000.000		
Saldo Anterior	1.000.000	7.000.000	20.03.2011	112% s/ CDI
Recursos Recebidos	19.965.000	8.000.000		
Variação Monetária	672.204	6.000.000		
BB - Banco do Brasil	45.713.661	(7.000.000)	23.06.2009	20,06% a.a
Saldo Anterior	7.000.000	10.000.000		
Recursos Recebidos	93.007.379	10.000.000		
Amortização	(54.293.718)	10.000.000		
UNIBANCO	10.000.000	10.000.000		
Saldo Anterior	10.000.000	10.000.000		
Recursos Recebidos	16.666.667	2.892.047	15.06.2009	20,04% a.a
Amortização	(16.666.667)	14.000.000		
BIC - Banco Industrial e Comercial	10.000.000	(11.107.953)		
Saldo Anterior	2.892.047	1.636.610		
Recursos Recebidos	10.000.000	1.604.962	14.05.2009	18,1559 % a.a
Amortização	2.892.047	31.649		
GDF - Governo do Distrito Federal	10.000.000	-	21.12.2009	20,983 % a.a
Saldo Anterior	(2.892.047)	-		
Variação Monetária	1.850.274	-		
Banco Votorantim	1.636.610	-		
Variação Monetária	13.664	-		
Banco Sofisa	15.000.000	-		
Saldo Anterior	10.000.000	-		
Recursos Recebidos	10.000.000	-		
Amortização	10.000.000	-		
TOTAL	442.789.213	320.722.220		
Parcela de Longo Prazo	402.309.137	286.088.244		
Parcela de Curto Prazo	40.480.076	34.633.976		

Os Empréstimos/Financiamentos têm a intervenção do Governo do Distrito Federal e/ou Banco de Brasília S/A

Handwritten signatures and initials.

7 - PROVISÕES PARA FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO

	Em Reais	
	2006	2005
Férias	11.121.390	11.087.793
Encargos Sociais Sobre Férias	4.170.521	4.157.922
Licença Prêmio	13.659.718	14.939.901
Encargos Sociais Sobre Licença Prêmio	5.122.394	5.602.463
Total	34.074.024	35.788.060

8 CONTINGÊNCIAS - ISS / AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Companhia reconheceu em 2003, como ajuste de exercícios anteriores, o montante de R\$ 24.475.772,47 referente à dívida do Imposto sobre Serviços - ISS, levantada para o período de julho de 1993 a dezembro de 2002.

A cobrança do ISS, pelo Governo do Distrito Federal, foi suspensa, a partir da promulgação da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, a qual excluiu do seu Artigo 3º, incisos X e XI a cobrança sobre os serviços de saneamento básico e tratamento de água.

A Companhia através de sua administração, em janeiro de 2007, optou pelo pagamento desta dívida, atualizada para o montante de R\$ 40.968.200, em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas. A atualização monetária desta dívida até o exercício de 2005, no montante de R\$ 11.422.233, foi reconhecida como Ajuste de Exercícios Anteriores e o montante de R\$ 5.070.274 reconhecido no resultado do exercício.

9 - CONTRIBUIÇÃO A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

A Fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência privada, constituída com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários dos empregados da CAESB.

A CAESB, na condição de patrocinadora, contribuiu no exercício de 2006 a título de patrocínio com o montante de R\$ 7.634.209,96, e a título de amortização do custo passado com o montante de R\$ 2.293.692,59.

A Administração, neste exercício, assinou com a Fundação, o contrato 6937/06, referente a consolidação e parcelamento de contribuições extraordinárias para amortização do passivo de sua responsabilidade, correspondente a diferença entre o total das reservas matemáticas de benefícios concedidos e de benefícios a conceder e o valor do ativo líquido existente, relativos aos Planos I e II de Benefícios, conforme avaliação atuarial de 31/12/2004, cujo saldo em 31/12/2006 está atualizado para R\$ 126.522.563,98. Sendo R\$ 2.588.544 registrado no circulante e R\$ 123.934.019 no Exigível a Longo Prazo. Esta dívida será amortizada em 288 parcelas mensais e sucessivas.

10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.

11 - BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A base de cálculo negativa da contribuição social sobre o Lucro Líquido era de R\$ 12.394.687 em 31 de dezembro de 2005 a qual foi realizada integralmente no exercício de 2006.

[Handwritten signature and initials]

12 - O CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 31 de dezembro de 2006, o capital social autorizado e realizado é R\$ 638.326.147 (R\$ 544.162.765 em 2005) está representado por 6.383.261.477 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Composição

Acionistas	Valor Reais	Nº de Ações
Governo do Distrito Federal	569.912.489,50	5.609.124.895
Cia Imobiliária de Brasília - Terracap	61.745.663,80	617.456.638
Inst. De Desenvolvimento Habitacional do DF - IDHAB	6.333.104,30	63.331.043
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	334.846,90	3.348.469
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	43,20	432
Total	638.326.147,70	6.383.261.477

13 - DESAPROPRIações

Nas execuções de obras há necessidades de desapropriações em propriedades de terceiros, cujas indenizações são efetuadas por acordo ou via judicial, sendo que parte dos processos encontram-se em andamento. Durante o exercício de 2006 o desembolso foi de R\$ 248.993, totalizando em 31/12/2006 um montante de R\$ 6.697.193.

14 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado de 2006, a título de participação dos empregados nos resultados o valor de R\$ 10.111.944,61, em conformidade ao Programa de Participação nos Resultados, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 29/12/98, e ratificado pelo novo ACT de 01/05/2006, tendo como embasamento legal as disposições contidas no Art. 7º, inciso XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, regulamentada pela Lei 10.101 de 19/12/2000.

15 - CONSORCIO CAESB/SANEAGO

O Município de Águas Lindas situado no Estado de Goiás em região limítrofe ao Distrito Federal, apresenta uma das taxas mais elevadas de crescimento da América Latina, o que significa uma ocupação acelerada dos solos, e em virtude da inexistência de sistemas adequados de esgotamento e tratamento de efluentes variadas na região configuram-se possibilidades concretas de danos significativos aos ecossistemas e mananciais das bacias hidrográficas da área. O Sistema Rio Descoberto, responsável pelo abastecimento de 65% do Distrito Federal tem por objeto, através da CAESB o monitoramento no tocante à verificação da qualidade da água do manancial Rio Descoberto, o qual é integrante da bacia hidrográfica de Águas Lindas de Goiás, a Companhia com o apoio dos órgãos competentes da área ambiental do Governo do Distrito Federal visa garantir a preservação deste reservatório em condições compatíveis com a importância que o mesmo detém para o suprimento de água potável à população do Distrito Federal.

A cidade de Águas Lindas de Goiás situa-se em área de drenagem, contribuinte da bacia do Reservatório Descoberto, com proximidade geográfica tal que a matéria de estruturação do Sistema de Saneamento dessa municipalidade está intrinsecamente relacionada com a utilização daquele reservatório, presente e futuramente, assim um acordo entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal, através da SANEAGO e da CAESB, para a formação de um CONSÓRCIO, justifica-se para viabilizar a prestação dos serviços de saneamento básico deste Município. Através da Resolução de Diretoria nº 77/03, de 13/29ª Reunião Extraordinária, de 05/1/03, em conformidade com a Lei 2416 de 06/07/99, em seu artigo 2º, a CAESB em conjunto com a Companhia de Saneamento de Goiás - SANEAGO constituíram um consórcio, que tem por objeto a finalidade específica traçar as diretrizes principais, para a efetivação dos estudos, análise e providências para a exploração econômica, mediante implementação de infra-estrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo-se implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás - GO.

O Consórcio não tem personalidade jurídica própria e as despesas de responsabilidade da CAESB em suas contas de despesa operacional. Para registro das receitas torna-se necessário o encontro de contas CAESB/SANEAGO, através dos relatórios de controle efetuados pelo Consórcio.

[Assinatura]

16 . DESPESAS ANTECIPADAS

A dívida reconhecida com a Fundação de Previdência Privada da C/ ESB, referente ao contrato nº 6.937/06, assinado em 2 de janeiro de 2006, de consolidação e parcelamento de contribuições extraordinárias, referente ao custo do serviço passado dos participantes fundadores do Plano I, no montante original de R\$ 121.252.464, foi reconhecida como Despesas Antecipadas para apropriação no resultado dos exercícios subsequentes, uma vez que será amortizada nos próximos 288 meses.

17 . PERÍODO DE GESTÃO DOS DIRIGENTES

a) Nomes, cargos e períodos da gestão dos dirigentes:

NOME	CPF	CARGO	GESTÃO
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	131.653.806-00	Presidente	01/01/2006 a 31/12/2006
Sérgio Neves Campos	376.005.911-20	Diretor de Gestão	01/01/2006 a 31/12/2006
José Antônio da Silveira	210.959.736-49	Diretor Técnico	01/01/2006 a 31/12/2006
João Batista Padilha Fernandes	236.131.498-72	Diretor de Produção e Comercialização	01/01/2006 a 31/12/2006

As Notas Explicativas pertencem as Demonstrações Financeiras do exercício de 2006.

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO IX

Informações Trimestrais relativas ao Período de Nove Meses Encerrado em 30 de setembro de 2009,
com o respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

MATRIZ	FILIAL	ESCRITÓRIOS
RIO DE JANEIRO – RJ – AVENIDA RIO BRANCO, 147 8º ANDAR – CEP 20040-006 TELEFONES (21) 2508-8658 FAX (21) 2242 7212 secretaria@loudon.com.br	SÃO PAULO – SP – RUA SENADOR PAULO EGÍDIO, 72 CONJUNTO 1311 – CEP 01006-000 TELEFONE (11) 3104-8303 FAX (11) 3104-3420 loudonsp@loudon.com.br	BRASÍLIA – DF – EDIFÍCIO CARIOÇA SCS – QUADRA 6 – BLOCO A – SALA 402 – CEP 70718-900 TELEFONE (61) 3963 0706 projetos@loudon.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB**
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - **CAESB** levantados em 30 de setembro de 2009 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Examinamos as demonstrações financeiras do Consórcio Águas Lindas, constituído entre a CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás S. A – SANEAGO, para o período compreendido entre 7 de abril de 2003 e 31 de dezembro de 2008, cujo parecer datado de 20 de julho 2009 contém as seguintes ressalvas: (a) ausência de provisão para perdas no recebimento de créditos no montante de R\$ 5.527.668 sobre as contas com atrasos superiores a 180 dias; (b) diferença no montante de R\$ 3.254.569 entre a posição fornecida pelo Sistema Comercial, administrado pela SANEAGO, e os registros contábeis do Consórcio; (c) O Consórcio não possui um Sistema Patrimonial que permita a identificação e controle dos bens, bem como para apuração e controle das respectivas depreciações. Dessa forma, não foi possível determinar a razoabilidade dos saldos das contas do Ativo Imobilizado, Depreciações Acumuladas e as Despesas de Depreciações reconhecidas no resultado operacional do Consórcio Águas Lindas; (d) e (e) os **CONSÓRCIADOS** figuram como réus em ação judicial movida por ex-proprietário do sistema de Águas Lindas para a qual não há constituição de provisão para contingência.

- 4 A **CAESB**, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 18, figura ré em diversas ações judiciais, cujo montante demandado ainda não foi totalmente mensurado pela Procuradoria Jurídica. A provisão constituída para fazer face aos processos trabalhistas foi constituída com base nos valores e riscos informados pela Procuradoria, e para as ações cíveis, apenas com base nos depósitos judiciais efetuados.
- 5 Em nossa opinião, sujeita aos efeitos que os comentários contidos nos itens 3 e 4 acima, possam ter sobre as demonstrações contábeis referidas no item 1, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – **CAESB**, em 30 de setembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Loudon Blomquist
Auditores Independentes
CRC-RJ-0064

Edio Paulo Brevilieri
Contador
CRC-DF-17619-T-RJ

Brasília (DF),

20 de novembro de 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL		
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS		
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB		
BALANÇO PATRIMONIAL ESPECIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008		
(EM REAIS)		
CNPJ - 00.082.024/0001-37		
	30.09.2009	30.09.2008
ATIVO		
CIRCULANTE	212.397.749,29	191.937.208,60
DISPONÍVEL	31.214.108,77	21.577.743,00
Caixa	1.715,38	4.610,12
Depósitos Bancários	22.196.221,43	14.186.666,75
Aplicação Financeira	9.016.171,96	7.387.476,13
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	124.166.631,43	115.237.178,65
Contas a Receber de Clientes	165.421.529,79	160.368.343,43
(-) Perdas no Receb. Créditos	(52.390.793,84)	(54.315.934,06)
Contas a Receber Consórcio CAESB/SANEAGO	16.936.191,08	10.658.181,28
(-) Arrec. a Discriminar Consórcio CAESB/SANEAGO	(5.800.296,60)	(1.473.412,00)
ESTOQUE	30.575.179,62	28.648.800,11
Material de Operação e Manutenção	27.530.511,21	27.995.937,77
Material de Obra	3.041.599,37	649.793,30
Material de Operação - Consórcio CAESB/SANEAGO	3.069,04	3.069,04
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	23.687.588,73	21.524.566,42
Antecipações Tributárias	119.309,34	175.609,94
Depósitos em Garantia	9.876.780,81	7.875.916,22
Créditos por Convênio	695.680,69	733.089,59
Antecipações a Empregados	10.310.390,82	10.055.862,17
Créditos Diversos	2.585.427,07	2.684.078,50
ATIVO FISCAL DIFERIDO	2.309.800,62	-
IRPJ e CSLL	2.309.800,62	-

DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEQUENTES	444.440,12	4.948.920,42
Despesas Antecipadas	412.639,33	403.033,12
Adiantamento para Despesas Diversas	31.800,79	3.078,30
Fundação e Programa de Demissão Voluntária	-	4.542.809,00
NÃO CIRCULANTE	1.494.892.858,76	1.485.981.304,94
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	48.801.579,41	141.823.495,09
DESPESAS ANTECIPADAS	-	141.323.495,09
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB	-	111.943.229,51
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	29.380.265,58
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00
CAESBPAR - CAESB Participações S/A	500.000,00	500.000,00
ATIVO FISCAL DIFERIDO	48.301.579,41	-
Ativo Fiscal Diferido	48.301.579,41	-
INVESTIMENTOS	30.895.747,13	30.395.747,13
Participações Societárias	30.045.747,13	30.045.747,13
Participações em Subsidiárias - CAESBPAR	910.000,00	310.000,00
Participações em Atividades Audiovisuais	70.000,00	70.000,00
IMOBILIZADO	1.415.095.532,22	1.301.899.818,91
IMOBILIZADO TÉCNICO	1.194.414.452,07	992.180.403,51
Sistema de Abastecimento de Água	875.953.842,00	700.811.631,15
Sistema de Esgotamento Sanitário	871.754.862,35	814.086.605,55
Bens de Uso Geral	118.695.502,18	110.552.606,16
Consórcio CAESB/SANEAGO	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(671.989.754,46)	(633.250.439,36)
OBRAS EM ANDAMENTO	220.681.080,15	309.719.415,40
Sistema de Abastecimento de Água	108.918.551,87	206.416.778,90
Sistema de Esgotamento Sanitário	103.618.465,48	97.403.436,97
Bens de Uso Geral	1.846.975,62	148.460,70
Outros Custos em andamento	5.297.087,18	6.750.738,83
DIFERIDO	-	11.862.243,81
Despesas a Amortizar	-	16.399.684,64
(-) Amortização Acumulada	-	(4.537.440,83)
TOTAL DO ATIVO	1.707.290.608,05	1.677.918.513,54

CIRCULANTE		PASSIVO	
		30.09.2009	30.09.2008
		242.088.906,75	254.397.488,75
Empreiteiros		26.678.707,47	16.985.340,57
Fornecedores		3.496.033,48	4.950.797,22
Cauções e Retenções Contratuais		1.641.005,19	1.236.997,32
Consórcio CAESB/SANEAGO		1.467.048,17	2.660.878,24
Impostos e Contribuições a Recolher		27.930.532,32	32.085.390,26
Consignações a Recolher		2.701.310,12	2.323.948,60
Credores por Serviços		57.478.081,04	51.380.172,55
Ordenados e Salários a Pagar		127.885,23	130.644,37
Provisões para Férias e Licença-Prêmio		60.227.076,19	59.580.632,39
Parcelas Vincendas de Amortizações de Financiamentos		41.047.507,26	66.951.427,25
Obrigações Diversas		19.698,60	154,04
Obrigações com Clientes		14.395.997,91	10.944.811,67
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB		772.208,24	3.895.273,65
Programa de Demissão Voluntária - PDV		4.116.815,53	1.242.104,29
Recursos de Convênio		-	28.916,33
NÃO CIRCULANTE		663.001.607,12	607.643.862,42
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		59.895.944,09	43.971.251,95
Provisão Para Contingências Judiciais		22.481.510,61	11.431.876,70
Provisão Para Contingências Fiscais		37.414.433,48	32.539.375,25
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		449.341.003,50	400.002.527,28
Caixa Econômica Federal - CEF		267.192.944,92	214.027.067,18
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento		95.014.551,46	98.952.779,82
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES		37.007.323,07	37.643.987,88
Banco do Brasil S/A		50.126.184,05	25.607.637,04
União de Bancos Brasileiros - Unibanco		-	1.666.666,63
Banco Votorantim S/A		-	14.871.934,91
Banco Industrial e Comercial - BIC		-	3.055.555,50
Banco Sofisa SA		-	4.000.000,06
BIRD/ADASA		-	176.888,26
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS		153.764.659,53	163.670.083,19
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB		16.320.660,25	134.289.817,61
Programa de Demissão Voluntária - PDV		137.443.999,28	29.380.265,58

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 e 2008 (EM REAIS) CNPJ - 00.082.024/0001-37		
	30.09.2009	30.09.2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	635.179.367,68	595.528.828,85
Do Abastecimento de Água	361.223.440,81	333.462.715,76
Do Esgotamento Sanitário	289.353.834,95	251.742.776,62
Recuperação de Redes de Dificil Recebimento	8.794.065,33	5.963.286,77
Do Consórcio CAESB/SANEAGO	4.808.026,59	4.360.049,70
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(57.109.994,28)	(53.721.475,71)
COFINS	(46.544.745,55)	(43.912.022,56)
PASEP	(10.106.109,21)	(9.633.531,23)
ISS - Imposto Sobre Serviços	(460.139,52)	(275.921,92)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	578.069.373,40	541.807.353,14
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(292.593.769,30)	(263.146.434,35)
Custos Técnicos	(23.879.537,76)	(14.911.225,68)
Custos de Produção	(251.372.731,56)	(233.324.322,83)
Custos com Concessões	(17.341.499,98)	(14.910.885,84)
LUCRO BRUTO	285.475.604,10	278.660.918,79
DESPESAS OPERACIONAIS	(194.115.075,91)	(178.435.263,76)
Despesas Comerciais	(38.788.063,76)	(34.876.842,42)
Despesas Administrativas	(98.547.845,07)	(76.825.405,92)
Perdas no Recebimento de Créditos	(8.346.708,07)	(9.373.696,72)
Despesas Fiscais e Tributárias	(4.194.532,77)	(3.053.717,52)
Despesas Financeiras	(32.761.731,24)	(35.661.390,88)
Despesas de Contingências Judiciais	(3.677.205,66)	(2.073.219,76)
Variação Monetária Passiva	(8.498.319,58)	(16.043.493,01)
Outras Receitas/Despesas	699.330,24	(527.497,53)

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS			
FIMOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 e 2008			
(EM REAIS)			
	30.09.2009	30.09.2008	
LUCRO DO EXERC. ANTES DOS TRIB. FEDERAIS E PARTICIPAÇÕES	91.360.528,19	100.225.655,03	
Participações de Empregados nos Resultados	(9.000.000,00)	(8.800.000,00)	
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	82.360.528,19	91.425.655,03	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(7.317.145,28)	(8.983.788,30)	
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	75.043.382,91	82.441.866,73	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(19.849.091,87)	(24.203.361,27)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55.494.291,04	58.238.505,46	

DIVINO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 009.773.571-04

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.496-72

CRISTIANO MACALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 645.455.631-04

GISELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF12.568 CPF: 862.708.206-72

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.609.396-15

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS ESPECIAL FIMOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 e 2008 (EM REAIS) CNPJ - 00.082.024/0001-37		
	30.09.2009	30.09.2008
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações	99.828.040,34	94.722.164,73
Lucro Líquido do Exercício	55.494.291,04	58.238.505,46
Depreciação e Amortização do Exercício	43.866.921,36	35.758.453,52
Baixas do Ativo Não Circulante	446.690,94	211.360,47
Variação Monetária da Provisão para Contingência Judicial	20.237,00	513.845,28
Dos Acionistas	17.439.925,29	642.220,39
Subvenções para Investimentos	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	17.439.925,29	642.220,39
De Terceiros	113.217.516,10	51.920.753,73
Liberações de Financiamentos Internos Obtidos	102.458.883,55	28.765.765,50
Provisão para Contingências Judiciais	3.875.387,46	1.755.645,99
Doações para Investimentos	-	-
Provisão Contingências Fiscais	2.764.915,16	4.536.544,50
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB	4.546.099,71	7.878.198,14
Programa de Demissão Voluntária - PDV	(427.769,78)	8.984.598,60
TOTAL DAS ORIGENS	230.485.481,73	147.285.138,85

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (EM REAIS)		
	30.09.2009	30.09.2008
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições no Ativo Não Circulante	119.790.996,73	82.799.378,96
Sistema de Abastecimento de Água	28.788.067,06	47.853.740,44
Sistema de Esgotamento Sanitário	40.396.247,27	44.007.100,35
Bens de Uso Geral	5.919.423,06	2.447.162,05
Consórcio CAESB/SANEAGO	-	(1.500.000,00)
Investimento - CAESBPAR	600.000,00	-
Ativo Diferido	-	1.361.894,77
Variação Monetária de Financiamentos Longo Prazo	44.087.259,34	(11.370.518,65)
Variações do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	(229.913,78)	9.484.598,60
FUNDIAGUA - Fundação de Previdência da CAESB	-	-
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	8.984.598,60
CAESBPAR - CAESB Participações S/A	(100.000,00)	500.000,00
Ativo Fiscal Diferido	(129.913,78)	-
Variações do Passivo Não Circulante	23.696.260,35	1.174.301,09
Amortizações de Financiamentos	23.106.077,61	-
Amortizações Financiamentos BID e BNDES	-	1.174.301,09
Baixa da Provisão para Contingências Judiciais	591.182,74	-
Baixa de Contingências Fiscais	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.789.080,96	(6.463.651,08)
TOTAL DAS APLICAÇÕES	148.046.424,26	86.994.627,57
Aumento no Capital Circulante Líquido	82.439.057,47	60.290.514,28

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

30.09.2008

ATIVO CIRCULANTE

32.674.005,17

7.853.285,23

No Início do Exercício
No Final do Exercício

179.723.744.12

184.083 923.37

No Final do Exercício

212.397.749.29

191.937.208,80

PASSIVO CIRCULANTE

49.785.052,30

52.437.226,05

No Início do Exercício
No Final do Exercício

291.853.959.05

306.834.714.80

No Final do Exercício

242.088.906.75

254.397 488.75

AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

82.439.057,47

60.290.511,28

PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

DIVINO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 009.773.571-04

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 645.455.631-04

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 645.455.631-04

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 645.455.631-04

JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.496-72

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 169.609.396-15

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 159.609.396-15

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO
CPF: 159.609.396-15

GISELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF12.668 CPF. 068.709

GISELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF12.568 CPF. 868.705

GISELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF12.568 CPF. 868.705

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (EM REAIS)		
	30.09.2009	30.09.2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	55.494.291,04	58.238.505,46
Ajuste de Exercícios Anteriores	(4.789.080,96)	6.463.651,08
Depreciações e Amortizações	43.866.921,36	35.758.453,52
Custo das Baixas do Ativo Não Circulante	446.590,94	211.288,96
Variações Monetárias e Cambiais sobre Financiamentos	(44.016.955,47)	11.379.389,92
Variações nas contas do Ativo	(23.579.661,02)	(23.394.068,02)
Contas a Receber de Clientes	(21.784.580,61)	(15.087.336,64)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(4.034,46)	(59.771,08)
Depósitos Judiciais	(1.480.242,72)	(1.007.310,25)
Estoques	46.873,13	1.117.545,97
Despesas de Exercícios Seguintes	(361.006,09)	7.767.811,80
Ativo Fiscal Diferido	5.252.712,77	-
CAESBPAR - CAESB Participações S/A	100.000,00	(500.000,00)
Outros Créditos	(5.349.383,04)	(15.625.007,82)
Variações nas contas do Passivo	(3.747.632,53)	13.556.599,07
Fornecedores	(16.235.842,04)	(16.973.454,37)
Impostos e Contribuições a Recolher	(1.566.296,95)	(1.050.707,74)
Salários e Encargos a Pagar	(6.433.834,53)	(6.447.887,91)
Contingências Judiciais e Fiscais	6.089.356,88	5.631.734,53
Outras Contas a Pagar	(1.828.855,28)	2.296.962,41
Obrigações com Clientes	2.514.986,05	(1.131.282,78)
Provisões de Férias, Licença-Prêmio e 13º Salário	19.362.386,63	22.813.889,43
FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência da CAESB	2.071.468,78	8.313.142,51
Programa de Demissão Voluntária - PDV	(7.701.002,05)	104.202,99
Disponibilidades Líquidas Geradas p/ Atividades Operacionais	23.674.473,36	102.213.799,99

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (EM REAIS)		
DESCRIÇÃO	30.09.2009	30.09.2008
1 - RECEITAS	620.988.854,85	582.502.626,85
1.1 - Receitas Operacionais	635.179.367,68	595.528.828,85
1.2 - Perda no Recebimento de Créditos - Constituição/Reversão	(8.346.708,07)	(8.373.696,72)
1.3 - Resultado não operacional	(5.843.804,76)	(3.652.505,28)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	198.061.557,80	153.113.853,09
2.1 - Produtos Químicos Consumidos	11.342.330,96	12.988.790,73
2.2 - Materiais	10.864.414,60	9.650.381,06
2.3 - Energia Elétrica	33.793.505,88	33.503.255,61
2.4 - Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	132.061.306,76	96.971.425,70
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	432.937.297,05	429.388.773,76
4 - RETENÇÕES	43.866.921,36	35.758.453,52
4.1 - Depreciação e Amortização	43.866.921,36	35.758.453,52
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	389.070.375,69	383.630.320,24
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.543.135,00	3.125.007,75
6.1 - Receitas Financeiras	6.543.135,00	3.125.007,75
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	395.613.510,69	396.755.327,99

8 -DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		395.613.510,69	396.755.327,99
8.1 - Pessoal		196.338.752,62	186.251.176,98
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições		88.170.784,20	89.962.342,80
8.3 - Aluguéis		12.349.652,01	10.598.418,86
8.4 - Juros e Variações Monetárias		41.260.050,82	51.704.883,89
8.5 - Lucros Reítos		55.494.291,04	58.238.505,46
<p>FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE PRESIDENTE CPF: 131.653.806-00</p>			
<p>DIVINO ALVES DOS SANTOS DIRETOR DE GESTÃO CPF: 009.773.571-04</p>			
<p>JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CPF: 236.131.486-72</p>			
<p>CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE CPF: 645.455-631-04</p>			
<p>MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK SUPERINTENDENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO CPF: 168.609.398-15</p>			
<p>GISELLE MENDES FERREIRA GERENTE DA CONTABILIDADE CONTADOR CRC/DE 12.568 CPF: 888.709.206-72</p>			

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESPECIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008
(EM REAIS)

CNPJ - 00.082.024/0001-37

	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES PARA OBRAS	RESERVA DE LUCROS		ADJUNT. PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA LEGAL			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	638.326.147,70	14.645.759,22	6.775.496,88	-	-	90.785.381,78	750.532.785,56
MUTUAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Ajuste de Exercícios Anteriores							
Aumento de Capital AGO, de 30/04/2008	102.659.065,00	(14.645.759,22)				6.463.651,08 (90.785.381,78)	6.463.651,08 (2.762.076,00)
Constituição de Reserva Legal			2.762.075,88				2.762.075,88
Adiantamento p/ Futuro Aum. Capital					642.220,39		642.220,39
Lucro Líquido do Exercício						58.238.505,46	58.238.505,46
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2008	740.995.212,70	-	9.537.572,74		642.220,39	64.702.156,54	815.877.162,37
SALDO EM 30 DE DEZEMBRO DE 2008	740.995.212,70	-	-		994.700,56	(7.534.954,45)	734.054.958,81
MUTUAÇÕES DO EXERCÍCIO							
Ajuste de Exercícios Anteriores							
Aumento de Capital AGO, de 30/04/2009	994.700,50				(994.700,50)	(4.789.080,96)	(4.789.080,96)
Reversão de Reserva Legal						-	-
Subv. Receb. Exerc. p/ Inmobilizações						-	-
Adiantamento p/ Futuro Aum. Capital					17.439.925,29		17.439.925,29
Doações para Investimentos						-	-
Lucro Líquido do Exercício						55.494.291,04	55.494.291,04
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	741.989.913,20		-		17.439.925,35	42.770.255,63	802.200.094,18

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
PRESIDENTE
CPF: 131.653.806-00

DIVINO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR DE GESTÃO
CPF: 009.773.571-04

CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO
DIRETOR DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
CPF: 645.455.631-04

JOÃO BATISTA PADILHA FERNANDES
DIRETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
CPF: 236.131.496-72

MÁRCIO CAMPOS LUTTENBARCK
SUPERINTENDENTE ECONÓMICO E FINANCEIRO
CPF. 169.609.396-15

GISELLE MENDES FERREIRA
GERENTE DA CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF 12.588 - CPF 868.709.206-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, criada pelo Decreto-lei nº 524, de 08/04/1969, com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, teve sua denominação social alterada pela Lei nº 2.415 de 06.07.1989, para Companhia de Saneamento do Distrito Federal e sua denominação social atual instituída pela Lei nº 3.599, de 18.01.2005, é uma empresa pública de direito privado, organizada sob a forma de Sociedade por Ações.

A CAESB tem por objetivo desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em que se quer de seus processos, com vistas à exploração econômica, em todo Território Nacional, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, operando, administrando e mantendo os sistemas de captação e abastecimento de água, e a coleta, tratamento, industrialização, comercialização e disposição final dos esgotos sanitários.

A Companhia compete zelar pela conservação, proteção e preservação das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de uso público.

Cumprir a CAESB controlar a poluição das águas utilizadas ou reservadas para fins de uso público, inclusive, além dos seus limites de concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal.

A CAESB está autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, visando ao progresso sócio-econômico das áreas de sua atuação, podendo constituir ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da lei e de seu estatuto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis para os exercícios de 2009 e 2008, estão sendo apresentadas, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 6.396/2007 e MP 449/2008.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RECEITAS E DESPESAS

Estão contabilizadas pelo regime de competência dos exercícios.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Manitidas em garantia dos contratos de financiamento, são demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pro-rata-die e apropriadas mensalmente.

c) DEPOSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são atualizados trimestralmente pelo índice da Caderneta de Poupança.

d) ESTÓQUE

Os estoques de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas são avaliados pelo custo médio de aquisição.

e) INVESTIMENTOS

e.1 - COLUMBIA CONCESSIONS S/A - A Companhia, conforme legislação específica (Lei 3.585 de 22 de abril de 2005), foi autorizada a participar do capital social da Columbia Concessões S/A, no montante de R\$ 30.000.000, sendo detentora de 7,2% de seu capital social.

e.2 - CAESB PARTICIPAÇÕES S/A - A CAESBPAR é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei Distrital 3.789, em 02 de fevereiro de 2006, é subsidiária integral da CAESB, cujo capital social é de R\$ 910.000. A CAESBPAR, por estar em fase pré-operacional, recebeu no exercício de 2009 o montante de R\$ 600.000, para manutenção de suas atividades.

Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição.

f) IMOBILIZADO		Esta apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e computada no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas em nota 7.	
g) ATIVO DIFERIDO			
As despesas de organização, de desenvolvimento operacional e de proteção de mananciais e bacias hidrográficas foram classificadas no ativo diferido, deduzidas das amortizações acumuladas, até o exercício de 2008. As amortizações foram calculadas pelo método linear a taxa de 20% a.a. e reconhecidas no resultado do exercício. Em estrita observância ao artigo 299 da MP 449/2008, o saldo remanescente deste grupo foi amortizado integralmente neste exercício.			
h) CAUCOES E RETENCOES CONTRATUAIS		As caucões e retenções destinadas à garantia de contratos de obras, serviços, fornecimentos de materiais e equipamentos são atualizadas trimestralmente através da variação do INPC/IGP-DI.	
i) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		Foram atualizados até 30/09/2009, com base nos encargos estabelecidos em cláusulas contratuais	
j) PROVISAO PARA LICENÇA-PRÊMIO E FERIAS		A provisão para férias é constituída para os períodos aquisitivos completos e proporcionais, acrescida dos encargos sociais, até a data do balanço. A partir do exercício de 2001, com base no Acordo Coletivo vigente de 01/05/2006 a 30/04/2008, esta mantida a extinção do direito a licença-prêmio. O saldo dos dias desse benefício existente em decorrência do direito adquirido de acordos anteriores será usufruído, até 30/04/2010.	
k) ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		Os adiantamentos recebidos das acionistas são registrados diretamente em adiantamento para futuro aumento de capital - Patrimônio líquido.	
4 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		As Administração da Companhia, considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras estejam em consonância, com as práticas internacionais determinou a realização dos ajustes abaixo mencionados em atendimento a Lei 11.639/2007, no exercício de 2008.	
a) FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA DA CAESB		A Dívida reconhecida com a Fundiágua, referente ao custo com o serviço passado dos participantes fundadores do plano I, estava sendo apropriada ao resultado pelo prazo da dívida.	
b) PROGRAMA DE DEMISSAO VOLUNTARIA - PDV		As despesas correspondentes ao Programa de Demissão Voluntária, estavam sendo apropriadas no resultado proporcionalmente aos pagamentos realizados.	
c) ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS		Efeito Fiscal sobre a Dívida do ISS - Imposto sobre Serviços, junto à Secretaria de Fazenda, apurada para o período de julho/1999 a dezembro/2002, tratada como Ajuste de Exercícios Anteriores em 2003.	
d) CONSORCIO CAESB/SANEAGO		Apropração do resultado do Consórcio Águas Limpas, referente ao encontro de contas com base nos balanços apresentados até junho/2008.	
		O montante registrado como Despesas Antecipadas, referente ao Fundiágua e ao PDV, foi integralmente levado a conta de Resultado líquido dos efeitos fiscais, no exercício de 2008.	
SALDO FINAL			
		0	55.864.053
			80.276.738
		DESPESAS ANTECIPADAS	112.375.987
		ATIVO FISCAL DIFERIDO	38.045.170
			74.330.797
		30.681.177	9.567.062
			21.114.095
			8.251.841
			8.251.841
			9.917.313
		142.537.144	

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES e OUTROS CREDITOS A RECEBER

	Em Reais			
	sat.08			set.08
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
a - Vendidas de 01 a 40 dias	14.770.791	5.037.157	1.109.804	1.419.684
b - Vendidas de 41 a 60 dias	1.598.813	400.452	19.808	503.076
c - Vendidas de 61 a 90 dias	1.328.967	542.943	602.159	258.302
d - Vendidas de 91 a 120 dias	785.693	355.648	1.014.986	339.072
e - Vendidas com mais de 120 dias	1.332.840	4.503.818	473.361	12.965.646
Soma	19.817.105	11.243.019	3.220.119	15.575.779
f - A Vencer	36.075.799	8.928.567	580.582	613.884
g - Parcelamento	11.610.146	5.082.055	149.550	87.119
CAESB	67.503.051	25.303.642	3.947.252	16.276.791
Consórcio AGUAS LINDAS	11.135.895	-	-	-
TOTAL	78.638.947	25.303.642	3.947.252	16.276.791
				115.237.179

h - A Companhia reconheceu como despesas no exercício de 2009 o montante de R\$ 8.346.708 a título de perdas no recebimento de créditos, em decorrência, principalmente, de valores acima de R\$ 30.000, os quais estão em cobrança judicial. E recuperou o montante de R\$ 9.794.065, conforme artigos nº 340 e 341 do Decreto 3000/99

6 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, fez-se necessário que despesas anteriormente contabilizadas no ativo curto o longo prazo, como "Despesas Antecipadas" fossem baixadas contra o Resultado Acumulado - Acústes de Exercícios Anteriores, liquidas dos efeitos fiscais futuros. Dessa forma, estas despesas passaram a ser controladas, única e exclusivamente, na parte B do I ALUR, para a sua recuperação fiscal na apuração do lucro real em exercícios futuros. Do mesmo modo, tratamento igual foi dado ao Prejuízo Fiscal (Dívida do ISS) existente e em controle no Livro Fiscal.

O Ativo Fiscal Diferido foi apurado no pressuposto de existência de lucro tributável suficiente para a sua compensação futura, uma vez que a Companhia vem apresentando situação de lucro consecutiva, nos últimos 10 anos. A base de cálculo desse Ativo Fiscal Diferido, são passivos, cuja liquidação de seus valores produzirão alterações nas futuras aborções do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, através de sua distributibilidade.

O Ativo fiscal Diferido apresenta a seguinte composição:

	ATIVO FISCAL DIFERIDO			
	FUNDIÁGUA	POV	ISS	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.894.874	1.843.363	1.658.893	13.397.130
IMPOSTO DE RENDA	27.495.762	5.120.453	4.808.035	37.214.250
	37.390.637	6.963.816	6.266.927	50.611.380

A apuração do Ativo Fiscal Diferido foi em estrita observância à Deliberação CVM nº 273 de 20/08/1998

7 IMOBILIZADO TECNICO		Em Reais				
		Custo	sol.06 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	sol.06 Depreciação Acumulada
Em Operação						
- Sistema de Abastecimento de Água	875.953.842		233.286.102	642.667.740	700.811.631	213.647.694
- Sistema de Esgoto	871.754.862		390.866.072	480.888.790	814.066.606	374.871.421
- Bens de Uso Geral	118.696.502		47.737.580	70.957.922	110.552.606	44.731.324
SUBTOTAL	1.866.404.207		671.885.754	1.194.518.452	1.625.430.843	633.250.439
Obras em Andamento						
- Sistema de Abastecimento de Água	109.918.552		-	109.918.552	205.416.779	-
- Sistema de Esgotos	103.018.465		-	103.018.465	97.403.437	-
- Bens de Uso Geral	1.846.976		-	1.846.976	148.461	-
- Outros Custos em Andamento	5.237.087		-	5.237.087	6.750.739	-
SUBTOTAL	220.881.080		-	220.881.080	309.719.415	-
T O T A L	2.087.085.287		671.885.754	1.415.099.532	1.935.150.258	633.250.439
7.3) DEPRECAÇÕES						
A depreciação é calculada pelas seguintes taxas anuais, aplicadas de forma consistente em exercícios anteriores.						
Tubulações e Construção civil						10%
Barrações						20%
Estação, Redes, Edificações e Postos Purométrico						25%
Linhações Prediais e Tomada de Água						25%
7.4) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA VIDA ÚTIL E ECONÔMICA DOS ITENS DO IMOBILIZADO						
A análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil e econômica estimada, e para cálculo da depreciação, será efetuada a partir de 2010						

8 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

8.1) **Caixa Econômica Federal - CEF** - Financiado por 49 contratos com a Caixa Econômica Federal, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Distrito Federal. Esses empréstimos têm a intervenção do Governo do Distrito Federal - GDF e Banco de Brasília S/A - BRB e são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros varia entre 5,0% e 12% ao ano, acrescida da taxa de administração de 2,00% ao ano.

8.2) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES** - Este empréstimo objetiva a modernização e ampliação dos sistemas de água e esgoto do Distrito Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas arrecadadas da Companhia. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

8.3) **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID** - Este empréstimo objetiva o aumento da cobertura e a melhoria da administração dos serviços de água e esgoto do Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal. Este empréstimo tem a intervenção do Governo do Distrito Federal - GDF. Os juros são pagos semestralmente, a taxa estipulada periodicamente de acordo com política do banco, conforme previsto no Acordo de Empréstimo.

8.4) **Banco do Brasil S/A** - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 112% da taxa média dos CDI.

8.5) **Banco Industrial e Comercial S/A - BIC** - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento do Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 20,84% ao ano.

8.6) **UNIBANCO** - União de Bancos Brasileiros S/A - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento do Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 18,1559% ao ano.

8.7) **Banco Votorantim S/A** - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 18,1559% ao ano.

8.8) **Banco Safra S/A** - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 20,983% ao ano; 1,60% a m

8.9) **Fundo de Água e Esgoto - FAE/GDF** - Este empréstimo leve como objetivo a ampliação e melhoria do sistema de água de Brasília, sofrendo nos últimos anos apenas atualização monetária pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência.

8.10) **Consórcio BBVOTORANTIM/CE/ABC** - Este empréstimo destina-se única e exclusivamente ao financiamento de Capital de Giro. Este empréstimo é garantido pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de juros é de 112% da taxa média dos CDI.

	set 09		set 08		
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	VENCIMENTO FINAL
CEF	8.898.781	267.192.945	3.156.160	214.027.057	30 novembro 2022
BNDES	1.760.425	37.007.323	950.161	37.843.998	28 julho 2014
BID	3.082.937	95.014.551	4.856.281	99.129.658	11 junho 2026
BRB	23.997.038	50.126.194	10.747.083	25.607.637	1 dezembro 2010
BIC	555.556	0	1.113.111	3.055.556	2 dezembro 2009
UNIBANCO	0	0	1.253.460	1.868.697	9 janeiro 2009
VOTORANTIM	0	0	2.196.392	14.871.935	8 maio 2010
SOFISA	1.000.000	0	1.000.000	4.000.000	21 dezembro 2005
FAE/GDF	1.747.720	0	1.671.784	0	VENCIDO
BB/CE/VOT/ABC	0	0	40.000.000	0	7 janeiro 2009
TOTAL	41.047.507	449.341.004	66.951.427	400.002.527	

9 - PROVISÕES PARA FÉRIAS, 13º SALÁRIO, PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS E LICENÇA-PRÊMIO		Em Reais	
		set.09	set.08
Férias		15.254.630	13.980.545
Encargos Sociais Sobre Férias		8.491.067	8.032.986
Licença-Prêmio		13.761.308	15.233.057
Encargos Sociais Sobre Licença-Prêmio		4.954.071	5.461.101
13º Salário		8.051.029	8.105.098
Encargos Sociais Sobre 13º Salário		3.114.371	2.917.835
Participação nos Resultados		8.000.000	8.800.000
Total		60.227.076	59.590.632
10 CONTINGÊNCIAS			
10.a) - JUDICIAIS			
a.1) TRABALHISTAS - Representam as reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia e estão integralmente provisionadas, com base nos fiscos e valores aporcionados no relatório oferecido pela Procuradoria Jurídica da CAESB.			
a.2) CÍVEIS - Representam as reclamações cíveis movidas contra a Companhia, e estão provisionadas somente com base nos depósitos judiciais efetivados. O relatório da Área Civil está em fase de correções pela Procuradoria Jurídica, em parceria com a área de Tecnologia, para eventuais ajustes que se fizerem necessários subsequentemente			
10.b) - FISCAIS			
b.1) - ISS - Dívida referente ao imposto sobre Serviços levantada para o período compreendido entre Julho/09 e Dezembro/2002, atualizada nominalmente, para quitação em parcelas mensais e sucessivas nos próximos 27 meses. Parcelas a vencer em 2009 no montante de R\$ 2.992.620. Parcelas a vencer após 2009 no montante de R\$ 25.380.461, totalizando R\$ 28.373.081			
b.2) - AUTUAÇÃO INSS - Provisão constituída no montante de R\$ 12.033.972 para fazer face ao débito levantado pela Receita Federal do Brasil, pelo não recolhimento do INSS sobre os valores pagos em espécie aos empregados, a título de auxílio alimentação no período compreendido entre Janeiro/2005 e Outubro/2005.			
11 CONTRIBUIÇÃO A FUNDIAGUA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL			
A Fundiagua é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência privada, constituída com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários dos empregados da CAESB, que na condição de patrocinadora contribuiu no exercício de 2009, a título de patrocínio, com o montante de R\$ 6.506.082, e a título de contribuições extraordinárias, relativas aos Planos I e II de Benefícios, amortizou o montante de R\$ 2.482.218			
A Administração assinou com a Fundiagua, o contrato 6037306, referente a concessão de contribuições extraordinárias para amortização do passivo de sua responsabilidade, correspondente a diferença entre o total das reservas matemáticas de benefícios concedidos e de benefícios a conceder e o valor do ativo líquido existente, relativos aos Planos I e II de Benefícios, conforme avaliação atualizada de 31/12/2004, cujo saldo em 30/09/2009 está atualizado para R\$ 136.216.206. Sendo R\$ 772.209,24 requerido no circulante e R\$ 137.443.999,28 no Extrato. Esta dívida será amortizada nos próximos 235 meses.			
12 PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV			
O Programa que compreende um conjunto de incentivos com a finalidade de propiciar o desligamento de empregados imobilizados de se aposentarem junto ao INSS e/ou FUNDIAGUA até 31/12/2012, resguardando-lhes o direito ao recebimento de indenização financeira Parcelada - IFP durante o período que falta para que os aderentes obtenham as condições de aposentadoria junto à Previdência Social e/ou Fundiagua. O Acordo Recusou-se em conta as visitas que compõem a remuneração do empregado, tais como: salário, auxílio adicional, gratificação e vantagem pessoal por acordo coletivo de trabalho, e garante ao aderente o direito de recebimento de indenização financeira em parcelas mensais, durante o período compreendido entre a data do desligamento e a data em que obtenha as condições necessárias para a aposentadoria, iniciada a 31/12/2012			
13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor			

14. O CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO

Em 30 de setembro de 2009, o capital social autorizado e realizado é de R\$ 741.989.913,20 e está representado por 7.419.899.132 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal

Composição

Acionistas		
Governo do Distrito Federal	Valor Realis	Nº de Ações
Cia Imobiliária de Brasília - Ioracop	669.882.871,00	6.698.828.710
Cia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	71.244.318,20	712.243.182
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	382.874,50	3.828.745
	49,50	495
Total	741.989.913,20	7.419.899.132

15. DESAPROPRIAÇÕES

Nas execuções de obras há necessidades de desapropriações em propriedades de terceiros, cujas indenizações são efetuadas por acordo ou via judicial, sendo que parte dos processos encontram-se em andamento. O saldo remanescente no montante de R\$ 5.312.134 refere-se a terrenos ainda em processo de localização pela Procuradoria Jurídica.

16. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia se provisionou no resultado de 2009, a título de participação dos empregados nos resultados, o valor de R\$ 9.000.000,00, em conformidade ao Programa de Participação nos Resultados, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 29/12/98, e ratificado pelo novo ACT de 01/05/2006, tendo como embasamento legal as disposições contidas no Art.7, Inciso XI da Constituição da República Federativa do Brasil, regulamentada pela Lei 10.101 de 19/12/2000

17. CONSORCIO CAESB/SANEAGO

Através da Resolução de Diretoria nº 77/03, de 13/03, da 1320ª Reunião Extraordinária, de 05/11/03, em conformidade com a Lei 24.16 de 06/07/90, em seu artigo 2º, a CAESB em conjunto com a Companhia de Saneamento de Goiás - SANEAGO constituiram um consórcio, que tem por objeto e finalidade específica traçar as diretrizes principais, para a efetivação dos estudos, análise e providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo-se implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Claras de Goiás - GO. O Consórcio não tem personalidade jurídica própria e as consorciadas obrigam-se somente às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações. Os ativos adquiridos foram registrados no Irregularizado da Companhia e as despesas e receitas, de responsabilidade da CAESB em suas contas específicas de resultado

18. AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Companhia está sendo acionada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios em Ação Civil Pública proposta para o ressarcimento aos consumidores de valores cobrados a título de manutenção de hidrômetros. A Administração, respaldada em Parecer emitido por sua Procuradoria Jurídica, decidiu por não constituir Provisão para Contingências sobre esta causa. A Procuradoria Jurídica entende que a matéria encontra-se sob julgamento, em razão da mesma ainda não ter transitado em julgado, e por outro lado, não existe sequer sentença de 1º grau

19. PERÍODO DE GESTÃO DOS DIRIGENTES

a) Nomes, cargos e períodos da gestão dos dirigentes

NOME	CPF	CARGO	GESTÃO
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	131.653.866-00	Presidente	01/01/2008 a 30/09/2009
Dionio Alves dos Santos	009.773.571-04	Diretor de Gestão	01/01/2009 a 30/09/2009
Cristiano Magalhães de Pinho	645.456.631-04	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente	01/01/2008 a 30/09/2009
João Batista Padilha Fernandes	236.131.496-72	Diretor de Produção e Comercialização	01/01/2009 a 30/09/2009

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Cedente

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Avenida Sibipiruna, lotes 13 a 21, 71928-720, Águas Claras
Distrito Federal

Instituição Líder

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, 20031-923
Rio de Janeiro - RJ

Instituições Intermediárias

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Torre A, 04794-000
São Paulo - SP

BANCO ABC BRASIL S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 5º andar, 04543-000
São Paulo - SP

Administrador

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Praça XV de Novembro, nº 20, salas 201, 202, 301 e 302, 2º e 3º andares, Centro, 20010-010
Rio de Janeiro - RJ

Gestora

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 7º andar, 04794-020
São Paulo - SP

Custodiante

BANCO DO BRASIL S.A.

Rua Lélio Gama, nº 105, sala 3.801, Centro, 20031-080
Rio de Janeiro - RJ

Auditoria

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Dr. Paes de Barros, nº 33, 04530-904
São Paulo - SP

Assessor Legal

SOUZA, CESCONE, BARRIEU E FLESCHA ADVOGADOS

Rua Funchal, nº 418, 04551-060, 11º andar
São Paulo - SP

Agência de Rating

FITCH RATINGS BRASIL LTDA

Rua Bela Cintra, nº 904, 4º andar, 01415-000
São Paulo - SP

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555



Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555